REVISTA NJINGA & SEPÉ

Revista Internacional De Culturas, Línguas Africanas e BrasileiraS

ISSN: 2764-1244

Vol. 4, Nº Especial II, 2024

® 2021 Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada com fins comerciais. Platform & Workflow by OJS/PKP. Acomodado na página: www.revistas.unilab.edu.br

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N659

Njinga & Sepé : Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. - Ano 1, n. 1 (2021)- . - São Francisco do Conde, BA: Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Unilab, 2021- .
v.

Editor: Alexandre António Timbane.
Co-editores: Denise Silva, Ezra Alberto Chambal Nhampoca, Kelly Priscila Lóddo Cezar, Manuel da Silva Domingos e Maria Goreti Varela Freire Silva.
ISSN 2764-1244.

1. Linguagem e cultura - Periódicos. I. Timbane, Alexandre António (Ed.).

BA/UF/BSCM CDD 405

Ficha catalográfica elaborada por Bruno Batista dos Anjos, CRB-5/1693

UNILAB
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Reitor
Roque do Nascimento Albuquerque

Vice-Reitora
Cláudia Ramos Carioca

Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura
Fátima Maria Araújo Bertini

Pró-Reitoria de Graduação
Geranilde Costa e Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais
Artemisa Candé Monteiro

Diretor de Tecnologia da Informação
Giancarlo Cardoso Vecchia

Diretora do Instituto de Humanidades e Letras
Eliane Gonçalves da Costa

Diretora do Campus dos Malês-Bahia
Mírian Sumica Carneiro Reis

Editor-Chefe da Revista Njinga & Sepé
Alexandre António Timbane

Link: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/

Equipe Editorial

Editor-chefe
Alexandre António Timbane (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)

Coeditores permamentes

Denise Silva (Universidade Federal da Grande Dourados e Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural, Brasil-Línguas e cultura indígenas brasileiras)
Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique-Cultura e Línguas bantu)
Kelly Priscila Lóddo Cezar (Universidade Federal do Paraná, Brasil-Cultura e Línguas de Sinais)
Manuel da Silva Domingos (Universidade Agostinho Neto, Angola-Línguas e culturas africanas)
Maria Goretti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde-Crioulos de base lexical portuguesa)

Conselho Científico - Membros Honorários

Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará, ILC/PPGL- UFPA, Brasil)
Amália de Melo Lopes (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Angel Humberto Corbera Mori (Universidade de Campinas, Brasil)
Armindo Atelela Ngunga (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Bayo Omolola (Department of World Languages and Cultures, Howard University, USA)
Bento Sitoe (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Cristina Martins Fargetti (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Cristine Gorski Severo (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Eduardo de Almeida Navarro (Universidade de São Paulo, Brasil)
Elsa Pinto (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Eugeniusz Rzewuski (Univ. de Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas)
Geraldo Manuel Garcia Chinchay (Universidade Nacional Frederico Villarreal, Perú)
Gilvan Müller de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina, Cátedra UNESCO, Brasil)
Habiba Naciri (Université Mohamed-V, Rabat-Agdal, Marrocos)
Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília, Brasil)
Hildizina Norberto Dias (Universidade Pedagógica de Moçambique)
Isabel A. Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)
João Kissunji Artur Alberto João (Ministério da Educação de Angola, Angola)
Luiz Carlos Cagliari (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Malcolm Coulthard (Aston University/UK & University of Birmingham, Inglaterra)
Marcia Maria Damaso Vieira (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Margarida Maria Taddoni Petter (Universidade de São Paulo, Brasil)
M'bare N'gom (The James H. Gilliam, Jr. College of Liberal Arts Morgan State University,USA)
Nada El Ahib (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)
Nadia Tadlaoui (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)
Nélia Maria Pedro Alexandre (Universidade de Lisboa, Portugal)
Paulo Alexandre Castelão Vaz de Carvalho (Universidade Católica Portuguesa, Portugal)
Ozouf Sénamin Amedegnato (University of Calgary, Canada)
Paul O'Neill (University Shiffield, Inglaterra)
Pere Conellas Casanova (Universidade de Barcelona, Espanha)
Peter Paul Welffens Lorenzo (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)
Rosane de Andrade Berlinck (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Ronice Müller de Quadros (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Rosangela Morello (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)
Soulymane Bachir Diagne (Columbia University, USA)
Tania Conceição Clemente de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Vicente Paulino (Universidade Nacional de Timor Lorora'e, Timor Leste)
Ximbani Eric Mabaso (University of South Africa, África do Sul)

Conselho Científico

Adriana Viana Postigo Paravisine (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil)
Afonso Teca (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Alexander Yao Cobbinah (Universidade de São Paulo, Brasil)
Altaci Corrêa Rubim (Universidade de Brasília, Brasil)
Ana Karina Tavares Moreira (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Ananda Machado (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Andérbio Márcio Silva Martins (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Antônio Carlos Santana de Souza (Universidade de Estado de mato Grosso, Brasil)
Artinésio Saguate Widnesse (Inst. Sup. de Ciências e Tecnologia de Moçambique)
Artur Garcia Gonçalves (Universidade de Brasília, Brasil)
Áurea Cavalcante Santana (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Basilele Malomalo (Univ.de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Bruno Okoudowa (École Creusot & Buffalo University, Canada)
Daniel Perez Sassuco (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Davi Borges de Albuquerque (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Delton Aparecido Felipe (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Dioney Moreira Gomes (Universidade de Brasília, Brasil)
Domingas Monte (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Emanuel Correia Pina (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Felix Rondon Adugoenau (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Fernando Tavares (Centro de Estudos Africanos-UNILAB, Brasil)
Gabriel Barros Viana de oliveira (Universidade de Brasília, Brasil)
Gervásio Absolone Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hemerson Vargas Catão (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Henrique Orlando Mateus (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hounnouvi Christian Coffi (Université de Nantes, Laboratoire CRINI, França)
Ilídio Enoque Alfredo Macaringue (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil)
Inocente Luntadila Nlandu (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Jean-Arsène Yao (Université Félix Houphouet-Boigny, Costa de Marfim)
João Muteteca Nauege (Universidade Lueji A´Nkonde, Angola)
Jorge Kapitango (Universidade Agostinho Neto, Angola)
José Gil Vicente (Universidade Federal de Amazonas, Brasil)
Marcelo Nunes (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Márcio Undolo (Universidade Lueji A'Nkonde, Angola)
Mateus Cruz Maciel de Carvalho (Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SP, Brasil)
Maxwell Gomes Miranda (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Nassima Moussaoui (Université Ali Lounici, BLIDA 2, Algérie)
Nelsa João Nhantumbo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Paulo Jeferson Pilar Araújo (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Priscila Alyne Sumaio Soares (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Rogério Matis (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil)
Rosalina Zamora Jorge (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Univ. de Integ. Internac. da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Silvana Aguiar dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Silvia Lucia Bigonjal Braggio (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Valéria Faria Cardoso (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Wondwonssen Alemayehu Haile (University of Ethiopia)

Consultores ad hoc especializados

Ayawovi Djidjogbe Fanho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Togo)
Botelho Isalino Jimbi (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Dabana Namone (Pesquisador Independente, Guiné-Bissau)
Davety Mpiuka (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Dinis Vandor Sicala (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Ezequiel Pedro José Bernardo (Universidade Onze de Novembro, Angola)
Gervásio Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hilário Sabonete Nhambalo (Direção Provincial da Educação de Cunene, Angola)
José Cossa (Academia de Ciências Policiais, Moçambique)
Leandro Andrade Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Luís Chimuco (Instituto Superior João Bosco, Angola)
Luís Ausse (Universidade Católica de Moçambique)
Manuela Garrett Benedito (Televisão Pública de Angola)
Nanci Araújo Bento (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Narciso Homem (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Rajabo Alfredo Mugabo Abdula (Serviço Nacional de Investigação Criminal, Moçambique)
Stanley Cunha Teixeira (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Tradutores/Intérpretes de Línguas africanas e Brasileiras

Ana Cristina Pereira da Silva (Sec.de Educação de São Francisco de Conde, Bahia, Brasil/Libras)
Andrea Carolina Bernal Mazacotte (Universidade Estadual Oeste do Paraná/Libras)
António Paulo Cuionja (Escola Superior Pedagógica de Bié, Língua Umbundu, Angola)
Cátia Manuel (Universidade Federal de Santa Catarina/ Crioulo)
Danilo da Silva Knapik (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Emídio Jeremias Jossué (Escola Superior Pedagógica de Bié/Língua Umbundu, Angola)
Ester Tembe (Hospital Central do Maputo, Língua Moçambicana de Sinais, Moçambique)
Eziom-Geber Emmanuel Gusmão Palmeira Limeira (Libras)
Itaciara de Oliveira do Carmo da Silva (Sec. de Educação de São Francisco de Conde, BA, Libras)
Jéssica Gonçalves Honório (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Klicia de Araújo Campos (Universidade Federal do Paraná,Libras)
Laurindo Machado (francês, inglês/ Moçambique)
Marco Barone (Universidade Federal de Pernanbuco/ Francês, inglês, /italiano/ Itália)
Moussa Diabate (Universidade de São Paulo, Université de Bamako, Mali)
Nuno Rodriguez Tchailoro (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Pansau Tamba (Universidade Pan-Africana/ crioulo, francês, inglês/ Camarões)
Paulo Henrique Pereira (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Segunda Cá (Universidade Federal do Paraná/crioulo e francês/ Guiné-Bissau)
Wagner silva Machado (Universidade Federal do Paraná, Libras)

Design de imagens e capa
Leonardo Fotchizes (UNILAB)
Alexandre Alejota Sapalo (UNILAB)

Logotipo da Revista
Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB)

Instituições:

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILAB
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ipol
Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

Indexação

latindex
DRJI
sibiuni
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNILAB
LivRe
Revistas de livre acesso
OAI-PMH
Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting
FLACSO
ARGENTINA
LatinREV
CiteFactor
Academic Scientific Journals
ISSN
INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER
BRAZIL
Academic Resource Index
ResearchBib
Scientific Indexing service
JPPS
Google scholar
METRICS
DIADORIM

Apresentação do Vol. 4, nº Especial II (2024): A Linguística, a Literatura, a educação e outras áreas afins na mesa de debates em favor do avanço da ciência

Abias Alberto Catito
ORCID iD https://orcid.org/0009-0000-0957-7701
Luzinha Brígida de Jesus
ORCID iD https://orcid.org/0009-0005-3956-8431
Higor Teixeira dos Santos
ORCID iD https://orcid.org/0009-0008-7790-0804
Alexandre António Timbane
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-2061-9391

O volume 4, nº Especial II (2024) apresenta diversos estudos linguísticos, literários, metodologias de ensino e outros estudos científicos que apontam para o avanço da ciência na África e no Brasil no século XXI. As universidades africanas e brasileiras produzem conhecimentos diversos que revelam os avanços científicos buscando sempre oferecer propostas para os problemas sociais, econômicos, linguísticos, culturais e políticos da atualidade. Esta publicação organizada por um trio pesquisadores: Luzinha Brígida de Jesus (timorense), Higor Teixeira dos Santos (brasileiro) **e** Abias Alberto Catito (angolano), todos da Universidade Estadual Feira de Santana, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, reúne resultados de estudos produzidos em diversas universidades africanas e brasileiras buscando compartilhar saberes e aprofundamento de teorias e metodologias. Encontrará nesta publicação **quarenta e um (41)** trabalhos dentre artigos originais (36), poesias, contos (4) e entrevista (1).

O compartilhamento de evidências por meio de publicações científicas contribui muito, ao minimizar a importância das fronteiras, e ao contribuir para a utilização de evidências na introdução de mudanças na sociedade global. Escrever é o meio muito importante para a comunicação do trabalho científico (Mengistu Asnake, Presidente da Federação Mundial das Associações de Saúde Pública, 2015). Os organizadores desta publicação incentivam a todos os pesquisadores, estudantes e docentes a compartilhar seus saberes por meio de publicações.

Esta publicação composta por 624 páginas atendeu cinco seções da revista. A primeira seção é destinada aos artigos da linguística, literatura e educação (p.16-278), a segunda dedicada à entrevista (p.279-281), a terceira seção é dedicada a poesias e contos (p.282-303), a quarta seção é dedicada a línguas de sinais (p.304-315) e finalmente a quinta seção dedicada a outras áreas afins (p.316-624).

O primeiro artigo, “A hieroglifização de *-dimu* (espírito)” é da autoria de Peresch Aubham Edouhou e fala sobre a *hieroglifização* das línguas ntoicas (bantu) com base no corpus de parentesco linguístico entre o egípcio antigo (língua kemiana) e as línguas kandianas modernas. O artigo promove a emergência ou o renascimento das *Letras kandianas* (*Makanda ma Kanda*), ou *Literatura kandiana* usando um sistema gráfico ancestral e endógeno.

O segundo artigo “Alternância de códigos: uma estratégia de comunicação bilíngue” da autoria de Eurico Patinho Matias e de Bonete Júlio João Chaha visa compreender como e por quê ocorre a alternância de códigos pelos falantes na Cidade da Beira. A alternância de códigos é um fenómeno linguístico que ocorre naturalmente nas interações sociais de indivíduos que têm domínio, seja ele total ou parcial, de duas línguas, cujas razões são de ordem sociopolíticas, sociolinguísticas, económicas,

culturais, estilo, emocional, disponibilidade de memória, solidariedade com o interlocutor, de mudança de tópico, de preferência pessoal, entre outros.

O artigo **“**Neologismos decorrentes do termo 'Covid-19' em Português: formação, de novas palavras” da autoria de Júlio Luciano Canhinguiquine traz um estudo sobre o surgimento e a consolidação de novas palavras, criadas a partir do termo "Covid-19", que se consolidou como um elemento central da linguagem cotidiana durante o contexto pandêmico. Os resultados revelam que o termo original "Covid-19" deu lugar a uma multiplicidade de novos termos, incluindo "anticovid", "covidário", "covidiano", "covidico" e "covid-drive". Essas novas palavras podem desdobrar-se em adjetivos, como exemplificado em "covidiano", "covídico" e "anticovid", ou referir-se a substantivos, como "covidário" e "covid-drive".

O artigo “Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflitantes em falantes angolanos” é da autoria de Jeremias Dandula Pessela. O artigo analisa as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal reunidas por meio de um inquérito por questionário. Os resultados mostram que o comportamento sintático das sentenças explicativas as aproxima da subordinação adverbial. Recomenda-se um reforço no ensino de aspectos semânticos do português, área nevrálgica do processo de ensino do Português em Angola.

O artigo “A Língua Portuguesa e as raízes sociohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução”, da autoria de Hamilton Sebastião de Figueiredo rastreia as raízes sociohistóricas da colonização linguística num contexto em que o português se afirmou como língua oficial em Angola. Concluiu-se que é urgente a realização de uma ampla revisão dos programas e currículos escolares de formas a instituir-se a obrigatoriedade do ensino das línguas nativas, condição indispensável para a desoficialização da Língua Portuguesa.

O artigo a “Conjugação de verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas em Moçambique: caso dos verbos *intervir*, *deter* e *prever”,* da autoria de Bonete Júlio João Chana estuda os verbos derivados com o objetivo de compreender as razões do fraco domínio de conjugação dos verbos *intervir*, *deter* e *prever* pelos falantes do Português L2. A conjugação verbal é um ato inevitável, pois é através deste que o homem articula e manipula os verbos para transmitir e receber informação.

O artigo sobre **“**a língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural”, da autoria de Carlindo Fausto Antônio, foi objeto da conferência apresentada à Universidade de Santiado, Cabo Verde. A delimitação do assunto traz as agências e localizações territoriais, espaciais, locacionais e cotidianas do sistema cultural negro-africano e diaspórico. A serviço da superação do colonialismo, este texto discute a respeito dos percursos linguísticos e do ensino do português.

O texto “Práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa na província de Manica, Tainara Liúrca Manso Fafetine” é da autoria de João Francisco de Carvalho Choé. Os resultados mostram que conteúdos sobre saúde em línguas locais são traduzidos a partir da língua portuguesa sem que obedeça às regras gramaticais da tradução. As traduções dependem do improviso, do entendimento e da experiência dos colaboradores, o que possibilita distorções e alterações por não haver uma equivalência direta entre a língua oficial e línguas nacionais moçambicanas.

O artigo “Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane", é da autoria de Emília Carlos José Ucano e Nhauza Boazinha Brás de Sá Jorge. Nele as autoras fazem uma reflexão acerca do hibridismo cultural em Moçambique na obra de Chiziane, num paradigma pós-colonial em que as crenças tradicionais, ditas como pagãs e os ocidentais cristãs dialogam constantemente e podem desmistificar a

hierarquia de valores instituídas pelo processo de modernização. Pretende-se com a presente investigação mostrar como a romancista moçambicana Paulina Chiziane apresenta em sua obra o cruzamento multicultural e a encenação quotidiana do feminino.

O artigo “Archetypal representation of “Draupadi” in *The Mahabharat*: a feminist inquiry into the Hindu Myth” da autoria de Remesh Prasad Adhikary analisa a prevalência do "feminismo" em plataformas literárias, digitais e acadêmicas ressalta sua importância no discurso contemporâneo. Esta era é caracterizada por um foco maior nos princípios feministas e suas aplicações sociais. O Mahabharat, um épico hindu popular do subcontinente indiano; com seus personagens e enredos intrincados, inspirou interpretações extensas de várias perspectivas. Analisa a personagem de Draupadi, enfatizando seu papel como um símbolo da força feminista dentro do Mahabharat. As descobertas revelam que Draupadi incorpora uma personagem complexa e multifacetada, desafiando normas de gênero convencionais e fornecendo uma perspectiva diferenciada sobre a agência feminina.

Este artigo de Bernardo Alexandre Intipe tem por objetivo descrever e interpretar os significados dos escritos de José Carlos Schwarz na fase pós-independência e entender o papel que a língua guineense desempenhou na criação dessas escritas. De modo igual, propõe-se compreender as suas contribuições no seio social guineense. O artigo “José Carlos Chwarz: a sua escrita literária após a independência da Guiné-Bissau”, escrito por Bernardo Alexandre Intipe descreve e interpreta os significados dos escritos de José Carlos Schwarz na fase pós-independência, buscando analisar o papel que a língua guineense desempenhou na criação desses escritos. Trata-se de uma pesquisa que se desenvolveu por meio de leituras partindo da premissa endógena que sustentou na interpretação de suas escritas. Concluiu-se que os escritos de Schwarz cooperaram significativamente em (trans)formação identitária guineense e em progressão do imaginário literário guineense, singularmente, em subsidiar a disseminação da cultura do país.

O artigo “Educação, Cultura e Currículo Local: Um estudo feito numa Escola da cidade de Tete”, dos moçambicanos Alba Paulo Mate e Paulino Albino Machava analisan a educação a partir do currículo local, enquanto eixo da reforma curricular responsável pelo resgate e promoção dos saberes culturais locais. Partiu-se do pressuposto teórico da indissociabilidade dos conceitos Educação, Currículo e Cultura que produz uma relação triádica onde o currículo é o campo da educação que trabalha a cultura. A pesquisa sublinha que a comunidade escolar deve reconhecer o papel do currículo local na promoção dos saberes culturais locais e a integração e tratamento dos saberes locais.

O artigo “A questão da educação sexual no ambiente escolar: um caso de estudo envolvendo professores e alunos da escola secundária 7 de abril na cidade de Chimoio (Moçambique)”, da autoria de Anfibio Zacarias Huo e de Rogério Filipe Mário analisam um assunto que infelizmente é tabu em muitas sociedades. Os autores procuram compreender as formas de Educação sexual que tem sido desenvolvida no meio escolar, ampliando a compreensão sobre a necessidade de promover uma formação adequada para aperfeiçoar o conhecimento acadêmico dos professores. O estudo demonstrou que os alunos sentem carência no desenvolvimento adequado e mais contínuo em sala de aula, apresentando inúmeras dúvidas sobre o tema. Por isso que concluem que há necessidade de implementação e desenvolvimento de cursos de formação, juntamente com a ampliação da sensibilidade e interesse por parte dos professores em aprender e dialogar sobre o tema.

O artigo “Inclusão Escolar e Aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais: Caso do estudo de alunos da 7ª classe da Escola Básica de 7 de Abril-Chimoio-Moçambique” da autoria de Jone João Mugondo, Sebastiana Nicolau Filipe Pinto Chirindza e Fernando Rafael Chongo levanta debates sobre a influência das teorias educacionais de inclusão em Moçambique. Usando questionário para alunos e docentes

se concluiu que existe muitos esforços para inclusão escolar no ensino básico, porém há falta do envolvimento da comunidade escolar neste âmbito. Este estudo espera consciencializar o grupo alvo e os demais interessados para pautar por estratégias de inclusão escolar por meio de políticas educacionais mais eficientes.

O artigo “Avaliação das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular: o caso das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, Maputo – Moçambique”, escrito pela Madalena Serafim Manhiça avalia o desenvolvimento das competências dos alunos graduados do ensino primário em Moçambique, com foco na reforma curricular estabelecida pela Lei nº 18/18. A pesquisa faz uma comparação entre as competências previstas no currículo e as efetivamente adquiridas pelos alunos, além de investigar as percepções de professores e gestores sobre a implementação da reforma. A pesquisa revela que as mudanças curriculares não têm sido totalmente absorvidas pelos professores, que percebem as inovações como orientações fragmentadas e difíceis de acompanhar, impactando negativamente a motivação e implementação da reforma. Muitos professores ainda preferem o modelo clássico, que permitia maior flexibilidade e autonomia.

O artigo “Educação para a liberdade no ensino médio em Moçambique: uma análise a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire”, da autoria do Salvador Bernardo António busca compreender o contributo da educação para a liberdade à luz da pedagogia da autonomia de Paulo Freire para o ensino médio em Moçambique. A pesquisa faz críticas à *educação bancária* em que o aluno está ali somente para receber conteúdos trazidos pelos professores. Freire defende uma educação libertária, progressista, conscientizadora e autônoma. Ora, uma educação desprovida destes elementos torna os indivíduos escravos e dependentes. Uma educação sem liberdade, por exemplo, produz indivíduos acríticos, passivos diante dos problemas, das injustiças e das guerras.

O Higor Teixeira dos Santos fez uma entrevista ao Prof. Dr. Paulo Granjo autor do livro “O Cheiro do Sangue de Ovelha”. O livro “O cheiro de sangue de ovelha” resulta de uma longa experiência em Moçambique, que começou dentro da área da antropologia industrial numa fábrica e depois passou para os curandeiros. Na fábrica Mozal, ele pôde conversar com os operários sobre os perigos e condições de trabalho. Nessa experiência, o professor observou a presença de cicatrizes de tratamento de proteção, que em Moçambique eram denominadas de “vacinas”. O livro aborda o dia a dia dos curandeiros que são autoridades espirituais e da medicina tradicional.

O texto “Si Sabura!?” da autoria de Joselino Guimarães é resultado de uma inspiração literária. O texto mistura a língua guineense e português oferecendo novos significados intraduzíveis e ajustados à realidade guineense. Para além do conto, o autor nos brinda com três poesias. Vale apenas ler este material.

Pedro Djejo escreveu o texto “Um mundo cheio de sonhos”. Neste texto se observa uma afinidade literária onde há descrição de fenômenos próximos da realidade o que mostra o realismo como é um gênero literário, que tenta representar um tema da maneira mais próxima da realidade, evitando a ficção especulativa e elementos sobrenaturais. Esta inspiração literária levanta reflexões profundas sobre a realidade da nossa sociedade.

O texto “O canto erudito na fase atual da literatura moçambicana” é da autoria de Juvenal Bucuane, escritor moçambicano. Nele o escritor percorre a literatura moçambicana buscando, tricotando as ideias tanto dos autores locais quanto a visão literária em sua perspectiva. Bucuane recomenda, aconselha e chama atenção para os escritores de hoje sem se desligar da obra “MEU MAR”.

O texto “A Gang: A thimbuini”, da autoria de Domingos Tomo. J. S. Patrício resulta de uma inspiração literária profunda da qual há uma manifestação da linguagem em língua escrita. Ao escrever, o ser humano se insere na matéria, imortalizando o seu

pensar e o seu sentir. Escrever é, nesse sentido, um ato de imortalidade, dado que o indivíduo é hoje o que foi ontem, e será amanhã o que é hoje. Ao escrever o seu hoje, que amanhã será passado, ele continuará presente.Vale apenas ler este trabalho.

As línguas de sinais ainda são línguas minoritárias na nossa sociedade. Em muitos países, as línguas de sinais ainda são desconsideradas sem ser ensinadas. O texto "Cultura surda", da autoria da Elidéa Lúcia Almeida Bernardino debate que a cultura surda existe e deve ser respeitada. O povo surdo está intimamente ligado à Libras e vice-versa. Para se quebrar o paradigma da deficiência é necessário enxergar as restrições que tanto surdos quanto ouvintes têm. Nesse texto, a questão da cultura surda é abordada de acordo com alguns pesquisadores – surdos e ouvintes, ligados de alguma forma aos surdos. Trata-se da "cultura da visão" em relação à "cultura da audição". Para que possamos conhecer o outro, é necessário que nos coloquemos no seu lugar, tentando compreender a sua perspectiva de vida.

O texto "A Influência Cultural dos Povos Originários do Namúli: Abordagem da Sua Experiência, Ontem, Hoje e Amanhã no Multi- Culturalismo na Região Norte de Moçambique", da autoria de Adolfo Alexandre, Daniel Alexandre Raúl e Domingos Tomo J.S. Patrício analisa a influência cultural do povo do Namúli sob o contexto multicultural do Norte de Moçambique. Destaca a cultura dos primeiros habitantes dos povos locais do Namúli e as áreas de influência cultural estrangeira na região; avaliar o impacto da globalização nos atuais povos locais do Namúli e a sua influência nas expressões culturais. Concluiu-se que o grande desafio entre os povos Makhuwa e Lomwe é a necessidade de fazer uma peregrinação para interação ou diálogo permanente com sagazes, membros da comunidade de montes Namúli para recriar, reformular-se, reposicionar-se trazer de volta os valores perdidos isto é levar as gerações atuais a repensar acerca da perca de identidade dos povos locais advindas da globalização.

O texto "Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique", da autoria de Tubias Benedito Borge Capaina aborda a cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique, submetendo a emergência do pensamento moçambicano no contexto da unidade nacional. O pensamento africano iniciou de várias maneiras e não teve uma origem única, cada um foi influenciado pelo contexto em que vivia. O colonialismo não representava apenas a forma de opressão física, econômica, sobre o outro, mas também a forma de pensar o outro, não se trata apenas de questões raciais, mas de um sistema de revelações de poderes ideológicos e cientifico. Constatou-se que os símbolos são expressões da vida que si enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de ações dos membros da sociedade.

O artigo "Os direitos humanos na atualidade: reflexão atuação da Polícia da República de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública" da autoria de Graciano Pedro Pessuro e de Armando Manuel Luciana verifica a interconexão e as práticas da violação dos Direitos Humanos em Moçambique, além de adentrar a história da Constituição moçambicana desde o tempo de Colónia até sua independência como reflexo nos dias de hoje. Moçambique é um país com poucos sinais de paz e de tranquilidade desde 1975. Além disso, com essas fragilidades, acabaram criando um vácuo e tornando o desempenho da polícia falho, porque a necessidade de que as autoridades locais aprovem as manifestações acabou se tornando uma espécie de negação final destes. Deve-se ressaltar que a polícia não é uma entidade autorizadora de actuações violentas, mas apenas um órgão consultivo.

O texto "A Problemática da violência doméstica", da autoria de João Sanveca Cangolongondo analisa as causas e consequências de modo a obter ou aferir o grau da violência e compreender quais medidas que podem ser desenvolvidas para mitigar ou combater o problema da violência doméstica, a luz da lei n° 29/2009, de 29 de setembro. Em relação aos resultados ficou claro que é um problema conhecido pelas instituições de administração da justiça, que tem vindo a trabalhar de modo a combater este fenómeno

que incomoda quase toda a sociedade moçambicana, devido as diversidades culturais de reconhecer no outro como se fosse a si mesmo. Uma combinação de universal e de particularismo.

O texto “Factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022”, da autoria de Jorge Samuel Nhangave discute os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, buscando as causas de violência doméstica em Moçambique, caracterizando a violência doméstica e identificando os fatores determinantes para a concorrência de violência doméstica. Na ordem sócio-científica, o tema é de extrema relevância no cenário atual moçambicano e não só, para o mundo em geral tendo em conta que a violência doméstica causa instabilidade social nas famílias. A pesquisa suscitou a necessidade de atualização da lei 29/2009 de 29 de Setembro, para ser consentânea com a situação vigente.

O artigo “Os sistemas de administração da justiça em Moçambique: suas características e âmbito de atuação”, da autoria de Nílvia Carina Manuel Mavie e de Itélio Joana Muchisse analisa as características e o âmbito de atuação dos sistemas de administração da justiça em Moçambique. O país enfrenta desafios significativos na garantia do acesso à justiça e na efetividade das decisões judiciais, em ambos os sistemas oficial e não oficial de administração da justiça. A análise crítica operacionalizada a partir da revisão da literatura propõe soluções para aprimorar a capacidade dos tribunais, investir em meios alternativos de resolução de conflitos e promover a consciencialização sobre os direitos legais entre a população.

O texto “Modernidade e gestão de informações: O alcance do neoliberalismo e da justiça social na participação de políticas de proteção social em Moçambique”, da autoria de Tubias Benedito Borge Capaina estuda a gestão de informações sob o prisma do neoliberalismo e da justiça social na modernidade. O neoliberalismo coloca ênfase nos direitos do consumidor, alterando a percepção dos indivíduos de cidadãos com direitos universais para consumidores com poder de compra. O texto também discute a relevância das teorias de justiça, fazendo referência a Aristóteles e John Rawls. Aristóteles oferece uma visão sistemática da justiça, que considera o contexto econômico e regional nas mudanças sociais, enquanto Rawls destaca a equidade como base para a justiça, enfatizando a importância da justiça distributiva e corretiva na sociedade contemporânea. A análise proposta oferece subsídios para refletir sobre a complexa interação entre economia, justiça, ecologia e participação política, destacando a necessidade de uma abordagem sociológica abrangente na contemporaneidade.

O texto “As ações de branding nas pequenas médias empresas em Moçambique”, da autoria de Sónia Deolinda Banguira Posse concentra-se na gestão de marketing, especificamente no branding, com o propósito de contribuir para a compreensão das práticas adotadas pelas PMEs moçambicanas e avaliar a percepção da relevância dessas práticas para o sucesso empresarial. O problema identificado reside nas restrições financeiras, humanas e temporais enfrentadas pelas PMEs moçambicanas, impactando a efetiva implementação de estratégias de branding e resultando na não priorização desta como ferramenta estratégica de gestão. O estudo revela que o branding está mais desenvolvido no contexto de grandes empresas, havendo escassez de estudos específicos sobre as PMEs moçambicanas. As PMEs não consideram o branding uma prioridade devido à escassez de recursos financeiros, humanos e temporais, o que possivelmente limita seu potencial de sucesso empresarial.

O texto “As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais”, da autoria dos togoleses Ayawovi Djidjogbe Fanho e Omar Ouro-Salim demonstra a importância das cooperativas de crédito no financiamento de projetos rurais e justifica os valores e as características que tornam as cooperativas de crédito indispensáveis para promover o crescimento da população rural. A metodologia adotada baseia-se em uma análise bibliográfica, consultando fontes de bancos de dados como

Google Scholar, Elsevier, Scielo e a base de dados da Capes. Os resultados mostram que as cooperativas de crédito são essenciais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico não apenas nas áreas rurais, mas também na economia nacional como um todo.

O artigo “Análise do desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da escola privada “Bons sonhos” da cidade da Beira-Moçambique” da autoria de Héldia Artur Maúre analisa uma amostra composta por 183 escolares, dos quais 94 do sexo feminino e 89 do sexo masculino com idade compreendida entre 7 a 10 anos utilizando o instrumento de teste e medidas PROESP-BR (2016) contendo 8 itens: Flexibilidade, Resistência muscular localizada, Estatura (cm), Peso (kg), IMC, Perímetro da cintura, Estimativa de excesso de gordura visceral resistência cardiorrespiratória (corrida de 6 minutos). Para análise de dados foi utilizada o programa estatístico SPSS 23 e o teste correlacional de Pearson ($p<0,05$). Os resultados indicam que a maioria apresenta um desenvolvimento positivo nos testes de Flexibilidade, Resistência muscular localizada, Peso (kg), IMC, com isso os alunos apresentam valores situados na zona saudável e para Estimativa de excesso de gordura visceral e resistência cardiorrespiratória (corrida de 6 minutos) a maioria apresentam a falta de desenvolvimento motor, com isso os valores estão situados na zona de risco. O estudo sugere maior atenção às variáveis de aptidão cardiorrespiratória e resistência muscular localizada, pois serem indicadores importantes do estado de saúde e bem-estar dos alunos.

O texto “Globalização e desenvolvimento sustentável do docente”, da autoria de Palvina Manuel Nhambi visa compreender como é que a globalização contribui para o desenvolvimento sustentável do docente. Especificamente procura explicar o termo globalização e sua relação com desenvolvimento sustentável; descrever os impactos da globalização na profissão docente e por fim apresentar os prós e contra da globalização no desenvolvimento sustentável do docente. As possíveis conclusões mostram que o desenvolvimento sustentável do docente acontece não simplesmente pelas exigências globais, mas sim pelo esforço individual empreendido na autoformarão e reflexão crítica do ser docente que permite responder quotidianamente aos apelos atuais da sua profissão.

O texto “A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola”, da autoria de Felizmino Paulo Chicovela analisa o processo de transformação agrícola acelerada em Moçambique e suas implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola. É importante reconhecer que ainda há desafios que a mulher enfrenta no acesso a terra, ínsumos, crédito financeiro, falta a educação, capacitações. Essas e outras limitações afectam directamentena capacidade da mulher adoptar de tecnologias. Mas também há um reconhecimento no seio da sociedade moçambicana sobre as limitações deoportunidades de as mulheres acederem à liderança e tomada de decisões. Todavia, é necessário estabelecer políticas públicas específicas, para facilitar a adopção de práticas modernas por pequenos agricultores e programas de capacitação.

O texto “Discalculia: abordagem psicolinguística, consequência em educação Matemática”, da autoria de João Muteteca Nauege aborda a discalculia na vertente psicolinguística, interface Linguística-Matemática, e consequência em educação Matemática, procura, entre outros aspectos, trazer a lume a relação entre a Linguística, por via da sua face psicolinguística, e a Matemática para a compreensão do fenómeno da discalculia. Dado que as habilidades de contar e calcular, a par das habilidades de leitura e escrita, são básicas, e, através das quais se medem sempre os indicadores e os objetivos de ensino Primário, pois sem a sua aquisição pressupõe-se que os objetivos do ensino obrigatório não foram atingidos. Destarte, refletir sobre a discalculia, analisando

fatores Psicolinguístico e Matemático, bem como as consequências que dele resultam, embora seja de pouco domínio de professores de Matemática, é desafiante e pertinente, à medida que se conheçam as suas causas, estar-se-á em condições de se propor soluções exequíveis e sustentadas.

O artigo “Estudo de estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos (festinha feliz)”, da autoria de Marchal Manufredo Chilimile analisa as estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos Festinha Feliz e houve necessidade de identificar às estratégias de atração e retenção, analisar o que os clientes procuram quando contratam serviço e por último conhecer a percepção dos clientes em relação as estratégias de atração e retenção aplicada pela empresa. Para atrair e reter um cliente, a empresa deve sempre inovar, propondo ideias com qualidade. A abordagem teórica foi focada na base de Estratégias de Marketing, Relacionamento com o cliente e Empreendedorismo. Os serviços são divulgados pelas redes sociais e na publicidade "boca a boca". Contudo é necessário melhorar as estratégias de retenção a atração de clientes, para o crescimento da empresa.

O artigo “Igualdade, justiça e gestão sustentável dos recursos naturais no estado de direito democrático”, da autoria de Jacques Kabeya Kazadi analisa a igualdade e gestão sustentável dos recursos naturais no estado democrático de direito. A efetividade da abordagem de sustentabilidade põe em causa o Estado Democrático de direito tendo em visto os problemas que enfrenta para materialização de um Estado de justiça social e do ambiente ecologicamente equilibrado das coletividades em que Estado exerce as suas competências. Conclui-se que a racionalização e a eficácia na implementação dos princípios democráticos constituem barreiras para o alcance da gestão sustentável dos recursos naturais; porém, a vontade soberana do povo através do reforço dos instrumentos jurídicos capazes de garantir uma justiça equipável e distributiva pela criação de novas instituições transparentes garante da proteção da pessoa humana e do ambiente ecologicamente equilibrado pode ser adaptada como mecanismo de desenvolvimento sustentável.

O texto “Qualidade de ensino e construção de conhecimento no Ensino Superior no Laboratório de Química da Universidade Púnguè: Estudo de caso”, da autoria Felix Francisco Murandira faz um diagnóstico sobre os estudantes e docentes de química da unipúnguè em relação as práticas vivenciadas no laboratório. Os pensamentos trazidos ditam uma experiência educativa significativa, neste cruzamento entende – se no laboratório é o espaço propício as aprendizagens. Os resultados demostram sinais positivos no uso de laboratório os estudantes têm participado. Os docentes garantem em aperfeiçoar cada vez mais no processo juntar aulas teóricas e práticas para garantir a experiência no processo de ensino e aprendizagem.

O texto “A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano: análise do alcance jurídico da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro”, da autoria de Luísa Natéssia Marufo **a**borda a efetividade da aplicação da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro e seus efeitos para a ampliação do acesso à justiça no ordenamento jurídico moçambicano, em situação de violência doméstica. A pesquisa analisa o grau de materialização dos princípios constitucional da universalidade e igualdade; o da igualdade do género e o direito à vida, artigos 35º, 36º e 40º da Constituição da República de Moçambique de 2004. A violência doméstica constitui um problema social de cariz global, e a Lei 29/2009 vem estatuir medidas de prevenção de violência em Moçambique. Conclui-se no limiar entre o formal e a prática, que para a resolução dos conflitos sobre violência doméstica, também se reproduzem discriminações que limitam os indivíduos seus direitos de acesso à justiça.

O artigo “Interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique” é da autoria de Boanerge Furtado Miguel Zaza e analisa a Lei da violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique. Será realizada uma interpretação

crítica da Lei nº 29/2009 de 29 de dezembro. Serão abordadas questões como prevenção, punição dos infratores e proteção das vítimas, a fim de avaliar a adequação da Lei para atender as necessidades da população moçambicana. Para isso, serão utilizadas teorias que abordam a violência doméstica praticada contra mulheres no âmbito familiar, como a teoria feminista, a teoria da aprendizagem social. Além disso, serão comparadas outras bibliografias e realizada uma análise crítica para contribuir com a melhoria da Lei e, consequentemente, com a prevenção e combate à violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique.

O artigo “Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade de Maputo (2012 - 2020)”, da autoria de Inácio Ernesto Minzo identifica o que permitiu a institucionalização do orçamento participativo em Moçambique - Maputo e avalia o impacto que este teve sobre os cidadãos. Os dados foram coletados através das entrevistas semiestruturadas e consulta de documentos escritos, tais como relatórios e outros. O estudo concluiu que a institucionalização do orçamento participativo foi possível com a criação de bases para uma governança local democrática. Quanto ao impacto, concluiu-se que este ainda não é muito visível nas populações, devido à baixa participação da população nos debates sobre os projetos, o que contribui para a eleição de projetos que não satisfazem os desejos da população.

Eis mais uma publicação de estudos e pesquisas na Revista Njinga & Sepé que é mais sua do que nossa. A Revista Njinga & Sepé se orgulha por ser uma Revista Científica inclusiva linguística e culturalmente zelando pela qualidade e pela democratização do conhecimento. Parabenizamos a todo(a)s autores(as) pelas contribuições e encorajamos para que continuem conosco. Agradecemos aos avaliadores que doaram parte do seu tempo para dar parecer aos textos que recebemos. Sem o trabalho dos avaliadores seria impossível realizarmos esta publicação. Agradecemos muito pelo trabalho de qualidade que todo(a)s tem realizado. Aos leitores e leitoras da Revista Njinga & Sepé desejamos uma boa leitura e que possam compartilhar os links com outros interessados pelo conteúdo. Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Feira de Santana (Brasil) endereçamos os agradecimentos pela colaboração, pela referência na área dos Estudos Linguísticos contribuindo para a melhoria da vida das pessoas ao investir no desenvolvimento científico inovador e na qualificação de pessoal de nível superior no semiárido baiano, com projeção nacional e internacional. A todo(a)s uma boa leitura!

Organizadores

Abias Alberto Catito

Angola

Luzinha Brígida de Jesus

Timor Leste

Higor Teixeira dos Santos

Brasil

Coordenação: Alexandre António Timbane

Revista NJINGA&SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
VOL.4, Nº ESPECIAL II, 2024

SUMÁRIO

0 Apresentação vol. 4, nº Especial II, Luzinha Brigida de Jesus, Higor Teixeira dos Santos, Abias Alberto Catito, Alexandre António Timbane **1-15**

1 La hiéroglyphisation de -*dimu* (esprit), Peresch Aubham Edouhou..... **16-36**
2 Alternância de códigos: uma estratégia de comunicação bilíngue, Eurico Patinho Matias, Bonete Júlio João Chaha **37-52**
3 Neologismos decorrentes do termo 'Covid-19' em Português: formação de novas palavras, Júlio Luciano Canhinguiquine..... **53-66**
4 Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos, Jeremias Dandula Pessela **67-83**
5 A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução, Hamilton Sebastião de Figueiredo **84-100**
6 Conjugação de verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas em Moçambique: caso dos verbos *intervir*, *deter* e *prever,* Bonete Júlio João Chana **101-116**

7 A língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural, Carlindo Fausto Antônio **117-130**
8 Práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa na província de Manica, Tainara Liúrca Manso Fafetine, João Francisco de Carvalho Choé..... **131-149**
9 Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane", Emília Carlos José Ucano, Nhauza Boazinha Brás de Sá Jorge..... **150-168**
10 Archetypal representation of “Draupadi” in *The Mahabharat*: a feminist inquiry into the Hindu Myth, Ramesh Prasad Adhikary..... **169-178**
11 José Carlos Chwarz: a sua escrita literária após a independência da Guiné-Bissau, Bernardo Alexandre Intipe..... **179-196**
12 Educação, Cultura e Currículo Local: Um estudo feito numa Escola da cidade de Tete, Alba Paulo Mate, Paulino Albino Machava..... **197-212**
13 A questão da educação sexual no ambiente escolar: um caso de estudo envolvendo professores e alunos da escola secundária 7 de abril na cidade de Chimoio (Moçambique), Anfibio Zacarias Huo, Rogério Filipe Mário..... **213-230**
14 Inclusão Escolar e Aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais: Caso do estudo de alunos da 7ªClasse da Escola Básica de 7 de Abril-Chimoio-Moçambique, Jone João Mugondo, Sebastiana Nicolau Filipe Pinto Chirindza, Fernando Rafael Chongo **231-241**
15 Avaliação das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular: o caso das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, Maputo – Moçambique, Madalena Serafim Manhiça..... **242-253**
16 Educação para a Liberdade no ensino médio em Moçambique: uma análise a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, Salvador Bernardo António..... **254-278**

Seção II - Entrevistas

17 O Prof. Paulo Granjo fala da obra “O Cheiro do Sangue de Ovelha”, Higor Teixeira dos Santos..... **279-281**

Seção III-Poesias, Letras

18 Si Sabura!? Joselino Guimarães..... **282-285**

19 Um Mundo Cheio de Sonhos, Pedro Djedjo..... **286-291**

20 O canto erudito na fase actual da literatura moçambicana,Juvenal Bucuane..... **292-297**

21 A Gang: A thimbuini, Domingos Tomo. J. S. Patrício **298-303**

Seção VI – Línguas de sinais

22 Cultura surda, Elidéa Lúcia Almeida Bernardino..... **304-315**

Seção VII –Varia (Áreas afins)

23 A Influência Cultural dos Povos Originários do Namúli: Abordagem da Sua Experiência, Ontem, Hoje e Amanhã no Multi- Culturalismo na Região Norte de Moçambique. Adolfo Alexandre, Daniel Alexandre Raúl, Domingos Tomo J.S. Patrício..... **316-333**

24 Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique, Tubias Benedito Borge Capaina..... **334-351**

25 Os direitos humanos na atualidade: reflexão atuação da Polícia da República de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública Graciano Pedro Pessuro, Armando Manuel Luciana..... **352-364**

26 A Problemática da violência doméstica, João Sanveca Cangolongondo..... **365-380**

27 Factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022, Jorge Samuel Nhangave **381-400**

28 Os sistemas de administração da justiça em Moçambique: suas características e âmbito de atuação, Nílvia Carina Manuel Mavie, Itélio Joana Muchisse..... **401-418**

29 Modernidade e gestão de informações: O alcance do neoliberalismo e da justiça social na participação de políticas de proteção social em Moçambique, Tubias Benedito Borge Capaina..... **419-444**

30 As ações de branding nas pequenas médias empresas em Moçambique, Sónia Deolinda Banguira Posse..... **445-457**

31 As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais, Ayawovi Djidjogbe Fanho, Omar Ouro-Salim..... **458-475**

32 Análise do desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da escola privada “Bons sonhos” da cidade da Beira-Moçambique Héldia Artur Maúre **476-488**

33 Globalização e desenvolvimento sustentável do docente, Palvina Manuel Nhambi **489-503**

34 A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola, Felizmino Paulo Chicovela..... **504-517**

35 Discalculia: abordagem psicolinguística, consequência em educação Matemática, João Muteteca Nauege **518-529**

36 Estudo de estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos (festinha feliz), Marchal Manufredo Chilimile..... **530-545**

37 Igualdade, justiça e gestão sustentável dos recursos naturais no estado de direito democrático, Jacques Kabeya Kazadi **546-559**

38 Qualidade de ensino e construção de conhecimento no Ensino Superior no Laboratório de Química da Universidade Púngue: Estudo de caso, Felix Francisco Murandira **560-573**

39 A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano: análise do alcance jurídico da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro, Luísa Natéssia Marufo..... **574-588**

40 Interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique, Boanerge Furtado Miguel Zaza..... **589-604**

41 Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade de Maputo (2012 - 2020), Inácio Ernesto Minzo..... **605-624**

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.16-36 |. 2024.

La hiéroglyphisation de -*dimu* (esprit)

Peresch Aubham Edouhou *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-6426-9637

RÉSUMÉ (francês)
Ce texte s'inscrit dans une série de publication proposant la *hiéroglyphisation* des langues ntoïques (bantoues) à partir du corpus de la parenté linguistique entre l'égyptien ancien (langue kémienne) et les langues kandiennes modernes, parenté établie par de Mboli (2010; 2024) et Imhotep (2020; 2023). Dans chaque publication, nous aborderons donc la *hiéroglyphisation* d'un mot (et ses dérivés) à la fois. Pour le présente texte, nous traiterons le mot du Bantu commun *dimu* (esprit, âme). Comme la plupart des langues kandiennes ne possède pas encore une écriture (fonctionnelle), notre objectif, au travers de ce projet linguistique (une série de publication), est de leur conférer la *littera* (lettre) pour qu'elles possèdent une *littéra*-ture (écriture). Nous avons décidé de leur conférer, pour cette série, la *littera hieroglyphica* (lettre hiéroglyphique), par nécessité d'une endogénéité graphique (qui marque une décolonisation graphique et scripturale), l'égyptien ancien étant une langue génétiquement apparentée aux langues bantoues (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020; MBOLI, 2024). La *littera latina* (lettre latine) nous servira de système d'écriture alternatif (divulgation, vulgarisation), un peu comme le sont les *romajis* (*littera Romae*, écriture romaine) japonais. L'idée est de promouvoir l'émergence ou *la re-naissance* des *Lettres kandiennes* (*Makanda ma Kanda*), ou *Littérature kandienne* (SY, 2014), en nous servant d'un système graphique ancestral et endogène, les /mdw-nṯr/ *[mɑ-dule n-ʧore] (Paroles de Dieu), appelé *hiéroglyphes* par les grecs, et reconquérir la pratique de l'écriture dont *Kanda* est le berceau (SY et al., 2014).

MOTS-CLÉS
Lettres Kandiennes; Hiéroglyphisation ; Langues Africaines; Langues Ntoïques

A hieroglifização de -*dimu* (espírito)

RESUMO (português)
Este texto faz parte de uma série de publicações que propõem a *hieroglifização* das línguas ntoicas (bantu) com base no corpus de parentesco linguístico entre o egípcio antigo (língua kemiana) e as línguas kandianas modernas, parentesco estabelecido por Mboli (2010; 2024) e Imhotep (2020; 2023). Em cada publicação, portanto, trataremos da *hieroglifização* de uma palavra (e seus derivados) de cada vez. Para o presente texto, trataremos da palavra do Bantu comum *dimu* (espírito, alma). Como a maioria das línguas kandianas ainda não tem uma escrita (funcional), nosso objetivo, por meio deste projeto linguístico (uma série de publicações), é conferi-lhes a *littera* (letra) para que tenham uma *litera*-tura (escrita). Decidimos dar-lhes a *littera hieroglyphica* (letra hieroglífica), por necessidade de endogeneidade gráfica (que marca uma descolonização gráfica e escritural), sendo o egípcio antigo uma língua geneticamente relacionada com as línguas bantu (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020). A *littera latina* (letra latina) será usada como sistema de escrita para alternativo (divulgação, popularização), à semelhança do *romaji* (*littera Romae*, escrita romana) japonês. A ideia é promover a emergência ou o renascimento das *Letras kandianas* (*Makanda ma Kanda*), ou *Literatura kandiana* (SY, 2014), usando um sistema gráfico ancestral e endógeno, os /mdw-nṯr/ *[mɑ-dule n-ʧore] (Palavras de Deus), chamados *hieróglifos* pelos gregos, e reconquistar a prática da escrita, da qual *Kanda* é o berço (SY et al., 2014).

* Nascido em Makokou (Gabão), é kweléfono, ikotáfono e Licenciado em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mestre em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), e doutorando em Letras (Literatura) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: edouhoue@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE
Letras Kandianas; Hieroglifização; Línguas Africanas; Línguas Ntoicas

ⲉⲕⲓⲁⲗ -ⲧⲏⲙⲟ ⲧⲟ ⲉⲓⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲕⲏⲙⲁ

ⲙⲱⲗⲉⲓ (bekwel)
ⲙⲉⲕⲁⲛⲁ ⲙⲁⲕ ⲓⲉ ⲉ ⲙⲉⲕⲉⲛ ⲙⲉⲥⲁ ⲙⲉⲕⲓⲉⲗ ⲉⲗⲓⲁⲁⲗ ⲛⲁⲁ, ⲙⲉⲓⲱⲛϩ ⲙⲉ ⲕⲁⲛⲧⲁ ⲓⲉ ⲉ ⲛⲉ ϩⲱⲉⲓⲗ ⲉⲕⲓⲁⲗⲁⲩ ⲛⲉ ⲙⲉⲓⲕⲓⲁⲗⲁ ⲙⲉ ⲕⲏⲙⲓ, ⲉⲓⲧⲉⲉ ⲛⲁⲁ, ⲙⲃⲱⲗⲓ (2010; 2024) ⲃⲉ ⲉ ⲉⲓⲙϩⲱⲧⲉⲡ (2020; 2023) ⲗⲓⲁⲁⲗ ⲛⲁⲁ, ⲛⲁⲁⲗⲉⲓ ⲉ ⲕⲏⲙⲓ ⲛⲉ ⲉⲓⲗⲉⲓ ⲉ ⲭⲁⲙⲁ ⲃⲉ ⲉ ⲛⲉ ⲛⲓⲏⲭ ⲛⲕⲱⲧ. ⲧⲟ ⲭⲁⲗⲁⲧ ⲛⲕⲱⲛⲕⲱⲧ ⲙⲁⲁⲕⲓⲁⲗ ⲉ ⲉⲕⲱⲁ ⲛⲕⲱⲧ ⲛⲉ ⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲕⲏⲙⲁ. ⲉⲓⲙⲉⲕⲁⲛⲁ ⲙⲁⲕ, ⲛⲁⲁ ⲙⲉⲥⲉⲉ ⲉ ⲉⲕⲱⲁ -ⲧⲏⲙⲟ ⲧⲓ ⲧⲟ ⲙⲃⲱⲁ ⲉⲓⲗⲉⲓ ⲉⲃⲱⲧ. ⲧⲁⲁ ⲙⲃⲱⲁ ⲙⲉⲓⲱⲛϩ ⲉ ⲕⲁⲛⲧⲁ ⲧⲓ ⲁⲁⲃⲉ ⲛⲉ ⲙⲉⲓⲕⲓⲁⲗⲁ ⲏ, ⲙⲁⲙ ⲕⲓⲉⲗ ⲉ ⲉⲭⲉ ⲃⲉ ⲉⲓⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲧⲟ ⲙⲉⲕⲁⲛⲁ ⲙⲁⲕ ⲃⲉⲛⲏⲕⲁⲗⲉⲓⲥⲁ ⲙⲉⲕⲁⲣⲁⲙⲁ (ⲙⲉⲓⲕⲓⲁⲗⲁ). ⲙⲁⲙ ⲭⲉ ⲙⲉⲓⲱⲛϩ ⲙⲓⲛⲁ ⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲃⲱⲧ ⲉⲕⲏⲙⲁ, ⲙⲉⲥⲟ ⲙⲉ ⲛⲁⲁ, ⲙⲉⲕⲓⲉⲗ ⲉ ⲛⲁⲁ, ⲙⲓⲛⲁⲧⲓⲕ ⲛⲉ ⲃⲉⲭⲁⲗⲁⲧ ⲃⲉⲧⲁⲧ, ⲙⲉⲥⲟ ⲙⲉ ⲛⲁⲁ, ⲛⲁⲗⲉⲓ ⲉⲕⲏⲙⲓ ⲓⲉ ⲉ ⲙⲱⲛⲓⲏⲭ ⲉ ⲙⲉⲓⲱⲛϩ ⲙⲓⲛⲁ (DIOP, 1977; OBENGA, 1993; MBOLI, 2010; BILOLO, 2011; IMHOTEP, 2020; MBOLI, 2024). ⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲃⲱⲧ ⲉⲣⲱⲙⲁ ⲟⲩⲁⲁⲧⲓ ⲉ ⲑⲏⲣⲓ ⲙⲃⲓ ⲕⲁⲣⲁⲙⲁ, ⲧⲁⲁ ⲉⲓⲣⲱⲙⲁⲭⲓ (ⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲣⲱⲙⲁ) ⲉⲃⲱⲧ ⲉ ⲓⲁⲡⲱⲛ. ⲙⲉⲕⲓⲉⲗ ⲉ ⲛⲁⲁ, ⲉⲓⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲓⲭⲁⲣⲁ (ⲙⲁⲕⲁⲛⲧⲁ ⲙⲁ ⲕⲁⲛⲧⲁ) ⲱ ⲙⲉⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲙⲉ ⲭⲁⲣⲁ (SY, 2014) ⲃⲁⲁⲃⲟⲩⲗⲁ ⲧⲁⲁ ⲗⲓⲛⲁ ⲛⲉ ⲙⲉⲓⲕⲓⲁⲗⲁ ⲃⲉⲧⲁⲧ, ⲉⲓ- /mdw-nṯr/ *[mɑ-dule n-ʧore] (ⲙⲉⲕⲱⲁ ⲙⲉ ⲥⲛⲃ), ⲉⲓ ⲃⲱⲧ ⲃⲱⲧ ⲉⲗⲁⲧⲁ ⲭⲟⲟ ⲓⲉⲣⲟⲕⲗⲩⲫⲓⲕⲁ, ⲙⲓⲛⲁⲛⲏⲃⲁⲁⲛⲟⲟ ⲙⲉⲓⲕⲓⲁⲗⲁ ⲉⲓ ⲕⲁⲛⲧⲁ ⲛⲁⲃⲓⲁ ⲏ (SY et al., 2014).

ⲃⲉⲥⲁⲡ-ⲙⲉⲕⲱⲁ

ⲙⲉⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲙⲉ ⲭⲁⲣⲁ; ⲉⲕⲓⲁⲗ ⲧⲟ ⲉⲓⲕⲁⲣⲁⲙⲁ ⲉⲓⲃⲱⲧ ⲉⲕⲏⲙⲓ; ⲉⲓⲗⲉⲓ ⲉⲓⲃⲱⲧ

Introduction

La *hiéroglyphisation* des langues kandiennes (et ntoïques, en particulier) s'effectue en quatre étapes, à savoir: 1) l'établissement de la parenté génétique entre l'égyptien ancien (kémien) et les autres langues kandiennes; 2) identification des cognats internes et externes du kémien (égyptien ancien); 3) identification des morphèmes; 4) identification des cognats ayant la structure (squelette) ou séquence phonologique similaire ou approximative; 5) et enfin, la hiéroglyphisation. Les première, deuxième et quatrième étapes ont déjà été effectuées par Mboli (2010; 2024), Imhotep (2020; 2023), et bien d'autres. Nous utiliserons donc leur corpus pour effectuer la dernière étape. Rappelons ici que ces étapes ne suivront pas nécessairement un ordre linéaire; elles pourront s'effectuer simultanément ou parallèlement. Selon Bilolo (2011), les langues dites bantoues, que nous appelons *ntoïques* (du pagibete *n-to*, être humain), possédaient un système d'écriture, l'écriture hiéroglyphique: « L'essai du Dictionnaire 'trilingue', mieux 'tri-dialectal': Cikam-Copte-Ciluba dévoile que les langues dites Bantu sont des langues écrites et que les écritures pharaoniques sont les monuments de la manière dont elles s'écrivaient depuis la fin du IVème millénaire avant notre ère » (BILOLO, 2011, p. 214).

Cette thèse est également soutenue par Mboli (2024) lorsqu'il affirme que le proto-bantu, et par extension les langues bantoues, est proche de la proto-langue (négro-égyptien) qui a donné naissance à l'égyptien ancien et à d'autres langues kandiennes:

> Nous connaissons dans ses grandes lignes le *négro-égyptien*, l'ancêtre prédialectal des quatorze langues que nous avons comparées dans notre précédent ouvrage. Sa phonologie, sa morphologie et son lexique ont été minutieusement reconstituées à partir des éléments disponibles. Nous savons également qu'il se subdivise en deux branches (bere et beer) mais il présente également une isoglosse traversant le continent africain d'est à l'ouest et séparant des langues conservatrices au sud (bantu, nuer, etc.) d'autres plus évoluées au nord (hausa, bambara, etc.). Chaque langue négro-égyptienne peut donc être identifiée à la fois par son appartenance à l'une ou l'autre branche et par ses caractéristiques conservatrices ou non. Notre objectif ici est de tester cette reconstruction sur de nouvelles langues afin de l'affiner, de mieux connaître la genèse de certaines langues importantes ou familles de langues (bantu, sémitique, indo-européen) à partir de cet ancêtre prédialectal. Ce dernier étant quasiment identique au proto-bantu, cela revient également à savoir comment passer de la morphologie bantu à la morphologie actuelle de la langue considérée. (MBOLI, 2024, p. 13)

L'identification, par Mboli (2010; 2024) et Imhotep (2020; 2023), de plusieurs dialectes (voire langues) présents dans les textes hiéroglyphiques nous indique qu'il est probable que les langues des peuples kandiens dont la tradition orale évoque une migration depuis la Vallée du Nil, voire même de l'Égypte antique (NDIGI, 1997; LAM, 2000; 2001; HARE, 2018), auraient pu être hiéroglyphisées à un moment donné de l'histoire. Toutefois, même si cela n'était pas le cas, elles ont, sans aucun doute, été hiéroglyphisées par affiliation ou parenté génétique avec le *kémien*. De ce fait, il est légitime qu'elles acquièrent le même système d'écriture qui, selon Diodore de Sicile (1851), serait d'origine éthiopienne (kandienne).

Pour le lexique (et variantes) kémien (égyptien) non cité dans le corpus de Mboli (2010; 2024) et Imhotep (2020; 2023), nous avons consulté les dictionnaires de Budge (1920), Erman et Grapow (1925), Faulkner (2017), Vygus (2018)[1], et certaines plateformes en ligne[2] pour étendre le corpus. Nous avons essayé de citer un grand nombre de variantes possibles (du mot kémien), et ses dérivés, pour mieux visualiser l'orthographe à adopter pour hiéroglyphiser les autres langues kandiennes.

La hiéroglyphisation de *-dim-u* (esprit)

D'après Mboli (2024), l'égyptien ancien /j-**t**.**m**-(w)/ *[**t**e.**m**o)] (dieu, le dieu Atoum) correspond au Bantu Commun (BC) ***e-dim-u*** (esprit, âme).

I) *Parenté génétique*

/j-**t**.**m**/ *[**t**e.**m**o]/[**t**i.**m**o] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

ⲁ-ⲧⲟⲩ /(h)a-**t**u.**m**/, ⲁ-ⲑⲱⲙ /(h)a-**t^{h}**o.**m**/, ⲉ-ⲑⲱⲙ /(h)e-**t^{h}**o.**m**/ = le dieu Atoum (Copte)

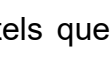
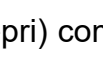
[1] Mark Vygus Dictionary: https://www.scribd.com/doc/294958634/Mark-VyGus-Dictionary
[2] VÉgA: Vocabulaire de l'Égyptien Ancien: https://app.vega-lexique.fr/

e-**d**i**m**-u [(k)e-**d**i.**m**-u] = esprit, âme (BC)

mo-**d**i**m**-u [m.o-**d**i.**m**-u] = esprit, âme (BC)

Rappelons ici que cette parenté génétique a été établie après une longue série de correspondances phonétiques régulières, ainsi que de la morphologie et grammaire comparées, qui sont des étapes requises pour l'application rigoureuse (et scientifique) de la méthode comparative en linguistique comparée. Dans notre texte, nous ne présentons qu'un échantillon du travail (colossal) de Mboli (2010, 2024). Nous recommandons vivement la lecture de ses textes, qui apportent certaines réponses pertinentes pour la linguistique et l'égyptologie kandiennes (africaines).

II) *Les cognats internes de l'égyptien*

Bien que nous préférions laisser pour plus tard (prochaines publications) l'analyse approfondie des cognats du mot en étude, nous voulons brièvement mentionner que Mboli (2010) établit les mots tels que  /r.ʾ/ *[re.ho] (le dieu Ra), /j-t.n/ *[he-tɑnɑ] (le dieu Aton), et /ḫpr.j/ *[ço.pe.ɾe-he] (le dieu Khepri) comme cognats internes de  /j-t.m/ *[te.mo] (dieu Atoum):

> 1) *((*ki*,*ku*),*ki*),*ŋʲʷə* > **kʰihuR̃ɨ* > **r̃iho* > *rʾ* « Dieu Soleil Râ »
> 2) *((*ki*,*ku*),*kʷ*),*ŋʲʷə* > **kihuR̃ɨ* > **hɨ̌-tihuR̃ɨ* > **hɨ̌-tuR̃ɨ* > *jtn* « Dieu Aton (disque solaire) »
> 3) *((*ki*,*ku*),*ki*),*ŋʲʷə* > **kihuR̃ɨ* > **hɨ̌-tihuR̃ɨ* > **hɨ̌-tuR̃u* > *j.tm* « Dieu Atoum (soleil couchant) »
> 4) *((*ki*,*ku*),*ki*),*ŋʲʷə* > *(*ki-ku*)-*ki-hɨ* > **kʰipʰu-ki-hɨ* > *ḫpr.j* « Dieu Khepri (soleil levant) »
> À la lumière de cette reconstruction il apparaît qu'on a affaire à quatre dénominations dialectales différentes du même Dieu unique et que la théologie solaire de l'Égypte ancienne telle qu'elle nous est révélée dans les textes hiéroglyphiques n'est qu'une synthèse harmonieuse d'idées religieuses de peuplades ayant au départ la même conception de la Divinité et qui se seraient ensuite retrouvés contraints de cohabiter dans la vallée égyptienne du Nil, aucun ne voulant renoncer à « sa » Divinité. C'est uniquement de cette façon qu'on peut expliquer de façon simple la multitude de Dieux créateurs du panthéon égyptien. (MBOLI, 2010, 414)

Organisons ces informations dans des tableaux comparatifs pour mieux appréhender la structure phonologique de ces mots.

1) /r.ʾ/ *[reho]/[re.ʔo] = Dieu Soleil Râ

Tableau 1: évolution phonologique de Râ

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**	**V_3**
Négro-égyptien	k^h	i	h	u	R̃	ɨ
Négro-égyptien	r̃	i	h	o		

Kémien	**r**	*a	ʾ *[ha]			

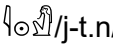
2)  /j-t.n/ *[he-te.nɑ] = Dieu Aton

Tableau 2: évolution phonologique de Aton

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**	**V_3**
Négro-égyptien	k	i	h	u	ɾ̃	ɨ
Négro-égyptien	t	i	h	u	ɾ̃	ɨ
Négro-égyptien	t			u	ɾ̃	ɨ
Kémien	**t**	*i			**n**	

3) /j-t.m/ *[te.mo] = Dieu Atoum

Tableau 3: évolution phonologique de Atoum

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**	**V_3**
Négro-égyptien	k	i	h	u	ɾ̃	ɨ
Négro-égyptien	t	i	h	u	ɾ̃	ɨ
Négro-égyptien	t			u	ɾ̃	u
Kémien	**t**	*i			**m**	

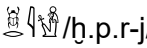
4)  /ḫ.p.r-j/ *[ço.pe.ɾe-he] = Dieu Khepri

Tableau 4: évolution phonologique de Khepri

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**	**V_3**
Négro-égyptien	k	i	k	u	k	i
Négro-égyptien	k^h	i	p^h	u	k	i
Kémien	**ḫ**	*i	**p**	*u	**r**	*i

Imhotep (2020a; 2020b), quant à lui, ajoute à la liste les mots /k.ɜ/ *[kole] (force vitale), /ḥ.r/ *[χore]/[χole] (dieu), /ḥ.r/ *[χore]/[χole] (dieu Horus), /w-sj.r/ *[wosohere]/[wosore] (dieu Osiris), comme cognat de /n-ṯ.r/ *[nɑ-ʧo.ɾe] (dieu, divinité), mot que Mboli (2010) établit également comme cognat de /j-t.m/ [*te.mo] (dieu

Atoum). Ces mots, que Mboli (2010, 2024) relie aux mots et concepts de l'ancestralité, ferons l'objet de nos prochaines publications.

III) *Les morphèmes*

a)

Préfixe d'animé en *_hi_-: E *j*- ou ø / BC e-, ɛ-

Selon les résultats de Mboli (2010, 2024) le préfixe d'animé égyptien /j-/ *[hei] correspond au préfixe du Bantu Commun *e*- (*ɛ*-) (classe 7). Nous présentons ci-dessous la reconstruction proposée par Mboli, qui stipule que:

> Il s'agit du préfixe des noms d'agents et d'instruments dont une version plus ancienne est à l'origine de l'affaiblissement des occlusives radicales en position initiale. C'est le mot négro-égyptien *k^wi < *k^wiki « bois » qui en est l'origine, combiné avec le primolexème **hu* « souffle ». (MBOLI, 2024, p. 41)

Il fournit des correspondance mettant en exergue ce préfixe d'animé. Organisons ses résultats dans le tableau comparatif:

Tableau 5: préfixe des noms d'agents et d'instruments

Kémien	**Bantu Commun**	**Correspondances**
/**j**-t.m-w/ *[**h**e-te.mo], le dieu Atoum	**e**-dim-u, esprit, âme	**j**: **e** t: d m: m w: u
/r.k/ *[re.ko], temps, période	**ɛ**-dɛk-ɔ, période	**ø**: **ɛ** r: d k: k ø: ɔ
/**j**-n-p.w/ *[he-m-pule], dieu chien Anubis	**ɛ**-m-bu-a [(h)**ɛ**-m-bw-a], chien	**j**: **ɛ** n: m p: b

Tableau 6: évolution phonologique du préfixes des noms d'instruments

	C_1	V_1	C_2	V_2
Négro-égyptien	*k^w	*i	*k	*i
Négro-égyptien	*k^w	*i		
Moyen égyptien	h	i		
Bantu Commun	(*k)	e		
Latege (cl. 7)	k	a		

Ciluba (cl.7)	c /ʧ/	i		
Lingala (cl.7)	(*k)	e		
Ikota (cl.7)	(*k)	e		

b)

Selon Mboli (2010, 2024), le suffixe du masculin kémien 𓇋/ꜣ/ et 𓅱, 𓏲/w/ (ou ø), correspond au Bantu commun /u/, /o/ et /ɔ/. Ainsi, les voyelles finales (des substantifs) bantoues de forme *-u*, *-o* et *–ɔ* seraient des résidus du suffixe du masculin. Voyons la reconstruction de Mboli (2010) que nous organisons dans un tableau comparatif.

**kǐr̃ʷ* « homme (vir) » > **-cʰʷŭ* > **-hu* « suffixe du masculin »

Tableau 7: évolution phonologique de l'affixe du masculin

	C_1	**V_1**	**C_2**
Négro-égyptien	*k	*ĭ	*r̃ʷ
Négro-égyptien	*cʰʷ	*ŭ	
Négro-égyptien	*h	*u	
Kémien	𓅱/w/ *[r̃], *[h], *[w]	*/ꜣ/	
Kémien		𓇋/ꜣ/	
Kémien	ø	ø	ø
Bantu commun		/u/, /o/, /ɔ/	

c)

Mboli (2010; 2024) établit une correspondance entre le préfixe d'animé kémien /n-/ et celui des langues ntoïques /**n**/, /**ŋ**/, /**m**.o/, /**m**.i/, /**m**/. Selon lui:

1) Préfixe d'animé en **ŋ*: E *n-* ou ø / BC N- (nasale homorganique)

> C'est l'un des rares préfixes du négro-égyptien tardif sinon le seul qui soit synchronique des suffixes jusqu'ici isolés. C'est qu 'il est issu d'un morphème jouant le rôle de déterminé au moment de sa grammaticalisation, sachant que dans cette proto-langue, le déterminé précède toujours le déterminant. Il s'agit du proto-mot « être humain » (zandé *ni* « personne »). (MBOLI, 2024, p. 39)

Il fournit des correspondance régulières mettant en exergue ce préfixe d'animé, données que nous organisons dans le tableau comparatif suivant:

Tableau 8: préfixe d'animé

Kémien	Bantu Commun	Correspondances
/**n**-ṯ.r/ +Z1 *[**n**(ə)-ʧo.ɾ-o], dieu	**n**-dot-o, rêve	**n**: **n** t: d r: t ʉ: o
/**n**-ṯ.r/ + Z1 *[**n**(ə)-ʧo.ɾ-o], dieu, étoile	**n**-zot-o, étoile	**n**: **n** t: z r: t ʉ: o
/**n**-ḥ.ʒ/ *[**n**ə-χu.le], eaux dangereuses	**m**-bul-a, pluie	**n**: **m** ḥ: b ʒ: l
/**n**-p.r-w/ *[**m**-po.ɾe-u], graine	**m**-bot-o, graine	**n**: **m** p: b r: t w: o
/j-**n**-p.w/ *[he-**m**-pule], dieu chien Anubis	ɛ-**m**-bwa, chien	j: ɛ **n**: **m** p: b^{w}

D'après les réflexes attestés de ***ŋ***- dans les mots ***n***-*doto* (rêve), ***n***-zoto (étoile), ***m***-*bula* (pluie), ***m***-*boto* (graine) et ***m***-*bwa* (chien), ils correspondent aux classes 3 et 9.

Selon Mboli (2024), la forme complète du gyphe /w/, qui sert parfois de suffixe du masculin, du pluriel, et de bien d'autres affixes, est en fait un bilitère (deux lettres) et se réalise /wule/, /hule/ en vieil égyptien, et /wle/ (> /we/) en moyen égyptien, et que le glyphe Z1 en serait la réduction vocalique en /o/, et Z2 ( ) la réduction vocalique en /u/ (ceci concerne également tout morphème réduit en /u/). En d'autre terme, Z1, Z2, et Z4 (comme nous le verrons plus tard) ne sont que des signes servant à noter les voyelles /o/, /u/ et /i/.

Tableau 9: le gyphe de l'affixe du masculin

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**
Vieux kémien	/h/	/u/	/l/	/e/
Vieux kémien	/w/	/u/	/l/	/e/
Moyen kémien	/w/		/l/	/e/
Copte	/w/			/e/
Agni			/l/	/e/
Peul		/o/	/l/	

Tableau 10 : évolution phonologique de l'affixe du masculin

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**
	/h/	/u/	/l/	/e/
	/w/	/u/	/l/	/l/
𓇋𓇋𓇋		/u/		
𓇋		/ꜧ/ *[o]		

2) Préfixe d'animé en *$ŋ^w$- [$ɶ^w$-]: E *w-* / BC N-

> Il s'agit d'un ensemble de préfixes homophones marquant respectivement le « masculin » d'une part et les noms de lieu et les abstraits de l'autre. Le premier est issu de la combinaison de l'affixe d'animé *$ŋ$ avec le suffixe du « masculin » *-*hꜧ* tandis que le second dérive de *$ŋ$ et du suffixe des noms de lieu *-*hŭ*. Ces combinaisons seront réutilisées plus tard pour générer les affixes en *mV (BC *mu-*, *ma-*, *mi-*; H *ma-*, *-mi*, *-ma* ; Z *-mə*) ou en $ŋ$V (S *-ngɔ*, Heiban $ŋ$V-) pendant la toute dernière phase du négro-égyptien tardif (l'égyptien ancien répond au *ma-* bantu par le suffixe *-nw* des noms de lieu et d'abstraits). (MBOLI, 2024, p. 40)

Il fournit quelques correspondance régulières que nous organisons, une fois de plus, dans le tableau comparatif suivant:

Tableau 11: affixe des animés

Kémien	**Bantu Commun**	**Correspondances**
𓅱𓃀𓅱𓊪/**w**-d.ʒ/ *[**w**u-ɟɑ.le], magasin	**n**-dak-o, maison	**w**: **n** d: d ʒ: k ø: o
𓅱𓃀𓏏/**w**-d-t/ *[**w**u-ɟɑ-te], décret	**n**-dak-á, promesse	**w**: **n** d: d ø: k t: á
𓅱𓃀𓅱𓄿/**w**-d.ʒ-w/ *[**w**u-ɟu.lu], bien-être	**n**-ɟu-i, miel	**w**: **n** d: ɟ ʒ: ø

a) Tableau 12: évolution phonologique de l'affixe des animés et du masculin

	Affixe d'animé	**Suffixe du masculin**	
Négro-égyptien	*ŋ	*h	*ꜧ
Négro-égyptien	*ŋ	*w	

Kémien		/w/	
Bantu commun	/n/		
Bantu commun	/m/		

b) Tableau 13: évolution phonologique de l'affixe des animés et des noms de lieu

	Affixe d'animé	**Suffixe des noms de lieu**	
Négro-égyptien	*ŋ	*h	*ŭ
Négro-égyptien	*ŋ	*w	
Kémien		/w/	
Bantu commun	/n/		
Bantu commun	/m/		

Comme pour les mots précédents, l'affixe d'animé ***ŋ**^{w}*- correspond au préfixe bantu de classe 3 ou 9.

3) Préfixe d'animé en *$ŋ^{j}$- [$\tilde{R}^{j}$-]: E *j-* / BC n-

Ce préfixe est issu du mot négro-égyptien *$ŋ$-$xɨ$ « enfant » (E *nḏ* « jeune », sango *nyi* « enfant ») selon une sémantaxe encore en vigueur dans les langues négro-égyptiennes actuelles. Le mot sango *nyi-tá íta* « frère » / « sœur » (littéralement « enfant de maman ») montre sous nos yeux comment une telle forme a pu évoluer en *j-* en égyptien ancien et en *ŋ-* en bantu. Il s'est d'abord appliqué aux humains avant de s'étendre à tous les animés ; il se confond avec un autre préfixe d'animé, de mêmes forme et fonction, mais issu du mot *$ŋ$-$xɨ$ « corps », « personne » (E *mnj* « quelqu'un », Z *ni* idem). (MBOLI, 2024, p. 40-41)

Tableau 14: affixe des animés

Kémien	**Bantu Commun**	**Correspondances**
/**j**-t.n/ *[**h**e-te.nə], soleil	**n**-táng-u, temps, soleil	**j**: **n** t: t n: ng
/**j**-š.d/ *[**h**e-ʃe.de], un type d'arbre	**n**-zet-é, arbre	**j**: **n** š: d d: t
/**j**-s.d/ *[**h**e-so.de], salive	**n**-só-i, salive	**j**: **n** s: s

		d: ø

Tableau 15: origine de l'affixe d'animé et son évolution

	Affixe d'animé	**Mot corps**	
Négro-égyptien	*ŋ	*x	*ɨ
Négro-égyptien	*ŋ	*j	
Kémien	/n/	/ḫ/ *[χ]	*/ɨ/[3]
Sango	/n/	/y/	/i/
Kémien		/j/	
Bantu commun	/n/		

4) Suffixe d'agent en **hĭi-*: E *y-* ou *-j* / BC *i-*

> Ce suffixe est toujours actif dans les deux langues. Il est appelé adjectif *nisbé* (adjectif de relation) en grammaire égyptienne. En BC, il s'applique à des racines verbales pour former des participes et des noms (*ku-sála* « travailler » *mo-sali* « travailleur »). Il est issu de la grammaticalisation du morphème * *hiĩ-* « propriétaire de . » (E *jry* « responsable de » Z *ira* idem, H *iya* « être capable de »). (MBOLI, 2024, p. 39)

Tableau 16: suffixe d'agent

Kémien	**Bantu Commun**	**Correspondances**
/ḫ.nt-**y**/ *[χonət-**i**]/*[χont-**i**], leader	-kɔnɟ-**i**, chef	ḫ: k n: n t: ɟ **y**: **i**
/ḥ.At-**y**/ *[χanət-**i**]/*[χant-**i**], cœur	kat-**i**, au centre	ḥ: k n: ø t: t **y: i**

Tableau 17: origine du suffixe d'agent et son évolution

/j.r-**y**/ *[heri] (responsable de)

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**

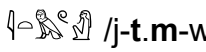
[3] /n-ḫ/ *[nəço] /n-ḫ/ *[nəço] (enfant, jeunesse)

Négro-égyptien	*h	*i	*r̃		
Kémien	/j/ *[h]	*/e/	/r/	*/e/	/y/ *[i]
Kémien		/y/ *[i]			
Zandé		/i/	/r/		/a/
Hausa		/i/	/y/		/a/
Bantu commun					/i/

IV-V) *La hiéroglyphisation*

1)

a)

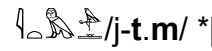
 /j-**t**.**m**-w/ *[he-**t**i.**m**u] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

/j-**t**.**m**-w/ *[he-**t**i.**m**ə-wle]/[he-**t**i.**m**ə-we] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /j/; = /t/; = /m/ *[mo]; = /w/; = déterminatif

= /j/; = /t/; = /t(m); = /(t)m/; = /m/ *[mə]; = /w/ [*wle], *[we]

b)

 /j-**t**.**m**/ *[he-**t**i.**m**o] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /j/; = /t/; = /m/ *[mo]; = déterminatif; = déterminatif

, /j-**d**.**m**/ > /j-**t**.**m**/ */[he-**d**i.**m**o] /[he-**t**i.**m**o] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /j/; = /d/ (d >t); = /m/ *[mo]; = déterminatif; = déterminatif

c)

, /t.m/ *[**t**i.**m**o] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

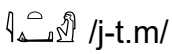
= /t(m)/; = /(t)m/; = /m/ *[mo]; = déterminatif; = déterminatif

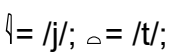
2)

En observant l'écriture hiéroglyphique avec attention, on se rendra bien compte que les scribes kémiens faisaient parfois usage de l'économie orthographique. En d'autres termes, 1) un glyphe (phonème) peut ne pas être représenté mais prononcé (translittéré); 2) un glyphe (phonème) peut être représenté mais non prononcé (non translittéré), car souvent tombé en désuétude. Ce dernier cas ressemble, par exemple, à l'écriture des langues comme l'anglais dont l'orthographe ne s'est pas adaptée à l'évolution phonétique (*dou**gh**ter* [ˈdɔu̯.**x**.tər] > *dau**gh**ter* [ˈdɔ.(ø).tɚ], fille). Toutefois, dans certains cas, les

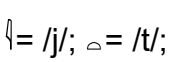
égyptologues semblent avoir translittéré ce qui ne devrait pas l'être (donc, pas prononcé). Il est important de noter ici que la *translittération* est une pure convention égyptologique, et non l'oeuvre des scribes rométiens (kémiens). Par conséquent, si un phonème n'a pas été hieroglyphisé par le scribe, cela signifie parfois qu'il est absent dans la langue parlée ou prononciation (qui évolue constamment).

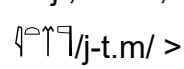
a)

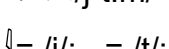
 /j-t.m/ > /j-t.m-**w**/ *[he-ti.mɑ] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

 = /j/; = /t/; = /m/; = déterminatif

/j-t.m/ > /j-t.m-**w**/ *[he-ti.mo] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

 = /j/; = /t/; = /m/; = déterminatif

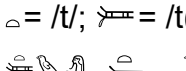
 /j-t.m/ > /j-t.m-**w**/ *[he-ti.mɑ] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

 = /j/; = /t/; = /m/; = déterminatif

b)

/t.m/ > /**j**-t.m-**w**/ *[ti.mo]/[ti.mɑ] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /t/; = /t(m)/; = /(t)m/

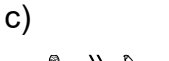
 , /t.m-**w**/ > /**j**-t.m-**w**/ *[ti.mɑ-**wle**]/[ti.mɑ-**we**] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

 = /t/; = /t(m)/; = /(t)m/; = /m/; = /w/; = déterminatif

/t.m-w/ > /**j**-t.m-**w**/ *[ti.mɑ-**wle**]/[ti.mɑ-**we**] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /t/ *[ti]/[te]; = /t(m)/; = /(t)m/; = /w/; = déterminatif

c)

 /t.m-**y**/ > /t.m/ *[ti.m**i**] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

 = /t(m)/; = /(t)m/; = /m/; = /y/ *[i]; = déterminatif; = déterminatif

Maintenant que nous avons disséqué la structure de ce mot, voyons comment ses cognats au sein d'autres langues kandiennes pourrons se *hiéroglyphiser*.

1)

/m-**t**.**m**-w/ [m.o-**d**i.**m**-(w)u] = **3**/4 esprit, âme (Bantu Commun)

Tableau 18: correspondance entre le kémien et le Bantu Commun

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif**
Kémien		/t(m)/	*/i/	/m/		/w/ *[wle]	
BC	/m/ [mo]	/t(m)/ [d]	/i/	/m/		/w/ [u]	

2)

/m-**t**.**m**-w/ [m.o-**d**i.**m**-u] = **3**/4 esprit, âme (Bantu Commun)

Tableau 19: correspondance entre le kémien et le Bantu Commun

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif**
Kémien		/t(m)/	*/i/	/m/		/w/ *[wle]	
BC	/m/ [mo]	/t(m)/ [d]	/i/	/m/		Z3 [u]	

Tableau 20: correspondance entre le Kémien et le Bantu Commun

/j-t.m/ > /j-t.m-**w**/ [(k)e-di.m-**u**] = **7**/8 esprits, fantômes (Bantu Commun)

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déter.**	
Kémien	/j/	/t/	*/i/	/m/	*/o/	(w)		
BC	/j/ [(h)e]	/t/ [d]	/i/	/m/		[u]		

Tableau 21: évolution du gyphe /w/ */wule/ > *[r̃ʉ], *[wʉ] (kémien) : /w/ [u]

	C	V
Kémien	/w/ *[r̃]	*/ʉ/
Kémien	/w/ *[w]	*/ʉ/
Kémien		*/ʉ/
Bantu commun		/u/

3)

/**t**.**m**-y/ [(ki)-**d**i.**m**-i] = **7**/8 esprit, fantôme (Mpiemo)

Tableau 22: correspondance entre le kémien et le mpiemo

	Préfixe	C_1	V_1	C_2	V_2	Suffixe	Déterminatif(s)	
Kémien		/t(m)/	*/i/	/m/		(/y/ *[i])		
Mpiemo	*/ki/	/t(m)/ [d]	/i/	/m/		/y/ [i]		

/y/ *[i] (kémien) : /y/ [i] Tableau 23: suffixe d'agent en kémien et em mpiemo

	V
Kémien	/i/
Mpiemo	/i/

Bien qu'ayant évolué en /u/ dans le système linguistique néo-kémien (ALLEN, 2020 ; ČERNÝ, 1984 ; JUNGE, 2005), le maintient du glyphe /wule/ > */wle/ > */we/ > * /w/ > */u, */o/, qui représentent des syllabes de types CVCV > CV (MBOLI, 2024), pour représenter les résidus vocaliques ntoïques (-CV > -V ou -CV > C > V), se justifie également par l'exemple des langues comme le français, où dans certains mots (ayant connu des mutations phonétiques), la consonne, *orthographiée*, demeure muette (tombée en désuétude):

1)

*pie**d*** [pje.ø] < *pĕ**d**em* /pe.de.m/ (latin) Tableau 24: origine du *d* muet en français

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**
Latin	p	ĕ	**d**	e	m
Français	p	je			

2)

*ni**d*** [ni.ø] < *nī**d**us* /ni:.**d**u.s/ (latin) Tableau 25: origine du *d* muet en français

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**
Latin	n	ī	**d**	u	s
Français	n	i			

3)

voler [vo.leø] < *vola**re*** /wo.la.**r**e/ (latin) Tableau 21: origine du *r* muet en français

	C_1	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**C_3**	**V_3**
Latin	w	o	l	a	**r**	e
Français	v	o	l	e		

4) Tableau 26: correspondance entre le kémien et le bekwel

, , /**t**.**m**/ [(ki)-**d**i.**m**(i)] = **7**/8 esprit, fantôme, revenant (Bekwel)

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif(s)**	
Kémien		/t(m)/	*/i/	/m/				

Bekwel	*/ki/	/t(m)/ [d]	/i/	/m/				

/j-**t**.**m**/ [(h)ɪ-**d**i.**m**] = 7/**8** esprits, fantômes, revenants (Bekwel) Quadro 27: correspondance entre le kémien et le bekwel

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif(s)**	
Kémien	/j/ *[he]	/t/	*/i/	/m/		(w)		
Bekwel	/j/ [(h)ɪ]	/t/ [d]	/i/	/m/				

Bien que représenté par le même glyphe (/j/ *[he]), et paraissant différents à première vue, le préfixe kémien d'animé a un lien avec le préfixe bekwel (préfixe de classe 8). Nous avons choisi le glyphe /j/, qui peut évoluer en /i/, pour *hiéroglyphiser* le préfixe de classe 8 bekwel, réduit à une voyelle (**k^wi-* > **bi-* > *i*), car non seulement il s'agit du même morphème, mais aussi à cause de son évolution en voyelle (ALLEN, 2020 ; ČERNÝ, 1984 ; JUNGE, 2005), qui n'est en fait que la chute de la consonne (/he/ > /e/). Mboli (2010) nous en dit plus sur ces affixes:

> Les noms d'arbres et d'objets en bois ou en forme de bois (être humain) en étant précédés le plus souvent du mot **k^wiki* > **k^wi* « arbre, bois », ont progressivement mené à la constitution en proto-bantu d'une nouvelle classe nominale. Elle est de ce fait caractérisée par un préfixe de forme **ə-k^wi-* au singulier et **ə-w-k^wi-* > **ə-βi-* au pluriel. Cette paire (**ə-k^wi-*, **ə-βi-*) est manifestement à l'origine de la classe 7 des bantouïstes et de son pluriel (classe 8) : 1. **ək^{w}i-* > swahili *ki-*, lingala *e-*, zulu *isi-* ; 2. **əβi-* > swahili *vi-*, lingala *bi-*, zulu *izi-* (MBOLI, 2010, p. 483)

Ainsi, les préfixes ntoïques de classes 7 (**ki-*) et 8 (**bi-*) possèdent une même étymologie que l'affixe d'agent kémien /j/ *[he]. Voyons comment ils sont organisés dans un tableau comparatif:

Tableau 28: évolution phonologique des préfixes de class. 7 et 8

	Préfixe		**Pluriel**	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**
N-E	*h	*ɨ	*w	*k^w	*i	*k	*i
N-E		*ə	*w	*k^w	*i		
Zulu (7)		i		s	i		
Zulu (8)		i		z	i		
Swahili (7)				k	i		
Swahili (8)				v	i		

Lingala (7)					e		
Lingala (8)				b	i		
Lategе (7)				k	a		
Lategе (8)					e		
Ikota (7)					e		
Ikota (8)				b	e		
Bekwel (7)				ø	ø		
Bekwel (8)					e [ɪ]		
Kémien				ʕ/j/ *[h]	*e		

Comme nous pouvons le voir, le *e-* /i/ bekwel est un résidu du préfixe 8 (**bi-* > *i-*).

lamb-o [(ki)-lɑ.mb-ɔ] pl **bi**-lamb-o [**bi**-lɑ.mb-ɔ] = 7/8 piège (Mpiemo)

lam [(ki)-lɑ.m(b)-(o)] pl **bi**-lam [**bi**-lɑ.m(b)-(o)] = 7/8 piège (Njiem)

lam [(ki)-lɑ.m(b)-(o)] pl **bi**-lam [**bi**-lɑ.m(b)-(o)] = 7/8 piège (Nzime)

lam [(ki)-lɑ.m(b)-(o)] pl **bi**-lam [**bi**-lɑ.m(b)-(o)] = 7/8 piège (Badwe'e)

lab [(ki)-lɑ.ː(m)b-(o)] pl **e**-lab [(b)**ɪ**-lɑ.ː(m)b-(o)] = 7/8 piège (Bekwel)

Tableau 29: évolution phonologique de la classe 8 en bekwel

	Préf. cl.8		**C_1**	**V_1**	**Nasale**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**
	C_0	V_0						
Mpiemo (A86c)	**b**	**i**	l	a	m	b	o	
Njiem (A84)	**b**	i	l	a	m			
Nzime (A841)	**b**	**i**	l	a	m			
Badwe'e (A842)	**b**	**i**	l	a	m			
Bekwel (A85b)		**e** [ɪ]	l	a	ː	b		

Ainsi, pour hiéroglyphiser le /(b)i/ (préfixe de classe 8) bekwel, il suffit d'emprunter le préfixe d'agent kémien et rendre muette la consonne ((C)V).

5)

, , /j-**r**.**m**/ > /j-**r**.**m**-w/ [(h)e-**l**i.**m**-o] = esprit (Lingala)

, , /j-**r**.**m**-y/ [(h)e-**l**i.**m**-ɑ] = esprit (Lingala)

, , /m-**r**.**m**/ > /m-**r**.**m**-w/ [m.o-**l**i.**m**-o] = âme d'un défunt, fantôme, revenant, (Lingala)

= /m/ *[mo]; = /m/ *[mə]; = /r/ [l]; /y/ [ɑ]; = déterminatif; = déterminatif

Tableau 30: correspondance entre le kémien et le lingala

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif(s)**	
Kémien	/j/	/t/	*/i/	/m/		(/w/)		
Lingala	/j/ [(k)e]	/r/ [l]	/i/	/m/		[o]		

Tableau 31: évolution phonologique de l'affixe du masculin

/w/ *[r̃ʉ], *[wʉ] (kémien) : /w/ [u(w)]

	C	**V**
Kémien	/w/ *[r̃]	*/ʉ/
Kémien	/w/ *[w]	*/ʉ/
Kémien		*/ʉ/
Lingala		/o/

6)

, , /m-**r**.**m**/ > /m-**r**.**m**-w/ [m.o-**l**i.**m**-o] = esprit (Pagabete)

/m-r.m-Z1/ > /m-**r**.**m**-w/ *[m.o-**l**i.**m**-o] = dieu, le dieu Atoum (Kémien)

= /m/; = /r/ [l]; = /m/; /o/; = déterminatif; = déterminatif

Tableau 32: correspondance entre le kémien et le pagabete

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif**
Kémien	/j/ *[he]	/t/	*/i/	/m/	/o/		
Pagabete	/m/ [mo]	/r/ [l]	/i/	/m/		[o]	

Z1 *[ʉ], *[o] (kémien) : Z1 [o]

Tableau 33: affixe masculin vocalique

	V
Kémien	*/o/
Kémien	*/o/

Kémien	*/o/
Pagabete	/o/

Tableau 34: correspondance entre le kémien et le pagabete

/j-**t**.**m**-y/ [(h)e-**d**i.**m**-ɑ] = **7**/8 démon (Pagabete)

	Préfixe	**C_1**	**V_1**	**C_2**	**V_2**	**Suffixe**	**Déterminatif(s)**	
Kémien	/j/ *[he]	/t(m)/	*/i/	/m/		(/i/)		
Pagabete	/j/ [(k)e]	/t(m)/ [d]	/i/	/m/		/y/ [ɑ]		

Tableau 35: suffixe d'agent vocalique

/y/ [i] (kémien) : /y/ [ɑ] (Pagabete)

	V
Kémien	/i/
Kémien	/i/
Pagabete	/ɑ/

Conclusion

Ce texte est le début embryonnaire d'une décolonisation linguistique (et graphique) à partir d'une réappropriation d'un système d'écriture endogène (et ancestral) kandien. L'engagement de l'académie africaine en égyptologie, qui révèle des vérités cruciales pour l'avenir de *Kanda* (Afrique), ne nous laisse pas indifférent. Nous nous sommes donc saisis de cette opportunité pour faire une linguistique africaine qui vaille la peine et qui ait un sens pour nous.

Comme le texte le démontre, il est facile de *hiéroglyphiser* les langues kandiennes modernes à partir des étapes mentionnées, dont la méthode comparative est la clé de voûte. Comme le kémien et les autres langues kandiennes sont génétiquement apparentées, il est probable de rencontrer des cognats ayant des structures phonologiques similaires ou approximatives. Une fois les cognats identifiés, des ajustements pourront être effectués, et la *hiéroglyphisation* achevée.

Ceci est à peine le début d'une longue série de publications, nous l'espérons, cherchant à conférer la *littera hieroglyphica* (lettre hiéroglyphique) aux langues kandiennes à fin de constituer, au final, un corpus *littér*-aire (*littera*-tura) qui rapprocherait le sujet

kandien aux *textes pharaoniques*, qui sont son héritage. En d'autres termes, s'il arrive à lire et à écrire sa langue à l'aide des signes hiéroglyphiques, il serait en mesure de lire couramment les textes pharaoniques, et ferait en même temps l'exercice de linguistique comparée et de littérature (philosophie, religion, culture, etc.) comparée.

Références

ALLEN, James P. (2020). Ancient Egyptian phonology. Cambridge: Cambridge University Press.

BILOLO, M. (2011). Vers un dictionnaire cikam-copte-luba: Bantuïté du vocabulaire égyptien-copte dans les essais de Homburger et d'Obenga. Publications Universitaires Africaines. Germany.

BUDGE, E. A. Wallis. (1920). An Egyptian Hieroglyphic Dictionary: with an Index of English Words, King List, and Geographical List with Indexes, List of Hieroglyphic Characters, Coptic and Semitic Alphabets, etc. Vol.1. London: Dover Publications.

ČERNÝ, J. (1984). A late Egyptian grammar. Rome: Biblical Institute Press.

DIODORE DE SICILE. (1851). La Bibliothèque Historique. Tome 1. Trad. M. Ferd. Hoefer. Paris: Adalphe Delahays.

DIOP, C. A. (1977). Parenté génétique de l'égyptien pharaonique et des langue négro-africaines: processus de sémitisation. Les Nouvelles Éditions Africaines. Ifan-Dakar.

ERMAN, Adolf; GRAPOW, Hermann. (1925). Wörterbuch der ägyptischen Sprache. Vol.I. Leipzig: J.C. Hinrichs'sche Buchhandlung.

FAULKNER, Raymond O. (2017). A concise dictionary of Middle Egyptian. Oxford: Griffith Institute.

HARE, David M. (2018). Tense in Kwakum narrative discourse. Master of art (Applied linguistics) - Graduate Institute of Applied Linguistics, Dallas.

IMHOTEP, Asar. (2020). AALUJA: Cyena-Ntu Religion and Philosophy, Vol. II. Philadelphia: Madu-Ndela Press.

IMHOTEP, Asar. (2020). Towards a Comparative Dictionary of Cikam and Modern African Languages. Houston, TX: Madu-Ndela Press.

IMHOTEP, Asar. Race and Identity in Ancient Egypt, Vol. I: Towards an etymology of the place-name Km.t. (2023). Houston, TX: Madu-Ndela Press.

JUNGE, Friedrich. (2005). Late Egyptian grammar: an introduction. 2nd ed. Oxford: Griffith Institute.

LAM, Aboubacry M. (2000). Les chemins du Nil: les relations entre l'Égypte ancienne et l'Afrique noire. Paris: Editions Présence Africaine.

LAM, Aboubacry M. (2001). De l'origine égyptienne des peuls. Paris: Editions Présence Africaine.

MBOLI, Jean-Claude. (2010). Origines des langues africaines: essai d'application de la méthode comparative aux langues africaines anciennes et modernes. Paris: L'Harmattan.

MBOLI, Jean-Claude. (2024). Épopée bantu: des Grands Lacs à la Méditerranée. [s.l.]: ESIBLA.

NDIGI, Oum. (1997). Les basa du cameroun et l'antiquité pharaonique égypto-nubienne: recherche historique et linguistique comparative sur leurs rapports culturels à la lumière de l'égyptologie. Thèse (linguistique) - Université de Lyon 2, Lyon.

OBENGA, T. (1993). Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines. Introduction à la linguistique historique africaine, Paris, L'Harmattan.

SY, Jacques H. (ed.). (2014). L'Afrique, berceau de l'écriture et ses manuscrits en péril: des origines de l'écriture aux manuscrits anciens (Égypte pharaonique, Sahara, Sénégal, Ghana, Niger). v.1. Paris: L'Harmattan.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): EDOUHOU, Peresch Aubham. La hiéroglyphisation de *dimu* (esprit). *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº 2, p.16-36, out.-dez. 202.

Para citar este texto (APA): EDOUHOU, Peresch Aubham Edouhou. (dez.2022). La hiéroglyphisation de *dimu* (esprit). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 2 (2): 16-36.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.37-52 | 2024.

Alternância de códigos: uma estratégia de comunicação bilíngue

Eurico Patinho Matias *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0000-4562-2995
Bonete Júlio João Chaha **
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-1430-6743

RESUMO
Este artigo insere-se na abordagem Linguística de alternância de códigos, visando compreender como e por que ocorre a alternância de códigos pelos falantes bilíngues no mundo, em particular na Cidade da Beira. Esta pesquisa caracteriza-se por ser de índole qualitativa, fazendo uso da consulta bibliográfica, da observação e do método indutivo. Os dados apresentados nela são transcrições de conversas captadas em diversos e diferentes momentos, lugares e contexto-situacionais, tais como: sala de aulas, encontro familiar, transação bancária e conversações espontâneas nas artérias da Cidade da Beira. A alternância de códigos é, de facto, um fenómeno linguístico que ocorre naturalmente nas interações sociais de indivíduos que tenham domínio, seja ele total ou parcial, de duas línguas, cujas razões são de ordem sociopolíticas, sociolinguísticas, económicas, culturais, estilo, emocional, disponibilidade de memória, solidariedade com o interlocutor, de mudança de tópico, de preferência pessoal, entre outros. Dessa forma, dois indivíduos podem, no ato da conversação, produzir enunciados de diferentes maneiras, isto é, alternadamente e, esta alternância ocorre num contexto em que os falantes orientam sua preferência por uma língua de cada vez e durante o qual é possível identificar a língua de base que vem sendo empregada na interação até o momento em que ocorre a alternância. Portanto, embora os falantes usem o fenómeno de alternância de código como recurso que lhes auxilia na comunicação por vários motivos, a alternância dá-se como uma estratégia comunicativa para melhor se adaptar às diferentes situações de comunicação, expressar sentimentos e emoções, ou para marcar diferenças sociais, tanto que quanto maior for o grau de bilinguismo, mais habilidades tem o bilíngue em alternar as línguas e, ao alternar códigos, o falante é capaz de determinar não apenas seu *status* no contexto social, mas também suas intenções comunicativas.

PALAVRAS-CHAVE
Linguística; Bilinguismo; Alternância de Códigos; Inglês-Português; Echuabo-Português.

Code-switching: a bilingual communication strategy

ABSTRACT
This article falls within the Linguistic approach of code-switching, aiming to understand how and why code-switching occurs among bilingual speakers in the world, particularly in the city of Beira. This research is characterized by being qualitative in nature, using bibliographic research, observation, and inductive method. The data presented in it are transcriptions of conversations captured at various and different moments, places, and situational contexts, such as: classrooms, family gatherings, banking transactions, and spontaneous conversations on the streets of Beira. Code-switching is indeed a linguistic phenomenon that naturally occurs in social interactions of individuals who have mastery, whether total or partial, of two languages, whose reasons are sociopolitical, sociolinguistic, economic, cultural, stylistic, emotional, memory availability, solidarity with the interlocutor, topic change, personal preference, among others. Therefore, two individuals may, during a conversation, produce utterances in different ways, that is, alternately, and this

* Graduado em Ensino do Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela Universidade Pedagógica | Docente na Escola Básica da Munhava Central, Cidade da Beira, Província de Sofala. E-mail: euricopmatias@gmail.com
** Graduado em Ensino do Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela Universidade Licungo | Docente no Instituto Médio Politécnico de Moçambique, Cidade de Chimoio, Província de Manica. E-mail: bonetechaha@hotmail.com

alternation occurs in a context where speakers orient their preference for one language at a time and during which it is possible to identify the base language that has been used in the interaction until the moment the switching occurs. Therefore, although speakers use the code-switching phenomenon as a resource that helps them communicate for various reasons, code-switching takes place as a communicative strategy to better adapt to different communication situations, express feelings and emotions, or to mark social differences, in such a way that the higher the degree of bilingualism, the more skills the bilingual individual has in switching languages and, when switching codes, the speaker is able to determine not only their status in the social context but also their communicative intentions.

KEYWORDS
Linguistics; Bilingualism; Code-switching; English-Portuguese; Echuabo-Portuguese.

Kubadilisha msimbo: mkakati wa mawasiliano wa lugha mbili

MUHTASARI
Makala haya yanaangukia katika mkabala wa Kiisimu wa ubadilishaji msimbo, unaolenga kuelewa jinsi na kwa nini ubadilishaji msimbo hutokea miongoni mwa wazungumzaji wa lugha mbili ulimwenguni, hasa katika jiji la Beira. Utafiti huu una sifa ya kuwa wa ubora katika asili, kwa kutumia utafiti wa biblia, uchunguzi, na mbinu ya kufata neno. Data iliyowasilishwa ndani yake ni nakala za mazungumzo yaliyonaswa katika nyakati tofauti na tofauti, mahali, na miktadha ya hali, kama vile: madarasa, mikusanyiko ya familia, miamala ya benki, na mazungumzo ya moja kwa moja kwenye mitaa ya Beira. Ubadilishaji msimbo kwa hakika ni jambo la kiisimu ambalo kwa kawaida hutokea katika mwingiliano wa kijamii wa watu ambao wana umilisi, iwe jumla au sehemu, wa lugha mbili, ambazo sababu zake ni za kijamii na kisiasa, kijamii, kiuchumi, kitamaduni, kimtindo, kihisia, upatikanaji wa kumbukumbu, mshikamano na interlocutor, mabadiliko ya mada, upendeleo wa kibinafsi, kati ya wengine. Kwa hivyo, watu wawili wanaweza, wakati wa mazungumzo, kutoa vitamkwa kwa njia tofauti, yaani, kwa kupokezana, na ubadilishanaji huu hutokea katika muktadha ambapo wazungumzaji huelekeza mapendeleo yao ya lugha moja kwa wakati mmoja na wakati ambapo inawezekana kubainisha lugha msingi. ambayo imetumika katika mwingiliano hadi wakati ubadilishaji unatokea. Kwa hivyo, ingawa wazungumzaji hutumia hali ya kubadilisha msimbo kama nyenzo inayowasaidia kuwasiliana kwa sababu mbalimbali, ubadilishaji msimbo hufanyika kama mkakati wa kimawasiliano ili kukabiliana vyema na hali mbalimbali za mawasiliano, kueleza hisia na hisia, au kuashiria tofauti za kijamii, katika hivi kwamba kadiri kiwango cha uwili-lugha kilivyo juu, ndivyo ujuzi wa mtu wa lugha mbili anavyokuwa nao katika kubadili lugha na, wakati wa kubadilisha misimbo, mzungumzaji anaweza kubainisha sio tu hadhi yao katika muktadha wa kijamii bali pia nia zao za kimawasiliano.

MANENO MUHIMU
Isimu; Uwililugha; Kubadilisha msimbo; Kiingereza-Kireno; Echuabo-Kireno.

Introdução

Este artigo visa compreender o processo de alternância de códigos nas interações de falantes bilíngues. O interesse pela temática emerge no fato de, nos países onde coexistem várias línguas, como é o caso de Moçambique, poder-se assistir ao processo de alternância de códigos no ato de comunicação interpessoal, usando-se dois ou mais códigos numa situação de comunicação bilateral. Neste contexto, este estudo procura responder à seguinte pergunta de pesquisa: Que fatores levam os falantes bilíngues na cidade da Beira a alternarem entre diferentes códigos linguísticos durante a comunicação?

Estudos sociolinguísticos, como o de Bouton (1997), apontam que no final do século XIX e na primeira metade do século XX, tendeu-se a considerar a situação de monolinguismo como o mais normal, porque era na aparência estatisticamente predominante. Alguns estudos, como o de Costa & Rothes (2015), apontam que existem cerca de 7000 línguas diferentes faladas no mundo e, calcula-se que cerca de 70% da população mundial seja bilíngue ou multilíngue.

Neste artigo, defende-se a ideia de que a alternância de código é uma estratégia de comunicação influenciada pelos fatores sociopolíticos, sociolinguísticos e económicos e, esta alternância de código (*code-switching*) está ligada ao bilinguismo. Dessa forma, pesquisas aduzem que alternância é um termo utilizado no campo da Linguística, especificamente em bilinguismo, para explicar o uso de duas ou mais variedades linguísticas no ato da fala. O estudo é de caráter qualitativo, que se baseia na observação de discursos/conversações de cidadãos em encontro familiar, em transação bancária, em contexto de sala de aulas e/ou entre amigos, na Cidade da Beira e, teoricamente, baseia-se em estudos de autores como Elia (1987); Bouton (1997); Rodrigues (1997); Kipper (2012); Zambrano (2017), entre outros.

Relativamente à metodologia seguida para este artigo, importa referir que se faz uso da consulta bibliográfica, da observação e do método indutivo. A consulta bibliográfica consistiu na busca de fontes escritas como obras que se debruçam sobre a temática em questão para a sua contextualização e sustento. A observação e o método indutivo consistiram, como dissemos no parágrafo anterior, na auscultação e análise de conversas levadas a cabo por cidadãos falantes das línguas “Echuabo[1]-Português” e “Inglês-Português” na Cidade da Beira.

Este artigo constitui-se de 3 (três) partes, a saber: a primeira parte é considerada introdutória, de onde consta o tema, o objetivo a ser alcançado, a justificativa, a tese defendida e a metodologia usada para a sua elaboração. A segunda parte é referente ao desenvolvimento, em que se debruça sobre os conceitos que abarcam o tema bem como se discute o processo de alternância na comunicação pelos falantes observados. A terceira parte é conclusiva, onde são tecidas as considerações finais e, por fim, apresentam-se as respetivas referências.

[1] Echuabo é uma das línguas moçambicanas faladas na região centro do país, precisamente na Cidade de Quelimane, Província da Zambézia.

1.Bilinguismo e falante bilíngue

O termo Bilinguismo tem gerado várias discussões entre pesquisadores, com opiniões, em alguns casos, divergentes e, noutros, convergentes. Bouton (1997, p. 7), numa perspectiva Sociolinguística, define Bilinguismo como "a utilização simultânea de duas línguas num mesmo espaço geográfico, económico ou político devido a coexistência nesse espaço de duas comunidades distintas." Analisada neste prisma, bilinguismo é o processo linguístico que consiste na alternância de códigos numa situação de comunicação. Ou melhor, considera-se bilinguismo o uso alternado de línguas num contexto e situação de comunicação, em que os interlocutores tenham ou não domínio parcial ou total das línguas em uso.

Segundo Kipper (2012), a partir de pesquisas teóricas de Semino (2007), verifica-se que Bloomfield (1933) caracteriza o bilinguismo como o domínio nativo de duas línguas; Weinreich (1953) entende-o como a prática de duas línguas usadas alternadamente; Haugen (1953), por sua vez, acreditava que o simples fato de um indivíduo utilizar algumas expressões em outra língua, já o caracterizaria como bilíngue (p. 90). Por seu turno, Haugen (1969; MELLO (1999 apud ZAMBRANO,2017) definem o bilinguismo por uma escala de fluência gradativa, onde o indivíduo vai percorrendo todas as etapas de aprendizagem até atingir um grau máximo. Partindo das posições dos autores acima, pode perceber-se que o bilinguismo é o uso alternado de duas línguas, independentemente do grau da proficiência. O essencial é que se consiga comunicar em duas ou mais línguas, conforme atestam Zimmer *et al.* (2008 apud KIPPER, 2012, p.90):

> É praticamente impossível atingir-se uma proficiência total em duas ou mais línguas, considerando-se as quatro habilidades linguísticas (fala, escrita, compreensão auditiva e leitora) e cada um dos seus subcomponentes linguísticos de cada língua (morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, discurso e fonologia).

Portanto, como processo linguístico, ou seja, como ato comunicativo, é evidente que existam os atores, os falantes, que permitem a ocorrência de sentenças linguísticas através do uso da língua e, estes falantes, utilizando-se de vários códigos numa situação de comunicação, são chamados de bilíngues que, na visão de Thiery (1978; MELLO, 1999 apud ZAMBRANO, 2017, p. 23), "é aquele indivíduo que não apresenta sotaque em qualquer uma das línguas, é igualmente fluente em todas as situações linguísticas, em ambas as línguas, não manifesta qualquer interferência quando interage verbalmente com monolíngues."

Nesse contexto, Grosjean (2008 apud ZAMBRANO, 2017, p. 23) abstém-se da ideia apresentada por Thiery (1978), ao afirmar que “não existem pessoas capazes de falar igualmente bem em duas ou mais línguas em todos os domínios. Assim, pessoas que usam regularmente duas línguas, embora tenham sotaque podem ser consideradas bilíngues.” Por outro lado, Golias (1999, p. 163) considera bilíngue “pessoa a quem se pode reconhecer competência comunicativa – linguística em mais de uma língua, ou pessoa que possui habilidades da L2 em uma das seguintes áreas: ouvir, falar, ler e escrever.”

Nesse contexto, Segundo Zambrano (2017, p. 23), Auer (1984) diz que o fator que torna uma pessoa bilíngue não é a proficiência, mas o uso de duas línguas em atos comunicativos. Desta feita, Appel & Muysken (1987) optam pela definição de Weinreich (1953), que “a prática do uso alternativo de duas línguas é chamada bilinguismo e as pessoas envolvidas, bilingues.” Para Elia (1987, p. 155), bilíngue é “o indivíduo que pode dominar dois códigos linguísticos alternadamente”. O autor continua dizendo que “esse domínio vai desde o perfeito controlo de mais de uma língua (o ambilíngue de Halliday) ao uso meramente pragmático de um desses códigos para fins transacionais, em hotéis, casas comerciais, aeroportos, etc.” (ELIA, 1987, p. 155). Dessa forma, segundo os autores acima referenciados, chega-se à conclusão de que para se chamar de bilíngue, não é necessário que o indivíduo fale perfeitamente em todos domínios os dois códigos linguísticos, ou seja, conheça as regaras gramaticais de cada língua, mas sim que se comunique em outra língua, embora se limite em alguns casos.

De referenciar que os falantes bilíngues se veem mergulhados no processo de alternância de códigos para dar progressão à interação, quer seja para fins comerciais, quer seja para outros fins não comerciais, onde os códigos são ativados naturalmente, alternando-se um código para o outro, como o pestanejar dos olhos, tal como explica Cáccamo (2000, p. 115), “as variedades linguísticas são conjuntos coerentes de traços e elementos linguísticos que são ativados seletivamente pelo código comunicativo. O mesmo código comunicativo pode ativar uma língua para um interlocutor e outra para outro num mesmo discurso.” Portanto, percebe-se que não é fácil falar fluentemente duas ou mais línguas, sobretudo quando se trata de uma língua segunda, ou melhor, uma língua aprendida. Em alguns casos, pela influência e/ou interferência de outras línguas, neste processo de alternância de códigos pelos falantes, importa frisar que os bilíngues não só alternam seus códigos durante a interação como uma necessidade, mas também

podem mudar ou alternar como forma de mostrar a sua identidade étnico e linguístico-cultural.

2.1 O processo de alternância de códigos pelos falantes observados

Os dados apresentados nesta pesquisa são transcrições de conversas captadas informalmente, isto é, sem o conhecimento prévio dos envolvidos nas conversas, em diversos e diferentes momentos, lugares e contexto-situacionais, tais como: sala de aulas, encontro familiar, transação bancária e conversações espontâneas nas artérias da Cidade da Beira, Província da região centro de Moçambique, sendo que os observados são codificados com letras maiúsculas do alfabeto (A, B, C, D, E, P), de acordo com a situação.

Assim, baseando-se em Rodrigues (1997), a alternância de códigos linguísticos têm sido objeto de variados estudos no âmbito da Sociolinguística e da Sociologia da Linguagem. No entanto, os falantes bilíngues, por necessidades imediatas, voluntárias ou não, tendem a todo o custo, manter a comunicação, de modo que o seu discurso não se interrompa, usando diferentes códigos linguísticos numa só sequência ou num só ato comunicativo. Como salienta Calvet (1993 apud RODRIGUES, 1997, p.898):

> Quando um indivíduo se vê confrontado com duas línguas que utiliza alternadamente, elas podem misturar-se no seu discurso e dar origem a enunciados bilíngues. Trata-se da passagem de uma a outra língua num determinado ponto do discurso, fenómeno conhecido por *alternância* de códigos (do inglês *code-switching*).

Para Gumperz (1982 apud RODRIGUES, 1997, p. 898), a alternância de código conversacional pode ser definida como “a justaposição, dentro de um mesmo discurso, de passagens pertencentes a diferentes sistemas ou subsistemas”. Este autor ainda acrescenta que, “na maior parte das vezes, a alternância toma a forma de duas frases em sequência, como é o caso da utilização pelo falante de uma segunda língua para reiterar a sua mensagem ou para dar a réplica ao interlocutor” (GUMPERZ, 1982 apud RODRIGUES, 1997, p. 898).

Por sua vez, Hamers & Blanc (1989) afirmam que a alternância de códigos “é estratégia de comunicação do bilingue”. Segundo eles, “os elementos de uma língua alternam com elementos da outra, cada um pertencendo somente a uma das línguas, deixando tanto a gramática quanto o léxico intatos” (HAMERS & BLANC, 1989 apud

FARIAS, S/d). Por outro lado, Sridhar (1980; MELLO, 1999 apud FARIAS, S/d) define "code-switching" como:

> A inserção ou mistura de palavras, frases ou sentenças de dois códigos diferentes no mesmo ato de fala, e "code-mixing" como a inserção ou mistura de diversas unidades linguísticas, isto é, afixos, palavras, frases, e sentenças de dois sistemas gramaticais diferentes na mesma sentença ou ato de fala.

No entanto, a alternância de códigos durante a conversação bilíngue não se realiza de forma casual, a passagem de um código para o outro segue regras estritas e obedece a restrições contextuais rígidas, como afirmam Hamers & Blanc (1989 apud MOZZILLO, 2009, p. 188), "as regras gramaticais de nenhuma das línguas são violadas durante o code-switching."

Nessa perspectiva, Dabène & Moore (1995 apud MOZZILLO, 2009) dizem que "a alternância pode ser intra-sentencial, inter-sentencial e entre enunciados". Assim, segundo os autores, o primeiro caso, *Intra-sentencial,* ocorre quando, dentro de uma mesma sentença, o falante realiza a alternância entre os dois sistemas de que dispõe fazendo inserções, tanto sob a forma unitária (apenas um elemento da frase é afetado), quanto sob a forma segmental (segmentos de uma língua se alternam com partes da outra dentro da mesma frase deixando ambas inalteradas) (MOZZILLO, 2009), como se apresenta nos enunciados em (1) [2] abaixo:

(1):

A- *Achas que ele poderia conseguir dobrar-me? Eu sou* ***head,*** *mano*.

[Achas que ele poderia conseguir dobrar-me? Eu sou **inteligente**, mano. ***Tradução nossa***]

B – *Passei meu* ***weekend*** *com os meus* ***brothers*** *e foi* ***nice.***

[Passei meu **fim de semana** com os meus **irmãos** e foi **bom.** ***Tradução nossa*****]**

C - ***Good afternoon everybody***! *Saudações vão para todos aqueles que votaram em mim*.

[**Boa tarde a todos!** Saudações vão para todos aqueles que votaram em mim. ***Tradução nossa***].

Como se pode observar, nesses exemplos, a língua de base na comunicação é o Português e, durante a conversação, é notório, nos enunciados, a inserção de palavras da língua inglesa dentro do mesmo enunciado, sendo (A e B – unitário e C – segmental). Portanto, o inglês é inserido no interior do mesmo enunciado e traduzindo em português em cada caso, nenhum enunciado pode perder o sentido, conforme a afirmação de

[2] Estes enunciados foram captados espontaneamente numa conversa de cidadãos nas artérias da Cidade da Beira.

Mozzillo (2009), a qual diz que “as regras gramaticais de nenhuma das línguas são violadas durante a alternância de códigos.”

Os falantes estando livre de se expressar de acordo com o seu grupo, tem-se essas sentenças que, de certa forma, se percebe que os falantes têm o domínio dos dois códigos, ainda assim alternam apenas por criatividade linguística, como afirma Mozzillo (2009), “ao pressupor a liberdade dos falantes individuais, apresenta-se como um dispositivo empregado de forma criativa pelos bilíngues” (p. 186).

Em relação à *Intersentencial,* refere-se que acontece no momento em que as línguas se alternam de uma sentença a outra. Tal alternância não ocorre dentro do mesmo turno da conversação, mas em turnos próximos e dentro do mesmo tópico de conversação, o que significa que uma sentença é produzida em uma língua e a seguinte, correspondente ao próximo turno do mesmo falante, na outra, como nos enunciados em (2) [3] abaixo:

(2):

Professor (P): -*The girl (singular), the girls (plural), we have the same word.*

[A menina (singular), as meninas (plural), nós temos a mesma palavra. ***Tradução nossa***]

(P): -*Quem estuda Inglês, depois vir estudar português, fica confuso.*

(P): -*What do you know about indefinite article in Portuguese*?

[O que vocês sabem acerca dos artigos indefinidos em Português? ***Tradução nossa***]

Estudante (E): -*Artigos não definidos*.

(P): -*Aquilo que não é vogal como se chama em português?*

(E): -*Consoante.*

(P): -*In English we say consonants.*

[Em inglês nós dissemos consoantes. ***Tradução nossa***]

Nas sentenças acima, verifica-se uma alternância de códigos numa interação entre professor e estudantes. Esta alternância de código pelo professor e estudantes visava, como entendemos, facilitar, permitir e conduzir melhor compreensão da matéria pelos estudantes, conforme afirma Cook (1989 apud LIMA, 2007):

> A alternância de código pode ser utilizada como um instrumento para o ensino de uma língua estrangeira: os alunos são aconselhados a alternar o código linguístico em uma situação pré-determinada em que o papel do

[3] Estes enunciados foram captados numa aula de Língua inglesa, em que se abordava sobre *Articles*, numa das Universidades situadas na Cidade da Beira.

> professor e o do aluno é alternado. Assim fazendo, a aula torna-se mais interessante e a abordagem mais comunicativa (p. 236).

Portanto, este posicionamento leva a concluir que a alternância de código, no contexto de ensino e aprendizagem bilíngue, é um fenómeno recorrente, sendo, entretanto, necessário para a compreensão da matéria pelos alunos. No que tange à *Entre enunciados*, refere-se que implica alternar para a outra língua após um período bastante longo de uso da primeira. Ocorre no curso de um mesmo diálogo, quando a primeira frase pronunciada na língua de base da interação encontra-se relativamente distante da primeira frase pronunciada no outro sistema, como se pode observar em (3)[4] a seguir:

(3):

(A): *-Va **família** va mbaliw Raul, na mukhamiedhi. Jura, na anamudhi etene iya wi ezamanii kimbedwa nafuna-nga wira ntamalele wira, wiwanano nikhalena iyo natene.*

Na **família** do nosso irmão Raul, junto a sua companheira (esposa). Jura, perante toda família que não se deve esquecer a tradição dos nossos antepassados, assim queremos agradecer que esta união que esteja em todos nós. [**Tradução nossa**]

(B): *-O nosso Senhor Jesus Cristo.*

(C): *-Eh, na verdade, é necessário que a gente reconheça aquilo que de fato nós conseguimos ver do bom.*

(D): *-Eh, Deus veio para toda a humanidade. […]*

(E): *-Por isso com a permissão do animador da comunidade, com a permissão do celebrante, ministro da liturgia, com a permissão do chefe do núcleo, então de eu ter falado um pouco em dialeto o meu muito obrigado.*

Nesta situação de comunicação, a língua de base é o português, no entanto, observa-se que o falante, primeiro, discursa em Echuabo e, em seguida, em português. De facto, nota-se que este fenómeno de alternância de código, no caso em alusão, acontece não por falta de domínio da língua portuguesa, mas como forma de mostrar solidariedade com o seu grupo étnico, conforme afirma Fallis (1976 apud LIMA, 2007), “outros motivos aparentes são quando o falante deseja demonstrar solidariedade para com o seu grupo” (p. 237).

[4] Estes enunciados foram captados numa conversa ocorrida num encontro familiar de falantes das línguas Echuabo e Português, na Cidade da Beira.

Ainda, na classificação de alternância, Lima (2007) identifica dois tipos de "*code-switching*", o metafórico e o situacional. Segundo ele, a alternância metafórica, envolve mudança de tópico, e a situacional, muda em nível de estratégia e de participante. Sob ponto de vista do autor acima, observa-se que a metafórica é, de certa forma, aquela que se verifica de forma recorrente, em conversas, cujo objetivo é excluir um dos participantes da conversa, de modo que ele não entenda o que se quer dizer numa outra língua diferente do seu domínio e, a situacional é aquela que ocorre muitas vezes na sala de aula, como no exemplo (2); em cerimónias ou encontros familiares, exemplos em (3) anterior e, em instituições de atendimento público, exemplo (4)[5] seguinte:

(4):

Banco (A): - *Did you receive the money?*

[Você recebeu o dinheiro? ***Tradução nossa****]*

Cliente (B): - *No, didn't come in any deposit.*

[Não, não recebi nenhum depósito? ***Tradução nossa****]*

(A)*: -* ***Só um minuto****. Mr. Richard, you have to stay here.*

[Só um minuto. Sr. Richard, você deve ficar aqui. ***Tradução nossa****]*

(B): - *So, I have to come…one minute…* ***mandar outra pessoa****.*

[Então, Eu tenho de vir…um minuto… ***mandar outra pessoa****.* ***Tradução nossa***].

(A): - *Temos problema de sistema. Essa demora toda é do Banco.*

(B): - *Posso voltar noutra hora?*

(A): - *Não, se tiver paciência, pode esperar.*

Olhando para o diálogo acima, verifica-se que o falante (A), sentindo-se incapaz de prosseguir com o diálogo em língua inglesa, viu-se obrigado a alternar para o português. O falante (B) também passou a expressar-se em língua portuguesa. No entanto, ambos os interlocutores, quando tivessem dificuldades ou limitação na língua que não era do seu domínio, alternavam para outra língua, mostrando, de certa forma, uma mudança ou alternância de código situacional. Quanto a esta situação, Mozzillo (2009) diz que "embora os bilíngues que alternam de língua possam ser altamente proficientes em ambos os sistemas, não é necessário o equilíbrio perfeito. Também é possível alternar no

[5] Estes dados foram captados numa conversa de transação bancária entre um cliente e uma agente de um dos Bancos comerciais na Cidade da Beira.

sentido que está sendo descrito quando se tem um conhecimento limitado de uma das línguas."

Em virtude dos fenómenos acima descritos, verifica-se que o processo da alternância de código é notório quando há inserção de uma palavra de uma outra língua num discurso e, os dados mostram que os indivíduos alternam voluntária ou involuntariamente os códigos, mas com maior indicador segundo a observação, alternam voluntariamente para, por um lado, enfatizar o sentido daquilo que pretendem transmitir, por outro, para mostrar a sua proficiência linguística, ou seja, mostrar o seu repertório linguístico, como falantes das duas línguas de comunicação. Os falantes observados usam a alternância como recurso na sua comunicação, dependendo do contexto situacional, por diversas razões. Estas razões, de acordo com estudos feitos, como o de Crystal (1987 apud LIMA, 2007), podem ser apontadas:

> A possibilidade de o falante ser incapaz de se expressar numa determinada língua e, em consequência, mudar para a outra tentando compensar essa deficiência. Isso pode acontecer, […], quando o falante se sente aborrecido, enraivecido, cansado, distraído ou com preguiça de buscar a palavra na língua base, por qualquer razão. Alguns bilíngues reportam que determinado conceito pode ser expresso melhor em uma língua que em outra (p. 237).

Ademais, Lima (2007, p. 236) explica que "a alternância de códigos pode ocorrer em nível da palavra, da frase e da oração". Nota-se, nos diálogos observados, mais incidência de inserção de palavra, estando em consonância com a classificação de Cook (1991 apud LIMA, 2007) na qual estima que:

> A alternância de código numa conversação normal ocorre numa média de 84% em nível da palavra, 10% em nível da frase e apenas 6% em nível da oração. […]. A alternância de código mais frequente é a intra-sentencial unitária, que consiste na inserção de uma única palavra da outra língua no discurso (pp. 236-237).

Um aspeto não menos importante pode observar-se em (5), no seguinte discurso:

(5):

> Tânia! Estamos no mesmo grupo. **Mi hí**, aqui não lhe estou a ver. Agora, assim? **Hejiwene iya ni** fim-de-semana. Na segunda-feira vai lá? Disse vou lá, se estamos na mesma sala! **Mi guira tabo ogadhoa** então **omwadhele gue**, esta semana toda **asunze dhinsunzagani** fim-de-

> semana **munosunza**? **Wira** não, não estudamos. **Mi guira**, ela vir aqui, na verdade naquele fim-de-semana **mima orie ofiya** [6].
>
> Tânia! Estamos no mesmo grupo. **Eu hei,** aqui não lhe estou a ver. Agora, assim? **Nesse momento era** fim-de-semana. Na segunda-feira, vai lá? **Disse vou lá,** se estamos na mesma sala! **Eu disse está bem**, **se você for,** então **informe sempre que** essa semana toda, **estude o que tem estudado**, fim-de-semana **estudam? Disse** não, não estudamos. **Eu disse**, ela vir aqui, na verdade naquela fim-de-semana **a menina disse que chegou**. [Tradução nossa]

Neste discurso, o falante observado usa a língua de base Echuabo, mas verifica-se mais o português durante o diálogo, pois o falante conta um episódio em que este conversava usando a língua portuguesa. Portanto, trata-se de discurso indireto, através do qual o falante conta para os outros interlocutores o episódio na língua Echuabo, alternando os códigos na conversa que travara com outrem.

Como se pode observar, o falante usa o discurso direto e indireto para reiterar as falas de outra pessoa, conforme afirma Dutra (1978, p. 28), “uma mudança de código ocorre mais comumente para sinalizar citações em discursos direto e indireto.” Portanto, verifica-se que o falante alterna os códigos no seu discurso para citar alguém, mostrando, mais uma vez, que a alternância de códigos é uma estratégia comunicativa para muitos falantes bilíngues no mundo.

2.2 Fatores que influenciam a alternância de códigos

Como se pode notar, as conversas acima transcritas envolvendo indivíduos bilíngues são diversificadas na utilização dos códigos. Alguns fatores contribuem para a escolha de uma língua em detrimento da outra, no momento da comunicação. Fishman (1965; GROSJEAN, 1982 apud MOZZILLO, 2009) menciona os seguintes fatores:

i. A *proficiência linguística,* tanto do falante como de seu interlocutor, já que as limitações linguísticas podem vir a impedir, de alguma maneira, a efetiva comunicação;

ii. A *preferência* por uma ou outra língua, assim como a *história da interação* linguística entre os dois participantes, sendo que, geralmente, há um acordo sobre qual será a língua principal de comunicação e violações a essa regra produzem sentimentos de desconforto;

iii. A *idade* tanto do locutor quanto do interlocutor, elemento que desempenha importante papel no momento de decidir qual língua empregar em determinada situação;

[6] Este discurso foi captado numa conversa ocorrida num encontro familiar de falantes das línguas Echuabo e Português, na Cidade da Beira.

iv. O *status socioeconómico* - real ou aparente - do interlocutor, especialmente nos casos em que os idiomas passíveis de serem escolhidos estejam relacionados hierarquicamente;

v. O *grau de intimidade* existente entre os participantes da conversação, pois com pessoas próximas poderá ser usada uma língua e com estranhos ou meros conhecidos, outra;

vi. A *pressão externa* exerce grande poder. Havendo necessidade de transmitir uma dada língua às crianças, por exemplo, os pais podem se sentir forçados a lhes falar apenas nessa língua;

vii. Do mesmo modo, conforme a *atitude* em relação a uma língua e ao grupo que a utiliza, o falante quererá empregá-la ou não;

viii. Uma variável importante no que se refere a prever qual a língua a ser empregada com um interlocutor também bilíngue é a *localização da interação,* o ambiente. As mesmas pessoas podem passar a falar a outra língua no momento em que saem do campo e chegam à cidade, durante a mesma viagem, por exemplo;

ix. A *formalidade da situação* contribui também para a determinação do idioma empregado. Se, no momento da interação, o interlocutor está desempenhando alguma função considerada importante, a língua escolhida será, provavelmente, a que detém maior prestígio social;

x. A *presença de um monolíngue* é determinante a partir do desejo ou da necessidade de incluir na conversa a pessoa que não compreende um dos idiomas dos bilíngues.

xi. O *conteúdo do discurso* é relevante, pois existem assuntos que são mais bem tratados em uma língua do que na outra, tanto porque o sujeito aprendeu a falar sobre os mesmos em uma língua definida, como porque não seria considerado apropriado tratá-los na outra.

Olhando para as conversas dos falantes acima apresentadas e corelacionando com os fatores mencionados por Fishman (1965), pode notar-se que, por exemplo, o fator (i) se relaciona com o caso do exemplo (4) acima transcrito, em que se observou uma conversa entre um agente bancário e um cliente, na qual o agente bancário, notando haver dificuldade de comunicação por meio da língua portuguesa por parte do cliente, alterna a língua para o inglês (língua de domínio do cliente), mostrando, de certa forma, solidariedade para com o cliente, mas durante a comunicação, ela fica limitada, pois não tinha domínio total da língua.

De salientar que este processo de alternância de códigos, aliado aos fatores acima mencionados, é complexo e merece uma análise exaustiva, não podendo este estudo apresentá-la cabalmente. Assim, a alternância de códigos, por um lado, considera-se uma estratégia ou recurso produtivo para a Linguística, à medida que possibilita compreender o paradigma de comunicação bilíngue, onde há interação de dois ou três indivíduos de línguas diferentes, mas encontram um código com o qual todos possam comunicar. Por outro, é menos produtivo em situações cuja intenção dos interlocutores é excluir da conversa ou da ideia um dos intervenientes. Nesse contexto, não se pode descartar a possibilidade de que, como profetizou Lopes (2004, p. 238), "dentro de poucas gerações, o bilinguismo e multilinguismo serão provavelmente práticas generalizadas em todo o mundo". Portanto, segundo o autor:

> Haverá meios eletrónicos sofisticados de tradução do futuro em que permitirão as pessoas do terceiro milénio a possibilidade de compreenderem instantaneamente o que está a ser dito em qualquer língua. No entanto não serão precisos intérpretes humanos, pois haverá um minúsculo intérprete implantado nos dentes de uma pessoa que tornará possível a intercomunicação à distância ou face a face. A condição do ser humano unilíngue de amanhã poderá vir a ser idêntica à do analfabeto de hoje. Penso como muitos cidadãos do mundo (LOPES, 2004, p. 238).

De fato, sem querer discorrer o pensamento do autor, a humanidade encontra-se numa era de tecnologia avançada e, a ciência da linguagem, atrelada a tecnologia, segue o mesmo rumo, fazendo da visão do autor um fenómeno possível de acontecer.

Considerações finais

A alternância de códigos é um fenómeno ligado ao bilinguismo, sendo considerada o uso alternado de duas ou mais línguas na mesma interação verbal. Dessa forma, esta pesquisa centrou-se em compreender os fatores que levam os falantes bilíngues na cidade da Beira a alternarem entre diferentes códigos linguísticos durante a comunicação e, após a realização da pesquisa, concluiu-se que existem vários fatores pelos quais os falantes bilíngues alternam os códigos linguísticos, destacando-se o contexto social, a identidade cultural, a atitude em relação às línguas, a fluência e proficiência em cada língua.

Por outro lado, verificou-se que a alternância de códigos pelos falantes se dá como uma estratégia comunicativa para melhor se adaptar às diferentes situações de comunicação, expressar sentimentos e emoções, ou para marcar diferenças sociais, tanto

que quanto maior for o grau de bilinguismo, mais habilidades tem o bilíngue em alternar as línguas e, ao alternar códigos, o falante é capaz de determinar não apenas seu *status* no contexto social, mas também suas intenções comunicativas.

Portanto, mais do que estas razões, pela diversidade linguística que Moçambique carrega, foi possível concluir que a presença de códigos mistos na comunicação dos falantes bilíngues na cidade da Beira reflete a complexidade e dinâmica das interações linguísticas e culturais nas comunidades bilingues e, em consequência, esta alternância traduz-se em um enriquecimento e valorização das línguas e culturas presentes na região, contribuindo para a construção de identidades linguísticas híbridas.

Referências

Bouton, C. P. (1997). **O desenvolvimento da Linguagem**. S/l: Moraes editores.

Cáccamo, C. A. (2000). Para um modelo do “code-switching” e a alternância de variedades como fenómenos distintos: dados do discurso galego-português/espanhol na Galiza. **Estudios de Sociolinguística**,v.1 n.1, p. 111-128. Disponível em: https://www.udc.es/dep/lx/cac/artigos/2000eds.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

Costa, M. & Rothes, E. A. (2015). **A nossa Gramática de Língua Portuguesa** - *ensino Secundário*. Porto: Plural editores.

Dutra, R. (1978). **Mudança de código***:* por uma abordagem linguística. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/índex.php/cltl/article/view/9752/8546. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

Elia, S. (1987). **Sociolinguística:** uma introdução. Universidade Federal Fulminense: Padrão editora Ltda /EDUFF/ PROED.

Farias, L. S. (S/d). **Uma visão pragmática para a recorrência à língua materna na aula de inglês como língua estrangeira.** S/l. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/SENALE_IV/IV_SENALE/Leticia_Stander_Farias.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

Golias, M. (1999). **Educação Básica***.* Temáticas e conceitos. Maputo: Editora escolar.

Kipper, E. (2012). Aquisição de segunda língua em contextos de bilinguismo societal. **Letrônica**, Porto Alegre, vol. 5, nº 3, p. 88-102, julho/dezembro. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/download/12162/8834. Acesso em:15 dez.2022.

Lima, D. C. de. (2007). Alternância de código linguístico no cotidiano de um lar common place code-switching in the home. **Trab. Ling. Aplic**., Campinas, vol.46, nº2, p.233-245, jul./dez. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tla/v46n2/a07v46n2.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Lopes, A. J. (2004). **A Batalha das línguas***.* Perspectiva sobre língua aplicada em Moçambique, edit IUEM/fundação Universitária imprensa universitária Maputo.

Mozzillo, I. (2009). **O code-switching: fenômeno inerente ao falante bilíngue***.* Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: EDUCAT. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352261371_O_code-switching_fenomeno_inerente_ao_falante_bilingue/link/60c117344585157774c22979/download. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Rodrigues, M. H. (1997). *Línguas em contacto em Macau.* **Administração**, n. ° 37, vol. X, 1997-3.°,893-904, maio. Disponível em: www.safp.gov.mo/safppt/download/WCM_004124. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Zambrano, C. E. G. (2017). Escolarização em contexto bilíngue na fronteira Brasil/Venezuela. **Linguagem em Foco.** v. 9, n. 2, p. 21-29. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1574/1338. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Recebido em: 12/07/2024

Aceito em: 09/09/2024

Para citar este texto (ABNT): MATIAS, Eurico Patinho; CHAHA, Bonete Júlio João. Alternância de códigos: uma estratégia de comunicação bilíngue. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.37-52, out.2024.

Para citar este texto (APA): Matias, Eurico Patinho; Chaha, Bonete Júlio João (out.2024). Alternância de códigos: uma estratégia de comunicação bilíngue. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA),4 (Especial II): 37-52.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.53-66 | 2024

Neologismos decorrentes do termo 'Covid-19' em Português: formação de novas palavras

Júlio Luciano Canhinguiquine*

ORCID iD https://orcid.org/0000-0003-4808-8526

RESUMO

A pandemia da *Covid-19* desencadeou uma profusão de neologismos na língua portuguesa, promovendo uma mudança linguística significativa. Neste estudo, investigamos o surgimento e a consolidação destas novas palavras, criadas a partir do termo "Covid-19", que se consolidou como um elemento central da linguagem cotidiana durante o contexto pandêmico. Com um enfoque detalhado na influência da mídia, redes sociais e na inclusão desses neologismos nos registos lexicais. Utilizando o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa como fonte primária, optamos por uma abordagem qualitativa, destacando métodos descritivos como pilares da investigação. Durante o processo de criação de neologismos no idioma português, diversas estratégias foram identificadas, tais como derivação, composição, abreviação, onomatopeias, siglas e hibridismo. Os resultados revelaram que o termo original "Covid-19" deu lugar a uma multiplicidade de novos termos, incluindo "anticovid", "covidário", "covidiano", "covidico" e "covid-drive". Essas novas palavras podem desdobrar-se em adjetivos, como exemplificado em "covidiano", "covídico" e "anticovid", ou referir-se a substantivos, como "covidário" e "covid-drive". Esses neologismos, emergidos de forma ágil, possuem significados distintos em relação ao termo de origem "Covid-19", evidenciando a riqueza e adaptação da língua em contextos emergenciais.

PALAVRAS-CHAVE:
Neologismo; Covid-19; Formação de novas palavras; Dicionário Priberam

Neologisms derived from the term 'Covid-19' in Portuguese: formation of new words

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has triggered a profusion of neologisms in the Portuguese language, promoting a significant linguistic change. In this study, we investigate the emergence and consolidation of these new words, created from the term "Covid-19," which has become a central element of everyday language during the pandemic context. With a detailed focus on the influence of the media, social networks, and the inclusion of these neologisms in lexical records. Using the Priberam Dictionary of the Portuguese Language as a primary source, we opted for a qualitative approach, highlighting descriptive methods as pillars of the investigation. During the process of creating neologisms in the Portuguese language, several strategies were identified, such as derivation, composition, abbreviation, onomatopoeias, acronyms, and hybridism. The results revealed that the original term "Covid-19" gave rise to a multiplicity of new terms, including "anticovid," "covidário," "covidiano," "covidico," and "covid-drive." These new words can unfold into adjectives, as exemplified in "covidiano," "covídico," and "anticovid," or refer to nouns, like "covidário" and "covid- drive." These neologisms, emerged swiftly, have distinct meanings in relation to the original term "Covid-19," highlighting the richness and adaptability of language in emergency contexts.

* Doutor em Linguística, Escola Pedagógica da Lunda Norte, Universidade Lueji A´Nkonde, Docente universitário, Investigador do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL).e-mail: julio.canhinguiquine1@gmail.com

KEYWORDS:
Neologism, Covid-19, formation of new words, Priberam Dictionary

Ba néologisme oyo euti na liloba 'Covid-19' na portugais: formation ya maloba ya sika

NA MOKUSE (Lingala)
Pandemie ya Covid-19 e déclenché ebele ya ba néologismes na monoko ya Portugais, etomboli mbongwana ya nkota ya monene. Na boyekoli oyo, tolukaki kobima mpe bosangisi ya maloba maye ya sika, oyo esalemi na liloba "Covid-19", oyo esili komisangisa lokola élément central ya monoko ya mokolo na mokolo na tango ya contexte pandémie. Na botali ya bozindo na bopusi ya bapanzi sango, ya ba réseaux sociaux mpe botiami ya ba néologisme wana na ba registres lexicaux. Na kosalelaka Dictionnaire Priberam ya monoko ya Portugais lokola source ya liboso, toponaki approche qualitative, ko souligner ba méthodes descriptive lokola makonzí ya enquête. Na tango ya kosala ba néologismes na monoko ya portugais, ba stratégies ebele ezuami, lokola dérivation, composition, abréviation, onomatopoie, ba acronymes na hybridisme. Ba résultats emonisi ete liloba ya ebandeli "Covid-19" epesaki ebele ya maloba ya sika, kati na yango "anticovid", "covidário", "covidiano", "covidico" mpe "covid-drive". Maloba maye ma sika makoki kokabolama na ba adjectifs, lokola ndakisa ya "covidiano", "covidiano" mpe "anticovid", to kolobela bankombo, lokola "covidário" mpe "covid-drive". Ba néologismes wana, ebimaki noki, ezali na bandimbola ekeseni na oyo etali liloba ya ebandeli "Covid-19", ko souligner bomengo mpe adaptation ya monoko na ba contextes ya urgence.

MALOBA YA NTINA
Néologisme; Covid-19; Formation Ya Maloba Ya Sika; Dictionnaire Priberam

Introdução

Uma das características essenciais de uma língua natural é a sua capacidade de se renovar e de mudar ao longo do tempo. Essa dinamicidade pode ser vista em dois aspectos: na obsolescência de palavras que caem em desuso e no surgimento de novas palavras que são incorporadas à língua. Essa renovação acontece em diferentes partes da linguagem, como no significado das palavras, na maneira como as frases são construídas, na formação das palavras, na pronúncia, no uso prático e no vocabulário em si. A língua está intrinsicamente ligada à cultura, acompanhando a evolução da sociedade e as mudanças que ocorrem em vários aspectos, como costumes, moda, produtos, tradições, entre outros. Dessa forma, podemos ver o vocabulário a adaptar-se para descrever novos objetos e conceitos à medida que surgem.

Nos tempos recentes, a linguagem passou por mudanças significativas devido a eventos marcantes que não apenas influenciaram a forma como nos comunicamos, mas também moldaram o próprio vocabulário de uma língua. A pandemia da Covid-19, surgida em 2020, não foi apenas um desafio de saúde pública, mas também um catalisador de transformações profundas no panorama linguístico do português. A urgência de

comunicação eficaz e a necessidade de adaptação rápida a um novo contexto favoreceram a criação de neologismos em resposta a essa crise sem precedentes.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o surgimento e a consolidação de neologismos derivados da terminologia "Covid-19" na língua portuguesa, analisando o processo de emergência e integração vocabular motivado por essa crise global. Partimos do pressuposto de que a pandemia estimulou a criação de novas palavras e expressões como uma resposta linguística à urgência e complexidade do momento atual.

O cerne desta investigação está em compreender e catalogar o impacto da Covid-19 no léxico da língua portuguesa, reconhecendo os neologismos como reflexo da dinâmica linguística decorrente de eventos disruptivos. Os neologismos derivados do termo "Covid-19" não apenas refletem uma mudança linguística, mas também funcionam como marcadores sociais e semânticos de um período histórico singular.

A nossa pesquisa procura analisar de que maneira a terminologia "Covid-19" influenciou a criação e disseminação de novas palavras em português, explorando os mecanismos linguísticos, sociais e comunicativos que originaram essa proliferação vocabular. Procuramos também compreender como essas novas palavras enriquecem o vocabulário, além de analisar seu impacto na linguagem contemporânea.

A importância desta pesquisa reside na documentação e análise da emergência de neologismos durante crises, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da capacidade adaptativa e criativa da língua. Ao estudar a origem e integração desses termos no léxico do português, podemos capturar a natureza mutável e dinâmica da linguagem humana diante de desafios.

Quanto à metodologia, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa como fonte primária para identificar e analisar os neologismos. Métodos descritivos são fundamentais para uma análise detalhada dos termos emergentes. Por meio de estratégias como derivação, composição, abreviação, onomatopeias, siglas e hibridismo, procuraremos decifrar os padrões na criação de neologismos relacionados à Covid-19. Esta pesquisa visa contribuir para o entendimento da evolução linguística do português diante de crises, destacando a importância dos neologismos como reflexo e instrumento de adaptação a contextos emergenciais. A análise cuidadosa dessas novas expressões promete revelar aspectos significativos sobre a capacidade inovadora e transformadora da linguagem frente a desafios contemporâneos como a pandemia da Covid-19.

1. Revisão da literatura

O léxico é um termo que se refere ao conjunto de palavras numa língua, visto como um repositório de palavras registadas em dicionários. Esse conjunto de palavras é essencial para nomear e descrever a realidade ao nosso redor, ajudando-nos a classificar o mundo e a nos comunicar. As palavras são a base das interações linguísticas e do entendimento do universo (Biderman, 2001, p. 13). O léxico pode ser dividido em léxico externo, que são as palavras encontradas em textos e dicionários, e léxico mental, que é o conhecimento que os falantes têm sobre a formação e interpretação das palavras no sistema linguístico. O léxico também pode ser organizado em léxico real (palavras concretas) e léxico virtual (padrões que determinam as construções lexicais possíveis) (Basílio, 2006). Além disso, o léxico pode ser classificado em fechado e aberto. A classe fechada inclui elementos mais estáveis e menos sujeitos a alterações, tais como advérbios, artigos, conjunções, interjeições, numerais, pronomes e preposições. Já a classe aberta abrange substantivos, verbos, adjetivos, sujeitos a mudanças e a incorporação de neologismos (Correia & Almeida, 2012),

Os neologismos são palavras novas criadas para representar situações, conceitos ou objetos também novos, surgindo em resposta a uma necessidade específica num determinado momento. A compreensão do processo de surgimento de novas palavras (neologia) deve ser distinguida do resultado final (neologismo). O estudo da neologia envolve a observação, registo, análise e descrição de novas palavras que emergem numa língua, refletindo a capacidade natural da língua em se renovar e mudar, sendo um fenómeno em constante evolução (Alves, 2007).

Existem dois principais tipos de neologia: a estilística e a denominativa. A neologia estilística visa aprimorar a expressividade na comunicação, sendo mais comum em textos literários e publicitários. Esses neologismos são geralmente efêmeros e têm menor probabilidade de se fixar no vocabulário cotidiano, sendo mais utilizados de forma pontual e específica. A neologia denominativa está relacionada à necessidade de nomear novas realidades que surgem no mundo, como objetos modernos, inovações tecnológicas, conceitos e eventos que exigem novos termos (Guilbert, 1975). Esses neologismos têm maior probabilidade de se tornarem parte do léxico de uma língua, visto que nomeiam referências no mundo real, como "auxílio emergencial" e "coronavírus".

Os neologismos podem ser incorporados ao léxico de uma língua por meio de três mecanismos principais: neologia formal, neologia semântica e neologia por empréstimo. A neologia formal envolve a criação de palavras pelas regras linguísticas existentes, como

derivação, composição, truncamento, entre outros. A neologia semântica amplia o significado de uma palavra já existente, enquanto a neologia por empréstimo consiste na adoção de termos de outras línguas para preencher lacunas no vocabulário. Os neologismos mostram como as línguas evoluem para acompanhar as mudanças e novidades, ajudando a expandir seu vocabulário (Ferraz, 2006, 2020; Alves, 2007; Carvalho, 2009).

Após discutir os diferentes tipos de neologia, foquemo-nos na categorização dos neologismos formais com base no processo de formação. Conforme já delineado, o mecanismo de renovação lexical envolve os seguintes processos: a) construção de palavras de acordo com as regras da própria língua (neologia formal); b) atribuição de um novo significado a uma palavra já existente no sistema linguístico de uma língua (neologia semântica); c) importação de uma palavra de outros sistemas linguísticos (neologia por empréstimo).

A derivação é um processo relacionado aos afixos e pode ser classificado em prefixal ou sufixal, sendo considerado um dos métodos mais produtivos de formação de palavras na língua, de acordo com Alves (2007). A distinção entre prefixal e sufixal é clara: os prefixos são adicionados à esquerda da base lexical, enquanto os sufixos são adicionados à direita. Embora menos produtivo, existe o processo de derivação parassintética, no qual um prefixo e um sufixo são adicionados simultaneamente à base lexical. Porém, devido à sua baixa produtividade neológica, não será abordado mais detalhadamente.

Alves (2007) classifica os prefixos como partículas independentes ou não independentes que, quando associadas a uma palavra-base, conferem uma ideia adicional. Na língua portuguesa, existem vários prefixos, como anti-, des-, in-, e não-, que indicam negação ou oposição. Durante a pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021, surgiram neologismos como anticovid, desvacinado e desisolamento. Outros exemplos incluem o prefixo sub-, que denota inferioridade ou diminuição, como em subnotificado, e o prefixo pró-, com sentido de favorecimento, presente em palavras como pró-vacina.

Da mesma maneira, existem prefixos como hiper- e super-, que indicam grandeza ou enormidade, levando à formação de neologismos como supervírus. O prefixo mega- também denota grandeza, como em megavacinação, enquanto o prefixo micro- indica pequenez, como em micro-organismo. Além disso, os prefixos pré- e pós- são antagônicos, representando temporalidade anterior e posterior, respectivamente, originando palavras como pré-sintomático e pós-covid.

No que diz respeito à derivação sufixal, Alves (2007) classifica os sufixos como elementos recorrentes que adicionam uma ideia acessória e frequentemente alteram a classe gramatical da palavra-base. Os sufixos podem ser agrupados de acordo com a classe gramatical à qual a palavra pertence após sua formação. Os sufixos nominais são usados para formar substantivos e adjetivos, enquanto os verbais e adverbiais são utilizados para formar verbos ou advérbios, respectivamente. Os sufixos -ismo e -ista, por exemplo, formam palavras que denotam personalidades, ideias e associações, enquanto o sufixo -idade indica modo, estado ou situação. Os sufixos -dor e -ção são utilizados para indicar o agente responsável pela ação e um processo de expansão em relação ao elemento-base, respectivamente.

Além da derivação, existe o processo de abreviação ou truncamento, onde uma palavra é reduzida numa parte da sequência lexical sem perda de seu significado. Este fenómeno tem sido motivado pelo ritmo acelerado da vida moderna, o que leva a uma elocução mais rápida para economizar tempo e palavras. Exemplos desse processo incluem “auto” criado de “automóvel”, “foto” de “fotografia” e “quilo” de “quilograma”. Ao analisar a formação de palavras por meio de abreviação ou truncamento, é importante notar a distinção entre redução vocabular e truncamento. A redução vocabular é um fenómeno morfológico que ocorre em palavras compostas, enquanto o truncamento é mais comum em palavras simples, onde a palavra é cortada num limite morfológico. A abreviação é comum na linguagem coloquial e formal, tanto por brevidade como por necessidade de expressão concisa. Tanto a redução vocabular como o truncamento desempenham papéis importantes na evolução linguística.

O processo de formação de palavras por composição, conforme explicado por Alves (2007, p. 41), envolve a combinação de bases autónomas ou não autónomas para formar uma nova unidade lexical composta. Essa nova unidade funciona como um único elemento tanto morfológica como semanticamente, diferenciando-se das formações por derivação por não apresentar formas recorrentes.

Na composição, ocorre a junção de duas bases lexicais já existentes na língua para formar uma unidade lexical com significado único e estável. Ao unir essas bases, a estrutura resultante estabelece uma relação subordinativa ou coordenativa. Na relação subordinativa, os elementos da composição se relacionam como determinante e determinado (ou vice-versa), em que um dos elementos desempenha a função de determinante e o outro de determinado (Alves, 2007). Por exemplo, em composições de dois substantivos, o primeiro atua como núcleo da construção, enquanto o segundo

funciona como modificador ou especificador (Basílio, 2006). Alguns exemplos de lexias formadas por coordenação subordinativa incluem: bate-papo, couve-flor, peixe-espada, guarda-roupa, sofá-cama e auxílio-emergencial. Nestes casos, há uma relação clara entre os elementos que compõem a palavra.

Na composição coordenativa, por outro lado, a nova lexia é formada pela simples justaposição de substantivos, adjetivos ou outras classes gramaticais, sem apresentar uma relação determinante-determinado. Cada elemento lexical é independente, e o significado global da composição é a soma dos significados individuais de cada parte. Exemplos clássicos de coordenação incluem: cantor-compositor, onde a pessoa desempenha ambas as funções simultaneamente, e bar-restaurante, indicando que o estabelecimento é tanto um bar como um restaurante.

2. Metodologia

O foco desta pesquisa é analisar os neologismos criados a partir do termo “covid-19” e verificar a sua presença e definição em dicionários de língua portuguesa. Serão considerados todos os tipos de neologismos que surgiram no contexto da pandemia, desde que estejam diretamente relacionados ao campo léxico-semântico da Covid-19.

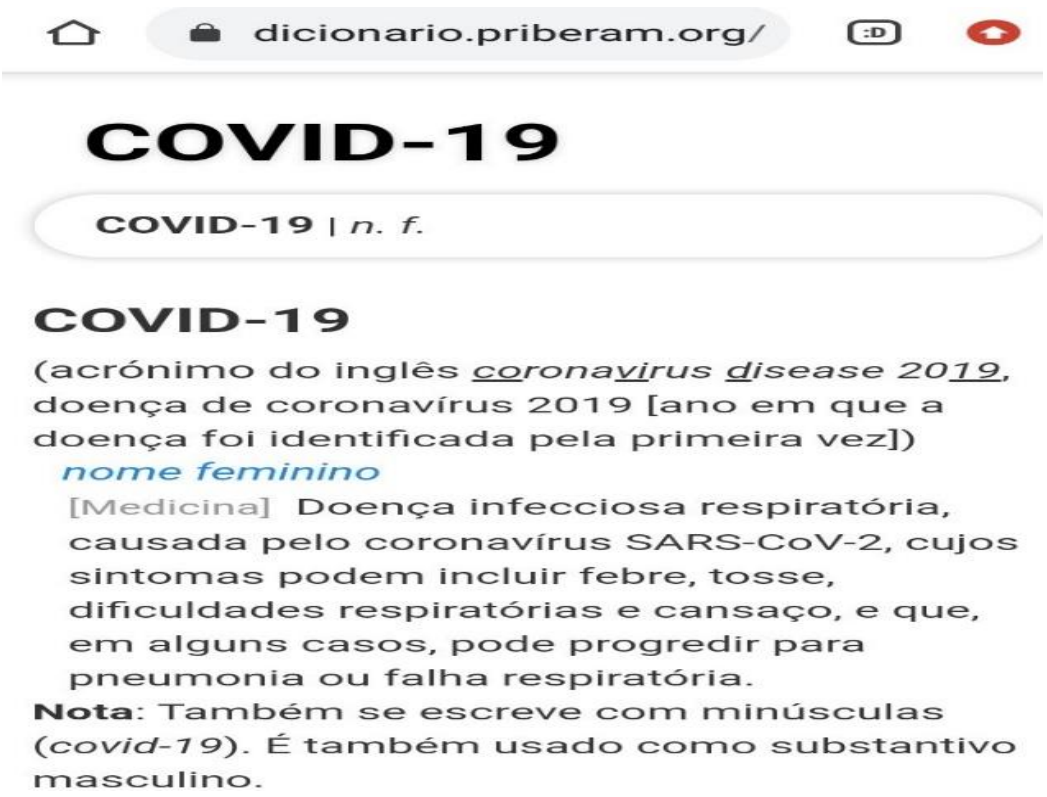
O estudo foi realizado no meio digital, utilizando um corpus composto por novos termos relacionados à Covid-19. Para identificar os neologismos, foi consultado apenas o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP), um recurso online que possibilita aos usuários sugerir novos termos para manter seu acervo constantemente atualizado.

O DPLP é um recurso online que conta com aproximadamente 105.000 verbetes lexicais da língua portuguesa contemporânea, abrangendo termos do vocabulário comum, bem como termos técnicos e científicos relevantes. Além disso, o dicionário fornece sinônimos, antônimos e informações sobre a conjugação verbal. É possível optar entre a variante brasileira e europeia do português ao realizar consultas no DPLP, o que influencia a apresentação da grafia.

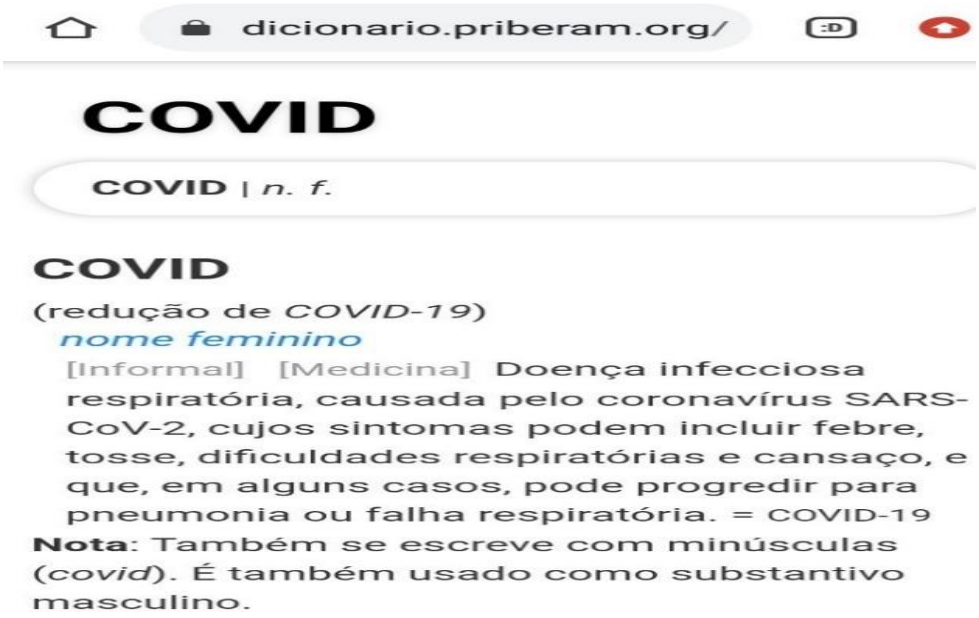
Cada entrada no DPLP inclui uma variedade de informações úteis, como grafia, divisão silábica, estrutura morfológica, pronúncia, etimologia, classificação gramatical, definição, contexto de uso técnico, sinônimos, antônimos, gênero e número da palavra, entre outros detalhes. Para este estudo, foi selecionada a versão europeia do DPLP para descrever as novas palavras criadas a partir de "Covid-19", evidenciando sua estrutura morfológica, classe gramatical e significado específico.

3. Análise e discussão de dados

O objetivo da nossa investigação é analisar o termo "Covid-19" da perspectiva tanto da sua forma como do seu significado no contexto da formação de novas palavras. "COVID-19", escrito em letras maiúsculas ou minúsculas ("covid-19"), é um acrônimo híbrido de origem inglesa formado pela combinação das palavras "coronavirus disease 2019", que em português significa "doença de coronavírus 2019".

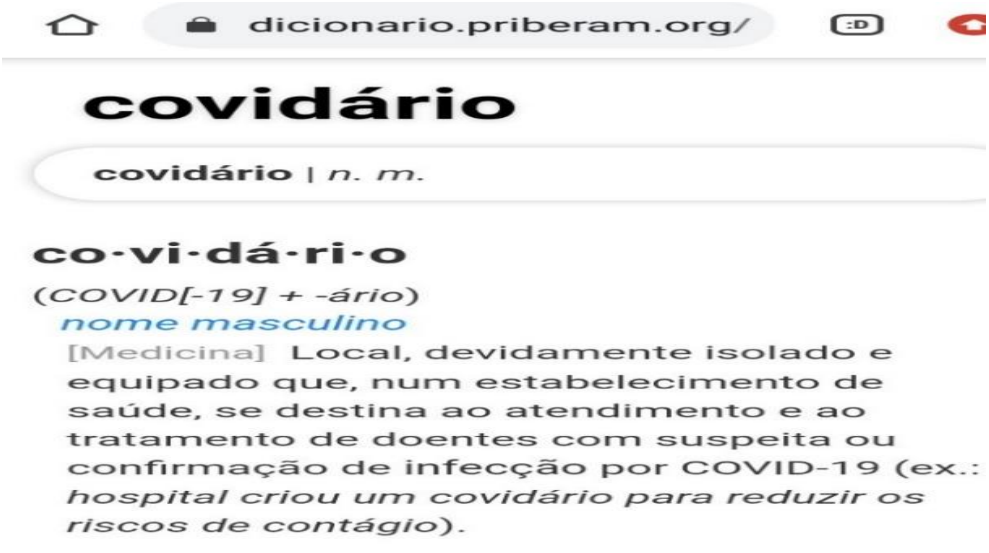


Quanto à classificação gramatical, "COVID-19" (ou "covid-19") é um substantivo que pode ser utilizado no feminino ou no masculino. Em português, isso ocorre com os substantivos comuns de dois gêneros, ou seja, substantivos que, sob uma única forma, designam indivíduos de ambos os sexos: masculino e feminino. A distinção de gênero é feita pelos artigos ou adjetivos que acompanham esses substantivos, como "o colega" e "a colega", "o intérprete" e "a intérprete", "o cliente" e "a cliente", "artista famoso" e "artista famosa".



No dicionário, a palavra "COVID" (ou "covid") é considerada a forma reduzida de COVID-19. Além de ser um termo utilizado no campo da medicina, "COVID" (ou "covid") é também o modo informal de se referir à doença infecciosa respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Como formante, a palavra "COVID" (ou "covid") serve como base comum para a criação de outras palavras relacionadas, unindo-as através de um radical que compartilha o seu significado básico.

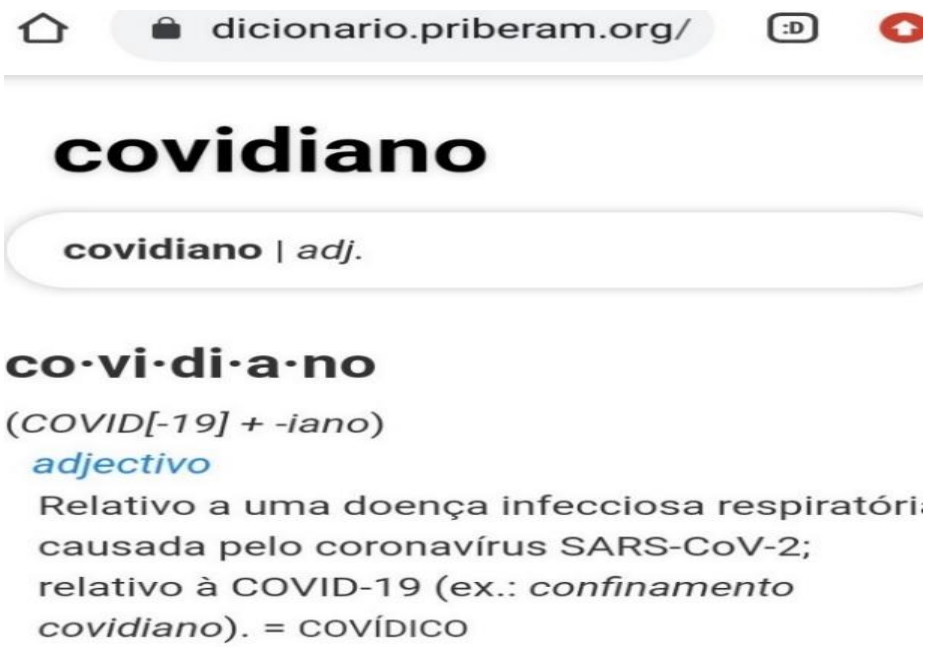
A base "covid" é o componente fundamental e significativo das palavras que surgiram a partir dela. Essas palavras podem receber acréscimos de morfemas derivacionais, como prefixos e sufixos. Por exemplo, palavras como "covidário", "covidiano", "covídico", "anticovid" e "covid-drive" utilizam o radical "covid" como base, mantendo assim uma conexão comum de significado entre elas. Portanto, ao desprender esses elementos secundários, a base comum de significação permanece através do radical "covid" em todas as palavras formadas a partir dele.



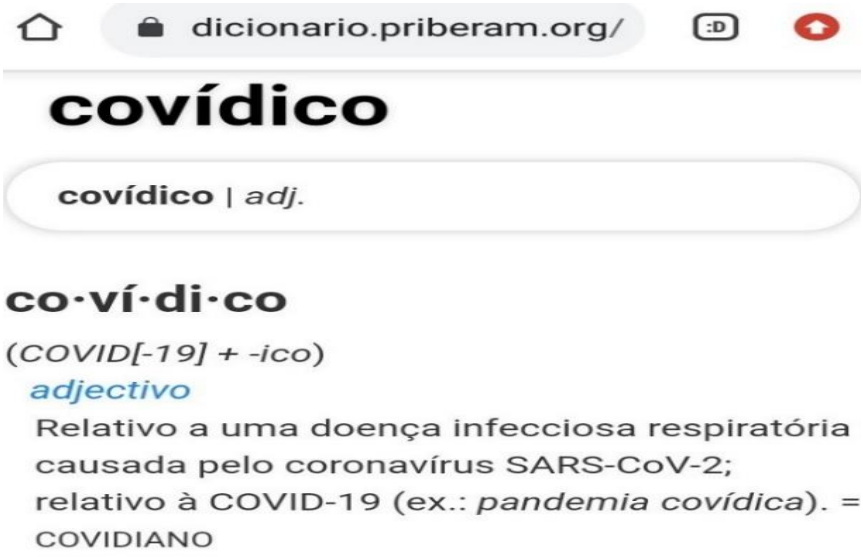
A palavra “covidário” é uma formada por dois morfemas: um radical "covid-" e um sufixo "-ário". Sufixos são elementos que, ao serem adicionados a um radical, criam uma nova palavra. Eles podem alterar a significância do termo original e, ao mesmo tempo, mudar sua classe gramatical, gênero ou grau.

Na língua portuguesa, palavras com o sufixo "-ário" podem denotar tanto profissões, ofícios ou agentes, como por exemplo "bibliotecário", quanto formar adjetivos, como em "rodoviário", "previdenciário" e "contrário". No caso de "covidário", o sufixo "-ário" não modifica a classe gramatical do termo original. O substantivo "covid" permanece um substantivo, e a palavra derivada "covidário" também continua sendo um substantivo.

Apesar de não modificar a classe gramatical, o sufixo "-ário" altera o significado da palavra base. Enquanto o termo "covid" refere-se a uma doença infecciosa, "covidário" representa o espaço em uma instituição de saúde, isolado e equipado, destinado ao tratamento de pacientes suspeitos ou com Covid-19.



Na palavra "covidiano", o sufixo -iano altera a classe gramatical, transformando-a em um adjetivo que expressa uma característica relativa à COVID-19. Geralmente, o sufixo -iano é utilizado para formar adjetivos que descrevem naturalidade, origem ou nacionalidade, como em "angolano" ou "nigeriano". No caso de "covidiano", mesmo sendo um adjetivo, ele indica algo relacionado a uma doença infecciosa respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, por exemplo, "confinamento covidiano".



À semelhança de "covidiano", a palavra "covídico" é um adjetivo que utiliza o sufixo "-ico" para formar uma nova palavra. Em português, o sufixo "-ico" pode alterar a classe gramatical e o significado da palavra original. Ele é utilizado para formar adjetivos que denotam referência ou relação, como "bíblico", "mecânico" e "histórico".

No contexto de "covídico", a palavra sugere algo relacionado à doença infecciosa respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Por exemplo, podemos falar de uma "pandemia covídica", referindo-se à pandemia causada pela COVID-19.

Ao contrário de situações anteriores, na palavra "anti-covid" (ou "anticovid"), encontramos dois morfemas: o prefixo "anti-" e o radical "covid". O morfema "anti-" é um prefixo grego que, em português, indica oposição ou ação contrária, como em "antibiótico", "anticristo" e "antipatia".

Em "anticovid", o prefixo grego "anti-" modifica a classe gramatical e o significado do termo "covid". Gramaticalmente, o prefixo "anti-" transforma a palavra "covid" de substantivo

para adjetivo, que concorda em gênero, como "azul", "jovem", "feliz" e "cortês". Em português, esses adjetivos são conhecidos como uniformes. Além disso, a palavra "anticovid" também funciona como um adjetivo de dois números, como "simples", sendo usado em expressões como "vacinas anticovid". No que diz respeito ao significado, "anticovid" refere-se a algo que tem como objetivo combater ou proteger contra a Covid-19, como exemplificado por expressões como "máscara anticovid" e "vacinas anticovid".

Além da derivação, a formação de novas palavras pode ocorrer por meio de hibridismo, que é quando elementos de línguas diferentes são combinados para criar uma nova palavra. Um exemplo disso é a palavra "covid-drive", que se originou da combinação de elementos de duas línguas: "covid" (do português, ou radical usado para formar outras palavras em português) e "drive" (do inglês).

Como uma palavra composta híbrida, "covid-drive" significa, em português, um centro de testes para a COVID-19 no qual o paciente é testado sem precisar sair do veículo. Esse tipo de centro de testes permite que as pessoas sejam testadas de forma conveniente e segura, permanecendo dentro de seus carros durante o procedimento.

Considerações finais

Neste estudo, concluímos que a língua portuguesa está em constante evolução, adaptando-se e incorporando novos termos que refletem as realidades contemporâneas, como a pandemia de COVID-19. A forma como o vocabulário da língua se expande e se transforma diante de desafios como este mostra a riqueza e a flexibilidade do português.

Observamos como a língua portuguesa se adapta e evolui ao criar novas palavras a partir de "COVID-19". Este acrônimo trouxe novos termos para a medicina e inspirou outras palavras relacionadas ao coronavírus. Palavras como "covidário", "covidiano", "covídico", "anticovid", e "covid-drive" mostram a flexibilidade do português. Alguns termos mantêm a mesma classe gramatical (substantivo), enquanto outros mudam para adjetivos para descrever detalhes sobre a COVID-19. "Anticovid" usa um prefixo grego para indicar oposição à doença.

Termos como "covid-drive" exemplificam como o português absorve influências de outros idiomas, criando vocabulário moderno. Esta inovação destaca a flexibilidade do idioma diante de desafios, facilitando a comunicação sobre crises atuais, como a pandemia.

Por conseguinte, sugere-se que pesquisas futuras investiguem como outras línguas têm adaptado termos referentes à COVID-19, analisem a evolução dessas palavras ao longo do tempo e considerem a influência cultural e social na formação e interpretação dos neologismos ligados à pandemia. Compreender esses processos linguísticos é fundamental para entender como as línguas respondem e se ajustam a situações de crise.

Referências

Alves, I. M. (2007). *Neologismo: criação lexical*. 3. ed. São Paulo: Ática.

Basílio, M. (2006). *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto.

Biderman, M. T. C. (2001). As ciências do léxico. In: Isquerdo, Aparecida Negri; Oliveira, Ana Maria Pinto Pires. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2ª ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, p. 13-22.

Carvalho, N. M. (2009). Empréstimos linguísticos e identidade cultural. In: Alves, Maria Alves; Jesus, Ana Maria Ribeiro; Maroneze, Bruno Oliveira; Oliveira, Luciana Pissolato; Simões, Eliane Simões. (Org.). *Os estudos Lexicais em diferentes perspectivas* - Volume I. São Paulo: Editora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, p. 73-80.

Correia, M.; Almeida, G. M. B. (2012). *Neologia em português***.** São Paulo: Parábola.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2011). *Manual do usuário*. Priberam. v.1.0.0. Disponível em:www.priberam.com.

Ferraz, A. P. (2020). Do observatório de neologia para a sala de aula: contribuição para o ensino do léxico. In: Cardoso, Elis de Almeida et al. (Org.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas***.** v. VIII. Homenagem a Ieda Maria Alves. São Paulo: FFLCH/USP, p. 163-179.

Ferraz, A. P. (2006). Inovação lexical e a dimensão social da língua. In. SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.). *O léxico em estudo***.** 1. ed. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, p. 219 – 234.

Guilbert, L. (1975). *La créativité lexicale***.** Paris: Larousse.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 30/09/2024

Para citar este texto (ABNT): CANHINGUIQUINE, Júlio Luciano. Neologismos decorrentes do termo 'Covid-19' em Português: formação de novas palavras. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.53-66, out.2024.

Para citar este texto (APA): Canhinguiquine, Júlio Luciano. (out.2024). Neologismos decorrentes do termo 'Covid-19' em Português: formação de novas palavras. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 53-66.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.67-83 | 2024.

Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos

Jeremias Dandula Pessela *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-0027-0946

RESUMO
O presente artigo tem como objectivo analisar as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal, numa análise bifurcada sobre os aspectos conflituantes em falantes do Português de Angola (PA). A pesquisa, do ponto de vista teórico e metodológico é quantitativa e qualitativa e assenta nos princípios do modelo epistemológico e teórico da ciência linguística a partir de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). Para o alcance do objectivo preconizado, estabelecemos três perguntas de investigação: (i) Quais são os principais conceitos de coordenação e subordinação frásica com ênfase para as explicativas e causais? (ii) Que propriedades sintáticas e semânticas são estruturais nas sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais? (iii) Qual é o nível de conhecimento implícito da língua dos falantes do PA em relação a interpretação e distinção de sentenças que exprimem uma causa? Os dados utilizados foram obtidos através de um inquérito por questionário, elaborado como objetivo de avaliar os falantes do PA quanto à sua capacidade em distinguir uma sentença explicativa de uma sentença causal, inferindo a partir dali os critérios presentes na gramática desses falantes que lhes permitem distinguir essas sentenças. Foram inquiridos vinte (20) informantes, distribuídos por variáveis sociais (idade, língua materna, zona de residência e nível de ensino) que permitiram traçar um perfil sociolinguístico dos informantes, (ii) questões em que se avalia o conhecimento semântico, colocando hipóteses de as sentenças serem sentenças explicativas (não verdadeira causa) e outras sentenças relativas à causa pura. Assim, os resultados encontrados mostram que o comportamento sintático das sentenças explicativas as aproxima da subordinação adverbial (cf. Dias, 1918), por outro lado, A anteposição da coordenação pelos falantes nativos do PA reforça a ideia de que no português a conjunção “pois” encontra-se, ainda, numa fase de gramaticalização, existindo, consequentemente, dificuldades interpretativas entre os falantes do PA entre a coordenação e a subordinação uma vez que nas gramáticas tradicionais os conectores causais e explicativos têm sido classificados de forma diferente. Assim, recomendamos um reforço no ensino de aspectos semânticos do português, área nevrálgica do processo de ensino do Português em Angola.

Palavras-chave: Português Angolano; Sentenças; Coordenação; Subordinação, Gramaticalização.

Sobre las oraciones subordinantes adverbiales coordinantes explicativas y causales - un análisis de los aspectos conflictivos en estudiantes angoleños

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar las oraciones subordinantes adverbiales coordinativas explicativas y causales, en un análisis bifurcado de los aspectos conflictivos en hablantes de PA. La investigación, desde el punto de vista teórico y metodológico, se fundamenta en los principios del modelo epistemológico y teórico de la ciencia lingüística de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha y Cintra (1989). Para lograr el objetivo recomendado, establecimos tres preguntas de investigación: (i) ¿Cuáles son los principales conceptos de coordinación y subordinación oracional con énfasis en los conceptos explicativos y

* Doutor em linguística pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Docente da Escola Superior Pedagógica do Bié, E-mail: jeremiaspessela@yahoo.com.br

causales? (ii) ¿Qué propiedades sintácticas y semánticas son estructurales en oraciones coordinadas y subordinadas, con especial énfasis en oraciones explicativas y causales? (iii) ¿Cuál es el nivel de conocimiento implícito de la lengua de los hablantes de AP en relación con la interpretación y distinción de oraciones que expresan una causa? Los datos utilizados se obtuvieron a través de una encuesta tipo cuestionario, diseñada con el objetivo de evaluar a los hablantes AP respecto a su capacidad para distinguir una oración explicativa de una causal, infiriendo de ahí los criterios presentes en la gramática de estos hablantes que les permiten distinguir dichas oraciones. Se entrevistaron veinte (20) informantes, distribuidos según variables sociales (edad, lengua materna, zona de residencia y nivel de escolaridad) que permitieron elaborar un perfil sociolingüístico de los informantes, (ii) preguntas en las que se entrevistó semántica. Se valora el conocimiento, planteándose hipótesis de que las frases sean explicativas (na causa verdadera) y otras frases relativas a la causa pura. Así, los resultados encontrados muestran que el comportamiento sintáctico de las oraciones explicativas las acerca a la subordinación adverbial (cf. Dias, 1918), por otro lado, la renuncia a la coordinación por parte de hablantes nativos de PA refuerza la idea de que en portugués la conjunción “desde ” se encuentra todavía en una fase de gramaticalización, con las consiguientes dificultades interpretativas entre los hablantes de AP entre coordinación y subordinación, ya que en las gramáticas tradicionales los conectores causales y explicativos se han clasificado de manera diferente. Por lo tanto, recomendamos fortalecer la enseñanza de los aspectos semánticos del portugués, área crucial del proceso de enseñanza del portugués en Angola.

PALABRAS-CLAVE
portugués angoleño; sentenças; Coordinación; Subordinación, Gramaticalización.

About the explanatory coordinating and causal adverbial subordinating sentences - an analysis of conflicting aspects in Angolan students

ABSTRACT
This article aims to analyze the explanatory coordinative and causal adverbial subordinating sentences, in a bifurcated analysis of the conflicting aspects in Angolan´s PA speakers. The research, from a theoretical and methodological point of view, is based on the principles of the epistemological and theoretical model of linguistic science from Haspelmath (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). To achieve the recommended objective, we established three research questions: (i) What are the main concepts of coordination and sentence subordination with an emphasis on explanatory and causal concepts? (ii) What syntactic and semantic properties are structural in coordinated and subordinate sentences, with particular emphasis on explanatory and causal sentences? (iii) What is the level of implicit knowledge of the language of PA speakers in relation to the interpretation and distinction of sentences that express a cause? The data used were obtained through a questionnaire survey, designed with the objective of evaluating AP speakers regarding their ability to distinguish an explanatory sentence from a causal sentence, inferring from there the criteria present in the grammar of these speakers that allow them to distinguish these sentences. Twenty (20) informants were interviewed, distributed according to social variables (age, mother tongue, area of residence and level of education) which made it possible to draw up a sociolinguistic profile of the informants, (ii) questions in which semantic knowledge is assessed, posing hypotheses of the sentences being explanatory sentences (not true cause) and other sentences relating to the pure cause. Thus, the results found show that the syntactic behavior of explanatory sentences brings them closer to adverbial subordination (cf. Dias, 1918), on the other hand, the foregoing of coordination by native PA speakers reinforces the idea that in Portuguese the conjunction “since ” is still in a grammaticalization phase, with consequently interpretive difficulties among PA speakers between coordination and subordination since in traditional grammars causal and explanatory connectors have been classified differently. Therefore, we recommend strengthening the teaching of semantic aspects of Portuguese, a crucial area of the Portuguese teaching process in Angola.

KEYWORDS
Angolan Portuguese; Sentences; Coordination; Subordination, Grammaticalization.

Introdução

A similitude estrutural das sentenças coordenadas explicativas e das subordinadas adverbiais causais tem sido objecto de abordagens de vários estudiosos das ciências da linguagem, entre os quais destacamos os trabalhos, Lopes (1972), Longacre (1985), García (1999), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003) entre outros. O presente trabalho aborda o processo de coordenação e de subordinação explicativa e causal. Para efetivação do mesmo são estabelecidos os seguintes objetivos: (i)Apresentar os principais conceitos de coordenação e subordinação frásica com ênfase para as explicativas e causais; (ii) Discutir as propriedades estruturais das sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais; (iii) Analisar as dificuldades de interpretação de alguns falantes do PA relativamente às sentenças que exprimem uma causa.

Para alcançar os objetivos indicados fez-se uma abordagem teórica a partir de investigações de Haspelmath, (2004), Mattos & Silva (1989), Lobo (2001), Brito (2003), Cunha & Cintra (1989). Para o efeito, apresentaremos, sempre que necessários exemplos extraídos do *corpus*, fruto de um pequeno questionário elaborado e aplicado a vinte (20). De salientar que o referido questionário por inquérito, apesar de limitado, responde aos propósitos do presente trabalho.

De realçar que o contexto o PA se reveste de uma característica em que o uso linguístico se distancia da norma (Cf. Adriano, 2014), por outro lado existem fortes influências de substratos das línguas bantus e muitos falantes do PA têm-no como língua segunda. Entretanto, este não é de todo o fator que dificulta a interpretação entre as estruturas coordenativas explicativas e as subordinativas causais, pois que ao contrário, por exemplo do alemão, [1]em que existem critérios muito bem definidos, em português, em muitos casos os critérios não são muito claros (Cf. Lobo 2015).

[1]Segundo Lobo (2015), no alemão, existe uma propriedade sintática que permite distinguir claramente entre estruturas de coordenação e de subordinação: a posição do verbo (V). Assim, nas sentenças introduzidas por *denn* 'pois', o V ocorre em segunda posição, tal como nas sentenças não dependentes. Nas sentenças introduzidas por *weil* 'porque', o V ocorre em posição final, tal como nas estruturas de subordinação em geral. Assim, *denn* teria um estatuto coordenativo, enquanto *weil* seria subordinativo.

1.Breve referência sobre o Português de Angola (PA)

Angola é um país da costa Oeste da África Central, sendo o sétimo maior país da África. Faz fronteira a Sul com a Namíbia, a Norte com a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia e a Oeste com Oceano Atlântico. O país possui um enclave, a província de Cabinda, que faz fronteira com a República do Congo e a República Democrática do Congo. A capital e maior cidade de Angola é Luanda. Tem uma extensão territorial de 1.247milhões km2. A população angolana é de 25. 789. 024 pessoas, sendo que 63% residem na zona urbana e 37% na zona rural (INE, RGPH, 2014: 31).

Assim, o PA é, em função da sua origem é uma língua estrangeira para muitos angolanos, porque o português é resultado do processo de colonização, cujos primeiros contatos tiveram início em 1482 através de uma aliança entre os reinos de Portugal e do Congo. Assim durante muito tempo, o português, hoje, língua oficial, língua da burocracia, da imprensa e de escolaridade (cf. art.19.º da C.R. A[2]). O português é, nesses moldes, uma língua resultante do processo de escolarização e, consequentemente, assimilação da cultura portuguesa pelos povos indígenas angolanos. Nos primeiros anos de escolarização, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola propusera o ensino do português nos mesmos moldes que se adotavam, na altura, no Brasil, (cf. Adriano, 2014).

Contudo, segundo Pessela (2020), não se pode, ao certo, afirmar em que momento se formou o PA; o que sabemos é que, na segunda metade do séc. XX, isto é, depois da independência de Angola, começou a formar-se uma variante nacional a que alguns autores, como Mingas (2000), Fernandes e Ntondo (2002), Inverno (2009)[1] e Gonçalves (2013), têm denominado português de Angola (PA), possuindo algumas propriedades que o diferenciam das outras variedades do português, com ênfase para o português europeu (PE). Umas das diferenças fundamentais reside no nível sintático, pois alguns aspectos tornam evidente certas diferenças entre o PA e o PE, como por exemplo, (i) a omissão de preposições (1a) (Gonçalves, 2013; Adriano, 2014; A. Miguel, 2019:170), (ii) a omissão de conjunção subordinativa *que*, criando rutura na estrutura de subordinação (1b), (iii) a inserção da conjunção coordenativa *que*, coocorrendo com outros conectores de subordinação (1c), conforme a seguir ilustramos:

(1) (cf. Gonçalves, 2013:167)

[2] C.R.A. (Constituição da República de Angola).

PA. Estão sempre a conversar [-] a mesma coisa.

PE: Estão sempre a conversar sobre a mesma *coisa*.

PA: Vimos pelas horas [-] era um pouco tarde.

PA: Vimos pelas horas *que* era um pouco tarde.

(Gonçalves, 2013:173)

PA: Havia tudo isso embora *que* houvesse uma administração portuguesa.

PE: Havia tudo isso embora houvesse uma administração portuguesa.

Como pudemos notar um dos pontos de divergência gramatical entre o PA e o PE é ao nível da sintaxe como mostra o fenómeno de omissão de conjunção subordinativa *que* e a inserção da conjunção coordenativa *que,* criando rutura na estrutura de subordinação, como atestam os exemplos anteriores. Neste sentido parece evidente que as estruturas das sentenças subordinadas, apresenta algumas peculiaridades que as tornam confusas, em alguns aspectos sintáticos e semânticos na gramática do PA, o que requer uma abordagem mais detalhada.

2.Pressupostos teóricos sobre a Coordenação e a subordinação

Uma das características do sistema linguístico é capacidade que os falantes têm de recriar a língua como meio de expressão do pensamento. As gramáticas das línguas dispõem de estratégias que permitem aos falantes recriarem ou estruturarem unidades cada vez mais complexas conforme as suas necessidades comunicativas. A coordenação e subordinação fazem parte desses mecanismos disponíveis para o efeito:

> A coordenação é um processo de formação de unidades complexas. Caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial-núcleos ou constituintes plenamente expandidos, i.e., sintagmas ou sentenças - que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. (Mateus *et al*. 2003: 551).

Tal como afirmam as autoras, a coordenação pode operar a nível do sintagmático e a nível de sentenças, tal como podemos inferir a partir dos exemplos em (1).

(1)

a. O professor Pessela e o professor Simbo estão a estudar na FLUP.

b. O William está a chorar e a chamar pela mãe.

c. A Idalgisa chateia-se, quando o William a incomoda.

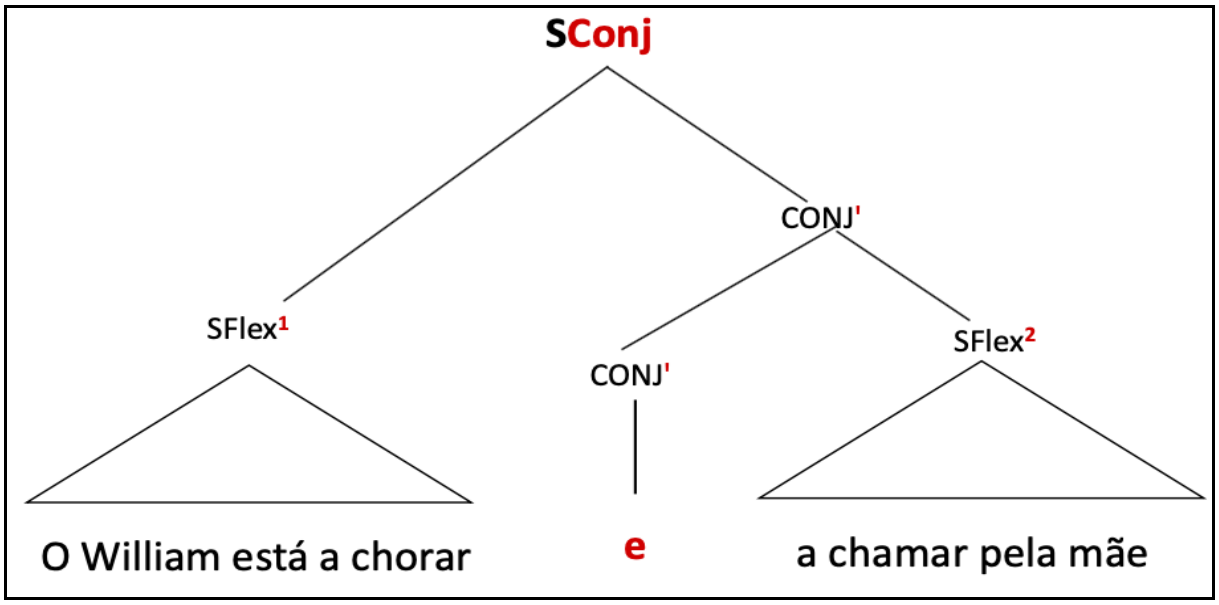
No exemplo (1), a conjunção coordenativa copulativa relaciona os dois termos constituintes do SN com a função sintática de sujeito, por outro lado, no exemplo (2) a mesma conjunção «e» está a relacionar duas sentenças da sentença complexa. Neste trabalho, preocupar-nos-emos com a coordenação e subordinação, da natureza das que são expressas nos exemplos (2) e (3), pois estamos perante uma estrutura complexa, cujos constituintes oracionais se relacionam por intermédio de conjunções.

A definição de coordenação contempla a ideia de que uma construção [A B] é coordenada, se as duas partes que a integram, A e B, tiverem o mesmo estatuto, enquanto se uma estrutura do mesmo tipo for assimétrica e um dos constituintes se destacar claramente ou for mais importante, e o outro for, de certa forma, subordinado, já não se verifica coordenação.(Haspelmath, 2004: 17)

Desta aceção de Haspelmath (2004), podemos deduzir que uma construção [A B] é coordenada se for A e B forem simétricos e é subordinada se A e B forem assimétricos. Por outro lado, a coordenação tem como núcleo uma conjunção e, por sua vez, pode ser sindética-com a conjunção expressa, isto é, nos casos em que a relação entre os termos coordenados é feita através de uma conjunção expressa ou realizada; assindética nos casos em que essa relação é estabelecida com a omissão da conjunção.

Para Mateus et ali (2003), e adotando a hipótese de a conjunção ser uma categoria funcional nuclear, cada constituinte contendo uma coordenação pode ser designado por Sconj (sintagma conjuncional). Assim, a sentença (1b) pode ser representada da seguinte forma:

Figura 1: Representação arbórea de uma sentença coordenada



Fonte: Mateus *et ali* (2003:561).

Por outro lado, a depender do tipo de conjunção que liga o termo coordenado ao coordenante as sentenças coordenadas podem ser aditivas, adversativas, alternativas, conclusiva e explicativa, (cf. Cunha & Cintra, 1989:592-593). Entretanto, neste trabalho não nos preocuparemos em descrever todos os aspetos inerentes a todos os tipos de coordenação, pois prestaremos especial atenção às explicativas em comparação com a as subordinadas causais pelo facto de que "A não universalidade dos critérios que definem coordenação vs. subordinação e a dificuldade de aplicação dos critérios no caso das adjuntas impede muitas vezes uma classificação definida". (Lobo, 2015:1).

A subordinação, por sua vez, é um processo que estabelece a relação entre dois termos integrantes de uma estrutura complexa, sendo que a relação é estabelecida através de conjunções subordinativas e pronomes relativos. Outro aspeto relevante é o de os termos subordinados[3] podem funcionar ou como argumentos sintáticos dos termos subordinantes (as completivas) ou como termos acessórios (subordinados e adverbiais).

Assim, a subordinação pode ser substantiva- quando o termo subordinado desempenha a função sintática também exercível por uma expressão nominal; adjetivas- quando o termo subordinado desempenha a função sintática também exercível por um adjetivo; e adverbial conforme desempenhe a função que, em circunstâncias canónicas, é exercida por um advérbio. De acordo com o nosso propósito interessa-nos a subordinação adverbial pelo facto de as causais, objecto de estudo, se integrarem neste grupo. De realçar ainda que a estrutura sintática dos termos subordinados adverbiais é distinta em função da natureza dos conectores; por isso Mateus et al. (2003) defende que a maioria dos conectores de subordinação adverbial tem por base projeções de advérbios e de preposições. Em síntese, as diferenças substantivas entre a coordenação e a subordinação são as concatenadas na tabela seguinte.

Quadro #1: Síntese entre a coordenação e a subordinação

	COORDENAÇÃO	**SUBORDINAÇÃO**
Função sintática	[-]	[+]
Sujeito	[-]	[+]
Complemento directo	[-]	[+]

[3] O termo subordinado será o SCOMP, a projeção de complementador ou de um conetor subordinativo.

Circunstante	[-]	[+]
Mobilidade dos constituintes	[-]	[+]

Fonte: Mateus *et al*. (2003)

Depois de analisadas e descritos os aspetos gerias das estruturas coordenadas e subordinadas as secções a seguir cingir-se-ão à análise da coordenação explicativa e subordinação causal.

2.1.Coordenação explicativa

A explicação pode ser entendida como uma justificação, uma desculpa. As sentenças coordenadas explicativas são as que se juntam à coordenante ou principal por intermédio das conjunções coordenativas explicativas tais como: pois, que, porque, porquanto, quando expressas as sentenças por elas iniciadas são sindéticas e quando ausentes são assindéticas (cf. Cunha &Cintra, 1986:594). Por outro lado, as conjunções coordenativas explicativas conferem à sentença por elas introduzidas o valor de explicação, enquanto o outro membro exprime o efeito:

(2) A Idalgisa foi à escola pois William está a chorar.

(3) O William está a chorar (-) a mamã não lhe deu o dinheiro do lanche.

Nas sentenças (2) e (3) o primeiro termo corresponde ao efeito, ao resultado dos factos expressos pelo segundo termo, a explicação.

2.2.Subordinação causal

A causa pode ser entendida como tudo o que determina a existência de uma coisa ou um acontecimento. As sentenças subordinadas causais são classificadas como sentenças adverbias, pois funcionam como adjunto adverbial de outras sentenças. (cf. Cunha & Cintra 1986:601). Regra geral são introduzidas por conjunções ou locuções subordinativas adverbiais, pois, como se afirmou no ponto (1.), essas conjunções ou locuções desempenham uma função comparada a de advérbios na sentença. As conjunções e locuções subordinativas causais são: porque, pois, que, por isso que, já que, uma vez que, visto que, visto como, etc., assim:

(4) Tenho estudado muito, porque tenho de compreender melhor certos assuntos.

(5) A Helena está muito quieta, pois que / porque / uma vez que o esposo foi viver para Portugal.

As sentenças (4) e (5), de acordo com o que descrevemos anteriormente são subordinadas causais introduzidas por conjunção subordinativa causal, tendo a sentença também a função de adjunto adverbial, pois o segundo termo de (4) «tenho de compreender melhor» exprime a causa de "ter" de estudar, o mesmo ocorre com o segundo termo da sentença (5). Portanto, de acordo com Cunha & Cintra (1986:581) estas sentenças subordinadas denotam causa.

2.3.Coordenação explicativa e subordinação causal

Nas secções anteriores, dedicamo-nos à descrição e diferenciação entre as sentenças explicativas e causais, sobretudo de acordo com os aportes da gramática tradicional, dentre as quais destacamos Cunha & Cintra (1984), segundo os quais as explicativas são introduzidas pelas conjunções de natureza explicativa e as causais pelas conjunções causais, respetivamente. Todavia, a perspectiva tradicional não define claramente os critérios que se pode utilizar para diferenciação entre estes dois processos (coordenação e subordinação) e sentenças explicativas e causais, de facto, as gramáticas que seguem essa classificação não explicitam critérios, quer sintáticos, quer semânticos, que distinguem os dois grupos e estruturas, nem diferenciam claramente propriedades semânticas das propriedades sintáticas, (Lobo, 2013: 2007).

As propriedades semânticas e sintáticas, apesar de estarem relacionadas de uma outra maneira não são as mesmas coisas nem tão pouco existe uma correspondência direta entre elas. Assim, entre as duas sentenças (explicativas e causais), do ponto de vista semântico podem denotar causa, razão, justificação ou explicação, (*ibidem*). Logo, o significado expresso na sentença coordenada pode ser inferido como explicação ou motivação do facto expresso na sentença principal. Por outro lado, a situação descrita pela sentença secundária pode ser inferida como sendo a causa da ação descrita na sentença principal. Fica claro que, no primeiro caso, temos, do ponto de vista semântico, uma sentença com valor explicativo e no segundo, uma sentença com valor causal. No entanto, a definição semântica de sentença explicativa não reúne consenso a nível da literatura. Assim, prestemos atenção às seguintes sentenças:

(6) O Jeremias está aflito pois o II semestre está no fim.

(7) Hoje não saio de casa porque está a chover.

(8) A Helena está contente uma vez que é o seu aniversário.

Veja-se que em (6) o facto de o II semestre estar no fim faz com que o Jeremias esteja preocupado. Neste sentido, A pode ser parafraseada com «o facto de o semestre estar no fim faz com que o Jeremias esteja aflito»; por outro lado, em (7), o segundo termo não é uma causa direta da situação expressa na sentença principal, ou seja, o facto de «estar a chover» não é diretamente a causa de o sujeito não sair de casa, mas sim um motivo implícito. Já em (8) o facto «de ser o seu aniversário» é a causa de "a Helena estar contente». Podemos inferir da fundamentação anterior que nem sempre o que superficialmente parece a causa o é, antes, porém pode corresponder a um motivo[4]. O que de novo se pode observar nas sentenças (9) e (10):

(9) O William está a chorar porque a Idalgisa bateu nele.

(10) O farol do carro quebrou, pois, a Helena embateu contra o kupapata[5].

Nas sentenças (9) podemos deduzir uma relação de causa efetiva entre o facto de a Idalgisa ter batido no William e o de o William estar a chorar. Por outro lado, nas sentenças (10) podemos deduzir uma relação de o farol estar quebrado ter sido o motivado pelo embate contra o kupapata.

(12) O técnico deve substituir o farol do carro porque está quebrado.

Com base em critérios puramente semânticos a diferenciação entre sentenças explicativas e causais reside então nos seguintes fatores: (i) anterioridade ou posterioridade, segundo o qual quando a relação é de causa efetiva, a situação da sentença causal é necessariamente temporalmente anterior à situação da sentença principal, cf. (11), por outo lado, tornar-se-á o contrário, cf. (13); (ii) a posição inicial ou final da conjunção no caso de « porque» que, quando no início da sentença pode ter interpretação causal, e no final tem muitas vezes valor explicativo; outro critério (iii) tem a ver com o tipo de conector, pois alguns só podem introduzir sentenças semanticamente explicativas.

[4]A dicotomia entre causa e motivo nem sempre é fácil de delimitar, porém para o presente trabalho, compreende-se: causa como a explicação que gerou o facto, por outro lado, motivo como a explicação de porque o facto ocorreu.

[5] Termo do PA usado para designar transporte de táxi operado por motorizadas.

Do ponto de vista sintático, as sentenças explicativas e as causais comportam-se de diferentes maneiras, (Lobo, 2013: 2009). Quanto à posição: (i) as sentenças introduzidas por porque podem ocorrer em posição inicial[6]; (ii) as sentenças introduzidas por pois têm um comportamento coordenativo independentemente do valor; (iii) algumas sentenças introduzidas por porque têm um estatuto sintático menos claro, pois não podem ser antepostas, embora admitam a colocação pré-verbal do pronome clítico – próclise - e, marginalmente, a coordenação (*Idem*,2010). Feitas estas considerações relevantes sobre a sintaxe e a semântica das estruturaras das sentenças coordenadas explicativas e subordinadas causais, na secção apresentámos os resultados do estudo experimental.

3.Metodologia apresentação dos resultados e discussão

3.1.Descrição da metodologia

O questionário foi elaborado como objetivo de avaliar os falantes do PA quanto à sua capacidade de distinguir uma sentença explicativa de uma sentença causal, inferindo a partir dali os critérios presentes na gramática desses falantes que lhes permitem distinguir essas sentenças. Foram inquiridos vinte (20) informantes, distribuídos por variáveis sociais (idade, língua materna, zona de residência e nível de ensino). O questionário está constituído por duas partes (i) dados do informante (idade, sexo, língua materna, nível de escolaridade) que permitiram traçar um perfil sociolinguístico dos informantes, (ii) questões em que se avalia o conhecimento semântico, colocando hipóteses de as sentenças serem sentenças explicativas (não verdadeira causa)[7] e outras sentenças relativas à causa pura[8].

O questionário em que nos baseamos consiste em juízos de gramaticalidade a partir de certas construções frásicas. Tal inquérito baseia-se em dados introspetivos, isto é, a partir dos juízos dos informantes. Segundo Duarte (2001; apud Pessela, 200:78) os inquéritos, “são o resultado de experiências com um desenho experimental pobre, mas que fornecem evidência empírica muito rica”; ainda segundo a mesma autora, “o juízo de gramaticalidade “é uma operação cognitiva muito complexa: envolve processamento, fenômenos observáveis, informação declarativa e procedimental”. Correspondem habitualmente a três valores: gramatical = (ok); marginal = (?) e agramatical = * (*idem, ibidem*). Solicitando aos informantes que marcassem com um "E” as sentenças coordenadas explicativas e com um "C" as sentenças coordenadas causais e, por último,

[6] Quando coordenados têm os pronomes clíticos em posição pré-verbal.
[7] As sentenças, no caso, correspondem à explicação, ao motivo, à razão.
[8] Sentenças inerentes às leis físicas.

(iii) perguntas de escolha múltipla com as quais se solicitou aos informantes que assinalassem as sentenças agramaticais e os resultados obtidos são apresentamos no gráfico 1. A análise dos resultados às perguntas em (iii) constituem verdadeiramente o foco desta investigação, destinando-se a determinar aspectos do conhecimento sintático interiorizado pelos sujeitos falantes.

3.2. **Apresentação e discussão dos resultados**

O perfil sociolinguístico e demográfico dos falantes inquiridos é o descrito na tabela seguinte.

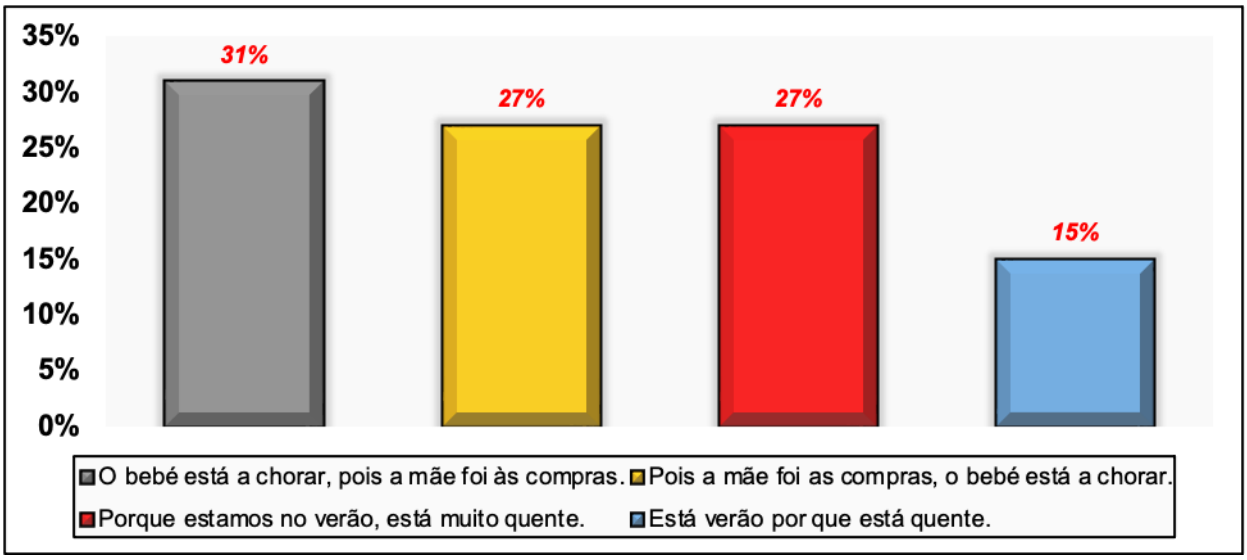
Tabela 1: Perfil sociolinguístico e demográfico dos falantes

Varáveis	descrição	frequência relativa	%
idade	13 – 16 anos	10	50 %
	17 – 35 anos	10	50 %
Língua materna	tchókwe	1	5 %
	nganguela	2	10 %
	português	8	40 %
	umbundu	9	45 %
Zona de Residência	urbana	11	55 %
	periurbana	9	45 %
Total		20	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos aplicados.

Os resultados apresentados na tabela 1, mostram que, em relação a variável sociodemográfica idade os informantes são distribuídos equilibradamente, isto é, há dez informantes da faixa etária dos 13 a 16 anos de idade e dez informantes da faixa etária do 17 a 13 anos de idade. Quanto à variável língua materna, destaca-se o facto de o umbundo ser a língua materna predominante entre os inquiridos, com 5% a mais que o português. Quanto à variável zona de residência, a maioria dos inquiridos reside na zona periurbana. Os resultados da segunda parte do questionário são descritos no gráfico seguinte.

Gráfico nº1: resultados dos juízos de gramaticalidade.



Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos aplicados.

Os resultados descritos no gráfico anterior mostram que as sentenças introduzidas por *porque* é a que divide os juízos de gramaticalidade dos inquiridos, o que já era de se esperar. Mas o que não esperávamos é a aceitabilidade da anteposição de *pois*, o que rentaremos discutir na secção 3.

Os resultados apresentados analisados mostraram que as variáveis sociodemográficas idade e, bem como, a língua materna parece não explicarem, de todo, as dificuldades que os inquiridos, falantes do PA como L2, que constituem a maioria, bem como o único falante do PA, como L1. De facto, quanto à primeira questão do questionário apenas a alínea “c” obteve uma classificação satisfatória, pois 3 dos cinco inquiridos, correspondentes a 60%, não hesitaram em reconhecê-la como como uma verdadeira causa; por outro lado, ele não se registou nas questões que envolvem a conjunção pois, no caso quatro (4) dos inquiridos, correspondente a 80%, atribuíram um valor explicativo. Isso não se pode dizer da segunda questão do questionário, na qual os falantes foram convidados a formularem juízos de agramaticalidade, onde obtivemos, e realçamos, os quatro (4) inquiridos, correspondentes a 80 %, considerarem todas as sentenças corretas nomeadamente e apenas um (1), correspondente a 20% considera a sentença (b) incorreta.

Dos resultados apresentados nos parágrafos anteriores, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, podemos deduzir que, quanto à primeira questão existe uma dúvida devido ao facto de muitos dos inquiridos ainda fazerem uma certa confusão na natureza ou tipo da causa que Analisadas na perspetiva semântica, as sentenças causais

periféricas não exprimem causa, razão ou motivação do dito na sentença matriz ou principal, mas sim tidas como causa da enunciação (pragmática), ou seja, causa indireta. (Quirk *et al*. 1995: 15, 45, *apud* Lobo 2000: 6).

Quanto à segunda questão, ressalta-se a alínea «b» pelo facto de os falantes, do ponto de vista sintático, anteporem a sentença introduzida por «pois», violando as regras sintáticas, pois segundo Lobo (2000:4) "o conector «pois» tem menos possibilidades de ocupar uma posição inicial". Tal facto encontra uma certa fundamentação no facto de os conectores causais terem tido uma classificação diferente em português nas gramáticas de referência do séc. XX, muitos gramáticos a classificam como uma conjunção subordinada (Silva, 1989, Bechara, 1999, Cunha & Cintra, 1984).

Assim, de acordo com as propriedades formais relativas à coordenação tidas como um dos critérios sintáticos distintivos entre a coordenação e a subordinação, os termos coordenados não podem ser antepostos à sentença, contrariamente às subordinadas (Hapelsmalth, 2004, Lobo, 2001; Brito, 2003; entre outros).

Outro aspecto a se ter em conta tem a ver com o comportamento sintático das sentenças explicativas e causais. Este comportamento aproxima-as da subordinação adverbial (Matos, 2003:10). As sentenças introduzidas por "*pois*", no português contemporâneo, são caraterizadas pela sua posição fixa, posposta à sentença núcleo. No entanto, em estágios anteriores da língua, elas admitiam flexibilidade (Lobo, 2008), podendo ser intercaladas ou pospostas à sentença núcleo e antepostas, conforme o caso em análise.

Por outro lado, isto pode traduzir que, na prática, o conector "*pois*" está num processo de gramaticalização (Matos, 2003:10), ou seja, ainda não está estabilizado, o que também pode justificar a anteposição de "pois" pelos falantes do PA. Neste caso, nota-se a manifestação de um parâmetro gramatical novo e divergente da norma do PE.

Destarte, adindo ao que defende Nzau (2016) há a necessidade de uma reorientação da norma do português falado em Angola, partindo da "revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas, bem como a pela ausência de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa..." (op. cit, p 185), por parte dos investigadores em ciências da linguagem e dos professores de português, bem como, da parte entidades governamentais, a quem compete a criação das políticas de ensino, deve gizar com profundidade e proficuidade (i) uma estratégia capaz de permitir uma (re) análise da situação nacional em termos de alfabetização e de literacia, considerando as idiossincrasias regionais; (ii) a formação continuada de professores de língua portuguesa

(Nzau, 2016:182). Feita a discussão dos principais resultados encontrados, na secção seguinte apresentamos as considerações finais.

Considerações finais

Assim, com base nos objetivos do presente trabalho consubstanciado na abordagem sobre o processo de coordenação e de subordinação explicativa e causal, apresentámos os principais ancores teóricos sobre a coordenação e subordinação frásica, com ênfase para as explicativas e causais; bem como (re) discutimos as propriedades estruturais das sentenças coordenadas e das subordinadas, com particular realce, para as explicativas e as causais. Portanto, analisadas produções de falantes do PA podemos verificar que há algumas ambiguidades de interpretação de alguns falantes do PA relativamente às sentenças que exprimem uma causa, por isso, pudemos concluir que tais dificuldades parecem derivar do facto de, nas gramáticas tradicionais, os conectores causais e explicativos têm sido classificados de forma diferente; por outro lado, o comportamento sintático das sentenças explicativas e causais aproxima-as da subordinação adverbial (cf. Dias, 1918)

A anteposição da coordenação pelos falantes nativos do PA reforça a ideia de que no português a conjunção “pois” encontra-se, ainda, numa fase de gramaticalização; Outrossim, recomendamos um reforço no ensino de aspectos semânticos do português, bem como há a necessidade imperiosa de uma reorientação da norma do português falado em Angola, partindo da “revisão e estruturação de gramáticas descritivas e normativas, bem como a pela ausência de métodos adequados ao ensino da língua portuguesa, conforme defende Nzau (2016). Isto quer dizer que há uma necessidade premente de analisar uma quantidade dados mais robustos, em trabalhos futuros, bem como procurar avaliar melhor as variáveis sociolinguísticas, com destaque para as línguas bantu.

Referências

Adriano, P. S. (2014). *Tratamento morfossintáctico de expressões e estruturas frásicas do português em Angola*. Dissertação de Doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Évora.

Angola, Lei 13/01, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema de Educação). *Diário da República, n.o 65, I Série*. Luanda: Assembleia Nacional.

Bechara, E. (1999). *Moderna Gramática do Português*. 37.a ed., Rio de Janeiro: Editora

Brito, Ana Maria (2003) Subordinação Adverbial, In Mateus, M. H., et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 695-766.

C.R.A. – Constituição da República de Angola (2010). *Diário da República n.o 23, I Série.* Luanda: Assembleia Nacional.

Cunha, C., Cintra, L. (1999 [1984]). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Caminho. Lisboa: Campo das Letras.

Cunha, Celso e Luis Filipe Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Ed. J. Sá da Costa, Lisboa.

Decreto no. 77 de 9 de Dezembro de 1921. *Boletim Oficial da Província de Angola, I série -No 50. Alto Comissário da República de Angola* (José Mendes Ribeiro Norton de Matos). Luanda.

Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E. B. P. Raposo (Ed.), *Gramática do Português*: Vol. I (pp. 157–178). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, P. (2013). O português em África. In E.P. Raposo, F.B. Nascimento, M.A. Mota, L. Segura, A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.157-178.

Haspelmath, Martin (ed.) (2004). *Coordinating constructions. (Typological Studies in Language, 58.*) Amsterdam: Benjamins, pp. 3-39.

INE (Instituto Nacional de Estatística). (2014). *Recenseamento Geral da População e da Habitação 2012* [General population and housing census of Angola 2012]. Luanda: INE.

INE (Instituto Nacional de Estatística). (2016). *Censo Geral 2014. Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação.* Luanda: INE.

Inverno, L. (2009). *Aspectos da sintaxe das sentenças adverbiais do português.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Tese de Doutoramento).

Lobo, M. (2013). Subordinação Adverbial. In E. B. P. Raposo, M. F. B. D. Nascimento, M. A. C. D. Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do Português* (pp. 1981-2057). Fundação Calouste Gulbenkian.

Lobo, Maria (2002) *On the Structural Position of Non-Peripheral Adjunct Clauses*, Journal of Portuguese Linguistics 1 (1), pp.83-118.

Lobo, Maria (2003) *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Mateus, Maria & Faria, Isabel & Duarte, Inês & Barros Brito, Ana Maria & Frota, Sonia & Matos, Gabriela & Oliveira, Fátima & Vigário, Marina & Villalva, Alina. (2003). Gramática da Língua Portuguesa: Lisboa, Caminho.

Mateus, Maria Helena (2003) et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.

Mingas, A. (2000) *A Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*, Porto: Campo das Letras.

Mota, M.A.C. da; Segura, Luísa e Mendes, A. (Org.), *Gramática do Português*, vol. I, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian (198-236).

Nzau, D. G. N., Venâncio, J. C., & Sardinha, M. da G. d'Almeida. (2013). Em torno da consagração de uma variante angolana do português: subsídios para uma reflexão. Limite: *Revista de Estudios Portugueses y de La Lusofonía*, (7), 159–180.

Pessela, J. D. 2020. *Sobre a concordância de número no sintagma nominal no Português de Angola: Variante do Português de Cuito-Bié.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tese de Mestrado.

Thompson, S.A., Longacre, R.E., 1985. *Adverbial clauses, in: Shopen, T. (ed.). Language Typology and Syntactic Description* Vol. II.

Recebido em: 12/07/2024

Aceito em: 21/08/2024

Para citar este texto (ABNT): PESSELA, Jeremias Dandula. Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.67-83, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Pessela, Jeremias Dandula. (out. 2024). Sobre as sentenças coordenativa explicativa e subordinativa adverbial causal - uma análise de aspectos conflituantes em falantes angolanos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 67-83.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.84-100 | 2024.

A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução

Hamilton Sebastião de Figueiredo *
https://orcid.org/0000-0002-2140-6611

RESUMO
O presente artigo rastreia as raízes sociohistóricas da colonização linguística num contexto em que o português se afirmou como língua oficial em Angola. A presente abordagem é fundamentalmente crítica, nela procuramos resgatar na história as múltiplas determinações responsáveis pela distorção do estatuto científico das línguas angolanas e descrevemos as possibilidades para a desconstrução da colonização linguística em Angola. Em termos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica que nos permitiu revisitar obras que corporificam um projeto intelectual de restauração das criações culturais africanas. Discorrida a abordagem, chegamos a conclusão de que é urgente a realização de uma ampla revisão dos programas e currículos escolares de formas a instituir-se a obrigatoriedade do ensino das línguas nativas, condição indispensável para a desoficialização da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE
Colonização; Linguagem; Afrocentricidade.

La langue portugaise et les racines socio-historiques de la colonisation Linguistique en Angola : possibilités pour la déconstruction

RESUME
Cet article retrace les racines socio-historiques de la colonisation linguistique dans un contexte où le portugais s'est imposé comme langue officielle en Angola. Cette approche est fondamentalement critique, dans laquelle nous cherchons à sauver dans l'histoire les multiples déterminations responsables de la distorsion du statut scientifique des langues angolaises et décrire les possibilités pour la déconstruction de la colonisation linguistique en Angola. Sur le plan méthodologique, nous avons procédé à une revue bibliographique qui nous a permis de revisiter des ouvrages qui incarnent un projet intellectuel de restauration des créations culturelles africaines. Après avoir discuté de l'approche, nous sommes arrivés à la conclusion qu'il est urgent de procéder à une vaste révision des programmes et des curriculums scolaires afin d'établir l'enseignement obligatoire des langues autochtones, condition indispensable pour supprimer la langue portugaise.

MOTS-CLES
Colonisation; Langage; Afrocentricité.

* Graduado em Ciência Política pela Universidade Agostinho Neto -Angola (2012); Possui uma especialização em Administração, Gestão e Qualidade Pedagógica pelo Instituto Superior Técnico de Angola-ISTA/Universidade de Ciências Enrique José Varona (2018); Mestrado em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Angola (2022). E-mail: hamiltonsebastiao4@gmail.com

Monoko ya Portugais mpe misisa ya socio-historique ya colonisation Linguistique na Angola: possibilités ya déconstruction

RESUMO
Lisolo oyo ezali kolanda misisa ya socio-historique ya colonisation linguistique na contexte oyo Portugais e se établir lokola langue officielle na Angola. Approche oyo ezali fondamentalement critique, oyo tozali koluka kobikisa na histoire ba déterminations multiples responsables ya distorsion ya statut scientifique ya minoko ya Angola mpe tozali kolimbola ba possibilités ya déconstruction ya colonisation linguistique na Angola. Na ndenge ya méthodologique, tosalaki revue bibliographique oyo epesaki biso nzela ya kotala lisusu misala oyo ezali na projet intellectuel ya kozongisa ba créations culturelles africaines. Na sima ya kolobela ndenge ya kosala, tozuaki conclusion que esengeli kosala revue ya large ya ba programmes ya biteyelo mpe ba programmes ya kelasi mpo na ko établir enseignement obligatoire ya minoko ya mboka, condition indispensable mpo na déofficialisation ya monoko ya Portugais.

MALOBA YA NTINA
Bokoloni, Monoko; Afrocentricité oyo ezali.

Introdução

A proclamação da independência de Angola trouxe um mínimo de reparo moral e restabeleceu uma certa dignidade a um povo feito refém pelas teias corrosivas do investimento colonial montado para satisfazer não apenas a ganância desmedida do seu colonizador, Portugal, mas também de outras das grandes potências capitalistas europeias. Movidas pela lógica de acumulação desenfreada de capital que em África se apresentou sobre a forma de escravidão e extração de matéria-prima, diversas nações da Europa universalizaram um modelo de socialização baseado num amplo processo subalternização e subjugação com consequências sociais e culturais drásticas para os povos colonizados.

Fruto da violência cultural imposta pelo poder colonial, muitas das nações Africanas, incluindo Angola, sofreram um autêntico “desvio existencial” com profundos rebatimentos que se fazem muito presentes nos dias atuais. Ou seja, transcorridos anos de independência, mais do que não ter sido capaz de reencontrar o caminho do progresso, Angola é ainda uma sociedade que não conseguiu reafirmar valores próprios, com destaque para a questão linguística onde adoptou-se a língua do colonizador como oficial em detrimento do rico aporte das línguas angolanas.

Toda a linguagem é portadora de uma maneira de ver o mundo de um determinado povo, ou seja, por trás de qualquer língua escondem-se criações e significações culturais próprias de uma coletividade social, assim sendo, adoptar uma língua é também um

processo de conversão cultural. Dado que a Língua Portuguesa foi trazida para Angola no contexto colonial, podemos afirmar que as suas criações linguísticas em relação ao mundo africano foram totalmente montadas sobre um imaginário colonial destinado a subverter, mistificar ou a trazer a confusão mental no seio deste povo. Devido a assunção forçada e muitas vezes irrefletida do português, muitos angolanos cederam facilmente às investidas da colonização e às suas reverberações, pois ao desfazerem-se das suas línguas, estes fizeram uma ruptura epistemológica com todo o seu legado de luta e resistência que estão alojadas nas suas criações linguísticas.

Em função de um conjunto de determinações sociohistóricas, as línguas angolanas foram praticamente expurgadas do sistema oficial de ensino em Angola, situação contrária aconteceu com as línguas colonizadoras que têm sido amplamente ensinadas como panaceia da internacionalização de Angola, estas gozam na atualidade de um prestígio social que, se comparado ao período colonial, facilmente concluiremos que nada mudou. Este dado expõe a permanência da colonização linguística cujas raízes sociohistóricas e as possibilidades de desconstrução figuram como enfoques do presente exercício académico.

1.Colonização e eurocentrismo: duas estruturas de subalternização

Antes mesmo de rastrearmos as diversas teias de interações sociohistóricas responsáveis pela colonização linguística, é preciso referir que, diferente da versão colonial da história de África, existe uma África profunda que os renomados “humanistas” europeus não foram suficientemente capazes de descobrir; ainda assim, seus representantes legais, desejando alcançar a acumulação primitiva de capitais, foram capazes de subalternizar, subverter, desacreditar e descentrar todo o seu rico corolário de singularidades históricas e culturais. Sobre esta referida África profunda Clarke (1992, p.36) explica o seguinte:

> A maioria das pessoas no mundo foi forçada a esquecer que mais da metade da história da humanidade já existia antes que alguém soubesse que um europeu estava no mundo. Os não europeus, especialmente nas civilizações do vale do Nilo, lançaram a base para a espiritualidade que mais tarde seria convertida nas principais religiões do mundo. Eles também descobriram o padrão de pensamento que mais tarde culminaria no pensamento filosófico do mundo.

A chamada África profunda, nos termos de Clarke (1992), viveu um grande período de grandeza civilizacional marcado por largos anos de gestão estatal independente que

começou a ser construída desde o surgimento na terra do ser humano e das primeiras civilizações, eventos que tiveram a África como o berço único. Na África profunda, a família era a grande unidade de coesão social, absorvia em grande medida toda a tendência individualista, permitindo a materialização de uma cosmovisão africana e humanizadora fundamentada no comunitarismo. Foi assim que se, construiu nas profundezas de uma África esquecida, imponentes Estados que vigoraram por muito tempo e universidades (Timbuctu, Sankore, Fez, Al-Azhar) que nos trazem testemunhos de uma época em que grandes centros de produção de pensamento da época estavam sediados em África.

Durante o período de grandiosidade vivenciado pelas civilizações africanas, além da sacralização da família, dos Estados sólidos, da riqueza intelectual e do ideário humanista, a unidade cultural tem sido apresentada por muitos intelectuais como sendo o grande diferencial evolucionista das civilizações africanas. É essencial destacar o papel que o engajamento científico de Cheikh Anta Diop desempenhou na confirmação desta tese, ou melhor, os estudos linguísticos deste intelectual provaram a existência de um alto grau de parentesco genealógico entre o extenso aporte das línguas africanas.

O parentesco linguístico entre as línguas africanas é usado como prova científica para suportar a tese de que o povo africano durante os seus períodos áureos compartilhou conceitos, ideias, categorias analíticas, significações, representações e formas de estruturação de pensamento. Dito de outra forma, este grau de parentesco linguístico demonstra inequivocamente que as grandiosas civilizações africanas dispunham de uma visão de mundo comum que funcionou como sustentáculo da sua unidade cultural e do seu progresso social.

O período de grandeza do continente africano teve o seu inevitável declínio quando os destinos das suas civilizações esbarraram com a escravidão e com a colonização, estruturas afectas ao continente Europeu, pois “nesta jovem civilização a necessidade de escravidão foi criada. Esta necessidade teve um efeito imprevisto no povo africano, cuja magnitude continua a ser vivida até os dias actuais” (Clarke,1992, p.47). Desde o início do sistema colonial, a Europa passou à condição de continente directório dos diversos assuntos globais, este privilégio permitiu que os seus mais altos representantes passassem a definir o papel a ser desempenhado pelos povos extra-europeus. É preciso pontuar que a maior subversão da investida colonial foi sentida no continente africano, pois, de acordo com Fanon (2008), este continente sofreu um autêntico “desvio existencial” que pode ser melhor compreendido nos seguintes termos:

> O capitalismo introduziu em África unicamente aqueles limitados aspectos da sua cultura material que eram indispensáveis para uma exploração mais eficiente e cabal, mas a tendência geral foi a de subdesenvolver tecnologicamente a África. A escravatura e o comércio marítimo em geral tiveram o que se chama efeito «multiplicador» sobre o desenvolvimento europeu. O comércio com a África ajudou grandemente a Europa a fortalecer os laços entre as suas diferentes economias, mas em África redundou em desmoronamento e desintegração no plano local. (Rodney, 1975, p.154)

Nos referidos marcos históricos em que o desenvolvimento económico da Europa foi projetado, a colonização funcionou como o principal catalisador do desenvolvimento europeu face às demais regiões do mundo, mesmo assim, um número considerável de "estudiosos" desenvolveu pesquisas destinadas a distorcer este dado. De acordo com estas pesquisas, a economia europeia é descrita como sendo aquela que tem evoluído de forma independente, ou seja, sem correlação alguma com a escravidão, com a colonização ou mesmo com a submissão dos povos africanos.

Precisamos compreender que a colonização, mais do que uma máquina criminosa, subversiva e reacionária, foi acima de tudo um corpo dotado de uma forma de pensar muito própria, normalmente categorizada dentro do debate acumulado pelas ciências sociais como visão Eurocêntrica. Esta forma de pensar defende que "a colonização europeia do mundo sustentou-se na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que deveria "civilizar" o resto da humanidade "obscurecida" (Guerra, 2022, p.50), o que quer dizer que os europeus, nos termos da investida colonial, presumiram ser a mais histórica e ter a mais evoluída cultura entre toda a humanidade.

Há uma multiplicidade de perspectivas que se levantam em torno da visão Eurocêntrica, mas privilegiamos neste artigo uma linha discursiva que concebe o eurocentrismo como uma ideologia ligada ao imaginário colonial cujos fundamentos são responsáveis por um conjunto de formulações interpretativas e discursivas que têm como objetivo determinar o modelo desenvolvimentista europeu como sendo o hegemónico e o único capaz de produzir conhecimentos válidos para a explicação do mundo.

> De acordo com Marcelino (2021, p.41), "a ciência moderna fundada sobre a racionalidade do iluminismo ocidental teve seu apogeu nos séculos XIII e XIX e foi de grande serventia no processo de implementação do projecto colonial", pois produziu um conjunto de argumentos que os representantes do colonialismo usaram como justificação científica na legitimação moral do projeto colonial. As premissas desta justificação basearam-se numa retórica segundo a qual os negros não foram dotados de intelecto, são

> impermeáveis à lógica e, portanto, são propensos a uma submissão natural. Foi fazendo o uso dos axiomas montados pela intelectualidade eurocêntrica que os representantes legais da estrutura colonial passaram a conceber a ideia de que toda a violência praticada em nome da colonização de África cumpria o propósito divino de civilizar, evangelizar e aculturar estes povos condenados à barbárie pelo seu estado de natureza. Envidam-se todos os esforços para levar o colonizado a confessar a inferioridade de sua cultura transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade de sua nação e, finalmente, o carácter inorganizado e inacabado de sua estrutura biológica. A cultura nacional é, sob o domínio colonial, uma cultura contestada, cuja a destruição é empreendida de maneira sistemática. É muito rapidamente uma cultura condenada à clandestinidade. (Fanon, 1968, p.198).

Foi através da marcha colonial que as principais categorias analíticas eurocêntricas cristalizaram-se em toda a ciência e produziram uma espécie de monocultura que se apresenta hoje sobre a forma de uma alegada cultura global, mas precisamos compreender que a mesma não tem hipóteses alguma de ser global por estar completamente enraizada nas experiências particulares do mundo ocidental. Neste sentido, diversas instituições mundialmente influentes têm estabelecido com o continente africano relações de natureza colonial e neocolonial, isto mesmo depois dos africanos terem alcançado a sua autodeterminação face à colonização. Sobre essa realidade Clarke (1992, p.19-20) explica:

> A história nunca é velha, tudo o que aconteceu continua a acontecer. O que estamos lidando agora é mais do que a segunda ascensão da Europa, estamos lidando com a ascensão de um conceito que tomou conta da mente da maior parte do mundo. Pois alcançou-se a independência apenas no nome, “independência da bandeira”. No entanto, em termos de independência económica real, eles são mais dependentes agora do que no auge do colonialismo. […]. Precisamos examinar cuidadosamente seu impacto inicial para entender suas reverberações.

No contexto africano, todas as principais reverberações do acto colonial têm sido sentidas na dimensão política, económica, científica, histórica, cultural e até mesmo linguística. Em relação a esta questão, “no século XVIII, Portugal emitiu uma série de leis e prescreveu medidas administrativas que diziam respeito ao papel que a língua deveria desempenhar para manutenção do prestígio, da extensão e da hegemonia colonial” (Proença, 2023, p.2005), foi assim declarada a inutilidade das línguas angolanas e introduziu-se a Língua Portuguesa como parte dos refinados instrumentos ao serviço da mística colonial portuguesa em África.

2.A língua enquanto repositório cultural

A colonização e o eurocentrismo, estruturas responsáveis pela mundialização coerciva da cosmovisão europeia, basearam-se num arcabouço ideológico cuja principal consequência foi a destruição das referências culturais do povo africano. Acrescendo a isto, uma outra consequência ainda mais grave e igualmente de escala continental, reside no facto de que o poder cultural representado pelo colonialismo provocou o afastamento dos africanos em relação o seu rico aporte de criações linguísticas. Na actualidade, a negligência que se assiste em relação às línguas ancestrais africanas é prova categórica de que este afastamento constitui o epicentro de uma luta intelectual que deve ser travada em prol da restauração da consciência histórica e da unidade cultural dos povos africanos.

Não se deve travar uma luta sem conhecer bem os meandros da mesma, por isso, nesta secção, faremos uma reflexão sobre como as múltiplas representações e sentidos que formam a língua podem reflectir a dimensão cultural de um povo, seja ele africano, europeu ou mesmo asiático. Deste modo, precisamos primeiramente entender que toda "uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos" (Hall,2006,p.50), isto é, a cultura é a guardiã por excelência da cosmovisão de um determinado povo. Tomamos aqui como sentido de cosmovisão a forma como um povo olha e se posiciona diante do mundo, como constrói o sistema de símbolos e representações com os quais se identifica.

> A palavra "cultura" passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o "modo de vida" de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social. Por outro lado, a palavra também passou a ser utilizada para descrever "valores compartilhados" de um grupo ou de uma sociedade. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – "o compartilhamento de significados" – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro (Hall, 2016, p.19-20).

Nenhuma cultura pode ser considerada homogénea ou uniforme, pois toda cultura é a segmentação de vários sentidos e representações construídas por um povo num dado período histórico e espaço geográfico determinado. Não podemos falar de cultura sem um sistema de representação e sentidos, pois estes facilitam o processo de determinação das

normas que orientam a convivência da vida em sociedade. É também através destes sistemas, que um povo constrói o corpo de significações linguísticas que lhe permitem dialogar consigo mesmo e com o mundo.

Neste contexto, não se pode pensar em um sistema de representações distante dos diferentes tipos de linguagem, pois "a linguagem é uma prática significante. Qualquer sistema representacional que trabalhe nesses termos pode ser visto, de forma geral, como algo que funciona de acordo com os princípios da representação pela linguagem" (Hall,2016,p.24). Dito de outra forma, a linguagem funciona como a ponte que interconecta os sistemas de representação a uma estrutura cultural, o que torna correcto afirmarmos que a linguagem no geral e a língua em particular, mais do que uma construção social, é acima de tudo um repositório cultural. Tal como explica Hall (2016,p.17):

> Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual "damos sentido" às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório chave de valores e significados culturais.

Toda língua conserva sempre uma cultura e carrega consigo um corolário de valores, representações, significações, ideias e formações cognitivas ligadas a um determinado povo. De acordo com Tamba (2014,p.59), "a língua é uma importante porta voz da cultura. […] A necessidade de comunicar faz do Homem falante de uma ou várias línguas. Além do mais, cada língua carrega uma história de gerações dos seus falantes", por isso é que os indivíduos ao se expressarem através da língua ou de qualquer outra forma de linguagem, não apenas transmitem as suas ideias, mas também interconectam-se com um extenso repositório de significações que dão rosto a uma determinada cultura.

Partindo do princípio de que toda língua configura um repositório cultural, nos marcos da instalação do sistema colonial, os países africanos foram forçados a adoptar as línguas dos seus colonizadores em detrimento das suas línguas que foram reduzidas à condição de "dialectos" pela intelectualidade colonial. Este reducionismo foi astuciosamente materializado porque "detrás das línguas, cujo estatuto científico se pretendeu negar, escondiam-se e continuam a esconder-se as culturas e as comunidades que as praticam" (Zongo, 2014, p.60). Uma vez que a colonização implicou a subalternização cultural, a diabolização das línguas africanas foi um dos investimentos

operacionalizado intencionalmente para fazer desaparecer o rico corolário de significações e representações culturais africanas.

3.A Língua Portuguesa e as raízes sócio-históricas da colonização linguística em Angola

O território que hoje se chama Angola, país situado na zona austral de África e que possui uma rica diversidade de culturas e línguas nativas, compartilha com um extenso grupo de nações africanas um passado colonial. A presença colonial portuguesa em Angola teve início quando em 1482 o rei do Kongo, *Nzinga-a-Nkuvu*, recebeu com enorme hospitalidade uma caravana portuguesa chefiada pelo navegador português Diogo Cão, este acedeu às terras angolanas por via do rio *Nzadi* (Zaire). Deste marco em diante, toda a presença portuguesa em Angola esteve voltada à construção de um conjunto de instrumentos ideológicos, políticos, económicos, sociais, religiosos e culturais cujo objectivo fundamental era subjugar culturalmente as diferentes sociedades angolanas e garantir uma melhor exploração das suas riquezas.

Os colonialistas portugueses, em Angola, criaram um conjunto de generalizações preconceituosas e de cunho racial que assentavam na expansão de um imaginário colonial baseado na ideia de que “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (Fanon,2008,p.34), os colonialistas acreditavam que somente por via de uma transfiguração cultural é que os angolanos aumentariam as suas possibilidades de alcançarem o estatuto de povo civilizado. Foi assim montado todo mito civilizador, moralizador e evangelizador português nas terras de *N´zinga* e de *N´gola*.

De acordo com Asante (2014,p.11), “se não através das drogas, será através da mídia que nossas crianças acabam se tornando confusas, ou através do sistema educacional onde são marginalizadas e a quem é negada a oportunidade de conquistar informação”, neste caso particular, o sucesso da colonização portuguesa no âmbito da subversão cultural e linguística, contou com investidas assertivas feitas no campo educacional. Ou seja, quando os portugueses tornaram-se os principais agentes da educação do povo angolano, acto cujos primeiros passos foram dados no século XVI, montou-se um sistema educacional voltado para submissão e coisificação, uma vez que os colonialistas portugueses num gesto bem elaborado trataram de alinhar toda a sua proposta educativa aos “melhores” interesses coloniais.

> Os colonialistas em geral desprezam e ignoram a cultura e educação africanas tradicionais. Assaltam-nas, instituindo uma versão do seu próprio sistema de educação, totalmente fora do contexto, que viria a desenraizar o africano do seu passado e a forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial. (Mondlane, 1976, p.59) .

Foi através de um evangelismo combinado com uma educação para a colonização que as principais sociedades ancestrais angolanas foram retidas num autêntico calabouço de indeterminação cultural, ou melhor, foram completamente desenraizadas e descentradas pelo poder cultural ligado à máquina colonial. Sem muitas alternativas, os angolanos foram obrigados a ceder ao jogo do imperialista e se converteram à cultura dos seus opressores. Tendo a consciência de que “pertencer a uma cultura é pertencer, *grosso modo*, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens” (Hall, 2016,p.43), os colonialistas portugueses trataram de substituir o rico aporte das línguas angolanas pela Língua Portuguesa. Posto isto nos termos de Mondlane (1976, p.60):

> Ao promover estes objectivos políticos, o Governo Português decretou que uma só língua, o português, fosse ensinada nas escolas sob a sua jurisdição em África. As línguas africanas são utilizadas mas mesmo isto é raro. Quaisquer que sejam os projectos a longo prazo para atingir este fim, o resultado foi entretanto o aparecimento de uma classe pouco numerosa, que olha com desprezo para sua própria língua e cultura.

Devido as reverberações do imaginário colonial, a classe de angolanos que olha hoje para as suas próprias línguas com um sentimento de inutilidade e desprezo multiplicou-se numa dimensão ainda maior do que na época colonial. Ou melhor, muitos são os angolanos que nos tempos contemporâneos têm a percepção distorcida de que a língua portuguesa tem funcionado como instrumento eficaz na internacionalização ou na inserção dos angolanos no cenário global, pois no imaginário coletivo destes angolanos pensar na internacionalização do país usando as línguas angolanas poderemos não ser bem percebidos na arena internacional.

Em termos históricos, a partir do século XVIII, Portugal aprovou um conjunto de leis e medidas para fazer vincar a hegemonia da Língua Portuguesa como língua única em Angola, é digna de destaque o Estatuto dos Indígenas Portugueses aprovado a 20 de Maio de 1954, no espírito colonial, este Estatuto visava civilizar os angolanos. Mas o que ficou claro é que a através deste, Portugal levou a cabo um profundo processo de branqueamento das culturas angolanas universalizando a ideia segundo a qual para que angolanos pudessem abandonar a sua condição de indígenas e ascenderem ao estatuto

de civilizados, tinham de obrigatoriamente fazer uma série de conversões, sendo a principal delas o domínio da Língua Portuguesa em toda a sua dimensão formalística. Foi nestes termos que Portugal montou um cativeiro linguístico que se mantém presente no quotidiano angolano mesmo depois de termos alcançado a tão almejada independência política.

> Portugal foi expulso da África, de corpo, após a conquista da independência pelos países africanos invadidos. Mas, infelizmente, continua lá, de alma, representada pela língua. A maioria dos países africanos manteve como oficial a língua do colonizador, após a independência. Essa permanência tem produzido a continuidade da violência colonialista, em termos simbólicos. A língua portuguesa, atuando no imaginário dos falantes, contribui para que as culturas locais sejam desmerecidas, em favor da europeia, supervalorizada na escola, espaço de prestígio, ambiente formativo no qual se proíbe a circulação das línguas autóctones, exiladas para regiões do não-ser cultural; em alguns casos, ainda hoje, há falantes que têm vergonha de falar suas línguas maternas. (Proença,2023, p.211).

Muitos foram os angolanos culturalmente “colocados numa espécie de indeterminação, esses homens se persuadem com bastante facilidade de que tudo vai ser decidido noutra parte, para todo mundo, ao mesmo tempo” (Fanon, 1968,p.63). Esta necessidade de integracionismo, cujo rosto actual é a globalização, disfarça as raízes sócio-históricas da colonização linguística construída através dos seguintes instrumentos: a redução das línguas africanas à condição de dialectos; a exclusão dos pesquisadores africanos das investigações sobre as suas próprias línguas; a submissão das línguas africanas às regras gramaticais das línguas colonizadoras, neste caso particular, da Língua Portuguesa; a tendência de impor uma visão unívoca às línguas africanas; a imposição da supremacia do português nas estruturas sociais; e a distorção do estatuto científico das línguas africanas.

A título de exemplo, a submissão das línguas angolanas às regras gramaticais da Língua Portuguesa justificado pela necessidade de impor uma visão unívoca a estas gerou fortes consequências que são sentidas sempre que decidimos atribuir nomes angolanos às nossas crianças, ou seja, os nomes angolanos sofreram distorções morfológicas e semânticas profundas. Para sermos mais específicos vamos usar o seguinte exemplo: nomes angolanos como *Makyese* ou *Yelisa* na base de dados das conservatórias do registo civil de nascimento em Angola foram erroneamente cadastrados como *Maquiesse* e *Yelissa*, obedecendo uma construção morfológica típica da Língua

Portuguesa. Estes nomes ganharam assim uma nova configuração que não tem sentido algum dentro das construções linguísticas em que eles foram extraídos.

De acordo com Tomás (2022,p.129), “quando um nome é aportuguesado, de imediato e totalmente perde o seu sentido original, ou seja, o seu significado torna-se desprovido de uma estrutura morfológica apropriada” e por isto a palavra torna-se totalmente vazia em termos de carga semântica. Este amplo e contínuo processo de distorção do estatuto científico das línguas angolanas, comumente conhecido como aportuguesamento, para alguns linguistas que desconhecem os fundamentos da colonização linguística justificam que isto acontece devido o dinamismo da língua. Mas a verdade é que este processo foi intencionalmente projectado para decretar o obituário das criações linguísticas dos povos colonizados.

Na materialização da colonização linguística, os representantes intelectuais da máquina colonial trataram de se apropriar, em primeira instância, das línguas angolanas; estes empreenderam titânicos esforços para compreenderem e dominarem estas línguas ainda que superficialmente. Através de metodologias inapropriadas, intelectuais europeus desenvolveram um conjunto de investigações que na essência visavam atribuir um novo estatuto às línguas angolanas, todos estes linguistas tinham apenas um único objetivo: prestar serventia à doutrina ideológica da época, isto é, à de dominação e de exploração colonial. Para Zongo (2014,p.62), “torna-se evidente que as finalidades da investigação linguística estão relacionadas com a ideologia colonial de dominação, e não respondem em nada a preocupação de preservar ou valorizar as línguas africanas”, tais pesquisas eram investimentos no sentido de impor um autêntico glotocídio ao extenso corolário de línguas angolanas.

A expansão das línguas europeias em toda África significou sincreticamente a morte cultural do ser negro e das suas representações e significações linguísticas. Este projeto foi um investimento racionalizado de forma tão pretensiosa não apenas para subalternizar culturalmente Angola, mas sim o continente africano como um todo, pois isto foi projetado quer em relação à língua Inglesa, Portuguesa e até mesmo à Francesa. Neste seguimento, os colonialistas europeus construíram um conjunto de estruturas sociais predatórias com a missão de garantir a materialização eficaz da colonização linguística.

No entender de Rodney (1975,p.370), “desde 1854 que se fundou a Alliance Française como instrumento do imperialismo cultural e educacional reconhecido e aprovado pelo Governo francês”, estes inauguraram um instrumento poderosíssimo de

modos a manter os povos colonizados ligados a si por meio da língua, acto que deu sustentabilidade à chamada Comunidade Francófona. Em relação à língua portuguesa, a mesma estratégia foi gizada, ou melhor, depois de falharem na universalização do conceito do luso-tropicalismo, os portugueses conseguiram fazer vincar a sua mística colonial através da ardilosa materialização da ideia de Comunidade Lusófona. Tal como nos faz compreender Proença (2023, p.2013):

> Criada em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) congrega países que têm o português como oficial. A motivação, nem sempre declarada, é a construção de um imaginário lusófono e homogêneo da língua portuguesa. Isso contribui para recepção acrítica da língua portuguesa, o melhor instrumento de dominação colonial, aplicado na religião, na escola, na escravidão e em políticas de assimilação. Na prática, a internacionalização reforça o projeto de uma língua única, como braço de reforço da colonização que opera em nível simbólico.

Neste diapasão, organizações como a CPLP e outras similares foram pensadas de modos a salvaguardar no imaginário dos colonizados o prestígio e a hegemonia da Língua Portuguesa, a lógica norteadora desta comunidade faz do português uma língua-padrão que deve ser dominada, visando a coesão interna da comunidade lusófona; esta organização tem condenando ao desaparecimento as línguas nativas dos países africanos falantes do português. Nestes termos, as línguas angolanas têm sido categorizadas como um obstáculo ao processo de materialização da visão e missão da lusofonia, a inversão deste quadro que ditará o renascimento das criações linguísticas e culturais angolanas exige no mínimo um trabalho intelectual colectivo assente numa ideologia de desconstrução.

4.Possibilidades para a desconstrução da colonização linguística

A restauração da cosmovisão do povo angolano, cujas representações e significações encontram-se impregnadas nas suas línguas nativas, requer uma abordagem diferente não apenas no universo linguístico, mas em todo o projeto intelectual que visa restaurar a consciência histórica africana que por via da colonização foi totalmente descentrada e destituída das suas referências culturais.

Face às determinações sociohistóricas apresentadas neste artigo, temos por hipótese que este trabalho de desconstrução impõe ao contexto angolano a necessidade de uma reorganização curricular de modos a adoptar-se uma educação fundamentada na Afrocentricidade. Paradigma científico criado no início da década de 1980 na Universidade de Tample (Califórnia) pelo professor Molefi Kate Asante, este projeto

intelectual apregoa uma recuperação crítica do que de melhor foi-nos legado pela nossa ancestralidade, sendo a língua uma parte importante deste legado.

> A afrocentricidade é a convicção de que o povo africano estará no centro da história pós-moderna. É a nossa história, nossa mitologia, nossas ideias criativas e nosso *ethos* como expressão de nossa determinação colectiva. Baseados em nossa história, construímo-nos sobre o trabalho de nossos ancestrais que nos deixaram os símbolos da nossa função humanizadora. (Asante, 2014, p.14).

Precisamos entender que a Língua Portuguesa mais do que não ter contribuído para o processo de internacionalização de Angola, também não foi capaz de garantir a unidade interna do povo angolano de modos a trilhar o caminho do desenvolvimento, pelo contrário, a manutenção do português como língua oficial em Angola tem contribuído inequivocamente para a marginalização, desvalorização e para o desaparecimento dos diferentes grupos ético-linguísticos que suportam o rico mosaico cultural que faz de Angola uma nação. Desta feita, o nosso projeto de desconstrução precisa trazer para o debate da angolanidade a questão das línguas nativas, estas precisam entrar no quotidiano das famílias, nas escolas, nas ruas, nos grandes meios de comunicação, nas manifestações artísticas, na forma de comunicar com as questões de espiritualidade e assumir centralidade no processo de construção das políticas públicas.

A omnisciência e a omnipotência da Língua Portuguesa em Angola têm sido salvaguardadas por linguistas cujas investigações reproduzem fielmente o princípio do formalismo linguístico, conjunto de regras contidas na gramática. “Porém, estes linguistas formados segundo a gramática tradicional – a da norma – não dispõem de verdadeiro método para efetuar descrições de novas falas” (Zongo, 2014, p.63). Neste sentido, o formalismo linguístico dentro do imaginário colonial é um instrumento extremamente útil para salvaguardar o “purismo” da Língua Portuguesa, é a garantia de que os colonizados possam aceitar pacificamente a ideia de que a criação das regras gramaticais da Língua Portuguesa seja apenas uma prerrogativa exclusiva de Portugal, mesmo não tendo estes o maior universo de falantes.

> E a escola, baseada na pedagogia tradicional do ensino de língua (Gramática Tradicional), reforça em máxima exaustão a ideia segundo a qual só se fala corretamente em Portugal. Com isso, nos tornamos usuários frustrados e inferiorizados: se não somos portugueses nem moramos em Portugal, jamais falaremos como eles. É urgente rever esse princípio, isto é, adotar normas próprias para cada país. Há resistências às ideias acima esboçadas, sabe-se bem, pois políticas linguísticas são autoritárias. Mas é preciso que sejam ditas, reivindicadas, discutidas.

> Políticas imperialistas não abrem mão de controlar a língua para manter o poder e a opressão. (Proença, 2023, p.215-216).

Apesar do que foi dito anteriormente, o nosso engajamento é claro em termos de perspectiva, pois se partirmos do princípio de que toda a linguagem reflete um determinado modo colectivo de pensar, então facilmente podemos concluir que a nossa linguagem, enquanto povo colonizado, deve ser reivindicativa, revolucionária, libertadora e restauradora, possibilidades que a Língua Portuguesa não nos oferece porque toda "a linguagem do explorador é vil, corrupta e vulgar. Para ele, o racismo não existe porque o que existe hoje é meramente discriminação" (Asante, 2014, p.54), ou seja, a nossa proposta de desconstrução não apenas recomenda uma recuperação crítica das línguas angolanas, mas também propõe que levemos a cabo um amplo processo de desoficialização da Língua Portuguesa em Angola.

Fruto da marginalização das línguas angolanas em relação ao português, os angolanos enfrentam na atualidade uma profunda crise de nomes, ou melhor, em função da cristalização dos "germes de podridão" da colonização linguística, muitos angolanos normalizaram o ato de atribuir nomes ocidentais à crianças africanas. Estes nomes são totalmente estranhos ao arcabouço cultural e linguístico do povo angolano e evidenciam categoricamente toda alienação cultural provocada pela colonização.

Assim sendo, vele lembrar que "seja o que for que nossos ancestrais aceitaram, nós devemos decidir se adoptamos ou não nomes que melhor reflitam o cerne da nossa identidade" (Asante, 2014,p.49), pois a escolha de um nome africano ou angolano é um passo decisivo na materialização da nossa transcendência coletiva para o desapertar da consciência histórica das nossas crianças e para restaurar a nossa identidade cultural enquanto parte da grande nação africana.

Considerações finais

Em síntese, não tem como estas reduzidas páginas encerrarem uma discussão tão multifacetada como é a problemática da colonização linguística. Ainda assim, temos a consciência de que a exposição desta problemática configura um fator crucial para ampliar-se as possibilidades de África no geral reencontrar o caminho do desenvolvimento e do restabelecimento da unidade cultural cujas línguas nativas, distorcidas e acuadas pela Língua Portuguesa, são o principal repositórios. De modos a concluirmos este exercício, sugerimos três direccionamentos imprescindíveis ao processo de resgate coletivo das criações linguísticas de Angola:

Sugerimos realização de uma profunda revisão dos programas e currículos de ensino em Angola, pois acreditamos que somente através de uma reforma educativa Afro-centrada será possível modificar-se o estatuto das línguas angolanas que foram deixadas para atrás face ao português, inglês, francês e agora o mandarim. Ou seja, sugerimos que respeitando as especificidades culturais de cada região do país, se inclua no ensino geral a obrigatoriedade do estudo das línguas nacionais; outrossim, sugerimos ainda que se decrete como perfil de entrada para o ensino superior a obrigatoriedade do domínio de uma língua nacional quer falada como escrita;

Sugerimos uma postura intelectual libertadora dentro da academia angolana que possa influenciar na massificação do debate em torno da problemática do aportuguesamento e da destituição do estatuto científico das línguas angolanas. Os linguistas, a par dos historiadores, sociólogos, antropólogos e outros intelectuais, devem redireccionar as suas pesquisas no sentido desconstruírem este imaginário distorcido e colonizado de que as línguas angolanas não possuem o estatuto epistemológico, pois este estatuto ainda hoje sobre ataque colonial precisa ser reeditado, reclamado e restaurado;

Por fim, sugerimos que, neste trabalho de desconstrução, a clareza de perspectiva deve ser a lógica norteadora das nossas acções, ou seja, tal como um dia o que é hoje Língua Portuguesa era apenas o latim, os povos colonizados devem conscientizar-se de que o português pode ser alvo de um novo profundo processo reconceituação destituindo-lhe de toda vigilância formalística imposta por Portugal via CPLP e outros instrumentos. Ou seja, entendemos que todo o processo que levará a desoficialização da Língua Portuguesa permitirá também a restauração das línguas angolanas.

Referências

ASANTE, M. K. (2014). *Afrocentricidade a teoria de mudança social*. Philadelphia: Afrocentricy Internacional.

CLARKE, J. H. (2020). *Cristóvão Colombo e o Holocausto Afrikano: escravidão e a ascensão do capitalismo europeu*. Disponível em: https://Insurreicaocgpp.blogspot.com.br

FANON, F. (1968). *Os Condenados da terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FANON, F. (2008). Pele negra máscaras brancas, Salvador: EDUFBA.

GUERRA, L. A. (2021). *Por uma teoria crítica do conhecimento: A ciência em debate em uma sala de aula na Amazônia*. Revista Eletrônica Mutações, v.14, n.23, p.39-53.

HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A

HALL, S. (2016). *Cultura e representação*, Rio de Janeiro: Apicuri.

MONDLANE, E. (1976). *Lutar por Moçambique*, Porto: Sá de Costa.

MARCELINO, J. S. (2021). *Por uma geografia decolonial: Elementos para o ensino de África na educação básica.* Veredas da História, [online], v.14, n.1, p.36-63.

PROENÇA. P.S. (2023). Línguas africanas devem ser oficializadas? In. TIMBANE. A. A.; FREITAG, R. M. *As línguas africanas e o português na África lusófona:* reflexões, descrições e políticas de ensino, 205-217.

RODNEY, W. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Lisboa: Seara Nova.

TAMBA, P. (2023). A língua e a cosmovisão: um estudo comparado entre o inglês britânico e o balanta quintoé da Guiné-Bissau. In. TIMBANE. A. A.; FREITAG, R. M. (Org.). As línguas africanas e o português na África lusófona: reflexões, descrições e políticas de ensino, 59-71.

TOMÁS, R. J. (2022). *Subsídios sobre o aportuguesamento ortográfico dos antropónimos bantu*. Luanda: La Société Littéraire.

ZONGO, B.; DIENG, Doudou. (2014). *Francês/línguas africanas: colonização linguística ontem e hoje, aqui e ali.* in. DIOP, B. M.; DIENG, D. (Org.). *A Consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, p.159-164.

Recebido em: 12/09/2024

Aceito em: 10/11/2024

Para citar este texto (ABNT): FIGUEIREDO, Hamilton Sebastião de. A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.84-100, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Figueiredo, Hamilton Sebastião de. (out. 2024). A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 84-100.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.101-116 |. 2024.

Conjugação de verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas em Moçambique: caso dos verbos *intervir*, *deter* e *prever*

Bonete Júlio João Chana *

ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-1430-6743

RESUMO

A presente pesquisa prende-se à abordagem de verbos derivados com o objetivo de compreender as razões do fraco domínio de conjugação dos verbos *intervir*, *deter* e *prever* pelos falantes do Português L2. No processo de comunicação, a conjugação verbal é um ato inevitável, pois é através deste que o homem articula e manipula os verbos para transmitir e receber informação e, para os falantes da Língua portuguesa, como L2, a conjugação dos verbos derivados gera determinados problemas, sobretudo, os verbos *intervir, prever* e *deter*. Metodologicamente, esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-bibliográfico, que faz uso do método indutivo e, os dados apresentados foram coletados a partir de observação e roteiro de entrevista a estudantes de nível académico de 12ª classe e professores de Língua portuguesa de três (3) escolas situadas na Cidade de Chimoio. A pesquisa baseia-se nos estudos teóricos de gramáticos como Tufano (1991); Monteiro & Pessoa (1999); Figueiredo & Figueiredo (2001); Coimbra & Coimbra (2002); Bechara (2009); Figueiredo & Bizarro (2004); Sardinha & Ramos (2004); entre outros. Os resultados do estudo permitiram concluir que as razões do fraco domínio de conjugação dos verbos intervir, deter e prever pelos falantes do Português L2 resumem-se no não conhecimento das regras de conjugação de verbos primitivos (associado à fraca leitura de Gramáticas de Língua portuguesa), verbos dos quais os verbos *intervir, deter* e *prever* derivam, fraca incidência na abordagem dos verbos derivados em sala de aulas por parte dos professores e as estratégias didáticas usadas pelos professores na lecionação.

PALAVRAS-CHAVE

Lexicologia; Verbos irregulares; Conjugação verbal

Conjugation of derived verbs by Portuguese L2 speakers in a classroom context in Mozambique: case of the verbs *intervene*, *deter* and *foresee*

ABSTRACT

The present research deals with the approach of derived verbs aiming to understand the reasons for the poor domain of conjugation of the verbs *intervene*, *deter* and *foresee* by Portuguese L2 speakers. In the communication process, verbal conjugation is an inevitable act, as it is through this that man articulates and manipulates verbs to transmit and receive information and, for Portuguese speakers, such as L2, the conjugation of derived verbs generates certain problems, above all, the verbs to intervene, deter and foresee. Methodologically, this is a qualitative, descriptive-bibliographical research, which uses the inductive method, and the data presented were collected from observation and an interview script with 12th grade academic level students and Portuguese language teachers from three (3) schools located in Chimoio city. The research is based on the theoretical studies of grammarians such as Tufano (1991); Monteiro & Pessoa (1999); Figueiredo & Figueiredo (2001); Coimbra & Coimbra (2002); Bechara (2009); Figueiredo & Bizarro (2004); Sardinha & Ramos (2004); and others. The results of the study allowed us to conclude that the reasons for the weak domain of conjugation of the verbs to intervene, deter and foresee by the Portuguese L2 speakers can be summarized in the lack of knowledge of the conjugation rules of primitive verbs (associated with the poor reading of Portuguese Language Grammars), verbs from which the verbs to intervene, deter and foresee derive, the weak incidence

* Graduado em Ensino do Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela Universidade Licungo | Docente no Instituto Médio Politécnico de Moçambique, Distrito de Chimoio, Província de Manica. E-mail: bonetechaha@hotmail.com

in the approach of derived verbs in the classroom by teachers and the didactic strategies used by teachers in teaching.

KEYWORDS
Lexicology; Irregular verbs; Verb conjugation

Mnyambuliko wa vitenzi vinavyotoholewa na wazungumzaji wa Kireno L2 katika muktadha wa darasani nchini Msumbiji: hali ya vitenzi kuingilia kati, kuzuia na kuona mbele

MUHTASARI
Utafiti huu unahusu mkabala wa vitenzi vinavyotoholewa kwa lengo la kuelewa sababu za eneo mbovu la mnyambuliko wa vitenzi kuingilia kati, kuzuia na kutabiriwa na wazungumzaji wa Kireno L2. Katika mchakato wa mawasiliano, mnyambuliko wa maneno ni kitendo kisichoweza kuepukika, kwani ni kwa njia hii kwamba mwanadamu hutamka na kuendesha vitenzi ili kupitisha na kupokea habari na, kwa wazungumzaji wa Kireno, kama vile L2, mnyambuliko wa vitenzi vinavyotokana huzalisha matatizo fulani, zaidi ya yote. vitenzi kuingilia kati, kuzuia na kuona mbele. Kimethodolojia, huu ni utafiti wa ubora, kimaelezo-biblia, unaotumia mbinu ya kufata neno, na data iliyowasilishwa ilikusanywa kutoka kwa uchunguzi na hati ya mahojiano na wanafunzi wa ngazi ya kitaaluma wa darasa la 12 na walimu wa lugha ya Kireno kutoka shule tatu (3) zilizopo katika jiji la Chimoio. Utafiti huu umejikita katika tafiti za kinadharia za wanasarufi kama vile Tufano (1991); Monteiro & Pessoa (1999); Figueiredo & Figueiredo (2001); Coimbra & Coimbra (2002); Bechara (2009); Figueiredo & Bizarro (2004); Sardinha & Ramos (2004); na wengine. Matokeo ya utafiti yalituruhusu kuhitimisha kwamba sababu za kikoa dhaifu cha mnyambuliko wa vitenzi kuingilia kati, kuzuia na kutabiriwa na wasemaji wa Kireno L2 zinaweza kufupishwa kwa kukosekana kwa ufahamu wa sheria za mnyambuliko wa vitenzi vya asili (zinazohusishwa na usomaji duni wa Sarufi za Lugha ya Kireno), vitenzi ambapo vitenzi kuingilia kati, kuzuia na kuona hutoka, matukio hafifu katika mkabala wa vitenzi vitokanavyo darasani na walimu na mikakati ya didactic inayotumiwa na walimu katika ufundishaji.

MANENO MUHIMU
Leksikolojia. Vitenzi visivyo vya kawaida. Mnyambuliko wa vitenzi.

Introdução

Moçambique é um país linguisticamente heterogéneo, onde coabitam diversas línguas nativas essencialmente de origem *Bantu* e o Português. Dado que a política linguística, em Moçambique, adoptou o Português, a língua do ex-colonizador, como Língua oficial e um dos símbolos de unidade nacional, isto é, seria usada em contextos institucionais ou áreas afins. Apesar de a Língua Portuguesa ter um estatuto de Língua oficial, ela não é dominada por todos moçambicanos, sobretudo, a maior parte da população usa simplesmente as línguas bantu, no seu contexto diário, constituindo, de certa forma, um significativo contributo para o surgimento das variedades linguísticas, que são consideradas como transgressão à Norma Culta do Português, tanto falado como escrito, em várias Gramáticas, Dicionário, Prontuário, entre outros manuais. Estas variações registam-se em vários níveis, fonético-fonológico, semântico, morfológico, sintático e pragmático.

Em relação aos “erros” de natureza morfológica, surgem com frequência, tanto na oralidade como na escrita, nas sentenças de estudantes na Cidade de Chimoio, ao invés

de deteve, emprega-se *deteu, nas sentenças. Sendo deter um verbo derivado, estudantes apresentam dificuldades na conjugação deste tipo de verbo. Deste modo, a confusão de regras constitui, na conjugação dos verbos derivados, um desvio à Norma Culta do Português.

Dessa forma, é difícil cometer-se erro de conjugação dos verbos primitivos, tanto no presente, como no passado ou no futuro, mas quando se trata de conjugar os verbos derivados, a realidade é contrária. Para os falantes da Língua portuguesa, como L2, a conjugação dos verbos derivados gera determinados problemas, sobretudo, os verbos *intervir, prever* e *deter*, esses têm sido frequentes nas sentenças proferidas pelos estudantes do Ensino secundário na Cidade de Chimoio, fato que constitui um desvio da Norma Padrão da Língua portuguesa, como em[1]:

*(1) *O professor também interviu no assunto de debate. (= … interveio…).*

*(2) *A polícia deteu os manifestantes. (=…deteve…)*

*(3) *O marinheiro preveu o estado de tempo antes de se fazer ao mar. (=…previu..)*

Este desvio de conjugação é um caso que diz respeito ao Português falado em Moçambique e, de certa forma, ouve-se no discurso de muitos moçambicanos, quer na televisão, na rádio, quer nas conversas formais. Com efeito, a abordagem deste tema ganha sua justificativa e relevância partindo da ideia segundo a qual o homem é um ser ligado à sociedade por meio de muitos vínculos, onde a cultura e a língua fazem parte. Portanto, o homem é o único ser que tem a língua como ferramenta de comunicação. E, uma língua falada, obedecendo-se ao padrão aceite, permite uma boa e saudável compreensão entre os homens. Nessa linha de pensamento, está-se convicto de que sanar ou reduzir os problemas de conjugação dos verbos derivados, constituirá mais-valia para a ciência e para a sociedade, pois a conjugação verbal é, de acordo com Norma padrão do Português, um passo decisivo para a obtenção de um desempenho comunicativo mais satisfatório.

Assim, diante deste aparato, propõe-se a abordagem deste tema com a finalidade de responder à seguinte pergunta de partida: Quais as razões do fraco domínio de conjugação dos verbos derivados *intervir*, *deter* e *prever* pelos falantes do Português L2? Metodologicamente, esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-bibliográfico, que faz uso do método indutivo e, os dados apresentados foram coletados a partir de

[1] Frases proferidas pelos falantes (estudantes) na cidade de Chimoio.

observação e roteiro de entrevista aos estudantes de nível académico de 12ª classe e aos professores de Língua portuguesa de três (3) escolas situadas na Cidade de Chimoio. Foi através da observação que se analisou atenciosamente como os falantes conjugam os verbos derivados.

No que refere à entrevista semi-estruturada dirigida aos estudantes, vale referir que a entrevista continha três (3) exercícios sobre os verbos intervir, prever e deter. No primeiro exercício, o participante tinha de assinalar com "I" as frases incorretas e com "C" as frases corretas, considerando a conjugação verbal adequada. No segundo exercício, o participante tinha de completar as frases, escolhendo a opção que contivesse o verbo corretamente conjugado. E, no último exercício, o participante tinha de elaborar três (3) frases da sua autoria, empregando os verbos *intervir*, *deter* e *prever*. Portanto, a entrevista aos professores continha quatro (4) perguntas abertas, que foram respondidas dentro de uma conversação formal. Esta maneira auxiliou a obter melhor esclarecimento sobre a abordagem dos verbos derivados no processo de ensino-aprendizagem.

2. Conjugação verbal e a noção de verbo: preceitos gramaticais

No processo de comunicação, a conjugação verbal é um ato inevitável, pois é através deste que o homem articula e manipula os verbos para transmitir e receber informação. Por outro lado, como escreveu Chaha (2023a), o verbo é uma classe de palavras que se flexiona em pessoa, número, tempo, modo, aspeto e voz e, esta classe apresenta maior mutabilidade que, de certa forma, proporciona dificuldades aos falantes aprendizes do Português, na conjugação.

No entender de Figueiredo & Bizarro (2004, p. 65), conjugação verbal diz respeito "às modificações flexionais da forma do verbo". Ainda as autoras explicam que "conjugar um verbo é dizê-lo, numa ordem convincente em todos os tempos, pessoas, modos, número e vozes". Para Monteiro & Pessoa (1999, p. 18), conjugação é um conjunto de todas as flexões do verbo de modo, tempo, número e voz." Ainda as autoras realçam que conjugar um verbo e dizê-lo em todas essas formas".

Conjugar um verbo é, na concepção dos gramáticos, um ato de flexionar um verbo de acordo com o modo (indicativo, conjuntivo, imperativo), tempo (presente, pretérito e futuro), número (primeira, segunda, terceira) e voz (ativa, passiva). Na reflexão de Bechara (2009), "conjugar um verbo é dizê-lo, de acordo com um sistema determinado, um paradigma, em todas as suas formas nas diversas pessoas, números, tempos, modos e vozes".

A conjugação verbal é um processo ou ato linguístico que consiste em apresentar o verbo em suas diferentes categorias morfossintáticas de modo, tempo, número, pessoa e voz. Nesse contexto, assume-se que os falantes tenham o domínio pleno destas categorias morfossintáticas, incluindo a conjugação dos verbos derivados. Portanto, um verbo é considerado corretamente conjugado, quando a sua forma obedece às categorias morfossintáticas de modo, tempo, pessoa, número, voz.

Analisado nesse prisma, Cunha & Cintra (2017, p. 393) definem verbo como "a palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo". E, na visão de Monteiro & Pessoa (1999, p. 8), "é uma palavra variável, que desempenha na oração a função de predicado, exprime o que passa; um estado permanente! […] caracteriza-se por trazer em si uma ideia temporal". Para Bechara (2009), entende-se por verbo "a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical". Na visão de Cipro Neto & Infante (2008), verbo é:

> A palavra que se flexiona em número (singular/plural), pessoa (primeira, segunda, terceira), modo (indicativo, subjuntivo, imperativo), tempo (presente, pretérito, futuro) e voz (ativa, passiva, reflexa). Pode indicar ação (fazer, copiar), caráter de estado (ser, ficar), fenómeno natural (chover, anoitecer), ocorrência (acontecer, suceder), desejo (aspirar, almejar) e outros processos (p. 127).

Portanto, verbo é a palavra ou elemento sintático que desempenha a função de predicado e, esta palavra exprime a ideia e/ou sentido frásico. E, pode notar-se, a partir da definição dos autores, que o que caracteriza ou define o verbo são suas flexões, e não necessariamente seus possíveis significados.

2.1 O conceito de derivação: derivação prefixal

No âmbito da Lexicologia, a derivação é um processo morfológico de formação de palavras, que consiste na geração de palavras a partir de constituintes, os quais recebem o nome de afixos e/ou elemento base e, as palavras geradas chamam-se derivadas. O conceito de derivação pode ser definido como sendo "o processo de formação de palavras a partir de outras, que cria palavras novas, as quais se chamam derivados. Estes derivados apresentam sempre uma relação semântica ou uma relação formal com a palavra original" (SARDINHA & RAMOS, 2004, p. 61). No entender de Figueiredo & Figueiredo (2001), a derivação consiste:

> Na composição de uma nova palavra de que só um dos elementos constitutivo e susceptível de figurar de maneira autónoma num enunciado. **Re**fazer comum**mente** nos exemplos dados os vocábulos fazer e comum estão aptos a aparecer isoladamente num enunciado o mesmo não acontece com **re-** e **- mente**, que se manifesta exclusivamente nas formações derivadas (p. 58).

Olhando para a os postulados acima, derivação é o processo morfológico que consiste na modificação da palavra primitiva por meio de acréscimo de afixos, fazendo surgir novas palavras. E, nesse processo, o elemento de base tem a autonomia, ou seja, a capacidade de fazer sentido, quando isolado do seu afixo, mostrando, dessa forma, uma independência, fato que não se pode dizer isto para os elementos que se associam a si, os chamados afixos.

Para Figueiredo & Bizarro (2004, p. 28), derivação é "o resultado da combinação de uma base com afixo, criando-se novas unidades lexicais". Com efeito, a derivação prefixal seria o processo de formação de uma nova palavra por meio de acréscimo de outro elemento, isto é, o prefixo, à palavra de base ou primitiva, assim como escreveram Sardinha & Ramos (2004, p. 62), "os derivados por prefixação resultam da junção de prefixo à palavra que lhe deu origem, modificando-lhe a significação, mas mantendo-lhe a categoria gramatical, como em[2]:

(4) fazer – refazer.

(5) montar – desmontar.

(6) cómodo – incómodo.

Por seu turno, Figueiredo & Figueiredo (2001, p. 66) consideram a prefixação "um dos processos que contribuem para a criação de unidades lexicais novas, os neologismos". Ainda, Figueiredo & Bizarro (2004, p. 28) explicam que, "na prefixação, o afixo é colocado à esquerda da base e forma normalmente, uma base da mesma categoria", como em[3]:

(7) fazer – des+fazer.

(8) pôr – re+por.

Nos exemplos em alusão, nota-se que os elementos de base *fazer* e *por* encerram o significado da palavra, ou seja, têm existência independente na Língua portuguesa e,

[2] Exemplos dos autores (Cfr. em SARDINHA & RAMOS, 2004).
[3] Exemplos dos autores (Cfr. em FIGUEIREDO & BIZARRO, 2004).

por isso são chamados de palavras de base ou radical[4], enquanto os elementos mórficos des e *re* têm curso dependente, pois não podem constituir palavra e/ou ter existência independente na língua e, neste caso, não alteram a categoria gramatical do radical, embora alterem e/ou emprestem uma nova significação ao radical.

Portanto, a derivação prefixal é compreendida como um processo que resulta do acréscimo de afixo antes da palavra primitiva ou radical, possibilitando a criação de novas palavras com a mesma categoria gramatical, a que se chama de palavra derivada.

2.2 Palavra derivada: caso dos verbos

Como se debruçou anteriormente sobre a derivação como processo morfológico, aqui traz-se a noção de palavra derivada, sobretudo, os verbos. Derivar significa, em lato senso, originar, surgir, advir, emergir, ou melhor, resultar e, nesse contexto, palavra derivada seria, então, aquela que resulta de outra.

A gramática de Coimbra & Coimbra (2002, p. 80) apresenta como derivadas "as palavras que se formam acrescentando pequenos elementos antes ou depois da palavra primitiva (palavra original, isto é, que não se forma a partir de outra)", como em[5]:

(9) palavra primitiva – feliz; palavra derivada por prefixação – infeliz; palavra derivada por sufixação – felizmente.

A partir dos exemplos apresentados pelos gramáticos, observa-se que as palavras assim formadas adquirem novos significados, ou seja, os prefixos e sufixos conferem diferentes sentidos e categorias gramaticais às palavras. De acordo com Pinto & Lopes (2003, p. 91), "chamam-se derivadas aquelas palavras que se formam a partir de outra: água, fazer - à qual se juntou um ou vários prefixos ou sufixos", como em [6]:

(10) aguadeiro, aguar, desaguar, desfazer e refazer.

Para Cunha & Cintra (2017, p. 82), denominam-se derivadas "as que se formam de outras palavras da língua, mediante o acréscimo ao seu radical de um prefixo ou um sufixo. Ex.: fumoso, marinha, novinho e pedreiro". Assim, para os verbos em apreço,

[4] Considera-se palavra de base, primitiva ou radical aquela que não é formada a partir de nenhuma outra e que, pelo contrário, permite que dela se originem novas palavras no idioma (Cunha & Cintra, 2017).
[5] Exemplos das autoras (Cfr. em Coimbra & Coimbra (2002).
[6] Exemplos dos autores (Cfr. em Pinto & Lopes, 2003).

intervir, *deter* e *prever*, é evidente que as palavras primitivas, ou seja, as bases são *vir*, *ter* e *ver*, respetivamente, às quais foram acrescentados os prefixos *inter-*, *de-* e *pre-*, respetivamente.

Coimbra & Coimbra (2002, p. 68) apresentam uma lista dos verbos e seus derivados: *refazer, desfazer, satisfazer, perfazer, rarefazer-se, refazer, refazer-se – derivados de fazer; desimpedir, despedir, despedir-se, impedir, expedir – derivados de pedir; prever, rever – derivados de ver; advir, intervir, convir, provir – derivados de vir.*

2.2.1 Verbos derivados: regras de conjugação

Conjugar um verbo é, como se disse anteriormente, apresentá-lo nas suas diferentes categorias morfossintáticas de tempo, modo, pessoa, número e voz. E, na conjugação dos verbos derivados, é preciso ter em consideração os seus verbos de base. A este respeito, Tufano (1998, p. 205) chama atenção para o uso dos verbos derivados e, diz que "a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo intervir é *interveio*, pois, este verbo é derivado do verbo vir".

Por seu turno, Coimbra & Coimbra (2002, p. 68) explicam que "os verbos fazer, pedir, ver e vir são irregulares e, como tal, os seus derivados seguem o mesmo modelo de conjugação". Para Sardinha & Ramos (2004, p. 231), "conjugam-se como ter todos os seus derivados: ater, conter, deter, obter, reter e suster. Estes derivados levam acento agudo nas formas da 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e na 2ª pessoa do singular do imperativo, deténs, detém, susténs, sustém, etc".

Nessa linha de pensamento, a conjugação dos verbos derivados obedece ao paradigma dos seus primitivos, ou seja, estes verbos são flexionados seguindo o critério de conjugação dos verbos que lhes deram origem. Por isso, para que não se caia no erro de conjugação, é necessário que se identifique o seu primitivo, apresente-se a sua conjugação e, por último, acrescente-se o prefixo. Em última análise, verifica-se uma diferença na ortografia destes verbos, em comparação com os seus primitivos, esses (o caso de *intervir* e *deter*) são acentuados graficamente nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e na 2ª pessoa do singular do imperativo e, estes (o caso dos primitivos) não são acentuados graficamente.

3. Apresentação e discussão de resultados

Os dados apresentados nesta pesquisa são inferidos a partir de variáveis que foram a base de entrevista aos estudantes da 12ª classe e professores de Língua portuguesa de três (3) escolas situadas na Cidade de Chimoio, Província de Manica, codificados com letras do alfabeto de A à O.

3.1 Resultados das entrevistas aos estudantes

No que concerne ao exercício 1, estavam propostos três (3) pares de frases, com o intuito de os participantes identificarem as frases corretas, colocando (C) e, incorretas, colocando (I), tendo em conta a conjugação correta do verbo derivado nas frases dos pares (1), (2) e (3).

No que refere às frases do par (1), os participantes D, H, K e L, consideraram correta a frase a., e os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na incorreta. E, para a frase b., os participantes D, H, K e L consideraram-na incorreta e, os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na correta, como se verifica em:

(1) a. Quando os cidadãos intervierem com firmeza, teremos uma cidade organizada. I

*b. *Quando os cidadãos intervirem com firmeza, teremos uma cidade organizada. C*

Em relação às frases do par (2), os participantes D, H, K e L consideraram incorreta a frase a., e os outros participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na correta. E, para a frase b., os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na incorreta e, os participantes D, H, K e L consideraram-na correta, como se vê em:

(2) *a. *Se o Instituto Nacional de Meteorologia prever o tempo, teremos conhecimento do estado do tempo de amanhã. C*

b. Se o Instituto Nacional de Meteorologia previsse o tempo, teríamos conhecimento do estado do tempo de hoje. I

Quanto às frases do par (3), os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram a frase a. incorreta e, os participantes D, H, K e L consideraram-na correta e, a respeito da frase b., os participantes D, H, K e L consideraram-na incorreta, mas os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na correta, mas os participantes A, B, C, E, F, G, I e J consideraram-na correta, como em:

(3) a. Os policiais não detiveram os suspeitos do assalto ao Banco. I

*b. *Os policiais não deteram os suspeitos do assalto ao Banco. C*

Em virtude dos resultados dos exercícios propostos, verifica-se que a conjugação dos verbos patentes nas frases mostra-se deficitária para os estudantes, permitindo concluir que os participantes não têm domínio da conjugação correta dos verbos derivados, propiciando, dessa forma, a transgressão das regras de conjugação dos verbos derivados, pois as formas verbais consideradas, por um lado, corretas e, por outro, incorretas, pelos participantes, em última análise, contradizem aos argumentos trazidos por Coimbra & Coimbra (2002, p. 68), segundo os quais "os verbos fazer, pedir, ver e vir são irregulares e, como tal, os seus derivados seguem o mesmo modelo de conjugação".

Com efeito, observa-se que há grande disparidade entre o que os participantes consideram correto e o que os gramáticos postulam. Portanto, as opções escolhidas pela maioria dos inquiridos são consideradas incorretas, uma vez que não seguiram as regras de conjugação dos verbos derivados, segundo gramáticos.

Relativamente ao exercício 2, importa referir que estavam propostas três (3) frases, a), b) e c), com três (3) alternativas A, B e C para cada frase, das quais os participantes escolheriam uma (1) para completá-las. Nesse contexto, quanto à frase a), os participantes A, B, C, E, F, G, I e J escolheram a alternativa incorreta, B e, os participantes D, H, K e L escolheram a alternativa correta, A, conforme em:

*a) *O Miguel previa que isso pudesse acontecer.*

***A.** previu* ***B.** previa* ***C.** preveja*

No que toca à frase b), os participantes D, H, K e L escolheram a alternativa correta, C e, os participantes A, B, C, E, F, G, I e J escolheram a alternativa incorreta, A, como se observa em:

*b) *Se eles intervissem com mais calma, não teria ocorrido o tumulto.*

***A.** intervissem* ***B.** interviriam* ***C.** interviessem*

Em relação à frase c), os participantes D, H, K e L escolheram alternativa correta B e, os outros participantes A, B, C, E, F, G, I e J escolheram a opção incorreta, A, como se apresenta a seguir em:

c*) *Os guardas municipais deteram os ladrões da moto.*

***A**. deteram* ***B**. detiveram* ***C**. detiverão*

Olhando para as respostas apresentadas pelos participantes, em relação à frase da alínea a), isto é, sobre o uso do verbo prever, mais uma vez, tem-se a conclusão de que há fraco domínio de conjugação deste verbo, visto que a opção correta para a situação descrita seria a alternativa A. Com efeito, a forma verbal "previa" apresentada na alternativa escolhida pela maior parte dos participantes não é adequada, ou melhor, esta forma verbal não concorda com a locução verbal "pudesse acontecer", permitindo que a frase seja agramatical.

Mais do que isso, em relação às frases das alíneas b) e c), as respostas atestam que os participantes não demonstram ter conhecimento sólido sobre as regras de conjugação dos verbos derivados intervir e deter, fato que permite concluir que os participantes não sabem conjugar os verbos intervir e deter, uma vez que estes escolheram a alternativa incorreta, assim como atesta Tufano (1998, p. 205), ao dizer que "a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo *intervir* é interveio, pois este verbo é derivado do verbo *vir.*"

Dessa forma, pode acrescentar-se a essa ideia que a conjugação dos verbos derivados, como se avançou nos pretéritos parágrafos, em 2.2.1, como é o caso de intervir, deter, prever, entre outros, tem de ser feita considerando-se os seus verbos de origem e, quando não se obedece a este critérios, tem-se situações e/ou sentenças linguísticas agramaticais, ou, como se pode apelidar de "sentenças não linguísticas", nesta pesquisa, uma vez que em língua, tanto falada, como escrita, não se deve expressar.

Ainda a esse respeito, Coimbra & Coimbra (2002, p. 68) explicam que "os verbos fazer, pedir, ver e vir são irregulares e, como tal, os seus derivados seguem o mesmo modelo de conjugação". E, olhando para este posicionamento, pode dizer-se que a conjugação dos verbos prever e deter também segue a mesma regra, não devendo ser ignorada pelos falantes no exercício de conjugação.

3.2 Resultados das entrevistas aos professores

Propostas didático-pedagógicas dos professores de Língua portuguesa face às dificuldades de conjugação de verbos pelos estudantes finalistas para minimizar situações que se observam no dia-a-dia em contexto, tanto formal, como informal.

Relativamente à esta variável da entrevista, importa referir que as respostas dos professores participantes foram diversificadas, onde o participante M disse que propõe exercícios de derivação de palavras e exercícios de família de palavras. Por outro lado, o participante N disse que tem recomendado muita leitura de obras literárias e gramáticas para superar diversas dificuldades, tanto de leitura, como de conjugação verbal nos discursos e, o participante O disse que tem incentivado os estudantes a terem mais contato com os verbos irregulares, a partir de exemplos ou frases, que se empregam os verbos derivados.

De acordo com as respostas acima apresentadas, verifica-se que a abordagem dos verbos derivados, por parte dos professores de Língua portuguesa é feita de forma superficial, isto é, os professores dão recomendações de exercícios aos estudantes, mas estes professores não colaboram com os estudantes na sua resolução prática, ou seja, não demonstram um acompanhamento de modo a verificar se os estudantes estão realmente envolvidos nas atividades ou se apresentam uma evolução na conjugação dos verbos derivados em vários tempos e modos.

Recursos didáticos ou materiais usados pelos professores para garantir uma aprendizagem significativa de conjugação de verbos derivados em vários tempos e modos verbais

No que diz respeito à esta variável, vale referir que as respostas dos participantes foram, de certa forma, unânimes, onde o participante M disse que tem usado o quadro preto, jogo de palavras, mediante o seu processo de derivação, especialmente, os verbos derivados. O professor participante N disse que, constantemente, tem usado Gramáticas, livro do estudante e outros recursos, como a internet e dicionários em formato físico e digital e, o professor participante O disse que, para garantir uma aprendizagem significativa de conjugação dos verbos derivados, tem recorrido às Gramáticas de Língua portuguesa.

Com efeito, a partir das respostas fornecidas pelos professores, observa-se que, para além do livro do estudante, se afiguram as Gramáticas de Língua portuguesa, pois estes recursos didáticos ajudam na aprendizagem do estudante, embora o professor use primeiro o quadro como recurso didático. Esta constatação leva a concluir que os recursos usados pelos professores participantes não são suficientes para garantir uma aprendizagem significativa de conjugação de verbos derivados pelos estudantes, uma vez

que estes materiais ou recursos não permitem a participação de todos os estudantes nas atividades, em contexto de sala de aulas.

Estratégias usadas pelos professores para estimular os estudantes a construírem conhecimento crítico e reflexivo na abordagem dos verbos derivados

Em relação a esta variável, de salientar que as respostas foram diversificadas, o professor participante M disse que tem usado listagem de verbos no quadro. O professor participante N afirmou que tem usado estratégia de leitura e compreensão de texto, em seguida passa para a abordagem de assuntos relacionados com o funcionamento de língua e, o professor participante O acrescentou que, para além de exercícios programados no plano curricular, tem organizado jogos, em que cada grupo fica com um verbo derivado para conjugar em todos tempos e modos e, o grupo, que se sair melhor no jogo, recebe prémio, como uma forma de incentivá-los.

As respostas acima mostram que as estratégias usadas pelos professores, na abordagem dos verbos derivados, têm sido superficiais, uma vez que não permitem que os estudantes construam conhecimento crítico, embora incluam jogos lúdicos com premiação, sendo que o assunto do funcionamento da língua é diversificado, isto é, não foi muito bem especificado, tendo em conta que os conteúdos da conjugação verbal, especialmente, os verbos derivados, são complexos e requerem atenção e foco para uma aprendizagem significativa.

Avaliação feita pelos professores sobre a conjugação dos verbos derivados em vários tempos e modos verbais pelos estudantes em contexto de sala de aulas

Quanto a esta variável, de certa forma, as respostas foram unânimes, uma vez que os professores fizeram uma avaliação do ponto de vista positivo, o professor participante M disse que os estudantes conheciam tais verbos, mas precisavam de uma estimulação para que aprimorassem o conhecimento. O professor participante N disse que a avaliação era positiva, embora reconhecesse haver dificuldades superáveis. Entretanto, os estudantes apresentavam dificuldades de conjugação de verbos derivados em vários tempos e modos verbais, por um lado, devido aos programas que não dão primazia à conjugação de verbos, por outro, por falta de espaço de tempo, por parte dos próprios estudantes e, a criatividade dos professores de Língua portuguesa. E, o professor participante O afirmou que, quando foram introduzidos os jogos de conjugação dos verbos

em grupos, os estudantes demonstravam certa evolução na conjugação de alguns verbos derivados.

Nesse contexto, embora as respostas acima apontem para uma avaliação positiva sobre a abordagem dos verbos derivados, ainda há fragilidade, porque se reconhece a falta de criatividade dos professores para estimular os estudantes a desenvolverem uma aprendizagem significativa na conjugação dos verbos derivados, por outro lado, os professores não dão muita primazia à conjugação dos verbos derivados, justificando que é por falta de espaço de tempo e pelo fato dos programas de ensino não incluírem estes conteúdos. Portanto, esta constatação permite concluir que há ainda um trabalho a ser feito para que os estudantes aprimorem a conjugação de verbos, tanto os primitivos, como os seus derivados, uma vez que a avaliação feita pelos professores é duvidosa.

Considerações finais

A pesquisa centrou-se nos verbos *intervir*, *deter* e *prever* derivados dos verbos primitivos vir, ter e ver, respetivamente, com o qual se procurou apresentar as razões do fraco domínio de conjugação destes verbos pelos falantes do Português L2, na cidade de Chimoio e, em virtude disso, verificou-se que, de fato, os participantes conjugam erradamente os verbos derivados, aplicando o modelo de conjugação dos verbos regulares, o que, de certa forma, não é correto, uma vez que os verbos derivados intervir, deter e prever são conjugados, como se disse anteriormente, da mesma forma que os verbos irregulares vir, ter e ver, respetivamente, pois, estes são os seus primitivos.

Com efeito, isso mostra que os participantes não conhecem as regras de conjugação desses verbos, seja de forma oral ou escrita, resultando em frases agramaticais. Ainda, verificou-se que, embora os participantes usem a Língua portuguesa no contexto de ensino-aprendizagem, eles apresentam dificuldades na conjugação de verbos, fato que deixa a desejar no seio dos professores de Língua portuguesa na cidade em apreço. Por outro lado, as estratégias usadas pelos professores na abordagem desses verbos têm sido superficiais, não permitindo que os estudantes tenham conhecimento sólido de conjugação verbal.

Sendo assim, este fato, em conformidade com os dados analisados, permite concluir que o uso generalizado das regras de conjugação de verbos regulares e o não aprofundamento das particularidades dos verbos derivados em contexto de sala de aulas por parte dos professores contribuem para o fraco domínio de conjugação dos verbos em alusão.

Portanto, estes resultados demostram que as razões do fraco domínio da conjugação dos verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas resumem-se no não conhecimento das regras gramaticais de conjugação dos verbos irregulares e a fraca incidência na abordagem dos verbos derivados em sala de aulas por parte dos professores, devido à fraca leitura das Gramáticas de Língua portuguesa por parte dos estudantes e às estratégias usadas pelos professores em contexto de sala de aulas.

Referências

Bechara, E. (2009). **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Chaha, B. J. J. (2023a). Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique**. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde (BA), v. 3 n. 1, p. 140-155, jan/jun. Disponível em: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1117. Acesso em 05 jan. 2023.

Cipro Neto, P. & Infante, U. (2008). **Gramática da Língua Portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Scipione.

Coimbra, O. M. & Coimbra, I. (2002). **Gramática Ativa**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença.

Cunha, C. F & Cintra, L. F. L. (2017). **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.

Figueiredo, O. M. & Bizarro, R. P. (2004). **Da palavra ao texto**. Lisboa: Asas Editores.

Figueiredo, E. B. De. & Figueiredo, O. M. (2001). **Itinerário Gramatical**: A Gramática na Língua e a Língua no Discurso. Lisboa: Porto Editora.

Monteiro, D. & Pessoa, B. (1999). **Guia Prático dos Verbos Portugueses**. Lisboa: Lidel.

Pinto, J. M. C. & Lopes, M. C. V. (2003). **Gramática do português moderno**. 4. ed. Lisboa: Plátano Editora.

Sardinha, L. & Ramos, V. *(2004).* **Prontuário e verbos conjugados**. 2. ed. Lisboa: Plátano Editora.

Tufano, D. (1991). **Curso Moderno de Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Moderna.

Recebido em: 12/06/2024
Aceito em: 29/09/2024

Para citar este texto (ABNT): CHAHA, Bonete Júlio João. Conjugação de verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas em Moçambique: caso dos verbos intervir, deter e prever**.** *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial II, p.101-116, set. 2024.

Para citar este texto (APA): CHAHA, Bonete Júlio João. (set. 2024). Conjugação de verbos derivados pelos falantes do Português L2 em contexto de sala de aulas em Moçambique: caso dos verbos intervir, deter e prever**.** *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 101-116.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.117-130 | 2024.

A língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural [1]

Carlindo Fausto Antônio *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-8229-6615

RESUMO
A língua usada, como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural, apresenta a intersecção de dois objetos, a língua e o currículo, que são igualmente historicizados e/ou empericizados pelas categorias espaciais e pelos sistemas culturais. O texto tem por objetivo, primeiro, a renovação do ensino da língua portuguesa, em concordância com os lugares e com a socioespacialidade. Na mesma perspectiva, há necessidade de renovação dos currículos, com especial valorização das sistematizações não formais estabilizadas e expandidas pelos lugares e sistemas culturais. As postulações teóricas a propósito do letramento na língua cabo-verdiana, relativas às estabilizações expandidas pelos lugares e sistemas culturais, são derivadas também da inseparabilidade das categorias expressas pelo título do artigo. Metodologicamente, no tocante aos objetos, o trabalho considerou a centralidade dos processos educativos não formais e a inseparabilidade da língua e do currículo do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural. O principal resultado da análise, sem descartar outras formulações, aponta para a necessidade de renovação do currículo e do ensino da língua portuguesa em conexão com os lugares e, sobretudo, pelo impostergável letramento em crioulo e/ou língua cabo-verdiana.

PALAVRAS-CHAVE
Geolinguística; Cotidiano; Sistema Cultural Negro-Africano E Diaspórico.

Language used as a production of space, territory, place, everyday life and the cultural system

ABSTRACT
The language used, as a production of space, territory, place, everyday life and the cultural system, presents the intersection of two objects, language and curriculum, which are equally historicized and/or empiricized by spatial categories and cultural systems. The text aims, first, to renew the teaching of the Portuguese language, in accordance with places and socio-spatiality. In the same perspective, there is a need to renew curricula, with special appreciation of non-formal systematizations stabilized and expanded by places and cultural systems. The theoretical postulations regarding literacy in the Cape Verdean language, related to the stabilizations expanded by places and cultural systems, are also derived from the inseparability of the categories expressed in the article's title. Methodologically, with regard to objects, the work considered the centrality of non-formal educational processes and the inseparability of language and curriculum from space, territory, place, everyday life and the cultural system. The main result of the analysis, without discarding other formulations, points to the need to renew the curriculum and the teaching of the Portuguese language in connection with the places and, above all, for the urgent need for literacy in Creole and/or Cape Verdean language.

[1] A língua usada, como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural, foi objeto da conferência apresentada à Universidade de Santiado, Assomada, Cabo Verde, no ano de 2019.

* Doutor em Teoria Literária e História da Literatura pela UNICAMP, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas à Educação também pela UNICANP, graduado em Português e suas literaturas pela PUCC e em Pedagogia pela UNINOVE. É escritor, poeta, dramaturgo e professo efetivo da Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, (UNILAB), Malês, Bahia. E-mail: fausto_escritor@unilab.edu.br

KEYWORDS
Geolinguistics; Daily; Black African And Diasporic Cultural System.

La lengua utilizada como producción de espacio, territorio, lugar, vida cotidiana y sistema cultural

RESUMEN
El lenguaje utilizado, como producción de espacio, territorio, lugar, vida cotidiana y sistema cultural, presenta la intersección de dos objetos, lenguaje y currículo, que son igualmente historizados y/o emperizados por categorías espaciales y sistemas culturales. El texto pretende, en primer lugar, renovar la enseñanza de la lengua portuguesa, de acuerdo con los lugares y la socioespacialidad. Desde la misma perspectiva, existe la necesidad de renovar los currículos, con especial énfasis en sistematizaciones no formales estabilizadas y expandidas a través de lugares y sistemas culturales. Los postulados teóricos sobre la alfabetización en lengua caboverdiana, relacionados con las estabilizaciones ampliadas por lugares y sistemas culturales, se derivan también de la inseparabilidad de las categorías expresadas por el título del artículo. Metodológicamente, en cuanto a los objetos, el trabajo consideró la centralidad de los procesos educativos no formales y la inseparabilidad del lenguaje y el currículo del espacio, el territorio, el lugar, la vida cotidiana y el sistema cultural. El principal resultado del análisis, sin descartar otras formulaciones, apunta a la necesidad de renovar el currículum y la enseñanza de la lengua portuguesa en relación con los lugares y, sobre todo, por la impostergable alfabetización en lengua criolla y/o caboverdiana.

PALABRAS CLAVE
Geolingüística; Vida Diaria; Sistema Cultural Negro-Africano Y Diaspórico.

Prólogo: Língua, lugar de afeto

Quero agradecer o gentil e fraterno convite a mim feito pelo prezado professor Luís Rodrigues, Chefe do Departamento de Ciências da Educação, Filosofia e Letras da Universidade de Santiago (US) para participar, como conferencista, dos eventos alusivos ao aniversário do Departamento. Sou também imensamente grato ao professor e amigo Fernando Jorge Pina Tavares, coordenador do Centro de Estudos Africana (CEA) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, Bahia, e interlocutor dessa relação, tão indispensável, de processos colaborativos e de intercâmbio envolvendo as universidades referidas, que aqui se encontram nas nossas intervenções, reflexões e afetos. Cumprimento, como síntese de um forte abraço à Universidade de Santiago, o Magnífico Reitor, professor doutor, Gabriel Fernandes. Aos presentes, autoridades, docentes, discentes, pesquisadores (as), funcionários (as), assento o meu abraço afetuoso e sentido.

Abro minha intervenção citando Fernando Pessoa; o poeta português afirma que “minha pátria é minha língua”. Concordo com o autor, mas complementaria dizendo que a nossa pátria é um lugar de afeto, de encontros e de mudanças. Assim, “minha pátria é minha língua”. A língua é repositório das memórias oralizadas, escritas e, sobretudo, de

imemorial relação com a nossa ancestralidade. É por tal razão, aquela balizada pelo afeto, que inicio o meu enunciado do tema e, mais ainda, a minha enunciação com a leitura de um poema dedicado à bela, mística e mítica Assomada, tão minha desde sempre, como o é também Cabo Verde.

I

Assomada, voz interna de novos contornos, nas bocas negras, revela o fundo imóvel das águas que tocam a alma e os ossos.
Nela, uma mão flutua pedaços do escuro. Outra, subverte numa linha o jogo e apresenta o negro-azul da marinha numa escarpa de peixes e sina. Vara mágica que empurra a orla, espreme o maciço como cana, que os olhos derretem aos ventos do Saara, que diz que a África chega aqui escura como alma empilhada de penhascos, saudades pontiagudas e assomadas.

II

A palavra assomada,
na ilha de Santiago, tem várias bocas de pedras achatadas e pontiagudas, mulheres que, nas feiras, com as crianças às costas, vergam o corpo como aquelas viagens de Praia a Tarrafal.
Morna coladeira repetida pelo canto; batuque das nossas almas empilhadas em penhascos e saudades.
Voz assomada, presa na memória Tarrafal, história batucada da nossa África, abraço e entrelaço de Cabo Verde, que é negro.

(*Assomada*, ANTONIO, 2019)

Introdução

Quanto ao tema proposto “A língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural”, e negritando a inseparabilidade de ensino, pesquisa e extensão, gostaria de situar ou delimitar o tema e a fixação do objetivo a partir de um deslocamento espacial e epistemológico em cujo centro estará confiada a relação nuclear África e Diáspora, perspectiva que inclui Portugal. Inclui, mas não delega centralidade e comando linguístico, a rigor, político, a Portugal. Quero apresentar, de imediato, as bases sobre as quais sustentarei a minha apresentação a respeito dos

percursos linguísticos e o ensino do português. As manifestações linguísticas não ocorrem fora do território, do espaço, dos lugares, do cotidiano e, especialmente, dos sistemas culturais.

1.Localização espacial e conceitual

Para facilitar a localização conceitual e sua relação com o tema linguístico, as categorias de análise dos fenômenos, a saber, as agências e localizações territoriais, locacionais, espaciais e cotidianas do sistema cultural negro-africano e diaspórico, com validade de pressupostos, serão, numa sequência, conceituadas.

À guisa de uma noção conceitual, começaremos, então, pelo *território*. Para a abordagem do geógrafo e filósofo Milton Santos (1996, 2000), com palavras aproximadas sobre o conjunto de sua obra, o território é chave interpretativa ou categoria analítica quando considerado como nosso quadro de vida e/ou abrigo. De modo preciso, no enunciado do autor, “o território é a base de trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população” (SANTOS, 1994a, p.47).

O *lugar*, ainda balizando o meu discurso pelo geógrafo genial (1996, 2000), é o que empiriciza o mundo; o mundo é uma abstração sem os lugares. A expressão “a África”, nos discursos eurocêntricos, comprova ou confirma o valor, a força e a centralidade como agência linguística, política e filosófica, dos lugares. Sem os lugares, o continente africano é uma abstração ou generalidade vazia, isto é, sem conteúdo humano, localizações e agências próprias.

Dentro dessa perspectiva compreensiva, o lugar é igualmente artefato, arquivo, arma, memória coletiva e ancestral que contraria o global e, na mesma amarra, as verticalidades, de modo muito especial as linguísticas, impostas pelo poder econômico, político, colonial e racial. O *espaço*, por sua vez, nas argutas sistematizações de Milton Santos (1996, 2000), é “o conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações humanas” (SANTOS, 1996, p.22).

Outro conceito ou categoria de análise indispensável para o debate e aprofundamento dos percursos linguísticos e do ensino da língua portuguesa é o *cotidiano*. A colonização, a exemplo do racismo e da racialização, se dá ou ocorre no cotidiano. O cotidiano, dimensão espacial, atualiza as desigualdades coloniais, raciais, de

classe e gênero que são estruturais do ponto de vista do poder político e estruturantes do ponto de vista linguístico, epistemológico e curricular.

Os currículos são espaços de luta por hegemonias estruturais e estruturantes da sociedade. Os currículos, que são materializações e ocupam lugar nos objetos e nas pessoas, são expressões das estruturas e das infraestruturas e, na contramão, podem validar sistematizações decoloniais, antirracismo e libertárias. Os currículos são artefatos para as lutas e para a superação, do ponto de vista sistêmico e epistemológico, dos métodos e concepções eurocêntricas e racistas, que são, invariavelmente, sinonímicas.

Os currículos, ponto ou dado nuclear para a análise dos percursos linguísticos nos contextos aqui delimitados, estão presentes, sempre como processos e projetos em disputa, na educação formal e, ao mesmo tempo, na educação não formal, isto é, na sociedade em geral. As bases estruturais e conjunturais de poder hegemonizam e validam certos currículos e igualmente ocultam outros. O processo se dá nos espaços educativos formais; nos sistemas de ensino e, ao mesmo tempo, nos processos educativos não formais; entre muitos outros, nos partidos, sindicatos. centrais sindicais, igrejas, sistemas culturais, movimentos sociais, associações recreativas, sistema jurídico, parlamentar, empresas, sistemas de comunicação e televisivo.

As estabilizações curriculares ocorrem e trata-se de uma via de conflito e disputa de mão dupla e/ou múltipla, no cotidiano dos estabelecimentos oficiais de ensino e na sociedade, ou seja, nos processos educativos não formais. Desse modo, a compreensão dos currículos esquizofrênicos e central (ANTONIO, 2015, p.130). Os currículos esquizofrênicos retratam e materializam as realidades sociais e educativas dos lugares hegemônicos localizados nos Estados Unidos da América, alguns países europeus e dos lugares hegemonizados, na África e Diáspora, entre outros, pela desordem; ordem aparente, imposta pelos currículos estadunidense e europeu.

Currículos esquizofrênicos são a negação dos lugares, isto é, eles são a negação da produção corpórea, racial, material, teórica, conceitual, linguística, epistêmica e filosófica local. O mundo, sem os lugares, é uma abstração. Quando um lugar, dotado de força financeira, política e bélica, se impõe e esmaga as realidades e produções teóricas e linguísticas locais, avultam os currículos esquizofrênicos, que são o apagamento do lugar. O apagamento da realidade linguística, racial e social espacializada cria uma identidade esquizofrênica e, na mesma desordem, uma profunda esquizofrenia no lugar e notadamente curricular.

Os currículos esquizofrênicos, hipótese explicativa para o contexto linguístico cabo-verdiano e o racial brasileiro, pedem o lugar e o cotidiano como categorias de análise espacializadas. Não é demais chamar para o debate novamente Milton Santos (1994, 2000); o geógrafo brasileiro diz que o cotidiano "é uma espécie de quinta dimensão do espaço" (SANTOS, 1994b, p.17).

2.Encruzilhada espacial, semântica e política

Na mesma encruzilhada semântica, *os sistemas culturais negro-africano e diaspórico* nos ensinam que o cotidiano é dimensão espacial e atualiza, no sistema umbanda e candomblé, entre outras manifestações, o passado, o presente e o futuro. Assim, há o encontro de orixás, caboclos, pretos velhos (as) e outras divindades e entidades, que convivem no cotidiano, no espaço ritual e banal, com mulheres, homens, crianças, velhos, vivos e mortos. O cotidiano é um contínuo do instante materializado; eis aí o corpo da quinta dimensão do espaço, duração inseparável do passado, presente e futuro. O cotidiano é um feixe de instantes que engloba tudo.

Para fechamos o leque conceitual, denominamos de *sistema cultural negroafricano e diaspórico* a totalidade que engloba manifestações culturais, artísticas, científicas, filosóficas, políticas e civilizatórias em conexão profunda com a ancestralidade e, especialmente, com o conceito de ancestralidade negro- africana. O conceito de sistema cultural negro-africano rompe com a noção reducionista da chamada cultura africana ou cultura negra no singular.

Sistema cultural implica o entendimento de que o referido sistema, totalidade material e imaterial, é meio de produção e, na mesma medida, determina um modo de produção especificamente orientado ou produzido pela noção de ancestralidade. Sendo assim, o sistema cultural negro-africano, a despeito de ser uma totalidade, tem dois motores nucleares, a saber, a política e a filosofia. Em outras palavras, ele apresenta os meios de produção e o modo específico de organização do mundo e da existência do gênero humano.

O mundo se organiza, a partir da restituição ancestral e material, de acordo com o modo de produção, às avessas ou na contramão do modo de produção capitalista, marcado pelo equilíbrio comunitário ou comunista. Os Quilombos, existentes no Brasil, territórios nos quais não há a propriedade privada da terra, são exemplares materializações desse modo de organizar a existência de mulheres e homens de modo restitutivo, equilibrado ou igualitário.

3.Ensino, pesquisa, extensão, disciplinas históricas e a relação África e Diáspora

O ensino, a pesquisa e a extensão, concernentes ao campo linguístico e ao ensino da língua portuguesa, precisam, em concordância com a centralidade da relação África e Diáspora, dos conceitos, conforme delimitamos acima, *território, lugar, espaço, cotidiano e sistema cultural negro-africano*.

A primeira consideração válida para os contextos brasileiros e caboverdianos, relevando os pressupostos teóricos alinhavados nos parágrafos iniciais, é aquela que fala, por inferência, da necessidade de renovação das disciplinas históricas; processo que deve ser feito a partir do respeito e materialidade dada pelo mundo entendido a partir dos lugares.

Outro ponto vital, fundamental mesmo, é a impostergável necessidade, tendo em conta a colonização, o racismo antinegro e ativadores civilizatórios, filosóficos e epistemológicos africanos, da inclusão de componentes históricos e, na mesma linhagem, de novas disciplinas estabilizadas pelos sistemas culturais negro-africanos e diaspóricos.

Nesse universo ou contexto, como não considerar a crioulização do português? Numa certa medida, é o caso brasileiro, o crioulo cabo-verdiano ou a língua cabo-verdiana, sem dúvida, é referência direta a Cabo Verde. Na mesma tônica, não é razoável falarmos de um português caboverdiano, com características próprias? Outra indagação candente diz respeito ao ensino do crioulo caboverdiano e o ensino do português, qual a ordem necessária para o processo de letramento das crianças cabo-verdianas? Sem a hierarquização linguística colonial, defendemos, como já o fez Paulo Freire, a alfabetização e, principalmente, o letramento em crioulo cabo-verdiano. Em termos mais precisos, todo percurso educativo em Cabo Verde poderia ser feito em crioulo de Cabo Verde ou língua cabo-verdiana. O português, como segunda língua no território do país, deve ocupar qual posição no sistema de ensino formal de Cabo Verde?

4.Respostas assomadas

As respostas para os pontos acima elencados demandam, concretamente, posições políticas. Aqueles e aquelas que defendem a esquizofrenia linguística, ou seja, o letramento em português no sistema de ensino e o cabo-verdiano apenas nos espaços cotidianos em Cabo Verde, não pensam assim. Será que os defensores da esquizofrenia esperam estudos, levantamentos e pesquisas que dirão, com fôlego, amanhã ou no futuro

próximo, o que hoje já sabemos ou inferimos no que toca ao letramento em cabo-verdiano?

No histórico das respostas assomadas, pontuamos a necessidade de registrar, no que concerne ao crioulo de Cabo Verde, os estudos sistematizados por Veiga (1996, 1999 ,2004), que tratam do ensino do crioulo, da relação língua e poder político, bilinguismo e de representação linguística e identitária e, na mesma malha de valorização da língua capilar no cotidiano, destacar as bases, conforme Gomes (2008), para o uso do cabo-verdiano no ensino de português. Para uma discussão mais detalhada sobre a situação linguística em Cabo Verde, ver, por exemplo, Lopes (2019).

O que sabemos mostra, em oposição à esquizofrenia linguística, a eficácia, o alcance e a extensão positiva das línguas maternas nos processos de ensino e aprendizagem. Elucidando a expressão *alcance*, diríamos que o enunciado significa que o cabo-verdiano está nas entranhas orais e afetivas do país; posição que consagra o seu uso, em termos linguísticos e científico, para o letramento e/ou exercício da escrita. O conceito de *extensão*, por sua vez, é a enunciação que brada que o seu uso é mediação receptiva, co-autoral, para a compreensão das demais disciplinas e componentes curriculares. Trocando em miúdos, certamente o letramento em cabo-verdiano ampliará o acesso inicial e o progressivo entendimento crítico dos componentes curriculares de português, história, geografia, biologia e matemática.

Consonantes com a posição política e as noções de alcance e extensão enunciadas no parágrafo anterior, território, lugar, espaço, cotidiano e o sistema cultural negro-africano e diaspórico dizem, com muita propriedade, podemos enfatizar, que não há uma limitação ao campo linguístico estritamente registrado. O sistema cultural negro-brasileiro, africano, diaspórico explica didaticamente o alcance de inúmeras manifestações que atualizam e transportam, no seu processo de rua, de terreiro, de roda, de carnaval, de cortejos diversos e lúdicos, a língua afetiva, de cotidiano e ancestral.

A língua cabo-verdiana nos ensina, como manifestação do cotidiano e dinamizada pelos lugares, que as línguas universais são do poder; rigorosamente não existe língua universal. As línguas do poder são todas universalizantes, verticais. Assim e ampliando o alcance do debate, refiro-me, atualmente, ao inglês e, no passado e presente, com força na África e na diáspora negro-africana, do português de Portugal, que de referência diacrônica de base latina, se torna norma, padrão e imposição. Mas na dinâmica das relações coloniais, no Brasil, com os aportes linguísticos de diversas etnias indígenas e africanas, os estudos diacrônicos desses aportes, com ênfase na tupinização e na

africanização do português, são urgentes; sem relevá-los, avultam apagamentos, que impedem a efetiva compreensão dos fenômenos linguísticos.

O caso brasileiro, português de preto no espaço cotidiano e espacialização geolinguística indígena, revela a natureza das transformações fonológicas e da estrutura do português brasileiro. Questão a meu ver relevante, para os países que falam ou têm o português como língua oficializada, é a abordagem da gramática. Alguns autores (as), dentre eles Sérgio Arouca (2018), destacam a necessitada de abordagens que superem os dogmas e o congelamento do fenômeno linguístico.

A língua é algo vivo; sua produção, reprodução e renovação é de ordem histórica e coletiva, sobretudo. Cresce a validade da abordagem sociolinguística no ensino do português (AROUCA, 2018). Ieda Pessoa de Castro (2005) sinaliza para a pertinência de abordagens etnolinguísticas. O meu eixo de análise passa pela compreensão geolingüística e/ou de centralidade da compreensão da espacialidade linguística. É a espacialidade, aqui um recurso comparativo entre os processos linguísticos e literários, que assegura, na relação indissociável da coautoria, a recepção, com as autorias espacializadas nos lugares físicos e imateriais da negrura e das empatias, a literatura negro-brasileira.

A pesquisadora Ieda Pessoa de Castro (2005) estuda os falares africanos na Bahia; Salvador e o Recôncavo Baiano cobrem o território de análise e pesquisa da linguista. Há um recorte geográfico. No entanto, ela não recolhe ou utiliza argumentos alusivos ao espaço como categoria de análise. Podemos enfatizar, considerando os estudos da professora Ieda Pessoa de Castro (1980, 2005) e de linguistas que falam em variantes regionais, que há falares dos lugares. Sobre a variação linguística ver, por exemplo, Bagno (2007; 2015) e sobre o ensino de gramática, ver, por exemplo, Possenti (1996).

O papel relativo do ensino da gramática normativa ou de uma lista descontextualizada de conceitos pede ou exige um desmonte teórico e, ao mesmo tempo, político. É mais significativo conhecer os fenômenos linguísticos; ter noção das variantes regionais, sem prejuízo de outras variantes. Território, espaço, lugar, cotidiano e sistema cultural dão corpo e extensão ao fenômeno linguístico. A gramática ou conhecimento descontextualizado da língua, reduzido à abstração gramatical, não é porta de entrada para o ensino e a aprendizagem.

O ensino de gramática atrelado a um conjunto de regras de uma única variedade (a de prestígio) e o ensino da língua do poder (e de prestígio) são artefatos que, numa

hierarquização, deixa a língua (e a variedade) do lugar relegada ao cotidiano; nos espaços formais, a gramática da língua do poder relega a língua afetiva ou materna à categoria de inferior. Os contornos de poder trafegam ou passam pela ordem esquizofrênica. No ensino, prevalece a gramática abstrata, paralisante e, no cotidiano, a língua oficializante sujeita às coautorias dos falantes. A gramática abstrata, é uma metáfora, pode descolar o sujeito histórico, estabilizador da língua materna, do entendimento social, político e curricular. Pode descolar os falantes da realidade e do urgente entendimento da dominação colonial, racial e epistêmica espacializada.

Dentro desses limites espaciais, Português e Crioulo de Cabo Verde estão numa lida sem tréguas. Jogo dúbio?! Não é o caso de Cabo Verde? Existe no arquipélago uma esquizofrenia linguística? O ensino da gramática aqui ganha extensão e profundidade hierarquizante; no embate entre o Português e o Crioulo Caboverdiano quem ocupará os espaços de comando, poder e prestígio?

É válido dizer que persiste em Cabo Verde a sina da esquizofrenia linguística; há crioulo cabo-verdiano, no espaço cotidiano, e português nos espaços de mando e comando e no espaço escolar. No que toca à reprodução hierarquizante do português de Portugal, ponto nuclear para situar o lugar paralisante e/ou de poder da gramática refere-se ao fato de a normatização ser apresentada a partir da supressão do conhecimento prévio da língua da parte dos falantes, coautores (as) ou sujeitos da recepção linguística. Na base controversa da gramática; a aluna (o) não conhece a língua; a língua é do estabelecimento, poder e regulada por acesso político, acadêmico, racial, de gênero e outros. Além disso, olha-se para o português falado em Cabo Verde como uma deturpação do “bom português”, aquele falado em Portugal.

No que tange à coautoria, ou seja, ao fato de que os falantes têm participação na mudança da língua, gostaria de trabalhar a seguinte hipótese explicativa e que sustentaria a atualização e/ou renovação do português brasileiro. A hipótese, no pêndulo África e diáspora, tem validade também para o contexto cabo-verdiano. Para tanto, partirei do enunciado *é nóis*, que foi e é fruto de estabilização oral embrionariamente vinculada aos jovens do Movimento Cultural *Hip Hop* e mais ainda do *Rap*.

O movimento tem na sua base militante uma maioria negra. No exemplo apresentado, a concordância do verbo *ser* com o pronome *nós;* plural, ocorre de forma distinta do que prevê a norma tomada como padrão, que seria *somos nós* (com a presença da marca de plural no pronome e no verbo). A construção *é nóis* tem valor interjetivo e de afirmação; o plural está dado pelo *nóis* (*nós)*. O plural em *é nóis*, é o que

falam as coautorias, vem expresso duplamente, isto é, pelo pronome e pelo contexto, suporte, espaço. Os coautores(as), falantes, têm uma inconsciência e/ou consciência interna de como a língua funciona concretamente; não se trata da abstração paralisante das normas ou da norma pela norma. Outra discussão impostergável, a propósito de recuperar menção feita nos parágrafos iniciais, refere-se à etnolinguística e aos estudos feitos pela pesquisadora Ieda.

Pessoa de Castro (2000). A autora põe em destaque as invisibilidades; no caso delimitado, o território é o brasileiro e com menor ou maior ênfase para Salvador e o Recôncavo Baiano. Estudos diversos apresentam concordância no que se refere às diferenças existentes entre o português europeu e o brasileiro. As invisibilidades historiográficas, nos contextos linguísticos e literários, reduzem, no entanto, as portentosas presenças negro-indígenas no denominado português brasileiro.

Os apagamentos, no contexto brasileiro, relevando os aportes linguísticos negro-indígenas, fossilizam os estudos branqueadores e deixa as análises prisioneiras de arcaísmos e de contribuições, na estrutura de superfície da língua, de certas palavras da língua inglesa e francesa. Numa lógica da esquizofrenia identitária e linguística, o apagamento subtrai as consistentes intervenções linguísticas legadas pela tupinização do português e, num processo dado na esteira e pós trabalho escravizado e pela presença negra na Europa também, da africanização do português. No contexto brasileiro, vale destacar o quimbundo, kicongo e umbundo, línguas extremamente fortes e presentes no país, nos séculos XVll e XVlll, no trânsito e trabalho de escravizados.

Ieda Pessoa de Castro (2000), nos territórios de Salvador e Recôncavo, estuda tais aportes legados pelos iorubas, os nagôs, processo antecedido pelos bantos. O estudo passa pela Língua de Santo, pela análise ou exame do sistema alimentar e do cotidiano ou espaço banal de Salvador e do Recôncavo Baiano. A questão, no que concerne aos legados africanos, não se limita ao vocabulário, ao léxico.

Nei Lopes (2001), a respeito do léxico, apresenta um dicionário bantu. A rigor, o autor do dicionário banto faz; ao meu ver e ao revelar encruzilhamentos filosóficos além do significado lexical, um mergulho na cosmogonia negro-africana e/ou negro-brasileira. A influência das línguas ultrapassa o vocabulário e adentra a estrutura cosmogônica e igualmente do português falado e escrito no Brasil.

Considerações finais

O exercício ou o ofício docente passa pela desnaturalização dessa presença no português brasileiro. Os aportes do léxico, ancorados inicialmente (e principalmente) na tupinização e africanização, segundo orientação política colonial, foram aportuguesados. As línguas apresentam relações com o passado, que remete à formação da língua; mas elas têm, além desse núcleo retrospectivo, a medula e motor prospectivo espacializado que, de modo antropofágico e exusístico, renova permanentemente a língua que é, sem dúvida alguma, um ser socioespacial, comunitário e, portanto, vivo.

Fecho minha apresentação com um exemplo bem atual da força do lugar, da espacialização linguística e do cotidiano. A palavra *buzão*, que assumimos ter sua origem num processo de verticalização linguística dirigido pela língua universalizante propagada pelos Estados Unidos da América e Inglaterra, foi revista pelas coautorias, os falantes do português brasileiro que, com a lógica de quem governa ou manda assentado no lugar e com a dimensão prospectiva espacial ou viva do cotidiano, abrasileiraram um termo estrangeiro; a palavra *bus*, estranha, vertical, que agora, no lugar de afeto e cotidiano, é bem nossa a palavra e o esperado *buzão*. Por fim, a língua não é abstração; há sempre um múltiplo desejo de criação e de apropriação da palavra e dos objetos. Assim, a língua humaniza e segue viva, isto é, socialmente válida e renovada.

Referências

ANTONIO, Carlindo Fausto. Descolonização dos currículos escolares. In: SILVA, Geranilde Costa; LIMA, Ivan Costa; MEIJER, Rebeca Alcântara da Silva (Org). **Abordagens políticas, históricas e pedagógicas de igualdade racial no Brasil**. Fortaleza: UNILAB, 2015.

_____. **Patuá de palavras**, o (in)verso negro, poesia visual. Londrina: Galileu Edições, 2019.

AROUCA, Sérgio. Por uma abordagem sociolinguística do ensino do português. In: SILVA, Geranilde Costa e; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro (Orgs.). **Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Unilab**: caminhos e perspectivas. Volume 3. Fortaleza: Imprece, 2018.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso.** Por uma pedagogia da variação linguística. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Preconceito Linguístico**. 5. Ed. São Paulo: Parábola, 2015.

GOMES, Maria Amélia. **Representações sobre o uso da língua cabo-verdiana em aula de português**. 146f. Universidade de Aveiro. Departamento de Educação e Psicologia. Aveiro Dissertação de Mestrado (não publicada), 2008.

LOPES, Francisco João; Oliveira, Márcia Santos Duarte de. Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o "estado da arte". In: OLIVEIRA, Márcia Santos Duarte de; ARAÚJO, Gabriel Antunes de (Org.). **O português na África Atlântica**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 2019. p. 17-337.

LOPES, Nei. **Novo dicionário Banto**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia**. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, nº 89, 1980.

_____. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks Editora, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2 ed. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

_____. **Técnica, espaço, tempo***:* globalização e meio técnico- científico informacional. 2 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994b.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Território e sociedade***:* entrevista com Milton Santos. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 15-27.

VEIGA, Manuel. **O Crioulo de Cabo Verde**: Introdução à Gramática. 2a. Ed. Praia: ICLD, 1996.

_____.. Language policy in Cape Verde: A proposal for the affirmation of kriolu. In: Cimboa, A.(Org.). **Journal Letters of Arts and Studies**, no 7, year 3: Boston, Capeverdean Creole Institute. 1999.

_____. **A construção do Bilinguismo**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

Recebido em: 12/06/2024

Aceito em: 29/09/2024

Para citar este texto (ABNT): ANTÔNIO, Carlindo Fausto. A língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.117-130, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Antônio, Carlindo Fausto. (out. 2024). A língua usada como produção do espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 117-130.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.131-149 | 2024.

Práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa na Província de Manica

Tainara Liúrca Manso Fafetine *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0006-3063-9798

João Francisco de Carvalho Choé**
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-8497-9794

RESUMO
O objetivo deste artigo é analisar as práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa. A revisão de literatura da pesquisa definiu rádio comunitária como uma emissora sem fins lucrativos que não pertence a nenhuma religião, partido ou empresa e que por objetivo o desenvolvimento da comunidade. Em termos metodológicos, abordagem da pesquisa é qualitativa porque procurou explorar opiniões dos colaboradores das rádios GESOM e Gândwa sobre como é são os processos de produção e difusão de conteúdos sobre saúde em línguas locais. No que tange aos resultados, os dados colhidos mostram que conteúdos sobre saúde em línguas locais são traduzidos a partir da língua portuguesa sem que obedeça as regras gramaticais da tradução. Ademais, tais traduções dependem do improviso, do entendimento e da experiência dos colaboradores, o que possibilita distorções e alterações por não haver uma equivalência direta entre a língua oficial e línguas nacionais moçambicanas. Por fim, a pesquisa concluiu que, para que não se incorra ao risco de distorções dos conteúdos em processos de tradução, é necessário que os programas sobre saúde sejam também pensados e elaborados nas línguas locais que as rádios transmitem.

PALAVRAS-CHAVE
Rádios Comunitárias; Línguas Locais; Saúde.

Production practices and dissemination of health information in local languages on GESOM and gândwa community radios in the Province of Manica

ABSTRACT
The objective of this article is to analyze the production and dissemination practices of health programs in local languages on the community radio stations GESOM and Gândwa. The research literature review defined community radio as a non-profit broadcaster that does not belong to any religion, party or company and whose objective is the development of the community. In methodological terms, the research approach is qualitative because it sought to explore the opinions of employees at radio stations GESOM and Gândwa about what the processes of producing and disseminating health content in local languages are like. Regarding the results, the data collected shows that health content in local languages is translated from Portuguese without following grammatical rules on translation. Furthermore, such translations depend on collaborators' improvisation, understanding and experience, which allows for distortions and alterations as there is no direct equivalence between the official language and Mozambican national languages. Finally, the research concluded that, in order to avoid the risk of content distortions in translation processes, it is necessary that health programs are also designed and prepared in the local languages that the radio broadcasts.

* Licenciada em Jornalismo pela Escola Superior de Jornalismo - Moçambique. E-mail: naramansofafetine@gmail.com

** Doutorando em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica de Maputo e Mestre em Educação/Psicologia Educacional pela Universidade Licungo. Docente na Universidade Púnguè Moçambique. E-mail: jcarvalhochoe@gmail.com

KEYWORDS
Community Radios; Local Languages; Health.

Yekugadzira uye kuparadzira maitiro ezvirongwa zvehutano mumitauro yemuno panhepfenyuro dzenharaunda GESOM ne Gândwa mudunhu re Manica.

Chinangwa chechinyorwa chino ndechekuongorora kugadzirwa uye kuparadzira maitiro ezvirongwa zvehutano mumitauro yemuno panhepfenyuro dzenharaunda GESOM ne Gândwa. Ongororo yemabhuku ekutsvagisa yakatsanangura nhepfenyuro yenharaunda senhepfenyuro isingaite purofiti isiri yechitendero chipi zvacho, bato kana kambani uye chinangwa chayo kusimudzira nharaunda. Mukutaura kwemaitiro, nzira yekutsvagisa ndeyemhando nekuti yakatsvaga kuongorora maonero evashandi panhepfenyuro GESOM ne Gândwa nezve maitiro ekugadzira uye kuparadzira zvehutano zvemukati mitauro yemuno. Nezve zvabuda, data rakaunganidzwa rinoratidza kuti zvehutano zviri mumitauro yemuno zvinoturikirwa kubva muchiPutukezi pasina kutevedzera mitemo yegirama pashanduro. Uyezve, shanduro dzakadai dzinoenderana nekuvandudza, kunzwisisa uye ruzivo rwevanoshandira pamwe, izvo zvinobvumira kukanganisa uye kuchinjwa sezvo pasina kuenzana kwakananga pakati pemutauro wepamutemo nemitauro yenyika ye Mozambique. Chekupedzisira, tsvagiridzo yakagumisa kuti, kuitira kudzivirira njodzi yekukanganiswa kwemukati mukududzira, zvinofanirwa kuti zvirongwa zvehutano zvigadziriswe uye kugadzirirwa mumitauro yemuno inotepfenyurwa neredhiyo.

KEYWORDS
Community Radios; Local Languages; Lutino.

1.Introdução

Globalmente é reconhecida a importância das rádios comunitária na disponibilização de informação em contextos de pouca cobertura das grandes redes de comunicação social e dos média digitais. Se, por um lado, elas têm suprido necessidades informativas em contextos específicos, por outro elas desempenham um papel inegável na educação dos membros das comunidades em diferentes matérias, incluindo a saúde.

Em Moçambique as rádios comunitárias têm uma grande penetração, sobretudo porque divulgam mensagens em línguas locais, o que contribui para um maior acesso à informação por pessoas que não compreendem a língua oficial portuguesa. A província de Manica, por exemplo, tem mais de 10 rádios comunitárias que se definem como instituições sem fins lucrativos e que têm como objetivos informar a população que reside nas zonas suburbanas e rurais e promover desenvolvimento local.

O que nos leva a escolha do tema desta pesquisa, é a constatação de que difusão de mensagens relacionadas à saúde em línguas locais apresenta adversidades quanto à tradução da informação da língua oficial portuguesa, o que possibilita distorções e, por conseguinte, a transmissão de mensagens que podem não corresponder à mensagem original. Ademais, observamos que responsáveis pela tradução desses

conteúdos muitas vezes o fazem de forma livre e sem conhecimentos sobre as regras gramaticais de tradução de conteúdos para línguas locais.

A nossa pesquisa é relevante por diferentes razões. No âmbito social, a pesquisa é relevante porque trará um grande contributo para a sociedade, na medida em que sugere estratégias para que os fazedores da comunicação social – jornalistas, locutores, repórteres, publicitários e apresentadores – que abordam temas relacionados à saúde tenham em atenção a necessidade de uso de uma linguagem que seja compreensível para a audiência. Deste modo eles têm a possibilidade de se constituírem enquanto ponte entre a linguagem técnica e a linguagem simples para que haja uma descodificação da mensagem para os destinatários finais.

No âmbito académico nossa pesquisa é importante porque sugere que as instituições de ensino superior vocacionada na formação de profissionais de comunicação social, enquadrem em seus curricula a tradução da informação da língua oficial portuguesa para as línguas locais. Defendemos que a tradução de conteúdos para as línguas locais envolve regras que precisam ser observadas para que não se incorra ao risco de distorcer as mensagens.

Por fim, no âmbito profissional nossa pesquisa é relevante porque defende a necessidade de uma capacitação regular e permanente dos profissionais da comunicação social, de forma a aprimorarem os seus conhecimentos relativamente a tradução da língua portuguesa para as línguas locais. Este é um exercício importante visto que em muito lugares do país os cidadãos têm acesso à informação somente nas línguas locais.

Nas rádios comunitárias moçambicanas é muito comum a apresentação de programas e conteúdos de diferentes formatos sobre a saúde e bem-estar dos indivíduos. Na maioria das vezes, tais programas são produzidos originalmente em língua portuguesa por Organizações Não-Governamentais (ONG's) e por autoridades que superintendem a saúde no país como é o caso do Ministério da Saúde (MISAU) e, posteriormente, traduzidos para as línguas locais.

Nosso problema reside no facto de as mensagens sobre saúde difundidas nas rádios comunitárias apresentarem lacunas quando à tradução da informação da língua portuguesa para as línguas locais. Esse problema acontece, em parte, porque não em muitas situações não há palavras congruentes que facilitem a tradução de conteúdos da língua portuguesa para as línguas locais, sendo que se opta por arranjos que não seguem um o padrão gramatical e científico, facto que pode concorrer para que a mensagem não chega claramente como devia. Há assim uma grande probabilidade de as mensagens

traduzidas não corresponderem à totalidade da mensagem original escrita em língua oficial portuguesa.

Outra objeção relaciona-se ao fato de as rádios comunitárias serem associações sem fins-lucrativos e precisarem de colaboradores para o seu funcionamento, o que as leva aceitarem voluntários sem devida noção de âmbito técnico. São voluntários, muitas vezes sem formação em línguas ou em tradução e interpretação, a quem cabe a responsabilidade de proceder com a tradução de conteúdos para as línguas locais.

Outrossim, são muito raros os jornalistas e fazedores de conteúdos radiofónicos comunitários especializados na área da saúde e capazes de estabelecer interpretações que simplifiquem a linguagem técnica que caracteriza os conteúdos sobre saúde. Assim, defendemos a ideia segundo a qual a tradução de conteúdos em língua portuguesa para as línguas locais deve ser criteriosa e, para o efeito, deve ser feita por profissionais com competências na escrita, leitura e fala dessas línguas.

Tendo em conta a realidade das rádios comunitárias GESOM e Gândwa, nossas constatações levaram-nos a colocar alguns questionamentos, entre eles: de que forma as rádios comunitárias utilizam as línguas locais para a disseminação da informação sobre à saúde? como é feita a produção das mensagens sobre saúde da em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa? que ações as rádios comunitárias GESOM e Gândwa tem realizado para a formação e capacitação dos seus colaboradores em matérias de produção de conteúdos sobre saúde em línguas locais? As rádios comunitárias GESOM e Gândwa fazem ou não avaliação dos impactos das suas mensagens sobre saúde em línguas locais?

Tendo em conta o tema, os propósitos da pesquisa, o problema e a perguntas de pesquisa avançada, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar as práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa, e especificamente: identificar os programas e conteúdos sobre saúde difundidos em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa; perceber como é feita a produção das mensagens sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa e comparar os conteúdos sobre saúde em língua oficial portuguesa aos conteúdos sobre saúde produzidos em línguas locais.

2.Revisão de literatura

2.1. Importância das rádios comunitárias na divulgação de conteúdos sobre saúde

Para Mkaima (2011), a rádio comunitária proporciona uma comunicação interativa, atua como porta-voz da comunidade; proporciona a troca e difusão de informações; é educativa e estimula a alfabetização; constitui um veículo de campanhas educativas e saúde pública. Ela responde às preocupações da comunidade e é um meio para o desenvolvimento. Elas têm como objetivo a promoção do bem-estar social, económico e cultural.

Estas rádios desempenham um papel crucial na disseminação de informações sobre saúde em comunidades locais. Em muitas comunidades, o acesso à informação de qualidade sobre saúde pode ser limitado e as rádios comunitárias podem fornecer uma plataforma acessível para transmitir informações relevantes, educando a população sobre práticas saudáveis, prevenção de doenças e serviços de saúde disponíveis.

As rádios comunitárias estão sintonizadas com as nuances culturais e necessidades específicas de suas comunidades. Elas podem adaptar os conteúdos de saúde para atender às características e preocupações locais, tornando as mensagens mais relevantes e eficazes. As rádios comunitárias envolvem a participação ativa da comunidade. Isso significa que as informações sobre saúde podem ser discutidas, esclarecendo dúvidas e abordando preocupações específicas da população. Esse envolvimento aumenta a aceitação e a compreensão das mensagens de saúde.

Segundo Neto (2010), elas desempenham um papel vital na promoção da prevenção de doenças. Elas podem fornecer informações sobre práticas de vida saudáveis, vacinação, cuidados preventivos e detecção precoce de doenças, contribuindo assim para a redução dos índices de doenças evitáveis. Ao fornecer informações de saúde, as rádios comunitárias capacitam as pessoas a tomar decisões informadas sobre sua saúde e a saúde de suas famílias. O empoderamento resultante pode levar a uma maior busca por serviços de saúde e a uma participação mais ativa na promoção do bem-estar.

Em situações de emergência ou surtos de doenças, as rádios comunitárias desempenham um papel vital na comunicação rápida e eficaz. Elas podem transmitir informações críticas sobre medidas de segurança, locais de assistência médica e outras orientações importantes. Em áreas onde a taxa de alfabetização pode ser baixa, as rádios comunitárias oferecem uma alternativa eficaz para a disseminação de informações, uma

vez que não dependem da capacidade de leitura. As mensagens orais podem alcançar uma audiência mais ampla. As rádios comunitárias têm o poder de criar consciência sobre questões de saúde específicas, promovendo a compreensão e destaque para questões que podem não receber a devida atenção nos media mais amplos.

Segundo Gomes e Oliveira (2015, p. 201-202), ainda do ponto de vista comunicacional, a rádio permite veicular informações rápidas e simultâneas aos acontecimentos e prescinde de alfabetização por parte dos ouvintes, além de se colocar disponível 24 horas por dia, o que lhe confere um poder particular de atingir diferentes tipos de audiência e ser um veículo potencialmente mobilizador de grupos sociais ou audiências, por sua capacidade de influenciar pessoas e interferir na agenda social, principalmente das camadas populares.

No campo da produção estética, o rádio busca a simplificação, com a voz, os efeitos sonoros, e a música. Livre de fios, tomadas, tecnologia que propiciou a portabilidade, gerando autonomia. Diante da ausência da imagem, exercita permanentemente sua preocupação em cativar a atenção do ouvinte. Para isso as repetições são elementares, porque enquanto escuta o rádio, o receptor caminha, corre, escreve, cozinha, limpa, percebe, interage com o ambiente, enfim, não está inerte ao meio que o cerca. Isso devido à mobilidade do rádio, sua menor complexidade tecnológica. O rádio se locomove com emissores e receptores, permite sua presença nos espaços mais diversificados. Acrescente-se a isso a linguagem oral – uma das maiores virtudes do rádio: o ouvinte não precisa ser alfabetizado para ter acesso às mensagens radiofónicas.

Segundo Zavale e Zavala (2022) as rádios comunitárias emergem como peças-chave em tempos de crise, como emergências ou desastres naturais, desempenhando uma função vital na prestação de serviços de informação e orientação. Com sua capacidade de alcançar vastos sectores da população, essas emissoras se tornam poderosos veículos para disseminar orientações cruciais sobre procedimentos sanitários básicos. Em meio ao caos e à incerteza, elas fornecem uma fonte confiável de instruções claras e diretas, ajudando as comunidades a compreender e implementar medidas de segurança e prevenção.

2.2. Os contributos das rádios comunitárias em Moçambique

De acordo com Ibramugy, “a rádio é o veículo de comunicação que melhor serve o povo de Moçambique, sendo o meio que abrange maior número de habitantes, visto que

existe muito mais aparelhos de rádio do que televisores, e o sinal de rádio é mais abrangente em relação ao sinal de televisão" (IBRAMUGY, 2011, p.11).

A rádio está presente na maioria das casas dos países africanos, não é caro, é diferente dos jornais e outros média, não exige que as pessoas saibam ler para que o possam compreender. Pelo rádio, as mensagens podem ser ouvidas coletivamente, em grandes grupos, em família, entre amigos, fazendo com que mais pessoas partilhem o conhecimento e também os sentimentos despertados pelas notícias, músicas e outras informações. Tecnicamente, os custos de produção são significativamente inferiores em relação a outros meios de comunicação. Para além disso, a sua recepção é mais fácil e mais acessível do que a televisão.

De acordo com a Lei do Direito à Informação de 2014, todo o cidadão tem o direito de requerer e receber informação de interesse público. Podem, igualmente, exercer o direito referido no número anterior as pessoas coletivas e órgãos de comunicação social. Além de receber informação, cada indivíduo pode comunicar, pesquisar, produzir e distribuir informações através dos meios de comunicação abordando assuntos que domina. É legítimo o morador da Vila falar sobre o que é viver naquele local, quais os problemas, quais as necessidades em relação aos de fora. Tendo em conta as especificidades do contexto moçambicano, onde há baixa cobertura mediática, tanto tradicional como digital,

Segundo Mkaima (2011), o acesso a Rádio em Moçambique é bom, a cobertura ronda os 90%, a televisão possui uma cobertura territorial de 70%, os jornais são lidos por não mais de 2,5% dos cidadãos, o acesso a internet é reduzido. A Rádio Comunitária exerce um papel vital no desenvolvimento e democratização das comunidades em Moçambique, através das várias funções que desempenha, tais como: a) possibilita que as comunidades tomem conhecimento do que se passa no país e no mundo; b) Ouvir as suas próprias experiências, como também criticar assuntos, processos e programas que influenciam as suas vidas; c) Educa e mobiliza as comunidades envolvidas em iniciativas de desenvolvimento; d)possibilitam uma maior interação entre o poder e as comunidades, como também promove boas práticas nas mais diversas áreas, quer económica, política, cultural ou social.

Sambo (2022) desenvolve uma perspectiva similar pois entende que a atuação das rádios comunitária em Moçambique tem possibilitado novas formas de circulação da mensagem. Para este autor, A notícia transmitida pelo rádio permite que os ouvintes tenham acesso à informação em tempo real, alcançando muitas pessoas

simultaneamente e tornando a comunicação mais dinâmica. Ademais, oferece iguais circunstâncias e oportunidades de acesso à informação é cumprir, algo fundamental para o desenvolvimento das comunidades.

2.3. Os desafios da tradução de conteúdos radiofónicos para as línguas bantu

No país verifica-se uma grande concentração de pessoas oriundas dos vários pontos que utilizam as línguas nacionais e a língua portuguesa para se comunicarem. As instituições do ensino, a rádio e a televisão frequentemente usam a língua portuguesa, de modo a fazerem chegar as suas mensagens, entretanto um número significativo de pessoas não domina a língua oficial. A maior parte dos habitantes não domina a língua portuguesa, por isso, recorre à tradução de modo a comunicar nas rádios, surgindo problemas e equivalências de palavra ou expressões, uma vez que a mensagem nem sempre e satisfeita a sua globalidade com repertório que as línguas locais oferecem (BALANGO, 2015).

A diversidade linguística e cultural de Moçambique requer, necessariamente, uma política clara de tradução de forma a evitar o que atualmente existe, que são iniciativas dispersas, mas não institucionalizadas de tradução. Nota-se o grupo bantu Moçambique, uma organização composta, na sua maioria, por estudantes graduados do curso de Ensino de Línguas Bantu-UEM (curso universitário relativamente jovem, com cerca de 15 anos) que realizam trabalhos visando à tradução de/para as diversas línguas nacionais. Na realização do IV Seminário sobre a Padronização das Línguas Moçambicanas, em 2018, definiu-se, como um dos objetivos, criar um board (ou agência) que lide com questões de língua.

Moçambique ainda não tem uma política linguística claramente definida, porém o prestígio associado à LP é incontestável (LOPES, 1997, p.23): A RM por exemplo, definiu, na sua política, o uso de línguas bantu tendo-se organizado em dois grandes vetores, uma de emissão nacional com o uso do português e outro de emissão nas províncias em línguas locais (NGUNGA, 2011; VETERANO, 2011). De uma forma geral, a RM usa 19 línguas nas suas emissões (NDAPASSOA; BALANGO, 2015; FIRMINO; NDAPASSOA, 2019), sendo estas indispensáveis para a comunicação da grande maioria das pessoas que compõem à população moçambicana, visto ser esta a língua materna delas e algumas têm o português como língua segunda ou mesmo estrangeira.

Até ao momento a única rádio que se tem evidenciado na criação de protocolos para a tradução e conteúdos da língua portuguesa para as línguas locais é a RM. Esta

rádio, com a ajuda de seus parceiros, produziu dois glossários de apoio aos profissionais da comunicação radiofónica que no seu dia-a-dia usam as línguas moçambicanas na informação e educação pública do ouvinte. O primeiro glossário, editado em 1997, com o título Glossário para a Educação Cívica, financiado pela *Friedrich Ebert Stiftung*, e elaborado em parceria com a Rádio Moçambique e o Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (NELIMO), contém a tradução de cerca de 400 termos para as línguas *Emakhuwa, Cisena, Cindau e Xitsonga* (Xichangana) (BALANGO, 2015).

O segundo glossário, que tem como título Glossário de Conceitos Político-Sociais, também publicado em 1997, foi produzido com apoio financeiro da União Europeia, através do Instituto Austríaco para a Cooperação Norte-Sul, produziu catorze cadernos com termos traduzidos para 15 línguas. Os glossários produzidos têm sido instrumentos preciosos no trabalho dos jornalistas da Rádio Moçambique que no seu dia-a-dia comunicam com o ouvinte através das diversas línguas moçambicanas que o país possui e a sua utilização pelos profissionais da Rádio Moçambique, que trabalham em línguas moçambicanas, mostrou-se muito útil na facilitação da abordagem de assuntos políticos, económicos, sociais e culturais (BALANGO, 2015).

Segundo Ndapossa (2015), o surgimento de novos conceitos na arena política, social e económica do país justifica uma nova edição de glossário de termos em línguas locais, que não só faz uma revisão e atualização dos anteriores, como também apresenta novas propostas.

3.Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se numa abordagem qualitativa por ser adequada a pesquisa uma vez que proporciona uma aproximação importante entre pesquisador e objeto de estudo, na perspectiva de compreender a realidade pesquisada.

O processo de coleta de dados foi feito por meio de uma entrevista estruturada para 7 (sete) indivíduos, sendo quatro da rádio comunitária GESOM e três da rádio comunitária Gândwa nomeadamente: dois coordenadores, dois apresentadores - produtores de programas, um chefe da língua ciuté, um mobilizador e um membro do grupo editorial da saúde que participaram de uma forma voluntária na pesquisa. O campo de pesquisa deste estudo circunscreve-se à Província de Manica, concretamente na cidade de Chimoio e distrito de gondola.

A análise das entrevistas realizadas baseou-se a análise temática de conteúdo sugerida por Bardin (1979) e retomada por Minayo (2006). Segundo Bardin (1979, p.42), a

análise de conteúdo pode ser compreendida como “um conjunto de técnicas da análise de discursos ou depoimentos visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

Figura 1: imagens dos locais de pesquisa

ESPECIFICIDADES	IMAGEM
A imagem ilustre a instalação onde funciona a radio Gândwa	
A imagem ilustra colaboradores da radio Gândwa apresentando programas de saúde em lingua local	
A imagem ilustra a instalação onde funciona radio Gesom	
A imagem ilustra colaboradores da	

radio Gesom apresentando programas de saúde em lingua local	

Fonte: Dados da pesquisa

4.Apresentação e análise dos dados da pesquisa

4.1. Programas e conteúdos sobre saúde difundidos em línguas locais

A pesquisa de campo que realizamos permitiu-nos constatar a RC GESOM tem um programa dedicado a temática da saúde, que se designa como *Vida Saudável,* transmitido nas línguas portuguesa, *ciutè e chimanyika.* Esse programa é da iniciativa da rádio, e de momento a RC GESOM, não conta com nenhuma parceria. Os programas têm periodicidade de uma vez por semana em cada língua.

Por sua vez, a Gândwa tem dois programas de conteúdos sobre saúde, nomeadamente *Tchova Malária* transmitido na língua *ciuté* e *Saúde Sexual e Reprodutiva* transmitido nas línguas portuguesa e *ciuté* e em tempos de surto de doenças a rádio produz programas específicos para melhor a informar a população sobre essas doenças, sobretudo cólera e diarreia. Nesta rádio os programas que são da iniciativa de parceiros. O *Tchova Malária* com uma periodicidade de duas vezes por semana e *Saúde Sexual e Reprodutiva*, com uma periodicidade de duas vezes por semana, sendo uma vez na língua portuguesa e a outra na língua *ciuté,* contam o patrocínio da *Pathfinder International* e da *Tchova-Tchova*.

Relativamente aos conteúdos, perguntamos aos participantes da pesquisa sobre quais são os conteúdos sobre saúde difundidos em línguas locais nas rádios comunitárias em referência, ao que responderam nos termos descritos no quadro que se segue.

Quadro 1 - Conteúdos dos programas sobre saúde

Aqui abordamos diversos conteúdos relacionados a temática da saúde, como: HIV/SIDA[1], métodos contraceptivos, álcool na adolescência, uniões prematuras, gravidez na adolescência, aborto seguro, infecções de transmissão sexual (ITS), direitos sexuais e reprodutivos, tipos de violência, menstruação, que são abordados nos programas da saúde como: tchova malária e saúde sexual e reprodutiva. (Coordenadora da RC Gândwa, 04 de Março de 2024)
De momento só estamos a trabalhar com um único programa que é o: programa vida saudável onde já abordamos sobre: HIV/SIDA, tuberculose, cólera, coronavírus, entre outros. (Membro do grupo editorial da saúde da RC GESOM, 13 de Março de 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com os depoimentos transcritos no quadro, são vários os conteúdos relacionados à saúde que são abordados nos programas em língua portuguesa e nas línguas nacionais. Nossos entrevistados referiram que tais programas objetivam facilitar informação das temáticas da saúde, além e ajudar no processo de aprendizagem para a comunidade. Ao perguntarmos sobre se os programas sobre saúde em língua local são da iniciativa das rádios comunitárias ou dos parceiros, nossos interlocutores responderam nos termos descritos no quadro que se segue.

Quadro 2 - Iniciativa sobre a produção de programas sobre saúde em línguas locais

Existe um programa que é da iniciativa do parceiro, onde ele desenhou o programa, que é o programa: Saúde Sexual Reprodutiva, o Tchova Malária também é um programa de iniciativa do parceiro, e o outro, o programa: saúde na comunidade que foi iniciativa da própria rádio. Os programas que são da iniciativa dos parceiros vêm em língua portuguesa, segundo o guião que recebemos do parceiro, e nós como rádio é que traduzimos para as línguas locais.

[1] Vírus de Imudeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência

(Apresentador da RC Gândwa, 01 de Março de 2024).

Numa primeira fase os programas são de iniciativa da rádio, mas quando os parceiros aparecem, trazem uma linhagem que depois nós como rádio analisamos e se chegarmos a um consenso de que não há problemas com a linhagem, o programa fica a critério do parceiro. Os programas que são sugestão do parceiro chegam sempre em língua portuguesa, nós aqui na rádio é que traduzimos, porque as organizações na sua maioria não têm um departamento de comunicação, e as que têm não incluem as línguas locais. (Mobilizador da RC GESOM, 13 de Março de 2024).

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme os relatos dos nossos entrevistados, compreendeu-se que quando há existência de parceiros nas rádios, o parceiro tem total autonomia de como e o que quer produzir no programa que está a financiar. Os programas são sempre na língua portuguesa e seguidamente traduzidos pelos colaboradores paras as línguas que passam na rádio. Estão entre os principais financiadores de programas a Pathfinder International, uma ONG proveniente dos Estados Unidos da América (EUA), que trabalha no campo de saúde sexual e reprodutiva e também em prol dos direitos humanos. Portanto, embora hajam programas sobre saúde da iniciativa das rádios comunitárias, maioritariamente os mesmos são financiados e produzidos por parceiros que, na maioria das vezes, seguem uma agenda global de difusão de determinados conteúdos. Quando os programas são de iniciativa local, eles resultam principalmente da vontade dos colaboradores em comunicar sobre conteúdos sobre saúde.

4.2. Práticas de produção e tradução de mensagens sobre saúde em línguas locais

Uma das ideias que defendemos na nossa monografia é a de que o processo de produção de conteúdos em línguas locais e tradução de conteúdos em língua oficial portuguesa envolve complexidades que demandam preparo técnico do tradutor de modo a que não se incorra a riscos de distorções. Tendo em conta esta ideia, este subcapítulo da nossa monografia procura explorar como é feita a produção e tradução de conteúdos sobre saúde nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa. Tendo em conta que os interlocutores informaram que as mensagens chegam inicialmente em língua portuguesa,

quando perguntados sobre como é feita a tradução, os nossos entrevistados responderam nos termos descritos no quadro que se segue.

Quadro 3 - Descrição do processo de tradução de conteúdos

Os spots e programas escrevem-se na língua portuguesa e as pessoas que fazem os programas em língua local é que traduzem, mas as pessoas que apresentam na língua portuguesa que têm um certo domínio da língua local também podem apresentar na língua local. Não temos usado nenhum material didático no processo de tradução. Para esse processo de tradução usa-se o domínio da pessoa na língua local, sua disponibilidade e a sua entrega e esforço em melhorar, esses pontos é que determinam as pessoas indicadas. (Chefe de língua *ciuté* da RC Gândwa, 01 de Março de 2024)
O processo de tradução é simples, o importante é saber falar a sua língua local, porque, se sabe falar, sabe traduzir. Damos a confiança de apresentar um programa para o indivíduo que tenha crescido a falar a língua e depois consiga traduzir um texto que damos. (Membro do grupo editorial da saúde da RC GESOM, 13 de Março de 2024)
Não usamos nenhum material, à tradução é aquilo que vivemos dia-a-dia após dia. (Apresentador da RC GESOM, 13 de Março de 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em conformidade com as respostas dadas pelos nossos entrevistados, percebemos que o processo de tradução nas rádios em estudo não obedece a nenhum protocolo, sendo que o único critério exigido é saber fala a língua. Assim, para traduzir determinada informação não é obrigatório o domínio das regras gramaticais ou fonéticas da língua para a qual se pretende traduzir. Desta forma, o que conta é a experiência do indivíduo e não necessariamente estratégias e técnicas de interpretação e domínio da fala e da escrita de uma língua. Estas práticas são, em parte, consequência do processo do recrutamento de profissionais que comunicam na língua local e, por conseguinte, são responsáveis pela tradução de conteúdos. Ademais, uma vez recrutados, esses profissionais não passam por nenhum processo de formação relativamente ao processo

de tradução de conteúdos para línguas locais. O quadro que se segue ajuda-nos a compreender esses factos.

Quadro 4 - Processo de seleção e formação dos colaboradores em línguas locais

No critério de seleção usamos os seguintes pontos, disponibilidade, alguém que saiba falar a língua local, porque se sabe falar já tem domínio e pode produzir e apresentar o programa. (Chefe da língua *ciuté* da RC Gândwa, 01 de Março de 2024)
Os interessados que querem colaborar na rádio, passam por uma entrevista, por exames de fala nas línguas locais, e claro que essa seleção é rigorosa, por se tratar de línguas locais. (Mobilizador da RC GESOM, 16 de Março de 2024)
Os colaboradores da nossa rádio não têm nenhuma formação ou capacitação em línguas bantu ou sobre tradução. Mas através do conhecimento que adquiriu ao longo da infância, ele consegue traduzir. (Apresentador da RC Gândwa, 01 de Março de 2024).
Uma formação especifica como tal, não temos, mas temos formações de curta que visam trazer sempre algo novo para alcançarmos melhorias nos programas em geral. (Vice-coordenador da RC GESOM, 13 de Março de 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Diante das declarações formuladas pelos nossos entrevistados ficou evidente que se exige apenas que o indivíduo saiba a língua e não há processos de formação técnica sobre os processos de tradução. No nosso entendimento, o desconhecimento das regras de tradução pode gerar dúvidas ou mal-entendidos nos ouvintes. De acordo com relatos colhidos dos entrevistados, é comum haver ouvintes reclamando da qualidade das traduções, sobretudo quando o tema abordado envolve a utilização de termos muito técnicos que não têm correspondência nas línguas locais. Quando perguntamos sobre a existência ou não de um processo de revisão linguística sobre os conteúdos traduzidos, nossos entrevistados responderam nos seguintes termos.

Quadro 5 - Revisão linguística dos conteúdos sobre saúde em línguas locais

Não temos um processo de revisão, porque ainda não começamos a escrever em línguas locais, à tradução é feita diretamente através da fala. (Coordenadora da RC Gândwa, 04 de Março de 2024)
Sim existe um processo de revisão. O processo é feito pelo mobilizador e os membros da redação, no âmbito de áudio e escrito. (Apresentador da RC GESOM, 13 de Março de 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Diante das declarações formuladas pelos nossos entrevistados, pode-se verificar que a revisão linguística é um processo muito importante que ajuda a garantir que a mensagem seja bem recebida pelo ouvinte, além de garantir o padrão e qualidade na gramática. O facto da RC Gândwa não o fazer pode, eventualmente, desencadear uma má interpretação da mensagem, uma gramática incoerente. No caso da RC GESOM, embora exista um processo de revisão, o colaborador que desempenha as funções de revisor não tem uma formação técnica e específica na matéria. Relativamente a monitoria do alcance dos programas, nossos entrevistados explicaram o seguinte.

Quadro 6 - Monitoria do alcance dos programas sobre saúde em línguas locais.

O monitoramento acontece através dos recursos, é necessário recurso financeiro para alcançarmos uma boa qualidade na programação, e quando o programa é financiado a monitoria é aprofundada, pois, estes programas não são usados apenas na rádio, mas também para outros fins, enquanto um programa feito apenas através da rádio, produz-se e depois se armazena não tem ninguém que vai ter aquele controle criterioso, pois, não se dá muita atenção. (Chefe de língua em *ciuté* da RC Gândwa, 01 de Março de 2024).
O controlo dos programas é feito pelo mobilizador, mas claro que no tempo que os programas tinham parceiros havia uma revisão mais rigorosa, porque havia uma motivação para sempre buscar à excelência para agradar o público e principalmente o parceiro e os fazedores do programa têm mais responsabilidade, mas quando não há apoio o trabalho

> *acontece, mas é feito com mais lentidão e nota-se uma fraca adesão e participação, e o programa nem sempre vai ao ar por conta das dificuldades de locomoção para buscar a informação, de material como gravadores*. (Apresentador da RC Gândwa, 01 de Março de 2024)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme se pode verificar, os nossos entrevistados explicaram que que as rádios comunitárias não têm fins lucrativos e, por isso, não geram rendimentos para suprir suas necessidades como locomoção na busca de matéria, energia, manutenção dos equipamentos, entre outros. Somente quando há financiamento é que são implementados mecanismos de monitoria do alcance dos programas e recolha de opiniões dos ouvintes sobre que aspetos melhorar.

Considerações finais

Para alcançar o objetivo supracitado, foram formulados três objetivos específicos, todos eles alcançados, considerando os resultados apresentados ao longo da pesquisa. Foi definido como primeiro objetivo específico, identificar os programas e conteúdos sobre saúde difundidos em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa. Nesse sentido, a pesquisa de campo realizada na província de Manica, mais concretamente na vila de Gondola e na cidade de Chimoio mostrou que os programas e conteúdos difundidos em línguas locais são resultados muita das vezes da iniciativa das rádios, e que os colaboradores das mesmas é que participam do processo da tradução das mensagens mesmo sem alguma experiência ou formação em línguas ou em tradução e interpretação. Isso deve-se ao facto de as rádios comunitárias serem associações sem fins-lucrativos e precisarem de colaboradores para o seu funcionamento, o que as leva aceitarem voluntários sem devida noção de âmbito técnico.

O segundo objetivo específico consistia em perceber como é feita a produção das mensagens sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa. Os resultados da pesquisa de campo mostraram que os colaboradores que procedem com o processo de tradução, o fazem sem nenhuma noção básica, sem nenhum material bibliográfico e nem sequer procedem com a revisão do material. Tal acontece porque muitas das vezes não possuem um guião detalhado com os pontos a seguir, fazendo com que as mensagens produzidas em língua portuguesa não sejam a mesmas nas línguas locais, havendo assim alguma distorção da informação.

Por fim, o último objetivo específico era comparar os conteúdos sobre saúde em língua oficial portuguesa aos conteúdos sobre saúde produzidos em línguas locais. Com efeito, foi constado, em primeiro lugar que, pelo facto da RC GESOM produzir um guião-roteiro não detalhado, o processo depende da vontade do apresentador mesmo que o tema coincida na língua portuguesa e na língua local, os conteúdos abordados e a condução do programa são diferentes assim dependendo do improviso e espontaneidade do apresentador. Em segundo que, apesar da RC Gândwa produzir um guião detalhado e que trata do mesmo tema, tanto na língua portuguesa como na língua *ciuté*, a informação não foi vinculada da mesma forma, porque muitas expressões e termos da língua portuguesa são inexistentes na língua *ciuté* que tem diversas variantes regionais, com vocabulário e nuances próprias.

Com base nos resultados alcançados, concluímos que pelo facto de as rádios comunitárias serem emissoras responsáveis em levar a informação a zonas que outros meios de comunicação não chegam, é necessário que os seus programas em línguas locais, especialmente os que abordam questões relacionadas à saúde, sejam também pensados e elaborados nas referidas línguas. Com efeito, é necessário que os colaboradores estejam habilitados em produção de tais conteúdos obedecendo as regras gramaticais e utilização de termos que façam sentido no imaginário das comunidades destinatárias das mensagens.

Referências

BALANGO, P. **Glossários de conceitos políticos, desportivos e sociais**. Maputo: Rádio Moçambique – E.P., 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

GOMES, C. OLIVEIRA, **Evolução do Radiojornalismo: Uma Análise Histórica. Em: Avanços na Comunicação Moderna**, São Paulo: Editora Central, 2015.

IBRAMUGY, S. **Línguas em Contato: Estudos de Sociolinguística**. Maputo: Edições Texto, 2011.

LOPES, L. **Revisão de textos: conceituação, o papel do revisor textual e perspetivas do profissional do texto**. Trabalho de Conclusão de Curso, Brasília, p.4, 1997.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa social**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MKAIMA, R. F. **As rádios comunitárias em Moçambique: contributo para uma análise.** 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2011.

MOÇAMBIQUE. Boletim da República. **Lei nº 18/91, de 10 de agosto de 1991.** Dispõe sobre Lei de Imprensa., Maputo, 10 ago. 1991.

NDAPASSOA, A; BALANGO, P. **Glossários de conceitos políticos, desportivos e sociais.** Maputo: RM, 2015.

NETO, O. **Comunicação comunitária e saúde. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio Grande,** 2010.

NGUNGA, P. **Media and Society**. Maputo: Indes, 2011.

SAMBO, Eunícia. **O papel das rádios comunitárias no processo de desenvolvimento local e na inclusão social: o caso da rádio comunitária voz da cooperativa**. Monografia (Licenciatura). Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo, 2022.

VETERANO, V. **Journalism ethics in the digital age**. SEBS, 2011.

ZAVALE, A. D., NINLOVA, X. & ZAVALA. N. A. A contribuição das Rádios Comunitárias na transmissão de informações sobre a COVID-19: estudo das Rádios Comunitárias de Macequece, Sussudenga e Gândwa***. RAE-IC*, Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**,vol12, p.268-290, 2022.

Recebido em: 12/05/2024
Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): FAFETINE, Tainara Liúrca Manso; CHOÉ, João Francisco de Carvalho. Práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa na Província de Manica. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.131-149, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Fafetine Tainara Liúrca Manso; Choé, João Francisco de Carvalho. (out.2024). Práticas de produção e divulgação de programas sobre saúde em línguas locais nas rádios comunitárias GESOM e Gândwa na Província de Manica. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 131-149.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.150-168 | 2024.

Cruzamento multicultural na obra "O sétimo juramento de Paulina Chiziane"

Emília Carlos José Ucano*
https://orcid.org/0009-0006-6854-0304
Nhauza Boazinha Brás de Sá Jorge **
https://orcid.org/0009-0006-9840-9032

RESUMO
O presente artigo com o tema Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane" tem como principal objetivo, fazer uma reflexão acerca do hibridismo cultural em Moçambique na obra de Chiziane, num paradigma pós-colonial em que as crenças tradicionais, ditas como pagãs e os ocidentais cristãs dialogam constantemente e podem desmistificar a hierarquia de valores instituídas pelo processo de modernização. Pretende-se com a presente investigação mostrar como a romancista moçambicana Paulina Chiziane apresenta em sua obra o cruzamento multicultural e a encenação quotidiana do feminino. Com este edifício sociocultural como pano do fundo, o romance focaliza o ritual de iniciação de uma personagem masculina, David que para ascender ao cargo político, consolidado ao poder económico, recorre à feitiçaria, ao poder de um Nynanga, que lhe exige em troca o que tem de mais precioso: a família. É aqui que a mulher tem um papel fundamental: de um simples objeto de prazer e de troca, elas se unem e se tornam sujeitos do processo, revertendo a situação. De acordo com a ideologia de diversos autores a mulher, desde as sociedades mais antigas, sempre foram marginalizadas e até mesmo tratadas como aberração ou como um ser incompleto. É um estudo resultante de consultas bibliográficas de temas relacionados e tem um carácter qualitativo, descritivo e analítico. Espera-se que o trabalho suscite maior atenção por parte da sociedade em geral por forma a valorizar a cultura moçambicana e dar a conhecer a importância da mulher.

PALAVRAS-CHAVE
Cruzamento; Multicultural; Sétimo; Juramento

Multicultural Crossing in the work "The Seventh Oath of Paulina Chiziane"

ABSTRACT
The present article with the theme Multicultural Crossing in the work "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane" has as main objective, to reflect on the cultural hybridism in Mozambique in the work of Chiziane, in a post-colonial paradigm in which traditional beliefs, said as pagan and Western Christians dialogue constantly and can demystify the hierarchy of values instituted by the modernization process. The present investigation intends to show how the Mozambican novelist Paulina Chiziane presents in her work the multicultural intersection and the daily staging of the feminine. With this sociocultural building as a backdrop, the novel focuses on the initiation ritual of a male character, David, who in order to ascend to political office, consolidated in economic power, resorts to sorcery, to the power of a Nynanga, who demands in return the most precious thing: the family. This is where women play a fundamental role: from being a simple object of pleasure and exchange, they come together and become subjects of the process, reversing the situation. According to the ideology of several authors, women, since the oldest societies, have always been marginalized and even treated as an aberration or as an incomplete being. It is a study resulting from bibliographic consultations on related topics and has a qualitative, descriptive and analytical

* Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas. Mestre em Administração Pública pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas. Licenciada e Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Quelimane. Assistente Universitária na Universidade Católica de Moçambique. E-mail: eucano@ucm.ac.mz

** Doutoranda em Direito Público pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Direito. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas. Licenciada em Direito pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas. Assistente Universitária na Universidade Católica de Moçambique. E-mail: njorge@ucm.ac.mz

character. It is hoped that the work will attract greater attention from society in general in order to value Mozambican culture and make known the importance of women.

KEYWORD
Crossing; Multicultural; Seventh; Oath

Multicultural Crossing mubasa "Mhiko yechinomwe yaPaulina Chiziane"

PFUPISO
Chinangwa chikuru chechinyorwa chino, chine dingindira reMulticultural Crossing mubasa rekuti “O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane”, nderekurangarira kusanganiswa kwetsika nemagariro kuMozambique mubasa raChiziane, mugwara repashure pehukoloni umo zvitendero zvechivanhu zvichinzi ndizvo. vakadzi vechihedheni uye vekuMadokero vechiKristu vanogara vachikurukurirana uye vanogona kukanganisa hutongi hwehutsika hwakasimbiswa nemaitiro emazuva ano. Chinangwa cheongororo iyi ndechekuratidza kuti munyori wenganonyorwa wekuMozambique, Paulina Chiziane, anoburitsa sei mubasa rake kuyambuka kwetsika dzakasiyana-siyana uye magadzirirwo emazuva ese evanhukadzi. Iine ichi chivakwa chemagariro senge kumashure, chinyorwa chinotarisa pane yekutanga tsika yemunhu wechirume, David, uyo, kuti akwire pachigaro chezvematongerwo enyika, akabatanidza masimba ehupfumi, anoenda kuhuroyi, kune simba reNynanga, uyo anoda dzorera chinhu chinonyanya kukosha: mhuri. Apa ndipo apo vakadzi vanoita basa rinokosha: kubva pakuva chinhu chiri nyore chekunakidzwa nekutsinhanisa, vanouya pamwe chete uye vanova vateereri vekuita, kudzosera mamiriro acho ezvinhu. Zvinoenderana nemafungiro evanyori vakati wandei, vakadzi, kubva kunzanga dzekare, vagara vachishorwa uye kunyange kubatwa seanorasika kana seasina kukwana. Icho chidzidzo chinobva mukubvunzana kwebhaibheri pamusoro pemisoro ine hukama uye ine hunhu, inotsanangura uye yekuongorora. Zvinotarisirwa kuti basa iri richakwezva kutarisisa kukuru kubva munzanga yose kuitira kukoshesa tsika dzeMozambican uye kusimudzira ruzivo rwekukosha kwevakadzi.

MASHOKO- CHIKURU
Kuyambuka; Multicultural; Seventh; Oath.

Introdução

O presente artigo com o tema *O Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane"*, tem como principal objetivo fazer uma reflexão acerca do hibridismo cultural em Moçambique na obra de Chiziane, num paradigma pós-colonial em que as crenças tradicionais, ditas como pagãs e os ocidentais cristãs dialogam constantemente e podem desmistificar a hierarquia de valores instituídas pelo processo de modernização. É uma pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de livros, trabalhos desenvolvidos entre outros.

De acordo com Bastide (1971), um apologista em estudar cultura diz que nenhuma cultura é pura, pois o contato de indivíduos de culturas diferentes leva ao reconhecimento da «aculturação» (que resulta do contato direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e da alteração da cultura inicial de um grupo ou até de dois). A identidade social (idade, género, classe social, etc.) é o que caracteriza um indivíduo perante a sociedade e, ao mesmo tempo, leva à sua inclusão ou exclusão perante os outros.

A sociedade moçambicana é multilíngue, pluri-étnica, multi-racial e socialmente estratificada marcada pela diversidade cultural que, por coincidência, acompanha também a sua diversidade biológica (Takahashi, 2006). Existem em Moçambique várias formas de organização social, cultural, política e religiosa; há várias crenças, línguas, costumes e tradições. A principal característica do patrimônio cultural moçambicano é a sua diversidade. As manifestações e expressões culturais são ricas e plurais, sobretudo as ligadas às camadas “populares”.

Considerando o acima exposto, importa salientar que o país no pós-independência é constituído por uma panóplia de identidades, um mosaico cultural complexo e um xadrez linguístico bastante amplo de maneira que o novo governo adoptou a Língua Portuguesa como oficial, e consequentemente língua de comunicação institucional, cumprindo o papel ideológico de garante da unidade nacional, relegando-se as línguas nacionais ao mero valor simbólico, como património cultural.

Contudo, o multiculturalismo conhecido como um fenômeno que estabelece a coexistência de várias culturas em um mesmo espaço territorial e nacional é uma característica relevante para este estudo visto que vivemos num mundo globalizado altamente diversificado culturalmente, facto este que se apresenta como um desafios para a sociedade atual, pois as grandes transformações ocorridas estão sujeitando os cidadãos para uma nova forma de vida por se encontrarem subordinados a uma macroestrutura do mercado que os impõe determinados produtos e concepções impostas pela cultura hegemônica, uma situação que determina as várias transformações e revelações da humanidade em alguns casos com mais intensidade que outro.

Para que se compreenda a real complexidade deste problema é necessário, uma reflexão em torno do problema e a revisão sobretudo dos momentos históricos, visto que não é possível tratar os factos de forma islada em contextos fechados, pelo contrário é importante considerar toda a complexidade que se criou como resultado de uma construção histórica-cultural do homem no contexto da sua existência como ser no mundo.

É notável na sociedade Moçambicana as transformações significativas na sua população, a heterogeneidade cultural, em termos étnicos, linguísticos e mesmo religiosos, motivo pelo qual a autora optou por escolher este tema para desenvolver artigo científico com a seguinte problematização: “Como se manifesta a identidade cultural moçambicana na obra "O Sétimo Juramento"?

O móbil da investigação deve-se ao facto da romancista moçambicana Paulina Chiziane apresentar em sua obra "O Sétimo juramento" características próprias de linguagem tipicamente Moçambicana: sob esta perspectiva examinaremos tanto os enunciados como o processo de enunciação do romance com intuito de trazer ao protaginismo vozes marginais bem como elementos da cultura tradicional, os refugiados e sobreviventes de guerra, a encenação quotidiana do feminino apresentados em reconfiguração. O encontro do mundo e culturas diferentes são acontecimentos do quotidiano que toca a vida de todos até aos níveis banais ou em contextos inunsitados. O trabalho não só criará avanço de ordem pessoal, como também o avanço de ordem profissional, social e outros, uma vez que nos deparamos com as diversidades culturais em todos os lugares.

1.Fundamentação teórica: Contextualização

Não se pode falar da construção da nação em Moçambique sem falar da colonização, visto que foi um processo demarcado pelo colonialismo português em todas as formas em que surge: seja como funcionário branco, cipaio mestiço, régulo negro ou soldado africano no serviço do estado colonial. Contudo, a forma como foi conduzido o processo de colonização pela potência colonial teve como principal consequência que só no início do século XX esta língua se torna um efetivo meio de comunicação para algumas camadas da população moçambicana.

No período pós-colonial o hibridismo linguístico é uma das mais significativas características da textualidade africana. A língua do colonizador, da qual os escritores se apoiam, é permeada de falas peculiares e próprias das diversas nacionalidades africanas de colonização portuguesa. Estabelece-se uma maneira particular de dialogar com as tradições incorporadas ao texto sob forma de intertextualidade e também pela recriação sintática lexical. O resultado desse processo é a recuperação de géneros orais e a reformulação da própria tradição.

As literaturas africanas de expressão portuguesa criam um novo campo literário, fazendo coexistir na maleabilidade da língua, a escrita com a oralidade, numa harmonia híbrida, mais ou menos imparável, que os textos literários nos deixam fruir (Leite, 2003).

No período pós-independência das nações africanas de língua portuguesa, é muito comum a busca pela ocupação de lugares, vozes e consciências do período colonial e mesmo pré-colonial, entretanto vivos na atualidade, porque são elementos constitutivos das identidades nacionais e, numa dimensão mais ampla da própria africanidade.

Moçambique, é a semelhança da maioria dos países africanos que foram produtos do europeu. As suas fronteiras foram traçadas à mesa de negociações nas chanceleiras da Europa ou em batalhas entre europeus. A questão de identidade nacional assume aqui um papel relevante, dado que muitos países têm problemas graves de coesão nacional por conta da diversidade do seu povo, cultura, religiões e línguas nacionais. Moçambique é um exemplo paradigmático desta situação.

2.Conceitualizações: Cultura, Diversidade (conceitos e origens)

Há quase 150 anos um dos maiores pensadores sociais Nietzsche (1872), se referiu às diferenças culturais distinguindo, na altura, dois tipos de culturas que designou como «Apolínea e «Dionisíaca». A cultura «Apolínea» era o tipo de cultura, individualista, racional, técnica, cognitiva, utilitária e hierárquica, e a «Dionisíaca», um tipo de cultura mais colectivista, emocional, sexual, mística e revolucionária. Desde então, muitas outras abordagens surgiram em espaços e tempos diferentes.

De acordo com Mayr (2001), o fenómeno «cultura» possuí, pelo menos, duas características-chave, a saber:

1. É um código que funciona como um software mental, composto por informação que os indivíduos adquirem pela aprendizagem, imitação, associação e outras formas de aprendizagem social, sendo que essa informação se constitui como um «sistema de pensamento e acção»;
2. Faz parte da biologia humana, porque o indivíduo é, ele próprio, um «programa evolutivo» que nasce com uma determinada «abertura» no seu programa a qual o equipa para adquirir cultura e sem a qual não se desenvolve; (Mayr, 2001).

O autor afirma que tudo o que aprendemos, pensamos, lembramos e sentimos é moldado pela arquitetura «modular» da nossa mente e pelos mecanismos psicológicos evolutivos (MPE) que a suportam e funcionam de forma inconsciente. Eles são a base de todas as construções.

A definição de Tylor (1975), incide na ideia fundamental que a cultura não é adquirida através da herança biológica, porém é adquirida pela aprendizagem (consciente e inconsciente) numa sociedade concreta com uma tradição cultural específica. O processo através do qual as crianças aprendem a sua cultura é denominado inculturação. A inculturação é um processo de interiorização dos costumes do grupo, até o ponto de fazer estes como próprios. Este processo é fundamental para a sobrevivência dos grupos humanos, assim por exemplo os esquimós têm de aprender a proteger-se do frio.

O processo de inculturação produz-se fisicamente (gestos, formas de estar, de comer…), afectiva e sentimentalmente (por causa da acção de reforço ou repressão da nossa cultura) e também intelectualmente (esquemas mentais de percepção do mundo). Os agentes de inculturação são a família, as amizades, a escola, os media, os grupos de associação, etc., eles têm como missão introduzir o indivíduo na sua sociedade através da aprendizagem da cultura.

De acordo com o autor, a cultura é aquela toda complexa que incluí conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e toda a série de capacidades e hábitos que o Homem adquire em tanto que membro de uma sociedade dada. Surpreendentemente, a cultura está ligada a uma enorme parte de nossa convivência social. Coisas como nossa linguagem, nossa maneira de agir em uma situação, o que comemos, como nos vestimos e até mesmo como nos vemos, estão diretamente ligadas à nossa formação cultural.

Para a Sociologia, a cultura é o conjunto de características que o indivíduo herda ou aprende em seu convívio social, com sua família e os demais indivíduos que fazem parte do seu dia a dia. Essas características servem para que possamos nos comunicar, de forma a compreender e sermos compreendidos por outros que fazem parte de nossa sociedade, e definem grande parte de nossos valores e normas, determinando o que é e o que não é desejável, em termos de comportamento, em nosso meio social. Nossa identidade cultural está diretamente ligada com o que somos e como vemos o mundo. Ela começa a ser moldada no momento em que nascemos e é construída até o momento em que morremos.

Os valores e as normas que estão ligados a uma cultura dentro de uma sociedade ou comunidade comum podem variar e até mesmo serem contraditórios: alguns grupos de indivíduos podem basear suas experiências de vida em sua religiosidade, enquanto outros se baseiam em uma visão puramente científica do mundo. É importante entender que nossa cultura não é algo fixo ou imutável, ela está sempre se moldando de acordo com nossas experiências em sociedade.

Autores como o polonês Bauman, julgam que nossa cultura é tão maleável que chega a ser comparada a liquidez da água, que está sempre mudando de forma. A ideia de “liquidez social” de Bauman é formada a partir de observações de vários processos sociais. Entre eles está a chamada “aculturação”, que se dá em meio ao “choque cultural”, onde duas ou várias sociedades de culturas diferentes passam a ter contato e a conviver com suas diferenças.

Aculturação A aculturação é o nome do processo de troca entre culturas diferentes a partir de sua convivência, de forma que a cultura de um sofre ou exerce influência sobre a construção cultural do outro (Bauman, 2013). O processo de aculturação nos mostra que, em um mundo interligado como o nosso, a ideia de pureza cultural é completamente falsa. Sofremos influências e influenciamos mesmo sem perceber. Por tanto, a noção de que existem culturas superiores ou inferiores é considerada um engano. Falamos apenas em culturas diferentes.

3. De que forma a cultura europeia influenciou na construção da cultura moçambicana?

Moçambique é a semelhança da maioria dos países africanos são produtos de europeus. As suas fronteiras foram traçadas à mesa das negociações na chanceleiras da Europa, ou em batalhas entre europeu. A questão da identidade nacional assume aqui um papel de relevante importância, dado que muitos países têm graves problemas de coesão nacional, dada a diversidade dos seus povos, culturas, religiões e línguas nacionais.

É suposto que um moçambicano comungue na cultura do País, embora não ter nascido no mesmo. Esta é uma condição que nem sempre se verifica atualmente, não apenas em Moçambique, mas, sobretudo nos países mais desenvolvidos. Um número crescente de imigrantes, adquirem a nacionalidade, por exemplo: portuguesa, mas não se identificam com a sua cultura. Esta naturalização é feita tendo em vista a regularização da sua situação legal no País, o que lhes permite terem acesso as mesmas condições e apoios que são oferecidos a qualquer cidadão. A cultura do povo, forma-se através de um longo processo histórico no qual vão sendo integradas outras culturas, vivências, saberes, etc., de outros povos com o qual se possui uma história em comum.

4.Diversidade cultural

Taylor (1975), afirma que a diversidade cultural, são os vários aspectos que representam particularmente as diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam num determinado território. A diversidade cultural é um conceito criado para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que existem ao redor do mundo. As múltiplas culturas formam a chamada identidade cultural dos indivíduos ou de uma

sociedade; uma “marca” que personaliza e diferencia os membros de determinado lugar do restante da população mundial. (Taylor, 1975).

A diversidade significa pluralidade, variedade e diferenciação. Atualmente, devido ao processo de colonização e miscigenação cultural entre a maioria das nações do planeta, quase todos os países possuem a sua diversidade cultural, ou seja, um “pedacinho” das tradições e costumes de várias culturas diferentes.

A diversidade, conforme Takahashi, é a característica básica de formas de vida e das manifestações de cultura na terra. Ela pode ser biológica ou cultural. De acordo com o autor citado, há três tipos de diversidade cultural: genética, linguística e cultural propriamente dita: A diversidade cultural genética refere-se, “às variações e similaridades genéticas entre as pessoas”; A diversidade cultural linguística aponta para a existência de “diferentes linguagens e sua distribuição em regiões”; A diversidade de culturas é o “complexo de indivíduos e comportamentos dentro de um contexto histórico comum” (Takahashi, 2006).

Sacristán, afirma que a questão da diversidade cultural deve ser discutida em simultâneo com a noção das “diferenças”. As diferenças culturais podem variar consoante a etnia, a raça, a idade, a religião, o gênero, à região geográfica, visões de mundo, desejos, valores, etc. A diversidade, assim como a desigualdade, são manifestações normais dos seres humanos, dos factos sociais, das culturas e das respostas dos indivíduos frente à educação nas salas de aula. A diversidade poderá aparecer mais ou menos acentuada, mas é tão normal quanto a própria vida, e devemos acostumar-nos a viver com ela e a trabalhar a partir dela. (Sacristán, 2002).

A diversidade cultural permite o reconhecimento de uma essência cultural, de uma homogeneidade entre os sujeitos que pertencem àquela cultura. Ela traz a possibilidade de noções liberais de multiculturalismo e de intercâmbio cultural de forma crítica, ao mesmo tempo que permite a conceitualização de separações lineares e totais entre culturas. Ela apresenta também um certo limite do que é considerado aceitável dentro dos termos estabelecidos pelo discurso ocidental, normas silenciosas do que é considerado diversidade cultural admirável, e do que é diferente demais e deve ser rejeitado.

Uma evidência de como a diversidade não necessariamente é positiva, para Bhabha, é o facto de que mesmo sociedades extremamente diversas ainda enfrentam problemas sérios de racismo, porque mesmo essas sociedades impõem normas e limites para o que é considerado aceitável, e quais são os espaços limitados aos quais povos não-brancos pertencem. (Bhaba, 2007).

No discurso ocidental, toda diferença cultural inaceitável é apagada, ou substituída por algo mais tolerável, em um movimento que ao mesmo tempo demonstra o poder discursivo que os grupos dominantes têm de definir o que é certo e errado, e também demonstra o medo que a diferença gera, sempre existindo nas margens, ameaçando a supostamente sólida identidade daqueles que detém o poder.

A principal característica do patrimônio cultural moçambicano é a sua diversidade cultural que, por coincidência, acompanha também a sua diversidade biológica como refere Takahashi (2006), por ser uma sociedade multilíngue, pluri-étnica, multi-racial e socialmente estratificada. Existem em Moçambique várias formas de organização social, cultural, política e religiosa; há várias crenças, línguas, costumes, tradições e várias formas de educação. As manifestações e expressões culturais são ricas e plurais, sobretudo as ligadas às camadas “populares”.

A língua oficial em Moçambique é a língua portuguesa, mas ela é uma língua minoritária que foi escolhida para oficial por razões políticas relacionadas com a unidade nacional e com o facto de não haver à altura da Independência nenhuma língua que estivesse suficientemente “modernizada” para ser capaz de veicular a Ciência, a Tecnologia e ser capaz de servir de língua franca em todo o território nacional.

O Português é falado, como língua materna, por 6% da população, enquanto as línguas bantu são faladas por 93%. Da população que reside das zonas urbanas, 55% conhece o Português, contra 45% nas zonas rurais. Dos falantes do Português, 61% são homens (a maior parte). As línguas bantu são as que são faladas com mais frequência [90%] relativamente ao Português.

5.Identidade Cultural e a sua Importância

A identidade é o que nos diferencia dos outros, o que nos caracteriza como pessoa ou como grupo social. Ela é definida pelo conjunto de papéis que desempenhamos e é determinada pelas condições sociais decorrentes da produção da vida material. Quando nos referimos à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional, ou seja, aquela cultura em que nascemos e que absorvemos ao longo de nossas vidas. Ressaltamos aqui, que essa identidade não é uma identidade natural, geneticamente herdada, ela é construída.

"Identidade" é algo único, distinto e completo. "Cultural" é um adjetivo que se refere a "saber". Logo, a junção das duas palavras produz o sentido de "saber se reconhecer". Muitas questões contemporâneas sobre cultura se relacionam com questões sobre

identidade. A discussão sobre a identidade cultural acaba influenciada por questões sobre: lugar, gênero, raça, história, nacionalidade, idioma, orientação sexual, crença religiosa e etnia.

Na percepção individual ou coletiva da identidade, a cultura exerce um papel principal para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano. A influência do meio constantemente modifica um ser já que nosso mundo é repleto de inovações e características temporárias, os chamados “modismos”. No passado, as identidades eram mais conservadas devido à falta de contato entre culturas diferentes; porém, com a globalização, isso mudou, fazendo com que as pessoas interagissem mais entre si e com o mundo ao seu redor. Uma pessoa que nasce em um lugar absorve todas as características daquele lugar. entretanto, se ela for submetida a uma cultura diferente por muito tempo, ela adquirirá características do novo local onde está agregada.

Para o teórico Santos (2016), o conhecimento e o saber se renovam do choque de culturas, sendo a produção de novos conhecimentos e técnicas, produto direto da interposição de culturas diferenciadas – com o somatório daquilo que anteriormente existia. Para ele, a globalização que se verificava já em fins do Século XX tenderia a uniformizar os grupos culturais, e logicamente uma das consequências seria o fim da produção cultural, enquanto gerador de novas técnicas e sua geração original. Isto refletiria, ainda, na perda de identidade, primeiro das coletividades, podendo ir até ao plano individual.

Celebração apache contemporânea. Os apaches são um exemplo de povo ameríndio que procura preservar sua identidade cultural. Segundo Hall (1999), uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados a nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Ao analisar a questão, este autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais. Para ele, a nação é além de uma entidade política – o Estado –, ela é um “sistema de representação cultural” (grifos do autor). Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. Segundo Hall (1999), as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos “identificar” (grifo do autor) e constroem, assim, suas identidades. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição de uma identidade da nação.

Entretanto, segundo Hall (1999), vivemos atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Tais mudanças se caracterizam pelo deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social.

A modernidade propicia a fragmentação da identidade. Conforme ele, as paisagens culturais de classe, género, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para indivíduos que existe agora é descentramento, deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades, inclusive as que se baseiam numa ideia de nação.

A palavra “cultura” é comunicamente relacionada a práticas geralmente consideradas de maior “refino” e profundidade intelectual, como a literatura, a arte e a música erudita. Entretanto, devemos entender que não são apenas as atividades que levamos em alta estima que devem ser consideradas como cultura. Surpreendentemente, a cultura está ligada a uma enorme parte de nossa convivência social. Coisas como nossa linguagem, nossa maneira de agir em uma situação, o que comemos, como nos vestimos e até mesmo como nos vemos, estão diretamente ligadas à nossa formação cultural.

6.Hibridismo cultural em Moçambique

Estudos efetuados por Dias (2002), mostram que a “hibridação cultural” surgiu como uma forma muito particular de identidade cultural dos moçambicanos bilíngues, falantes da língua portuguesa e língua bantu ou de monolíngues em Português. Tal processo teve o seu início com a aprendizagem do Português durante a colonização. Julgamos que o falante de língua portuguesa quer seja monolíngue ou bilíngue já não possui uma identidade cultural “genuína” e “autenticamente” africana como os seus ascendentes e antepassados que só falavam a língua bantu.

A aprendizagem da língua portuguesa promove o surgimento de um processo de aculturação que integra características culturais do mundo ocidental. Julgo que o bilinguismo em vez de criar um biculturalismo "que promove uma mescla entre os conhecimentos de ambas culturas envolvidas", produz uma hibridação cultural. Quer dizer que os falantes não adicionaram a cultura portuguesa à cultura bantu, eles misturaram as duas culturas e criaram uma nova cultura que não é tipicamente portuguesa e que também não é genuinamente bantu. Ela é “híbrida”, pois junta de forma muito particular as

duas línguas e culturas. É a tal hibridação cultural que caracteriza a cultura urbana moçambicana.

Apesar de o conceito de “hibridação” vir carregado de preconceitos coloniais, não é de forma preconceituosa que usamos tal termo. Segundo Dussel, as origens do conceito situam-se no “projecto colonial de dominação racial do século XIX e se produz uma celebração acrítica das diferenças que deixa de lado desigualdades fundantes”, ainda segundo o autor, “a hibridação tem uma história repleta de colonialismo, mas também de lutas anti e pós-coloniais” (Dussel, 2002, p. 57).

A hibridação é usada neste trabalho no sentido de exprimir o surgimento de novas culturas e novas identidades que são o resultado da mistura de outras culturas. Nosso interesse pelos processos de hibridação surgiu das análises linguísticas que fazemos acerca da variedade de língua portuguesa usada em Moçambique que consideramos um produto híbrido resultante do contacto entre a língua bantu e a língua portuguesa.

Em nossa acepção e, contrariamente, às teorias da degeneração de higienistas que defendem as formas puras e apontam o lado negativo das misturas linguísticas e culturais, consideramos a hibridação como uma riqueza cultural que deve ser preservada. Concordamos com Dussel quando este afirma que:

> [...]a hibridação é o signo mais claro da ruptura da modernidade e da irrupção de novas lógicas [...] Bhabba, sinaliza que o híbrido é um resultado da cultura colonial que se nega a si mesma. [...] esse novo híbrido postulado pela teoria pós-colonial não é uma síntese dialética, mas uma ruptura e uma associação ao mesmo tempo, uma simultaneidade impossível do mesmo e do outro [...] (Dussel, 2002, p. 64-65).

Ao se referir à questão da hibridação, Dussel acrescenta que:

> [...] se rompe com a lógica aristotélica de que algo “não pode ser e não ser ao mesmo tempo”: o híbrido é ambas as coisas, e é uma terceira também: - o novo” [...] a hibridação vem denotar a coexistência de múltiplas temporalidades na modernidade. Fica clara também a produtividade da margem, do ex-cêntrico, dos “terceiros espaços” que estão dentro/fora da cultura ocidental. (Dussel, 2002, p. 67).

Um dos autores que mais se debruçou sobre a questão da hibridação cultural foi Stuart Hall (2006). Este autor afirma que as identidades culturais estão em declínio, “fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (Hall, 2006, p. 7).

7. **Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane"**

Chiziane lança a obra com o título “O sétimo Juramento” (2000), romance ambientado em um Moçambique já independente, a trama ilustra tanto o tensionamento entre a modernidade, representada pelas práticas cristãs e a ojeriza aos costumes pagãos, que remontam ao misticismo das tradições étnicas; como também o embate entre as forças do bem e as do mal, que, de certa maneira, o texto corporifica no contraste entre as personagens femininas solares e as masculinas sombrias.

O presente trabalho, por sua vez, aponta à linha de estudos que, sob o emblema “pós-colonial”, questiona a narrativa ocidental e hegemônica da modernidade, visto que esta conferiu à Europa uma posição de privilégio enunciativo, e, que mesmo após o encerramento do período colonial, conservou o favorecimento das características europeias em detrimento de outras referências de vida, externas àquela territorialidade.

Essa narrativa que evidencia uma condição de pós-colonialidade, perpetua, na estrutura funcional da malha social, arquétipos antropo-comportamentais que reavivam valores coloniais e mantêm o exercício do poder colonial nas práticas cotidianas. Busca-se, aqui, associar a crítica à concepção preeminente de modernidade à obra literária em questão, pois a base epistemológica que orienta esta pesquisa fomenta o entrelaçamento entre os diversos campos do saber, tal como a literatura e a ciência política, com vistas a esmiuçar o constructo sociocultural de um Moçambique, a partir dos olhos e da escritura de Paulina Chiziane.

A autora apresenta-nos de um modo contundente a pluralidade cultural pois não hesita em proporcionar ao leitor uma iniciação a diversas manifestações culturais que fazem parte da sociedade moçambicana. Um dos traços que melhor caracteriza este senário híbrido na obra é o confronto entre práticas culturais e religiosas relacionadas tanto com o espaço físico africano, quanto ao espaço da cultura europeia.

Exemplo: A doença espiritual que punha clemente como louco, ouvindo vozes, vendo imagens adquirindo diferentes formas através da água, do fumo, do vapor, das nuvens acompanhados de sinais estranhos como: as chuvas estranhas, remoinhos, os trovões fortes e faíscas. Estava possuído por um espírito "Nguni" que era magia do bem.

A pluralidade cultural na obra de Chiziane, parece tornar-se ainda mais reforçada em função do confronto de práticas culturais e religiosas relacionadas tanto ao espaço africano, quanto ao espaço da cultura europeia. A narrativa apresenta os diversos momentos em que os rituais anímicos-religiosos africanos são correlacionados aos da religião católica. Os valores animistas constituem o foco da narrativa, que trás à tona uma

prática recusada pelo sistema colonial, mas subentendida no comportamento sócio cultural vigente durante o processo revolucionário moçambicano.

No dizer de leite: "O mundo do feitiço e dos mitos esteve sempre ligado ao comportamento sócio-cultural da maior parte dos intervenientes activos na nova política social de Moçambique, embora de forma mais ou menos latente". Nesta ordem de ideias, a obra o "Sétimo Juramento" apresenta a história de uma família e coloca-nos perante um dilema de confronto com o mundo mágico-espiritual que questiona a assimilação dos costumes, a cristalização resultante do tempo colonial. O livro também faz a encenação do feminino e revela os meandros que determinam a vida da mulher numa sociedade urbana em que conhecem outras estratégias para contornar o peso da sua condição subalterna.

Na narrativa a nação Moçambicana é caracterizada pela demarcação de um inimigo, o colonialismo português em todas as formas que surge: seja como funcionário branco, cipaio mestiço, régulo negro ou soldado africano no serviço do estado colonial. Esta demarcação é um facto que consta também das diversas classificações dos períodos literários diferentes antes da independência.

No processo da nossa análise de dados, constatamos que autora para além da sua escrita cruzada de discursos que provocam diálogos significativos entre a literatura e outras áreas do saber, ocupando lugar de destaque os estudos culturais, que buscam, por meio de repertório teórico das ciências humanas, estabelecer uma prática dialógica com a matéria literária, intentando leituras que lancem luz sobre os processos sociais vivenciados pelas modernas nações em construção, Chiziane, coloca-nos também diante de um mundo religioso, mágico-espiritual e das práticas sociais de poligamia, resgatando e recriando as tradições religiosas e culturais de Moçambique.

Exemplo: *(...) farei dela segunda esposa, serei um polígamo a partir de agora. (...) casar-me ia com ela, mas a lei cristão não permite, sou casado. Como bantu que se preza, hei-de lobolá-la.* (p.122).

Nota-se também a encenação de superação quotidiana do feminino, que antes a mulher era vista como um simples objeto de satisfação sexual e depois conhecem outras estratégias para contornar o peso da sua condição subalterna.

Desta vez, as mulheres com funções diegéticas são urbanas, da classe que move na circunda do poder social: "Vera a esposa- esposa de um Director Geral; Cláudia-a secretária amante, seu braço direito e depois passando pra terceira esposa de David; a tia Lúcia-dona de um bordel com influências inimagináveis (p. 122-124); Mimí-a órfã

recolhida no bordel que se torna segunda esposa de David e finalmente, a mãe de David- a protagonista de um momento mais decisivo da narrativa - o da revelação sobre a "maldita herança" paterna de David, momento a partir do qual a narrativa ganha uma dimensão trágica. (capítulo XXXIII).

Interessante é o facto de essas personagens femininas serem personagens solares, que buscam a vida e ao mesmo tempo especializadas em "varrer feitiço". Exemplo*: (...como Moya ou a velha da pedra de Wussapa), que operam no campo da "magia branca" pela preservação dos valores familiares contra as sombras e contra os xigonos (fantasmas), mesmo a sogra de Vera rejeita a sua condição de "feiticeira por casamento".* (p. 196), enquanto suzy, arrastada pelo pai para os rituais de feitiçaria é desencantada no final.

O romance na (pag. 118), reporta o comportamento de um moçambicano de cultura urbana comprometido com o poder socioeconômico e com pretensões a poder político que, por imperativos de ambição pessoal e adepto a filosofia do "cabritismo" (p. 118), comete actos ilícitos na empresa, motivo pela qual inicia uma viagem em busca da "proteção das sombras" para os seus bens tais como: o lugar de Director Geral, o bem estar económico, o prestígio social e os prazeres do corpo (que passavam pelo estatuto de marido de três esposas).

8.Metodologia e resultados

De acordo com Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir um determinado conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento. Segundo o autor, já houve época em que muitos entendiam que o método poderia ser generalizado para todos os trabalhos científicos. Os cientistas actuais, no entanto, consideram que existe uma diversidade de métodos, que são determinados pelo tipo de objecto a pesquisar e pelas proposições a descobrir.

Para atender as exigências e o rigor do presente trabalho, foi necessário definir previamente uma metodologia a seguir, de modo a melhor direccionar todo o trabalho de investigação em torno do tema em estudo.

O estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material

cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov & Freitas, 2013).

A pesquisa revelou que Moçambique é um País diversificado culturalmente, com línguas de origem bantu com excepção do português que é a língua oficial do país. No total Moçambique tem 43 línguas, das quais 41 são consideradas línguas nacionais, e as outras duas são o português e a língua de sinais. É importante ter em mente que os padrões culturais em Moçambique, não são assim tão lineares, devido a vários fatores históricos como a união de diferentes culturas (costumes, hábitos e tradições totalmente diferentes, por causa da interferência climática, geográfica e pelo passado histórico daquela população) e atualmente por conta da globalização.

Podemos citar o advento da globalização teve a expansão marítima como primeiro e principal percussor. Quando comparamos com os dias de hoje, a forma que a descoberta de novos continentes foi realizada, deu vida a uma série de outras nações, mesmo que com seus contrapontos devido a exploração e escravidão. É nesta ordem de ideias que a obra *"o Sétimo Juramento 2000"* de Paulina Chiziane se constrói em torno do mozaico cultural Moçambicano, uma arena ideológica que refrata tensões entre gênero e religião, de modo que, ao mesmo tempo em que, sob determinada focalização, são confirmados os discursos que sugerem a inferioridade feminina, por outro, mais especificamente quando a focalização se encontra sob as personagens femininas, esses discursos são subvertidos.

Para fundamentar melhor a ideia do multiculturalismo em Moçambique a autora, retrata o cotidiano urbano de uma família, que alcançou prosperidade econômica na sociedade moçambicana no pós-independência, ao misticismo das tradições originárias do país povoadas por lendas, mitos, seres extraordinários, feitiçaria e pelo constante tensionamento entre o bem e o mal. Valendo-se do enredo ficcional, este estudo articula o entrecruzamento da literatura e da ciência política, explorando as concepções de modernidade e colonialidade.

Considerações finais

A pluralidade cultural, percebida na narrativa de Chiziane é reforçada em função do confronto das evidências entre as práticas culturais e religiosas relacionadas tanto ao

espaço africano, quanto ao espaço da cultura europeia. Nesta obra os valores animistas constituem o foco da narrativa, que trás à tona uma prática recusada pelo sistema colonial, sob entendida no comportamento sócio cultural vigente durante o processo revolucionário moçambicano. O Sétimo Juramento, é uma obra em que a destruição das sociedades autóctones e as consequências ainda estão nas margens da narrativa.

Entendemos a imagem do colonialismo como uma forte crítica social num contexto que sobreviveu na sua relação com a sociedade moçambicana. Que, apesar da sua relação de domínio, descobrimos mais duas explicações plausíveis para as novas reconfigurações: a primeira tem à ver com processo sócio cultural da construção de uma identidade moçambicana pós-colonial e pós-guerra civil sob os resíduos de cultura autóctone em que o filho representa fusão conseguida e o pai fusão falhada dos elementos das culturas diferentes que se cruzam neste território.

Nesta ordem de ideias o pai representa o colono português numa relação de domínio que significa uma estagnação no processo da construção da identidade que se realiza na oposição clássica explorador/explorado, enquanto que o filho personifica um caminho possível para o futuro do país, uma conciliação dos diferentes traços culturais presentes em Moçambique.

A fabricação do confronto de símbolos, representações e imagens do colono, dão-nos assim uma imagem de Moçambique como um País em que a interação entre a tradição e a modernidade caminha para um processo de longa duração que implica também o regime identitário do próprio colonizador. Uma consequência que aparenta estarmos em presença de uma tensão que existia ao nível da cultura colonial e que se desenvolveu ao longo do tempo num dinamismo próprio.

A hibridação referida neste trabalho justifica-se no sentido de exprimir o surgimento de novas culturas e novas identidades que são o resultado da mistura de outras culturas. Nosso interesse pelos processos de hibridação surgiu das análises linguísticas que fazemos acerca da variedade de língua portuguesa usada em Moçambique que consideramos um produto híbrido resultante do contato entre a língua bantu e a língua portuguesa. O livro também faz a encenação do feminino e revela os meandros que determinam a vida da mulher numa sociedade urbana em que conhecem outras estratégias para contornar o peso da sua condição subalterna.

Em jeito de conclusão, entendemos que Chiziane em sua "o Sétimo juramento", apresenta-nos uma forte crítica social num contexto de globalização em que o colonialismo sobreviveu como relação social. Que apesar de relação de domínio,

descobrimos, porém, mais duas explicações plausíveis para as novas reconfigurações do colono: a primeira tem haver com o processo sócio cultural da construção de uma identidade moçambicana pós-colonial e pós-guerra civil sob os resíduos da cultura autóctone em que o filho representa a alusão conseguida e o pai a fusão falhada dos elementos das culturas diferentes que se cruzam neste território.

Referências

Bastide, R. (1971). *Anthropologie Appliquée.* Payot, Paris.

Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2013). *A cultura no mundo líquido moderno.* Rio de Janeiro: Zahar, J., Tradução de Medeiros C. A. Edição Digital.

Bhabha, H. K. (2007). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Burker, P. (2003). *Hibridismo cultural.* São Leopoldo/RS: Editora Unisinos.

Clifford, J. (2010). Sobre Ia Autoridad Etnográfica. In: Clifford, J. (1995). *Dilemas de IaCultura.* Barcelona: Gedisa.

Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais.* Bauru: EDUSC.

Dias, H. N. (2010). Diversidade cultural e educação em Moçambique. *Revista V!RUS*, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: ttp://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=4&lang=pt>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

Dussel, E. (2005). *Transmodernidad e Interculturalidad (interpretaciones desde la Filosofía de la Liberación). Associacion de filosofia y liberacion* - AFYL. [consultado a 15 junho 2016]. Disponível em: http://www.afyl.org/ transmodernidadeinterculturalidad.pdf.

Hall, S. (2009). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed, Rio de Janeiro, DP§ Aeditora, 1999.

MARTINEZ, Francisco Lerma & IMC. *Antropologia Cultural*: Guia para o Estudo. 6.ed., Maputo, Paulinas Editorial.

Mayr, E. (2001). *What evolution is.* New York: Basic Books.

MAZULA, Brazão et al. (1995). (ed.). *Eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group.

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985.* Porto: Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa.

Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

TAKAHASHI, T. (2010). *Diversidade cultural e direito à comunição.* Disponível em: <http://www.campus-oei.org>. Acesso em: jul. 2006.

Relatório Mundial da UNESCO. (2009). Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184755_por

Tylor, E.B. (1975 or. 1871): *"La ciencia de la cultura",* em Kahn, J.S. (comp.): El concepto de cultura: textos fundamentales. Barcelona: Anagrama, pp. 29-46.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): UCANO, Emília Carlos José; JORGE, Nhauza Boazinha Brás de Sá. Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane". *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.150-168, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Ucano, Emília Carlos José; Nhauza Boazinha Brás de Sá Jorge (out. 2024). Cruzamento Multicultural na obra "O Sétimo Juramento de Paulina Chiziane". *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 150-168.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.169-178 | 2024.

Archetypal Representation of "Draupadi" in *The Mahabharat*: A Feminist Inquiry into the Hindu Myth

Ramesh Prasad Adhikary *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-9889-3825

ABSTRACT
The prevalence of "feminism" across literary, digital, and academic platforms underscores its importance in contemporary discourse. This era is characterized by an increased focus on feminist principles and their societal applications. *The Mahabharat*, a popular Hindu epic of Indian Sub-continent; with its intricate characters and plotlines, has inspired extensive interpretations from various perspectives. Among its characters, Draupadi stands out as a significant symbol of female empowerment and resilience against adversity. This study aims to analyze Draupadi's character, emphasizing her role as a symbol of feminist strength within *The Mahabharat*. Employing subversion theory, the research explores how Draupadi challenges traditional gender roles and societal expectations. Methodologically, this study conducts a textual analysis of Draupadi's portrayal, examining instances of her assertiveness, compassion, and unwavering commitment to justice. The analysis focuses on her resistance to injustice, particularly regarding her rights as a daughter-in-law and the Pandavas' entitlements. Findings reveal that Draupadi embodies a complex and multifaceted character, challenging conventional gender norms and providing a nuanced perspective on female agency. Her actions and resilience highlight her as a figure of immense significance in Hindu literature. In conclusion, Draupadi's portrayal transcends traditional gender roles, offering a compelling narrative of empowerment and resistance. This study elucidates her enduring legacy and relevance as a feminist icon, reaffirming the significance of feminist ideals in contemporary society.

KEYWORDS:
Literature; Feminism; Gender; Character of Draupadi

Representação arquetípica de "Draupadi" no Mahabharat: uma investigação feminista sobre o mito hindu

RESUMO
A prevalência do "feminismo" em plataformas literárias, digitais e acadêmicas ressalta sua importância no discurso contemporâneo. Esta era é caracterizada por um foco maior nos princípios feministas e suas aplicações sociais. O Mahabharat, um épico hindu popular do subcontinente indiano; com seus personagens e enredos intrincados, inspirou interpretações extensas de várias perspectivas. Entre seus personagens, Draupadi se destaca como um símbolo significativo do empoderamento feminino e da resiliência contra a adversidade. Este estudo visa analisar a personagem de Draupadi, enfatizando seu papel como um símbolo da força feminista dentro do Mahabharat. Empregando a teoria da subversão, a pesquisa explora como Draupadi desafia os papéis tradicionais de gênero e as expectativas sociais. Metodologicamente, este estudo conduz uma análise textual do retrato de Draupadi, examinando instâncias de sua assertividade, compaixão e compromisso inabalável com a justiça. A análise se concentra em sua resistência à injustiça, particularmente em relação a seus direitos como nora e aos direitos dos Pandavas. As descobertas revelam que Draupadi incorpora uma personagem complexa e multifacetada, desafiando normas de gênero convencionais e fornecendo uma perspectiva diferenciada sobre a agência feminina. Suas ações e resiliência a destacam como uma figura de imensa importância na literatura hindu. Concluindo, o retrato de Draupadi transcende os papéis

* Assistant Professor, Tribhuvan University, Kathmandu, Nepal, Mahendra Multiple Campus Nepalgunj, ResearcherID: ACF-4478-2022, E-mail: rameshadhikary29@gmail.com

tradicionais de gênero, oferecendo uma narrativa convincente de empoderamento e resistência. Este estudo elucida seu legado duradouro e relevância como um ícone feminista, reafirmando a importância dos ideais feministas na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE:
Literatura; Feminismo; Gênero; Personagem de Draupadi

Introduction

Literature, often serving as a reflective lens onto societal norms, offers varied perspectives and theoretical frameworks to comprehend the intricacies of community dynamics. Among these frameworks, feminism has evolved over centuries as a philosophy advocating for the oppressed, particularly women, who continue to grapple with the longstanding oppression inherent in their gender identity.

One of the world's oldest religions, Hinduism, is polytheistic. Over the years, as someone who was reared as a Hindu, it became evident to me that the principles of Hinduism are not wholly inflexible. There are, in fact, many ways to understand Hinduism and how it should be practiced; in fact, there are relatively few strict regulations (such not eating beef) that must be followed. Furthermore, polytheism makes it possible to conflate texts that are classified as sacred Hindu texts with nonreligious texts. Hinduism, as is widely believed, draws its knowledge from the Upanishads, the Puranas, and the Vedas (Vohra and Sharma, 2014, p. 100). Nonetheless, the two Hindu epics that have captured the public's attention are the Mahabharata, which was composed in the fourth century BCE, and the Ramayana, which was composed in the fifth century BCE (Basu, 2016b, n.p.).

To integrate into the fabric of society, women have historically confronted multifaceted barriers and hurdles, devoid of inherent rights and subjected to segregation, rejection, and abuse at the hands of men. However, the advent of feminism has catalyzed a transformative shift in the perception and portrayal of women, elevating them from mere subjects of male dominance to agents of authority, leadership, craftsmanship, and education. Yet, even in contemporary contexts, women encounter systemic oppression manifested in gender disparities across realms such as marriage, family, employment, economy, politics, religion, cultural expressions, and linguistic discourse. This paper seeks to scrutinize the narrative milieu of gender oppression surrounding Draupadi in Vyasa's *The Mahabharat* and Dopdi in Mahasweta Devi's story "Draupadi," as translated by Gayatri Chakravorty Spivak.

Shruti Gupte, in her article Mahabharatee: A Feminist Perspective on Mahabharata, in 2020 states:

> Although Mahabharata, the longest epic, is written from a male perspective, it has references to many women. Even in today’s society, we observe that the lives of women are dominated by men to whom they are associated through different kinds of relationships; the women of Mahabharata are no exception. However, these women dare to question the actions of men, to refuse the directions of men, and to raise their voices against suffering.

Central to both narratives is the thematic core of Draupadi's disrobing, a symbolic act steeped in gendered power dynamics. To facilitate this examination, the paper employs the feminist theory of subversion, which entails the challenging of patriarchal structures and ideologies. Subversion, as a transformative act, involves subverting dominant power structures to disrupt the oppressor's control. The act of Draupadi's disrobing serves as a poignant illustration of the ways in which entrenched patriarchal norms operate upon women's bodies, wherein a woman's dignity is intricately tied to her physical integrity. The subversion of patriarchal norms is exemplified by Draupadi's unconventional marital arrangement of polyandry, which challenges traditional male-centric paradigms. Despite societal discomfort, Draupadi exercises agency in consenting to this arrangement, thereby subverting established gender norms and asserting her autonomy within a patriarchal framework.

Objectives of the Study

1. To analyze Draupadi's character in *The Mahabharat* as a representation of feminist strength and resilience, exploring how her portrayal challenges traditional gender roles and societal expectations.
2. To examine the narrative of Draupadi's disrobing and its implications on gendered power dynamics, utilizing subversion theory to highlight her agency and resistance within a patriarchal context.

Research Questions

1. How does Draupadi's character in *The Mahabharat* embody and exemplify traits of female empowerment and resilience against adversity?
2. In what ways does Draupadi's narrative, particularly her disrobing and polyandrous marriage, subvert traditional patriarchal norms and challenge conventional gender roles in Hindu literature?

Review of Literature

The research will employ feminist subversion theory to delve into the subject matter. Subversion, within this framework, entails the strategic undermining of patriarchal structures and ideologies. Scholarly investigations (Mukherjee 2016, Chaudhary 2014, Chakravorty 2016) underscore Draupadi's narrative, particularly the incident of her disrobing, as emblematic of the perpetuation of a discourse wherein the female body is construed as a locus for the operation of male hegemonic systems. The violation of a woman's body, such as through public disrobing, is construed as a loss not only of individual honor but also familial and national prestige. Within patriarchal cultures, practices like polyandry may be perceived as subversions of established norms, despite the apparent discomfort of the women involved, under the guise of serving a greater good (Mukherjee 2016).

Draupadi's disrobing episode marks the culmination of the Pandavas' humiliation in *The Mahabharat* narrative. Her actions disrupt the captors' meticulously planned scheme for her subjugation. Draupadi adamantly refuses to acknowledge her "dishonor," thereby rejecting the notion that feminine purity and honor are contingent upon an inviolable body. Her defiance operates on multiple levels, rendering her a figure of considerable power and complexity. Through her actions, she not only subverts a widely revered narrative but also destabilizes entrenched gender hierarchies. Enduring severe assaults on both her physical and spiritual integrity, Draupadi confronts her oppressors with unwavering defiance, passion, and bravery. Her capacity to challenge the objectification and commodification of women within society renders her an emblematic feminist figure. Her emergence unscathed from the ordeal of disrobing is attributed to her strishakti, or feminine power.

Arunima De's scholarly article states that in contemporary Indian subcontinent, *The Mahabharat* is the most well-known Hindu epic. It is not, technically speaking, a religious work, but the idea(s) it propagates about what makes up the appropriate gendered code of conduct still influences the beliefs and behaviors of most Hindus in India. The argument is that *The Mahabharat* legitimizes patriarchal codes that restrict and control women and their bodies in both the public and private spheres in modern Hindu society, and it also promotes a subservient position of women within their interpersonal relationships and the larger domain of society.

Jyoti Singh's scholarly pursuits also center on Draupadi, an iconic female protagonist from *The Mahabharat*, India's preeminent epic. Draupadi vehemently

denounces the immense suffering and injustices inflicted upon her, ultimately reshaping her own identity. Refusing to be relegated to the role of a passive object within a masculine narrative, she asserts her agency as a subject, thereby imbuing her existence with significance. Draupadi embodies resistance against the dominant male constructs of knowledge, authority, and glory through acts of subversion. In doing so, she challenges the pervasive commodification of women within society and rejects patriarchal discourses propagated by political, social, and intellectual forces.

Methodology

Theoretical Framework

This study employs feminist subversion theory to investigate Draupadi's character in *The Mahabharat*. Subversion theory, as defined by scholars such as Judith Butler, involves the strategic undermining of dominant power structures and ideologies (Butler 1990). This theoretical lens allows for an examination of how Draupadi's actions and narrative challenge and disrupt traditional patriarchal norms and gender roles. The use of subversion theory is crucial for understanding the nuanced ways in which Draupadi's character asserts agency within a patriarchal context.

Research Design

The research adopts a qualitative approach, specifically a textual analysis, to explore Draupadi's portrayal in *The Mahabharat*. This method involves a close reading of the text, focusing on key episodes that highlight her assertiveness, resilience, and resistance to injustice. By examining these instances, the study aims to uncover the underlying feminist themes and subversive elements present in Draupadi's narrative.

Data Collection

Primary data for this study consists of selected passages from *The Mahabharat* that depict significant moments in Draupadi's story, such as her disrobing and her polyandrous marriage. These passages are analyzed to identify patterns of behavior and dialogue that exemplify her feminist strength and subversion of gender norms. Secondary sources include scholarly articles and books that provide critical insights into Draupadi's character and the broader themes of feminism and subversion in Hindu literature (Mukherjee 2016; Chaudhary 2014; Chakravorty 2016).

Data Analysis

The data analysis involves coding the selected passages to identify recurring themes and motifs related to feminist strength, resilience, and subversion. Each instance of Draupadi's assertiveness and resistance is categorized and analyzed to understand how it contributes to the overall depiction of her as a feminist icon. The analysis also considers the cultural and historical context of *The Mahabharat*, as well as the symbolic significance of Draupadi's actions.

Ethical Considerations

Given that the study involves analyzing literary texts, ethical considerations primarily pertain to the respectful interpretation of cultural and religious narratives. The research aims to approach *The Mahabharat* with sensitivity, acknowledging its importance in Hindu culture and literature. Additionally, the study strives to avoid anachronistic interpretations by situating Draupadi's actions within the context of the epic's setting and the norms of its time.

Limitations of the Study

One limitation of this study is its reliance on textual analysis, which may be subjective and influenced by the researcher's interpretations. To mitigate this, the study incorporates multiple scholarly perspectives and critiques to provide a balanced and comprehensive analysis. Another limitation is the potential for cultural bias, which the researcher addresses by engaging with diverse scholarly sources and maintaining an awareness of the cultural context.

Discussion and Analysis

In Hindu society, mythological narratives retain relevance, yet contemporary shifts in cultural and educational paradigms are shedding light on the underlying ethos. The emergence of a void, synonymous with a diminishing spiritual and moral essence, is discerned, as elucidated by Devdutt Pattanaik's observation of transformative shifts over the past five decades. Notably, postmodernism has challenged Western scientific paradigms, revealing inherent biases within colonial discourse and prompting former colonies to assert equitable recognition for their cultural beliefs in an era dominated by political correctness.

Within Hinduism, Vishnu embodies esteemed virtues such as discipline, detachment, obedience, and justice, epitomizing nobility in his various incarnations. The epic Ramayana serves as a conduit for Vishnu's narrative, yet interpretations of his character vary depending on the lens through which the epic is perceived. When viewed as quasi-historical, Rama's portrayal transforms from a symbol of perfection to that of a mere monarch; conversely, in the realm of fiction, his spiritual magnificence is eclipsed, rendering him a product of imaginative creation. Recent years have witnessed a resurgence of the conflict between Rama's historical persona and his symbolic significance, particularly amid the politicization of Hindu nationalist agendas.

Mythological narratives, as literary embodiments of religious ideals and societal norms, wield considerable influence in shaping cultural identities and behavioral patterns. *The Mahabharat*, an ancient Indian epic, has undergone myriad reinterpretations across diverse media platforms, perpetuating patriarchal norms and narratives. From Kisari Mohan Ganguli's English translations to Devdutt Pattnaik's "Jaya," patriarchal constructs are subtly entrenched, with male protagonists dominating the narrative landscape. Moreover, societal preoccupations with skin fairness persist, exemplified by Draupadi's relentless pursuit of beauty enhancements, juxtaposed against her realization of the empowering allure of her inherent dark-skinned identity.

Lata Bhardwaj, in her research paper, "The Unheard Voice of Draupadi" ststes:

> The status of women and the feminine principle is presented keeping in mind the atrocities of not only Draupadi but everyday woman of present scenario. Feminine literature has been subject to many great changes over the past few years. With the help of the well-built characteristics of Draupadi, she has been shown as the woman who faces most pains and is the most sacrificing lady. She is a highly principled woman who forgives the murderer of her sons only because he is a brahmin. And she does not want his mother to face the same agony.

Central to Draupadi's evolving identity is her complex role as the wife of the five Pandava brothers, a fate sealed by Vyasa's decree. Vyasa's additional "virginity boon" exemplifies patriarchal impositions on female sexual autonomy, underscoring societal expectations of purity and piety. Despite societal constraints, Draupadi emerges as a formidable figure in political machinations, serving as a steadfast confidante to the Pandavas and defying conventional gender roles. Her assertive demeanor challenges entrenched notions of femininity, forging a distinct female identity that transcends societal expectations.

Draupadhi and Patriarchy

Within the prevailing patriarchal paradigm, Draupadi's portrayal within the epic narrative of *The Mahabharat* often fails to adequately acknowledge her significance, relegating her to a position of perceived inconsequence. Despite this, Draupadi emerges as a notably undervalued heroine within the epic, confronting challenges shared by female characters across both the Ramayana and *The Mahabharat*, wherein their autonomy is frequently subordinated. Chitra Banerjee articulates this sentiment eloquently, lamenting the portrayal of 'strong women' in these epics as enigmatic figures, whose thoughts and emotions are often deemed inscrutable until they make the ultimate sacrifice for the male heroes, thereby relegating their roles to secondary status within familial hierarchies.

In a milieu dominated by masculine authority and patronymic norms, Draupadi occupies an exceptional position, characterized by her solitary demeanor and the catalyst she becomes for a tumultuous confrontation among men. Her predicament reaches a climax when her eldest spouse, Yudhishthira, stakes her in a game of dice, inadvertently placing her at the mercy of fate. Despite her assertive disposition, Draupadi's loyalty to her five brothers remains unwavering, a loyalty that, according to Alleyn Diesel, renders her a coveted and contentious figure, inciting internal conflict and societal discord.

Draupadi's ambiguous legal status further compounds her predicament, as she is paradoxically categorized as both a wife and a prostitute due to her multiple marital ties. This paradoxical categorization underscores male pride and dominance within the epic narrative, exemplified by Karna's public derogation of Draupadi. Yet, rather than succumbing to the brutal treatment she endures, Draupadi's resilience is emboldened, her experiences of adversity serving to fortify her resolve for justice and retribution.

Enduring humiliation, torment, and deprivation throughout her existence, Draupadi draws strength from her resilience, triumphing over masculine oppression and violence, thereby fostering communal healing. These experiences, as Diesel observes, epitomize the triumph of feminine strength, reaffirming Draupadi's unwavering resistance to male hegemony.

The narrative nuances of Draupadi's complex relationships underscore her subjugation within a system that regards women as mere possessions. Even within her matrimonial arrangement, Draupadi's agency is overshadowed by patriarchal dictates, exemplified by her exchange as a wager among her husbands. Moreover, her defiance of societal norms, as evidenced by her questioning of royal authority and marital propriety within the assembly, marks a significant departure from convention, constituting an act of

subversion unparalleled in her time. As Das contends, Draupadi's audacity to challenge male-dominated structures in the Sabha court epitomizes a radical departure from the norm, confronting entrenched injustices head-on.

Conclusion

The selected literary works have garnered significant commercial success within contemporary Indian English literature, evidenced by their widespread distribution and translation into regional languages. Their portrayal of marginalized voices within *The Mahabharat* has captivated the attention of contemporary culture, leading to their enduring influence within literary circles in India and beyond. This success marks a pivotal moment of societal transformation, wherein the narratives and experiences of women are not only acknowledged through journalistic or documentary means but also enshrined within the realm of historical fiction. This solidification of femininity as a potent and influential entity underscores a paradigm shift in societal perceptions.

These literary achievements empower women to challenge the patriarchal and phallocentric narratives perpetuated by both the epic itself and broader societal constructs. Through their narratives, women are afforded agency to rebel against entrenched norms and assert their individual voices. Consequently, these texts serve as poignant testaments to the resilience and determination of women in their ongoing struggle to articulate their identity and assert their rightful place within society. They stand as tangible embodiments of women's resistance and their relentless pursuit of self-expression and empowerment.

References

Alleyn Diesel. "Tales of Women's Suffering: Draupadi and Other Amman Goddesses as Role Models for Women." *Journal of Contemporary Religion*, vol. 17, no. 1, 2002, pp. 5-20. doi:10.1080/13537900120098138.

Basu, Ashoka. (2016b, August 30). Ramayana. Ancient history encyclopaedia. https://www.ancient.eu/The_ Ramayana/#:~:text=The%20Ramayana%20is%20an%20ancient,the%20twins%20Lava%20and%20Kush, last access 7 Jun 2024

Bhardwaj, Lata. "Feminism in The Mahabharat: The Unheard Voic of Dropadi*". IJRAR Volume* 7, Issue 20, 2020

Butler, Judith. Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity. Routledge, 1990.

Chakravorty, Spivak Gayatri. "Draupadi by Mahasweta Devi." *Critical Inquiry*, vol. 13, no. 2, 2016, pp. 267-270.

Das, Saptorshi. "Vyasa's: Draupadi: A Feminist Presentation." *International Journal of Gender and Women's Studies*, vol. 2, no. 2, 2014, pp. 223-231. doi:10.15640/ijgws.

De, Arunima. "Unmuting and reinterpreting the Mahabharata through feminist translation in The Palace of Illusions*".. Parallels* Vol. 24 No 1, 2022

Guin, Madhuri. "Draupadi, the Woman: Femininity and Feminism's Epitome." [Online]. Available: http://www.dollsofindia.com/Draupadi.htm. Accessed March 24, 2016.

Gupte, Shruti, "A Feminist Perspective on Mahabharata". *Word Mothers for Women Writers*. 2020. Retrived From: https://wordmothers.com/2020/11/05/mahabharatee-a-feminist-perspective-on-mahabharata-guest-post-by-shruti-hajirnis-gupte/

Motswapong, Pulane Elizabeth. "Understanding Draupadi as a Paragon of Gender and Resistance." *Stellenbosch Theological Journal*, vol. 3, no. 2, 2017, pp. 477-492. https://doi.org/10.17570/stj.2017.v3n2.a22.

Mukherjee, Supriya. Feminism in the Mahabharata: Reading Draupadi. Oxford University Press, 2016.

Pattanaik, Devedutta. *Jaya: An Illustrated Retelling of the Mahabharata*. New Delhi: Penguin, 2010.

Pattanaik, Devdutta. *Simon & Schuster Indian Mythology*. Simon & Schuster, 2003.

Rajagopalachari, C. *Mahabharata*. New Delhi: Auromene Publishers, 1979.

Spivak, Gayatri Chakravorty. “Draupadi” by Mahasveta Devi." *Critical Inquiry*, vol. 8, no. 2, 1981,pp. 381–402.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): ADHIKARY, Ramesh Prasad Archetypal Representation of “Draupadi” in *The Mahabharat*: A Feminist Inquiry into the Hindu Myth. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.169-178, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Adhikary, Ramesh Prasad. (out. 2024). Archetypal Representation of “Draupadi” in *The Mahabharat*: A Feminist Inquiry into the Hindu Myth. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 169-178.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.179-196 | 2024.

José Carlos Schwarz: a sua escrita literária após a independência da Guiné-Bissau

Bernardo Alexandre Intipe *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-5613-9667

RESUMO
Este artigo tem por objetivo descrever e interpretar os significados dos escritos de José Carlos Schwarz na fase pós-independência e, também, entender o papel que a língua guineense desempenhou na criação dessas escritas. De modo igual, propõe-se compreender as suas contribuições no seio social guineense, tal como elas ajudam a ampliar a cosmovisão do povo à nível político-social e, sobretudo, em possibilitá-lo a se engajar em (re)criar e alavancar a esperança de um futuro jovial, harmônico e aglutinador. Este trabalho indicou que essas características são as marcas bem pontuadas em suas poesias e, principalmente, que elas reforçam, de modo geral, a ideia filantrópica à nação guineense, pois em suas poesias, que, posteriormente, foram musicalizadas com vista a permitir a classe não escolarizada a ter acesso ao entendimento dos conteúdos que elas difundem, assuntos esses que retratam as ocorrências locais, sobretudo na (re)construção da identidade guineense. Portanto, o desenvolvimento desse trabalho ocorreu a partir das leituras de outros textos, e não só, mas, também, partindo-se de premissa endógena que sustentou na interpretação de suas escritas. Conclui-se, ainda, que as escritas de Schwarz cooperaram significativamente em (trans)formação identitária guineense e em progressão do imaginário literário guineense, singularmente, em subsidiar a disseminação da cultura do país.

PALAVRAS-CHAVE
Guiné-Bissau; José Carlos Schwarz; Suas Escritas; Língua guineense

José Carlos Schwarz: his literary writing after independence in Guinea-Bissau

ABSTRACT
This article aims to describe and interpret the meanings of José Carlos Schwarz's writing in the post-independence period. The research sought to understand the role that the Guinean language developed in the creation of these writings. Equally, we also aim to comprehend their advances in the Guinean social cicle, as they help to amplify the cosmovision of people to a social-political level, and, especially, to make it possible to engage in (re)creating and increasing the hope for young people, harmonic and agglutinated. This paper indicated that those characteristics are insights pointed out in his poetry, and mainly they reinforce, in a general way, the philanthropist idea to the Guinean nation. That is because in his poetry, later musicalized in a way to allow the non-high-instructed folk to have access to understand the content that they diffuse. Those subjects portray local occurrences, from an endogenous premise that sustained the interpretation of his writings. In conclusion, Schwarz's writings cooperated significantly in the Guinean identity (trans)formation and in the Guinean literary-imaginary progression, singularly in sustaining the dissemination of this country's culture.

KEYWORDS
Guinee-Bissau; José Carlos Schwarz; Writings; Guinean language

* Graduado em Letras e Língua Portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Mestre em Linguagem, cultura e Sociedade pela Universidade Federal de Lavras, Doutorando em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina. É crítico literário e pesquisador.

José Carlos Schwarz: si skrita literária dipus di independensia di Guiné-Bissau

RESUMU
E artigu tene suma objetivu mostra i sklarisi signifikadus di skritas di José Carlos Schwarz dipus di indipendensia, i tambê ntindi papel ku lingu guineense dizimpenha na si skritas. Di mesmu manera, es tarbadju buska ntindi kontribuisons dês skritas na tchon guineense, suma tambê ntindi kuma ku e djuda na aumenta manera di odja di povu a nível polítiku-social i tambê kuma ki djuda es povu na ingaja na kria, i na promovi speransa di un futuru alegre, di ermondadi i di union. E tarbadju mostra kuma ku es karakteristikas e sta mostradu na poesias di Schwarz, prinsipalmenti, e ta reforsa ideia humanitária a nason guineense, pabia na si poesias, ku dipus e bin sedu musikalizadu ku objetivu di pirmiti pa djintis ku ka studa pa e tene ntindimentu di konteudus ku poesias divulga, e assuntos e ta fala di akontisimentus di país, ou seja, di (re)konstruson di identidade guineense. Pabia dês, disinvolvimentu dês tarbadju i akontisi a partir di leituras di textos, não so, mas tambê nô parti di kunhisimentu/spriênsia lokal ku djuda na interpretason di skritas di autor. Pa kabanta,skritas di José Carlos djuda na (trans)formason identitária guineense i na disinvolvimentu di imaginário literáriu guineense, partikularmenti na kontibuison di spalha kultura di país.

PALABRAS-TCHABI
José Carlos Schwarz; Suas Escritas; Língua guineense

1. Palavras iniciais

Dado ao contexto em que este artigo é produzido, acreditamos que é preciso, pelo menos, apresentar um pequeno panorama sociolinguístico, histórico e cultural da Guiné-Bissau, à qual esse trabalho se refere. Por isso, é importante salientar que esse país, territorialmente, é bem pequeno e com uma série de problemas políticos que contribuem, drasticamente, para o retrocesso econômico, o que acaba afetando a população e, consequentemente, tornando-a mais indigente. O país conta com 36.125 km², fazendo fronteira a norte do território com Senegal e a leste e sul com Guiné Conacri. Assim, no que tange aos grupos étnicos, a Guiné-Bissau tem entre 27 a 40 etnias (Benzinho; Rosa, 2015), as quais caracterizam linguisticamente o país. Entretanto, há duas outras línguas que não se enquadram na categoria de línguas étnicas: o guineense*, a língua mais falada e mais conhecida pelo povo, e o português, como a única língua oficial e exclusiva de ensino em Guiné-Bissau (Namone; Timbane, 2017).

Esta pesquisa reconheceu a necessidade não só de participar da difusão da literatura guineense, mas também de demonstrar, na pessoa de José Carlos Schwarz, como a literatura guineense tem contribuído (e ainda contribui) socialmente na

* Usamos a designação *Guineense*, ao invés do termo "crioulo", nomenclatura essa que os europeus atribuíram à língua que nasce em contato, com vista a menosprezá-la e caracterizá-la como a língua deficiente, isto é, incompleta. O termo "guineense" ainda não se afirmou, porém, ainda se encontra em discussão. No entanto, para não se conformar com a ideologia colonialista imposta pelos europeus, resolvemos ir em contramão com o que o pensam da nossa língua e, portanto, concordamos em deixar o termo guineense ao invés do "crioulo". Vale ressaltar que, o primeiro estudioso a usar o termo guineense foi o Cônego Marcelino Marques de Barros, em 1897, afirma Scantamburlo (2013) (Intipe, 2021).

(trans)formação da identidade nacional e na cultura local. Por vezes, quando se trata da literatura, na Guiné-Bissau, pensa-se que ela é muito recente (Intipe, 2022), pelo contrário, desde meados de 1882, Marcelino Marquês de Barros divulgou os poemas e canções em língua guineense; em 1900, publicou a *"*Literatura dos Negros*"*, na qual foram escritas, em guineense, as histórias e canções tradicionais de algumas etnias, em molde literário (Augel, 2000). De igual modo, a partir das décadas de cinquenta a sessenta, havia publicações literárias, como, por exemplo, "Amor e trabalho", primeiro conto publicado em 1952 e escrito pelo autor guineense James Pinto Bull, no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, (1952). Publicou-se, também, o primeiro livro de poemas guineense, "Poemas", de Carlos Semedo, em Bolama, através da Imprensa Nacional, em 1963. Além desses, em 1994, foi publicado o primeiro romance, "Eterna Paixão", de Abdulai Silá, pela Ku Si Mon Editora, em Bissau, bem como apontou Couto (2008). Não podemos esquecer, ainda, da primeira antologia publicada na Guiné-Bissau, "Poilão" (1973), que não possui nenhum poema em guineense. A segunda, "Mantenhas para quem luta" (1977), contém dois poemas (de 51) de José Carlos Schwarz, sendo eles, "*Cal coldade de amanhã, Maria*" e "*Quebur nobu*" (nova colheita). Todas essas produções visam demonstrar (in)diretamente as relações sociais vividas naquele momento, as quais, consequentemente, podem ser vivenciadas atualmente, principalmente para aprendermos com os ensinamentos que essas obras deixaram. Quanto às produções científicas relacionadas a áreas da literatura, singularmente a essa que a pesquisa está direcionada, há poucas referências bibliográficas e isso demonstra, parcialmente, a escassez no que concerne às publicações correlacionadas à essa temática.

Portanto, acredita-se que o uso da língua guineense na literatura nacional é muito importante não só no sentido de possibilitar ao povo sentir-se acolhido e representado, mas, também, ser uma forma de afirmação, isto é, uma identidade. Em vista disso, ao considerarmos que a língua transcende simples comunicação e pode ser considerada como um modo de estabelecer uma relação social, percebemos, então, que a sua utilidade na literatura guineense é necessária e essencial, principalmente na construção de um ambiente mais fraterno e harmonioso.

Por este meio, esse trabalho tem como objetivo geral, projetar e explicar as escritas[†] de Schwarz após a independência, bem como demonstrar quais as suas contribuições em emancipar a percepção literária e político-social do povo guineense e,

[†] Escrita, neste artigo, é entendida como a poesia e, vice-versa. Compreendemos a escrita como uma linguagem macro e, sobretudo, não pretendemos repetir uma mesma linguagem para não tornar a leitura entediante.

por outro lado, compreender o papel que a língua guineense desempenhou em suas escritas. Busca-se, também, depreender como essas escritas possibilitaram ampliar a visão do povo guineense face ao contexto em que estão inseridas. Para tanto, a progressão desse artigo ocorreu tanto por meio de leituras de trabalhos publicados como partindo da experiência que sustentam em enriquecer essa pesquisa. Ademais, escolhemos três poesias: *Bu djubin* (1973), *Fidjus di Guiné* (1974), *Apili* (1974), de Schwarz, que serviram de base para a discussão desta pesquisa. Cabe ressaltar, ainda, que, na Guiné-Bissau, não encontramos trabalho voltado à interpretação das escritas desse autor. Devido a isso, reconhecemos a importância de trazer à tona essa temática a fim de demonstrar o papel que ela desempenha na (re)construção identitária guineense.

Este trabalho está subdivido em sete partes, tendo como a primeira, as palavras iniciais que, concisamente, explicam o artigo. Na segunda parte, falamos acerca de língua guineense como expressão cultural e identitária na Guiné-Bissau. Na terceira, discutimos o guineense e a subalternidade para compreender o status da língua guineense (em relação à língua portuguesa) dentro do país e a sua representatividade ao povo no dia a dia. Na quarta seção, abordamos sobre o papel que a língua guineense desempenha nas escritas de Schwarz, uma vez que ela é a língua da unidade entre a diversidade cultural existente em Guiné-Bissau. A quinta parte diz respeito às questões relacionadas a distintas épocas de produção de José Carlos Schwarz e, de igual modo, busca apontar os sentimentos que esse autor tem em relação ao país, Guiné-Bissau. Por fim, discutimos as escritas de José Carlos Schwarz na (re)construção identitária guineense, compreendendo, isocronicamente, a sua contribuição no que tange à (trans)formação social do país.

2. Guineense como expressão cultural e identitária

O guineense é uma língua de base lexical portuguesa, que, como qualquer outra língua, possui seus léxicos próprios, o que lhe confere característica de ser uma língua completa. Segundo Embaló (2008), o guineense surgiu através do contato português com as línguas africanas (étnicas) e isso possibilitou a comunicação entre os próprios povos da Guiné-Bissau.

Com base nisso, consideramos a língua uma ferramenta usada pelo ser humano para estabelecer o elo com o meio em que ele está inserido, com vista a criar as possibilidades de manter uma convivência mais amena na (trans)formação da organização social e na integração do povo. Pois guineense, enquanto um instrumento

que se enquadra nesse parâmetro, pode ser outorgado de língua de manifestação de expressão cultural e identitária do país.

O guineense, enquanto uma expressão cultural e identitária, até o presente, carece da normatização da escrita e a sua grafia ainda não é unificada. No entanto, a sua utilidade é bem trivial, como pontuamos nas colocações iniciais deste artigo. Há, também, muitas publicações em guineense, nas mais variadas áreas, compreendendo os trabalhos da tradição oral ou publicações de caráter religioso‡. Ainda assim, essas publicações são vistas nos folhetos informativos que visam sensibilizar o povo a se engajar em combater as diversas doenças, tais como: malária, AIDS, paludismo, cólera, etc. Similarmente, as escritas em guineense também são vistas nos folhetos de propaganda de cunho eleitoral, com o objetivo de fazer passar a informação e, principalmente, satisfazer o interesse político de quem as publica (Augel, 2000).

Ainda assim, o guineense adentrou em diversos contextos e é muito fundamental em todo o território nacional, pois é por meio dele que o imaginário da tradição oral é contado, como corroboram distintos trabalhos§. Conforme nos lembra Embaló (2008), a escrita do guineense é pouco disseminada, porém, essa língua já foi utilizada (e ainda é) em várias áreas, sobretudo no campo literário (poesias). De igual modo, o impacto dessa língua é visto até nas publicações literárias feitas em língua portuguesa, como, por exemplo, no emblemático romance “A última tragédia”, de Abdulai Sila. Nessa obra, as marcas guineenses aparecem para patentear o quão rica essa língua é, e para propositalmente assegurar aquela doçura de sua própria língua. Além disso, no campo da escrita, a repercussão do guineense é essencial em virtude de os escritores (poetas) utilizarem-se dela para estabelecer suas criatividades literárias e, assim, arquitetarem o êxtase cultural e identitário ao povo.

No contexto identitário, o guineense serviu e ainda serve de língua de unidade e de identidade nacional, visto que consegue conciliar a diversidade linguística existente no país. Conforme lembra Embaló (2008), o guineense teria ganhado o *status* da língua de unidade nacional após a independência do país e, com isso, apoderou-se de múltiplos espaços que até então eram limitados aos portugueses, como, por exemplo, a rádio nacional.

‡ Há versões da bíblia dos evangélicos e dos católicos em língua guineense. Acredita-se que elas são traduzidas nessa língua para melhor facilitar a compreensão dos seus fiéis, dado que é a língua mais falada no território guineense.

§ “*Lubu ku lebri ku mortu i utrus storya di Guiné-Bissau* (1988) de Augusto Pereira*; N’ sta li n’ sta la*, livro de adivinhas (1979a), *Junbai* e *Uori. Stories* de lama e philosophia de Teresa Montenegro e Carlos de Morais” (Embaló, 2008, p.104).

Porém, atualmente, ou melhor, desde muito tempo, sabe-se que essa língua tem ocupado variados espaços, inclusive o escolar, onde o seu uso é proibido. Lá, ela é usada como ferramenta de expressão identitária e de conforto aos que se deparam com a dificuldade em falar o português. Quando se trata de guineense como a língua da identidade nacional, pressupõe-se, necessariamente, a sua dimensão representativa ao povo, já que essa língua, desde os primórdios da luta para a libertação do jugo colonial, serviu de arma aos combatentes de diferentes grupos étnicos, tornando-os, assim, mais unidos e quebrando toda a margem de diferença linguística que havia existido. A partir da sua afirmação como língua de unidade nacional, fez-se, dela, instrumento de manifestações culturais, as quais são vistas em múltiplas criatividades, dentre elas, nas músicas, nas poesias, nas artes etc. Na seção posterior, discutiremos sobre a língua guineense e a subalternidade da Guiné-Bissau.

3. O guineense e a subalternidade

Na Guiné-Bissau, sabe-se que o guineense é uma língua fundamental na convivência e na progressão cultural local. Mas ele, enquanto uma língua sem escrita unificada e, principalmente, que surgiu por meio do contato entre os colonizadores e os colonizados, continua a ocupar um espaço de subalternidade em relação à língua oficial, o português. Por isso, não se pode tratar do papel da língua guineense sem frisar seu *status* no próprio país onde ela é mais falada pela população e é a língua mais conhecida entre todo o povo existente no território nacional.

Desde os anos vinte do século XX, o guineense começou a ser tachado pelas autoridades coloniais, o que não só impossibilitou seus falantes de utilizá-la como também impediram o uso das línguas étnicas (Embaló, 2008). Portanto, a língua guineense, na época precedente à luta armada, tornou-se a língua de convergência aos antigos combatentes e, no entanto, os colonizadores a consideravam como a língua de insurreição, principalmente dos incivilizados. Para aqueles, a língua mais conveniente e mais completa, era, sem dúvidas, a língua portuguesa. Segundo Embaló (2008), na sua concepção dos colonizadores, a língua portuguesa era a língua dos civilizados, e, portanto, quem a falasse (no caso, o português) era tido como civilizado, enquanto quem optasse pelo guineense era julgado como não civilizado.

A língua guineense ainda é alvo desse dilema desde aquela época até os dias atuais, rastro que pode ser visto na Guiné-Bissau, pois muitos de seus falantes a consideram uma língua menos importante em relação ao português, que é a língua de

prestígio do colonizador. Acreditamos que isso é uma mera reprodução da narrativa colonial embutida na mente de grande parte da população guineense e que urge ser erradicada por meio do ensino e da conscientização social.

O guineense, sendo a língua de maior expressão em todo o país, em diversos setores de convivência, começando nos seios familiares (sobretudo na capital e nas cidades interioranas), nas feiras, nas rádios etc., é de extrema importância, sobretudo para estabelecer o laço da unidade nacional, embora seu uso seja impedido no contexto escolar, fato que nega a identidade dos alunos e os coloca em um estado de silenciamento. Em contrapartida à época pós-independência, usando dessa língua como ferramenta para a transmissão de conteúdo para toda a nação guineense, ainda que a sua utilização fosse proibida, Schwarz decidiu quebrar as barreiras para, então, fazer suas poesias, por meio de suas canções, chegarem até aos lugares mais recônditos de todo o país.

Em suma, percebeu-se que a língua guineense, mesmo sendo a língua mais falada em Guiné-Bissau, continua ocupando um espaço de desprestígio em relação ao português, ou seja, nesse território, o português é a única língua oficial e a de ensino no país, deixando de lado a língua mais conhecida em todo o território nacional. Ainda assim, o guineense, mesmo não sendo reconhecido e tendo seu *status* não simétrico em relação ao português, permanece desempenhando a função preponderante naquela sociedade, tornando a diversidade uma unidade linguística (Intipe, 2021). Na seção a seguir, refletiremos acerca do papel da língua guineense nas escritas de José Carlos Schwarz.

4. Papel da língua guineense nas escritas de José Carlos Schwarz

Tratando-se de um país multilíngue, onde a sociedade é constituída por diversos grupos étnicos e cada um tem sua própria língua e cultura, e tendo o guineense como a língua de unidade e da diversidade cultural, de certo modo, fez-se com que essa língua não pertença a nenhum grupo étnico do país. Isso porque cada um dos grupos possui sua língua particular, diferentemente da guineense, que serve de utilidade de todos os grupos étnicos. Desse modo, como o guineense tem a responsabilidade de unir as distintas comunidades do país, ele passou a exercer a função da unidade nacional na Guiné-Bissau. Nesse sentido,

> A língua é um instrumento de poder na nossa relação com o outro; por meio dela podemos ser mentalmente colonizados e manipulados, mas podemos também, junto com o outro, tentar construir um mundo melhor, mais fraternal e solidário (Leffa, 2016, p. 41).

Trouxemos, até aqui, a ideia mais holística da língua e, acreditamos, justamente que, com a língua, pode-se construir um ambiente prazível ou não, pois o seu significado transcende a comunicação, como visto, com ela, consegue-se estabelecer uma relação harmoniosa e revolucionária, com vista a proporcionar um bem coletivo e simétrico à determinada comunidade ou território (Intipe, 2021).

Portanto, acredita-se que o papel da língua guineense nas escritas de José Carlos é essencial, visto que, além de possibilitar o entendimento entre a diversidade étnica existente no país, ela também é um modo de reconhecimento, autoafirmação e, sobretudo, de representatividade cultural. Naquela época, as obras eram escritas, comumente, em português, e, havendo a necessidade de fazer passar as informações e produções literárias para considerável parte da população, a escrita tinha que se dar em uma língua que atendesse grande parte de população local, isto é, em guineense. Por esse motivo, Schwarz compunha a maioria de suas escritas em guineense visando possibilitar a compreensão do povo da Guiné-Bissau. E, na altura, muitas pessoas não foram escolarizadas ao ponto de ler em guineense, resolveu-se, então, musicalizar aquelas escritas em guineense com o objetivo de atingir a massa populacional e fazê-la perceber do que se tratam as suas escritas (Intipe, 2020).

Assim, percebeu-se que a língua guineense assumiu um papel preponderante nas produções literárias de Schwarz, não só no sentido de identidade, mas também em ensejar uma convergência nacional no que concerne a criar uma consciência coletiva em benefício do próprio país que havia saído de um contexto conturbado em busca de progressão político-social. Trataremos, na seção a seguir, sobre os períodos de produção de José Carlos Schwarz, os quais são marcantes não só em dividir as épocas de criação literária, como também em nos possibilitar compreender o contexto local e as ocorrências que aconteciam na Guiné-Bissau.

5. A divisão periódica de produções de José Carlos Schwarz

José Carlos Schwarz, enquanto músico e compositor, apresenta suas escritas enlaçadas ao compromisso e ao desenvolvimento do país. Além de simbolizar a ideia de unidade nacional e a compreensão social da Guiné-Bissau, elas representam uma ideologia filantrópica à nação guineense, motivo pelo qual Dutra (2012) salienta que suas produções, essencialmente entre as décadas de 1970 e 1977, representam fielmente as temáticas correlacionadas ao amor, à mulher, à criança, à vida campestre, à política e à sociedade. A respeito desses cinco pressupostos, observe-se a figura abaixo.

Figura 1 – Temáticas de suas escritas

Fonte: autor.

Vale destacar que o amor do qual Schwarz se refere não se limita apenas ao amor romântico, longe disso, trata-se especialmente de empatia, de colocar-se no lugar do outro, de entregar a vida em prol da progressão do país, expressar o sentimento (seja ele melancólico ou não) mesmo que custe o sacrifício, mas que vise, sobretudo, lutar a fim de proporcionar um futuro risonho ao país. Futuro esse que se distancia da corrupção vivenciada na época, o que possibilita a oportunidade às mulheres[**] desdenhadas, com vista a ter uma sociedade mais justa e unida.

De igual modo, o amor à criança, de certa forma, pressupõe acreditar em uma geração futura, a qual viu o país engatinhando e não pode dar a sua contribuição. Criança, por outro lado, deixa-se ser traduzida por uma geração madura que assume a responsabilidade que não tinha, mas que se vê engajada face aos desafios enfrentados, visando alavancar a construção da sociedade harmoniosa que tira o país do retrocesso e do limbo da pobreza (Intipe, 2021).

Ademais, amor à vida campestre se trata de incentivar os agricultores e, principalmente, o governo a voltar seu olhar e interesse em apoiar e valorizar o trabalho do campo, já que o país era sustentado, na época, por meio de atividades do campo, isto é, do lavor. Em vista disso, era necessário esse incentivo, dado que o povo depende muito dessa prática para se alimentar (Intipe, 2021).

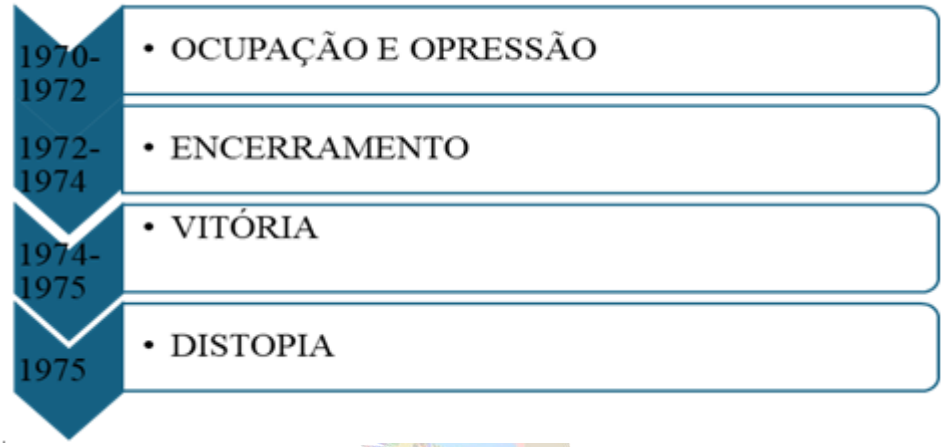
Por fim, amor à política e sociedade, ambas indissociáveis, porém, aquela só existe por causa desta. O amor sobre o qual Schwarz endossa, configura-se em ver o país distante da corrupção, motivo pelo qual, em algumas produções, ele faz muita crítica à distopia praticada pelos políticos. A distopia, nesse caso, trata-se da quebra do elucubrado, dos ideais pelos quais lutaram para tornar a Guiné-Bissau independente e que os próprios governantes nativos querem corromper por interesses pessoais e não do

[**] A figura mulher carrega um símbolo muito denso, às vezes, Schwarz traz essa simbolização para tratar de esperança, persistência, união e, em especial, trazê-la em representação do próprio país, Guiné-Bissau.

povo. Amor à sociedade diz respeito a estabelecer uma ordem social, justiça, oportunidade a toda população sem que haja juízo de valor, visto que todos os filhos da Guiné-Bissau são iguais e não querem ser tratados com indiferença (Intipe, 2021).

Entretanto, por mais que Schwarz mostre seu interesse em diversas vertentes temáticas, ele pensou e planejou suas produções em épocas diferentes levando em consideração as ocorrências que o motivavam para tal fazer. Portanto, conforme Dutra (2012), as produções de José Carlos se dividiram em quatro períodos, a saber:

Figura 2 – Divisão periódica das escritas de Schwarz.



Fonte: autor

Em consonância ao quadro ilustrativo, no primeiro período, entre 1970-1972, as suas produções se relacionaram, especialmente, às questões revolucionárias, isto é, as que visavam incentivar críticas contra a ocupação e a opressão colonial. No segundo período, suas obras buscavam atenuar a questão anterior, uma vez que aquelas ocorrências deixaram de existir, ou seja, desapareceram. No terceiro período, suas composições dizem respeito ao novo contexto (Guiné-Bissau independente), trata-se de abalizar o mundo novo, diferentemente do anterior, isto é, um mundo independente com uma visão diferencial. Por último, o quarto período visa criticar os governantes por se desviarem dos propósitos pelos quais lutaram durante onze anos em prol de expulsar o regime opressor colonial português no país. Essa crítica é direcionada aos políticos que não pretendem defender o interesse comum e que se deixam alienar pelas ideologias que não emancipam o país, mas, sim, colocam-no em estado de retrocesso. Na seção a seguir, discutiremos e interpretaremos alguns trechos de escritas de José Carlos Schwarz na época pós-independência na Guiné-Bissau.

6. As escritas de José Carlos Schwarz na (re)construção identitária guineense

Na perspectiva de Bosi (2000, p. 23), a poesia: "[...] exibe todas as estruturas diferenciais da série fonológica, da morfologia, de sintaxe (atribuição, predicação...). Falar significa colher e escolher perfis da experiência, recortá-los, transpô-los, e arrumá-los em uma sequência fono-semântica".

Com base na perspectiva de atribuição de sentido, as escritas/poesias de Schwarz, após a independência, marcaram(am) significativamente aquela geração, não só no sentido de elucubrar o presente, mas também na tentativa de resgatar o passado melancólico que havia acontecido durante o período colonial na Guiné-Bissau. Além disso, suas escritas são vistas nas mais variadas temáticas que versam acerca do momento em que o país se encontrava, sendo que elas tratavam de não sucumbir aos atos que iam em contramão à democracia e prezavam pela igualdade, justiça, liberdade e progressão político-social.

Em seu álbum intitulado, **Djiu di galinha**, escrito em 1973, José Carlos compôs o poema **Bu djubin**, coincidentemente musicalizado por ele e que traz consigo uma marca histórica do passado acabrunhado e indesejado. A obra **Bu djubin** Quando Olhaste para mim, como traduziu Augel (1997), trata exatamente daquele enredo orquestrado por Schwarz, que influenciou seus colegas para atacar algumas partes de cidade, Bissau, ainda na época colonial, o que, consequentemente, resultou-se em sua prisão, em Djiu de Galinha. Essa obra refere-se, indubitavelmente, ao resgate memorável do silenciamento causado pela administração colonial face à detenção dos três elementos do agrupamento Cobiana Djazz. A sua escrita/poema é, também, dotada de linguagens figurativas, ou seja, ela transcende a literalidade escrita e provoca, sobretudo, que os seus leitores pensem e conheçam o contexto histórico para melhor ter o entendimento a respeito das ocorrências transmitidas por meio de sua escrita. Nessa obra, ***Bu djubin***, Schwarz começou com a descrição fisionômica do indivíduo com quem ele se encontrava no momento e, simultaneamente, comparou os olhares dessa pessoa com o poço, bem como se pode constatar:

"Bu djubin"

Bu djubin...
N odja bu udjus
suma dus fonti
fonti di dur
Na sai iagu
n odja bu pena
pena di alma

sufrimentu di kurpu

N odja mon di pekadur
riba di bu karna
i na masa no diritu

N fala na ña sintidu
sufri, sufri, sufri/
djitu ka tem
i es ki luta di no tera (Augel, 1997, p.67).

A ideia apresentada nessa escrita, de certo modo, traz uma denúncia contra a ação truculenta ocorrida naquele momento, ato esse que envolve não só o sentimento de dor, mas tenta demonstrar a resistência diante da angústia à procura de uma esperança que esses jovens acreditam ser promissora lutar. Além disso, Schwarz pressupõe que vale a pena sofrer por uma utopia que, doravante, ocasiona um futuro auspicioso ao território guineense, mesmo que, "N odja mon di pekadur††/ riba di bu karna" (Augel, 1997, p. 67), privando-os de manifestarem seus direitos como cidadãos nativos do próprio país. Todavia, ainda assim, era necessário mobilizar a ação que conduzisse o país a conquistar a liberdade e a independência. O poeta Schwarz atribui significados com uma capacidade peculiar, isso vai ao encontro do que Bosi (2000, p. 140) afirma, dizendo que "o poeta é o doador do sentido", pois ele (porta) detém de toda a liberdade e autoridade de o fazer.

Por isso, José Carlos reforça a expressão melancólica por ter comparado as lágrimas que brotam aos olhos de seu companheiro com o poço que trasborda de água "Bu djubin, n odja bu udjus, suma dus fonti, fonti di dur, Na sai iagu," (Augel, 1997, p. 67). A linguagem utilizada aqui não se deixa ser traduzida pela simples estrutura da palavra e nem pelo sentimento tristonho que acontecia no momento, mas, sim, pela crença nos valores aos quais esse conjunto de jovens julgam ser necessários entregar a sua juventude para ter uma Guiné-Bissau livre das mãos dos opressores. Isto significa lutar por um país que amanhã seus filhos terão um horizonte que não se encontre ao limbo das rédeas coloniais e que incite o povo guineense a abandonar a sua cultura e adotar a deles, cultura essa que aparta da realidade social e cultural do povo nativo. Por isso que o **eu lírico** aconselhou o colega dizendo-o "sufri, sufri, sufi/djitu ka tem/ i es ki luta di no tera" (Augel, 1997, p. 67), por ter acreditado no que é certo, lutar pela Guiné-Bissau. Afinal de contas, "A poesia vista como uma técnica autônoma da linguagem, posta à parte das outras técnicas, e bastando-se a si mesma [...]" (Bosi, 2000, p. 147).

†† A tradução dos excertos aqui elencadas são feitas por Augel (1997). As letras em guineense também são tiradas em sua obra.

Podemos, a partir disso, inferir que, a obra **Bu djubin,** de Schwarz, não se trata apenas de apresentar as ocorrências de maneira literal, mas, também, de transcendê-las, em busca de concretizar o elucubrado, de realizar a aspiração planejada e, sobretudo, de lutar pelo interesse coletivo, isto é, libertar a Guiné-Bissau do jugo e da opressão colonial portuguesa. Ademais, trata-se de tornar o país um molde, visando perpetuar e construir a Unidade Nacional em todo o seu território.

A escrita/poema de Schwarz publicada em 1974, **Fidjus di Guiné** (Filhos de Guiné), como traduziu Augel (1997), dedica-se, literalmente, em assinalar sobre os dez filhos de uma mãe, conforme o eu lírico trouxe nesse poema. Nessa obra, percebemos que a produção de Schwarz ultrapassa a literalidade gráfica e nos possibilita, sobretudo, inferir sobre as diversas possibilidades de explicá-la. Portanto,

> “Fidjus di Guiné”
>
> Na no mamendadi
> anos i des ki no mam padi
> sinku na kada bariga
> kada kin ku si maña
> kada kin ku si manera
> ma anos tudu i djemia
>
> Fidjus di Guiné
> des boka na un mama
> nin ki mundu kinti
> *tudu tarda ki na tarda*
> na no lado na firia (Augel, 1997, p. 77).

Schwarz traz à tona essa letra dúbia, pois nos permite entendê-la de maneira simples, mas, ao mesmo tempo, complexa. É importante salientar que a escrita desse poema ocorreu depois da independência na Guiné-Bissau, no momento de afirmação da identidade nacional, ou seja, da coesão social para o desenvolvimento do então país que saiu do limbo da opressão colonial portuguesa. Compreender as poesias de José Carlos requer conhecer, principalmente, a história e o contexto da época em que ele vivia. Aliás, na concepção de Bosi (2000, p. 120) “O tempo histórico é sempre plural: são várias as temporalidades em que vive a consciência do poeta e que, por certo, atuam eficazmente na rede de conotações do seu discurso”, circunstância essa que faz o autor assumir a construção de sua autonomia escrita, como fez Schwarz em suas poesias.

Portanto, o eu lírico fez uma comparação de dois polos, ou seja, da população que vive no centro (na capital) e da população do interior do país. Por esse motivo, a obra

"Fidjus di Guiné" pode ser classificada em duas épocas diferentes: antes e pós-independência. Schwarz afirma que "Na no mamendadi/anos i des ki no mame padi" (Augel, 1997, p. 77), o que, de certa forma, pressupõe que o autor colocou a mãe, primeiramente, como o centro dessa obra, mostrando a quantidade de irmãos e, especialmente, "kada kin ku si maña/kada kin ku si manera" (Augel, 1997, p. 77). A mãe, nesse contexto, representa a Guiné-Bissau. E, mesmo havendo as diferenças nas mais variadas formas de convivência, retrata não só o modo de pensar e de agir, mas também o de entender o país recém-independente que caminha em busca de uma (re)construção identitária aprazível. Ainda assim, na perspectiva de Schwarz, era necessário que os filhos compreendessem essas diferenças, especialmente que são filhos da mesma mãe.

Também, na segunda observação, a obra pode ser traduzida pelo simples fato de haver desunião ou dissemelhança entre as comunidades, ou seja, entre a capital e as zonas interioranas. Isso leva, de certa forma, o eu lírico a aconselhar o povo (comunidade rural e urbana), que, por mais que haja uma ocorrência no seio territorial entre ambas as partes, sempre haverá solução, afinal de contas, todos são filhos gêmeos da mesma mãe. Gêmeos, nesse caso, pressupõe aquela distinção de dois polos, área urbana e área rural. No entanto, infere-se que essa escrita de Schwarz pressupõe não só a ideia figurativa que visa propor o laço fraternal entre o povo guineense, mas, também, conjectura a harmonia e, em especial, simboliza a ideia da Unidade Nacional entre a dissemelhança social existente entre aqueles dois polos. Isso porque o próprio **eu lírico** mostrou que, independentemente de particularidade de cada um, todos são filhos da mesma mãe. Portanto, a sagacidade aplicada nessa escrita é invejável, pois ela nos permite compreender a noção de unidade nacional, a qual precisa ser construída e costurada nos momentos mais pungentes em busca do estabelecimento de uma coesão social ao povo da Guiné-Bissau.

Em contrapartida, o outro poema de Schwarz intitulado ***Apili*** *(1974)*, e por ele musicalizado, narra sobre o contexto que se vivia durante e após a independência na Guiné-Bissau, que consistia em buscar a convivência deleitante e coletiva do povo guineense por meio de uma ilustração figurativa que Schwarz expõe, singularmente, sobre um casal que vivia no interior do país, antes da independência. Os dois, posteriormente, com a evasão dos colonizadores, resolveram adentrar na capital para procurar um modo de vida diferente do anterior, como observado em

"Apili"

Apili, Apili, Apili

Son perto di si omi
Matchu, matchu garandi
Kombatenti di povo

Ma tugas ruma se kargu
Pa e riba se tera
Kombatentis entra prasa

Omi di Apili bai
Omi di Apili bai/I
I bai buska mindjer nobu
Ki sibi entra ki sibi sai

Apili fika el son
Ku si lembransa di kansera
Di fomi di foronta

Ma Apili ka bu larga bu kurpu
Bardadi di Partidu ka ta pirdi
Si ka na boka de mal tomadus! (Augel, 1997, p.93).

A retirada dos colonizadores portugueses da capital, Bissau, para seu país, fez com que os antigos combatentes adentraram na capital, e, consequentemente, “Omi di Apili bai/ i bai buska mindjer nobu/ ki sibi entra ki sibi sai/ Apili fika el son/ ku si lembransa di kansera/ di fomi di foronta” (Augel, 1997, p.93). Esse enredo discorre acerca de uma questão literal e tristonha que aconteceu na época, pois o marido deixa sua esposa na capital e procurar outra, esquecendo, assim, do passado construído com seu cônjuge. Essa metáfora remete ao passado que, após conquistado, foi abandonado.

A escrita de Schwarz carrega significado relacionado ao país e a um dado momento em que houve um incidente, isto é, o marido abandona sua esposa. No entanto, sua escrita sobrexcede a questão literal da palavra, uma vez que o abandono do marido trata de uma ruptura da utopia plasmada pelos antigos combatentes, desvio do elucubrado, assimilação do modelo de convívio que os colonizadores deixaram. Desse modo, após a independência, as ideias configuradas a fim de serem executadas foram desdenhadas e o interesse pessoal foi colocado em primeiro lugar. Portanto, diz o *eu lírico* que “Omi di Apili bai/Omi di Apili bai/I bai buska mindjer nobu/Ki sibi entra ki sibi sai” (Augel, 1997, p.93). A mulher à qual se refere tem a ver com os costumes europeus, com a busca de novos horizontes que não coadunam com o que aprenderam no interior, ou seja, a vida metropolitana portuguesa. Uma vez que os colonizadores determinaram que uma cultura é mais relevante em relação a outra, o esposo acreditou em algo novo que o distanciou da realidade, a qual havia sido idealizada pelo casal por muito tempo.

Nesse sentido, para o cumprimento do ensejo, era necessário que o marido deixasse Apili para provar uma outra aventura que o possibilitasse viver uma "nova qualidade de vida". Mesmo que essa vida atual custe o sofrimento da esposa, talvez da comunidade, o marido, ainda assim prefere ser feliz a qualquer custo, fazendo com que "Apili fika el son/Ku si lembransa di kansera,/ Di fomi di foronta/Ma Apili ka bu larga bu kurpu/Bardadi di *Partido*‡‡ ka ta pirdi/Si ka na boka de mal tomadus" (Augel, 1997, p.93).

Apili, no entanto, além de representar a resistência, é o símbolo da esperança e, principalmente, dos ideais, das pessoas que lutaram por um amanhã, cuja autonomia se centra nas mãos dos próprios filhos que voltarão olhares para o próprio país. Esperança essa que exige a coragem de enfrentar a fome, que tende a lutar para combater a corrupção, que se empenha em distanciar o país do limbo da indigência com base em unidade nacional. Dado isso, Apili consiste em representar todos os guineenses que têm consciência de luta coletiva, os que prezam por abraçar a luta pela progressão de igualdade, democracia e justiça.

7. Considerações finais

Em suma, percebeu-se que a literatura guineense não é tão recente quanto se pensa, visto que as publicações direcionadas a esse campo tiveram início em meados do século XIX, antes da independência da Guiné-Bissau. Apesar disso, pouco se vê a respeito das produções literárias voltadas ao contexto guineense embora elas existam. Percebe-se, também, que o guineense é uma língua de unidade e de identidade nacional, uma vez que ela congrega a diversidade cultural e a torna coesa. Ainda assim, o guineense é a língua pela qual as manifestações culturais ocorrem no território nacional, dado que, de modo geral, as produções literárias a refletem, do mesmo modo que as músicas populares e os folhetos de sensibilização são elaborados por meio dela. Existem, igualmente, as bíblias escritas em guineense, cuja função é proporcionar o entendimento aos fiéis, pois o guineense é uma ponte que estabelece harmonia a toda população do país, independentemente do grupo étnico ao qual elas pertençam.

Sabe-se que o guineense exerce papel muito fundamental no contexto guineense, porém, há, ainda, uma forte relação de subalternidade entre ele e a língua portuguesa. Isso significa que o guineense é tratado como a língua menos prestigiada em relação ao português, dado que o português ocupa um *status* singular, sendo a única e exclusiva

‡‡ Trata-se do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC. Foi o primeiro partido fundado no país, em setembro de 1956. Esse partido é o que alavancou a luta pela Independência de ambos os países.

língua de ensino na Guiné-Bissau. No entanto, mesmo com o uso do guineense sendo proibido no seio escolar, os líderes políticos usufruem dele para se beneficiar do interesse político a fim de conseguirem votos ou de apresentarem os projetos na campanha eleitoral. Cabe ressaltar que a língua portuguesa, no contexto guineense, é uma das poucas conhecidas e faladas em todo o país, ainda assim, sua imperatividade é impetuosa no contexto escolar, assim como em circunstâncias oficiais e na administração política e econômica da Guiné-Bissau.

Pode-se afirmar que o papel do guineense nas escritas de Schwarz é essencial porque dedica-se em fazer com que essa língua e a informação chegue até aos lugares mais longínquos de todo o território nacional. Além disso, esse artigo nos mostrou que a escrita em guineense é uma forma de fortalecer o laço de unidade entre a diversidade linguística existente. Percebeu-se, por fim, que as escritas de José Carlos Schwarz, além de colaborarem para a (re)construção do imaginário literário guineense, elas contribuíram significativamente para maximizar a cosmovisão sócio-política do povo guineense. Ademais, suas escritas, de certo modo, demonstram o amor à sociedade, à política, com vista a (trans)formar o país e levá-lo ao desenvolvimento e, sobretudo, à (re)construção identitária da Guiné-Bissau a fim de estabelecer a harmonia aos filhos da Guiné-Bissau; visando lutar para alavancar o cumprimento das utopias plasmadas que pretendem possibilitar a progressão social e promoção da cultura guineense.

Referências

AUGEL, Moema Parente. **No ka pudi tapa sol ku mon –** O crioulo guineense como língua literária? São Paulo: PAPIA, v. 10, p. 5-22, 2000.

AUGEL, Moema Parente. **A nova literatura da Guiné-Bissau.** Bissau: (s.n.), Coleção KEBUR, n. 8, 1998.

AUGEL, Moema Parente. **Ora di kanta tchiga:** José Carlos Schwarz e o Cobiana Djazz. Bissau: (s.n.), Coleção KEBUR, n. 6, 1997.

BENZINHO, Joana.; ROSA, Maria. **Guia turístico:** À descoberta da Guiné-Bissau. União Europeia. Coimbra: Ediliber, 2015.

BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. **Companhia das Letras**, São Paulo, v. 6, 2000. Disponível em: < O Ser e o tempo da poesia (usp.br)>. Acesso dia: 23 junho 2023.

COUTO, Hildo Honório. **A Poesia crioula Bissau-Guineense.** São Paulo: PAPIA, p. 83-100, 2008.

DUTRA, Robson Lacerda. Conto, poesia e revolução na arte de José Carlos Schwarz. Rio de Janeiro: **Revista Diadorim**. v. 11, p. 234-246, 2012. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/3966. Acesso em: 27 junho 2023.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau:** Língua nacional e fator de identidade nacional. São Paulo: Papia, p. 101-107, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, p.7-22, 2006.

LEFFA, Vilson João. **Língua estrangeira.** Ensino e aprendizagem. Pelotas: EDUCAT, 2016.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, António Alexandre. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. Mandinga Revista de Estudos Linguísticos**, Redencão (CE), v. 01, n. 01, p. 39-57, 2017. Disponível em: < https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/34>. Acesso em: 18 junho 2023.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do Guineense:** Introdução e Notas Gramaticais: Lisboa: Edições Colibri / FASPEBI, 1999.

Recebido em: 12/05/2024
Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): INTIPE, Bernardo Alexandre. José Carlos Schwarz: a sua escrita literária após a independência da Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.179-196, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Intipe, Bernardo Alexandre. (out. 2024). José Carlos Chwarz: a sua escrita literária após a independência da Guiné-Bissau. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 179-196.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.197-212 | 2024.

Educação, cultura e currículo local em escolas da cidade de Tete (Moçambique)

Alba Paulo Mate*
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-2270-2375

Paulino Albino Machava**
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-9473-677X

RESUMO
Este artigo discute o currículo local, enquanto eixo da reforma curricular responsável pelo resgate e promoção dos saberes culturais locais. Com o tema Educação, Cultura e Currículo local pretendíamos analisar a contribuição do currículo local na promoção da cultura local. Partimos do pressuposto teórico da indissociabilidade dos conceitos Educação, Currículo e Cultura que produz uma relação triádica onde o currículo é o campo da educação que trabalha a cultura. A cultura negociada transforma-se em currículo praticado na escola e enquanto se estuda a educação contribui na transformação cultural e social. O estudo, qualitativo, realizou-se na cidade de Tete com recurso a entrevistas, questionário e análise documental, permitindo a triangulação dos dados na análise de conteúdo. Participaram do estudo os gestores dos níveis macro (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação), meso (Serviços de Apoio Pedagógico) e micro (escola e comunidade vizinha). Concluímos que embora a comunidade escolar reconheça o papel do currículo local na promoção dos saberes culturais locais, a sua contribuição ainda é fraca. A escola ainda não está suficientemente aberta para integração e tratamento dos saberes locais. Contribuem para isso a fraca preparação dos professores em matérias de gestão do currículo local; a fraca participação da comunidade, sobretudo na lecionação dos conteúdos do currículo local e a falta de uma verba orçamental direcionada para a implementação do mesmo.

PALAVRAS-CHAVE
Educação; Cultura; Currículo Local; Saberes Locais

Education, culture and local curriculum in schools in the city of Tete (Mozambique)

ABSTRACT
This article discusses the local curriculum, as an axis of curricular reform responsible for the rescue and promotion of local cultural knowledge. With the theme Education, Culture and Local Curriculum, we intended to analyze the contribution of the local curriculum in promoting local culture We started from the theoretical assumption of the inseparability of the concepts Education, Curriculum, and Culture that produce a triadic relationship according to which curriculum is the field through which education works culture systematically. That is, the negotiated culture becomes the curriculum practiced at school and while studying education it contributes to social transformation. The qualitative study was carried out in the city of Tete with the aid of identification, questionnaire and document analysis, allowing the triangulation of data in the analysis of the content. Managers of the macro (National Institute for Education Development), meso (Pedagogical Support Services) and micro (school and neighboring community) levels participated in the study. We conclude that

* Doutor em Inovação Educativa pela Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique, Mestre em Gestão do Desenvolvimento pela Faculdade de Gestão de Recursos Naturais e Mineralogia da UCM e Licenciado em Ensino de Matemática pela Universidade Pedagógica-Delegação da Beira. Professor Auxiliar da Universidade Católica de Moçambique. amate@ucm.ac.mz

** Doutor em Ciências da Educação pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa. Professor Auxiliar da Universidade Católica de Moçambique. pmachava@ucm.ac.mz

although the school community recognizes the role of the local curriculum in promoting local cultural knowledge, its contribution is still weak. The school is not yet open enough to integrate and deal with local knowledge. The preparation of teachers in management documents for the local curriculum contributes to this; the weak participation of the community, especially in the teaching of the contents of the local curriculum and the lack of funds directed towards the implementation of the same.

KEYWORDS
Education; Culture; Local Curriculum; Local Knowledges

Maphunzilo, Chikhalidwe ndi Phunzilo la m'dela: Kafukufuku wopangidwa mu imodzi mwa sukulu yamunzinda wa Tete

CHIDULE
Nkhaniyi yikufotokozela za maphunzilo a m'dela monga gawo la kusintha kwa maphunzilo pofuna kupulumutsa ndi kulimbikitsa chidziwitso cha chikhalidwe cha kumadela. Ndi mutu wakuti maphunzilo, chikhalidwe ndi phunzilo la m'dela tikufuna kuwunikila momwe maphunzilo akumadela amathandizila pakufuna kulimbikitsa chikhalidwe chakomweko. Ndipo tayamba ndi kulingalila mozama za kusemphana kwa mfundo za maphunzilo, poyerekeza ndi chikhalidwe zomwe zimapanga ubale wamphanvu pomwe phunzilo ndi gawo lamaphunzilo womwe amagwila ntchito ndi chikhalidwe. Chikhalidwe cha m'kambilano ndi imodzi mwanjila yophunzilila kumasukulu komanso yimathandizila kusintha chikhalidwe. Maphunzilo a pamwamba adachitika mu mzinda wa Tete pogwiritsa ntchito njira zolankhulana, mafunso ndi kusanthula zolemba, kulingalila mozama ndi kuwerengetsanso zosanthulidwazo. Ndipo adatenga nawo gawo pakafukufukuyu anthu oyang'anira ukachenjede munthambi ya likulu la chitukuko cha maphunzilo (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação), nthambi yofalitsa ntchito yakaphunzitsidwe (Serviços de Apoio Pedagógico), masukulu ndi midzi yoyandikana nayo (Escola e Comunidades Vizinhas). Tikhoza kutsindika kuti ngakhale kuti anthu amazindikila kufunika kwa maphunzilo pofuna kulimbikitsa chiphunzitso ndi chikhalidwe ku dela lawo, izi zimawoneka ngati zopanda ntchito chifukwa ambiri mwa yiwo satengera nawo gawo. Masssukulu sanatsekulilidwe mokwanila (ochepa) kuti yena atengelemo gawo lophunzila ndi kutsegula nzelu zawo, kuphatikizilapo kusakonzekela bwinobwino kwa aziphunzitsi pankhani zakasamalidwe ka maphunzilo ndi njila zakaphunzitsidwe, komanso tikupezamo kufowoka kwa anthu am'mudzi makamaka pakuthandizila maphunzilo m'dela lawo mogwirizananso ndi kusowa kwa chuma choyendetsera ntchitoyi.

MAWU WOSAKILA
Maphunzilo; Chikhalidwe; Phunzilo Ndi Chidziwitso Cha Kudela.

Introdução

Este artigo debruça-se em torno do tema: *Educação, Cultura e Currículo Local: Um estudo feito numa Escola da cidade de Tete,* abordando a relação entre a Educação, Cultura e Currículo a partir da noção de Currículo Local (CL) uma das nove inovações do atual currículo do Ensino Básico (EB) em Moçambique. A ideia principal do artigo é promover algum debate em torno do papel da educação na promoção da cultura local, daí a atenção reservada ao CL, eixo de promoção da cultura local (INDE/MINED-MOÇAMBIQUE, 2003) no Ensino Básico. Tal debate é um contributo para a percepção do impacto do CL nas comunidades locais, à semelhança de estudos feitos por Castiano

(2005), Braço (2008), Basílio (2012), Nhalevilo (2013), Ibraimo e Cabral (2015), Machava (2015) e Narciso (2017).

Segundo MINED-INDE (2003) e Agostinho *et al.* (2006) o CL foi introduzido no EB para promover a cultura e os saberes locais com vista a preparar os alunos e a contribuir no desenvolvimento das suas comunidades sem que a sua aprendizagem prescinda a dos saberes globais. Assim, a reforma curricular concebe-se numa lógica interactiva dos saberes através do binômio curricular (Roldão & Almeida, 2018; Roldão, 1999) composto pelos currículos nacional e local.

Tomando como base a percepção segundo a qual é necessário resgatar os saberes locais (INDE/MINED-MOÇAMBIQUE, 2003), que foram negligenciados durante muito tempo na educação moçambicana por conta de uma educação excludente no período colonial (Mugime & Leite, 2015) e de busca da formação do Homem novo, baseada na promoção de valores do nacionalismo e de construção de uma identidade nacional (Dias, 2008; Mazula, 1995), a pesquisa procura analisar a contribuição do currículo local na promoção dos saberes culturais locais da cidade de Tete, objetivo para o qual formulou-se a questão de partida: Qual é a contribuição do currículo local na promoção dos saberes culturais locais da cidade de Tete?

Assim, para o alcance do objetivo procuramos, ao longo do texto, *i)* explicar como a comunidade escolar percepciona o ensino do currículo local na Escola; *ii)* analisar a participação da comunidade local na gestão do currículo local na escola; *iii)* identificar no currículo local os diferentes saberes culturais locais existentes.

1.Revisão Bibliográfica: A relação triádica entre a Educação, a Cultura e o Currículo

Ao assumir-se a Educação como a apropriação de saberes como valores, habilidades, costumes e tradições que resultam da interpretação do Homem sobre a natureza, assume-se, então que o currículo é o instrumento através do qual é possível realizar a tão almejada apropriação de tais saberes. José Augusto Pacheco estabelece uma relação entre estudos curriculares e as ciências da educação situando um noutro. “Qualquer análise sobre o campo curricular situar-se-á, em primeiro lugar, nas ciências da Educação” (Pacheco, 2007, p.123).

Mazula e a UNESCO estabelecem uma relação intrínseca entre a educação e a cultura. Para Mazula (1995) a educação é integrada nas formações culturais de maneira que a cultura assume a função pedagógica de educar o Homem para a sociedade. Sendo assim, a escola, instituição formal da Educação, tem o papel de reprodução cultural.

Assim entende a UNESCO ao considerar a educação como um espaço de transmissão do núcleo da cultura (UNESCO, 2003 & UNESCO, 1998).

No contexto moçambicano, desde o tempo colonial sempre se verificou um casamento entre a educação e a cultura, em que a educação tinha como fim último a assimilação. Após a proclamação da Independência Nacional, esse casamento se manteve, manifestando-se na organização ministerial. Toda educação é feita a luz de experiências anteriores e decorre dentro de parâmetros normativos e de valores localmente aceites, visando a formação de um sujeito capaz de responder com eficácia os desafios presentes e futuros, quer dizer, os dois conceitos mostram uma interdependência.

A UNESCO (1998), relaciona a educação e a cultura considerando a educação um instrumento da cultura. Para ela, a educação é um espaço de transmissão de valores e crenças herdados da tradição. Para Morgado e Pacheco (2011, p.45), "a noção da cultura é indissociável da noção de educação" e como entende Candau (2008) não se pode conceber uma experiência pedagógica sem nenhum vínculo com questões da cultura.

Sendo o currículo um instrumento da Educação e reconhecendo-se a relação intrínseca entre a educação e a cultura pode-se aferir que abordar o currículo, aponta para a abordagem da(s) cultura(s), fim último da Educação. A cultura constitui a parte substantiva do currículo. Aliás, Moreira e Tadeu (2013) entendem que currículo e cultura é um par inseparável entre si no debate sobre a teoria da educação. Para Moreira e Tadeu (2013) a Educação e o currículo são vias transmissoras da cultura. O Currículo é a corporificação que a educação dá à cultura enquanto legado sócio histórico acumulado que se possa transmitir as novas gerações. O currículo é, assim, território obrigatório de culturas (Alves Paraíso, 2015), ou seja, a cultura é a fonte do currículo (Paraskeva, 2000) constituindo-se por saberes, atitudes e comportamentos tirados das comunidades e transformados em saberes escolares.

Trata-se de três conceitos indissociáveis uma vez que a Educação e o Currículo são dois campos de produção ativa e de contestação da Cultura (Moreira & Tadeu, 2013; Cordiolli, 2004). Pelo que, o currículo que se materializa na Escola-instituição da Educação, tem a cultura como o foco de atuação uma vez que ela representa os saberes, valores, linguagem e habilidades próprios dos alunos em seus grupos de convívio e os valores e saberes das suas tribos que representam a identidade coletiva. Num processo continuamente dinâmico, a Educação (e todo o processo educativo) encontra seu ponto de partida (e em simultâneo, seu fim último) na Cultura, quer dizer, a Educação efectiva-

se criando e recriando a cultura. A cultura alimenta o currículo e o currículo é a base do processo educativo (Laita, 2015). Se por um lado, a Educação precisa da Cultura por outro, ela promove-a. Quer dizer, no processo de preparação do homem para inserir-se na sociedade, a Educação trabalha os saberes culturais ressaltando, assim, a sua importância na vida humana. Portanto, como entende Laita (2015, p.57) currículo é "a essência do processo educativo" e por isso a cultura, pressuposto curricular, pode ser entendida como a essência da Educação pois o currículo expressa e concretiza um plano cultural assumido pela escola (Paraskeva, 2000).

2.Currículo local e cultura local

A introdução do CL sustenta-se na ideia de flexibilização do currículo através da aceitação e até promoção da permeabilidade do currículo às diferentes culturas que coexistem no meio escolar (Morgado, 2000). Para este autor, o currículo nacional é, normalmente, prescritivo e uniformizador o que o torna difícil de contextualizar às especificidades das escolas e das comunidades. Esta acção distancia cada vez mais a escola da comunidade. Daí que o CL pode ser concebido como uma forma de conexão entre a escola e a sociedade, sobretudo quando a escola, segundo Hengemule e Ávila (2011), se abre para se enriquecer com a contribuição de pessoas e instituições da sociedade disponíveis para serem úteis. Para Braço (2008), o CL é uma forma encontrada para efetivação, na escola, do currículo intercultural. Com ele, a diversidade cultural do país, os saberes e práticas locais encontram espaço na escola propiciando, a transformação de realidades políticas, sociais e culturais, vizinhas à escola.

Para D´Hainaut (1980), a introdução do CL responde a necessidade de regenerar as comunidades locais, ao torná-las o epicentro educacional. Quer dizer, o currículo local pode ser entendido como uma forma encontrada pelos Estados, no caso a Grã-Bretanha, (*D´Hainaut, 1980*) para com base nas culturas locais satisfazer as necessidades socioculturais, ou seja, os modos de vida e de pensamento, as relações sociais e as estruturas de comunicação das comunidades. Tal como este autor, alguns autores moçambicanos entendem que com o CL a Educação moçambicana pretende incorporar as culturas locais no meio escolar com o objetivo de preparar os alunos para enfrentar os problemas em suas comunidades (Basílio, 2017; Castiano, 2017). Aliás, entendem Castiano (2005) e Massimaculo (2010), que com o CL pretende-se criar mais abertura para a inserção e/ou integração dos saberes locais na escola. Tais saberes, convertidos

em conteúdos locais relevantes devem ser compilados de acordo com as pretensões das comunidades, ou seja, de modo a responder aos problemas locais das comunidades.

3.Cultura e saberes locais em Moçambique

Segundo Tuzine (2003), Moçambique é um país multicultural constituído por vários grupos etnolinguísticos. Antropologicamente, Moçambique é, como defendem Castiano e Ngoenha (2013), uma miscelânea de culturas diferentes, com mais de 24 grupos etnolinguísticos. Portanto, um país multicultural (INDE/MINED- Moçambique, 2003; Mazula, 1995) e multilingue (Mazula, 2006). De acordo com Massimaculo (2010) o multiculturalismo presente em Moçambique desafia a educação à reinventar-se para atender as diferenças que dela advém, abrindo-se para a integração dos saberes locais das comunidades em redor das escolas.

Sobre os saberes locais, Basílio (2017) considera serem o resultado de construções sociais e culturais, económicas e políticas do meio em que as pessoas interagem. Pelo que estes saberes se constroem à medida que o sujeito estreita relações com outros sujeitos manifestando o seu modo de ser e de viver. Ainda segundo este autor, a cultura local e os saberes locais são uma realidade sociocultural e histórica construída na base de teorias fenomenológicas e interpretativas, ou seja, são uma construção baseada na forma como se manifestam enquanto fenómeno e na forma como os sujeitos as interpretam.

Agostinho *et al.* (2006) apresentam alguns exemplos de saberes culturais locais que podem ser abordados na escola, tais como: jogos tradicionais, doenças mais frequentes nas comunidades, instrumentos musicais, danças e canções tradicionais, corte e costura, entre outros que se podem encontrar em cada contexto escolar. Cabe, no entanto, a cada escola mapear os diferentes saberes que se encontram em suas comunidades e enquadrá-las nas diferentes disciplinas escolares para que sejam tratados na escola e na sala de aulas.

4.Metodologia

Para o alcance do objetivo proposto e tomando em consideração a temática que norteia o estudo, optamos por seguir um paradigma interpretativo (Flick, 2005; Afonso, 2005) que favorece uma abordagem qualitativa, entendida por Afonso (2005); Flick (2009) e Sampieri *et al.* (2006), como pesquisa de cunho interpretativo, virado a compreender os fenómenos estudados a partir de pontos de vista ou do entendimento dos sujeitos de

investigação. Porque o estudo circunscreve-se num espaço e tempo particulares e centrado em elementos de um programa específico, trata-se de um estudo de caso (Afonso, 2005; Severino, 2007).

Para responder as questões de pesquisa, foram recolhidos dados com recurso a entrevistas semiestruturadas, questionário e análise documental tendo participado os fazedores do CL, ou seja, os que fazem parte da Escola estudada e as comunidades ao redor da escola. Assim, foram entrevistados em 2021, um representante do INDE, um representante do SAP dos Serviços da Cidade, o Director- adjunto Pedagógico, três representantes dos professores, um líder do bairro e três representantes dos pais e encarregados de educação, perfazendo um total de dez (10) entrevistados. Responderam ao questionário, cento e sete (107) pais e encarregados da educação. Foram analisados planos curriculares de ensino básico, planos semestrais, quinzenais e de aulas referentes aos anos 2020 e 2021. Os dados foram analisados, em triangulação, por meio da análise de conteúdo (Flick, 2005).

4.1. Percepções sobre o Currículo local

De acordo com os dados obtidos das entrevistas, o currículo local é definido como sendo um conjunto de saberes culturais como tradições, costumes e hábitos que dentro da comunidade são transmitidos entre gerações, elegíveis para serem tratados no meio escolar. Como prevê o INDE/MINED-Moçambique (2003), o currículo local deve centrar-se nos saberes locais sendo que para o seu tratamento se reserva 20% do tempo de todo currículo. Os restantes 80% pertencem ao currículo oficial dado em todas escolas do país. Aqui, ressalta a ideia de complementaridade entre o CL e o CN, denominada por Roldão e Almeida (2018) de binômio curricular, entendimento encontrado tanto nas entrevistas aos gestores escolares assim como na análise documental. Como se anotou do DAP, por exemplo, o "*Currículo local são os saberes (…) que devem cobrir 20% de todo currículo tratado numa escola*". Da análise documental confere-se a orientação: os conteúdos do CL devem ser integrados em diferentes disciplinas e classes respeitando o tempo definido correspondente a 20% (INDE/MINEDH, 2015; INDE/MINED, 2015 & 2015a; INDE/MINED-Moçambique, 2003).

Os professores defendem que a introdução do CL é uma forma que a Educação encontrou para incluir hábitos e tradições locais na escola valorizando, assim, a cultura das comunidades e sua visão de vida. Os representantes dos pais e encarregados de educação defendem que tratar os conteúdos das suas culturas permite que os alunos

entendam a vida das suas comunidades. Autores como Castiano e Massimaculo defendem essa linha integradora da visão do mundo das comunidades locais. No entender de Castiano (2005), com o currículo local a educação procura abrir-se para a inserção e/ou integração dos saberes locais na escola, de modo a responder aos problemas locais das comunidades. Massimaculo (2010) assegura, por sua vez, que a reforma curricular determina que o tratamento de conteúdos do CL deve focalizar aspectos locais que enfatizem os interesses das comunidades onde a escola se encontra inserida. Assim, o CL encaixa-se em novas abordagens de construção de currículos que se contrapõe à abordagens que valorizam o conhecimento mais universal sobrepondo-o ao local, pois com o CL dá-se espaço aos saberes locais que estão ligados a um território real e concreto. Assim percebe, um dos nossos entrevistados, que "*os alunos poderão estar actualizados e ligados à sua cultura ou temáticas específicas da sua vida cotidiana*".

Em gestão curricular, a escolha do que se pode ou não ensinar indica um processo de decisão (Roldão & Almeida, 2018) e a existência de relações de poder (Paraskeva, 2011). Os documentos do INDE orientam que o programa do CL deve ser produzido e gerido localmente (INDE/MINED- Moçambique, 2003; INDE/MINEDH, 2015; INDE/MINED, 2015 & 2015a). Os nossos participantes nas entrevistas e no questionário descrevem os integrantes das equipas de elaboração do CL como sendo locais. Por exemplo, encontram-se respostas como participam da elaboração do CL "*Direcção da Escola, Professores e a comunidade ao lado da escola*" ou "*a escola e alguns pais e encarregados da educação, anciãos locais, as vezes académicos também locais*" ou ainda "*Líderes locais, membros do conselho escola, líderes religiosos e pais e encarregados da educação*".

O CL pode, desse modo, ser interpretado como uma forma de devolução de poderes às comunidades escolares, o segundo e terceiro níveis de decisão em gestão curricular (Roldão & Almeida, 2018; Roldão, 1999), denominado nível grupal meso. Com o CL, as escolas têm a possibilidade de negociar, de forma autónoma, o currículo produzindo um programa de interesse local e os grupos de disciplinas ou classes definirem os conteúdos de acordo com as suas especificidades. Morgado (2000) define três indicadores de transformação da cultura institucional da escola nos quais se assenta o novo discurso curricular, dentre os quais a devolução de poderes à escola, no qual se assenta o CL, com o intuito de encontrar formas de resolver os problemas locais ou adequar o trabalho escolar às necessidades das comunidades onde a escola se insere.

Em suma, cruzando os dados e a literatura disponível e consultada, podemos conceituar o CL como *i.* Um conjunto de saberes locais de interesse das comunidades circunvizinhas à escola, constituindo-se complemento do CN; *ii.* Promotor dos saberes e culturas locais uma vez que foi concebido para que a escola, através dele, foque-se nas culturas locais; *iii.* Uma forma de devolução do poder de decisão à comunidade escolar, sobre os saberes relevantes a ensinar na escola.

4.2.Participação da comunidade na gestão do Currículo Local

De um modo global, a participação da comunidade na gestão do CL é muito fraca o que contribui para o seu insucesso. As entrevistas feitas aos agentes da escola revelam que a comunidade apenas participa na elaboração do CL fornecendo informações relevantes sobre os saberes locais, isto é, a comunidade participa na fase de elaboração do CL e não o faz na sua implementação e avaliação. Os resultados do questionário mostram que a comunidade não participa na implementação do CL, sobretudo na leccionação.

O sucesso do CL, como se preconiza em documentos oficiais do MINED, é dependente da participação da comunidade em todas as fases da gestão curricular. Segundo Pretorius (2005) o sucesso escolar pressupõe i) a criação de comunicação bilateral; ii) a melhoria de aprendizagem em casa e na escola; iii) a prestação de apoio mútuo; e iv) a tomada de decisões em conjunto. Dos questionários e das entrevistas, entendemos que a escola conseguiu criar uma ligação bilateral e espaço de tomada de decisões apenas para a elaboração do programa do CL sem, no entanto, conseguir qualquer parceria nos níveis de sua implementação e avaliação. O apoio mútuo, ora descrito por Pretorius, seria salutar para a leccionação sobretudo de conteúdos complexos para os professores. Extraímos da entrevista o texto do Director-Adjunto Pedagógico: *"os professores podem convidar pessoas influentes para ajudarem na leccionação de certos conteúdos. Mas não acontece porque as vezes elas não aceitam".*

4.3.Saberes locais na escola

Uma leitura dos dados da entrevista revela uma concepção de saberes locais como conjunto de conhecimentos saídos de dentro da comunidade com os quais os seus integrantes resolvem os seus problemas diários. Como dizem os entrevistados, os saberes locais são as ações ou atividades que as comunidades locais desenvolvem para resolver os problemas que vão surgindo no dia-a-dia, tudo aquilo que as comunidades

usam para resolver seus problemas. Tal entendimento é defendido por Castiano (2006) que caracteriza os saberes locais como conteúdos locais de relevância para a inserção do aluno na sua comunidade. Para este autor, os saberes locais são escolhidos em função das aspirações da comunidade, ou seja, os que participam da elaboração do CL selecionam os conteúdos que possam ser úteis para a vida na comunidade.

São as tradições das famílias, os valores culturais e morais da comunidade sem os quais não fará muito sentido que os alunos estudem coisas que não fazem parte das nossas vidas. *"É preciso eles estudarem a sua história, como os nossos antepassados viviam e como nós entendemos a vida"* sugere um dos entrevistados. De facto, os saberes locais são as histórias da comunidade e a sua visão do mundo e da vida, portanto, sua cultura. Aliás, o homem define o mundo por meio da cultura, estabelecendo relações entre si e com o meio que o circunda.

Podemos, então, concluir que saberes locais são o conjunto de relações e representações simbólicas construídos num espaço de vida do aluno e que se mantém como seus valores intrínsecos (Narciso, 2017), alicerce incontornável da reprodução social e do desenvolvimento da comunidade local. Assim, saberes locais são a cultura, a tradição e a história da comunidade local construídos enquanto os sujeitos se relacionam entre si e com os outros. Dos questionários pode se mencionar saberes como criação de gado, produção agrícola, tecelagem, trabalho com barro para construção, entre outros, como aqueles que a escola deve integrar no currículo.

4.4.Estratégias de integração e de ensino dos saberes locais

Os documentos orientadores do INDE instruem que os conteúdos do CL devem ser enquadrados em diferentes disciplinas e classes tendo em conta o nível dos alunos (INDE/MINEDH, 2015; INDE/MINED, 2015 & 2015a; Ministério da Educação, 2006). Na mesma linha Agostinho *et al.* (2006) indicam que, os professores podem garantir a integração dos saberes locais nas disciplinas de duas maneiras. Uma delas, denominada aprofundamento, consiste em dar ênfase os conteúdos do CN partindo dos saberes locais. Esta forma podia ser usada para a integração dos saberes locais no plano analítico de Ciências Sociais da quinta classe, por exemplo, na temática sobre património cultural. Os professores podiam conduzir a sua ação educativa numa lógica em que as culturas interagem entre si promovendo-se mutuamente através do reconhecimento das diferenças (Machava, 2016). Pelo que se percebe, o plano analítico em alusão mantém a lógica de uma educação cujo currículo continua padronizado e homogéneo (Candau,

2008) enquadrando-se assim, na teoria curricular técnica segundo a qual o professor implementa o que já está prescrito (Pacheco, 2001), sem promover nenhum debate sobre o que nele há.

Para além do aprofundamento, a integração dos conteúdos locais pode ser por extensão (Agostinho *et al.,* 2006). Esta forma, preconiza a incorporação de conteúdos novos, ou seja, saberes locais que não tenham enquadramento nas temáticas do CN. Esta forma podia, por exemplo, ser explorada para enquadrar conteúdos sobre alguns jogos tradicionais na disciplina de matemática que embora não tenham enquadramento envolvem a técnica de contar. Esse enquadramento não só serviria para a promoção dos jogos tradicionais, resgate da cultura local, como também serviria como meio de facilitação do ensino, o que contribuiria para melhorar a qualidade de ensino, preocupação do MINED (INDE/MINEDH, 2015; INDE/MINED, 2015 & 2015a; Ministério da Educação, 2006).

Quanto ao ensino, os professores não definem estratégias específicas para o tratamento do CL. A leitura dos planos disponibilizados revelou que uma vez integrados os saberes locais em áreas temáticas previamente definidos no CN, os métodos a usar não são diferentes. Assim, métodos expositivo, de elaboração conjunta e de trabalho individual são os mais usados. Neste aspecto, o INDE orienta que as aulas devem seguir metodologias interativas (INDE/MINEDH, 2015) com as quais o aluno é chamado a exercer mais atividades. Agostinho *et al.* (2006) sugerem a adopção de estratégias mais ativas. Por exemplo, para uma aula sobre os instrumentos musicais, o professor deveria orientar os alunos a construí-los e trazê-los à sala de aula e explicar o seu funcionamento.

Conclusões

Uma leitura global dos dados leva-nos à concluir que a contribuição do CL para a promoção da cultura local da cidade de Tete é diminuta e limita-se apenas ao prescrito, caracterizado por apenas seguir a vontade política em ver os saberes locais mais valorizados ou mais integrados no contexto escolar. Aliás, a nível de orientação, é indiscutível o papel do CL na promoção dos saberes locais apenas por meio de discursos apelativos de “integração” dos saberes locais ou endógenos sem, no entanto, conseguir passar disso. Quer dizer, o discurso continua sendo apenas a nível de manifestação da intenção e pouco se pode encontrar que permita uma conclusão sobre a materialização mais eficaz dessa intenção.

Mesmo assim, não se pode deixar de dizer que há um trabalho que está sendo feito com vista a materialização desta inovação curricular. Como os dados revelam, a escola abriu-se para a entrada, ainda que seletiva, de saberes locais, incorporados nalguns planos desenvolvidos na escola. Para a seleção dos conteúdos a escola promove a autonomia dos sujeitos, dando-os primazia para fornecer a informação dos conteúdos que lhes sejam mais relevantes. Ainda que a comunidade não tenha participado em todas fases da gestão do currículo, na fase de elaboração a escola promoveu uma notável participação dos sujeitos.

Para próximas investigações, sugerimos que se aprofunde sobre as razões que contribuem para a fraca participação da comunidade na implementação do CL, partindo do pressuposto de que a própria comunidade percebe que é importante o ensino do CL na escola e não só, mas também é defendido por vários autores que a participação da comunidade é uma das condições para a promoção de uma educação intercultural, indispensável para a formação do homem integral, finalidade última da terceira transformação curricular em Moçambique. Outro estudo pode ser feito sobre as estratégias adoptadas pelo Ministério da Educação e pelas escolas para a gestão eficaz do CL. A nossa sugestão é estudar, com profundidade, o que de facto se faz no concernente a formação dos professores e na disseminação, por exemplo, do papel das comunidades na gestão do CL.

Referências

Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação: um guia prático e crítico.* Porto: ASA Editores.

Atinho, A. A. *et al.* (2006). *Manual de apoio ao professor: sugestões para abordagem do currículo local*. Maputo: INDE.

Alves Paraiso, M. (2015). Currículo, Cultura e diferença: quando o amor entra em cena. In: Morgado, J.C.; Mendes, G. M. L.; Moreira, A. F.; Pacheco, J. A. (Org.). *Currículo, Internacionalização e cosmopolitismo: Desafios contemporâneos em contextos luso-afro-brasileiros.* Santo Tirso: De Facto Editores.

Basílio, G. (2017). Fundamentação epistemológica do Currículo Local. In: Capece, J. A.; Basílio, G. (Orgs.). *O Currículo Local: teoria e prática.* Maputo: Editora educar. pp. 17-48.

Basílio, G. (2012). O currículo local nas escolas moçambicanas: estratégias epistemológicas e metodológicas de construção de saberes locais. *Educação e Fronteiras On-line, 2,* p.79-97.

Braço, A. D. (2008). *Educação pelos ritos de iniciação: contribuição da tradição cultural ma-sena ao currículo formal das escolas em Moçambique.* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.

Candau, V. M. (2008). Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: Moreira, A. F.; Candau, V. M. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas (2ªed.),* Petrópolis, RJ: Vozes. pp. 13-37.

Castiano, J. P. (2017). Condições e possibilidades de "legitimação" dos saberes locais/endógenos. In: Capece, J. A.; Basílio, G. (Orgs.). *O currículo local: teoria e prática*. Maputo: editora educar. pp. 49-80.

Castiano, J. P. (2006). *As transformações no Sistema Nacional de Educação em Moçambique*. Maputo: INDE.

Castiano, J. P. (2005). O currículo local como espaço social de coexistência de discursos: estudo de caso nos distritos de Báruè, de Sussundenga e da cidade de Chimoio-Moçambique. *Revista E-Curriculum,* 1, S/p.

Castiano, J. P.; Ngoenha, S. E. (2013). *A longa marcha duma «Educação para Todos» em Moçambique* . 3.ed. Maputo: PubliFix.

Cordiolli, M. (2004). *Currículo, cultura escolar e gestão do trabalho pedagógico*. Curitiba: A Casa de Astérion.

D´Hainaut, L. (1980). *Educação - dos fins aos objectivos.* Trad. de João José Boavida. Coimbra: Livraria Almedina.

Dias, H. N. (2008). *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Texto Editores.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa.* São Paulo: Artmed.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Hengemüle, E. & Ávila, E. B. (2011). Educação lassalista: educação fraterna. In: Fossatti, P.; Hengemüle. E.; Casagrande, C. A. (Org.). *Ensinar a bem viver*. Canoas: Editora Unilasalle.

Ibraimo, M. N. & Cabral, I. (2015). Currículo local- entre a retórica do prescrito e a realidade concreta. *I seminário internacional: Educação, territórios e desenvolvimento humano.* Porto: Universidade Católica Portuguesa

INDE/MINED (2015). *Programas das disciplinas do 2º Ciclo do Ensino Primário.* Maputo: INDE/Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano.

INDE/MINED (2015a). *Programas das disciplinas do 3º Ciclo do Ensino Primário.* Maputo: INDE/Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano.

INDE/MINEDH (2015). *Programas das disciplinas do 1º Ciclo do Ensino Primário.* Maputo: INDE/Ministério da Educação e do Desenvolvimento Humano.

INDE/MINED- Moçambique (2003). *Plano curricular do Ensino Básico*. Maputo: INDE/MINED- Moçambique.

Laita, M.S. V. (2015). *A universidade em questão: uma leitura do Processo de Bolonha no contexto moçambicano.* Nampula: Fundação AIS.

Machava, P. A. (2015). *Educação, Cultura, e gestão do currículo local- um estudo de caso.* (Tese de Doutoramento). Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia, Porto.

Machava, P. A. (2016). Educação, Cultura, e gestão do currículo local- um estudo de caso. *Revista de investigação em educação, comunicação e desenvolvimento, 1, 79-95.*

Massimaculo, A. (2010). *Políticas educativas para a educação básica em Moçambique e a diversidade cultural: o caso de escolas do Município de Nampula* (Dissertação de mestrado, Universidade Do Ninho: Instituto De Educação).

Mazula, B. (2006). *Na esteira da academia: razão, democracia e educação.* Maputo: Texto Editores.

Mazula, B. (1995). *Educação, cultura e ideologia em Moçambique: 1975-1985.* Lisboa: Afrontamento.

Ministério da Educação (2006). *Currículo local: Estratégias de implementação no ensino básico.* Maputo: INDE.

Moreira, A. F. B.; Tadeu, T. (2013). Sociologia e teoria crítica do currículo. In: Moreira, A.F.; Tadeu, T. (Orgs.). *Currículo, cultura e sociedade. 12.ed.* São Paulo: Cortez editora pp.13-47.

Morgado, J. C.; Pacheco, J. A. (2011). Culturas curriculares: subsídios para uma abordagem teórica. In: Alves, M. P.; Ketele, J. (Orgs.) *Do currículo à avaliação, da avaliação do currículo.* Porto: Porto editora. pp. 41-58.

Morgado, J. C. (2000). Integração e flexibilização curriculares: factos e nexos de uma nova política. In: Morgado, J. C.; Paraskeva, J. M. (Orgs.). *Currículo: factos e significações*. Porto: ASA Editores.

Mugime, S. M.; Leite, C. (2015). A atenção às multiculturalidades nas políticas educacionais em Moçambique. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, 5, 76-98.*

Narciso, N. M. (2017). Currículo local: tensão entre a dimensão universal e particular do conhecimento. In: Capece, J. A.; Basílio, G. (Org.). *O currículo local: teoria e prática*. Maputo: editora educar. pp. 81-88.

Nhalevilo, E. Z. A. (2013). Currículo local: uma oportunidade para a emancipação. *Revista e-Curriculum, 1,* 23-34.

Pacheco, J. A. (2007). Uma perspectiva actual sobre a investigação em estudos curriculares. Estrela, A. (Org.). *Investigação em Educação: teorias e práticas (1960-2005).* Lisboa: EDUCA.

Pacheco, J. A. (2001). *Currículo: Teoria e práxis.* 3.ed. Porto: Porto Editora.

Paraskeva, J. M. (2011). *Nova teoria curricular*. Mangualde: Edições Pedago.

Paraskeva, J. M. (2000). Currículo como prática [regulada] de significações. Morgado, J. C.; Paraskeva, J. M.(Orgs.). *Currículo: factos e significações*. Porto: ASA Editores. pp. 37-64.

Pretorius, F. (2005). Parcerias na educação. Em E. Lemmer (Coord.). *Educação contemporânea: questões e tendências globais*. Maputo: Texto Editores.

Roldão, M. C.; Almeida, S. (2018). *Gestão curricular para a autonomia das escolas e professores.* Portugal: Ministério da Educação.

Roldão, M. C. (1999). *Gestão Curricular: fundamentos e práticas*. Lisboa: Ministério da Educação.

Sampieri, R. H.; Collado, C.H.; Lúcio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico.* 23.ed. São Paulo: Cortez.

Tuzine, A. (2003). *Novo currículo o que é?* Maputo: MINED.

UNESCO (2003). *Educação: Um tesouro a descobrir- Relatório para a UNESCO da comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora.

UNESCO (1998). *Conferência intergovernamental sobre políticas culturais para o desenvolvimento.* Estocolmo: Unesco.

Recebido em: 12/06/2024

Aceito em: 23/10/2024

Para citar este texto (ABNT): MATE, Alba Paulo; MACHAVA, Paulino Albino. Educação, cultura e currículo local em escolas da cidade de Tete (Moçambique). *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial, p.197-212, out.2024.

Para citar este texto (APA): Mate, Alba Paulo; Machava, Paulino Albino (out.2024). Educação, cultura e currículo local em escolas da cidade de Tete (Moçambique).*Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial): 197-212.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.213-230 | 2024.

A questão da educação sexual no ambiente escolar em Moçambique: um caso de estudo envolvendo professores e alunos da escola secundária 7 de abril na cidade de Chimoio-Moçambique

Anfibio Zacarias Huo*
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-2490-4894

Rogério Filipe Mário**
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-8784-1958

RESUMO
O presente estudo versa em prol da educação sexual no ambiente escolar: um caso de estudo envolvendo professores e alunos da escola secundaria 7 de abril na cidade de Chimoio. O estudo objetivou compreender as formas de Educação sexual que tem sido desenvolvida no meio escolar, ampliando a compreensão sobre a necessidade de promover uma formação adequada para aperfeiçoar o conhecimento acadêmico dos professores. Para isto, foi empregada uma metodologia essencialmente mista qualitativa e os dados foram coletados através de um questionário com perguntas fechadas para os alunos e uma entrevista semiestruturada para os professores, ao qual responderam 10 professores e 20 alunos. O estudo demonstrou que os alunos sentem carência no desenvolvimento adequado e mais contínuo em sala de aula, apresentando inúmeras dúvidas sobre o tema. Os resultados das entrevistas aplicadas para os professores indicam que eles têm conhecimento sobre o assunto, mas a maioria sente necessidade de cursos de capacitação para melhorar o conhecimento do assunto. Logo, verifica-se a necessidade de implementação e desenvolvimento de cursos de formação, juntamente com a ampliação da sensibilidade e interesse por parte dos professores em aprender e dialogar sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE
Educação; Sexualidade; Professores; Alunos; Escola

The issue of sex education in the school environment in Mozambique

ABSTRACT
The present study deals with the promotion of sexual education in the school environment: a case study involving teachers and students of the secondary school April 7 in the city of Chimoio. The study aimed to understand the forms of sexual education that has been developed in the school environment, expanding the understanding of the need to promote adequate training to improve the academic knowledge of teachers. For this, an essentially mixed qualitative methodology was used and data were collected through a questionnaire with closed questions for the students and a semi-structured interview for the teachers, to which 10 teachers and 20 students responded. The study showed that students feel a lack of adequate and more continuous development in the classroom, presenting numerous doubts about the subject. The results of the questionnaires applied to the teachers indicate that they consider themselves to have knowledge about the subject, but most of the interviewees feel the need for training courses for better knowledge of the subject. Therefore, there is a need to implement and develop training courses, along with the expansion of sensitivity and interest on the part of teachers in learning and dialogue on the subject.

* Doutorando e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP-Brasil). Email: anfibiohuo3@gmail.com

** Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP-Brasil) e Docente na Faculdade de Educação da Universidade Púnguè. Email: rogeriofilipemario@gmail.com

KEYWORDS
Education; Sexuality; Teachers; Students; School

Dhimma barnoota saalqunnamtii naannoo mana barumsaa Mozaambiik

OTHIKILELA (Macua-Metto):
Qorannoon ammaa kun barnoota saalqunnamtii naannoo mana barumsaa keessatti guddisuuf kan akeekedha: qorannoo haalaa barsiisotaa fi barattoota mana barumsaa sadarkaa lammaffaa 7 de Abril magaalaa Chimoio keessatti hirmaachise. Qorannoon kun gosoota barnoota saalqunnamtii manneen barnootaa keessatti qophaa'an hubachuuf kan kaayyeffate yoo ta'u, beekumsa barnootaa barsiisotaa fooyyessuuf leenjii gahaa ta'e guddisuun barbaachisaa ta'uu hubannoo babal'isuun kan kaayyeffate ture. Kanaafis mala qulqullinaa bu'uuraan walmakaa ta'e fayyadamuun odeeffannoon karaa gaaffilee barattootaaf gaaffilee cufamanii fi af-gaaffii walakkaa caaseffama qabuun barsiisotaaf taasifamuun kan walitti qabame yoo ta'u, barsiisonni 10 fi barattoonni 20 deebii kennaniiru. Qorannoon kun barattoonni daree keessatti guddina gahaa fi walitti fufiinsa qabu dhabuun akka itti dhaga'amu kan agarsiisu yoo ta'u, mata duree kana irratti shakkii hedduu dhiyeessa. Bu'aan gaaffilee barsiisota irratti hojiirra oolan dhimmicha irratti beekumsa akka qabanitti akka of ilaalan kan agarsiisu yoo ta'u, namoonni af-gaaffii godhaman harki caalaan isaanii garuu barnoota kana caalaatti hubachuuf leenjii barbaachisaa ta'uu isaa itti dhaga'ama. Kanaafuu, miiraa fi fedhii gama barsiisonni mata duree kana barachuu fi mari'achuu irratti qaban dabaluu cinaatti, koorsii leenjii hojiirra oolchuu fi qopheessuun barbaachisaa ta'uu ibsameera.

MOLUMO ANLAMULIYA UCUWELIYA SAANA
Saalqunnamtii; Barsiisota; Barattoota; Mana barumsaa

Considerações iniciais

A existência de diversos tabus, preconceitos e a falta de diálogo contribuem para que crianças e adolescentes fiquem vulneráveis sobre o seu corpo e sua sexualidade. Para mudar esse cenário, especialistas na área são enfáticos ao defender a educação sexual na escola como uma ferramenta para possibilitar que os jovens conheçam o próprio corpo, promovendo orientação e proteção. Como refere Tibale e Chaves (2003.p11):

> A educação sexual para criança e adolescente não é ensinar fazer sexo. A sexualidade da criança é diferente da do adulto e o foco é o conhecimento do próprio corpo. Muitos associam a sexualidade como sinônimos de relação sexual. Conversar com a criança sobre a sexualidade não estimula a prática sexual precoce, muito pelo contrário (TIBALLI; CHAVES, p. 211, 2003).

Conforme afirma Moraes (2015), trazer essas orientações para as crianças significa explicar sobre privacidade, autoproteção, sentimentos e consentimentos. As temáticas ajudam as crianças a entenderem a diferença entre toques que são permitidos, agradáveis e toques que não são permitidos e desconfortáveis, que as pessoas não

podem tocar no corpo delas se elas não quiserem, e que elas podem dizer não. A ideia também é trabalhar noções de conhecimento do corpo, mudanças pelas quais o corpo passa e de higiene.

Moçambique, através do sector de educação, introduziu conteúdos sobre educação sexual abrangente no currículo de formação do professor e no currículo do ensino primário, cuja metodologia de abordagem é transversal em todas as disciplinas e igualmente foi elaborado um manual metodológico de educação sexual abrangente para professores do 1º e 2º ciclo do ensino primário.

A Saúde Sexual e Reprodutiva constitui uma prioridade na prestação de cuidados de saúde pelo Governo de Moçambique, nesse contexto várias iniciativas vêm sendo implementadas no País desde o mais alto nível de direção, a destacar a iniciativa Presidencial para a Saúde da Mulher e da Criança, onde todos os segmentos da sociedade moçambicana foram chamados para se envolverem na busca de soluções para responder à problemática da saúde da mulher e da criança no País.

Moçambique, através dos Ministérios da Educação e Desenvolvimento Humano e da Saúde, assumiu em 2013 o compromisso ministerial sobre educação sexual abrangente e serviços de saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens. O compromisso ministerial do ESA é uma aliança cujo surgimento é uma resposta aos desafios e experiências vividas pelos adolescentes e jovens dos 10 aos 24 anos de idade na África Oriental e Austral. Este grupo alvo enfrenta muitos desafios concernentes à saúde sexual, com destaque para gravidez precoce e indesejável, uniões prematuras, violência sexual e baseada no género, discriminação e acesso limitados os serviços de saúde de qualidade e infecções transmitidas sexualmente, incluindo o HIV.

Portanto, nota-se que a sexualidade é importante por se tratar da fase presente na vida de todo ser humano e muitas vezes devido à ignomínia o tema não é explanado, podendo ocasionar consequências negativas na vida do adolescente, como por exemplo, proliferação de infecções sexualmente transmissíveis devido ausência de conhecimento. Diante disso, esse estudo se faz pertinente pela necessidade de superar preconceitos e valores que interfiram na educação sexual no âmbito escolar de forma saudável e apropriada, para que seja possível desenvolver uma nova visão sobre a importância da formação do professor sobre o assunto, além de propiciar conhecimento para o aluno.

Entretanto, esta pesquisa é baseada na questão: as formações dos professores têm sido suficientes para trabalhar adequadamente a temática da Educação sexual em salas de aula? A partir deste questionamento buscaremos refletir e propiciar meios para

responder e esclarecer dúvidas. Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como a temática da Educação sexual tem sido trabalhada na Escola Secundaria 7 de Abril na cidade de Chimoio, buscando debater sobre a formação adequada do professor com o intuito de proporcionar maior conhecimento e ruptura dos conceitos pré-estabelecidos socialmente por contexto biopsicossocial, possibilitando ao professor um conhecimento mais científico e didático sobre o tema.

1.Quadro teórico: Conceitos de sexualidade

Muitas vezes confundimos o que é sexualidade e o que é educação sexual, e por esse motivo quando se fala da necessidade da abordagem do tema ocorre resistência, principalmente por parte dos pais e familiares de alunos. Ressalta-se que cada período histórico exibe vários modos de compreender e se posicionar sobre distintos fenômenos (Torres, 2013). Logo, é fundamental que a sexualidade seja trabalhada constantemente no meio escolar, visando entender as mais diferenciadas explicações e posições sobre este tema.

Puerto (2009), explica que para o senso comum sexualidade é compreendida em como análoga ao sexo e para a grande maioria é resumida ao sexo e ao sistema reprodutor. Nota-se uma compreensão comum e limitada da sexualidade que prevalece na sociedade. Muitas vezes, a sexualidade é reduzida apenas à dimensão física e biológica, ou seja, ao ato sexual e ao sistema reprodutivo. No entanto, a sexualidade é uma construção muito mais complexa e abrangente, envolvendo aspectos psicológicos, sociais, culturais e emocionais.

Silva Júnior (2014) interpreta a sexualidade como um complexo de manifestações de caráter afetivo-emocionais, que envolve a orientação sexual juntamente com as distintas expressões de gênero. A sexualidade humana pode então ser pontuada como uma dimensão biológica em que o indivíduo está inserido, sendo elaborada pelo âmbito social, cultural e histórico (CARVALHO, RODRIGUES & MEDRADO, 2005). Logo, a sexualidade vai além dos aspetos biológicos e reprodutivos.

Ela é parte integrante da personalidade e abrange todo o comportamento do indivíduo e se expressa numa diversidade de manifestações, tais como: carícias, beijos, abraços, olhares, sentimentos, afetos, fantasias, desejos, sonhos e prazer (Santos, 2001). A sexualidade, como destacado por Santos, é multifacetada e abrange uma diversidade de manifestações. Essa visão reconhece que a sexualidade é uma parte fundamental da experiência humana que envolve tanto aspectos emocionais quanto físicos. Ela também

destaca que a sexualidade é uma parte integral da identidade de uma pessoa e está entrelaçada com sua vida cotidiana e seus relacionamentos interpessoais.

Puerto (2009, p. 148) explica que o estudo da sexualidade "deverá conduzir a responsabilidade igual entre os sexos, analisando, permitindo e defendendo as diferenças". O estudo da sexualidade não deve apenas reconhecer a igualdade de gênero, mas também promovê-la. Isso significa que homens e mulheres devem ser tratados de maneira justa e igual em todas as questões relacionadas à sexualidade, incluindo direitos, responsabilidades e oportunidades. Assim, falar desta temática na escola não instiga sua prática, mas conscientiza e prevene agravos. Portanto, é essencial reconhecer em sala de aula a dinamicidade da temática levando o aluno a compreender sobre esta.

2.Educação sexual no ambiente escolar

A instituição escolar desempenha um papel fundamental relacionado com a temática da Educação sexual, carecendo de ser um espaço para desenvolver a pluralidade de significados e compreensão sobre o assunto. Este assunto principalmente em anos passados foi encarado de modo oculto, onde não só os professores não trabalhavam o conteúdo, mas também de certo modo a escola proibia de se comentar sobre este. Conceição (1988) explica que:

> Um sistema de educação autoritária e opressora não oferece oportunidade de crescimento ao indivíduo como pessoa livre e capaz de escolher o seu destino. Este sistema educacional não é compatível com o exercício sadio da sexualidade, que é a expressão livre e natural do relacionamento humano (CONCEIÇÃO, 1988, p. 72).

Evidencia-se a necessidade de flexibilizar a questões acadêmicas juntamente com os assuntos vivenciados pelo aluno, sendo então possibilitada uma aprendizagem mais concreta, ou por outra, os educadores devem ser flexíveis em suas abordagens de ensino, adaptando o currículo e os métodos de acordo com as necessidades e interesses dos alunos. Isso pode envolver a incorporação de projetos, estudos de caso ou atividades práticas que permitam aos alunos aplicarem o que estão aprendendo em situações do mundo real. (LEÃO, 2009).

A presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de "Educação Sexual", da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela

faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir” (LOURO, 1999, p. 81).

Um profissional capacitado precisa ter empatia e respeito pelo assunto. Um preparo adequado é aquele que visa sanar as dúvidas e angústias possibilitando uma melhor capacidade de diálogo e tomada responsável de decisões. Por ser um tema complexo e que necessita amparo, o professor mais do que preparo técnico, precisa levar o aluno ao reconhecimento das suas necessidades e desejos, desenvolvendo, assim, a cognição e o afeto. Logo, é preciso quebrar tabus, oferecendo uma prática mais reflexiva, fornecendo não sós subsídios sobre a ES, mas transmitindo valores e atitudes, levando-se em conta os sentimentos e o respeito.

Os professores encarregados de educação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito. Se o lar está falhando neste campo, cabe à escola preencher lacunas de informações, erradicarem preconceitos e possibilitar as discussões das emoções e valores (TELES, 1992, p. 51).

A ES deve procurar esclarecer para jovens e adolescentes a respeito da responsabilidade particular de cada um diante do seu próprio corpo. Uma educação sexual benéfica é aquela que não se restringe ao aprendizado da parte fisiológica e funções do corpo humano, mas sim a que aborda assuntos sobre a autoestima, desejos sexuais e não sexuais, sentimentos conflitantes e o respeito, permitindo uma visão consciente das relações interpessoais e de gênero, da saúde reprodutiva e imagem corporal, contemplando também as partes psicológicas, sociológicas e espirituais da sexualidade. Compreender a ES na adolescência é essencial, pois,

> [...] estudos sobre o crescimento e o amadurecimento sexual durante a puberdade, o surgimento de características sexuais secundárias, a possibilidade de gravidez decorrente do ato sexual, associada a eventos da ejaculação e do ciclo menstrual, bem como a utilização e o funcionamento de preservativos (LOURO, 1999, p. 81).

Do mesmo modo que orientamos às crianças sobre diversas ações, como olhar para os dois lados antes de atravessar a rua, não falar com estranhos, nem aceitar doces e presente deles, precisamos ensiná-las a lidar com seus sentimentos, incluindo os que dizem respeito à sexualidade. Para isso, é importante que ocorra uma conscientização sobre a necessidade da promoção da educação sexual preventiva. Beraldo (2003, p. 103) afirma que “a educação sexual acontece no seio familiar. É uma experiência pessoal contida de valores e condutas transmitidos pelos pais e por pessoas

que o cercam desde bebê". Cabe a família, iniciar essa discussão e preparar o adolescente para uma vida sexual positiva, sem problemas e dúvidas.

O ambiente familiar desempenha um papel fundamental na educação sexual das crianças e adolescentes. Os valores, crenças e comportamentos em relação à sexualidade são moldados, em grande parte, pelas interações familiares. É importante notar que a educação sexual não se limita à transmissão de fatos sobre anatomia e fisiologia; também envolve a discussão de questões emocionais, éticas e de relacionamento. Além disso, a educação sexual não deve ser um monólogo, mas sim um diálogo aberto e respeitoso entre pais e filhos, permitindo que os adolescentes expressem suas dúvidas e preocupações.

Desta forma, o professor precisa se capacitar cientificamente sobre o conteúdo para transmitir dados verdadeiros e confiáveis para o aluno. Assim, é essencial que o professor reconheça sua função diante do trabalho com a ES percebendo a grandeza de desenvolver meios que oportunizem o aluno a conhecer e entender melhor sobre sua sexualidade.

3.Metodologia

A metodologia aplicada foi de natureza qualitativa. De acordo com Silveira e Córdova (2009), o método qualitativo permite trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A recolha de dados teve como base a entrevista semiestruturada e o questionário. Estes instrumentos foram concebidos para permitir a recolha de dados de forma abrangente a população alvo que, num curto espaço de tempo foi possível obter resultados desejados para análise do estudo em caso.

De acordo com Silveira & Córdova (2009), na entrevista semiestruturada o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está ser estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal. O questionário é definido por Gil (2008) como sendo uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O estudo teve como população os professores e alunos, dos quais foi retirada uma

amostra intencional de 10 professores e 20 alunos. Como afirma Silveira & Cordova (2009), neste tipo de amostragem, o pesquisador decide quem irá compor a amostra. É bem frequente em estudos psicométricos de validação de testes psicológicos. Neste tipo de pesquisa, existe uma etapa em que especialistas são convidados para opinar sobre características dos testes.

No que concerne à análise de dados, estes foram analisados usando a técnica de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), análise de conteúdo é uma metodologia usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e textos, conduzido a descrições sistemáticas qualitativas e ou quantitativas permitindo a compreensão dos seus significados. Em conformidade com este autor, nesta pesquisa o método de análise de conteúdo foi aplicado para analisar as questões abertas dos inquéritos e das entrevistas de modo a permitir melhor compreensão das atitudes e comportamentos dos respondentes diante do tema em estudo.

3.1.Apresentação dos resultados

Buscando caracterizar os participantes da pesquisa um questionário foi entregue para os professores da escola. No que concerne ao género dos professores foi possível aferir que 35% são do género masculino e 65% Feminino. Quando questionados sobre o que é sexualidade, o **prof.1** afirmou que: "*Uma dimensão do ser humano".* Por sua vez o **prof.2** disse que: "*a sexualidade humana representa o conjunto de comportamentos que concernem à satisfação da necessidade e do desejo sexual".* Já o **prof.3** respondeu: "*Tema interligado ao sexo, ao corpo, à puberdade".* Ainda o **prof.4** disse: "*atração física pelo sexo oposto, expressar afeto e contato, inicia na adolescência, busca de prazer, satisfação dos desejos do corpo."* O **prof.5** foi mais longe respondendo que: "*Existem muitas formas e definir o que é sexualidade para mim é a necessidade de receber e expressar afeto e contato, não é apenas sexo, é o toque, o abraço, etc.".* Respondendo a mesma questão o **prof.6** diz: "*Fase, formação, crescimento e amadurecimento*." *Para o* **prof.7** "*A sexualidade é um conceito que está baseado na atração sexual e na afetividade compartilhada entre as pessoas".* O **prof. 8 e 9** disse que: *"sexualidade é uma descoberta, nomeadamente do próprio corpo".*

Foi questionado aos professores sobre seus anseios em falar sobre sexualidade com seus alunos, com o intuito de então saber o que necessita ser trabalhado com esses professores a fim de que eles alcancem êxito em sua didática. o **prof.1** afirmou que: "*Não existe nem um medo e nem receio".* Por sua vez o prof.2 disse que: "*Sim, de falar ou citar*

algo que pode deixá-los constrangidos". Já o **prof.3** respondeu: "*Sim, cuidado em usar termos que não servem para o verdadeiro sentido do sexo. Falar espontaneamente como algo que faz parte do ser humano como outros órgãos, o coração.".* Ainda o **prof.4** disse: "*Não, dou aulas de biologia, fica fácil"* Os **profs. 5, 6 e 7** responderam que: "*Não."*

Perguntados sobre qual então seria a posição do professor em sala de aula quando os alunos questionam algum assunto sobre sexualidade? As respostas foram: o prof.1 afirmou que: "*Converso normalmente sobre o assunto; independente do assunto da aula e do questionamento do aluno – aluno (pergunta) assunto é o aluno – seu questionamento.".* Por sua vez o **prof.2** disse que: "*Geralmente cria-se mais curiosidade em relação ao tema.".* Já o **prof.3** respondeu: "*Procuro orientar normalmente, mesmo às vezes sem dominá-lo com exclusividade.".* Ainda o **prof.4** disse: "*De uma forma propícia, paro o assunto da aula e explicou o que foi perguntado"* O **prof.5** foi mais longe respondendo que: "*Eu respondo, se não souber pergunto para uma professora de biologia e aí respondo ao aluno, ou pesquiso sobre o tema aí trago a resposta".* Respondendo a mesma questão o **prof.6** diz: "*Procuro orientar sobre o questionamento e informar todo o tipo de risco que a relação sexual precoce pode causar.*" *Para* ***o*** **prof.7** "*Medo porque não tenho muito conhecimento acerca do tema".* o **prof. 9** disse que: *"Tento dar ao meu máximo respondendo aos meninos".* E por fim o **prof.10** disse: "*Explico de acordo com a situação evitando o preconceito."*

Quando questionados sobre sua formação acadêmica associada a atividades relacionadas com a sexualidade. Estes responderam: o **prof.1** afirmou que: "*Na área que eu atuo não houve referências sobre o assunto na formação.".* Por sua vez o **prof.2** disse que: "*Não houve a abordagem do assunto na minha formação acadêmica.".* Já o **prof.3** respondeu: "*Como sou formada em matemática, não foi falado nada sobre o tema sexualidade, por isso tenho que pesquisar quando questionada.".* Ainda o **prof.4** disse: "*Para mim tenho conhecimento, mas sempre temos que ter mais formação."* O **prof.5** foi mais longe respondendo que: "*infelizmente, não tive a formação sobre assunto".* Respondendo a mesma questão o **prof.6** diz: "*Não tive, apenas conhecimento comum.*" E por fim o **prof.7** disse: "*nada na minha formação nunca se falou".*

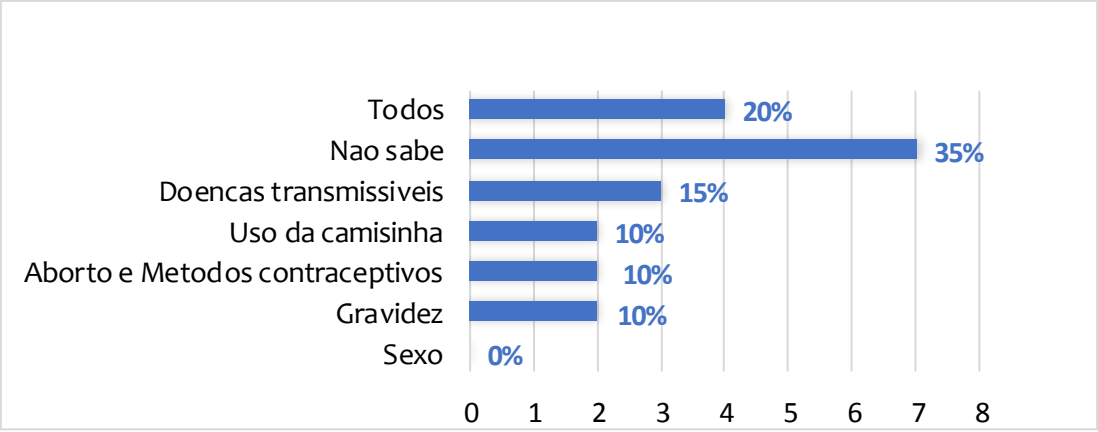
Quando questionados sobre a necessidade de capacitação da temática em estudo, estes disseram: o **prof.1** afirmou que: "*Sim, os professores não recebem orientação sobre o assunto e falham em sala de aula.".* Por sua vez o **prof.2** disse que: "*Sim, nossos alunos estão com essas carências e às vezes é somente o professor que é procurado.".* Já o **prof.3** respondeu: "*Sim, mas procuro pesquisar as novidades da ciência a esse*

respeito.". Ainda o **prof.4** disse: "*Acredito que uma formação melhoria meu conhecimento de como expor o assunto."* O **prof.5** foi mais longe respondendo que: "*Eu acho que sim, porque é bom a gente saber um pouco mais sobre sexualidade, seria poder estar alertando, passando para os alunos.".* Respondendo a mesma questão o prof.6 diz: "*Estou sempre com necessidade de formação quanto mais melhor para passar conhecimento.*" E por fim o **prof.7** disse: "*sim a necessidade".*

Foram ainda inquiridos 20 alunos dos quais 60% são do sexo feminino e 40% do Masculino por outra ficou possível aferir que 25% dos alunos encontram-se nas idades compreendidas entre 10-15 anos e 75% entre 16-20 anos de idade. Foram questionados se tinham conhecimento sobre o que seria educação sexual, foi possível aferir que 35% tinham conhecimento sobre a temática em contrapartida 65% não tem conhecimento. Questionados se na escola tem-se abordado acerca do tema 20% afirmam que não, em contrapartida 35% escolheram nunca e 45% disseram que sim.

Perguntados sobre quais temas tem-se abordado na Educação sexual nota-se que a questão do sexo não é abordada com 0%, a gravidez, aborto e métodos contraceptivos juntamente com o uso da camisinha cada com 10%, as doenças transmissíveis com 15%, 20% afirmam que todos os temas são abordados e 35% não sabem.

Gráfico 1: Temas abordados na Educação sexual



Fonte: Dados da pesquisa

3.2.Discussão de resultados

No que concerne ao género dos professores foi possível aferir que a maioria do público investigado consiste em mulheres, com predominância em questão de 65% dos participantes, este facto, relacionado ao tema da sexualidade pode ser positivo, no qual, na pesquisa realizada por Savegnago e Arpini (2013) com mães e adolescentes a respeito da sexualidade, os jovens consideraram que quando o assunto era explanado

pela figura feminina o impacto foi classificado como mais leve do que realizado por um homem.

Diante das respostas da questão referente ao conceito de sexualidade, pode-se perceber que apesar dos professores considerarem entender bem sobre a sexualidade, estes têm dificuldade em defini-la de forma científica. Entende-se que da mesma forma em que eles não conseguem perceber a sexualidade, eles têm dificuldades em transmiti-la aos alunos. Segundo Leão (2009), muitos professores possuem dificuldades em orientar seus alunos, seja por razões pessoais, seja pela falta de informações específicas voltadas para a área da sexualidade e até mesmo por falta de orientação e de recursos metodológicos que os ajudem a compreender e realizar uma orientação adequada.

Por muito tempo, a juventude foi vista como algo a ser controlado, pois o adolescente precisaria ser protegido de seus impulsos sexuais. Essa e outras visões estão ligadas a uma perspectiva biológica (DINIS; LUZ, 2007). Em contrapartida, na modernidade busca-se cada vez mais a exposição e discussão sobre a sexualidade, e segundo Foucault (1988 apud Dinis e Luz, 2007), os estudos na área tiveram grande contribuição para que se pudesse entender a sexualidade sob uma perspectiva histórico-cultural.

Assim, não se busca mais o silenciamento da sexualidade, e sim sua constante visibilidade e exposição, inclusive mediática. Além disso, os autores afirmam que a mídia é um elemento de formação cultural que por vezes está mais presente que a formação escolar, interferindo nas representações que se tem sobre sexualidade. Percebeu-se que uma parte significativa alega que existe sim anseios em falar sobre sexualidade com seus alunos. Por outro lado, percebe-se que abordar a sexualidade na escola é uma necessidade para que se possa transformar a sociedade. Não há mudanças com relação aos tabus e discriminações, se não houver debate saudável a respeito dessas questões.

Sendo que o simples acesso às informações não forma um cidadão crítico e bem esclarecido. Logo, a escola tem o papel de fazer o aluno rever informações que, geralmente, ele já possui sobre o assunto, compreendendo-a corretamente e refletindo sobre ela para que esse conhecimento, realmente, seja importante para sua formação. Pois como afirma Novak (2013) a sexualidade está além dos muros da escola, por isso, precisa-se levar em conta a sociedade, buscando formar um aluno consciente e que busque combater preconceitos e tabus.

Malina et al. (2009), Rogol et al. (2002) e Rowland (1996) afirmam que o papel do professor é o de oferecer novos conhecimentos, experimentar questionamentos e

possibilitar a interação de opiniões que favoreça as decisões individuais, oferecendo subsídios para o crescimento por meio da busca da verdade.

Os professores desempenham um papel central na transmissão de conhecimentos e informações aos alunos. Eles são os facilitadores do aprendizado, fornecendo informações atualizadas e relevantes. O professor apropriado para abordar o tema é aquele que está bem "adequado com sua sexualidade, tendo a coragem de desafiar seus próprios tabus e preconceitos, reconhecendo suas próprias falhas". (DINIS; LUZ, 2007).

Olhando para o posicionamento dos professores na questão sobre a posição do professor em sala de aula quando os alunos questionam algum assunto sobre sexualidade, notou-se que nem todos têm tido uma posição favorável na sala de aulas quando os alunos questionam algum assunto sobre sexualidade. De acordo com Britzman (1999) qualquer professor pode, a princípio, trabalhar com orientação sexual, sendo necessário que esteja acessível ao conhecimento do outro e de si próprio. É necessário haver condescendência consigo mesmo, não estabelecer uma relação arrogante com o saber científico, ter disponibilidade para rever atitudes e crenças.

Nota-se sentimentos conflituantes entre o que lhe é ordenado fazer e o que acredita ser de fato correto com sua formação histórico-social. A temática se associa a questões complexas, de aspectos existenciais e institucionais onde várias vezes os professores não sabem lidar com a questão em suas próprias vidas. Britzman (1999) afirma que não se pode exigir do professor um desprendimento absoluto no que tange as questões associadas à sexualidade, mas sim, consciência sobre quais os valores, crenças, opiniões e sentimentos que apreendeu para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto aos alunos.

Questionados sobre sua formação acadêmica associada a atividades relacionadas com a sexualidade apenas um dos docentes respondeu que em sua formação não faltou nada, os demais professores consideram que não tiveram informação suficiente durante sua formação acadêmica sobre a temática. Nas faculdades de Educação de todo o país, é difícil encontrar disciplinas obrigatórias que abordem as questões de gênero e sexualidade, daí a importância de que os professores procurem uma formação para aprender a trabalhar da melhor maneira com o tema.

Puerto (2009) explica que na formação inicial também deveríamos ter disciplinas obrigatórias que tratem dessa questão, para que os professores já chegassem na escola com um olhar diferente. Na sua visão, “o grupo de estudos não vai sanar todos os

problemas. A importância está no fato de ele abrir e modificar o olhar. Ele não é o único caminho, é apenas mais um".

Ribeiro e Souza (2003) destacam que verificaram em seus estudos que existe uma lacuna na formação inicial docente, pois no currículo regular do curso de licenciatura não existe um espaço para a reflexão com os/as futuros/as professores/as sobre a sexualidade, dificultando um trabalho teórico e prático cientificamente fundamentado. A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e se sentem, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante desta tarefa. Nesse sentido Pinto, salienta:

> à preocupação e o interesse em proporcionar às pessoas, em especial às crianças e aos jovens, uma Educação Sexual que os torne capazes de viver a sexualidade com liberdade e em plenitude, não é exclusiva de professores e pensadores de nosso século, embora seja nesse período, que essa preocupação e interesse emergiram com mais vigor e determinação (PINTO, 2016, p. 83).

Os professores respondendo se a necessidade de capacitação da temática em estudo, estes disseram que sim precisam, pelo facto de ser necessário estarem sempre preparados para assumir seu papel na sociedade, e por meio dos encontros de formação é possível refletir sobre nossa prática docente. O processo de formação do professor precisa ser contínuo, o professor precisa refletir sobre suas ações e práticas pedagógicas de forma coletiva com os demais professores.

A transformação acontece à medida que nos unirmos, pois, são as ações conjuntas que possibilitam ao profissional aperfeiçoar sua prática, estando diretamente ligada aos problemas vivenciados em sala de aula. É indispensável que os professores busquem nos encontros de formação adaptar suas ações conforme as mudanças ocorridas com a globalização e que o conteúdo de orientação sexual esteja de fato no planeamento e na prática em sala de aula.

Oliveira (1994), esclarece que por meio da formação continuada o professor pode conquistar sua autonomia profissional, refletir sobre sua prática, construir teorias acerca de seu trabalho, já que é a reflexão na e sobre a ação que lhes permite participar ativamente dos problemas, analisar suas práticas, rever suas rotinas, inventar novas soluções. De acordo com Batista (2008), ao professor cabe a busca e a conquista de sua voz, resgatando o seu papel de professor e colocando em prática, no seu dia a dia, a sua

vocação, revelando os sentimentos e desejos que lhe motivaram a fazer essa escolha profissional.

Quirino (2014), afirma que é necessário realizar investimentos na formação inicial e continuada dos professores nas escolas nas diversas áreas do saber, especialmente quando se refere às temáticas de orientação sexual, principalmente pela necessidade urgente de mudança de paradigmas que norteiam à atual práxis pedagógica do ambiente escolar. Foram ainda inquiridos 20 alunos dos quais a maioria são do género feminino e por outra a maioria dos alunos inquiridos estão nas idades compreendidas entre 16-20 anos de idade. Foram questionados se tinham conhecimento sobre o que seria educação sexual, foi possível aferir que poucos têm conhecimento sobre o assunto.

Portanto Segundo Quirino (2014), a educação sexual é um tema que divide opiniões, principalmente quando se fala em abordá-lo nas escolas. Há setores da sociedade que defendem que o assunto só deva ser tratado em casa, por pais e mães. A educação sexual também é uma questão cercada por desconhecimento e ideias equivocadas. Nesse sentido Nunes; Silva (2006, p. 61) afirmam que “a educação sexual é ter acesso ao conhecimento sobre o corpo humano e a todas as questões ligadas, diretamente ou indiretamente, ao relacionamento sexual”.

Portanto, a educação sexual é muito importante para que a criança e ao adolescente cresçam com uma ideia bonita e positiva do corpo e do sexo. Se os pais e a escola não explicam, a criança vai aprender de qualquer forma, na rua, com amigos, pela internet e, muito provavelmente, vai ter uma visão promíscua do sexo, uma visão negativa. Questionados se na escola tem-se abordado acerca do tema uma parte significativa afirma que sim, em contrapartida a outra parte afirma que nunca se falou acerca do assunto na escola. Com isto, é de conhecimento de todo professor e até mesmo dos pais que não existe uma receita pronta para formar bons alunos e/ou bons filhos. Mas, enquanto mediadores do conhecimento, o professor deve buscar se aperfeiçoar em relação à sua área de atuação.

Ao se tratar da Educação Sexual, o professor deve buscar o maior número de informações e experiências que possam ser passadas para o aluno de forma que venha enriquecer as informações dele a respeito do assunto, propiciando a eles uma vida sexual prazerosa e, acima de tudo, com responsabilidade. (TIBALLI; CHAVES, 2003).

Por mais surpreendente que seja, muitos jovens relataram numa pesquisa realizada por Tiballi e Chaves (2003) que: “O sexo hoje em dia está radicalmente banalizado”. Tal depoimento é considerado como positivo, visto que parte dos

adolescentes estão tendo a capacidade de perceber como o sexo era encarado antigamente, tido como tabu, e que desconhecer a respeito da sexualidade era uma questão de integridade moral, muitos percebem que a atual geração passou a encarar o sexo com outros olhos, onde tudo é normal e permitido.

Segundo Oliveira (1994), os professores em parceria com a família são fundamentais na formação sexual da criança. A família deve ser orientada, visto que ela é a fonte principal da formação, da base da criança, para que proporcione uma vida moralmente sadia, inclusive sendo responsável em passar um conhecimento adequado da sexualidade humana. Sabe-se que a boa educação começa em casa, visto que os pais geralmente buscam sempre a felicidade e consequentemente o sucesso do seu filho.

Nogueira, (2009) diz que a escola é tida como um importante complemento, isso quando bem orientada. Os jovens, apesar de muitas vezes não demonstrarem, são extremamente necessitados de conceitos morais e do amparo familiar que, quando realizados de forma coerente, proporcionam a formação de homens e mulheres de valores, exemplos para a sociedade.

Perguntados sobre quais temas tem-se abordado na Educação sexual nota-se que a maioria dosa alunos por não saberem do que se trata o assunto, eles têm dificultardes em saber os temas que são tratados, em contrapartida uma parte significativa afirma que todos os temas mencionados nas opções de escolha são abordados, neste caso, a educação sexual aborda temas como o sexo, a gravidez, o aborto, métodos contraceptivos, a importância da camisinha e doenças sexualmente transmissíveis. Alguns defendem que tal termo já caiu em desuso cedendo lugar para o termo orientação sexual, mas esse ainda confunde algumas pessoas, pois também é empregado para designar a opção sexual de cada indivíduo, ou seja, sua preferência por indivíduos de gênero igual, diferente ou por ambos.

De acordo com Batista (2008), no período da adolescência, o organismo em sua totalidade (físico e psicológico) passa por inúmeras transformações e essas exigem que o indivíduo se adapte de forma rápida à sua nova condição. Nesse período, o indivíduo deixa seus comportamentos infantis e inicia algumas rotinas adultas. Normalmente a menina tende a amadurecer e lidar com suas responsabilidades mais rápido que o menino, cerca de dois anos antes, o que a deixa mais responsável em relação ao assunto.

Quirino (2014), afirma que nesse período, que é quando se inicia a vida sexual, o jovem precisa se preocupar em prevenir doenças e a gravidez precoce, para que a etapa

de adaptação às mudanças não seja “pulada”. A gravidez na adolescência pode provocar danos à saúde da moça, como por exemplo, anemia, eclampsia, retenção de líquidos, hipertensão e outras. Em relação às doenças sexualmente transmissíveis, ambos os gêneros necessitam se cuidar. Apesar do uso de contraceptivos, as DSTs somente podem ser evitadas com a utilização da camisinha (preservativo), independentemente de ser masculina ou feminina a camisinha impede o contato direto dos órgãos sexuais.

Segundo Batista (2008), é papel dos pais conversar com seus filhos a respeito do mundo do sexo. Detalhar de forma clara e sem rodeios como ocorre a transmissão de doenças e a gravidez, além de ensiná-los como devem se prevenir contratais. Conforme afirma Moraes (2015), devemos valorizar e privilegiar o espaço da escola para essas questões da Educação Sexual. E na escola, é importante que os pais e as mães tenham conhecimento do que vai ser ensinado, e apoiem o trabalho das/os professoras/res. Nesta direção, acredita-se que a Educação Sexual, ao lado de temas como a gravidez não planejada, ajude na formação da cidadania, que é uma das principais preocupações da escola.

Considerações finais

A Sexualidade e a Educação sexual se fazem necessário a todos e em todos os momentos de nossas vidas, é uma educação adequada que nos torna melhores e mais conscientes de nossos erros e anseios. Percebe-se a ausência de campanhas de sensibilização e maior divulgação sobre questões relacionadas a este assunto. Foi possível perceber a partir do estudo que apesar dos professores avaliados considerarem ter um bom nível de conhecimento sobre tema e a maioria não apresentar dificuldade em trabalhar o assunto, estes indicam obstáculos para desenvolver o conteúdo de modo adequado. Pode-se observar que, além de faltar formação adequada sobre a temática, também ocorre certo receio por parte dos próprios professores em falar sobre ela.

Uma hipótese para esta explicação relaciona-se com a interferência do meio social em que os professores estão inseridos, todavia, não justificaria o problema. Verifica-se uma ausência na busca por uma didática mais coerente. Muitas vezes, o aluno com receio e/ou vergonha não conversa com seus pais e acaba vendo no professor a oportunidade e confiança para conversar sobre medos e receios. O resultado da pesquisa em questão foi satisfatório, pois demonstrou que os professores realmente têm dificuldade em trabalhar o tema. Deste modo, os cursos de formação inicial necessitam repensar

suas grades curriculares e inserir disciplinas relacionadas à sexualidade, para preparar os futuros professores no trabalho com o tema.

Do mesmo modo, os cursos de formação continuada em serviço também precisam habilitar os professores em relação a este assunto, incluindo-o nos seus programas, considerado indispensável à formação e à informação dos alunos. Assim, como proposta para melhorar esse quadro, sugere-se um curso e/ou oficinas de formação em Sexualidade/Educação Sexual param os professores, em especial na escola de pesquisa, auxiliando na abordagem e aplicação de métodos que empreguem uma linguagem informal, atingindo e envolvendo os alunos.

Referências

BATISTA, Cláudia Aparecida. **Educação e sexualidade:** um diálogo com educadores. São Paulo: Ícone, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DINIS, Neves; LUZ, Antônio. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar,** Curitiba, n.30, p. 77-87, 2007.

LEÃO, Augusto. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos***.* 350f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

MALINA, Robert; BOUCHARD, Claude; Bar-or, O. **Crescimento, maturação e atividade física***.* São Paulo: Phorte, 2009.

MORAES, Mastro. **Transdisciplinaridade, criatividade e educação***:* Fundamentos ontológicos e epistemológicos*.* São Paulo: Papirus, 2015.

NOVAK, Elaine. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual com adolescentes.** 38 f. Monografia. (Especialização em Ensino de Ciências) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2013.

OLIVEIRA, Bertucci. **Qual a sua formação, professor?** São Paulo: Papirus, 1994.

PINTO, Venâncio. **Sexualidade na escola: discursos de alunos, mães e professores**. 177 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

PUERTO, Castiano. **Educação sexual e a escola**. Lisboa: Editora ID Books, 2009

QUIRINO, George. **Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar**. Curitiba: Appris, 2014.

RIBEIRO, Paulo; SOUZA, Diniz. Falando com professores das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico. **Enseñanza de las Ciencias,** vol.21, nº1, p. 67-75, 2003.

SAVEGNAGO, Saurito; ARPINI, Delcio. Conversando sobre sexualidade na família: olhares de meninas de grupo populares. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, Vol. 43, n° 150, 2013.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

TIBA, Ilidio. **Adolescência***:* O despertador do sexo. São Paulo: Ed. Cortez, 1994.

TIBALLI, Elianda, Arantes; CHAVES, Sandramara M. **Concepções e práticas em formação de professores diferentes olhares**. Porto Alegre: Alternativa, 2003.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): HUO, Anfibio Zacarias; MÁRIO, Rogério Filipe. A questão da educação sexual no ambiente escolar em Moçambique**.** *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.213-230, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Huo, Anfibio Zacarias; Mário, Rogério Filipe (out. 2024). A questão da educação sexual no ambiente escolar em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 213-230.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.231-241 | 2024.

Inclusão escolar e aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais: Caso do estudo de alunos da 7ªClasse da Escola Básica de 7 de Abril-Chimoio (Moçambique)

Jone João Mugondo*
https://orcid.org/0009-0005-8586-0468

Sebastiana Nicolau Filipe Pinto Chirindza**
https://orcid.org/0009-0005-8586-0468

Fernando Rafael Chongo***
https://orcid.org/0000-0003-2706-9916

RESUMO
O presente estudo visa analisar a questão da influência das teorias educacionais de inclusão a partir duma entrevista conduzida na Direção da escola Básica de 7 de Abril junto dos seus professores e uma parte dos alunos da 7ª classe, como os participantes do estudo. Portanto, a entrevista semi-estruturada foi usada como um dos instrumentos de recolha de dados, tendo sido primeiramente dirigida a Direção da escola junto dos seus professores e a posterior o questionário como um dos instrumentos de colecta de dados dirigido aos alunos. Desta feita, o estudo baseou-se na abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica. Eventualmente os dados coletados foram analisados e tendo se notado que ainda existem muitos esforços a dobrar no que concerne a inclusão escolar ao longo percurso escolar básico, tanto como a falta do envolvimento da comunidade escolar neste âmbito. Contudo este estudo espera-se consciencializar o grupo alvo e os demais interessados nesta arena educacional pautar por estratégias de inclusão escolar por meio de fazer com que as políticas de ensino acomodem o aluno, não o aluno-ensino.

PALAVRAS-CHAVE
Inclusão Escolar; Aprendizagem; Necessidades Educativas Especiais

School inclusion and learning of students with Special Educational Needs: Case study of 7th grade students at Escola Básica de 7 de Abril-Chimoio (Mozambique)

ABSTRACT
This study aims to analyse the question of the influence of educational theories of inclusion based on an interview conducted at the 7 de Abril Elementary School with its teachers and some of the 7th grade students who took part in the study. Therefore, the semi-structured interview was used as one of the data collection instruments, firstly directed at the school management and its teachers, and then the questionnaire as one of the data collection instruments directed at the students. The study was based on a

* Mestrando em Gestão e Administração Educacional pela UCM-Chimoio; tendo feito Licenciatura em Ensino de Inglês com Habilitações em Tradução Inglês-Português pela Universidade Pedagógica Delegação de Lichinga; Docente universitário da Universidade Zambeze-Chimoio. E-mail: johnsonmugondo@gmail.com

** Mestranda em Gestão e Administração Educacional pela UCM-Chimoio; tendo feito Licenciatura em Ensino de Geografia com Habilitações em Turismo pela Universidade Pedagógica Delegação de Manica. E-mail: sebastianachirindza72@gmail.com

*** Doutor em Inovação Educativa (Ciências de Educação) pela Universidade Católica de Moçambique; Professor Auxiliar no Departamento de Pedagogia e Psicologia, Faculdade de Educação, Universidade de Púnguè, na Região Centro de Moçambique. E-mail: fernandochongo@yahoo.com

qualitative approach and bibliographical research. Eventually, the data collected was statistically analysed and it was noted that there are still many efforts to be made with regard to school inclusion throughout basic schooling, as well as the lack of involvement of the school community in this area. However, this study hopes to raise awareness among the target group and others interested in this educational arena of the need for school inclusion strategies to ensure that teaching policies accommodate the pupil, not the pupil-teacher.

KEYWORDS
School Inclusion; Learning; Special Educational Needs

Introdução

A educação inclusiva é tida como um dos grandes desafios impostos à gestão educacional mediante as novas exigências que o ensino regular enfrenta no contexto social. E importa referir que muitos casos de não apredizagem escolar têm causado frustrações sobretudo aos membros da comunidade escolar; sendo que muita gente envolvida nesta causa não sabe mecanismos de como mitigar ou ajudar efectivamente esses problemas, que até por sua vez possibilita a profunda busca concernente as dificuldades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

E actualmente, muitas escolas senão quase todas a nível nacional têm interpretada os alunos com necessidades educativas especiais como alunos desatentos ou mesmo distraídos às instruções escolares. Deste modo, priorizam apenas os alunos com deficiência física e deixando a margem os alunos com dificuldades de aprendizagem (disgrafia, dislexia) entre outras. Portanto, isso acaba culminando na exclusão dos mesmo no sistema educacional.

De acordo Fernandez (1991), problemas de aprendizagem escolar assentam-se na disproveniência das capacidades inerentes a aprendizagem do aluno. Ao passo que Mazzota (1998), salienta que pessoas com necessidades educativas especiais possuem características próprias sendo que estas: desbloqueios internos ou externos que solicitam mudanças e inserção do meio para o alcance das suas capacidades.

Portanto, nesta senda, incumbe-se o maior desafio aos profissionais da educação para envidar esforços e iniciativas educacionais inclusivas de modo a prover as necessidades básicas de aprendizagem de educação para todos. Todavia, se os profissionais da educação forem a pautar por uma inclusão escolar adequada e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, poderá mudar significativamente o trajecto escolar dos alunos tanto como maximizar o aproveitamento pedagógico e não deixando a margem o bom garante da vida efectiva dos mesmos, pois aumenta consideravelmente o nível de auto-estima no ambiente de aprendizagem.

E o presente estudo aprofunda a eficiência e vantagens na implementação de iniciativas de inclusão escolar e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, pós com isso visa tornar o processo de ensino e aprendizagem mais inclusivo e humanizado sob o enfoque a educação como direito de todos e dever do estado. E ainda, o estudo tem como relevância, descrever a real situação da problemática de inclusão dos alunos que apresentam necessidades educativas especias; por meio duma entrevista conduzida com o grupo-alvo da escola supracitada, onde o estudo teve como abordagem qualitativa e estudo bibliografico. Todavia, o presente estudo está intimamente voltado à inclusão dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais sob enfoque dificuldades de aprendizagem.

Entretanto, o estudo levanta a seguinte indagação: de que forma a teória educacional de inclusão escolar influência na aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais na escola Básica 7 de Abril, na cidade de Chimoio? Sendo que este o motivo suficiente que fez com que se realizasse o presente estudo cujo objetivo consiste em analisar a influência da teória educacional de inclusão escolar na aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. E ainda importa referir que o estudo está faseada da seguinte maneira: a primeira parte é sobre introdução, a segunda parte é do quadro teorico, a terceira parte é sobre apresentação e discussão de resultados e a quarta parte é sobre as considerações finais.

1.Enquadramento Teórico-Conceptual: Inclusão escolar

A conceituação da palavra inclusão enquanto termo escolar, alberga inúmeras definições tomando assim diversas linhagens, mas solicita-se que as mesmas não deixem de margem ou ignorar as necessidades educativas e as suas especificidades garantindo desta feita o envolvimento dos alunos portadores de deficiência ao mesmo ritmo de acessibilidade instrucional junto com os alunos considerados normais ou sem défice de aprendizagem.

E conforme estabelecido na Declaração de Salamanca (1994), acomoda estes indivíduos portadores de deficiências à uma educação inclusiva e incumbindo assim de forma geral aos governos pautar por iniciativas que ajudam o envolvimento dos encarregados de educação tanto como a comunidade escolar e outras organizações de indivíduos portadores de deficiências nos encontros de tomadas de decisões afim de prover a maior inclusão escolar.

Portanto, esta Declaração consciencializa à todos profissionais educacionais, as directrizes inclusivas que as escolas regulares têm, em que por sua vez estas orientações seguidas com efectividade desempenham um papel preponderante no que concerne o combate das atitudes acentuadas de exclusão dentre elas o uso de termos pejorativos entre outras, promovendo assim um ambiente de aprendizagem escolar humanizada e acolhedora; alcançado assim o objectivo das teorias internacionais da educação para todos.

A pesar de tanta complexidade que se verifica nas teorias educacionais, mas elas visam essencialmente garantir a educação para todos independentemente das especificidades existentes entre alunos; importa referir que todos indivíduos gozam do mesmo direito instrucional. E nesta senda, Sassaki (1997:02), reafirma que a escola regular é considerada inclusiva se e só si, esta for restruturada eficientemente para acomodar uma diversidade de alunos sobretudo portadores de necessidades educativas especiais, seja elas físicas ou mesmos outras deficiências resultantes de factores adversos. Portanto, importa realçar que, as necessidades educativas especiais são claramente usadas à todos indivíduos portadores de deficiências em função da natureza ou assim problemas de aprendizagem dos mesmos.

E Borges (2005:03), reafirma dizendo, considera-se um individuo portador de necessidades educativas especiais, aquele que apresenta maiores défices de aprendizagem que estes divergem dos restantes dos alunos da mesma faixa etária em aprender tudo quanto foi previsto na grelha curricular; exigindo desta feita para os profissionais educadores o uso de metodologias didáticas em prol do alcance das metas educacionais outrossim traçados.

E para humanizar ou evitar essa designação bastante inadequada e como não bastasse pejorativa de ‘‘indivíduos portadores de deficiências’’, Mazzota (1996:60) os designou de ‘‘alunos com necessidades educativas especiais’’. E esta abordagem do Autor amortece o grupo alvo entre as diversidades individuais e refletindo assim o bom gesto de humanidade, pois conforta e eleva o senso de autoestima dos mesmos, construindo assim uma sociedade escolar unânime.

E para a efetividade deste processo de inclusão educacional e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais não se pode deixar de margem a cooperação das Unidades Sanitárias assim como a assistência comunitária. Em resultado, a educação básica escolar deve centralizar-se na obtenção dos resultados

esperados nesta mesma aprendizagem afim de garantir a inclusão dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais.

2.Factores escolares

Considera-se a escola como um lugar de interação educacional de indivíduos pertencentes a diversas comunidades, sabendo que não existe uma comunidade sem cultura. E de acordo com a Lei Brasileira (2001), chama atenção aos profissionais da educação juntos a sua comunidade escolar, sobretudo nas maneiras de como acomodar os alunos que apresentam necessidades educativas especiais em pautar pela assessoria técnica escolar condigna, avaliação destes alunos no trajeto escolar dos mesmos, incluindo desta feita, matérias de capacitação dos seus professores, a direção da escola e tanto como os encarregados de educação no gera.

Portanto, a criação das Instituições integradoras que visam responder os alunos que apresentam necessidades educativas especiais numa educação inclusiva, requer estruturação de políticas objetivas de integração. E de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), considera-se no âmbito geral a inclusão educacional como dever dos estados na promoção das ações que visam encorajar, tornando desta feita a participação dos encarregados de educação na educação dos seus filhos com facilidade no processo de tomada de decisões educacionais no que concerne a implementação dos serviços educacionais que respondam as necessidades educativas especiais.

Contudo, para que o processo de inclusão escolar se efective é preciso que haja mudanças na escolarização sobretudo nos aspectos ligados a didática, programas de estudos, organização da turma e até a própria escola no geral.

3.Metodologia

O presente estudo baseou-se na abordagem quantitativa e exploratória, visto que esta abordagem está intimamente ligada a qualidade dos dados obtidos, fazendo assim uma análise minuciosamente dos dados colhidos no campo. E a pesquisa usou a entrevista e questionário como instrumentos de recolha de dados. Portanto, o estudo visa analisar a questão da influência das teorias educacionais de inclusão.

E quanto ao local do estudo, foi na escola Básica de 7 de Abril onde o grupo-alvo foi os professores e uma parte dos alunos da 7ª classe, como os participantes do estudo. E quanto aos professores que fizeram parte do estudo lecionam as 7ª classes, sendo que estes profissionais da educação actuam nesta carreira profissional há bastante tempo.

Para o prosseguimento da pesquisa, o questionário foi previamente agendado em função da disponibilidade dos inquiridos quanto aos turnos a que estão afectos.

3.1.Apresentação, Análise e Discussão de Dados

Este estudo obedeceu diversos momentos, desde a colecta de dados até a sua análise e interpretação respetivamente. Portanto, os dados abaixo demonstram realmente o perfil característico dos inquiridos, onde ao aplicar a primeira pergunta: o que entende pela inclusão educacional; por de trás desta questão havia o intuito de aferir a concepção dos educadores no que concerne o significado da inclusão educacional.

E sucede-se que a resposta obtida nesta questão da professora da turma (A) foi: a inclusão assenta-se muito mais em comprometer todos alunos em tomar parte duma determinada actividade na sala de aprendizagem. E de acordo com Houaiss (2001), afirma que inclusão se resume no envolvimento de todos integrantes da educação, desde aos profissionais da educação, próprios alunos e assim como a comunidade escolar.

E a mesma pergunta quando foi dada aos outros colegas, foi concebida duma forma diferente, e lá se seguem as respostas coletadas: começando com a professora da turma (B), tendo afirmada que a inclusão escolar refere ao ensino igualitário sem alguma indiferença.

E não tendo fugido do mesmo raciocínio, o professor da turma (C) disse que a inclusão escolar se cinge mais na inserção educacional de todos alunos com as suas especificidades no ensino regular; sendo que o último professor dando a mesma questão terá respondido que a inclusão escolar significa colocar os alunos no mesmo contexto instrucional e tanto como social.

Portanto, feito uma analogia quanto aos dados obtidos por parte dos três professores verifica-se que, estes comungam saberes no que concerne a inclusão escolar. E em detrimento da Declaração de Salamanca (1994), visa por uma educação inclusiva, engajando todos alunos no contexto escolar, deixando a margem descriminação de qualquer necessidade educativa especial. E a escola, por sua vez deve procurar buscar iniciativas de inclusão afim de garantir o sucesso escolar dos seus alunos.

E segunda questão colocada foi: como promove a inclusão escolar nas suas aulas; por de trás desta pergunta havia o objectivo de explorar as iniciativas de promoção da inclusão escolar no decorrer de cada aula outrossim planejada e eis os dados que se seguem: a professor da turma (A) respondeu dizendo; por meio de games e danças; e a professora da turma (B), disse através de actividades em grupos; e enquanto que o

professor da turma (C) respondeu, através de variedade de actividades (olimpíadas em colunas e cânticos).

Entretanto, das informações obtidas nestes profissionais da educação, consta haver o maior envolvimento das práticas de inclusão; mas em contrapartida os dados obtidos através da inclusão divergem da massiva teoria de inclusão que os professores possuem. E com isto deu a entender que os professores estão altamente treinados para se lidar com as especificidades dos alunos numa educação básica, mas sucede-se que os mesmo não a copulam as teorias com as práticas.

Contudo, sugere-se que os professores promovam também as actividades que possam estimular a interação entre aluno-professor e assim como os alunos entre eles como diálogos entre outras actividades. E seguindo para a terceira pergunta: quais são os maiores desafios que enfrentam na inclusão escolar; está questão visava aferir o nível de prontidão por parte da escola em acomodar os alunos com necessidades educativas especiais.

E houve simetria nas respostas dadas por parte de todos professores envolvidos na pesquisa tendo afirmado a insuficiência de materiais didáticos para responder essas especificidades duma forma significativa. Desta feita, percebe-se que a insuficiência de materiais didáticos por parte da escola, é vista como um dos factores que compromete as iniciativas de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais.

E de acordo com Sousa (2007:111), afirma que os materiais didáticos velam pelo auxílio da lecionação, tornando cada vez mais a aprendizagem dos alunos mais engajadora e significante. Portanto, concebe-se da sala de aula sendo um lugar de enumeras especificidades, e desta feita, solicita-se por parte do educador possuir também enumeras estratégias de ensino, dentre elas ensino baseado nas ilustrações entre outras em prol de maior envolvimento de todos alunos.

E sugere-se também que as escolas promovam mais as capacitações em matérias de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, visto que tais capacitações visam mudanças significativas nesta profissão. Segundo aponta Nóvoa (1995:28), a capacitação não decorre antes das mudanças das estratégias educacionais, mas sim durante as mudanças. E segundo os dados explorados por meio da observação, consta que carece-se iniciativas de capacitações constantes de professores em matérias de inclusão educacional.

Portanto, quanto a análise da influência da teória educacional de inclusão escolar na aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, foram obtidos os

seguintes resultados de que maior parte dos professores daquela instituição do ensino têm o entendimento daquilo que é a educaçao inclusiva e o seu impacto na aprendizagem escolar dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais no ensino regular.

Apesar de maior parte dos professores estarem a favor da inclusão educacional, foi notório por meio da observação a inapropriação das infra-estruturas e materias didacticos especificos, sendo estes resultantes de um grande desafio da inclusão educacional.

Desta feita, os resultados assoveram que os tratamentos pejorativos por alguns educadores advem; principalmente turmas numerosas e poucos recursos didácticos disponibilizados no processo de lecionação. Entretanto, Bowman (1986) assovera que os profissionais da educação que não tiverem à acessibilidade de recursos didácticos especificos e coésos, apresentam atitudes desajustantes em relação ao envolvimento dos alunos com as suas especificidades do que aos profissionais da educação munidos dessas ferramentas necessárias para que a inclusão escolar possa acontecer no seu verdadeiro sentido.

E quanto aos mecanismos de inclusão escolar, os resultados obtidos revelam o recurso às metodologias exposetivas e ao passo que as practicas inclusivas ilustram os trabalhos em grupos. Com isto, significa que os educadores desconhecem os mecanismos efectivos de transmissão dos conteúdos e a forma efectiva de gerar grupos de estudos. De acordo com Stewart (2001), as prácticas inclusivas podem aprimorar ou mesmo fracassar na transmissão dos conteúdos, caso o educador conheça ou desconheça.

Quanto a formação contínuada dos professores, o estudo demostra que quase todos educadores reconhecem a influencia do desenvolvimento de saberes na inclusão escolar e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular.

Contudo, importa referir que essa pesquisa possibilitou aferir o real entendimento das dificuldades de inclusão escolar e aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais assim como a não constante capacitação dos professores em matérias de inclusão escolar; o que este reconhecimento é apoiado por Correia (1999), que diz a ausência da capacitção apropriada, resulta na rótula ou descriminação dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais. Nesta ordem de ideia, a formação adequada proporciona maior inclusão de todos num ambiente de aprendizagem acolhedor.

E com isto, propõe-se aos visados criar condições afim de reverter o cenário, pautando pelas boas práticas de inclusão escolar. Portanto, em relação os maiores desafios enfrentados à nível da escola tendo sido apontada a insuficiência de materiais didáticos, duma e doutra maneira acaba mesmo influenciar negativamente nos objectivos de inclusão educacional de todos alunos o que ainda associa-se também a inexistência de capacitações a nível da escola; e estende-se uma reflexão ao grupo-alvo da pesquisa que a educação deve ser vista como um processo contínuo para garantir a qualidade da mesma em todos vectores, afim de responder a inclusão escolar e aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais.

Considerações Finais

Conclui-se que, as teorias de educação inclusiva fazem com que haja a maior abrangência no processo de ensino e aprendizagem tornando-o mais significante e de igual acessibilidade, mas a situação encontrada no campo de pesquisa diverge com as teorias de educação inclusiva, o que significa o grupo alvo da pesquisa carece de iniciativas de responder as exigências de inclusão escolar de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais numa educação regular básica; e desta feita sugere-se uma revisão especial no que concerne as teorias educacionais de inclusão escolar de modo a criar a sua devida implementação.

E com este cenário que se faz sentir na escola acima referenciada, espera-se que os profissionais de educação vedem estratégias que impulsionem a melhor acomodação dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino básico regular, em ter alunos inseridos no mesmo ambiente educacional, aprimorando assim o próprio ensino e tanto como o bem-estar social dos mesmos alunos que apresentam necessidades educativas especiais.

É evidente que, o maior objectivo das Declarações de Salamanca e tanto como a de Jontiem é fazer da escola um lugar que acomode todos alunos mediante as suas singularidades, mas em contrapartida na escola supracitada não tem abraçado este objectivo com estima consideração.

Diante dos resultados obtidos, constatou-se muito mais a fractura didactica / pedagógica no processo de transmissão de saberes desde ao envolvimento, respeito /tratamento até a promoção dos alunos no acto de lecionação dos conteúdos sobretudo aos alunos que apresentam necessidades educativas especiais no ensino regular. E desta feita, sugere-se a quem é de direito rever as politícas específicas de inclusão

educacional que visam pelo o garante e conservação dos direitos destes alunos, pelo que acredita-se que uma sociedade que valora a diversidade social, considerando as dinâmicas individuais e o seu desempenho na aprendizagem, está altamente munida de acções humanitárias que repodiam rótulo ou descriminação dos alunos com necessidades educativas especiais; tratando-os como mero incapazes no ensino regular. Nesta ordem de ideia, pautar por um tratamento adequado associado a melhor adequação dos conteúdos na lecionação, possibilita a inclusão educacional e garantido desta feita a resposta às politicas internacionais da educação.

Referências

BOWMAN, I. (1986:29-28). **Teacher-training and the integration of handcapped students**; some findings from fourteen nation. UNESCO study. European Journal of special Needs.

BORGES, J. A. (2005). **As TICS e as tecnologias assistivas e comunicação de tecnologias assistivas na educação de indivíduos portadores de deficiências**; (S/E).

BORGES, M. L. (2017). **Desafios sobre a educação inclusiva de alunos com necessidades educativas especiais.** Revista Portuguesa de Educação**.**

CORREIA, L. M. (1999:17-43), Uma nova política de educação. Porto: Porto Editora.

FERNANDEZ, A. (1991), **A inteligencia aprisionada; vertente psicopedagogica clínica da criança e da familia**, Porto Alegre: Artes Médicas.

HOUAISS, A. (2019). **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objectiva.

Lei Brasileira, MEC (2006), **Estratégias e orientações para educação de crianças com necessidades educativas especiais** (Série: Saberes e práticas da inclusão)**.** 2.ed. Coordenaçao geral SEESP- Brasília.

MAZZOTA & Ministério da Justiça (1998). **Ensino especial: estratégias de educação inclusiva,** São Paulo: Ed. Cortez.

Declaração de Salamanca (1994). **Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE.

NÓVOA, A. (1995). **Os profissionais da educação e a sua capacitação**. 2.ed. Lisboa: Dom Quixote.

SASSAKI, R. K. (1997), **Inclusão sendo uma construção duma Sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Editora WVA.

SASSAKI, R. (2003:16). **Como chamar as pessoas que têm deficiencia**? In: **Vida Independente:** história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR.

STEWART, R.; SHADE, R.A. (2001). General Education and special Education preservice teachers' attitudes towards inclusion.**Taylor & Francis online**. Vol.46, nº1, p.37-41.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e princípios de albergar todos alunos com as suas especificidades no processo de ensino e aprendizagem**, Espanha.

WCEFA (1990). **Conferência Internacional sobre a educação como um direito de todos e dever dos estados, afim de incorporar as necessidades educativas especiais**, Jomtien-Tailândia.

Recebido em: 12/06/2024

Aceito em:23/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MUGONDO, Jone João; CHIRINDZA, Sebastiana Nicolau Filipe Pinto; CHONGO, Fernando Rafael. Inclusão Escolar e Aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.231-241, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Mugondo, Jone João; Chirindza, Sebastiana Nicolau Filipe Pinto; Chongo, Fernando Rafael. (out. 2024). Inclusão Escolar e Aprendizagem de alunos com Necessidades Educativas Especiais. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 231-241.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.242-253 | 2024.

Avaliação das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular: o caso das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, Maputo - Moçambique

Madalena Serafim Manhiça*

ORCID iD https://orcid.org/0009-0009-8995-804X

RESUMO

Este artigo avalia o desenvolvimento das competências dos alunos graduados do ensino primário em Moçambique, com foco na reforma curricular estabelecida pela Lei 18/18. A reforma tem como objetivo principal capacitar os alunos com competências práticas, cognitivas e socioemocionais aplicáveis na vida cotidiana. Utilizando entrevistas com professores e análise documental, a pesquisa faz uma comparação entre as competências previstas no currículo e as efetivamente adquiridas pelos alunos, além de investigar as percepções de professores e gestores sobre a implementação da reforma. Os resultados apontam que o desenvolvimento das competências desejadas está aquém do esperado, com apenas 8,5% dos alunos atingindo as metas estabelecidas no currículo. Enquanto algumas habilidades cognitivas, como operações matemáticas básicas, apresentam avanços, competências essenciais como a fluência em Língua Portuguesa e a capacidade de resolução de problemas complexos permanecem deficientes. Competências socioemocionais e tecnológicas também carecem de atenção e suporte adequados. A pesquisa revela que as mudanças curriculares não têm sido totalmente absorvidas pelos professores, que percebem as inovações como orientações fragmentadas e difíceis de acompanhar, impactando negativamente a motivação e implementação da reforma. Muitos professores ainda preferem o modelo clássico, que permitia maior flexibilidade e autonomia. Para superar esses desafios e alcançar os objetivos da reforma, recomenda-se o fortalecimento da formação contínua dos professores, com ênfase na prática do currículo baseado em competências; melhorias na infraestrutura escolar, incluindo tecnologias digitais e laboratórios; redução da relação aluno/professor para permitir feedback mais individualizado; e incentivos adicionais para aumentar a motivação dos docentes. Essas ações visam a criação de um ambiente mais propício para que os alunos desenvolvam as competências necessárias para uma participação ativa e crítica na sociedade moçambicana.

PALAVRAS-CHAVE

Competências, Ensino Primário, Reforma Curricular, Educação em Moçambique.

Assessment of the skills of primary school graduates in light of curricular reform: the case of schools in the Ka-Mpfumo District, Maputo – Mozambique

red competencies is below expectations, with only 8.5% of students meeting the goals established in the curriculum. While some cognitive skills, such as basic math operations, show progress, essential competencies like fluency in Portuguese and problem-solving abilities remain insufficient. Socio-emotional and technological skills also require greater attention and support. The study reveals that curricular changes have not been fully assimilated by teachers, who perceive the innovations as fragmented and challenging to follow, negatively affecting motivation and the reform's implementation. Many teachers still favor the classical model, which allowed for greater flexibility and autonomy. To overcome these challenges and achieve the reform's goals, it is recommended to strengthen continuous teacher training with an emphasis on practical application of the competency-based curriculum; improve school infrastructure, including digital technologies and laboratories; reduce the student-to-teacher ratio to enable more individualized feedback; and

* Doutoranda em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique e Mestre em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica de Maputo. Religiosa do Sagrado Coração de Maria. E-mail: lenamanhica@gmail.com

provide additional incentives to increase teacher motivation. These actions aim to create a more conducive environment for students to develop the skills needed for active and critical participation in Mozambican society.

KEYWORDS
Competencies, Primary Education, Curriculum Reform, Education in Mozambique.

NKHATSAKANYU
A matsalwa lawa ma lhela a ku lhuvuka ka kuti nyiketela ka va ndzondzi va xiyenge xa ku sangula ka ndlela ya xikolwe lomu tikweni la Moçambique na hi txuvuka a ku lungisela ka mdlela ya ndzondzo ka nawu wa 18/18. A ku ntxintxa ka wona kuni nkongometo waku wu pfisa va ndondindzi ka mayelanu ni ku tiva ku yendla, ku yelheketa ni ma hanyelo ya siku ni siku a wutonwini. Na ku tirhisiwa ma bulu ni va ndandizisi, ku lhela ma buku, a ndondzo leyi yi yendla ku ringanisa ka ku lhela loku ku xuviwaka ka ndlela ya ndondzo, ni mi handzu leyi va ndondzi vanga nayona hi ntiyiso, xi kanwe ni ku lhela a matwele ya va ndondzisi ni va rangeli va ndzawulo ya ndondzo a mi handzu ya ku ntxintxa loku. A mi hanzu yi kombisa leswaku a ntxovelo wule hanzi, wu ringana ntsena 8,5%, va ndondzi lava va fikeke ka ntxovelo lowu wungaha nyimeliwa. Loku ku txuvukiwa a wutlari ka ti ndondzo ta tinkonta – Matemática, ku ni ntsovelo wunene, kambe a ka lirini la xilungo, ni ku lungisa ma hanyele ya siku ni siku, a kuna ntsovelo. Wu tivi la ma hanyeli ni ku tirisa mutxini ya nguva leyi, na kona a swi tsakisi. A ku lhota ka hina ku hi komba leswaku a ku ntxintxa ka ndlela ya ndondzo a yi yamukeliwi kwatsi hiva ndzondzisi, leswi swi maha leswaku swi va karhatela ku pangalata ndela leyi yimpswa. Va bdzondisi vanyingi va rhandza ma ndzondzisele lawa ya khale. A kuva ku lhuliwa swi karhato leswi ku kombeliwa leswaku ku yendliwa ku wupfisa ni ku pfuxetela hi nkwawo nkama ava dzondisi, na ku yentelelisiwa a ndleya yaku wupfisa va ndzondzi ku tiva ku yendza, ku lulamisela swikolwe, na swinga sali ndzaku ku tirisa mutxini ya nguva leyi, ni swi mbeni leswi awi pfunaka ku swi vona. Hi kwawu ntiro lowu, wu yetleliwa ku lulamisela matsamelo lawa ma ngata pfunaka va ndondzi ku lhuvukisa ma yendlele lawa mangata pfunaka ku lhengela loku nene kama hanhyelo la tiko la mUzambique.

LHOKO MHAKA
Ku Hupfa, Ndzondzo Ya Xikolwa Leyi Tsongo, Ku Pfuxetela Ma Ndzondziselo, Ku Dzondzisa A Moçambique

1. Introdução

Nos últimos anos, a educação em Moçambique tem sido alvo de várias reformas curriculares, com o objetivo de alinhar o Sistema Nacional de Educação às necessidades socioculturais, políticas e econômicas do país. A Lei 18/18, promulgada em 2018, representa uma das mais recentes tentativas de melhoria na educação primária, focando na expansão do número de anos obrigatórios de escolarização e na mudança de um currículo baseado em objetivos para um currículo baseado em competências (Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique, 2020).

Moçambique é um país em vias de desenvolvimento e a sua história pode ser descrita indissociavelmente com o processo da colonização do continente africano. Ao pensar-se em Moçambique é importante recordar que a colonização portuguesa abrangeu todas dimensões sociais desde a saúde, a economia, a história, a cultura assim como a própria educação dos moçambicanos.

A educação sendo um processo de transmissão de conhecimentos, habilidades, convicções, valores e atitudes, úteis e que permitam a integração sociocultural, político-ideológica e económica serve aos interesses da sociedade onde a mesma é desenvolvida. Por isso, à medida que a sociedade se transforma surgem novas necessidades que imperam as mudanças no sistema educativo e especificamente no currículo. Este facto, justifica as sucessivas reformas e mudanças introduzidas no nosso sistema educativo de modo a adequar-se aos objetivos aos anseios da sociedade. Depois da independência, Moçambique viveu um período de transição muito desafiador sem um sistema educativo concebido.

Esta investigação tem como foco avaliar o nível de desenvolvimento das competências adquiridas pelos alunos que concluíram o ensino primário sob a vigência da reforma curricular baseada na Lei 18/18. O artigo busca responder à pergunta: *Qual é o nível de desenvolvimento de competências dos alunos graduados do ensino primário à luz do novo currículo em vigor?* Além disso, procura identificar os desafios enfrentados na implementação da reforma e as percepções dos professores e gestores escolares sobre a sua eficácia.

Moçambique tem um histórico de reformas educacionais que refletem o cenário político e social do país. Após a independência, em 1975, o governo introduziu o primeiro Sistema Nacional de Educação em 1983, com a Lei 4/83, que tinha como objetivo formar um “Homem Novo” sob uma filosofia socialista (MINEDH, 2011). Posteriormente, a Lei 6/92 substituiu essa estrutura por um sistema mais democrático, refletindo as mudanças no contexto político e econômico do país (Nhantumbo, 2016). Essas reformas, no entanto, enfrentaram dificuldades significativas em termos de implementação, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de competências práticas e aplicáveis à vida cotidiana (Duarte, 2016).

A Lei 18/18 foi projetada para resolver essas lacunas, introduzindo uma abordagem centrada em competências no ensino primário, com foco em habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais. A reforma também ampliou o ensino obrigatório para nove anos, reorganizou os ciclos de aprendizagem e reestruturou o currículo para garantir que os alunos adquiram competências essenciais para a vida prática (Nhantumbo, 2016).

Para o desencadeamento do assunto em questão, este artigo apresentará a seguinte estrutura: este tratado começará por apresentar a reforma curricular e competências no ensino primário, seguido pela metodologia de avaliação de competências, a análise e discussão de resultados- competências dos alunos, desafios na

implementação da reforma curricular, e fecha com as conclusões e recomendações, assim como a apresentação das fontes bibliográficas.

2. Reforma Curricular e Competências no Ensino Primário

Com a independência alcançada em 1975 surge a necessidade de reformar o sistema educativo vigente, introduzindo uma educação orientada pelos princípios do socialismo e que fosse desvinculada de preconceitos e desvalorização da cultura moçambicana em detrimento da cultura portuguesa. Ademais, visava promover o ensino técnico-profissional, emancipar a mulher e combater o obscurantismo.

Nesse âmbito, em 1983 foi aprovado o primeiro Sistema Nacional da Educação através da lei 4/83 que tinha como filosofia de base a formação de um homem novo, que mais tarde foi revogada pela lei 6/92 que teve como mudança fundamental a introdução dos valores da democracia (multipartidarismo).

Numa sociedade cada vez mais globalizada que impera a formação de cidadãos com padrões internacionalmente aceites por um lado, e por outro pela necessidade de tornar o currículo relevante, foi introduzido em 2004 o novo currículo do Ensino Básico marcando a ruptura do anterior currículo baseado em objetivos para o currículo baseado em competências.

Estas constatações determinaram a introdução em 2004 de um currículo baseado em competências que dentre várias, introduziu como inovações, as línguas moçambicanas com o objetivo de aproximar os alunos que possuem a língua materna diferente da oficialmente usada no sistema de ensino (Língua Portuguesa), o currículo local para permitir que os alunos aprendam conteúdos das suas comunidades e ofícios praticados nas suas áreas de residência, avaliação por ciclos de aprendizagem para reduzir as reprovações e quebrar as barreiras impostas pelo sistema de ensino por classes, entre outras. Em suma a ideia da introdução do currículo baseado em competências era de torná-lo mais relevante.

Estranhamente, anos depois da sua implementação, tanto as instituições de pesquisa, a sociedade civil o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, o Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação e outros investigadores particulares constataram que apesar do esforço a qualidade de ensino continua a quem do desejado e com tendência a regredir.

A reforma curricular introduzida pela Lei 18/18 trouxe inovações significativas ao sistema de ensino primário, como a expansão do ensino obrigatório para nove anos, a

introdução de ciclos de aprendizagem e a reconfiguração dos programas escolares para enfatizar o desenvolvimento de competências essenciais para a vida prática dos alunos. De acordo com Nhantumbo (2016), o currículo baseado em competências visa assegurar que os alunos possam aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para resolver problemas reais. Segundo o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (2020, p. 8) A nova lei em vigor,18/18, surgiu devido as seguintes motivações:

> Há um desfasamento da acção educativa relativamente à cultura e tradições culturais que influi no valor atribuído pelas comunidades à escola e na consequente retenção/abandono escolar nomeadamente a língua de ensino, os ritos de iniciação, as práticas socioeconómicas, a divisão social do trabalho e os estereótipos1 relacionados com o género. Alunos não desenvolvem as competências previstas e apontam como factores do actual estágio do ensino a fraca gestão das escolas, o absentismo do professor e do aluno, a fraca preparação do professor, as precárias condições de trabalho, o elevado rácio aluno/professor, entre outros. Necessidade de reduzir o número de disciplinas de modo a permitir maior concentração nas competências básicas; necessidade de ajustar a idade para ingresso na 1ª classe com seis anos completos ou a completar até 30 de Junho do ano em frequência contrariamente ao anterior dispositivo que permitia matrículas a criança com 6 anos a completar até 31 de Dezembro, a necessidade de reajustar os ciclos de aprendizagem de 3 classes em todos os níveis; pela necessidade de alargar o ensino básico de 7 para 9 classes, entre outras.

As competências previstas no novo currículo incluem capacidades cognitivas, psicomotoras e socioemocionais, que devem ser desenvolvidas de forma integrada. Perrenoud (2008) define competências como a capacidade de mobilizar diferentes recursos cognitivos para enfrentar situações variadas, o que envolve a aplicação prática de conhecimentos, habilidades e atitudes.

No contexto do ensino primário moçambicano, o currículo baseado em competências é estruturado em ciclos de aprendizagem, com o objetivo de reduzir reprovações e garantir uma progressão contínua dos alunos. Segundo Rabelo e Araujo (2015), este modelo procura integrar conhecimentos práticos e teóricos, habilidades e atitudes, com a avaliação contínua sendo parte central do processo.

Entre as principais competências a serem desenvolvidas estão: 1.Linguagem e Comunicação – que inclui o domínio da língua portuguesa, leitura, escrita e expressão verbal; 2.Saber Científico, Técnico e Tecnológico – relacionado à capacidade de aplicar métodos científicos e manipular ferramentas tecnológicas; 3.Raciocínio e Resolução de Problemas – a habilidade de resolver problemas em contextos variados. Essa abordagem procura capacitar os alunos para serem mais críticos, autônomos e capazes de atuar de

maneira criativa em suas comunidades. No entanto, a implementação desse modelo encontra vários desafios que serão discutidos posteriormente.

3. Metodologia de Avaliação de Competências

Para a avaliação das competências dos alunos, utilizou-se uma abordagem mista, combinando entrevistas semiestruturadas com professores e gestores escolares e a análise documental dos planos curriculares e relatórios de avaliação de aprendizagem. A pesquisa foi realizada numa das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, na cidade de Maputo, na Escola Secundária da Manyanga concretamente, onde foram coletados dados sobre as percepções dos professores em relação à eficácia da implementação da reforma curricular.

Após a recolha de dados, foi adoptada a técnica de análise de conteúdo. Que na concepção de Bardin (1977, p. 44) “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. E com base nos dados recolhidos, foram criadas categorias para a análise de dados, o que permitiu o agrupamento das informações relacionadas, bem como a facilidade para apresentação dos resultados de modo a responder aos objetivos da pesquisa.

Importa referir que a técnica de análise de conteúdo é geralmente recomendada para interpretar os resultados das pesquisas do ramo educacional e especificamente para tratar de dados qualitativos. Além disso, a análise de conteúdo foi importante para a atribuição de significados, tanto em relação às respostas obtidas durante a entrevista, quanto às constatações ao longo da observação de aulas.

Além disso, foi feita uma comparação entre as competências previstas no currículo (de acordo com os documentos do Ministério da Educação) e as competências efetivamente desenvolvidas pelos alunos. Os critérios de avaliação incluem habilidades cognitivas, resolução de problemas, uso da língua portuguesa e atitudes socioemocionais (Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação, 2018).

Nesta fase foram lidas as respostas às questões da entrevista, bem como foram considerados os registos que constam das fichas de observação de aulas. Nesse processo, analisou-se o grau de correspondência entre as respostas, os registos e as expectativas de respostas às questões. Foi nesse âmbito que as respostas que eram vistas como totalmente desenquadradas foram sendo descartadas.

Pelo que, para garantir validade e fiabilidade serão observados os aspectos seguintes:

a) Aplicação de pré-teste dos instrumentos de recolha de dados com a finalidade de analisar o nível de compreensão pelos participantes. Após aplicação, houve necessidade de eliminar algumas perguntas ou aspectos, cujas respostas assemelham-se às colhidas por outras questões. Ademais, foi possível tornar a linguagem mais acessível para facilitar a compreensão dos entrevistados;
b) Procedeu-se à triangulação entre os dados que serão recolhidos através da observação, questionários e pela entrevista;
c) De modo a confirmar as respostas fornecidas pelos participantes, foi necessário efectuar as transcrições das entrevistas para que se pudesse confirmar a veracidade da informação. Nesse processo, foram efectuadas ligeiras correcções.

5. Análise e discussão de resultados: competências dos alunos

As competências dos alunos são discutidas tendo em consideração os seguintes aspectos:

a) O nível de competências demostradas, tendo em conta as competências descritas no programa de ensino;
b) O indicador nível de desempenho das competências a português é representado pela percentagem de alunos que mostram domínio em cada pergunta;
c) Quanto a Matemática, a avaliação foi feita com base na qualidade das soluções dos problemas e exercícios colocados aos mesmos.

Para a apresentação e análise dos resultados tomamos como base os quatro objetivos definidos para a presente pesquisa antecedidos da caracterização do perfil dos participantes articulados em subtítulos nomeadamente:

1. Comparação entre competências desenvolvidas e as previstas no plano curricular e programas do Ensino Primário

2. Descrever as percepções dos professores sobre a implementação da reforma curricular de 2018 no Ensino Primário

3. Fatores que afetam a implementação da reforma curricular de 2018 no Ensino Primário

4. Propor medidas para que a reforma curricular do Ensino Primário permita melhorar a qualidade de ensino.

A pesquisa revelou discrepâncias significativas entre as competências previstas no currículo e as desenvolvidas pelos alunos. Em termos de Língua Portuguesa, muitos

alunos demonstraram dificuldades em atingir os níveis de fluência esperados, principalmente no que diz respeito à expressão escrita e à compreensão de textos mais complexos (Nhantumbo, 2017; Duarte, 2016).

Na área de Matemática, a análise mostrou que os alunos apresentaram melhor desempenho em operações básicas, como adição e subtração, mas dificuldades em resolver problemas mais complexos que exigem pensamento crítico e raciocínio abstrato. Essa constatação corrobora com estudos anteriores que apontam para um déficit de competências matemáticas entre alunos do ensino primário em Moçambique (Mouzinho, Monjane, & Santos, 2020).

Em relação às competências socioemocionais, verificou-se que muitos alunos têm dificuldades em aplicar os conhecimentos adquiridos no cotidiano, sobretudo no que diz respeito à resolução de conflitos e ao trabalho em equipe. Estas competências são fundamentais no currículo baseado em competências, mas sua efetiva implementação parece enfrentar desafios no ambiente escolar (Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação, 2015).

A análise dos resultados sugere que, embora a reforma curricular introduzida pela Lei 18/18 tenha objetivos louváveis, sua implementação tem sido prejudicada por uma série de fatores estruturais e operacionais. A principal lacuna identificada é a falta de alinhamento entre o que o currículo propõe e a realidade enfrentada nas escolas primárias em Moçambique, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de competências práticas e socioemocionais.

O estudo também revelou que os professores, enquanto principais agentes de implementação, não se sentem suficientemente preparados para aplicar as metodologias sugeridas pelo novo currículo. Isso reflete a necessidade de maior investimento em programas de formação contínua e suporte pedagógico. Comparando esses resultados com outros estudos realizados em países de desenvolvimento similar, observa-se que os desafios de implementação de currículos baseados em competências são comuns, mas podem ser mitigados por políticas educativas mais consistentes e apoio governamental mais eficaz.

6. Desafios na Implementação da Reforma Curricular

A implementação da reforma curricular enfrenta diversos obstáculos que impactam o desenvolvimento das competências dos alunos. Entre os principais desafios estão:

1. **Falta de formação contínua dos professores** – Muitos professores carecem de formação adequada para aplicar o novo currículo baseado em competências de forma eficaz. Embora o Ministério da Educação tenha promovido capacitações, elas não têm sido suficientes para abordar todas as necessidades formativas.
2. **Escassez de recursos pedagógicos** – As escolas muitas vezes enfrentam a falta de material didático adequado, o que compromete a realização de atividades práticas que promovem o desenvolvimento de competências.
3. **Alta relação aluno/professor** – Outro fator que afeta negativamente a implementação da reforma curricular é o elevado número de alunos por professor, especialmente em áreas urbanas como Maputo. O excesso de alunos por turma dificulta a aplicação de metodologias centradas no desenvolvimento de competências, que requerem maior atenção individualizada e feedback contínuo para os alunos.
4. **Infraestrutura inadequada** – Muitas escolas ainda carecem de espaços adequados para atividades práticas e laboratoriais, o que limita o desenvolvimento das competências técnicas e tecnológicas previstas no currículo. Além disso, a falta de acesso a tecnologias da informação em várias escolas compromete o desenvolvimento das competências digitais, que são essenciais para o sucesso na sociedade contemporânea.
5. **Baixa motivação dos alunos e professores** – A motivação tanto dos alunos quanto dos professores tem sido identificada como um fator crucial para o sucesso da implementação do currículo. Muitos professores relataram sentir-se sobrecarregados com a demanda do novo currículo, enquanto os alunos frequentemente enfrentam desmotivação devido à falta de recursos ou apoio pedagógico adequado.

Esses desafios apontam para a necessidade de intervenções mais estruturadas, tanto na formação contínua dos professores quanto no fornecimento de recursos materiais e tecnológicos às escolas.

Conclusões e Recomendações

A pesquisa concluiu que o nível de desenvolvimento das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular da Lei 18/18 ainda está aquém do esperado. Embora algumas competências cognitivas, como operações matemáticas

básicas, tenham sido desenvolvidas, outras, como a fluência em Língua Portuguesa e a capacidade de resolver problemas complexos, permanecem abaixo do nível desejado. Além disso, as competências socioemocionais e tecnológicas requerem maior atenção e suporte.

No que diz respeito a relação que existe entre as competências desenvolvidas com as previstas no plano curricular e programas do Ensino Primário concluímos que existem uma distância preocupante na medida em que conforme se verifica acima só 8.5% conseguiu alcançar as competências em conformidade com a previsão apresentada no programa curricular.

No que tange aos fatores que afetam a implementação da reforma curricular de 2018 no Ensino Primário conclui-se que as mudança curriculares que se resumem em mudanças propriamente ditas, as inovações curriculares assim como as reformas apesar de serem importantes devem ser feitas com base em justificações que seja partilhados com os professores na medida em que estes não conseguem acompanhar o ritmo das mesmas e principalmente compreender os motivos que ditam tais mudanças, a este respeito, muitas inovações que acontecem aparecem na escola como orientações e que antes de as consolidar chegam aos mesmos outras orientações o que influencia negativamente na motivação, e na implementação das mesmas.

No que diz respeito as percepções que os professores e gestores tem em relação a implementação da reforma curricular de 2018 no Ensino Primário conclui-se que na verdade os professores tem um entendimento segundo o qual as práticas curriculares do currículo clássico baseado em objetivos era melhor na medida em que conferia maior autoridade ao professor para a aplicação de estratégias inovadas que visassem garantir a aprendizagem dos formandos, pelo que apesar de vários debates sobre a importância do modelo curriculares baseados em competências as práticas não migraram para o novo modelo.

Os professores acreditam que a principal característica tem a ver com “substituição de objetivos por competências”, no entanto a ideia do currículo baseado em competências assenta-se sobre os objetivos como meios para o alcance das competências e a substituição dos objetivos a que referem é apenas na forma de escrever no plano e não necessariamente na direção em que as aulas são orientadas.

Para que a reforma curricular atinja seus objetivos, são necessárias intervenções estruturais, como o fortalecimento da formação de professores e a melhoria da infraestrutura escolar. Essas mudanças garantirão que os alunos desenvolvam as

competências essenciais para se tornarem cidadãos críticos e autônomos, capazes de contribuir ativamente para a sociedade moçambicana.

Com base nas conclusões do estudo, recomenda-se:

1. Fortalecer a formação contínua dos professores, com foco na aplicação prática do currículo baseado em competências, para garantir que os objetivos sejam alcançados de forma mais eficaz.
2. Melhorar a infraestrutura escolar, com ênfase em laboratórios, tecnologias digitais e espaços para atividades práticas, de modo a promover o desenvolvimento integral das competências.
3. Reduzir a relação aluno/professor nas salas de aula, permitindo maior acompanhamento individual e feedback contínuo, elementos essenciais para o sucesso de currículos baseados em competências.
4. Incluir mais incentivos e apoio para professores, a fim de aumentar sua motivação e envolvimento no processo de ensino-aprendizagem.

Referências

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Coimbra: Edições 70.

Boletim da República, publicação oficial da República de Moçambique. nº 19, I Série. 1992. *Lei 6/92* de 6 de Maio – S.N.E. Maputo: Assembleia da República.

Boletim da República, publicação oficial da República Popular de Moçambique. *Lei 4/83*. I Série Nr. 12, de 23 Março de 1983.S. N. E. Imprensa Nacional. Maputo: Assembleia da República.

Boletim da República. I Série – Nr. 254. *Lei 18/2018* de 28 de Dezembro. Sistema Nacional de Educação. Maputo: MEDH.

Duarte, M. (2016). *A avaliação por ciclos de aprendizagem no ensino básico em Moçambique: entre tensões e desafios*. Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. Maputo: INDE.

Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. (2015). *Relatório Anual sobre a Qualidade do Ensino em Moçambique*. Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Maputo: INDE.

Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano. (2011). *Relatório de Avaliação do Ensino Primário e Secundário.* Volume II. Maputo: MEDH.

Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029: por uma educação inclusiva, patriótica e de qualidade*. Maputo: MINEDH.

Mouzinho, M., Monjane, C., & Santos, L. (2020). *Competências Matemáticas no Ensino Primário: Desafios e Perspectivas*. Maputo: UCM.

Nhantumbo, A. (2016). O Enigma do Modelo por Competências no Ensino Primário de Moçambique. *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI* – ISCAP N.º 4, p.1-17, maio de 2016. Disponível em: <https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n4/artigos/Azevedo-Nhantumbo_O-Enigma-do-Modelo-por-Competencia.pdf>. Acesso em: 27 out.2024.

Nhantumbo, A. (2016*). O enigma do modelo por competência no ensino primário de Moçambique*. E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP N.º 4, p.1-17. maio de 2016. Disponível em: <https://www.iscap.pt/cei/e-rei/n4/artigos/Azevedo-Nhantumbo_O-Enigma-do-Modelo-por-Competencia.pdf>. Acesso em: 27 out.2024.

Perrenoud, P. (2008). *Desenvolvimento de Competências no Ensino: Desafios e Estratégias*. Ribeirão Preto-SP: Editora Artes Médicas.

Marinho-Araújo, C. M.; Rabelo, M. L. (2015). *Avaliação educacional: a abordagem por competências*. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 2, p. 443-466. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/gz8crLXnbW33bgZN5P4zjMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out.2024.

Recebido em: 12/08/2024

Aceito em: 29/09/2024

Para citar este texto (ABNT): MANHIÇA, Madalena Serafim. Avaliação das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular: o caso das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, Maputo – Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.242-253, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Manhiça, Madalena Serafim. (out. 2024). Avaliação das competências dos alunos graduados do ensino primário à luz da reforma curricular: o caso das escolas do Distrito de Ka-Mpfumo, Maputo – Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 242-253.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.254-278 | 2024.

Educação para a Liberdade no ensino médio em Moçambique: Uma Análise a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire

Salvador Bernardo António *

ORCID iD https://orcid.org/0009-0002-9211-2634

RESUMO

O presente artigo tem como tema *educação para a liberdade no ensino médio: uma análise a partir da pedagogia de Paulo Freire*. O seu objetivo é o de compreender o contributo da educação para a liberdade à luz da pedagogia da autonomia de Paulo Freire para o ensino médio em Moçambique, uma vez que não é possível educar sem liberdade e autonomia. Criticando a *educação bancária* em que o aluno está ali somente para receber conteúdos trazidos pelos professores, Freire defende uma educação libertária, progressista, conscientizadora e autônoma. Ora, uma educação desprovida destes elementos torna os indivíduos escravos e dependentes. Uma educação sem liberdade, por exemplo, produz indivíduos acríticos, passivos diante dos problemas, das injustiças e das guerras. A nossa pesquisa quer a partir de Paulo Freire mostrar o quão viável é a educação libertária, progressista, conscientizadora e autônoma que passa pela pedagogia centrada no aluno, pois ela torna os alunos livres e autônomos. Para a realização da nossa pesquisa foi usado a metodologia qualitativa com paradigma interpretativo e procedimento técnico de colecta de dados e análise bibliográfico com enfoque a pedagogia de Paulo Freire.

PALAVRAS-CHAVE

Educação, Liberdade, Pedagogia, Autonomia**.**

Education for Freedom in secondary education in Mozambique: An Analysis based on Paulo Freire's Pedagogy of Autonomy

ABSTRACT

This article's theme is education for freedom in high school: an analysis based on Paulo Freire's pedagogy. Its objective is to understand the contribution of education to freedom in the light of Paulo Freire's pedagogy of autonomy for secondary education in Mozambique, since it is not possible to educate without freedom and autonomy. Criticizing banking education in which the student is there only to receive content brought by teachers, Freire defends a libertarian, progressive, awareness-raising and autonomous education. Now, an education devoid of these elements makes individuals slaves and dependents. An education without freedom, for example, produces uncritical individuals, passive in the face of problems, injustices and wars. Our research, based on Paulo Freire, aims to show how viable libertarian, progressive, awareness-raising and autonomous education is, which involves student-centered pedagogy, as it makes students free and autonomous. To carry out our research, qualitative methodology was used with an interpretative paradigm and a technical procedure for data collection and bibliographic analysis with a focus on Paulo Freire's pedagogy.

KEYWORDS

Education, Freedom, Pedagogy, Autonomy.

* Natural de Cuamba, Sacerdote da Arquidiocese de Nampula, Licenciado em Filosofia pela Universidade São Tomás de Moçambique, bacharel em Teologia pela Faculdade Dehoniana-Taubate/SP, Atualmente Reitor e Pároco da Paróquia/Santuário de Santa Maria Mãe do Redentor de Meconta. Mestrando em psicopedagogia pela Academia Marechal Samora Moisés Machel - Nampula. E-mail: salvabantonio@gmail.com

Introdução

A educação desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos críticos, conscientes e capazes de exercer sua liberdade plenamente. A busca pela emancipação e autonomia dos educandos é um ideal perseguido por educadores e pensadores ao longo da história, e nesse contexto, a pedagogia de Paulo Freire emerge como uma referência incontornável. No cerne da obra de Freire, encontramos a ideia de que a educação não deve ser apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas um instrumento de libertação, permitindo aos educandos desenvolverem um raciocínio livre e autónomo.

Neste contexto, o nosso artigo se propõe a explorar a relação entre a Educação para a Liberdade e a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire, com um foco específico no ensino médio em Moçambique. O objectivo central é compreender o contributo da Educação para a liberdade médio em Moçambique, à luz dos princípios e práticas propostos por Freire, para o desenvolvimento de indivíduos autónomos e reflexivos no contexto educacional moçambicano.

A escolha deste tema se justifica pela importância da educação na formação de cidadãos críticos, capazes de participar activamente na sociedade e na construção de um futuro mais justo. Moçambique, como muitos outros países, enfrenta desafios significativos em seu sistema educacional, e é fundamental questionar como a pedagogia da autonomia de Paulo Freire pode contribuir para a promoção de uma educação que verdadeiramente emancipe os educandos.

Ao longo deste artigo, serão explorados os conceitos-chave de Educação para a Liberdade e Pedagogia da Autonomia, examinando como essas ideias se relacionam e se aplicam ao contexto do ensino médio em Moçambique. Serão analisadas as mudanças históricas no sistema educacional do país e como essas transformações afectaram a busca pela liberdade e autonomia dos educandos. Além disso, serão considerados os desafios e as perspectivas futuras para a promoção de uma educação que capacite os alunos a pensar de forma independente e a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

Desde 1975 ano em que Moçambique proclamou a independência nacional do domínio colonial de Portugal, vem sofrendo várias transformações, económicas, políticas, sociais e culturais. Destas transformações destacam-se as operadas no sistema educativo. Por isso, são várias as estratégias que se tem tomado na área da educação

com vista a adequar as características do processo de ensino e aprendizagem às necessidades de cada época, e aos resultados do processo de ensino e aprendizagem.

Fazendo uma retrospectiva, vimos que há uma grande preocupação em responder a esta questão de adequação, o que levou a se experimentar várias reformas curriculares, dentre as quais destacamos a introdução do Sistema Nacional de Educação (SNE) através da lei 4/83 de 23 de Maio, que posteriormente foi revista pela lei 6/92 de 6 de Maio, e esta também sofreu alguma alteração no âmbito da reforma curricular do ensino Básico de 2004 (INDE, 2008). Estas propostas curriculares, vêem responder ao reconhecimento da educação formal, informal e não formal, como tendo um papel preponderante no processo de socialização da criança, na transmissão de conhecimentos fundamentais como a leitura, a escrita, cálculo e de experiências comummente aceites pela nossa sociedade.

Um exemplo concreto, encontramos nos objectivos da introdução do Currículo do Ensino Básico 2004, onde o foco principal era tornar o ensino mais relevante, no sentido de responder às diferentes demandas socioculturais, económicas e políticas, formar cidadãos capazes de contribuir para a melhoria da sua vida, da vida da sua família, da sua comunidade e do país, dentro do espírito da preservação da unidade nacional, manutenção da paz e estabilidade nacional, aprofundamento da democracia e respeito pelos direitos humanos, bem como da preservação da cultura moçambicana (INDE, 2003).

Estas constatações levaram ao Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) através do Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação (INDE) a desencadear o processo de revisão pontual do Plano Curricular e dos Programas de Ensino, com vista a incrementar a qualidade de ensino ora almejada. Assim, dentre as principais inovações decorrentes desta revisão, destacamos as seguintes: (i) Alteração da designação do Plano Curricular do Ensino Básico (PCEB), passando a designar-se Plano Curricular do Ensino Primário (PCEP);(ii) Alteração do Plano de Estudos, que compreendeu a redução do número de disciplinas através da integração de competências e de conteúdos.

Na nossa sociedade temos assistido ainda, apesar de todas estas reformas experimentadas, cenas que preocupam qualquer que seja no que diz respeito ao pensamento livre e autônomo. Segundo Mazula (2012):

> A preocupação do sistema, dos currículos, dos programas e do professor é de transmitir ao máximo possível muitos conhecimentos ao aluno,

> reflectindo o próprio sistema económico de acumulação de riqueza material numa única pessoa (hiper-individualismo) ou em certos grupos (monopólio). O pressuposto é que quanto mais conhecimentos se transmite, a pessoa sabe mais. É um ensino centrado no professor e na memorização (Mazula, 2012: 83)

Por isso, hoje podemos encontrar jovens com a 12ª classe feita que só sabem repetir o que lhes foi dito. Até certo ponto, notamos que a filosofia da educação mocambicana, não levou os alunos a uma liberdade reflexiva. Portanto, vemos muita repetição sem reflexão crítica. Ou seja, notamos que os alunos com 12ª classe feita têm dificuldades de pensar livremente o que contrasta ao que Paulo Freire vem reiterando nas suas abordagens sobre a liberdade e autonomia no pensamento. Diante dos pressupostos ora descritos, levantou-se a seguinte questão de partida**:** Até que ponto as políticas de ensino e aprendizagem no ensino médio moçambicano tem contribuído para uma educação para a liberdade a luz da pedagogia da autonomia de Paulo Freire?

A pesquisa tem como objetivo geral compreender o contributo da Educação para a liberdade humano no ensino médio à luz da pedagogia da autonomia de Paulo Freire.Especificamente, a pesquisa visa a)Apresentar, brevemente, uma história da educação em Moçambique no século XX; b)Descrever o pensamento da educação para a autonomia de Paulo Freire sobre o desenvolvimento de um raciocínio livre e autônomo nos alunos e sua relevância para o ensino e aprendizagem em Moçambique; c)Identificar caminhos para uma educação para a autonomia e liberdade no ensino Médio moçambicano a luz da pedagogia de Paulo Freire.

A metodologia é parte essencial de todo trabalho científico. Ela define o rumo a ser seguido em uma pesquisa, e ainda, a forma como foram coletados, tratados e analisados os dados. Portanto, ela indica e descreve os procedimentos usados na investigação (Lakatos & Marconi: 2001: 45). Neste ponto, apresentar-se-á a metodologia assumida no estudo. Faz-se igualmente referência à tipologia do estudo, instrumentos de coleta de dados e a natureza dos sujeitos envolvidos no mesmo.

Assim, o nosso trabalho basear-se-á na pesquisa qualitativa, pois visa buscar compreender o fenômeno da autonomia e da liberdade dos alunos do Ensino Médio do sistema educativo em Moçambique. O procedimento técnico da nossa pesquisa será o de coleta de dados em referências bibliográficas do autor, bem como de outras obras relevantes para o tema (pesquisa bibliográfica), acompanhada por sua explicação e interpretação.

Para Minayo (2007: 98), "na pesquisa qualitativa o pesquisador trabalha com um universo de dados de significados, razões, num meio em que eles não podem ser resumidos a uma materialização de variáveis". Portanto, estamos a dizer que esta pesquisa preocupa-se em identificar as razões que determinam ou que estão na origem para a ocorrência de um fenómeno e explica ainda o ser das coisas por meio dos resultados obtidos. E quanto a natureza, a pesquisa será feita de forma básica, pois objetiva gerar apenas novos conhecimentos para o avanço da ciência educativa.

1.História da educação em Moçambique no século XX

A educação em Moçambique desde os primórdios sofreu várias mudanças. Essas mudanças têm influenciado no processo de ensino e aprendizagem dos moçambicanos. A maneira de ser e de pensar do moçambicano vem em parte pela educação escolar que tem recebido. Assim, nesse primeiro capítulo faremos uma abordagem sobre o desenvolvimento histórico da educação em Moçambique, seus avanços e retrocessos. Portanto, apresentaremos o desenrolar da história a partir de pesquisas bibliográficas relevantes sobre o tema. Apresentaremos características da educação em Moçambique e a sua vasta descrição histórica.

Em Moçambique, a educação passou por várias etapas do seu desenvolvimento, desde pré-colonial, a educação básica no Período Colonial; Educação nas Zonas Libertadas e finalmente a Educação no período Pós-Colonial ou Pós-Independência. Na educação Pós-Independência encontramos algumas normativas que orientam o sistema através de Leis do governo com influência dos financiadores como afirmam Bonde & Matavel:

> Com o advento das transformações, primeiro, na esfera econômica, e, posteriormente, na esfera política, novos atores, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passaram a entrar em cena, influenciando o processo e até mesmo definindo prioridades em termos de financiamento aos diferentes subsistemas que constituem o Sistema Nacional de Educação. Continuar a pedir apoios externos significa limitar as nossas capacidades de elaborar as nossas próprias políticas educacionais (Bonde & Matavel, 2022: 9).

Falar do sistema educativo moçambicano é evocar uma longa história de criação e evolução de estruturas que prevaleçam ou já tenham sido alteradas no sentido de adequá-las às profundas mudanças que se verificam em todas as esferas da vida, quer política, económica, social, científica, tecnológica e cultural, bem como resultante das mudanças nas políticas externas na área educacional, em particular. Ao falar da história

da educação em Moçambique, faz-se uma abordagem desde o período colonial até os dias de hoje, não se abordando o período anterior à presença europeia, uma vez que antes desse período não havia escolas em Moçambique (cf. Ibraimo, 2014: 16).

A evolução da história da educação em Moçambique, divide-se em dois grandes períodos não homogéneos, nomeadamente, o período antes da Independência e o período pós-Independência, que se subdividem em quatro momentos distintos: educação colonial (1845-1974), educação pós-independência anterior à introdução do SNE (Sistema Nacional de Educação) (1974-1982), da introdução do SNE até 1991 e da reforma do sistema em 1992 até a actualidade (cf. Uaciquete, 2010: 9).

1.1.Educação básica no Período Pré-colonial

Na Era Pré-colonial, a educação do africano particularmente do moçambicano, era feita de acordo com o sistema tribal, do clã e familiar para que, o indivíduo pudesse dotar-se de uma identidade que lhe permitisse não apenas conviver no meio, mas também contribuir para o seu próprio meio. Podemos assim falar de uma educação familiar ou tribal em que o indivíduo era incutido valores morais e humanos.

Na Era Pré-colonial, a mensagem era transmitida através de cantos, anedotas, adivinhas, histórias, mitos, entre outros. No entanto, a mensagem era transmitida pelo tipo de trabalho desenvolvido ao nível da tribo e do clã, como a caça, a pesca, etc. como afirmam Gujamo & Mucandze:

> A educação no período Pré-colonial visava formar o homem ou o indivíduo para o mundo que o cercava através do forte ensino baseado nos valores da tribo, nas actividades do clã e no ofício da família, isto é, identificar o homem ou indivíduo com o que era local (Gujamo & Mucandze 2019: 13).

Todavia, o cargo de imprimir esses valores e conhecimentos nos indivíduos, principalmente nos mais novos (não iniciados) era de pessoas mais velhas e sobretudo dos mais experientes (anciãos). Ainda que existisse transmissão de valores e conhecimentos muito fortes e de vida, a educação não apresentava nenhum carácter formal. Portanto, pode-se afirmar que não era homogénea nem uniforme, pois variava de clã ou tribo para clã ou tribo.

Como em algumas culturas africanas hoje, a educação das mulheres e dos rapazes diferenciavam-se na época pré-colonial: a mulher era educada para cuidar da casa, das crianças e subordinar-se ao marido. Para o caso dos rapazes, sua educação estava virada para garantir a defesa da sua família, domínio de técnicas de protecção

contra animais selvagens e ainda para garantir a subsistência da sua família. Nessa época, a coesão do tecido familiar era evidente, clara e notória.

1.2.Educação no tempo Colonial

A educação no período colonial tinha como grandes objetivos a dominação, a alienação e a cristianização dos povos primitivos. Deste modo, o sistema da educação colonial organizou-se em dois subsistemas de ensino: um sistema "oficial" que era destinado aos filhos dos colonos e assimilados e outro sistema que era destinado para os africanos ou "indígenas" e tinha como objetivo fazer com que os nativos assimilassem a cultura do colonizador e se elevassem gradualmente da vida "selvagem" à vida civilizada, ganhando deste modo uma consciência de cidadão português.

Para além do objetivo de "desenraizar" o "indígena", levando-o a deixar as suas tradições para se tornar um cidadão igual ao da metrópole. O ensino tinha como outro objetivo a manutenção e o desenvolvimento do sistema económico colonial, através da formação de uma mão-de-obra necessária e que pudesse estar adequada às necessidades económicas da colónia (Cf. Ibraimo, 2014: 435). No período colonial, muitos moçambicanos tiveram dificuldades de ter acesso a educação, visto que, a educação de qualidade estava reservada para os colonos e seus filhos. Segundo Almeida "Os povos primitivos não podem ser civilizados, se não pouco a pouco que a população da colónia se compõe de elementos, uns civilizados, outros primitivos, [por isso] foram instituídos dois géneros de ensino primário: um para europeus e assimilados e o outro para primitivos" (Almeida, 1979: 221).

Diante desse facto, fica evidente a discriminação manifesta na educação básica durante o período colonial, uma vez que o ensino era segregado, e não havia igualdade de direitos, muito menos de oportunidades no acesso ao conhecimento científico. Durante esse período, os moçambicanos, que também eram qualificados como indígenas, eram educados com o intuito de prepará-los para desempenharem atividades agrícolas, industriais, entre outras, e, portanto, eram instruídos principalmente para realizarem trabalhos manuais. O sistema de educação colonial em Moçambique era coerente com os objetivos económicos, políticos e culturais do sistema, impondo uma educação que visava à aceitação da exploração e da opressão. Isso é sustentado por Gomez (1999) quando diz,

> A educação tinha por função modelar o homem servil, despersonalizando dos ideais, da cultura, da tradição e da realidade do seu povo; ela procurava favorecer a formação de um homem tão estranho ao seu próprio

> povo que pudesse vir a ser, mais tarde, instrumento do poder colonial para a dominação dos seus irmãos; também estava confiada a formação de mão-de-obra barata (Gomez, 1999: 59).

Constata-se que, na era colonial o governo português não tinha nenhum interesse em oferecer uma educação básica que permitisse aquisição de competências básicas para o desenvolvimento pleno dos moçambicanos, também não procurava assegurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e muito menos fornecer-lhe meios para progredir em estudos posteriores. Esta visão está de acordo com a perspectiva apresentada por Golias, segundo a qual:

> Na era colonial o governo português não tinha nenhum interesse em educar os africanos, procurava implantar nas colónias os sistemas de assimilação que objectivava *europeizar* o povo dominado, aculturando-o através da escola ou por outro meio de difusão e propaganda do seu aparelho ideológico (Golias 1993: 75).

A educação nessa época procurava instrumentalizar o moçambicano e prepará-lo para aceitar a opressão, servindo assim aos interesses dos portugueses, em detrimento de uma educação que contribuísse para o desenvolvimento dos membros das comunidades moçambicanas e para a conquista da liberdade. Portanto, a educação básica desse período buscava suprimir a liberdade dos moçambicanos, principalmente no que se referia à escolha dos conteúdos a serem transmitidos às novas gerações.

1.3.Educação nas Zonas Libertadas

Com o início da guerra de libertação nacional em 1964, surgiram as zonas libertadas, que eram territórios fora do controle da administração portuguesa, ocupados pela FRELIMO. Mazula (1995) compartilha dessa visão ao afirmar que "à medida que a guerra de libertação nacional avançava, territórios fora do controle da administração portuguesa surgiam e eram ocupados pela FRELIMO, passando a ser chamados de zonas libertadas" (Mazula, 1995: 104).

Essas zonas, que anteriormente estavam sob domínio do governo português, foram recuperadas pelos moçambicanos com o uso da força sob a liderança da FRELIMO. Nesses territórios, um novo capítulo começava, demandando uma mudança de mentalidade e estilo de vida. Isso implicava a adopção de novos valores que facilitassem a unidade nacional. Em resposta a essa necessidade das populações nas zonas libertadas, bem como para garantir o progresso da luta, a educação básica foi desenvolvida nessas áreas. Mazula (1995) nos recorda que "desde o início, a FRELIMO

enfatizou a importância e a necessidade da educação para o avanço da própria luta" (Mazula, 1995: 108). O mesmo autor continua afirmando que, para Eduardo Mondlane, a educação era uma condição político-ideológica fundamental para o sucesso da luta:

> O problema do treino não envolvia apenas o aspecto militar. As deficiências do sistema educacional português significavam que o nosso movimento tinha uma enorme falta de quadros em todos os campos. Podíamos compreender que o bom resultado da futura acção armada criaria a necessidade de gente com qualificações técnicas e certo nível de educação básica. Acima de tudo, o estado de ignorância no qual quase toda a população tinha sido mantida dificultava o desenvolvimento da consciência política e ainda mais, o desenvolvimento do nosso país depois da independência. Tínhamos, e temos, a tarefa de recuperar anos de diligente negligência sob o domínio português. E, assim, foram concebidos lado a lado um programa militar e um programa educacional, como aspectos essenciais da nossa luta (Mondlane, *apud* Mazula, 1995: 108).

Assim, o currículo da educação básica nas zonas libertadas estava para responder aos principais desafios que se faziam sentir no seio da Frente bem como das massas. A educação nas zonas libertadas, tinha em vista ainda preparar novas estruturas de um novo governo que se estava procurando edificar para assumir o comando do país. O MEC nos lembra do objetivo central do sistema educacional nas zonas libertadas ao afirmar que, "a formação do Homem Novo, com uma nova mentalidade que, para além de ser capaz de resolver os problemas imediatos colocados pela luta revolucionária, deveria estar apto a transformar revolucionariamente a sociedade moçambicana" (MEC *apud* Mazula, 1995: 109).

Portanto, fica evidente que, a educação básica foi vista, desde o período colonial até nos dias de hoje, como sendo a via mais segura para o desenvolvimento individual, coletivo e também um caminho para a libertação de consciência, bastando para o efeito serem criadas condições básicas de aprendizagem e a clarificação do que se deve aprender. Ainda com a educação nas zonas libertadas pretendia-se formar o Homem Novo, com plena consciência do poder da sua inteligência e da força transformadora do seu trabalho na sociedade e na Natureza; o Homem Novo, livre de concepções supersticiosas e subjectivas.

É importante reconhecer que, considerando que os moçambicanos enfrentaram cerca de 500 anos de colonização portuguesa, durante os quais parte de sua identidade como povo foi negligenciada e ignorada pelos portugueses, os objectivos que foram definidos eram necessários para resgatar os ideais, a cultura e os sonhos de um povo que se encontrava perdido em sua própria terra. Vale ressaltar que as zonas libertadas se

tornaram espaços de transformação de mentalidades. Assim, a educação básica não era reservada a um pequeno grupo de pessoas ou a uma classe dominante, mas sim aberta a todos, desde crianças até adultos. Nesse contexto, Machel afirmava que:

> Nas zonas libertadas alcançamos um grau elevado de integração das escolas na vida da comunidade. Qualquer problema que afectava a vida da escola ou da aldeia era discutido conjuntamente e, em conjunto, encontravam as melhores formas de superar as dificuldades surgidas (Machel *apud* Mazula, 1995: 112).

Nas zonas libertadas, a educação básica era fundamentada em três pilares: Estudar, Produzir e Combater. Dessa forma, a educação não era responsabilidade exclusiva dos professores e não estava limitada apenas às crianças. Todos estavam envolvidos, inclusive o próprio exército.

> O exército tem um papel muito importante a desempenhar nas campanhas de mobilização e de educação. Os militantes não se prendem só à ciência militar. Tanto quanto possível, aprendem português e alfabetização básica, sendo os instrutores muitas vezes aqueles que têm educação elementar. A educação política é parte preponderante do treino, no decorrer do qual adquirem alguma experiência de falar em público e do trabalho dos comités, enquanto também aprendem rudimentos de discussão política e das bases históricas e geográficas da luta. Assim, o próprio exército torna-se agente importante na mobilização política e na educação da população (Mondlane *apud* Mazula, 1995:112).

Actualmente, o envolvimento de todos no cumprimento dessa nobre tarefa, que é a educação básica, tornou-se um desafio. A responsabilidade de educar tem sido predominantemente atribuída às escolas e aos professores. Para alcançar uma educação de qualidade, é essencial que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem participem activamente, e a comunicação entre eles seja eficaz.

Em termos de organização, nas zonas libertadas, o sistema educacional era estruturado em três principais vertentes: educação formal, alfabetização e escolarização de adultos, e formação de professores. A educação formal era direccionada a crianças e adolescentes que viviam nas zonas libertadas, abrangendo os seguintes níveis: o Pré-Primário, oferecido em centros infantis; o Ensino Primário, com quatro séries, ministrado em escolas do interior do país e na Tanzânia; o Ensino Secundário, também com quatro séries, ministrado na Escola Secundária de Bagamoyo (Tanzânia); e o Ensino Universitário, que não chegou a ser implementado - os alunos que alcançavam esse nível eram enviados para estudar no exterior. (cf. Mondlane *apud* Mazula, 1995: 112).

É importante salientar que a educação nas zonas libertadas estava alinhada com os interesses e as ideologias da FRELIMO (enquanto movimento de luta de libertação de

Moçambique). Todo o currículo era cuidadosamente elaborado e aprovado pelos membros mais experientes do movimento. Nada era ensinado sem a aprovação do movimento de libertação, a FRELIMO.

1.4.Educação no período Pós-Colonial ou Pós-Independência

Moçambique tornou-se um país independente a 25 de Junho de 1975. No dia 24 de Julho do mesmo ano, a educação e outras instituições socioeconómicas consideradas conquistas do povo foram nacionalizadas. É neste período que o novo governo procurou concretizar as ideias que vinham sendo implementadas durante a luta nas zonas libertadas. Portanto, a instrução, a educação e a cultura foram colocadas prioritariamente ao serviço das massas oprimidas e humilhadas pelo sistema de exploração colonial.

Portanto, o Estado assumiu inteiramente a responsabilidade da planificação e gestão da educação básica de forma a resgatar a dignidade do povo moçambicano, a sua cultura e ao mesmo tempo, dar sustentação ao projeto sociopolítico da FRELIMO. Contudo, é importante salientar que, o Estado herdou do sistema colonial uma reduzida rede escolar, um sistema educacional com objetivos alienantes, enraizado em práticas e métodos autoritários.

Com as nacionalizações, os objetivos do ensino foram colocados ao serviço de interesses políticos, com o intuito de formar o “Homem Novo”: um cidadão com ideologias, ciência, técnica e culturalmente preparado para realizar as tarefas do desenvolvimento socialista do país. É neste contexto que, Goméz sustenta que, “a experiência vivida nas zonas libertadas, no campo de educação, vai ser importante nesta nova fase da história de Moçambique”. (Goméz *apud* Franze, 2017: 136).

A cifra de moçambicanos que tinham sido formados nas Zonas Libertadas não era suficiente para cobrir a necessidade do país, devido sobretudo ao índice de analfabetismo. Este facto é confirmado pela UNESCO (1999: 15), quando diz que, na altura da independência, cerca de 90% da população moçambicana, do total de cerca de onze milhões, era analfabeta: não sabia falar, ler e escrever a Língua Portuguesa que com a proclamação da independência, esta passou a ser a língua oficial de Moçambique.

Após a Independência houve uma extensão da rede escolar para um maior número de moçambicanos que durante o período colonial não teve acesso as disciplinas escolares. Esta educação visava a Unidade Nacional baseada numa educação revolucionária aberta e científica. O governo moçambicano tinha o principal objectivo “a formação do Homem Novo, com plena consciência do poder da sua inteligência e da força

transformadora do seu trabalho, na sociedade e na natureza; Homem Novo livre de concepção supersticiosa e subjectiva" (Mazula, 1995: 110).

2.Sistema Nacional de Educação (SNE): 1.2.1. A Lei 4/83 de 23 de Março

Em 1983, foi introduzido em Moçambique independente o Sistema Nacional de Educação (SNE) por meio da Lei 4/83, datada de 23 de Março. Esta lei passou por uma revisão em 1992, através da Lei 6/92, datada de 6 de Maio, e posteriormente foi reformulada em 2003. No entanto, de acordo com Luluva, "o Sistema Nacional de Educação surge em Fevereiro de 1977, quando a FRELIMO realizou seu III Congresso, no qual foram tomadas decisões significativas para diversos sectores sociais e económicos do país. A partir desse momento, princípios e estruturas centralizadoras foram adoptados" (Luluva, 2016: 114). A lei 04/83 de 23 de Março de1983 do sistema nacional de educação foi revogada com a introdução da lei 06/92, de 06 de Maio de 1992. Esta ação deveu-se aos fatores de ordem política, económica e social, a saber:

Fatores políticos: a lei 04/83 cingia-se no monopartidarismo, políticas educacionais baseadas nos ideais do partido FRELIMO. A título de exemplo tem-se o Hino Nacional, entoado nas escolas, o qual enfatizava as aspirações do mesmo partido;

Fatores económicos: devido a crise política que o país vivia na época, Moçambique entrou em crise económica, sendo incapaz de garantir o desenvolvimento de atividades educativas e de manter o funcionamento do Estado, o que implicou a contração da dívida externa. As ajudas externas contribuíram em larga medida para a ampliação de algumas infraestruturas escolares e formação de mais professores para o ensino básico**;**

Fatores sociais: perante estes fatores ocorridos, houve maior destruição do tecido social, sendo: que obrigou a movimentação dos quadros da educação, incluindo professores e alunos de campo para cidade, escolas destruídas, etc.

Com a implantação do sistema multipartidário no país, houve necessidade de reajustar o quadro geral do sistema nacional de educação e adequar as disposições contidas na lei 04/83 de 23 de Março, as atuais condições sociais e económicas do país pós-guerra civil, tanto no ponto vista pedagógico como organizativo. Assim a lei número 04/83 é atualizada pela lei número 06/92, de 06 de Maio de 1992.

2.1.Paulo Freire e a pedagogia da autonomia no processo de ensino e aprendizagem em Moçambique

Após traçarmos um percurso histórico da educação em Moçambique, desde a educação tradicional até o período pós-independência, com suas diversas leis de mudanças curriculares, planos estratégicos e reformas, estamos agora prontos para introduzir a pedagogia da autonomia de Paulo Freire no contexto do processo de ensino e aprendizagem. Abordaremos questões relacionadas com aspectos concretos da vida que devem ser considerados no ensino em Moçambique.

A pergunta que orientará nossa análise é a mesma que foi apresentada anteriormente: "Será que o ensino médio moçambicano tem contribuído para uma educação para a liberdade à luz da pedagogia da autonomia de Paulo Freire? Em outras palavras, os alunos que concluem a 12ª classe têm a capacidade de pensar livremente? A educação os conduziu a uma liberdade reflexiva, ou eles apenas repetem o que lhes é dito?" O cerne do nosso estudo será a pedagogia da autonomia de Paulo Freire, a qual investigaremos, avaliaremos e discutiremos, apresentando, de forma concisa, diversos conteúdos que resultaram de nossa pesquisa.

2.2.Educação bancária

Paulo Freire define a educação bancária como “um ato de depositar, em que os alunos são os depositários e o educador, o depositante” (Freire, 2017, p. 80). Na concepção bancária de educação, o saber é uma doação, uma transmissão de conhecimento, em que os alunos recebem o depósito do conteúdo. Diante disso, não há reflexão, não há criatividade, não há transformação e não há saber. Nesse sentido, o professor detém o saber e o conhecimento e somente transmite para o aluno. Os alunos não interagem com o professor e não tem conhecimento prévio do tema a ser estudado. A educação bancária nega a educação como um processo de busca pelo conhecimento. Nega a autonomia e a liberdade. Podemos perceber que a educação bancária segundo Freire:

> é a narração da qual o educador é o sujeito que conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. [...] Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante (Freire, 2017:80).

Essa educação bancária é, portanto, uma proposta de educação que não busca exatamente a "transmissão" do conhecimento, como normalmente se auto enuncia. É uma proposta de educação que se inscreve em uma perspectiva de narração, que não se estrutura ou se organiza para ser compreendida, mas para impor aos destinatários da mensagem a consciência de sua ignorância, de modo a mantê-los na condição de oprimidos e buscando legitimar a dominação por meio da "alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro" (Freire, 2017: 81), o aluno.

2.3.Educar para autonomia

A compreensão que se tem sobre autonomia, vem em contramão da ideia sobre a educação bancária, pois ela é a capacidade que o indivíduo tem para decidir sobre aquilo que ele julga ser o melhor para si. Ou seja, um indivíduo autónomo é aquele que reconhece sua identidade, assumindo-se como sujeito consciente de seu inacabamento, mas também compreendendo que, apesar de limitações, possui habilidades e competências de fazer muito mais do que se ajuíza sobre ele. Assim, pressupõe-se que o autónomo é uma pessoa livre para fazer suas escolhas pessoais desde que seja suficientemente esclarecido. Portanto, a educação deveria levar o aluno ao esclarecimento suficiente que deveria ajuda-lo a saber fazer tais escolhas. A autonomia, para Freire:

> Assume uma conotação sociopolítico-pedagógica e implica o respeito à dignidade do sujeito enquanto ser integrante da humanidade, bem como o respeito às suas especificidades individuais. Assim, a autonomia é um processo constituído a partir da relação de alteridade com o outro" (Freire *apud* Francisco, Hansel & Vieira, 2023: 51).

Entretanto, a autonomia não deve ser compreendida como um direito absoluto; seus limites estão estabelecidos pelo respeito à dignidade e à liberdade dos outros e da comunidade como um todo. Com esse entendimento, o ser humano adquire autonomia, ou seja, a capacidade de determinar sua própria conduta e estabelecer suas próprias normas. Sócrates destacava a importância da consciência ética, enfatizando que, ao definir sua conduta, o indivíduo deve considerar sua relação com a verdade.

A promoção da autonomia na educação permite que o indivíduo adquira e desenvolva suas próprias leis e regras ao longo de seu processo de crescimento, por meio das interacções estabelecidas com os outros no contexto em que está inserido. Portanto, a educação para a autonomia está fundamentada na ética, no respeito, na

rejeição de qualquer forma de discriminação e na abertura para a comunicação, pressupondo o diálogo. Esse diálogo envolve o respeito pelas diferenças.

Relacionando a educação inclusiva com as ideias de Paulo Freire, "argumenta-se que o desenvolvimento da autonomia do educando é favorecido pelo processo de inclusão, uma vez que a construção da autonomia está ligada à busca consciente de se tornar parte do mundo, conquistando uma liberdade que não o aprisione" (Castro et al., 2006:1). Portanto, a autonomia é um processo contínuo e não pode ser conquistada de forma definitiva, pois está relacionada à "inconclusão dos homens e à consciência que têm dela" (Freire, 2017:102).

Nesse contexto, a construção da autonomia pressupõe o conhecimento e a participação activa na realidade dos educandos, permitindo que eles se reconheçam como sujeitos de sua própria história, capazes de tomar decisões e superar seus medos e preconceitos. A construção da autonomia na educação desempenha um papel fundamental, auxiliando o educando a caminhar de forma independente, a seguir seu próprio caminho e a tomar decisões por si mesmo.

2.4. **Educar para a liberdade**

A educação para a liberdade não é uma tarefa fácil por que envolve escolhas e afetividade. No entanto, na sua essência, a educação deve levar o educando a um compromisso de vida que o torne livre. Assim, como diz Freire na sua obra *Educação como prática da liberdade* "a visão da liberdade tem na pedagogia uma posição de relevo. A liberdade é a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos" (Freire, 1967:5). Portanto, em Paulo Freire, mais do que um exercício da formação em liberdade, "a educação é uma práxis de libertação". (Freire *apud* Lima, 2021:17).

O tema da educação como afirmação da liberdade tem antigas ressonâncias desde os gregos. Mas, para o nosso tempo, educar para a liberdade, mais do que um axioma pedagógico, é um desafio. Desafio este que envolve muitas forças ativas engajadas no processo de ensino e aprendizagem. Para Freire "quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério – isto é, quando as toma por sua significação real - se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o facto da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação" (Freire, 1967:6).

Assim como para os filósofos e sábios da antiguidade, como para os mestres da educação tradicional, a educação deve criar no educando um sentido de responsabilidade

e autonomia. Isso tudo passa pelo sentido da liberdade. Assim, a preocupação de Freire é a mesma de toda a pedagogia moderna: a educação para a liberdade deverá ser "uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política" (Freire, 1967:12). Isso faz-nos refletir sobre o mito da caverna apresentado por Platão.

2.5.Educar para a construção do homem novo

Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude, de mudança de comportamento. Ou seja, a educação deveria criar no ser humano uma nova mentalidade. Em Moçambique, no período pós-independência falava-se muito sobre a construção do Homem Novo. Alias, "a ideia do Homem Novo e a sua estratégia de implementação constitui o elemento crucial da ligação entre a FRELIMO e os cidadãos no pós-independência, em termos de quem tem o direito de fazer parte do Estado em Moçambique" (Nanguene & Nuvunga, 2022:3). A ideia da construção do Homem Novo consistia na criação e formação de novas mentalidades. Para Samora Moisés Machel,

> A formação do Homem Novo consiste na formação de uma nova mentalidade, pois não é somente ensinando a falar e escrever bem que conseguiríamos formar um outro Homem. Há que criar uma mentalidade nova. Para isso, é imprescindível a educação. Uma vez formada a nova mentalidade, vão germinar novas ideias, que lutam permanentemente contra as ideias velhas, contra os hábitos velhos (…) surge o combate para dinamizar e revigorar o novo. Novo com conteúdo revolucionário" (Machel *Apud*, Nanguene & Nuvunga, 2022:5).

Portanto, com a construção do Homem Novo se criaria um homem liberto das ideias velhas, da mentalidade adulterada pela ideologia colonial-capitalista e tribal-feudal, o Homem formado nas ideias e na prática do socialismo. Enfim, a ideia de construção do Homem novo demonstra como conceitos científicos e ideológicos adquirem vida própria em termos operacionais e continuam a se manifestar em outros contextos, mesmo quando as condições objetivas por detrás da sua criação já desapareceram. No caso de Moçambique, parece que o Homem Novo transitou dum instrumento para garantir a retidão ideológica do cidadão no novo Estado pós-colonial para um critério de controle de credenciais patrióticas num contexto de democracia multipartidária.

Como se pode depreender, no processo de ensino-aprendizagem, o professor tem condições de conhecer o pensamento do aluno e pode auxiliá-lo em suas dúvidas e inquietações sobre o que se está aprendendo. Ora, o que fazer para tornar a educação

um caminho para a liberdade ou para a autonomia? Por meio desta questiúncula surge o nosso terceiro capítulo que irá falar sobre a educação centrada no aluno.

3.A aprendizagem na liberdade e autonomia do indivíduo: um olhar sobre a aprendizagem centrada no aluno

A aprendizagem centrada no aluno e os métodos específicos associados, como a aprendizagem baseada em actividades, investigações e problemas, são amplamente promovidos internacionalmente como exemplos de "melhores práticas" psicopedagógicas. Se estamos tratando da educação para a autonomia e para a liberdade que é uma fuga ou combate da educaçao bancária, é importante abordar o tema da educação centrada no aluno. Embora a educação centrada no aluno seja um termo relativamente novo, com diferentes interpretações e práticas associadas, uma definição amplamente aceite e simples descreve-a como uma abordagem pedagógica que confere aos alunos, e exige deles, um nível relativamente elevado de controle activo sobre o conteúdo e o processo da aprendizagem. O que se aprende e como se aprende é, portanto, moldado pelas necessidades, capacidades e interesses dos alunos. Portanto, a educação para a autonomia e para a liberdade deve estar centrada no aluno, naquele que aprende.

A temática do ensino centrado no aluno é de grande importância no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio em Moçambique, pois ela coloca o aluno como protagonista no processo educacional, coloca o aluno no centro, ou seja, tudo que é feito ou dito no processo de "ensinagem" encontra realização no aluno. Assim, neste capítulo, abordaremos o papel do professor como mediador, a escola como espaço de referência e o aluno como protagonista no processo de ensino e aprendizagem.

3.1.O aluno na aprendizagem da autonomia e liberdade

O ensino centrado no aluno não deve ser explicado como aquele em que o discípulo tem total livre-arbítrio para escolher o que quer aprender. Ensino, currículo, aprendizagem e contexto são lugares comuns da educação (cf. Schwab, 1973:89). Um acontecimento educativo ininterruptamente carece de professor (ensino), conhecimento (currículo), aluno (aprendizagem) em um meio social (contexto).

Assim, a catequização centralizada no discípulo, tendo o instrutor (professor) como intermediário (mediador), é ensino em que o educando fala o bastante e o professor fala pouco. Aceitar que os alunos falem, implica usar táticas nas quais possam debater, ajustar significados entre si, exibir oralmente ao grande grupo o produto de suas

atividades colaborativas, ganhar e fazer críticas. O estudante deve ser proativo, não apático ou passivo. Ele tem que aprender a comentar, a negociar significações; tem que aprender a ser crítico e aceitar críticas.

Portanto, a aula não é o lugar (ambiente) nem ocasião para depositar (bancariamente, como dizia Freire, 1987, 1996) conhecimentos na cabeça do aluno. E nem as avaliações são o instrumento seguro para averiguar o quanto ficou assente e de que modo ficou. Por mais proeminentes que sejam esses conhecimentos, o sujeito que estuda tem que entender essa importância e exibir uma intencionalidade para aprender. O ser humano aprende de forma expressiva se tiver conhecimentos anteriores adequados para isso. Esse exercício deve o levar à liberdade no pensamento e nas escolhas e na autonomia.

Enfim, é necessário dar alternativas aos alunos, trabalhar os conteúdos através de conjunturas que façam sentido para os alunos, que sejam relevantes para eles. Deveriam ser eles que determinam se querem aprender alguma ciência de modo expressivo. Portanto, na aprendizagem centrada no aluno, o indivíduo tem liberdade para definir o que quer fazer dentro da sala de aula, e a função do educador ou professor é mostrar-lhe as diferentes escolhas disponíveis. O educador deve estar sempre atento para que não se perca a cabimento de orientar e apoiar em qualquer atividade ou conversa, se necessário.

3.2.A escola na aprendizagem centrada no aluno

No contexto educacional, o desafio dos alunos em uma educação centrada no aluno é de grande importância, uma vez que tem implicações directas na qualidade do envolvimento do aluno com o processo de ensino e aprendizagem. Assim, segundo Alcantará & Guimarães "o aluno motivado busca novos conhecimentos e oportunidades, demonstrando entusiasmo e disposição para enfrentar novos desafios no processo de aprendizagem, participando activamente nas tarefas" (Alcantará & Guimarães, 2007:34).

A motivação do aluno é uma variável relevante no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que o desempenho escolar não pode ser explicado exclusivamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condição socioeconómica. Conforme Murray (1986), a motivação representa "um factor interno que inicia, direcciona e integra o comportamento de uma pessoa" (p. 20). Essa perspectiva, que associa a motivação a uma energia interna, também é defendida por outros teóricos.

Para Garrido (1990, p. 60), a motivação "é um processo psicológico, uma força que tem origem no interior do sujeito e que o impulsiona a uma acção. Segundo Balancho e

Coelho (1996) a motivação é "tudo o que desperta, dirige e condiciona a conduta" (p. 17). Assim, a motivação é primordial no desempenho académico dos alunos e na apropriação total às solicitações do ambiente escolar. Por isso:

> Uma definição de motivação deveria incluir alguns elementos: a ideia de processo, isto é, a motivação é um processo e não um produto, dessa forma não pode ser observada directamente, mas pode ser inferida a partir de determinados comportamentos. As metas têm o papel de orientar a acção do indivíduo, cujo ponto basilar seria o de que os sujeitos sempre têm algo em mente, que procuram atrair ou evitar ao concretizar uma acção; a necessidade de uma actividade física (e.g., esforço, persistência) e/ou mental (e.g., acções de natureza cognitiva como o pensar, planear e avaliar) e por fim, o último elemento estaria relacionado com o facto de a motivação iniciar e sustentar uma acção (Pintrich & Schunk, 2002:4).

A importância do delinear das aulas é um ponto fulcral no desenrolar da mesma. A aula deve ser criativa e envolvente e não meramente expositiva. Assim, "a decisão sobre as actividades de ensino-aprendizagem que os alunos realizam é uma das tarefas mais criativas e primordiais que os professores têm pela frente" (Fita *apud* Knuppe, 2006:109).

De acordo com Abreu (2002), "a escola é vista não tanto como um espaço de formação e de desenvolvimento pessoal e comunitário, mas como uma instituição onde se pode adquirir diplomas" (p. 9). Porém Stoll e Fink (1995, *apud* Lima, 2008), referem que "uma escola eficaz é aquela que promove o progresso de todos os alunos para além do esperado" (p. 59). Um modo de desenvolver talentos será "a participação nas actividades extra curriculares com o objectivo de se promover a concentração, liderança, responsabilidade, capacidade de trabalhar em grupo e autoconfiança. As escolas especializadas surgem como importância fulcral para emergir talentos" (Robinson, 2010:140).

3.3.O Papel do professor no contexto da aprendizagem centrada no aluno

A necessidade de cumprir os programas retira tempo ao professor para ultrapassar as dificuldades individuais de aprendizagem que constata nos alunos no ensino médio, por isso, segundo Abreu (2002) é "imprescindível oferecer uma educação de qualidade com funções equivalentes para todos os educandos, para que estes possam adquirir as competências necessárias à integração do seu projecto individual no projecto da sociedade em que se situam" (Abreu, 2002:70).

O estilo motivacional do professor configura-se numa importante fonte de influência para o desempenho, emoções e motivação dos alunos em relação à escola. É

considerado uma característica atribuída à personalidade, mas é vulnerável a factores como, por exemplo, o número de alunos em sala de aula, o tempo de serviço, o género, a idade, as concepções ideológicas, entre outros. Assim, Pozo atesta que "a possibilidade que um professor tem de mover os seus alunos para a aprendizagem depende em grande parte de como ele mesmo enfrenta a sua tarefa de ensinar" (Pozo *apud* Knüppe, 2006:193).

Nesta ordem de ideias Freire sugere que "saber ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua própria construção"(Freire, 2001:87). Portanto há uma recusa pela educação bancária e uma opção pelo ensino centrado no aluno, por isso, Guimarães (2004:145) abarrota: "toda a motivação deve estar relacionada com metas e objetivos, logo um bom professor que possui metas de ensino, tornará o aluno motivado a aprender".

Para ter a atenção dos alunos o professor deve usar técnicas motivacionais que podem ajudar no processo de ensino e aprendizagem. Ora, de acordo com Duarte (2010) "os professores podem conquistar a motivação dos alunos, desvendando, no início da aula, curiosidades relacionadas com o tema e expor a importância do conteúdo" (Duarte, 2010: 54). Portanto, os professores têm consciência de que a escola do futuro será tanto mais eficaz quando for capaz de combinar, de forma equilibrada, a urgência das mudanças tecnológicas com o humanismo. Assim, no processo de ensino aprendizagem, a motivação deve estar presente em todos os momentos.

O tipo de aula em que os professores incentivam à sua participação e cooperação decorrem de uma forma mais frutífera. Os relatos dos estudantes fornecem indicadores para se trabalhar numa escola dinâmica, activa, reflexiva e aberta ao meio que lhes permita desenvolverem-se harmoniosamente, descobrindo e ampliando os seus talentos (cf. Freire, 2001; Gama, 2003; Guimarães, 2004).

Portanto, em um facto educativo deve existir sempre algum contorno de diálogo. O professor não deve ficar arrazoando sozinho, narrando, enquanto o aluno apenas escuta e anota, quando não está distraído, cogitando em outras coisas ou, até mesmo, dormindo. Sem diálogo, sem interacção social, seguimos no modelo da narrativa ou da educação bancária que, no início deste texto, concordando com os argumentos de Don Finkel (2008:9), consideramos ineficaz e inapropriado para a educação para a liberdade e autonomia (cf. Don Finkel 2008:9).

Considerações finais

Um trabalho de pesquisa está sempre em andamento, à medida que novas descobertas são feitas. Portanto, considera-se que haveria interesse em conduzir estudos que permitissem: realizar uma reflexão sistemática sobre actividades e resultados educativos; identificar quais aptidões e vocações prevalecem, independentemente das perspectivas de futuro e aplicar um programa de estratégias para educar visando a autonomia e a liberdade.

Após a conclusão do estudo, chegamos à constatação de que, devido à conjuntura política, social e económica, educar para a autonomia e a liberdade em nosso país ainda é um desafio. Isso ocorre porque muitos moçambicanos ainda estão presos ao passado, vivendo de lembranças e saudosismo. A educação muitas vezes é associada ao partido Frelimo.

Ainda, o SNE moçambicano usa modelo bancário de educação, em que o aluno é uma vasilha onde o professor, através da narrativa deposita o seu saber. Portanto, a perspectiva dialógica, proposta por Freire, permite compreender alguns dos problemas de comunicação, entre outros de caráter político e social, que caracterizam o modelo bancário e buscar o desenvolvimento de ações baseadas no diálogo.

No entanto, como solução para promover a educação na liberdade e autonomia, o ensino centrado no aluno é viável. O ensino centrado no aluno não diminui a importância do papel do professor ou do sistema educacional ou mesmo do Estado. Pelo contrário, a escola deve garantir a qualidade do ensino, proporcionando um ambiente propício para promover a autonomia e a criatividade, despertando os sentidos para diferentes linguagens nos anos iniciais de ensino.

Como proposta, a escola deve mudar seus métodos de ensino, tornando-se uma escola com o ensino centrada nos estudantes, promovendo a negociação de significados, actividades colaborativas, o pensamento crítico, a habilidade de aprender a aprender e uma educação que vai além do treinamento comportamentalista. Este é o optimismo e a esperança transmitidos por este trabalho. As práticas educacionais devem evoluir para se adequarem aos tempos actuais. Como orientação sugestiva e objectiva, temos os seguintes caminhos que podem levar os alunos a aprender livre e criticamente:

1. Levar em conta o conhecimento prévio do aluno: Aprendemos a partir do que já compreendemos. A noção prévia é a variável que mais influência na aprendizagem

significativa. Não tem sentido a crítica sem aprendizagem significativa. Como ser crítico de algo que não foi aprendido expressivamente?

2. Abandonar a narração: reproduzir a narração do professor não excita (estimula) a compreensão, muito menos a criticidade. Centralizar o ensino nos alunos, em actividades coletivas ou individuais implica a externalização dos significados que estão sendo por eles captados. A narração leva à educação bancária e uma escravização do aluno no processo de ensino e aprendizagem.

3. Estimular os alunos a indagarem: Ao invés de dar-lhes respostas acabadas que devem ser arquivadas ou memorizadas, os professores devem começar o processo com indagações ou provocações que leve o aluno a refletir e a enveredar o mesmo caminho da indagação, pois, todo o conhecimento humano é edificado a partir da procura de respostas a perguntas. No processo de ensino e aprendizagem é mais extraordinariamente importante perguntar (procurar conhecimento) do que saber respostas (muitas vezes sem significado).

4. Acudir os alunos a livrarem-se dos empecilhos epistemológicos*:* Incentivar a desaprender conhecimentos que podem estar atrapalhando a aprendizagem expressiva de outros. Não usar “regras que não servem”, é uma estratégia de supervivência (sobrevivência).

Como já foi dito, para os filósofos e sábios da antiguidade, assim como para os mestres da educação tradicional, a educação deve criar no educando um sentido de responsabilidade e autonomia. Isso tudo passa pelo sentido da liberdade. Assim, a grande preocupação de Freire é a mesma de toda a pedagogia moderna: a educação para a liberdade deverá ser “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (Freire, 1967:12).

Para que tudo o que foi exposto seja concretizado, o processo de ensino e aprendizagem não deve ser partidarizado e as instituições de ensino devem ser livres e independentes. As das escolas devem ser apartidárias e a sua gestão deve ser feita por pessoas competentes e não por confiança política. Moçambique tem capacidade de educar para a autonomia e a liberdade. O que precisa é uma reforma político-educacional e uma reformulação na gestão escolar.

Referências

Abreu, M. V. (2002). *Cinco ensaios sobre a motivação*. Coimbra: Almedina.

Alcantará, A .R. & Guimarães, S.E.R. (2007) A Instrumentalidade como uma estratégia motivacional. *Psicologia Escolar Educacional, 11* (1), 177-178.

Barbosa, M., Horn, J. (2001). *Organização do espaço e do tempo na escola infantil.* Porto Alegre: ArtMed.

Castro, A. S. de A. *et al* (2006). *Educação inclusiva em Feira de Santana: dialogando com Paulo Freire*. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/3995/FPF_PTPF_01_0654.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 21 out. 2022.

Duarte, J. B. (2010). Manual escolar: companheiro do jovem na aquisição de competências e na curiosidade pelo saber. *Revista Lusófona de Educação*, *16*, 199-130.

Duarte, S., Dias, H & Cherinda, M (Org.) (2010). *Formação de Professores em Moçambique: resgatar o passado, realizar o presente e perspectivar o futuro*. Maputo: Editora Educar.

Freire, P. (1967). *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido.* 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2001). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (17.ª ed.). São Paulo: Editora Paz e Terra.

Garrido, I. (1990). Motivacion, emocion y accion educativa. Em: Mayor, L. e Tortosa, F. (Eds.). *Âmbitos de aplicacion de la psicologia motivacional* (pp. 284-343). Bilbao: Desclee de Brower.

Gasperini, L. (1989). *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Edizioni Lavoro.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projectos de pesquisa* (4ª. ed.). São Paulo: Atlas.

Golias, M. (1993). *Sistemas de Ensino em Moçambique:* Passado e presente. Maputo: Editora Escolar.

Gómez, M. B. (1999). *Educação Moçambicana: Educação Moçambicana:* História de um processo: 1962-1984. Maputo: Livraria Universitária, UEM.

Guimarães, S. É. R. (2004). O Estilo Motivacional do Professor e a Motivação Intrínseca dos Estudantes: Uma Perspectiva da Teoria da Autodeterminação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 143-150.

Gujamo, Á. F. & Mucandze, A. R. (2019). *Educação em Moçambique antes e depois da independência*. Porto: Academia Edu.

Ibraimo, M.N. (2014). *O conselho de escola como espaço de participação da comunidade*. Tese de doutoramento em ciências de Educação. Universidade Católica Portuguesa

Knuppe, L. (2006). Motivação e desmotivação: desafio para as professoras do ensino fundamental. (*Educar)*, 277-290.

Lima. V. A. de. (2021). *Paulo Freire: A prática da Liberdade para além da alfabetização*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Luluva, S. (2016). *Políticas educacionais em Moçambique: o conselho de escola como componente da gestão democrática da escola pública moçambicana (1975-2003)*. Maputo: Imprensa Universitária.

Manturana, H. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana.* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Mazula, B. (1995). *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique:*1975-1985. Maputo: Imprensa Universitária.

Minayo, M. C. da S. (2007). *O desafio do conhecimento.* (10ª. ed.). São Paulo, Brasil: HUCITEC.

Minayo, M. C. de S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 12. ed. São Paulo: Hucitec.

Momade, S. I. *Traços de inovação do sistema nacional de educação em Moçambique: diferenças e semelhanças das leis 4/83, 6/92 e 18/2018.* Instituto Superior Politécnico Gaya Psicologia, Educação e Cultura. Vol. XXVI, Nº 3.

Moreira, M.A. (2005). *Aprendizagem significativa crítica*. Porto Alegre: Instituto de Física, UFRGS.

Murray, E. J. (1986). *Motivação e emoção*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.

Pintrich, P. R. & Schunk, D.H. (2002). *Motivation in education - theory, research and applications*. New Jersey: Merril Prentice Hall.

Roazzi, A., Almeida, L. S. Insucesso escolar: insucesso do aluno ou insucesso do sistema escolar? *Revista Portuguesa de Educação*, *1*(2), 53-60, 1988

Santos, S. C. P. dos *et al* (2021). Reflexão teórica sobre as contribuições da obra de Paulo Freire para a educação especial. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* p. 2756-2774. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14493/11862. Acesso em 24 out. 2022.

Sprinthall, N. A., Spronthall, R. C. (1993). *Psicologia educacional - uma abordagem desenvolvimentista* (5.ª ed.). Lisboa: McGraw-Hill.

Uaciquete, A. (2011). *Modelos de administração da educação em Moçambique (1983-2009).* Maputo: Texto Editora.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): ANTÓNIO, Salvador Bernardo. Educação para a Liberdade no ensino médio em Moçambique: Uma Análise a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.254-278, out. 2024.

Para citar este texto (APA): António, Salvador Bernardo. (out. 2024). Educação para a Liberdade no ensino médio em Moçambique: Uma Análise a partir da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 254-278.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.279-281 | 2024.

O Prof. Paulo Granjo fala da obra "O Cheiro do Sangue de Ovelha"

Higor Teixeira dos Santos *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0008-7790-0804

Link do Video da Entrevista: https://youtu.be/HfyZdaCoBN0

RESUMO

No dia 11 de julho de 2024, o professor Paulo Granjo concedeu uma entrevista ao Canal da Revista Njinga & Sepé, onde lançou sua obra "O Cheiro do Sangue de Ovelha". A entrevista contou com a mediação do Prof. Alexandre António Timbane e do seu orientando de mestrado Higor Teixeira dos Santos (PPGEL-UEFS). O Prof. Granjo é um antropólogo português, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pioneiro da antropologia industrial em Portugal e Moçambique. Iniciou a sua atividade docente em 1999, como Professor Visitante na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde até 2006 contribuiu para a formação da atual geração de antropólogos moçambicanos. Para além da sua participação continuada nos programas de mestrado e doutoramento do ICS-ULisboa, foi também Professor Convidado na ULHT, na FLUL e na FCSH-UNL

O entrevistado iniciou a entrevista falando sobre a sua formação acadêmica, sua viagem à Moçambique para depois falar das atividades acadêmicas e profissionais realizada em Moçambique em Portugal. O Prof. Granjo falou do contato que teve com a cultura moçambicana tendo realizado estudos e pesquisas. Ele guarda na lembrança momentos alegres e desafiantes no que toca as culturas diversas que compartilham a mesma nação. A sua tese abordou a relação entre os trabalhadores e o perigo numa refinaria de petróleo em Portugal na refinaria de Sines. Há 25 anos, o professor iniciou sua trajetória na pesquisa em Moçambique, em que lecionou no primeiro curso que houve de Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane.

* Professor-pesquisador, Mestrando em Estudos Linguísticos- PPGEL UEFS- Bolsista Capes. Pós-graduando na Universidade Estadual de Feira de Santana em Linguística e Ensino- Aprendizagem de Língua Portuguesa. Professor de Língua portuguesa e Redação. Fui Aluno Especial do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UEFS na disciplina Variação, Mudança Linguística e Ensino. E-mail: teixeiradossantoshigor@gmail.com

O livro “O cheiro de sangue de ovelha” resulta de uma longa experiência em Moçambique, que começou dentro da área da antropologia industrial numa fábrica e depois passou para os curandeiros. Na fábrica Mozal, ele pôde conversar com os operários sobre os perigos e condições de trabalho. Nessa experiência, o professor observou a presença de cicatrizes de tratamento de proteção, que em Moçambique eram denominadas de “vacinas”. O livro aborda o dia a dia dos curandeiros que são autoridades espirituais e da medicina tradicional. Na sinopse, o autor escreve,

> É difícil prever o sentimento de um antropólogo europeu no momento em que está a fazer um tratamento de protecção com curandeiros moçambicanos e uma ovelha é degolada às suas costas. Também pode não ser imediatamente compreensível o que o colocou nessa situação — que peripécias, que visões do mundo, que ética e que relação com o próximo. Numa perspectiva pessoal e intimista, Paulo Granjo combina literatura e conhecimento científico para partilhar uma experiência única, transformadora e que nos leva a interrogar: é possível praticar com sinceridade rituais que falam e pensam em espíritos, conciliando isso com uma visão do mundo «moderna» e materialista? E porque não haveria de ser?”

Paulo Granjo recebeu o Prémio Sedas Nunes pelo seu livro *«Trabalhamos Sobre um Barril de Pólvora», Homens e Perigo na refinaria de Sines* (2007) e pioneiro da antropologia industrial em Portugal e Moçambique. Nesses dois países, aplicou também ao estudo de um amplo leque de terrenos temáticos (a adivinhação e cura, a feitiçaria, as práticas familiares e lobolo, os linchamentos e protestos violentos, a reintegração social de veteranos, a discriminação de gémeos e albinos, as alterações climáticas ou a precariedade laboral) os seus dois principais interesses teóricos: as concepções e respostas sociais às ameaças e riscos, partindo do conceito de “sistemas de domesticação da incerteza”; e a integração da complexidade dos fenómenos sociais na análise que acerca deles é feita, com inspiração na “teoria do caos”.

Vários dos 10 livros e mais de meia centena de artigos resultantes desses estudos (listados no item “Publicações”) são ensinados em universidades de Portugal, Moçambique, Brasil, Estados Unidos, Holanda e Angola.

Iniciou a sua atividade docente em 1999, como Professor Visitante na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), onde até 2006 contribuiu para a formação da atual geração

de antropólogos moçambicanos. Para além da sua participação continuada nos programas de mestrado e doutoramento do ICS-ULisboa, foi também Professor Convidado na ULHT, na FLUL e na FCSH-UNL.
Membro do Conselho Científico e da Comissão de Estudos Pós-graduados do ICS-ULisboa, Paulo Granjo é também membro do Colégio Tropical da ULisboa, Sócio Honorário por Mérito da AMETRAMO (Associação de Médicos Tradicionais de Moçambique) e Pesquisador Correspondente do Centro de Estudos Africanos da UEM.

Para além do livro “O cheiro de sangue de ovelha”, o Professor Granjo é autor de vários outros livros:
1994 - "Visões do Sindicalismo: trabalhadores e dirigentes", (juntamente com Joana Ribeiro e Nuno Leitão), Edições Cosmos, Portuga.
2005 - "Lobolo em Maputo - Um velho idioma para novas vivências conjugais", Campo das Letras, Portugal.
2006 - "Trabalhamos Sobre um Barril de Pólvora - Homens e perigo na refinaria de Sines", Imprensa de Ciências Sociais, Portugal
2009 - "Um Amor Colonial: Álvaro e Rosita - Lisboa/Angola/Moçambique", Edições Cosmos, Portugal
2013 - "O Que é Investigar", (juntamente com Carmeliza Rosário e Michel Cahen), Escolar Editora, Portugal
2014 - "O Que é Racismo?", (juntamente com Paulo de Carvalho, Rosália Diogo e Jaqueline de Jesus), Escolar Editora, Portugal
2015 - "Entre Maputo e Lisboa: Reflexões de um Antropólogo na Blogosfera", Imprensa de Ciências Sociais, Portugal
2024 - "O Cheiro do Sangue de Ovelha - Um tratamento de curandeiros em Moçambique", Tinta da China, Portugal

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): SANTOS, Higor Teixeira dos. O Prof. Paulo Granjo fala da obra “O Cheiro do Sangue de Ovelha”. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.279-281, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Santos, Higor Teixeira dos (out. 2024). O Prof. Paulo Granjo fala da obra “O Cheiro do Sangue de Ovelha”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 279-281.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.282-285 | 2024.

Si Sabura!?

Joselino Guimarães[1]
ORCID iD https://orcid.org/0009-0002-1738-2909

Era antes, mas bem antes que começou a resmungar dentro di bariga di si mame. Si mame?! Será? Não. Resmungava com aquele que queria trucidar o seu epíteto ku si mantenha.

Em 73 apelidou o seu nome autonómico, ma so pidi inda. Tem filhos formados na Rússia, em Cuba, em Portugal, no Brasil, aliás em cinco continentes com boas qualidades de formação. Tem bolanhas, madeiras, mar, terra verde, kultura riku, manga di duturis. Boas escolas de formação, contudo maioria dos seus rebentos não se formaram em casa.

Desde 74 até aós, sempre tem bons presidentes e primeiros ministros trabalhadores, *mandachuvas,* tudo está bem organizado, boas estradas ku baletas ampagatch, muitas universidades públicas, sin skola di formason, energia até nas zonas mais longínquas, as candeias e velas são as que dão claridade aos seus filhos.

As suas eleições, sistema governativo e a democracia estão muito bem organizadas, *bruzundanga*, deputados bem unidos, aos i li, amanhã ala la na kil utru ladu. Maioria disloka, terra di bom fama.

Linda é ela, bonita, maneirinha de bom formato, sorridente, elegante, mansa e simples com um lindo nome “sakalata”. Cólera, sarampo, paludismo, diarreia são doenças que ela já esqueceu há muito tempo, contudo ceifam as vidas quase todos os anos.

Mortalidade pós-neonatal, neonatal e perinatal, lamento, também não existe. Sempre era, é e será boa genitora, todos os seus grandes filhos estão sob suas asas, não obstante nenhum tem sentado nos seus ramos, nem ela tem ciência de chamá-los para virem contribuir no desenvolvimento que ela não precisa, kuidadu i djiru de!

Bonita é ela, olhos de pomba, garganti di puti kor di mampatas ku tambakumba, kabelu suma verdi di si bolanhas, nariz firmadu tchan suma pata di fidju di gazela, com um falar agradável e bem eloquente com um predicativo bem polido, bati governos ku djunda djunda, si bu papia ala bu kurpu pagal.

[1] Mestre em Língua e Cultura pela Universidade Federal de Bahia e Licenciado em Letras-Língua Portuguesa pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. E-mail: jose77lino@gmail.com

Grito forte, *roku, garganta kotchotchidu* com fome da paz, sossego mangadel. Funcionários com seus salário a tempo, sin un fran na fin di mis, terra di sabura na kansera, ala la de! Hum! Kalur na friu ampagatch, salgadura na língua di djintons, sabura na língua di pubis, i asin propi, kal dia ku ontingnhi risibi kokida dianti di kabesa?

As crianças são postas nas escolas, di parmanha sedu ku bandeja na kabesa até na konkongnhidura di sol, speransa firmadu latidu na kil bon tarbadju di dana terra, casas bonitas suma bentens di bissiaduris di Orangu Garandi, bons semáforos postos nas estradas, de manhã até a tarde nunca mais se apagam. Parabéns pa bon tarbadju!

Luz pa tudu ladu, 24/24 horas, lua cheia ku ta tisi kontentamentu pa si mininus, pabia ku si klaridadi ku prentchentches ta brinka, yagu potável i kil ki ta bibi tudu dia, ku ta bin so un bias pa mis, fontis ki ka ta bibi si yagu, sin el kin ku na matal sedi na língua?

Todos os maridos assumiram as suas casas, fartura sikidu na kasa, as suas mulheres dormem até meio dia, cinco horas já estão em pé com os seus baldes nas mãos bas di serenu na kil fuskafuska pa busca Pindjikiti.

A cidade bem limpa com luxo no lixo, lixeira sem lixos, casas de palhas com telhas, bairros bem urbanizados, kada kasa ku si numeru com grande embaraço de acesso.

Presidentes e primeiros-ministros sempre são *brothers*, disnan ki el todos os governos terminam seus mandatos, paz, sussegu, fartura, unidadi, tarbadju, contanto que deve ser seu nome não seja, ma el ki kantiga di buska turpesa di renansa ku sikidu fora di korson, fatu foradu ku ngana oredja ku udju na djubi ku odja.

Renansa dadu, tempu konta se korsons berdadeiru, sabura di un terra?!

Redenção, CE, 20 março de 2016.

Joselino Guimarães

Poemas

Mindjer

Mindjer que não conheço
Mindjer que garbatou meu coração
Mindjer ku tomou a minha alma
Mindjer que nunca existiu

Mindjer sikidu dentro do meu coração
Mindjer que mora fora de mim
Mindjer que é mindjer de muitos
Que nunca é.

Bissau, 12 de agosto de 2021
Joselino Guimarães

Sentir

Sentir o que nunca senti
Sentir o que sentia
Sentir o que sinto

Nada sinto que não mereço
Mereço o que não merecia
Mereço o que merecia
Que nunca merecia merecer

Só sei que não merecia
Se assim fosse, então nunca
Mereceria esta tanta coisa

Não mereço nunca
Nem hoje e amanhã
Só sei que não mereço, merecer.

Bissau, 14 de abril de 2021
Joselino Guimarães

Poema

Nha raiz

Nka sibi si ten ku diskisi kin ku nsedu

Di nunde ku nbin i kuma ku kirsi.

Si nbin na diskisi, pirfiri diskisi nha nomi i kil ku sedu aos, ma pa nha aonti sikidu dentru di nha pensamentu, afinal aonti ku fasi nha aos pa i sedu.

Rispitau kasa di padja, nunde ku nasi, nkirsi, kontadu storia di mundo.

Kufu, padja di aruz ku siti malgos bu mati, abo i testemunha.

Aradu, ridia, kabaz, balai, ku balai di pon,

Bandeja di bulu nka diskisiu abos tudu bo mati

Kil matu nunde ku nta otcha nha sita

Ala tambi ku sedu nha ret ret, nsikinti bos na nha sintidu.

Bissau, 20 de abril de 2022
Joselino Guimarães

Recebido em: 12/16/2024

Aceito em: 18/10/2024

Para citar este texto (ABNT): GUIMARÃES, Joselino. Si Sabura!? *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.282-285, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Guimarães, Joselino (out. 2024). Si Sabura!? *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 282-285.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.286-291 | 2024.

Um mundo cheio de sonhos

Pedro Djedjo *

ORCID iD https://orcid.org/0009-0003-7504-7380

Eu não sei por onde começar, sério não mesmo. Digo isto porque as palavras fogem de um redator sem a mínima experiência da sala; de um leitor agarrado ao celular ainda antes dos cânticos dos pássaros ao anunciarem a chegada de um novo dia de sol; de um escritor que, antes de tudo, não gosta de escrever nem ler, de um ouvinte que cochila enquanto bofeteia as cores brancas.

Essa é a minha história, minha trajetória desde a minha infância enquanto um imperfeito neste mundo dos disfarçados sem a tolerância. Alguns preferem chamar-me de Piedade, nome sem o dizer paternal, embora cause uma boa harmonia nos ouvidos dos homens da minha terra. No entanto, alguns curiosos perguntam:

— Piedade? É o seu nome? Bem, na verdade, prefiro não jogar nenhuma palavra a respeito. O motivo é que não sou bom em responder perguntas do tipo. Talvez eu tenha adquirido os mesmos valores do meu padrinho teimoso, mas muito bom.

Certa vez, perguntei uma amiga sobre o que fazia nos tempos livres dela — meu Deus! Se eu soubesse não teria perguntado. A resposta dela é tão abusiva que não dá para expô-la aqui nesse meu pequeno barco sem fios de eletricidade. Eu sei que é urgente que estejamos a perguntar a natureza sobre as coisas que fazem parte do nosso cotidiano e que nem sempre consigamos achar uma resposta satisfatória. Vivemos num mundo eufórico e bem dramático e é impossível caminhar pelo asfalto sem que se conheça o perímetro do perigo.

Aí vem a relevância de não deixar à Águia comer a sua língua *— como dizem os mais velhos da minha era —*. E, assim, começou a minha aventura, uma

aventura que dos anos atrás os céus brilharam a meu favor.

Sonhar é algo natural, mas acreditar é bastante espiritual. Que vivam os pequenos deuses que nos trazem amor e que nos fazem acreditar que, enquanto pequenos peregrinos para terra verdadeira, a razão e a passividade do coração são as melhores moedas.

Nô konta nô stória

Foi numa tarde de julho de 1999, numa das terras da província norte da Guiné-Bissau, em meados da cruzada de fogo de sete de junho causada por um bicho que comia a barriga dos subordinados, mas que na selva contra *aldumau tumpaiau* derem suas vidas para que as outras espécies caminhassem hoje. O médico chefe que era também o *homi garandi* da terra, tinha alguns problemas

* Licenciando em Letras Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira –UNILAB), Campus dos Malês, São Francisco do Conde, Bahia, Brasil. Autor do poema "A Liberdade e a Força Baiana", publicado no livro (E-book) "As Literaturas em Debate. Vencedor do IIº Concurso Literário Letras- Malês, Categoria Poesia. E-mail: pedrodjedjo723@gmail.com

psicoticos, quiçá? Não sei exatamente o que tinha de anormal, porém disseram-me que o coração dele transformou-se quando viu as pedras preciosas após uma terrível gigantesco batalha que levara onze anos de ataque e defesa.

Do lado extremo do inimigo, os cálculos implacáveis, que séculos atrás, pintavam nos pensamentos e desenhavam as ideias com as realizações de cálculos matemáticos e bússolas astrolábicas com a fome de acabar e exterminar o povo que além-mar vivia de multiculturalidade.

Felizmente, após essa pescaria feroz, a família Djedjo deu o primeiro passo da sua história, pois eu acabara de nascer, o filho primogênito a quem foi posto o nome de Pedro Djedjo. Alguns anos depois, numa tarde de nuvens claras, glorificando o majestoso e eu sentado ao pé de uma mangueira que soprava os seus melhores ventos conduzidos pelas ondas magnéticas celestiais, veio uma sombra de calças piedosas que me chamou de Piedade.

—Piedade, és tu jovem. Serás chamado — Piedade! Serás um bom menino, mas

passarás muitas dificuldades!

Heita! Assim começou a minha nova peregrinação no mundo dos disfarçados com esse nome sem o dizer paternal que lentamente escrevo: PI-E-DA-DE.

Poderia falar um pouco da minha família, mas enquanto estava num pesadelo de silêncio movido pela minha vontade, vi no meu sonho um velho menino que me aconselhou que não falasse da minha família porque os feiticeiros da minha *tabanc*a estavam por algures. Lembro-me do que o meu vovô dizia: “sigam os vossos sonhos e sepultem sempre a tristeza na vossa *moransa*”.

Todas às noites, à beira de uma fogueira com chamas de quase sol do dia 25 de dezembro, a família reunia-se sempre. Contudo, a filosofia dela é meia estranha devido ao legado deixado pelos meus avôs. O meu pai ficava sempre fomeado. Preocupava mais com a gente e dava-nos a prioridade em tudo que fazia. É um homem bom, muito bom mesmo. O Papis, o gênio da casa, às vezes brigava com a Plascida, a irmã mais charmosa. E quanto a mim, gostava muito de esparguete, mas naquele dia, pedi salada crua e suco de goiaba, o meu preferido.

A Ivanilda, minha irmã, por sua vez, pediu arroz com batatas fritas e a Lauriana, a princesinha celestial da casa, optou por *caldo de mancarra*. Foi neste instante que a Binta, a dona da casa, pediu a palavra depois de ter acabado de tomar o seu suco de cabaceira.

- Com licença!
- Sim, mãe, esteja à vontade! Sublinhou Abrão, o Ronaldo da casa.
- Obrigada, respondeu ela.

Neste instante, todos ficamos ansiosos para ouvir as sábias palavras dela como de costume.

Entretanto, ela perguntou:

- Vocês, ainda não comeram. Por quê? Por acaso, não viram à comida!?

- Não se preocupe, mamãe Binta! Respondeu o Ivo quase gaguejando de raiva porque pensava que iria contar uma piadinha como de costume.

Uns minutos depois, a mamãe Binta fixou o olhar a todos nós que lá estávamos, mal começar a contar a estória, ouvimos um grito traumático que gritava sem cessar: ″socorro…! Socorro…! Socorro…!

Nesse momento, todos saímos apressadamente para socorrer a vítima que implorava. Mas como eu era tão jovem e praticava o desporto todas às manhãs, apressei-me mais que os outros.

Três minutos depois, finalmente, cheguei ao local na qual estava a vítima que pedira à ajuda. Suspiro… suspiro...!

- Por favor, salve-me! Fui… assaltada por bandidos mascarrados e…roubaram tudo que eu tinha. A menina estava a falar quase sem fôlego porque encontrava-se numa terrível situação.

Nem sequer tive tempo de perguntar o nome dela, sem perder tempo, levei-a para um centro de saúde que estava a uns dez quilómetros. Tentei pedir a carona, mas já sabem como é viver na aldeia, não é?

Com licença, doutor …, doutor… por favor, a paciente está gravíssima!

- Traz-a por aqui, disse o médico que estava de serviço!

Fiquei obcecado com aquela beleza singular, aquele tom de pele da menina. Ela parecia com alguém que tinha caído dos céus há umas horas. Estava deslumbrante!

Tinha mãos impecáveis, dedos artificiados sem manchas, corpo perfeitamente arquitetado, epah. Acho melhor dizer – era uma árvore da vida mesma, um amor em pessoa verdadeira, uma gota do oceano celestial…!

Começei logo a pensar ‹‹ eu vou-me casar com ela custa-me morrer…eu não posso perder essa menina; ela é linda e de boa aparência, deve ser uma boa pessoa››.

No meu íntimo imaginário, fiz muitos cálculos. Saí fora do quarto de hospital que ficava do lado estreito da clínica e comecei logo a cantar a música de Heitor Sampaio, músico guineense da velha geração ‹‹ *tempus ku no pasa nka na diskisil tudu dia na pensa na bô ai flana*,*…››* coitado! Nem sabia cantar bem a música, mas estava muito feliz e animado com aquele ritmo tocante, cativante, emocionante, comovente, alegrante, ...

À tarde, despedi-me da mochinha e fui para casa. Quando lá cheguei pus-me a cozinhar.

Preparei o almoço e, em seguida, tomei o prato mais novo que o meu pai comprou na véspera de natal, mesmo sabendo que era o único de bom que tínhamos em casa. Mal servindo à comida ouvi o barulho na porta do quintal, afinal era a minha mãe chegando de mercado, um dos mercados mais lotados da minha aldeia.

- Boa tarde, filho!

- Boa Tarde, mamãe! Mãe, eu vou à clínica. Vou visitar a moça que socorri, aquela que estava a pedir ajuda quando estávamos reunidos no almoço.

- Que moça? Ah, sim, esquecemo-nos de perguntar-te quem era a vítima. Mas, então, como se encontra? Está machucada? Vais de pressa! Ficará muito feliz com a tua presença.

Nessa altura eu acabara de fazer 22 anos. Os meus sonhos estavam quase a concretizar-se.

Sem perder tempo, peguei nas malas e fui embora. No caminho ao hospital encontrei com o meu Primo Domingos que tinha ido ao serviço no dia anterior.

- Bom dia, mano!

- Bom dia. Vai aonde, Piedade?
- Mano, vou à clínca. Uma amiga foi assaltada perto da casa e consegui levá-la o mais rápido possível para clínica.

- Humm, boa sorte então! Tomara que melhore logo. Já vou indo se cuide, menino.

Finalmente, cheguei. Estava tão feliz mesmo sabendo que não tinha dinheiro para pagar os gastos dela. Fui diretamente para a sala onde estava a menina. Quando lá cheguei, chamei o médico a sós e pedi-o a conta, mas disse-me que tudo estava pago.

Pago? Como? Perguntei ao médico de boca ao céu aberto.

- Sim, jovem Piedade. Tudo está pago!

Afinal, o médico era a família da paciente e eu cá muito triste, pensando em como conseguir dinheiro para pagar os gastos dela. Ah, que alivio! Comecei então agradecer o Divino Celestial no meu extremo interior esquerdo.

Depois de ter sabido que a paciente estava recuperando, alegremente, voltei para a sala onde estava a menina que nem conhecia pelo nome.

- Olá, como te sentes?

- Melhor, meu herói. Não imaginas como eu sinto. Confesso que nunca tive ajuda como essa antes. Muito obrigada! Eu teria morrido se não fosses tu… - Quem és tu? Meu anjo de guarda? – perguntou a menina.

Nesse momento, nem consegui falar. Estava muito emocionado com as lindas descrições, os elogios dela, aqueles risos líricos, aquele jeito singular de falar, eeeeh brow! É impossível não se apaixonar por ela embora estivesse ainda em recuperação. O que faria? Assediar, claro que não!

Entretanto, estava eu literalmente apaixonado por ela, sim, eu apaixonei-me!

Minutos antes de poder responder cruzamo-nos num olhar do céu aberto abençoando os nossos pensamentos de paixão e vi-a sorrindo tranquilamente. Posso garantir que não era um sorrisinho qualquer, acredite! Eu diria que algo de atração habitou em nós, todos nós.

Na ocasião, preferi que ela comesse para depois conversarmos sobre o assunto. Abri a sacola onde pus a comida e sublinhei – por favor, comas! Não sei cozinhar bem. Conversaremos assim que terminares de comer.

- Oh, meu herói, muito obrigada! Não me canso de agradecer-te por cada surpresa – rematou a menina.

Sou eu quem não cansa de agradecer a Deus por cada segundo por ter-me dado

essa oportunidade de conhecer-te. És a pessoa mais incrível dos meus sonhos.

Depois de termos trocados uns papos, deixei-a e fui comprar a água da marca *penacova* para que a menina pudesse beber assim que terminasse de comer *cafriela***,** um prato tão típico e gostoso que é muito adorado na Guiné-Bissau.

No entanto, após a refeição, recebi um telefonema vinda da minha casa … - Filho!?... vem já…já… preciso ver-te agora!

Que houve, mãe? Diz-me, por favor!

Infelizmente, desligou o telemóvel. De certo, os agressores da menina assaltaram de novo a nossa casa.

- Nossa! Que houve? – Perguntou a menina com uma voz trémula.

Querida, tenho de ir. A minha mãe sofreu um assalto, é provável que sejam os mesmos insolentes que te assaltaram. Com licença, falemos depois!

- Querido, deixas-me ir contigo, por favor! Tu fizeste muito para mim mesmo sem me teres conhecido. Agora é a minha vez de retribuir-te tudo quanto fizeste, pois mostraste o cavalheirismo quando me encontrava num abismo profundo…

A menina insistiu tanto de modo que não tive como de inventar outras desculpas.

Tens razão. Vamos apressar, então!

Saímos apressadamente, que nem um motor de mil quilômetros por hora. De clínica à casa, pelo caminho conversávamos. Eu não estava com tanta vontade de falar, sério. Os meus órgãos estavam em casa. Não demoramos muito a chegar, talvez tenhamos possuído a magia do druida Merlin, o mago dos anos muito remoto que viveu num grandioso reino onde reinava o rei Huther Pendragon, cujo filho Althur, o príncipe herdeiro. A magia do amor à mãe e ao mesmo tempo a ira que habitou no meu intimo contra os invasores que terão sido assaltado a minha

queridíssima mãezinha falava mais alto. Estava muito aborrecido, a menina por sua vez, tentava acalmar-me.

Felizmente, antes de chegarmos à casa, fomos avisados que os intrusos foram capturados por meu pai, o herói da família.

Nós, finalmente, legalizamos o nosso amor de milhões: eu e a minha arte prima pintada na primavera, a menina dos olhos azuis, a beleza que não tem adjetivo adequado na língua de Camões. Por parte dos meus amicíssimos irmãos e dos meus pais, não pude ficar sem receber a benção do amor e apoio deles. E, assim, se foi a minha história, a história que sempre quis contar para os colegas do curso, mas que pela insuficiência da escrita fui obrigado a calar-me.

Glossário:
No conta nô stotóri: contar a estória (contemos a nossa estória) aldumau tumpaiau: homem branco (língua felupe)
homi garandi : homem-grande (fig. Chefe de uma determinada aldeia) caldo de mancarra : prato típico da Guiné-Bissau
moransa: vilarejo

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): DJEDJO, Pedro. Um mundo cheio de sonhos. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.286-291, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Djedjo, Pedro. (out. 2024). Um mundo cheio de sonhos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 286-291.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.292-297 | 2024.

O canto erudito na fase actual da literatura moçambicana

Juvenal Bucuane *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0002-1815-4043

Quem me dera poder ter o pendor empreendedor ou, ao menos, inventivo, para, de forma consistente, divulgar uma plêiade de nomes, ao largo dos quais muitas vezes passamos sem lhes darmos a merecida atenção! Divulgar, isto é, publicar seus feitos literários, pela força emotiva que têm, pela carga de sapiência que transportam, pela erudição que impregna os seus conteúdos, ainda, na plenitude da sua juventude!

São jovens que brotam do nosso chão, não, porém, como cogumelos que espontaneamente nascem aqui, ali e acolá, como erroneamente se pode pensar, mas como jovens que, de tanto ignorados, se levantam, a pouco-e-pouco, com esperança é certeza, do chão, por sua conta e risco, e erguem suas vozes, cujo eco retine nos ouvidos daqueles que, indiferentemente as ouvem e as subestimam ou, daqueles que, verdadeiramente, se prestam a ouvi-las, mas pouco ou nada podem, por elas, fazer, porque excluídos dos pódios decisórios.

São "Lume Florindo na Forja", como outrora outras vozes assim surgiram, nos primórdios da poesia moçambicana e ao longo do seu percurso temporal, como o autor destas linhas, nas mais profundas dobras da extensão deste país, então de poetas, e fizeram o brilho das suas épocas e hoje, alguns, com firmeza, continuam a lapidar, plenos de conhecimento e experiência, o verbo-sangue da sua alma, nas artérias do seu povo, uns, fazendo jus à continuidade do não vão epíteto: País de Poetas! Outros, sem, porém, espírito minimalista em relação aos confidentes das musas, calcorreiam os passos iniciáticos de Luís Bernardo Honwana, e tentam, de forma, um tanto descontinuada, entremear a tradição poética, fazendo, assim, amalgamar a poesia e a prosa, num como que cocktail das letras. Quer queiramos, quer não, são todos poetas com diferenças de prurido. Nos tempos modernos, que são estes que correm, os nossos, a poesia diversificou-se ou tornou-se resiliente quanto à sua sua forma clássica. Hoje, ela continua com as suas estrofes, mas já não policiadas pelos *gendarmes* da classificação estrófica, da rima, da medida do verso, da métrica, enfim, de todos os ingredientes canónicos que sempre a caracterizaram! Ela foi entrado para o domínio comandado pelo texto corrido,

* É escritor e poeta moçambicano.Licenciado e Mestre em Linguistica pela Universidade Eduardo Mondlane. Fundadores da Revista *Charrua* em 1984 e Secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos. Sua poesia é plácida e romântica, apresentando a mulher amada como refúgio. Também se inspira nas fontes da tradição oral moçambicana. E-mail: juvenal.bucuane@tvcabo.co.mz

pela prosa, adoptando o nome colateral, mas nem por isso, menos vibrante, de prosa-poética; ela foi entrando no romance, no conto, na crónica, na novela, no teatro, na história, enfim, hoje, ela é tudo isso ou, tudo isso veste o manto da poesia! Não há nada melhor que o nome genérico de Literatura, para significar essa fabulosa amálgama de gêneros, pois, qualquer um deles, enverga a roupagem da poesia ou seja, afinal, o nosso país continua a ser um país de poetas distribuídos pelos diferentes ramos ou modalidades da literatura!

Menciono alguns vates novos, selecionados aleatoriamente, de um vasto leque de confidentes das musas, e prosadores que, para além do já dado a estampa, ainda terão as suas criações largamente divulgadas, não, apenas pela abundância, mas por inequívoca qualidade, fruto de muito talento, do conhecimento, resultante de estudos aturados desta área em que quem fala é a alma, o espírito dos autores literários, esta área, essencialmente, epistemológica.

Nesta menção, não se enverede, pois, nem há lugar para isso, ao julgamento desta iniciativa, pela gratuita via de equidade do gênero, sem a compenetração necessária da realidade literária moçambicana, pois, como anteriormente se frisou, trata-se de um exercício aleatório de trazer à tona escritores e poetas que raramente são mencionados na nossa arena literária, independentemente do que a rifa genética tenha atribuído ao seu estado biológico. Os acontecimentos podem ser únicos, mas sempre se repetem, montados no cavalo do tempo, revestindo, certamente outras roupagens, condicentes, naturalmente, com a sua época, mas surtindo os mesmos efeitos, o apuramento da veia criadora, baseada no que vai na alma dos criadores literários/poéticos.

Pois, esta verve confunde-se com a dos jovens de ontem! Ela é como que uma ressonância do grito antigo, sobre uma escala cromática polida, renovada, sobre o solfejo da mesma pauta, impressa e expressa, para que todos a leiam e interpretem da forma que a evolução das coisas, no espaço e no tempo, exige.

Estas vozes cantam e encantam!

Não exaustivamente, lança-se, aqui, um feixe deles, apenas para servirem de mostruário que se deseja seja uma carta guia do mundo actual da literatura moçambicana:

Leco Nkhululeko, Marcos Matosse, Ernesto Moamba, Anísio da Conceição, Anísio Buena Yessu, Emmy Xyx, Isa Manjate/Manhique, Predestinada/Amélia Matavele, Japone Arijuane, Heliodoro Baptista Jr., Isa Manhique, Rudencio Morais/ Falso Poeta, Nelson Lineu, Pedro Pereira Lopes, Mbate Pedro, Sangari Okapi, Rinkel, Mauro Brito, Amosse

Mucavele, Aurelio Furdela, Sangari Okapi, Chakil Aboobacar, Dionísio Bahule, Dany Wambire, Alex Dau, Mukuda Pinho, Arnaldo Bata, Ivone Soares... (aos mais novos da nossa literatura não mencionados aqui, devem-se sentir, implicitamente citados, pois, este espaço que aqui abri é de todos eles.

Entenda-se, pois, esta mal traçada prosa, como o motivo que me impele a apelar a quem, por definição oficial ou, ao menos, oficiosa, tutela, promove ou deve promover as letras nacionais, a apurar os seus instrumentos de acompanhamento do nosso desenvolvimento literário, os seus radares devem agir, no sentido de detectar e valorizar, não só as antigas glórias desta área, mas também e sobretudo, as novas vozes que despontam no universo literário moçambicano, pois, estas asseguram não só o presente, a continuidade, como, também, a certeza do futuro das nossas letras. O mesmo apelo vai para os mecenas, para os patrocinadores, para todas as pessoas individuais ou coletivas, de boa vontade.

A erudição no título desta reflexão, é-o na verdadeira acepção do termo, a avaliar, em primeiro lugar, pelos títulos que estes autores atribuem às suas obras e, de seguida o discorrer do verbo que com ele condiz, ao longo dos textos. Sente-se, por vezes, que, todavia, a inexperiência, em alguns, se manifesta, algum lapso de firmeza, próprio dos passos iniciáticos da juventude, sem que isso, contudo, vença ou faça sucumbir o seu estro. Julgo, de toda a maneira que essa trepidação, em alguns, repito, é superável com a perseverança. Literatura é cultura, é, também, voz! É o canto histórico e estóico do povo moçambicano. E, as vozes aqui referidas, são o canto desse povo, são as vozes dos sem voz.

Uma breve recomendação

Não esperemos que apenas seja o exterior a reconhecer o nosso talento e trabalho, que aliás, a ventura externa mal nenhum faz, mas, acaba viciando os nossos autores, fazendo com que se sintam "cereja no topo do bolo", em relação aos que ficam por terra, no sentido de que fá-los, primeiro, olharem para fora antes de olharem para si próprios e para as suas origens. A atitude da externalização, às vezes, acaba acirrando algumas, se bem que injustificadas, animosidades, incompreensões, ódios, invejas e quejandos, dificultando o regresso à casa, muitas vezes, por má vontade dos que se mantiveram nas raízes e tem algumas influências na área! Falo do que sei!

Aconselho luta interna, persistência, paciência! A perseverança é a chave-mestra para se angariar reconhecimento pelo meio em que se vive, em que se está inserido, e, assim, com alguma segurança, fazer-se à aventura externa!

Lá fora, informam-se, primeiro, do desempenho interno dos autores, através das agremiações do tipo, que não são poucas no nosso país, e, depois é que se interessam, de acordo com o impacto da obra de determinado autor! Corta-matos, pelas razões anteriormente referidas, são prejudiciais, muitas vezes, ao autor e à sua obra, no sentido de que a apreciação pode ser falsa em relação à história original que o autor procura expor, pois, os analistas externos, muitas vezes, pouco ou nada sabem da realidade moçambicana! Os leitores externos do original, não tem as lentes da origem da obra! Temos de amadurar o nosso empenho cá dentro e, depois, exportarmo-lo. E não o inverso ou seja: primeiro exportar o não amadurado, não provado e, não aprovado pela escansão da terra!

Não se está, aqui, a negar a universalidade das obras literárias, está-se, apenas, a aconselhar cautelas! O cavaleiro, antes de empreender a sua viagem, aparelha a montada, com o devido requinte, depois é que se faz a pradaria!

Outra contrariedade. porém, é que se encanta leitores de outras paragens que não conhecem a nossa realidade objetiva e, contentamo-nos com o simples impressionar os nossos companheiros do dia-a-dia, com o risco de acarretarmos o que atrás já se disse!

Antes de sairmos de casa revíramo-nos diante do espelho, para apurar a nossa aparência, aquela que queremos seja apreciada lá fora, porque nossa real imagem!

Alguns autores são, sim, com mérito, reconhecidos fora do país, arrecadam prémios e comentários de grande valia, que lhes unta o espírito criador. De entre eles, de alguns nunca se ouviu falar, em nosso solo pátrio! Isto quer dizer que "anda marosca" neste assunto! Ou como diziam os brasileiros do tempo do esclavagismo: "Tem caroço debaixo desse angu!". Há um ditado popular que diz: "Antes de conhecer os outros, conhece-te a ti mesmo!" Ou, simplesmente, antes de te fazeres conhecer fora, faz-te conhecer dentro do teu país, pois, só assim, lá fora poderás contar, convincentemente, aos outros, a história das tuas origens, orgulhares-te de onde és oriundo! Mau grado que a inércia das nossas instituições internas, de tutela, estejam, lamentavelmente, em terrível estado de letargia!

Post script:

Um exemplo:

Apesar de já ser casca velha na literatura moçambicana, em 2017, enviei, instigado, por um amigo, um original meu, a um editor brasileiro que foi, depois, editado, em Janeiro de 2018. Acredite-se, até ao final do ano da edição, o livro não era conhecido em Moçambique, senão, por retalhos informativos encomendados, por mim, a alguns jornais, sem sequer, a referência da própria capa do livro, apesar de o editor o ter colocado, comercialmente, na plataforma Amazôn! Até que decidi reedita-lo em Moçambique, em Abril de 2019 e, apesar de ter sido uma reduzida tiragem, deu no que deu: Um sucesso! A primeira edição, a brasileira, jamais foi conhecida em Moçambique! Dai? Os interesses do meu editor externo eram outros! Ele passou por cima dos meus sentimentos, pois eu dedico a obra a minha mulher e o meu interesse era lançá-la no dia do seu aniversário natalício, em Abril de 2018. A ele não interessavam as minhas emoções, ante o momento eleito para o acto, diante do meu público!

Nota do editor/Prefácio, pomposo, com níveis comparativos extraordinário: invocou um grande nome lá das terras de Vera Cruz, Vinicius de Moraes, e outro lá das carpas chilenas, Pablo Neruda, colocando-me no meio, como o fiel da balança, igual ao coelho que, nas margens da vereda, pôs dois mastodontes a puxarem a corda sem se verem, ambos a pensarem que estavam a competir com o pequenote roedor e ele a rir-se a bom rir, do resultado da sua engenhosidade. Ainda bem que nem Vinicius nem Neruda estão entre nós, para me pedirem contas! E duvido que todos os escritores e leitores moçambicanos saibam quem, de facto, são, as figuras quase lendárias de que estou a falar!

Nenhum escritor moçambicano, daqueles que realmente sempre me inspiraram, foi invocado?! Que ganho tive nisso, senão a desilusão?!

Estou a falar da obra MEU MAR.

O amigo que me instigou, nada ou quase nada dele se diz aqui no país, apesar de já ter duas obras editadas no Brasil! Por que será?

O exterior pode dar algum brilho às nossas intenções mas, definitivamente, não é a solução das nossas inquietações.

Foto: Juvenal Bucuane

Fonte: Sigaúque in MMO (2022)

Juvenal Bucuane é um escritor e poeta moçambicano. Estudou linguística na Universidade Eduardo Mondlane. Foi um dos fundadores da **Revista Charrua**, em 1984 e secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos. Sua poesia é plácida e romântica, apresentando a mulher amada como refúgio. A sua produção literária está dispersa em vários jornais e revistas, nacionais e estrangeiros, nomeadamente: Tempo, Domingo, Notícias, Diário de Moçambique, Charrua, Forja, 25 de Setembro (Moçambique), Lotua (Associação de Escritores Afro-Asiáticos), Diário de Sófia (Bulgária), África/Literatura, Arte e Cultura e Finalmente Domingo! (Portugal), revista Unimed e Diário de Pernambuco (Brasil). Parte da sua produção literária está traduzida em diversas línguas estrangeiras. (Alcance Editores)*

*Disponível em: https://alcanceeditores.co.mz/juvenal-bucuane/)

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): BUCUANE, Juvenal. O canto erudito na fase actual da literatura moçambicana. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.292-297, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Bucuane, Juvenal. (out. 2024). O canto erudito na fase actual da literatura moçambicana. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 292-297.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.298-303 | 2024.

A Gang: A thimbuini

Domingos Tomo. J. S. Patrício *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-4710-2894

Uma das zonas suburbanas duma das cidades havia um grupo de gang que se faziam de donos da zona, controlavam tudo, desde as pessoas e os bens. Os considerados ricos eram de forma coerciva obrigados a pagar tributo a gang, isto acontecia de quinze em quinze dias, e caso o indivíduo não pagasse as consequências poderiam ser drásticas, mesmo aqueles que pagavam a gang por vezes eram molestados para pagarem mais do que deviam. Fazer comércio naquela zona era entregar-se a desgraça, ao terror e ao risco de vida todos os dias.

Polícias do estado estavam cansados de controlar os crimes daquela cidade, uma zona famosa em crimes de roubo, assassinatos e estupros e violações, uma zona sem a presença da moral, uma zona marginal, onde o terror estava na testa de qualquer morador, crianças e adultos todos davam medo, "*elabo sé munha*"- uma terra sem dono.

Quando policiais eram escalados para ir controlar a zona terminavam nas zonas circunvizinhas com medo de entrarem e não saírem com vida.

Era uma zona onde facilmente podia encontrar casas de arrendamento muito baratas e terrenos a venda a preços muitos acessíveis, mas arrendar uma casa ou algum apartamento ou mesmo comprar um espaço para construir naquela zona era comprar o seu próprio inferno. Muitos abandonam antes que começassem a morar depois do arrendamento ou mesmo antes de construir depois de comprar um terreno.

A gang se replicava de geração em geração, de pais para filhos e para netos, era um modo de vida de uma zona sem esperança.

Eram pessoas sem escrúpulos, sem censo de piedade e com uma vida de sexo e drogas, crianças dando vida outras crianças, o que reinava era a lei do mais forte.

Para o estado daquele país aquela era zona excluída do controle, onde as leis não se faziam valer, homens com suas próprias leis, sua própria convivência, tudo que era inconveniente, imoral, não social, para eles era conveniente, uma zona de pessoas normais, mas com comportamentos e atitudes anormais, de terrores e de vampiros.

Um dia, depois de muito de tempo, uma mulher que vivia numa zona muito distante, tinha um filho, o seu único filho, na qual ela amava, que cuidava dela em tudo

* Docente da Universidade Licungo, Mestre em Nutrição e Biotecnologia Alimentar, Especialização em Nutrição, Moçambique. E-mail: domingostomo@gmail.com

porque era velha de idade, foi viajar para aquela cidade, e levava consigo muito dinheiro para fazer compras de volta, mas quando chegou naquela cidade decide alugar uma casa, mas por azar do destino acabou alugando na zona de terror um apartamento a um preço acessível e achou que fosse homem de sorte.

Três dias depois de estar no apartamento, sete membros da gang o visitaram onde o arrancaram tudo até a sua própria vida.

Dia seguinte a notícia espalhou-se que chegou até aos ouvidos da mãe, ela não acreditou o que tinha ouvido, mas confirmou quando os familiares e vizinhos trouxeram o corpo do filho sem vida, chorou, chorou e chorou amargamente porque já não tinha quem pudesse-lhe ajudar.

No dia seguinte, depois de trazerem o corpo e antes que realizasse o enterro, um velho amigo da velha, que por sinal era conhecido pela fama da sua magia pergunta para sua amiga sobre o que devia fazer para que os tinham desgraçado a sua amiga, ela responde, somente que paguem amargamente como eu chorei amargamente e me deixaram na desgraça sem ninguém para me ajudar.

Depois de conversarem, o velho pediu a todos que estavam na sala onde se encontrava o caixão com o defunto para que pudessem sair para fora, todos saíram, e ficou somente ele e o morto, fez a sua magia, e depois pediu aquele que quisesse voltar para sala pudesse voltar, uns voltaram e outros não.

Chegou a hora do enterro, no cemitério depois do caixão estar na cova ele foi o primeiro a lançar arreia para o caixão e depois a sua amiga, a mãe do defunto e mais ninguém a não ser somente os coveiros.

Admiração total, mas ninguém podia dizer nada.

Depois que os coveiros terminaram o seu trabalho, ele foi o único que plantou uma única flor na campa e mais ninguém, amigos, familiares que tinham as suas flores para dar o último adeus foram obrigados a lançar para qualquer parte do cemitério ou mesmo deixando em outras campas.

Os acompanhantes perceberam que alguma desgraça recairia para aqueles que cometeram aquela atrocidade.

Passaram se três meses após a morte do jovem, os sete membros da gang vivendo a sua vida normal como se nada acontecesse, bebendo, fumando drogas, andando com garotas, uma vida boa com o dinheiro que tinham levado do jovem que eles haviam morto, era muito dinheiro.

Nesse período de três meses, o velho mágico teve que construir um boneco de barro com toda uma estrutura humana, fazê-lo secar e queimar para estar forte e rígido, costurar roupas, sapatos, chapéu e óculos, coisas semelhantes na qual o defunto gostava, o velho teve toda a paciência, porque era uma vingança, e a vingança devia ser trabalhada com todos os seus detalhes.

O velho mágico era um grande artista na paciência da sua arte e até teve que pintar o boneco com uma cor semelhante com a cor da pele do falecido.

Era um boneco enorme com mais de um metro, muito bem vestido, que parecia que era para embelezar uma sala de arte, para colocar em algum lugar como estátua, mas era uma obra mágica de vingança pela morte do único filho da sua amiga.

As farras dos membros da gang iam continuando, uma vida pura de lord iam espalhando na zona, ninguém perguntava porque todos sabiam que eles tinham ganho na loteria por terem morto um jovem viajante. Nesse período aqueles que eram donos de lojas e pequenos negócios foram isentos de pagar os tributos quinzenais a gang, pois, era a gang chefe que tinha matado e saqueado o dinheiro do viajante jovem inocente e nenhuma outras gangs pequenas deviam se atrever a cobrar impostos sem ordens superiores da gang máxima que desfrutava o belo prazer do dinheiro roubado.

Depois de três meses, o velho mágico decide começar com a vingança.

Numa noite enquanto eles dormiam nas suas casas, o velho acorda e deita o boneco numa espécie de cama e tira forçosamente um dos olhos, também os membros da gang que haviam morto o jovem sentiram forçosamente perder um dos olhos, era inexplicável como todos os sete tinham perdido um dos seus olhos sem nenhuma agressão enquanto dormiam. A situação criou terror e medo por parte daqueles que semeavam medo, todos tinham perdido um olho no mesmo lado, o direito, mas a maneira como tinham sido arrancados o olho, não era possível implantar outro olho caso houvesse possibilidades de o hospital fazer, estava explicado, era um fenômeno misterioso.

O velho no dia seguinte ouviu a e assistiu a notícia dos homens que haviam perdido o olho direito enquanto dormiam, apenas sorriu e foi acender um cachimbo para relaxar mente e preparar a outra bomba sem muita pressa.

Dez dias depois de ter tirado o olho direito ao boneco, decide cortar as duas mãos do boneco e deitar no chão, também os sete membros da gang viram enquanto passeavam as suas mãos caírem sem mais e nem menos e já estavam a sangrar, houve uma intervenção imediata e levados para o hospital, os médicos e enfermeiros tiveram

que fazer a sua parte, mas estava explicado que não era um fenômeno normal, mas sim, estavam pagando por alguma acção estranha, era vingança de algum demônio.

Outra vez a notícia chegou aos ouvidos do velho, já era uma notícia do estado, os sete membros da gang estavam sob o sacrifício da magia negra, mas não se sabia ao concreto o que haviam feito, porque eram homens que por natureza eram criminosos, vivendo numa zona de crime e onde o crime não era punível. Era como se aquele velho estivesse ajudar a resolver o problema que o governo daquele estado não conseguia.

Os bárbaros haviam provocado um bárbaro silencioso e invisível, a resposta estava sendo dada sem agressão e nem contacto. O homem estava fazendo pagar pela mesma moeda os criminosos que por sinal passavam os crimes para as gerações.

Depois de ter escutado a notícia, o velho tirou mas uma vez o seu cachimbo mais uma garrafa de cachaça e foi deliciando com uma carne assada de porco que tanto gostava de saborear nos seus dias de realização, e naquele dia era mais um dia de realização, que para além de um cachimbo, uma cachaça, teve que despendurar o seu violão desafinado para tocar algumas músicas que mais gostava na sua juventude, e assim fez debaixo da sombra de uma frondosa mangueira.

Passaram se mais dez dias, para mais um ritual de vingança, era na hora do almoço, como já os sete membros da gang não podiam pegar em um garfo ou em uma colher, quatro deles estavam com suas familiares tomando almoço quando o terror aconteceu, as duas pernas foram dissipadas, e os outros três membros da gang somente caíram porque se encontravam de pé conversando a quando sobreveio a outra desgraça. Foram levados ao hospital, por sinal os mesmos hospital que os assistia, mas uma vez, os médicos, enfermeiros e outro pessoal do hospital ficaram pasmos, o grupo estava morrendo aos poucos e em partes. Só que, o que mais intrigava o pessoal do hospital era a rapidez da cura das feridas que levavam menos de dez dias após intervenção embora enormes que podiam levar até meses, para eles era questão de dias para curar, era mesmo arte de magia e feitiçaria trabalhando a gang chefe.

A notícia mais uma vez chegou aos ouvidos do grande velho, o homem da vingança sem tocar em ninguém, apenas castigando em um boneco de barro estava castigando os criminosos que haviam matado barbaramente um jovem inocente, por causa do seu dinheiro, estavam pagando com a sua própria vida, e para eles a morte estava a vista e não tinham mais nenhuma esperança de viver.

As outras gangs menores vendo o que estava acontecendo com a gang maior, deixaram de ameaçar as pessoas, roubar e cobrar impostos aos que praticavam comércio

naquela zona. A desgraça que acontecia com os sete era uma grande lição para os demais grupos de gangs que tanto se gabavam da barbaridade da sua zona, deixaram de atuar e foram assistindo as desgraças dos amigos que tinham um fim ainda por se definir, porque nem os familiares, nem os amigos sabiam a próxima parte do corpo os homens iam perder.

Em algum momento outros grupos de gangs suspeitaram que fosse acção do governo para tentar acabar com eles, mas as tais suspeitas eram infundadas, porque aquele grupo de gangs nunca tinham sido presos para suspeitar que tinham consumido algum alimento envenenado com reacções de longo prazo, mas também, como um veneno podia dissipar alguém em partes ao mesmo tempo e nos mesmos instantes as sete pessoas? Não, não era o maldito suspeito envenenamento, era ajuste de contas que devia ser pagas por aqueles que o cometeram, e eram aqueles sete famosos temidos da zona que tinham cometido o crime e a vingança mágica do velho estava funcionando devidamente para os sete.

Mas dez dias se passaram, o velho mágico volta ao seu ritual da vingança, desta vez ele molhou o dedo de tinta, dobrou que nem o dobrar do arame de uma ratoeira para pegar um rato, e depois largou o dedo para sacudir a tinta, e feito isso, quando sacudiu a tinta do dedo a gota maior foi tocar o nariz. Desta vez a parte na qual iria retirar do boneco seria o nariz, e lá foi e dissipou o nariz, no mesmo momento em que dissipou os sete, os seus narizes estavam dissipados e sangrando, houve alarme mas, não como das primeiras vezes, porque já era recorrente e sabia-se que a qualquer momento podiam perder uma das parte do seu corpo.

Era um terror real com ator invisível fazendo verdadeira justiça numa zona sem justiça.

Quando a notícia chegou ao velho mágico, chamou a sua amiga e lhe disse que a justiça estava sendo feita e os criminosos do seu filho estavam viver os seus piores dias de vida pelo que tinham feito ao filho da sua amiga.

Acabou por lhe revelar que os jovens que ouvia nas notícia de perder partes do seu corpo era ele que estava fazendo. De seguida pegou ela até o local onde se encontrava o boneco que havia feito para se vingar dos criminosos e pediu que ela arrancasse as partes do seu gosto e a seu belo prazer enquanto ele assistia. A sua velha amiga com todo nervo e desgraça arrancou os dois braços, as duas coxas, as duas orelhas sem nenhuma piedade porque era um simples boneco de barro, mas naquele dia foi dia de

grande tormento para aqueles sete, ninguém morreu, mas o que havia ficado para eles como parte do corpo era a cabeça e tronco.

A velha naquele dia queria destruir todo boneco, mas o velho teve que lhe assegurar, para que não os matasse, mas que morressem sozinhos.

Cinco membros da gang viviam com suas esposas, estás acabaram lhes abandonando, e que pouco a pouco foram morrendo cada um por sua vez por falta de quem lhes pudesse cuidar, e dois deles que viviam com seus pais, mas também porque os cuidados que eram dados eram péssimos seguiram o mesmo caminho dos cinco.

Sete meses depois estava feita a justiça, aqueles que haviam assaltado e matado o jovem inocente também estavam mortos, mas ninguém sabia quem havia feito, apenas a limpeza estava feita.

O velho mágico nunca foi conhecido naquela zona que tanto estremecia a tudo e a todos.

Depois do sucedido, aquela zona, era uma zona de respeito, a prática do crime foi deixada, os jovens e adultos pensaram em fazer outras actividades de renda não criminosas e o crime naquela zona passou para história.

"In Conto de Magia"

Recebido em: 12/05/2024
Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): PATRÍCIO, Domingos Tomo. J. S. A Gang: A thimbuini. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.298-303, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Patrício, Domingos Tomo. J. S. (out.2024). A Gang: A thimbuini. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 298-303.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.304-315 | 2024.

Cultura surda

Elidéa Lúcia Almeida Bernardino *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-3718-9631

RESUMO
Um povo não pode ser distinto da sua cultura, e uma cultura não pode ser dissociada da sua língua. A língua é um fator de identificação do sujeito. Assim é com a cultura surda. O povo surdo está intimamente ligado à Libras e vice-versa. Para se quebrar o paradigma da deficiência é necessário enxergar as restrições que tanto surdos quanto ouvintes têm. Nesse texto, a questão da cultura surda é abordada de acordo com alguns pesquisadores – surdos e ouvintes, ligados de alguma forma aos surdos. O ponto principal está na visão de mundo que o surdo tem, intimamente relacionada à língua de sinais. Trata-se da "cultura da visão" em relação à "cultura da audição". Para que possamos conhecer o outro, é necessário que nos coloquemos no seu lugar, tentando compreender a sua perspectiva de vida.

PALAVRAS-CHAVE
Surdo; Cultura surda; Libras; Identidade surda.

Deaf culture

ABSTRACT
A people cannot be separated from their culture, and a culture cannot be separated from its language. Language is a factor in identifying the subject. So, it is with deaf culture. Deaf people are closely linked to Libras and vice versa. To break the disability paradigm, it is necessary to see the restrictions that both deaf and hearing people have. In this text, the issue of deaf culture is addressed according to some researchers – deaf and hearing people, linked in some way to the deaf. The main point is the worldview that deaf people have, closely related to sign language. This is the "culture of vision" in relation to the "culture of hearing". For us to get to know others, we need to put ourselves in their shoes, trying to understand their perspective on life.

KEYWORDS
Deaf; Deaf culture; Libras; Deaf identity.

"Se não há limite entre a grandeza e a pequenez, e nenhum ser humano é exatamente igual a outro, podemos concluir que ser surdo não é melhor nem pior que ser ouvinte, mas diferente." (Salles et. al., 2002)

* Doutora em Linguística Aplicada (Boston University, 2006), mestra em Estudos Linguísticos (UFMG, 1999), graduada em Letras (1995) e em Tradução (1993) pelo Centro Universitário Newton Paiva. É Professora Associada na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, onde também realizou seu primeiro Pós-Doutorado (2009). É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: "Núcleo de Estudos de Libras, Surdez e Bilinguismo – NELiS". Os principais temas de interesse são: Linguística Cognitiva; estudos sobre a Libras (Expressões não-manuais, Classificadores, Ação construída e perspectiva); ensino de segunda língua/língua adicional (L2/Ln) para surdos e Educação de surdos. E-mail: elidea.ufmg@gmail.com

Introdução

As pessoas são diferentes umas das outras, tanto fisicamente quanto na forma de pensar e agir. Sabemos também que o padrão de “normalidade” é irreal – quase todos têm, de alguma forma, algum tipo de deficiência, ou algo que a própria pessoa não agrada em si mesma. São muito raros aqueles que não têm nenhum “defeito” (não usa óculos, não tem cáries nos dentes, está satisfeito com o corpo, o nariz, os cabelos, não tem gordurinha sobrando ou ossos demais aparecendo). São essas diferenças que nos caracterizam como pessoas “normais”, já que a imperfeição nos torna semelhantes pelo fato de sermos todos diferentes.

No caso das pessoas surdas, o fato de não ouvir não os torna “anormais”, apesar de ser essa a concepção que muitas pessoas ainda têm da surdez. Os Surdos não são “ouvintes com defeito”, ou seja, apesar de não ouvirem, a maioria deles não se sente uma pessoa incompleta. Muitos surdos não têm a sensação de “perda”, por nunca terem ouvido. Se você nunca teve um sentido, não pode sentir a sua falta. Por exemplo – suponhamos que a humanidade tivesse um “sexto sentido” com o qual as pessoas fossem capazes de perceber a presença do perigo. Esse sexto sentido seria muito útil, não só para os nossos antepassados, mas até hoje.

Muitos acidentes poderiam ser evitados pela simples percepção, por exemplo, de “ondas perigosas”, ou mesmo por uma capacidade de percebermos más intenções em pessoas inescrupulosas. Mas o fato de não termos esse sentido não nos impede de termos atenção redobrada ao atravessarmos uma rua com tráfego intenso, ou de evitarmos certos lugares desérticos à noite, ou ainda de termos cautela ao tratarmos com pessoas desconhecidas.

Pelo fato de nunca ter ouvido, um surdo profundo de nascença, por exemplo, não conhece o que é o som. O seu cérebro nunca fez essa discriminação, pelo fato de que as áreas que são destinadas a essa percepção nunca foram ativadas com esse fim. Alguns estudos chegaram a constatar que surdos profundos de nascença, usuários de uma língua de sinais, têm áreas do cérebro que em outras pessoas seriam destinadas à audição, usadas para o processamento da visão (Emmorey, 2002).

Vários surdos atestam que não sentem a necessidade de ouvir para sentirem-se completos. Sam Supalla é um surdo que nasceu em umafamília de surdos. Tanto os pais, quanto os irmãos e parentes mais próximos eram todos surdos e comunicavam entre si através da Língua de Sinais Americana (ASL). Segundo Salles, et. al. (2002: 37), ele foi

levado a descobrir a sua surdez através de um episódio acontecido na infância. Ele conheceu uma menina, mais ou menos da sua idade, que morava no apartamento ao lado do seu. Logo ficaram amigos, e começaram a brincar juntos. Entretanto, ela era meio "esquisita": ele não conseguia conversar com ela da mesma forma que conversava com seus pais e irmãos mais velhos. Ela não entendia nem mesmo os gestos mais simples que ele fazia.

Como ela não entendia, ele simplesmente apontava para o que queria, ou puxava a amiguinha para os lugares que queria ir e as brincadeiras que queria fazer. Um certo dia, a mãe dela chegoue simplesmente moveu os lábios. A amiguinha juntou seus brinquedos e foi embora, como num passe de mágica. Incomodado, ele foi comentar com sua mãe, tentando entender o que havia acontecido com sua amiguinha, já que ela agiu de uma forma tão estranha. Ao comentar o fato, sua mãe lhe disse, pela primeira vez, que não era a amiguinha e a sua família que eram estranhas:era ele e sua família que eram surdos, já que a maioria das pessoas conseguia ouvir e que eles se comunicavam movendo os lábios, com uma "fala" diferente da fala de sua família. Sam não tinha nenhum sentimento de perda. Para ele, sua família era normal (e não deixaria de ser), e a comunicação em sinais é que era a forma correta de se comunicar. Por ter o acesso à ASL desdeo nascimento, Sam pôde desenvolver toda a sua potencialidade e vir a tornar-se um dos maiores estudiosos sobre surdez nos Estados Unidos.

Quebrar o paradigma da deficiência é enxergar as restrições que tanto surdos quanto ouvintes têm. Se os surdos não conseguem comunicar-se bem no escuro, ouvintes também têm dificuldades de comunicação em ambientes barulhentos. Os ouvintes costumam participar de festas à meia-luz, enquanto os surdos preferem as festas bem iluminadas. Para os ouvintes, é falta de educação comer e conversar ao mesmo tempo, o que para os surdos é normal, já que a comunicação ocorre pelas mãos, e não pela boca. O fato de não ouvirem leva os surdos a atentarem para o mundo de forma diferente dos ouvintes.

Vários autores chegam a falar sobre o que seria a "Cultura da visão" em oposição à "cultura da audição". A primeira, que seria a cultura da comunidade surda, seria a cultura que é desenvolvida com base na intensa visualidade dos sujeitos surdos, sendo que a segunda seria a cultura das pessoas ouvintes. Nos Estados Unidos, a questão relativa à "Deaf Culture" (cultura dos Surdos) está muito ligada ao fato de que muitas das crianças surdas americanas estudaram em "escolas-residências", ou seja, internatos onde as crianças não somente comunicavam umas com as outras através da Língua de Sinais

Americana (ASL), mas também tinham contato com monitores e professores surdos o tempo todo.

Esse tipo de educação é ainda o que é defendido plenamente pela comunidade surda americana (e também pela comunidade Surda brasileira). Gilbert Eastman (2000), um surdo americano, define “Surdo” (DEAF), com letras maiúsculas, como aquela pessoa que tem perda auditiva e participa da comunidade surda, aceitando (e defendendo) sua Língua de Sinais e sua cultura própria, que são diferenciadas dos ouvintes. Vários surdos brasileiros têm a mesma concepção, só que em vez de destacarem todas as letras como maiúsculas, destacam apenas a primeira letra. Os Movimentos organizados por surdos brasileiros destacam que os surdos necessitam de um suporte que só uma escola de surdos (especial) pode dar. Eles lutam por uma escola onde a língua utilizada na educação seja a Língua de Sinais (no Brasil, a Libras), onde a educação seja voltada para princípios culturais e humanísticos e onde as crianças surdas possam desenvolver uma “identidade surda”. (“A Educação que nós Surdos queremos. Documento elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-congresso ao V Congresso Latino-americano de Educação Bilíngüe para Surdos, Porto Alegre, RS, UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999” – apud Rodrigues, 2008).

No Brasil, os surdos geralmente têm o primeiro contato com a Língua de Sinais (LS) também na escola. Como a maioria dos surdos tem pais ouvintes (de 90 a 95%), são poucos os que têm contato com a LS desde o nascimento. Com isso, a LS é transmitida de uma geração a outra, mas não da mesma forma que a língua oral é transmitida às crianças ouvintes.

Assim como em todas as culturas existentes no mundo, a Cultura Surda está diretamente relacionada ao uso da LS. A língua é um fator de identificação do sujeito, e não é diferente entre os surdos. Muitos surdos, apesar de terem acesso e aprenderem a LS depois de adultos, têm-na como a sua língua materna, ou primeira língua. Apesar de ser transmitida de uma geração à outra através da escola, os surdos encontram nessa língua uma comunicação natural, sem as dificuldades que encontram na língua oral. Se tivermos oportunidade de observarmos o quão difícil é ler os lábios, poderemos entender um pouco do que é ser surdo.

Para nós, que ouvimos, se tirarmos o som da televisão e ficarmos observando os movimentos labiais do *âncora* de um jornal ainda não seremos capazes de avaliar essa dificuldade. Como ouvintes, temos acesso às palavras e conceitos desde que nascemos, não sendo difícil para nós percebermos a ligação existente entre dois termos como

nascente e *nascimento*, ou a diferença que existe entre *bata* e *pata.* Para o surdo, porém, esse aprendizado não é natural, uma vez que ele não ouve. Além de ser preciso entender o movimento dos lábios do falante, discriminando, por exemplo, consoantes *sonoras* (como “b” ou “d”) daquelas que têm o mesmo movimento labial, porém sem a vibração das cordas vocais (no caso, “p” ou “t”), o “leitor labial” ainda tem de identificar a qual conceito aquela palavra está associado. [1]

Por esse, e vários outros motivos, os surdos preferem a LS, pois é uma língua visual, cujo significado depende apenas do sentido que os surdos tem mais aprimorado, ou seja, da visão.

Outro elemento importante na Cultura Surda é a existência de “clubes” ou “associações” de surdos. Nessas entidades, os sujeitos surdos se encontram e podem trocar idéias e informações diversas. O fato de sentirem-se isolados dentro de casa, ou no seio familiar (já que normalmente são pouquíssimos familiares que conhecem a LS e ainda bem menos os que dominam essa língua para travar uma comunicação efetiva com os familiares surdos), faz com que os surdos tenham necessidade de ter alguém com quem compartilhar suas idéias.

Por isso, é fácil observar que em escolas (de ouvintes) que têm surdos incluídos, normalmente no horário da saída sempre tem algum surdo esperando pelo colega para conversar. Em escolas só de surdos, ou em associações, os surdos encontram ali o que não têm em casa. Se algum deles sabe de alguma notícia (que leu ou que alguém lhe contou), imediatamente informa ao colega. Essa necessidade de passar a informação é tão grande que chega ao ponto de ser confundida com “fofoca”.

Compartilhar a informação é grandemente valorizado pela comunidade surda. Os surdos no mundo inteiro têm o costume de manter uns aos outros informados sobre os acontecimentos. Isso tem sido muito mal interpretado pelos ouvintes, que consideram “fofoca”. Mas o compartilhar as informações é um fator que promove a unidade entre os membros da comunidade. [2]

---

[1] Uma surda, falando sobre sua dificuldade com a leitura labial, me contou que durante um ditado, na escola, ela ficou “perdida” quando a professora ditou camisa. Ela disse que não sabia se era capissa, gabiça, capisa, gamiça... já que ela não conhecia o conceito de camisa, e não conseguia associar o que “lia” nos lábios da professora com os conceitos que ela conhecia.

[2] Quando aconteceu o ataque das torres gêmeas, nos Estados Unidos, por Bin Laden e seu grupo, eu morava em Boston, onde cursava o doutorado. Por estar aprendendo a Língua de Sinais Americana, ASL, a professora convidou todos os alunos a participarem de uma das reuniões na associação de surdos local. Lá, um dos participantes apresentou slides onde explicava para os presentes não só as notícias dos jornais (às quais os surdos não tinham compreendido), mas todo o contexto envolvido: quem era Bin Laden, a rixa existente entre os muçulmanos e os EUA, de onde saíram os aviões (dois deles haviam saído de Boston), o treinamento militar que os EUA haviam dado a vários muçulmanos, entre eles componentes do grupo de Bin

Lane, Hoffmeister e Bahan (1996), ao discorrer sobre a Cultura Surda, afirmam que existe uma máxima entre eles, uma "regra de convivência", ou um princípio de etiqueta. Essa regra pode ser traduzida como: "*Sempre diga as coisas de forma a facilitar a comunicação*". Para facilitar a comunicação, você deve evitar rodeios e circunlóquios. Por esse motivo, o surdo é direto no que diz. Se ele fica muito tempo sem encontrar com uma pessoa, ao encontrá-la ele pode fazer comentários do tipo: "você engordou/emagreceu", "seu cabelo está feio/bonito". No caso de comentários positivos, isso é até comum entre os ouvintes. Porém, os comentários negativos não são falados para evitar constrangimento.

Normalmente, isso não é assim com o surdo. A não ser que ele seja educado pela família de forma a evitar esse tipo de comportamento, a fala direta não é considerada rude ou falta de educação. É apenas uma forma de "facilitar a comunicação". Por trabalhar com surdos há vários anos, tive de aprender isso com a convivência com eles. Aprendi tanto a não me chocar com os comentários que eles faziam, quanto a ter uma fala direta no meu relacionamento com eles. Se não concordava com alguma atitude, ou se algum visitante demorava-se a ir embora de minha casa, aprendi a falar claramente que já era hora de ele ir embora porque eu precisava dormir para acordar cedo no outro dia. O visitante simplesmente despedia-se da família e ia embora para sua casa, sem constrangimento algum. Esse tipo de comportamento não é aceitável entre ouvintes, se não houver um grau de intimidade entre as pessoas.

2.Ser surdo não é melhor, nem pior que ser ouvinte.

Entretanto, o surdo tem muito mais obstáculos nas relações com a família, a escola e a comunidade. Como Oliver Sacks argumenta:

> O surdo pré-lingual corre o risco de ficar consideravelmente retardado em sua apreensão da linguagem a menos que sejam tomadas providências imediatas e eficazes. E ser deficiente na linguagem é uma das mais desesperadas calamidades, pois é somente através da linguagem que ingressamos plenamente em nossa condição e cultura humana, comunicamo-nos com nossos semelhantes, adquirimos e partilhamos informações. Se não pudermos fazer isso, estaremos bizarramente incapacitados e isolados – quaisquer que sejam nossos desejos, esforços ou capacidades naturais. E, na verdade, podemos ser tão pouco capazes de realizar nosso potencial intelectual a ponto de parecermos mentalmente deficientes. (Sacks, 1990: 24).

Laden, etc. A maioria dos surdos e surdos-cegos presentes só tiveram acesso a essas informações nessa reunião do clube

O surdo que não tem acesso a uma linguagem efetiva que possa adquirir estará em completa desvantagem com relação ao ouvinte: ele não será apenas “diferente”, mas corre o risco de tornar-se realmente “deficiente”. Por esse motivo que os surdos congênitos eram considerados estúpidos no passado, declarados “incompetentes” para herdar propriedade, casar, receber instrução, ter um trabalho adequado – e tiveram negados os direitos humanos fundamentais. Essa situação só começou a mudar em meados do século XVIII, quando educadores como o Abade de L’Epée aprenderam a língua de sinais dos surdos e começaram a usá-la na sua educação. No entanto, várias pessoas de renome no passado tiveram influência muito negativa na educação e na comunidade dos surdos, por acreditarem que a falta de uma linguagem oral causava vários problemas, entre eles a demência. Uma dessas pessoas foi Alexander Graham Bell, o inventor do telefone.

Graham Bell foi um defensor incansável do “oralismo”, ou seja, de uma filosofia que acredita que o surdo deve aprender a falar (oralmente), e que só através da fala ele poderá estar realmente incluído na sociedade. Aqueles que são contrários ao oralismo não são, necessariamente, contrários ao aprendizado da fala. Entretanto, essa é uma habilidade que a maioria dos surdos profundos não consegue desenvolver, por melhores que sejam os profissionais de fala e a metodologia utilizada.

Alguns conseguem progressos notáveis, conseguindo falar de uma forma clara e límpida. Mas essa perfeição e clareza só é conseguida após anos de dedicação, esforço (da família e do indivíduo), e horas de treinamento. Bell não somente era a favor do oralismo, mas era totalmente contrário ao uso da língua de sinais e à existência de uma comunidade de surdos. Ele chegou a promover campanhas contrárias ao casamento entre surdos. Em 1883 ele publicou um “Memorial sobre a formação da variedade surda da raça humana” (*Memoir Upon the Formation of a Deaf Variety of the Human Race*). Nesse memorial, que ele imprimiu e distribuiu largamente, ele afirmava que o casamento entre surdos estaria provocando o surgimento de uma “raça deteriorada”, por acreditar que esse tipo de união teria como conseqüência o nascimento de vários bebês surdos (Lane, Hoffmeister & Bahan, 1996: 382).

Os surdos gostam de estar juntos, de encontrar-se para trocar idéias e informações, para participarem de atividades sociais e esportivas juntos, o que muitas vezes leva ao casamento entre pares surdos. Entretanto, as estatísticas sobre os surdos mostram que apenas de 5 a 10% dos surdos provém de famílias em que os pais são ambos surdos. Na maioria das uniões entre surdos os filhos são ouvintes. Isso leva

alguns pesquisadores a crer que a surdez genética seria recessiva, e que a maioria dos surdos não são possuidores desse(s) gen(es).

O sociólogo surdo Anderson, da Universidade Gallaudet, afirma que os cientistas e líderes surdos não aceitam a classificação da definição de cultura surda como uma "sub-cultura" (Anderson, 1994, apud Salles, et. al., 2002: 39). Segundo ele, "o prefixo 'sub' implica subordinação de valores de um grupo a outro, porém *a cultura dos surdos sinaliza que as normas, valores, tecnologia e linguagem dos surdos são diferentes dos de outros grupos humanos*". Entretanto, os surdos compartilham do mesmo espaço físico e da cultura da maioria dos familiares (que são ouvintes). Se pensarmos em questão de vestuário, comidas, comemorações festivas, os surdos estão na verdade incluídos na cultura do local em que vivem. Porém, se pensarmos em outros aspectos importantes para os surdos, como por exemplo a sua língua e os valores que eles compartilham, eles teriam, na verdade, uma cultura própria, distinta da cultura dos ouvintes.

3.Aspectos da cultura surda

Língua de Sinais

✓ Um símbolo de identidade – os surdos têm na LS um símbolo de luta e identidade. Eles não só comunicam-se através dessa língua, mas vários deles gostam de criar poesias, metáforas, contar histórias através dessa língua. Ela é um fator de união dos surdos.

✓ Um meio de interação social – os surdos recebem somente informações fragmentadas fora do "mundo dos surdos", além de não terem oportunidade de uma interação real com outras pessoas que não usem a LS.

✓ Uma forma de compartilhar experiências comuns, crenças culturais e valores

Costumes

✓ Valores – contato físico é extremamente importante: os surdos valorizam o toque, o abraço, o "estar junto".

✓ O "Sinal-nome" é usado para introduzir uma pessoa, ou para referir-se a ela quando estiver ausente: os surdos não usam o "sinal-nome" de uma pessoa na sua presença ou enquanto estiverem comunicando-se com ela

✓ Os surdos são diretos, indo diretamente ao ponto e dizendo o que acham explicitamente

✓ Um princípio de etiqueta seria "sempre diga as coisas de forma a facilitar a comunicação"

✓ A fala direta não é considerada rude, mas o que é considerado rude são: sair de repente, conversas privativas e a quebra do contato visual.

Os membros da cultura surda têm regras distintas para:

✓ Chamar a atenção – se uma pessoa está distante, não deve chamar a atenção de um surdo acenando e movimentando os braços até conseguir que este volte-se para ela. O mais apropriado é conseguir a atenção de outro sujeito que esteja próximo e pedir a esse que chame o outro, com um toque. Se estão numa sala fechada, outra forma de chamar a atenção é piscando as luzes, o que faz com que todos os surdos voltem-se para a pessoa que está próxima ao apagador. Uma outra forma ainda, caso a pessoa surda esteja trabalhando num computador, por exemplo, não é colocar-se na frente da pessoa, ou interrompê-la colocando a mão à sua frente. O mais apropriado é dar um toque leve no ombro da pessoa surda, e assim que esta puder desviar sua atenção, ela se voltará para o seu interlocutor.

✓ Troca de turnos na conversação – durante uma conversação, para conseguir a palavra a pessoa não tem como “falar mais alto”. A forma que eles encontram nas trocas de turnos é através de um aceno, olhando para os participantes do diálogo. Assim que o interlocutor terminar o assunto, deve voltar-se para o que acenou com a mão.

Passar entre duas pessoas que estão conversando em sinais – durante uma conversação, ou se alguém estiver traduzindo para uma pessoa surda, é considerado extremamente rude passar na frente ou interromper a conversa. Caso duas pessoas estejam conversando junto a uma passagem (numa porta, por exemplo), deve-se passar por entre elas rápido, sem interromper a conversa, ao invés de parar próximo a elas e esperar que se voltem para a pessoa para autorizar a passagem. Também é considerado rude ficar olhando a sinalização quando duas pessoas estão conversando em sinais. É como alguém ficar escutando conversa alheia.

✓ Dar nomes às pessoas que fazem parte da comunidade (da família, da comunidade surda ou pessoas que são importantes nas relações de trabalho, escola, igreja, etc.) – os surdos geralmente procuram características físicas que lembrem a pessoa (uma marca ou “pinta”, corte de cabelo, dentes, olhos, sobrancelhas), ou criam algum sinal com a primeira letra do nome da pessoa.

A educadora surda, doutora Gládis Perlin, identifica quatro outros tipos de identidades além da identidade surda, a qual ela define como "*ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver sua experiência na Língua de Sinais*":

- ✓ Identidade flutuante – o surdo se espelha no ouvinte – vive e se manifesta de acordo como ouvinte;
- ✓ Identidade inconformada – o surdo não consegue ser como o ouvinte e sente-se numaidentidade subalterna;
- ✓ Identidade de transição – o contato com a comunidade surda é tardio, o surdo usa a línguade sinais mas passa por um conflito cultural;
- ✓ Identidade híbrida – surdos que nasceram ouvintes e ensurdeceram – dependem dossinais e do pensamento na língua oral;
- ✓ Identidade surda – assumem a identidade surda e se vêem como sujeitos culturais.

Gilbert Eastman, um surdo americano, identifica quatro tipos de sujeitos com relação à LS e à Cultura Surda. Os surdos brasileiros que fazem parte da comunidade surda fazem distinção entre "surdo sinalizador" e "surdo oralizado". Entretanto, a definição de "surdo oralizado" não o caracteriza como contrário ao uso da LS, já que muitos surdos são oralizados e também usam a LS. Existem vários surdos, entretanto, que não fazem parte da comunidade surda, são oralizados e não aceitam a LS. Esses normalmente só interagem com os surdos da comunidade surda por meio da internet, em *chats* e *listas de discussão*. São poucos os casos de surdos que não aceitam a LS que participam da comunidade surda. Vários surdos que eram só oralizados, após contato com a LS, decidem fazer parte da comunidade de surdos e procuram aprender sua língua.

4.Tipos de surdos

Definição de Eastman (2000), de tipos de surdos e de ouvintes:

- ✓ Pessoas **SURDAS** – aquelas que têm uma perda auditiva, usam a Língua de Sinais Americana (ASL) naturalmente, e cuidam com carinho e preservam a cultura SURDA.
- ✓ Pessoas **surdas** – aquelas que têm uma perda auditiva, mas não valorizam aspessoas SURDAS, sua língua ou sua cultura.

✓ Pessoas **OUVINTES** – aquelas que não são propriamente SURDAS, mas quevalorizam as pessoas SURDAS, sua língua e sua cultura.

✓ Pessoas **ouvintes** – aquelas que não são propriamente SURDAS, e que nãovalorizam as pessoas SURDAS, sua língua ou sua cultura.

Apesar de não terem uma língua escrita, os surdos possuem literatura própria em língua de sinais. A maioria das histórias são relativas a desencontros com ouvintes, onde os ouvintes "levam a pior" por tentarem fazer-se de surdos. Outras vezes os surdos "descartam" os ouvintes como se fossem "desnecessários". Isso é feito, na maioria das vezes, através de piadas que são contadas nas rodas de conversação, em encontros de surdos, e em cursos de LS.

O humor Surdo retrata, na maioria das vezes, a incompreensão da surdez pelo ouvinte. Algumas piadas procuram mostrar características próprias da intensa visualidade dos surdos, contrastando com a importância da audição para os ouvintes; outras mostram que os ouvintes são tolos, por não conseguirem perceber as coisas como os surdos. Os surdos possuem histórias de vida e pensamentos diferenciados dos ouvintes. A sua língua visual-espacial implica numa visão de mundo diferente da compartilhada pelo mundo ouvinte, cuja língua de modalidade oral tem o som como substância principal. A diferença principal parece estar realmente na "cultura da visão" em relação à "cultura da audição".

Referências

Eastman, Gil. *Just a DEAF Person's Thoughts* II. Burtonsville, MD: Sign Media. 2000.

Emmorey, Kare. *Language, cognition and the brain: insights from sign language research.*

Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, publishers. 2002

Lane, H., Hoffmeister, R. & Bahan, B. *A journey into the Deaf-World*. San Diego, California:Dawn Sign Press. 1996.

Rodrigues, Carlos Henrique. *Situações de incompreensão vivenciadas por professor ouvinte e alunos surdos na sala de aula:* processos interpretativos e oportunidades de aprendizagem. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federalde Minas Gerais. 2008.

Sacks, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos.* Rio de Janeiro: Imago editora, 1990.

Salles, et. al. (Salles, H., Faulstich, E., Carvalho, O. & Ramos, A.) *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos – caminhos para a prática pedagógica.* Vols. 1 e 2. Brasília, DF: MEC. 2002.

*Texto elaborado para uso nas disciplinas “Fundamentos da Libras” e “Libras I”, da Faculdade de Letras da UFMG, em Belo Horizonte, 10 de setembro de 2008

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): BERNADINO, Elidéa. Cultura surda. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.304-315, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Bernadino, Elidéa (out. 2024). Cultura surda. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): p.304-315.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.316-333 | 2024.

A influência cultural dos povos originários do Namúli: abordagem da sua experiência, ontem, hoje e amanhã no multi-culturalismo na região Norte de Moçambique

Adolfo Alexandre *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0003-1433-7966

Daniel Alexandre Raúl **
ORCID iD https://orcid.org/0009-0008-8424-4518

Domingos Tomo J. S. Patricio ***
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-4710-2894

RESUMO
Este artigo tem por objetivo analisar a influência cultural do povo do Namúli sob o contexto multicultural do norte de Moçambique; destacar a cultura dos primeiros habitantes dos povos locais do Namúli e as áreas de influência cultural estrangeira na região; avaliar o impacto da globalização nos atuais povos locais do Namúli e a sua influência nas expressões culturais. O problema básico a ser estudado nesta pesquisa, parte do pressuposto de que há uma ligação entre as culturas do norte de Moçambique, sobretudo dos povos Makhuwa e Lomwé onde a sua cultura sofreu uma transformação provocada pela influência estrangeira, fazendo com que a nação perdesse alguns dos seus valores culturais autênticos/genuínos. Quanto à metodologia, a pesquisa é qualitativa do tipo etnográfico, que está associada a uma variedade de técnicas investigativas, tais como: análise documental, entrevistas aos membros da localidade, aos régulos e à rainha da localidade de Mucunha, região onde se encontra o Monte Namúli, que tem conhecimento da história local dos povos do Namúli e observações directas feita através de visitas aos principais locais históricos existentes na serra de Namúli. Quanto aos resultados, o grande desafio que existe entre os povos Makhuwa e Lomwe é a necessidade de fazer uma peregrinação para interação ou diálogo permanente com sagazes, membros da comunidade de montes Namúli para recriar, reformular-se, reposicionar-se trazer de volta os valores perdidos isto é levar as gerações atuais a repensar acerca da perca de identidade dos povos locais advindas da globalização.

PALAVRAS-CHAVE
Influência Cultural; Povos; Namúli; Multiculturalismo

* Docente da Universidade Católica de Moçambique-Extensão de Gurué, Mestre em Ciências Políticas Governação e Relações Internacionais, Bacharel e Licenciado em Ensino de História, Áreas de Investigação: Geopolítica; Geoestratégia, e Diversidade Cultural. E-mail: adolfoalexandre12@gmail.com

** Docente da Universidade Católica de Moçambique- Extensão de Gurué, Doutorado em Humanidades. Especialização em Teologia. Áreas de investigação: Diversidade cultural, Fé e cultura; Educação e estudos para a paz e desenvolvimento sustentável. E-mail: draul@ucm.ac.mz

*** Docente da Escola Secundária de Gurué e Colaborador da UniLicungo e UCM- IED Gurué, Mestre em Nutrição e Biotecnologia Alimentar, Especialização em Nutrição Clínica. Áreas de Investigação: Antropologia, Educação, Nutrição e Biodiversidade. Literatura: Escrita de romances de ficção e poemas. Email: domingostomo@gmail.com

The Cultural Influence of Namuli Native Peoples: Approaching Their Experience, Yesterday, Today and Tomorrow in Multiculturalism in the Northern Region of Mozambique

ABSTRACT

This article aims to analyze the cultural influence of the Namuli people under the multicultural context of northern Mozambique; highlight the culture of the first inhabitants of the local Namuli people and the areas of foreign cultural influence in the region; assess the impact of globalization on the current local Namuli peoples and their influence on cultural expressions. The basic problem to be studied in this study is based on the assumption that there is a connection between the cultures of northern Mozambique, especially the Makhuwa and Lomwé peoples, where their culture underwent a transformation caused by foreign influence, causing the nation to lose its its cultural value yesterday, today and tomorrow. As for the methodology, the research is qualitative of the ethnographic type, which is associated with a variety of investigative techniques, such as: document analysis, interviews with members of the locality, the 'régulos' and the queen of the locality of Mucunha region where Montes Namúli is located. , who has knowledge of the local history of the Namúli people and direct observations will be made through views of the main historical sites existing in the Namúli mountain range. As for the results. The great challenge that exists between the Makhuwa and Lomwe peoples is the need to make a pilgrimage to the Namúli mountains to recreate, reformulate, reposition themselves and bring back lost values, that is, to lead current generations to rethink about the loss of identity of local peoples arising from globalization.

KEYWORDS

Cultural Influence; Namuli peoples; Multiculturalism

Mukhalelo wa atxhu òkhumela oNamuli: wuka metxelo aya, osilo, olelo ni mahiku othene veri wa atxhu a mahimo ohiyanahiyana, a'omokoni wa elapo yoMosambique

NI MASU VAKHANI

Mahusiho ala enakwela othonyera osuwanyeya wa nikhuru nokhumela oNamuli veri wa makhuru nari mahimo amanke omokoni wa elapo yoMosambique; n'itho wupuserya merelo a nikhuru nopatxherya omaka onamuli vamoha ni olotxa makhalelo àsuku opatxherya ophiya elapo yele vamoha ni okumanela ni atxhu a elapo yele. Ekinatho ori ohuserya merelo a mutano àtxhu òkhumela oNamuli, ontosa alomwe ni amakhuwa, veri wa okumanela ni atxhu a ilapo ikina sohianahiana arino metxelo'yatho. Wukhuwa wa marepelo yala onapwanyeya wi mwa nthowa wa okumanela wa atxhu oNamuli ni atxhu a'ilapo ikina, merelo ni metxelo aya athatuwa, etxhuwala merelo makina a khalai yaritho ophwanelela. Mwa ohuserya mwahene yola, notxariha makhalelo a walakhana ni otaphulela sorempwa kalai t'atxhu akina, wakoha atxhu a elapo yoNamuli, ntosa wakoha a Mwene awanaMukunya oriwo Mwako Namuli, ni'tho yeyo nonnahu ni mitho ahu. Womaliheryani wa mahusiho yala, wokhumelela wi ni vano ti yaphama wi makhuru yala okhumela oNamuli ontosa alomwe ni amakhuwa, esekurekewo ni yasaseke okumanyerya wiliwili metxelo aphama a khalai ohiyeriwa ti makholo, ehiliayalaka wahusiha anamiravo ikano sothene sa mwako yola.

MASU A NTHONYERO

Okumanela wa merelo a makhuru; makhuru okhumela o Namuli; ohianahiyana wa merelo a makhuru ni mahimo

Introdução

A abordagem teórica desta pesquisa pretende discutir a influência cultural dos Povos Originários do Namúli, numa abordagem na vertente da sua experiência ontem, hoje e amanhã. Uma vez que a região dos montes Namuli é tida como a génese dos povos Makhuwa e Lomwé, o seu contributo na cultura dos povos do norte de Moçambique reveste-se de grande importância para real e mais aprofundada abordagem desta cultura que hoje é um grande mosaico da história da humanidade, partindo da região norte expandindo-se para o resto do Mundo.

Uma das hipóteses deste estudo é que as tradições são transmitidas de geração em geração através de rituais e mecanismos de socialização típicos das culturas locais, intervenções do Estado português e da presença árabe na região do Namuli e servem de Padrões, bem como o estabelecimento de confissões religiosas e interferência de exploradores industriais nos recursos naturais da Alta Zambézia e do Namúli. Deste modo, discute-se a globalização e sua influência na identidade cultural dos povos originários do Namúli relacionado com a diversidade cultural atual uma vez que Moçambique possui uma diversidade cultural, étnica e linguística. Esta herança vem dos primeiros habitantes destas terras, os ancestrais do povo Khoisan, dos quais os povos Bantu herdaram, séculos depois. A serra do Namuli é considerada a origem dos povos primitivos, sendo um dos exemplos o facto de várias culturas, hábitos e costumes se interligarem e as tradições são passadas de boca em boca, de família em família. Estas etnias se distribuem devido à migração dos Bantu na Região.

Quanto à metodologia, a pesquisa é desenvolvida a luz da abordagem qualitativa do tipo etnográfico que, para Gil (2009), a Etnografia é uma metodologia das ciências sociais, em que o principal foco é o estudo da cultura e o comportamento de determinados grupos sociais, ou por outra descrição cultural de um povo. Esta pesquisa consiste em estudar a cultura dos povos originários do Namúli, seu *modus vivendi* até na atualidade, que estará associada a uma variedade de técnicas investigativas, tais como: análise documental que consiste em aprofundar várias referências bibliográficas que abordam sobre o tema em estudo, entrevistas que consiste em buscar dados ou buscar informação aos sagazes ou sábios locais, os régulos e a rainha da localidade de Mucunha região onde se encontra o Montes Namúli, que tem conhecimento da história local dos

povos do Namúli e observação direta feita através de visitas dos principais locais históricos existentes na serra de Namúli.

1. A Formação Cultural dos Primeiros Povos Originários do Namúli

De forma a compreender o enquadramento cultural do primeiro povo originário do Namuli e olhar para a sua origem e subsequente migração para outras partes do norte de Moçambique, podemos conceptualizar a cultura de acordo com Chavi (2006), o qual afirma que, de um modo geral, Cultura é uma coisa complexa, agrega, o conhecimento, a arte, as crenças, as leis, a moral, os costumes e todos os hábitos, habilidades adquiridas pelo ser humano que são muito claros não só na família, mas também na sociedade em que está inserido.

No entanto, no entendimento de Chavi (2006), aponta que, essa complexidade se deve ao facto de que a cultura não é mais "primitiva", mas uma mistura de costumes e tradições de diferentes etnias; "apenas" a "cara" de uma sociedade em sofrimento. Ainda é passando por mudanças drásticas ou adaptações durante sua existência. Portanto, mesmo que seja afetado por fatores diferentes, cada nação tem suas próprias características culturais, isto é, a cultura é determinada pelo conhecimento, pelo comportamento e pelas formas de fazer as coisas, além de suas características simbólicas, a cultura também está relacionada aos valores materiais e espirituais. Outra característica distintiva da cultura é que ela é transmitida de geração em geração.

Sousa (2005) apontou que todas as culturas precisam de uma sociedade para se desenvolver, pois a sociedade é o alicerce da existência cultural. Em sua reflexão, Sousa diz: “Um dos problemas que se colocam no mundo profundamente globalizado de hoje é entender até que ponto a cultura universal ou local pode resistir à implantação da cultura global” (p.14). Ciscato (2012), apontou que todas as culturas são misturadas, principalmente nos dias de hoje, o que pode ser visto em todos os lugares também está aqui, é sempre uma mistura do antigo e do novo.

As culturas Makhuwa e Lomwé existem apenas na forma de lugares que mudam historicamente e se movem constantemente. Estas estão passando por fortes mudanças relacionadas à questão da globalização, e existe e haverá a ameaça de substituir a cultura local por uma cultura global que represente a perda de identidade.

De facto, a origem comum de todos os grupos de línguas étnicas que compõem a sociedade Emakhuwa e Lomwe está relacionada aos mitos sobre o mundo e a origem da humanidade. A tradição que nos transmitem esses mitos mostra de forma consistente que

o Monte Namuli é o lugar original de ligação cultural, aqui como outras partes do norte de Moçambique está relacionada com a migração dos povos (locais) impulsionada por fatores internos como a expansão territorial e, em seguida, o fluxo dos rios Malema e Licungo.

Desde então, Dunduro, Alexandre Silva e outros (2016) apontaram que Montes Namúli é considerado o centro dos princípios da vida biológica e espiritual humana, especialmente para a comunidade Lomwé-Makhua que vive no norte de Moçambique. É também chamado de local de descanso eterno para as almas dos ancestrais (*Makholo*) dessas comunidades. Como prova dessa crença, os povos primitivos estão no topo do Namúli, nas rochas, envoltos em rastros misteriosos (*Miririmo*), na forma de pegadas humanas que dizem vir dos ancestrais, de um lago, de anões (*Muacona kiruakavi*), e um grande número de frutas silvestres, o que mostra que eles são o símbolo do antigo habitat humano

Deve-se notar que esses testemunhos só podem ser vistos observando os rituais anteriores (*Maqueya*) realizados sob a autoridade tradicional local, especialmente a liderança da Rainha. A convicção popular na área de Namuli é que se os turistas não fizerem esse ritual inicial, eles nunca chegarão ao topo da Montanha Namuli e podem se perder no labirinto da montanha para sempre. No que diz respeito à disseminação desses valores culturais sobre a origem dos povos Emakhuwa e Lomwe, suas narrativas são realizadas ainda hoje por meio da narração oral transmitida da comunidade e de geração em geração, ou seja, dos mais velhos aos mais antigos e mais jovens novos.

Ao se analisar a regra das primeiras etnias da região da serra do Namúli, deve-se destacar que devido à presença de estrangeiros na área, o culto dessas etnias mudou, mas antes da expansão do cristianismo, o culto dessas etnias é especialmente completada por meio da cerimônia de oração pelas almas dos ancestrais na montanha de Namúli, como forma de manter a conexão entre os vivos e os mortos. O historiador Zacarias Ivala (1999), ao falar sobre a história da origem dos grupos étnicos linguísticos baseados na Serra do Namúli, acredita que a região do Namúli teria recebido facções de emigrantes Bantu, provenientes da região da África Central. Num processo que terá durado desde o início da Era Cristã, tendo se prolongado por mais vários séculos. Este movimento migratório teve sempre o foco, toda a cadeia montanhosa, conhecida por montes Namúli.

As pessoas que saíram das cavernas da Montanha Namúli viveram em um grande planalto em Namuli desde o início. À medida que a população aumenta, degeneram em

conflitos de acesso e gestão de alguns recursos existentes, o que acaba por levar ao êxodo da montanha sagrada e à dispersão da população para as atuais províncias da Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado, atingindo a parte oriental da República do Malawi.

Pode-se dizer que em todos os aspectos da boca a boca, diz-se que a tradição oral testemunha que as etnias que primeiro viviam na área estavam envolvidas em disputas familiares, clãs ou tribos, o que pode ter levado ao êxodo em grande escala. Multidões deixaram Namuli e ocuparam a planície onde se encontram atualmente. Portanto, ao longo dos dois grandes rios que corriam da Montanha Namuli, nomeadamente o Malema e o Licungo, estes grupos ocuparam áreas vastas e remotas, incluindo hoje toda a Alta Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delegado, e agora parte da República do Malawi, sendo desse processo que se produziu o povo (Lomwé) com a variante Macua.

Assim, o Monte Namuli é considerado o berço da mitologia de Makhuwa e Lomwé e grupos étnicos relacionados, sendo o mais importante o Macua nas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado. Dentro do grupo étnico Emakhuwa, podemos destacar os subgrupos: (Macua Meto falado em Marrupa na Província de Niassa, koti em Angoche, Macua Nahara falado na Ilha de Moçambique e Mossuril, Maravone falado em Pebane, cuja história contém estruturas e conceitos mitológicos únicos e fascinantes.

2.Mitologia sobre as origens dos povos Makhuwa e Lomwé

Para Dunduro (2016) refere que os mitos são parte importante no processo de construção de identidades. Portanto, uma produção social, as teorias naturalistas desenvolvidas ao longo do século XIX, apresentam o mito como fator teórico ou contemplativo que dá origem à ciência e consiste em tomar determinado fenómeno natural como chave para a explicação de todos outros fenómenos.

É neste contexto que no seu estudo, Dunduro (2016) afirma que, caso vertente das populações dos Montes Namúli, os mitos estão presentes nas narrativas sobre a sua origem. Trata-se de uma referência indispensável no processo de compreensão das suas vivências. Esta referenciação aos mitos é um facto de grande importância na construção da identidade das comunidades Lomwé, quando elas sustentam os argumentos sobre as suas origens, sobre o mundo, a humanidade em fim, sobre a vida. É nessa configuração socio-antropológica que os Montes Namúli representam para as comunidades que habitam em seu redor, o princípio da vida. "Os montes Namúli pariram a humanidade”.

Alguns estudiosos defendem que os macuas chegaram à região onde hoje vivem, vindos na onda das inúmeras migrações dos povos bantus, por volta do século XI. Mas os próprios macuas não são desse parecer. Eles acreditam que foi Deus quem os criou no monte Namúli. É o que os pais ensinam aos filhos, empregando numerosas versões de lendas e mitos, para contar como tudo aconteceu. Eis uma delas, contada e repetida em diversas comunidades da região do Namúli: Ainda no contexto da mitologia sobre as origens das populações do Namúli, talvez valha a pena citar Artur (2003), quando refere que, tomando em perspectiva as várias referências e factos, é pouco verossímil que se assuma apenas que as populações adjacentes aos Montes Namúli sejam apenas fragmentos saídos da migração Bantu. Associado a esta perspectiva de Artur (2003) a colocação de Nunes (1999) permite uma compreensão da mitologia sobre as origens das populações do Namúli que aprofunda o debate relativo ao surgimento das comunidades Lomwé, como pode ser observado no texto a seguir:

A existência de um “criador supremo” que terá se baseado no Namúli, aparece com muita frequência nas narrativas sobre a origem destes povos. Esses relatos tomam variadíssimas formas, tais como mitos e lendas, alimentando a crença segundo a qual tudo começou lá, nos Namúli. Um facto que reforça a posição de Artur (2003), quando este nos diz que “os Bantu não podem ser necessariamente a única referência explicativas das origens, dentre as dezenas de narrativas encontradas entre os populares dos Namúli. Aqui podemos notar que, muito provavelmente, a referência aos Bantu vindos da região dos Grandes Lagos seja uma perspectiva simplista ou inacabada, e que ignora estes saberes bem como os assentamentos humanos anteriores as migrações Bantu, o que pode ser um ponto-de-partida para uma discussão mais aprofundada.

3.As crenças religiosas dos povos originários de Namúli antes da presença dos missionários

A sociedade tradicional dos primeiros habitantes dos povos originários do Namúli, praticava uma única religião denominada, por alguns autores de ascentrolatria. Esta prática é comum a nível da região da África, isto é, religião do culto dos antepassados ou defuntos, as suas manifestações são frequentes e múltiplas em todas as comunidades. Cipire (1992, p.50) aponta que as características de ascentrolatria no contexto geral é uma religião espiritualista porque nela não há nem idolatria, nem feitiçaria: os espíritos e só os espíritos são o objeto do culto; é uma religião animista porque sendo numerosas as categorias dos espíritos deuses e sendo estes espíritos servidos para obterem os seus

favores eles são tornadas propícios quando se acham animados com a bebedeiro tradicional; é uma religião não sacerdotal. Por sua vez, Martinez (2009, p.202) afirma que nas sociedades emakwua e lomwe não existe culto direto a Deus propriamente dito. Nestas sociedades, o culto ao ser supremo consiste fundamentalmente, no sacrifício de farinha, oferecido aos antepassados, especialmente os espíritos ancestrais e antepassados mais importantes da família e da aldeia, considerados como autênticos intermediários entre Deus e os homens.

O mesmo autor Martinez refere que apesar desta ausência de um culto dirigido ao ser supremo, em todos os sacrifícios tradicionais dos povos originários do Namúli, a invocação inicial da principal oração é dirigida a Deus. Estas orações começam com a seguinte expressão: *Txontte Muluku,* que se pode traduzir por “por favor Deus” isto levou o autor à conclusão de que Deus está presente em todas as expressões culturais dos povos Emakwua e Lomwe.

Na nossa opinião, a manifestação religiosa mais importante dos povos originários do Namuli é o sacrifício tradicional vulgo *Mukutxo*. Como sustenta Martinez (2009, p.2014) ela é a forma mais importante e generalizada da sociedade Emakwua e Lomwe tem em primeiro lugar uma importância ontológica, uma vez que os homens, realizando o sacrifício, procuram entrar em contato direto e de maneira privilegiada com aquilo que dá consistência, unidade e garantia ao próprio ser, a força vital, por meio da mediação necessária dos antepassados.

Em segundo lugar, o sacrifício, é considerado, praticamente, o mais importante. E de facto é mais generalizado em cada um dos grupos que formam povos originários do Namúli, as quatro províncias do norte de Moçambique onde vive o povo Makhuwa e Lomwe nomeadamente Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia, este último onde se localiza a Serrra do Namúli. Porém Martinez (2009, p.215) aponta que os grupos macuas-ameto, lomwe, chirima, macuas do interior e macuas do litoral praticam o sacrifico tradicional na sua religiosidade. No intender de Ciscato (2012) a montanha, como o Namúli, não representa deus, nem é a sua localização, mais os Makhuwa e Lomwé evocam-no, na sua presença especifica transcendente, visto que a vida saiu dali; no mito, o Namúli é o ponto a partir do qual e em volta do qual, o mundo foi criado ou organizado.

4.Imposição Cultural Numa Reflexão da Presença Estrangeira na Região Norte de Moçambique

Para Artur, Domingos do Rosário & Xavier Estevão (2003) refere que a história oral da região recorda que os primeiros "estrangeiros" foram os árabes que na língua vernácula são designados "*Ameka*" tendo tido duas interpretações do seu significado onde o primeiro significado do termo usado pelos nativos "Ameka" refere que, tendo sido corrente que aqueles vindouros (árabes), em princípio comerciantes, fizeram insistentemente alusão, ou da sua proveniência, ou das suas peregrinações em Meca, foi daí que os nativos lhes designaram *A-méka*, o que significa – os provenientes de Meca, os de Meca, a conhecida capital espiritual islâmica.

A segunda também revela a sistemática alusão daqueles estrangeiros, alegadamente por terem vindo pelo mar. Ora, sabendo-se que o topónimo "mar" quando traduzido para a língua Emakua e lomwé fluentemente falada nesta região tem-se "*emaka*", então, defende-se que teria sido pelo facto dos árabes terem vindo pelo mar ou emaka, que foram chamados de A- máka, terminologia deformada com o tempo para *A-méka.* Para Recama (2003) aponta que a penetração mercantil arábico-persa teve como impacto não só no desenvolvimento das atividades comerciais por mar e contatos entre os grupos locais e árabes, mas também originou diferenciações regionais a nível cultural, como no caso do surgimento de línguas costeiras sobre tudo Mwani, na costa de Cabo Delgado, Nahara na ilha de Moçambique, Koti em Angoche e originou diferenciações políticas e o surgimento das chefaturas e dos reinos afro islâmicos da costa sobretudo sultanatos e xeicados.

A nossa opinião sobre a presença estrangeira árabe persa na região dos povos oriundos do Namúli, distribuídos nas províncias de Nampula, Niassa, e Cabo Delgado, consta-nos que para além destes não terem objetivo de dominação dos povos locais, influenciaram na introdução da cultura islâmica nesta região, e surgimento das línguas costeiras. Na mesma senda no caso da África em geral, sua história cultural "é herança da ocupação e da dominação dos territórios africanos por diferentes povos desde a antiguidade clássica, do século X a.C. ao XIV d.C., resultando nessa multiplicidade de culturas, línguas e tradições africanas" (Ciríarco, 2017, p. 95). Essa formação cultural se originou a partir da imposição dos padrões culturais europeus que se misturaram e se adaptaram outros, como a indígena e a africana.

Com a dominação portuguesa no país devido ao princípio de ocupação efetiva advindas das deliberações da Conferência de Berlim houve um processo de imposição

cultural que, na esteira de Antônio Cândido, define-se pela transposição das leis, costumes e modelos culturais a um povo com tradições “completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador” (Cândido, 1999, p. 12) e, na esteira de Darcy Ribeiro, define-se pela fusão entre as tradições culturais distintas dos portugueses e dos povos nativos, ou seja, pela “confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português”, que se deu “sob a regência dos portugueses, matrizes raciais, díspares tradições culturais distintas, formações sociais desfasadas” que se fundiram “para dar lugar a um povo novo” (Ribeiro, 1995, p. 19). Tanto Antônio Cândido quanto Darcy Ribeiro defendem ter havido a imposição da matriz colonizadora europeia, não apenas sobre o autóctone, mas também sobre o africano, pois esta contribuiu para a construção da nação, “seja ela, ora positiva, ora negativa, na maioria das vezes negativa, pois com a chegada e a construção de colônias em território moçambicano, os nativos foram sufocados culturalmente” (Faria et al., 2017, p. 4).

Através da imposição de sua cultura, os europeus trouxeram para Moçambique em particular na região norte uma bagagem cultural, impondo-a sobre o autóctone, sufocando assim, radicalmente, os seus costumes e até mesmo sua linguagem como alude Ciríarco (2017, p. 105), “para o povo moçambicano, não é tarefa fácil ser possuidor de tão diversas culturas”, já que, eles “não querem se despojar dos valores culturais absorvidos durante a presença e convívio com o colonizador europeu”. Porém, “ao mesmo tempo, desejam ver respeitadas e reconhecidas suas tradições, para, então, compreender e aceitar a transformação dessas no decorrer dos tempos”. Embora seja um árduo caminho, é por meio de uma batalha multicultural, ligada historicamente ao processo de colonização europeia e a uma política assimiladora e de alheamento da cultura e das tradições dos antepassados, que o povo moçambicano anseia pelo reconhecimento dessas diferenças, essencial para a valorização do patrimônio histórico, cultural e linguístico de Moçambique (Ciríarco, 2017, p. 105).

Apesar do dano causado por todos esses eventos, a sociedade vigorou sua identidade em total conformidade com a imposição cultural que sobreveio sobre os indígenas, interligando o país à matriz portuguesa. O resultado de toda essa imposição está notadamente presente na história de Moçambique, uma vez que a confluência da cultura do invasor português, por um lado, contribuiu para a formação de ambos os países, resultando nessa diversidade cultural que adere todos os povos. Por outo lado, resultou em graves danos à humanidade, tais como as inúmeras mortes que sobrevieram aos povos locais, além da perda parcial da identidade cultural primitiva.

O colonizador transformou o que deveria estar intacto até os dias de hoje, isto é, “domesticou” um povo que já era revolucionário, porém, conhecidos por ele como “selvagem”, além de ter contribuído em parte para o esquecimento da língua, dos costumes, evidências e outros princípios indígenas. Ainda que as cicatrizes dos sofrimentos permaneçam no corpo, na alma e no espírito do povo moçambicano e também na história da nação, é necessário que sejamos uma nação “mais alegre, porque mais sofrida”, “melhor, porque incorpora em si mais humanidades”, “generosa, porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas e porque assentada na mais bela e luminosa província da Terra” (Ribeiro, 1995, p. 455).

Essa identidade cultural, em sua multiplicidade, tanto nos povos Makhuwa e Lomwe, é o resultado do entrechoque dos processos históricos que ocorreram durante o colonialismo com os elementos culturais já existentes no país antes da colonização portuguesa. O entrechoque de culturas diferentes, mesmo contra a vontade dos primeiros habitantes, resultou na influência de ambas culturas, ou seja, após anos de convívio forçado, Moçambique acabaria absorvendo os aspectos culturais portugueses. Portanto, os fatores históricos, de Moçambique ou de qualquer outra nação, bons ou ruins, interferem plena e diretamente na construção da identidade cultural do país.

5. A Cultura local Versus a Cultura Global

Ao falar-se da relação entre uma cultura local e uma cultura global, Mignolo (2003) descreve que as culturas locais encontram projetos globais – e muitas vezes são forçadas a receber e incorporar parte ou a integralidade destes projetos globais. Mignolo (2003) acredita que atualmente vive-se uma nova forma de colonialismo, um colonialismo global. Neste sentido, é importante uma reflexão – independente do termo a que se queira utilizar – entre o efeito devastador da globalização nas práticas culturais e a cultura local, como preservação da identidade e das tradições de um povo. A globalização é um ente invisível, que não se preocupa com o “localismo”; o que se percebe é que ela traz às localidades valores universais.

Cortina esclarece que o diálogo intercultural deverá prosperar por meio do fundamento do respeito das mais diversas culturas: Neste sentido uma ética intercultural não se contenta em assimilar as culturas relegadas à vencedora, nem tampouco com a coexistência das culturas, mas convida a um diálogo entre as culturas, de forma que respeitem suas diferenças e esclareçam conjuntamente o que considera irrenunciável para construir, a partir de todas elas, uma convivência mais justa e feliz (Cortina, 2005, p.

144). Sabe-se que uma mesma sociedade pode conviver com pessoas de crenças e hábitos culturais diferentes, o que poderia gerar divergências ideológicas. No entanto, estas divergências também podem ser muito enriquecedoras e frutíferas, quando se aprende com a diferença, renovando suas culturas.

No preâmbulo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2002), considera-se que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações. Para tanto necessário se faz traçar alguns elementos para o bom convívio entre as mais variadas culturas. Cortina (2005) elenca os elementos necessários à ética intercultural para se evitarem estes conflitos.

Por outro lado, no Artigo 3º, da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural considera-se que a diversidade cultural, é vista como fator de desenvolvimento uma vez que a diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos, é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, moral e espiritual satisfatório.

Cortina (2005), ao estabelecer os elementos para que haja ética intercultural, aquando do diálogo intercultural, cria “mandamentos” que não são novidades. Porém, ela conseguiu compilá-los em poucas palavras. Assim, percebe-se que a autora não está a tratar de absorção de uma cultura dominante frente a outras. Ao contrário, o diálogo intercultural pressupõe a comunicação entre culturas, no sentido de todas as culturas se transformarem em algo melhor. Assim, o diálogo intercultural é um meio eficaz de o indivíduo se conhecer melhor e adquirir novas visões do mundo e de sua própria identidade.

6.Resultados e Discussão

Apresentamos os resultados do trabalho empírico realizado no campo recorrendo à técnica de entrevista e observação para a coleta de dados. Quanto à entrevista, esta foi dirigida aos membros da localidade, os régulos e a rainha de Mucunha região onde se encontra os Montes Namúli. Sendo assim por meio de um roteiro, procurou-se saber. Qual é a influência Cultural do povo no contexto Multicultural no norte de Moçambique. A opinião dos nossos entrevistados foi expressa nos seguintes termos:

Na fase atual e no contexto de multiculturalismo, a influência do povo originário do Namúli é sobretudo simbólica. O simples facto de saber que um indivíduo é lomwe ou makhuwa, esse indivíduo se sente originário do Namúli e de alguma maneira, carrega em si alguma saudade desse lugar das suas origens. Então contam-se lendas e mitos sobre o local e as suas gentes que lá ainda vivem, como depositários do verdadeiro manancial cultural makhuwa-lomwé, porém o makhuwa-lomwe carrega durante a sua vida um desejo de algum dia ir para o Namúli peregrinar; é quase que dívida com o Monte Namúli.

Na mesma linha os nossos entrevistados responderam dizendo que: “Acho que um dos fatores são os hábitos alimentares (por exemplo o consumo de EXIMA), há também o sistema de casamentos que é matrilinear. Parece que no passado havia levirato e sororato. Mas hoje estão a desaparecer. A tolerância da poligamia. As mulheres do poligamo (seja qual for o seu número, são verdadeiramente esposas do polígamo. Não são concubinas”.

Nota-se no dizer dos nossos entrevistados que o multiculturalismo que significa a inter-relação de várias culturas são representadas pelos Montes Namúli, dada a sua magnitude histórica representa para os povos Makhuwa e Lomwé, o princípio da vida, e também nota-se nesta região conexões vindos dos povos bantu, que influenciaram os seus hábitos e costumes, mais tarde com a presença estrangeira seja ela árabe, portuguesa ou outra em toda a região norte, impulsionou a interconexão, daí que concorda-se com a ideia de Dunduro, Alexandre Silva e outros (2016) ao apontaram que Montes Namúli é considerado o centro dos princípios da vida biológica e espiritual humana, especialmente para a comunidade Lomwé-Makhua que vive no norte de Moçambique. É também chamado de local de descanso eterno para as almas dos ancestrais (Makholo) dessas comunidades.

Na nossa opinião ao pensar-se a origem histórica e cultural dos povos Makhuwa e Lomwé representa uma identidade cultural onde os primeiros povos que viveram ontem, hoje e amanhã são alma do namuli, e a sua cultura é lembrada em todos os momentos. Em relação ao como era a cultura dos primeiros habitantes do povo originário do Namúli os nossos entrevistados responderam que:

> Há várias versões sobre a reconstrução hipotética da cultura dos primeiros habitantes do Namuli, mas todas elas convergem no facto de reconhecer pelo menos 4 momentos no ciclo vital desses habitantes, a saber: 1) o ritual do Nascimento da criança; 2) os ritos de iniciação que constituem um segundo nascimento para a adultez e por essa razão são realizados, na puberdade, separadamente rapazes e meninas; 3) o ritual do matrimónio, tendo em conta que a cultura makhuwa -Lomwe é matrilinear; 4) os rituais

> de morte. Referir que só quem passou pelos ritos de iniciação está autorizado a participar nos ritos de casamento e rituais de morte, alguns dos ritos aqui referidos ainda permanecem com bastante vivacidade em alguns subgrupos makhuwa-Lomwe.

Na nossa opinião constatou-se que a cultura dos povos originários do Namuli está em constante mudança, dada a sua conexão ao modernismo atual, os valores e significados herdados e transmitidos pelos antepassados servem de memória própria de uma comunidade Makhuwa ou lomwe. Em relação ao ponto sobre que ligação pode existir entre a religião tradicional dos povos originários do Namúli e a religião estrangeira Cristã, os nossos entrevistados responderam que

> Entre a religião tradicional dos povos originários do Namúli e a religião estrangeira há descontinuidade e uma continuidade: há descontinuidade na medida em que a religião judaico-cristã defende o monoteísmo, isto é, a adoração de um só Deus ciumento e zeloso; esse aspecto ataca fortemente as bases da cultura tradicional makhuwa-lomwe, a qual é feita de rituais que comportam sacrifícios de produtos da terra e bebidas alcoólicas, tidas como inapropriadas pela religião cristã. Por outro lado, as exigências éticas do cristianismo chocam com o *modus vivendi* dos povos originários do Namúli, para os quais, por exemplo, a poligamia é permitida e até certo ponto exprime uma determinado status de poder socio-económico." […] Por outro lado Falamos de continuidade, graças a uma nova leitura que o cristianismo faz das realidades culturais, chamada inculturação, que faz com que se aproveitem os elementos mais genuínos da cultura local para pô-los em diálogo com o cristianismo, do qual sairá um enriquecimento mútuo. Só para dar dois exemplos: foi graças a isso que o batuque foi admitido nas celebrações cristãs e graças a isso também que, por exemplo, em Nampula foram introduzidos ritos de iniciação para rapazes e raparigas, com uma componente cristã.[…].

Na mesma linha os nossos entrevistados responderam dizendo que a crença em um ente supremo que pode fazer algo em nosso favor. Antes da vinda dos missionários, o povo praticava uma religiosidade. Conhecia Deus mas não conhecia Jesus Cristo revelado pela Sagrada escritura. Ao refletir sobre a ligação da religião tradicional e estrangeira crista, constatou-se que a religião dos povos originário do Namuli era animista conjugado com ancestralotria, este cultos eram feitos evocando deus, o que nos faz intender que mesmo sendo uma religião tradicional eles conhecem deus onde é chamado em língua local Makhuwa e Lomwé por *Muluku,* entretanto com a penetração colonial em Moçambique sobretudo na zona norte, a igreja católica portuguesa teve impacto imenso no modo de vida e de manifestações desses povo, os cristão trouxeram novas visões da interpretação do divino, introduzindo a Bíblia sagrada nas suas manifestações religiosas diferentemente do animismo que invoca-se usando *Maqueya.* Daí que apoiamo-nos no

pensamento de Ciscato (2012) onde refere que a montanha, como o Namúli, não representa deus, nem é a sua localização, mais os Makhuwa e Lomwé evoca-o, na sua presença especifica transcendente, visto que a vida saiu dali, no mito, o Namúli é o ponto, partir do qual e em volta do qual, o mundo foi criado ou organizado. É neste contexto que a religião tradicional tem e sempre terá ligação com os hábitos transmitidos pelos nossos antepassados, e a imposição religiosa influencia na perda dos valores desses povos. Em relação ao ponto sobre qual é o impacto da globalização nos atuais povos originários do Namúli, os nossos entrevistados responderam que:

> A globalização impregna toda a geografia terrestre e todas as facetas da vida, daí que os povos do Namúli não ficam de fora por pelo menos duas razões: 1) a primeira aquela que aduzimos acima; pelo facto de muita gente considerar que a sua cultura tem o cordão umbilical no Namúli, procura viajar dos diversos quadrantes do nosso País e não só para ir ver *in loco* aquilo que ouvem contar sobre o Namúli (essas pessoas carregam consigo a sua bagagem cultural/multicultural e mesmo sem querer acabam influenciando); 2) As bermas e o sopé do Namúli são das zonas mais férteis de toda a Zambézia e portanto produzem uma enorme variedade de produtos, sendo assim muitas pessoas partem para o propósito comercial e tantas outras descem às localidades circunvizinhas com o objectivo de vender os seus produtos bebendo daí da influência da aldeia global que é o mundo actual.

Na mesma linha os nossos entrevistados responderam dizendo que

> Esquecer o que era especificamente seu e adoptar o que é comum. Por exemplo o pensar que o frango do aviário é melhor do que o seu. Deixam as culturas dos seus antepassados: milho, batata-doce para a doptar culturas importadas: semente de milho hibrido, bata-doce de polpa alaranjada mas que resistem menos do que a variedade local e se conservam sem produtos químicos, entre outras.

Da análise dos relatos feitos pelos nossos entrevistados constatamos que a globalização influencia as mudanças culturais dos povos originários do Namúli, visto que atualmente as crenças religiosas tradicionais estão em constante mudança, os hábitos e costumes, a maneira de falar, de comer, o respeito moral aos mais velhos está perdendo valor no seio das comunidades locais, nisso esquecer os valores tradições é esquecer o grande valor de ser um povo Makhuwa e Lomwe proveniente da serra do Namúli.

Apoiamo-nos no pensamento de Mignolo (2003) que diz acreditar que atualmente vive-se uma nova forma de colonialismo, um colonialismo global. Neste sentido, é importante uma reflexão – independente do termo a que se quer utilizar – entre o efeito devastador da globalização nas práticas culturais e a cultura local, como preservação da identidade e das tradições de um povo. A globalização é um ente invisível, que não se

preocupa com o “localismo”; o que se percebe é que ela traz às localidades valores universais. É com essa vista que podemos afirmar que a globalização no nosso intender criou aculturação e essa por sua vez foi modificando as relações sociais e destruído as tradições e as identidades profundamente enraizadas.

Considerações Finais

A região Norte de Moçambique possui uma diversidade cultural, étnica e linguística, esta herança vem dos primeiros habitantes destas terras, os ancestrais dos povos bantu. A serra de Namuli é considerada a origem cultural dos povos Makhuwa e Lomwé e estes povos são um dos exemplos em que várias culturas, hábitos e costumes se interligam e as tradições são transmitidos oralmente de família para família devido a partilha de um antepassado comum (*Makholo)* proveniente dos montes Namuli. A presença estrangeira árabe e portuguesa na região norte de Moçambique influenciou na cultura e nos hábitos e costumes dos povos da região. Embora a cultura Makhuwa e Lomwé tenha sofrido transformação continua guardando traços culturais que mantem a identidade se tornando deste modo essencial para poder ser riqueza para as outras culturas em outras regiões de Moçambique.

A cultura do povo de Namúli se torna simbólica uma vez que pelo simples facto de o indivíduo ser Makhuwa ou Lomwé sente-se originário de Namúli por serem do mesmo cordão umbilical, os montes Namúli. A ligação existente entre a religião tradicional e estrangeira infere-se que neste aspecto entre os povos Makhuwa e Lomwe existe descontinuidade e continuidade, isto é, na razão em que a religião estrangeira ensinou os povos locais o sistema do monoteísmo enquanto na religião tradicional ainda faz-se conjugação de rituais tradicionais no exemplo de uso de *Maqueya* e adoração de um único deus isto é Muluku nos cultos de origem bíblica. Na continuidade, o cristianismo faz diálogo com as realidades culturais, chamada inculturação, que faz com que se aproveitem os elementos mais genuínos da cultura local para pô-los em diálogo com o cristianismo, do qual sairá um enriquecimento mútuo como por exemplo, no uso de batuque.

Nos dias de hoje o que se verifica é a modificação do *modus vivendi* e culturais dos povos Makhuwa e Lomwe fruto do multiculturalismo advinda da globalização tendo em conta os seguintes aspectos: nota-se a substituição dos ritos de iniciação para Circuncisão Masculina e Feminina isto é os jovens Makhuwa e Lomwe preferem fazer circuncisão no hospital sem necessariamente passar pelos ritos de iniciação no contexto

tradicional, que sempre caracterizaram a endocultutração destes povos; também nos casamentos dos povos Makhuwa e Lomwe nota-se a não tolerância da poligamia devido a influência do cristianismo em alguns lugares da região Norte de Moçambique visto que os valores religiosos cristãos aceitam apenas casamento monogâmico dizendo que é imoral ter duas esposas, todavia em algumas zonas como na região do litoral onde prevalece a cultura árabe nota-se o contrário, fazendo com que a cultura sofra simbiose da sua originalidade; no âmbito cultural há a modificação dos usos e costumes dos povos por exemplo na substituição do uso da *Mulala*, (raiz usada para escovar os dentes) foi substituída pela pasta dentrífica industrial, observa-se também a substituição de alimentos naturais por alimentos industriais e geneticamente modificados.

A substituição de bebidas alcoólicas de caráter tradicional como a **cabanga** feita de farelo de milho, a **otheka** feita de mapira e a cachaça feita de cana de açúcar com as bebidas modernas como a cerveja, o vinho, o Gin, entre outras. Contribuído para a descontinuidade das culturas dos povos do Namuli. Por isso pode-se concluir nesta pesquisa que o grande desafio que existe entre os povos Makhuwa e Lomwe é na necessidade de fazer peregrinação para interação ou diálogo permanente com sagazes dos montes Namúli para recriar, e dentro do processo de dinamismo cultural, reformular-se, reposicionar-se trazer de volta os valores autênticos perdidos isto é levar as gerações atuais a repensar acerca da perca de identidade dos povos locais advindas da globalização.

Referências

Artur, D. do R.; Xavier, E. (2003). **Cidade do Gúruè:** heranças e continuidades. Maputo**:** Imprensa Universitária.

Cândido, A. (1999). **A educação pela noite e outros ensaios.** São Paulo: Ática.

Cipire, F. (1992). **A educação tradicional em Moçambique**. Maputo: Paulinas Editora.

Ciríaco, M. I. F. (2017). Moçambique: diversidade cultural e linguística. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**. São Paulo, vol. 17, nº 1, p. 94-108.

Ciscato, E. (2012), **Introdução á Cultura da Área Makhuwa Lomwé**. Porto: s.e.

Chavi, M. (2006). **Cidadania cultural:** o direito à cultura. São Paulo: Perseu Abramo.

Cortina, A. (2005). **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2002). **Conferência Mundial sobre as políticas Culturais**. Estocolmo.CLT/ Ws/9.

Dunduro, A. et al. (2016**). Estudo sobre as percepções e práticas costumeiras de maneio da biodiversidade nas comunidades adjacentes aos Montes Namúli**. Maputo: Editora: Khaiya Editores e Serviços.

Faria, G. N. et al. (2017). A construção da nação: Imposição cultural e suicídio. In: **II Jornada de Iniciação Científica da FACIG/ III Seminário Científico da FACIG**, p.54-67.

Gil, A. C. (2009). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas.

Martinez, F. L. (2009). **O povo Macua e a sua cultura:** análise dos valores culturais do povo Macua no ciclo vital. 3.ed. Maputo: Paulinas Editora.

Mignolo, W. D. (2003) **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Nunes, R. (1999). Macuas: Filhos da Montanha. **Revista Além-Mar**. Disponível em: http://www.alem-mar.org/cgi in/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEukAFukyADFMDcdAQ Acesso em: 11 ago.2024.

Recama, D. C. (2003). **História de Moçambique, de África e Universal.** Maputo: Plural Editores.

Ribeiro, D. (2006). **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

Sousa, F. et al., (2005). **Dicionário de Relações Internacionais**. 2.ed. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE.

Recebido em: 12/06/2024

Aceito em:23/08/2024

Para citar este texto (ABNT): ALEXANDRE, Adolfo; RAÚL, Daniel Alexandre; PATRÍCIO, Domingos Tomo J. S. A influência cultural dos povos originários do Namúli: abordagem da sua experiência, ontem, hoje e amanhã no multi-culturalismo na região Norte de Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.316-333, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Alexandre, Adolfo; Raúl, Daniel Alexandre; Patrício, Domingos Tomo J. S. (out. 2024). A influência cultural dos povos originários do Namúli: abordagem da sua experiência, ontem, hoje e amanhã no multi-culturalismo na região Norte de Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 316-333.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.334-351 | 2024.

Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique

Tubias Benedito Borge Capaina *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0000-0000-0000

RESUMO
O presente texto aborda sobre a cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique, submetendo a emergência do pensamento moçambicano no contexto da unidade nacional. O pensamento africano iniciou de várias maneiras e não teve uma origem única, cada um foi influenciado pelo contexto em que vivia. É importante entender a dimensão epistemológica do projecto pós-colonialismo e identificar a construção da forma legitimada sobre a história do outro. O colonialismo não representava apenas a forma de opressão física, econômica, sobre o outro, mas também a forma de pensar o outro, não se trata apenas de questões raciais, mas de um sistema de revelações de poderes ideológicos e cientifico. O colonialismo como sistema impõe um conjunto de imagens sobre a inferioridade do negro pelo branco. Depois trouxeram a ciência para mostrar ou exemplificar a posição e as suas construções psicológicas sobre a dominação do outro. Haverá um dia em que os dominados irão lutar contra os dominantes. O objectivo deste artigo foi de mostrar uma posição em terno da definição do conceito de cultura para percorrer nas artérias do pensamento africano em dois momentos distintos. Foi um estudo através do levantamento bibliográfico e análises do autor. Constatou-se que os símbolos são expressões da vida que si enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de acções dos membros da sociedade. A cultura é social, estável, dinâmica, selectiva, um mecanismo coercivo, universal, determinante e determinada.

PALAVRAS-CHAVE
Cultura, Símbolos, Identidade, Colonialismo

Culture and identity in the colonial and post-colonial period in Mozambique

ABSTRACT
This text addresses culture and identity in the colonial and post-colonial period in Mozambique, presenting the emergence of Mozambican thought in the context of national unity. African thought began in several ways and did not have a single origin, each person was influenced by the context in which they lived. It is important to understand the epistemological dimension of the post-colonialism project and identify the construction of the legitimized form of the other's history. Colonialism not only represented the form of physical and economic oppression of the other, but also the way of thinking about the other, it is not just about racial issues, but a system of revelations of ideological and scientific powers. Colonialism as a system imposes a set of images about the inferiority of black people to white people. Then they brought science to show or exemplify the position and its psychological constructions on the domination of others. There will be a day when the dominated will fight against the dominant. The objective of this article was to show a position in terms of the definition of the concept of culture to travel through the arteries of African thought in two distinct moments. It was a study through bibliographical research and analyzes by the author. It was found that symbols are expressions of life that fit into social behavior, meaning they become common forms of expression of actions by members of society. Culture is social, stable, dynamic, selective, a coercive mechanism, universal, determining and determined.

KEYWORDS
Culture, Symbols, Identity, Colonialism.

1.Introdução

O início pela preocupação do nacionalismo a partir dos primeiros anos do Séc. XX começa os primeiros pensamentos estruturados, com a divisão territorial na conferência de Berlim, a abolição da escravatura na américa, mas isso não representava o fim da

* Docentes da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Investigador Independente.

segregação racial. Os “negros” não tiveram estatutos logo de imediato, ainda se precisava de uma reformulação do estatuto para os negros, eles deixaram de ser escravos, mas precisavam trabalhar para se sustentar aí surge a ideia de lutar pelos direitos iguais, por isso alguns defendiam os direitos dos negros nos lugares onde se encontram e outros fora dos lugares em que se encontram. A democracia não é nossa, as pessoas mesmo com o poder de estado elas vão se submeter com outras formas de poder (a magia, feitiçaria e religião). A revelação de um estado não é por aquilo que vai fazer no seu estado, mas o que o estado traz por isso temos de tornar o homem branco num objeto de estudo, identificar as pessoas que reagem contra a democracia.

A existência dos mistos evidencia as relações que os brancos tiveram com as suas colônias, a cultura como sendo algo abstrata é necessário entender a parte concreta, por isso para alguns, a cultura é entendida como redes complexas de relações sociais partindo de uma estrutura. Nisto, a Antropologia inicia a partir da explicação dos dados porque as descrições todas podem fazer, mas as explicações têm a ver com instituições sociais, desde como eles vivem, as suas regulamentações no cotidiano. Porém, A Antropologia dá a conhecer as formas de organização social, análises sociais a partir dos métodos de investigações e ferramentas conceituais – vocabulários, abreviaturas e diagramas – usados para explicar fenómenos culturais e humanos. Onde, o homem é um animal simbólico de natureza, pois todas as suas ações resumem se em representações simbólicas, e essas representações são feitas de forma contextuais e que só fazem sentido dentro de um contexto específico.

O presente artigo contém a introdução propriamente dita, inicia com a discussão sobre o conceito e características da cultura, avança para a cultura e identidade no período colonial, deságua na cultura e a identidade no contexto pós-colonial, apresenta as considerações finais e por fim as referências bibliográficas.

2.Conceito E Características Da Cultura

Para Crespi (1997:13), as origens históricas do conceito científico de cultura foi inicialmente usado sobretudo para referir o processo de formação da personalidade humana através da aprendizagem, que os gregos designavam utilizando o conceito de “*paideia*”, em tal contexto o indivíduo considerado “culto” é aquele que assimilando os conhecimentos e valores socialmente transmitidos, consegue traduzi-los em qualidades pessoais. Este mesmo conceito é igualmente usado na Roma antiga: com efeito, a

palavra cultura deriva do latim *colere*, que indica inicialmente a ação de cultivar a terra e criar o gado.

O termo é sucessivamente alargado, em sentido metafórico do espírito até à da língua, da arte, das letras e das ciências. Segundo o mesmo, com a afirmação do iluminismo o termo cultura, sofre um ulterior alargamento do seu significado, vindo a integrar inclusivamente o património universal dos conhecimentos e valores formativos ao longo da história da humanidade e que, como tal, é aberto a todos, constituindo, enquanto depósito da memória coletiva, uma fonte constante de enriquecimento da experiência.

A cultura é um conceito que está em crise, e deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados (Fabietti, 2002:51, citado por Martins (2009:43). Para Arnold (1869), citado por Martins (2009:45), definiu cultura como o conseguimento da perfeição, que implica uma condição interna da mente e do espírito (doçura e luz), através do bom e do melhor que se pensou e se diz na história. De acordo com Vieira citado por Siliya (1996:41), cultura é a dança, mas não só dança. Cultura é uma concepção do mundo, é uma maneira de agir sobre o mundo, é também a arte, mas não só a arte. A cultura é um conceito total e é um conceito de inovação. É uma tensão para o progresso.

Na perspectiva da UNESCO (1982, citado por Siliya, 1996), o termo cultura refere-se não no sentido restrito das belas artes, literatura e filosofia, mas as características distintivas e específicas e a maneira de pensar e organizar a vida de cada indivíduo e comunidade. Por isso, cultura cobre a criação artística, bem como a interpretação, execução e circulação das obras de arte, cultura física, desporto, jogos e atividades ao ar livre e também as formas de como uma sociedade e os seus membros exprimem os seus sentimentos para com a beleza e harmonia, a sua visão do mundo, como também os modos de criação tecnológica e o controle do seu ambiente natural" (UNESCO, 1982 *apud* Siliya, 1996:40).

Para Tylor (1871), citado por Martins (2009:45), definiu de forma descritiva a cultura como sendo: o conjunto complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e várias outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. A definição avançada por Tylor (1871) é uma das primeiras tentativas para uma definição científica de cultura ou de elaboração de um conceito capaz de delimitar de um modo suficientemente rigoroso, o âmbito dos fenómenos culturais enquanto objeto de análise das ciências sociais (Crespi, 1997:13).

Os conceitos acima enunciados são convergentes, na medida em que mostram-se característicos de uma coletividade, dado que o ser humano busca suportes dos modelos culturais a partir do nascimento, infância, adolescência, fase adulta até a sua morte, pois a experiência existencial do ser humano integra a cultura, fornecendo-nos diferentes situações históricos sociais, aplicação e representação de significados determinados que cumprem uma função de redução da complexidade sobre o que seria a cultura na contemporaneidade.

A cultura quanto à redução não esgota a complexidade do real e da experiência vivencial, supondo que esta pode ser uma das razões pelas quais as formas culturais se modificam conforme o tempo e várias situações sociais. A cultura enquanto produto humano, implica consciência, vontade e liberdade, tonando-se em uma tarefa social, pertencentes as comunidades, por meio de experiências vividas pelos homens e mulheres através da história, que forma o património cultural de um determinado povo, sendo esta transmitida de geração para geração e não biologicamente, pois ela é adquirida através de um processo de aprendizagem e socialização designados por enculturação ou endoculturação, é um modo de vida total e não apenas elementos parciais de usos e costumes.

A cultura é um fenómeno que apresenta várias características e elementos no processo da sua construção e edificação. Para Martinez (2009), a cultura possuí cinco características principais, nomeadamente: a cultura é simbólica; a cultura é social; a cultura é estável e dinâmica; a cultura é seletiva; a cultura é universal e regional; e por último, a cultura é determinante e determinada.

Em relação à primeira características, o símbolo é uma chave para compreensão da cultura pois o homem vive entre dois espaços, dois mundos que se completam: o mundo do referente que diz respeito ao espaço exterior; o mundo simbólico ou o espaço imaginário como afirma Levi-Strauss (1962), o problema do simbólico toca a cultura e a sociedade na sua globalidade, dado que a cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos constituindo um conjunto de comunicações (Martinez, 2009:49). Para Inada (2011) citando Laplanche e Pontalis (1991), existe certa dificuldade em delimitar um uso estritamente psicanalítico para o termo simbolismo, devido à sua estreita ligação com a teoria freudiana; aos diversos sentidos que são atribuídos às palavras simbólico, simbolizar e simbolização; aos problemas relacionados à questão do pensamento simbólico, daí que estes distinguem dois sentidos atribuídos ao simbolismo no interior do discurso freudiano: um lato e outro restritivo.

Para Cassirer (1971-1985), citado por Moura (2000), o homem é por natureza um animal simbólico pois tudo que faz carrega consigo um significado, significado este passível de ser representado. E geralmente as representações não são abstratas, isto é, nós não representamos algo que não conseguimos ver ou que não existem no nosso contexto. E segundo (Durand, 1993), a vida do homem sempre constituiu uma representação e para tal a consciência representa o mundo de duas formas: direta e indireta. Em sentido lato, trata-se de um comportamento ou pensamento que, embora apareça ao sujeito sob determinada forma, seu significado real lhe é oculto, isto é, de modo mais geral, empregamos o termo “simbólico” para designar a relação que une o conteúdo manifesto de um comportamento, de um pensamento, de uma palavra, ao seu sentido latente.

A representação direta é aquela em que a coisa ou o objeto a ser representado existe em si na forma física, enquanto a indireta por vários motivos o objeto não existe no seu estado físico podendo recorrer a uma imagem para representá-lo, por exemplo: a recordação da nossa infância, e a ideia que temos acerca de Deus (Durand, 1993). De salientar que essas duas formas de representar o mundo não são excludentes, pelo contrário, podemos faze-las em simultâneo. E é nessa perspectiva das representações que chegamos até ao símbolo, este que por sua vez pertence a categoria dos signos, e o signo é uma economia de palavras que nos remete a um significado verificável; existem dois tipos de signos, os arbitrários e os alegóricos, sendo que os primeiros remetem-nos a uma ideia da realidade susceptível de se apresentar, enquanto os últimos (alegóricos) remetem-nos a ideia de algo que não se apresenta no mundo visível, e é desta forma que chegamos até a imaginação simbólica propriamente dita – isto quando o significado não é de modo algum apresentável e o signo pode referir-se a um sentido e não a uma coisa sensível, por exemplo, o mito escatológico patente na obra *Fedon.* De acordo com (Durand, 1993: 10):

> Podemos definir o símbolo, como qualquer signo concreto que evoca, através de uma relação natural, algo ausente ou impossível de perceber, ou ainda, como Jung: A melhor forma figura possível de uma coisa relativamente desconhecida que não conseguíamos designar inicialmente de uma maneira mais clara e mais característica.

No seu sentido restrito, o simbolismo, segundo De Oliveira (2011) citando Laplanche e Pontalis (1983), é compreendido pela representação que se distingue pela constância da relação símbolo e simbolizado. Assim, vale também descrevermos símbolo,

que é o responsável por fazer a passagem entre o concreto e o abstrato, ou seja, entre o objeto real conhecido e sua significação subjetiva. Embora seja possível distinguir na totalidade das obras freudianas duas concepções de simbolismo, isso não significa que são contraditórias. Pelo contrário, complementam-se, na medida em que uma parece esclarecer os pormenores da outra, é importante referir que o significado de cada símbolo só é passível de ser interpretado ou representado por aquele que sonha, mas esse conhecimento que vai atribuir ao sonho não é consciente, pelo contrário, é inconsciente, e para decifrar o inconsciente é necessário fazer uma livre associação. “A técnica dos símbolos suplementa a técnica associativa e produz resultados que apenas possuem utilidade quando subordinada a esta” (Freud, 1915-1916, citado por De Oliveira, 2011).

Na perspectiva aqui apresentada, entende-se que o símbolo é um fenómeno físico que é atribuído significado por aqueles que o utilizam, mas o seu significado não é atribuído, arbitrariamente, pela fantasia ou imaginação de um indivíduo, pois os símbolos são expressões da vida que si enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de ações dos membros da sociedade. Desta feita, enquanto sinais os símbolos podem se: Naturais, aquelas que a própria natureza fornece, por exemplo: o fumo é sinal do fogo; convencionais, atribuídos livremente num determinado contexto cultural, sem olhar a sua afinidade natural, por exemplo, a linguagem e simbólicos, aqueles usados nos ritos com determinados significados que podem ser objetos, eventos, pessoas, relações, gestos, lugar, período de tempo, corem, música, luzes (Martinez, 2009:51).

O seu carácter simbólico permite com que ela seja comunicada entre os membros da sociedade, os hábitos, costumes, padronização de comportamentos, processos de transmissão e de mudança são processos sociais. Nisto, a cultura pertence à sociedade, pois ela representa uma conquista e um cúmulo de conhecimentos, ou seja, o património cultural que a sociedade foi formando durante toda sua história. Cultura é social quanto aos agentes dos processos de transmissão e aprendizagem, uma vez que, quem transmite age em nome da sociedade e quem a recebe, o faz como indivíduo e como membro de um grupo com status próprio na sociedade, Martinez (2009:53).

Em relação à segunda característica, a cultura é estável e dinâmica. A característica estável da cultural reside na tradição e na institucionalização de padrões de comportamentos mediante a uma expressão através da função normativa do controlo social, do carácter institucional e dos padrões de comportamento (Martinez, 2009:54-55). O mesmo salienta ainda que o fator estável da cultura, implica refletir sobre a

autenticidade cultural que faz pensar no conceito de cultura original como se fosse uma entidade pura, uma vez que sempre há a um elemento estável que de alguma maneira a protege dos inevitáveis processos de mudança. Torna-se dinâmica no sentido da sua permanente vitalidade que se materializa em processos de mudança e transformação. Este autor ressalta que por lei de vida, a cultura muda como um ser vivo que cresce e se vai transformando-se constantemente pelo que, "a cultura que se fecha à mudança, permanece ela sozinha". No entanto, trata-se de mudanças que consideramos estruturais, pois é próprio da cultura o movimento interno de funcionamento e de crescimento, reformulando-se, constantemente.

Em relação à terceira característica, a cultura é seletiva. O processo seletivo nasce do contato entre diferentes culturas podendo ser fundamental na reformulação cultural, este decorre a partir da avaliação dos novos elementos vai ate a aceitação ou rejeição dos mesmos na cultura em causa. O resultado é um determinado elemento ou elementos culturais que são selecionados e integrados na cultura seja de forma consciente ou inconsciente (Martinez, 2009:56).

Em relação à quarta característica, a cultura é um mecanismo coercivo. A cultura é universal pois nunca foi constatado pela história a existência de seres humanos desprovidos de cultura pelo que não há povos sem cultura nem homens incultos, qualquer outra afirmação em contrário é simplesmente etnocentrismo e cegueira intelectual. Considerar cultura enquanto um fenómeno universal é o mesmo que referirmo-nos aos aspectos que são comuns a todas as culturas e que determinamos "universais culturas" (Martinez, 2009:58). Adicionalmente, este autor sublinha que cultura é regional ao referir-se as formas diferentes de um mesmo fenómeno cultural ou as ditas culturas particulares onde encontram-se várias instituições familiares, sociais, políticas, económicas e religiosas; embora estes aspectos todos apresentam um carácter universal da cultura nas suas formas concretas de inserção.

Em relação à última característica, a cultura é determinante e determinada. A cultura faz o Homem e este faz a cultura, sendo que esta impõe-se aos indivíduos e estes pouco podem fazer no sentido de fugir dos padrões culturais. Cultura determina, em parte, o comportamento humano e dela depende a sua padronização. O seu carácter determinante permite o estudo científico do comportamento que visa a regularidade ou leis do comportamento humano; o status social do qual depende a normalização do comportamento; e o próprio comportamento no seu devir contextualizado. Esta é determinada pelo homem à medida que o mesmo é o agente ativo da própria cultura a

partir das mudanças por si provocadas, as modificações geofísicas, sociais, demográficas, económicas ou políticas, sendo que cada geração vai processando as próprias reformulações culturais, Martinez (2009:59). E o símbolo como uma forma de representar o mundo apresenta-se em três dimensões, a cósmica, onírica e a poética.

A primeira dimensão recolhe as figuras do mundo visível ou que nos rodeia, a segunda diz respeito a raiz das figuras do mundo visível na mente que a posterior surge como sonhos e recordações, que mais tarde através da dimensão poética, remete a linguagem o que foi enraizado na mente para ser transmitido. É importante referir ainda que o símbolo carreta de dois lados: o significado e o significante, o que Cassirer (1971-1985), citado por Moura (2000), chamou de duplo imperialismo do símbolo. Por exemplo, tomemos como símbolo “Jesus Cristo”. O significante é Jesus Cristo como tal e o significado são as interpretações que nós demos a Jesus, e isto varia de contexto para contexto. Em Moçambique, Jesus pode significar Senhor e Salvador pessoal, no Brasil, Jesus pode significar redentor, assim como em outras partes do mundo o significado que lhe atribuem varia, como é o caso de Príncipe da Paz, Eterno, Poderoso, entre outros.

Diante destas cinco características, importa tecer algumas notas em torno das características da cultura. Fazendo uma reflexão em torno das características da cultura, importa referir que estas complementam-se entre si. Não obstante, olharemos para cultura como sendo um produto humano, que implica consciência, vontade e liberdade, uma tarefa social, pertencente à comunidade e é um conjunto de hábitos e costumes, experiências vivenciais que formam o património cultural de um determinado povo, transmitida de geração em geração através de um processo de aprendizagem e socialização designados por enculturação ou endoculturação.

A cultura como símbolo, é acompanhada por um aspecto social que vem estabelecer-se através da ação e do significado, pois, desempenha um papel importante na transmissão de saberes e comunicação entre indivíduos em sociedade, visto que existem sinais ou símbolos que orientam a conduta e comportamentos dos indivíduos em diferentes comunidades. Por exemplo, as tatuagens faciais da etnia Maconde simbolizam na cultura Maconde a passagem de um indivíduo por um determinado ritual. Elas transmitem certas informações que o indivíduo que não pertence a essa comunidade não saberia desvendar ou ler tal informação, e a pessoa submetida ao tal ritual tem um certo comportamento e conduta a seguir em sociedade.

Outro exemplo, diz respeito a cor branca que universalmente simboliza paz, mas no contexto de certas crenças religiosas no nosso país (Religião Rastafari) ela simboliza

luto. Portanto, os símbolos tendem a ser contextuais e mais ainda um significante pode ter inúmeros significados ou interpretações assim como ilustramos nos exemplos supracitados. A cultura é estável, ela reside na tradição e na institucionalização de padrões de comportamentos mediante a uma expressão, através da função normativa do controlo social, onde percebe-se, no entanto, que cultura é a lente pela qual os indivíduos vêm o mundo que os rodeia, e a partir do processo de socialização, estes inserem-se na sociedade comungando mesmos valores, princípios, padrões e normas sociais estabelecidas, apesar de alguns indivíduos pautarem por comportamentos desviantes. Para Silyia (1996:64):

> As tradições são as condições duradoiras de vida que constituem bases seguras e estáveis para a existência de modos de vida de povo e que servem de ligação para o nascimento de valores nos hábitos, costumes e atitudes de uma sociedade que se transmite de geração em geração. A sua reprodução ou continuidade chegou a sobreviver durante séculos e séculos, não sofrendo modificações ou introdução de novos elementos, segundo as necessidades e condições existentes em cada época da vida humana. As tradições desenvolvem-se, renovam-se e adquirem novos valores, devido às transformações que se verificam em cada época do desenvolvimento de cada sociedade.

Segundo Siliya (2009), na sociedade tradicional moçambicana a zona Sul do país o "lobolo" corresponde ao símbolo ou gesto de compra da noiva ou preço fixado pelo qual se obtém a noiva, era a base fundamental e a condição dos casamentos tradicionais. Variando de zona para a zona, o "lobolo" ia desde a entrega de produtos correspondentes a valores simbolicamente fixados até à entrega de dinheiro, sendo que este passou por um processo de renovação, adquirindo novos valores devido as transformações que se verificam na contemporaneidade.

De acordo com Moura (2000), a prática do “lobolo” torna-se dinâmica, na medida em que não se mantém constante e nem cristalizada, pois esta é dinâmica e transforma-se de geração em geração, de acordo com contextos específicos de cada sociedade. Sendo, o “lobolo” uma prática cultural constitui-se, por um lado, sistemas e padrões de vida e comportamentos típicos em que cada membro, que integra numa determinada cultura, deve segui-los, conformar-se com eles ou apropriar-se de algumas normas específicas dessa cultura, e é nessa perspectiva que as interpretações acerca dos símbolos podem ser vistas a dois níveis: hermenêuticas redutoras e hermenêuticas instauradoras.

Na visão do mesmo autor, as hermenêuticas redutoras pretendem explicar o símbolo de forma exaustiva, partindo de uma disciplina específica e reduzindo a um

conceito muito simples, através de análises diretas, simplistas e reducionistas. Enquanto as hermenêuticas instauradoras analisam o símbolo de forma complexa, o símbolo ganha pluralidade, ao mesmo tempo que deve ser entendido dentro de um contexto específico. O processo seletivo da cultura é descrito a medida em que indivíduos de culturas distintas comungam o mesmo espaço e ambos vivem de forma (in) voluntária e captam as características um do outro. De outro modo, pode encontrar-se casos em que algumas culturas captam mais que transmitirem as suas formas culturais.

A capitação e/ou seleção poderá decorrer de forma consciente ou inconsciente as ações dos indivíduos. Neste sentido, em sociedades que produzem as telenovelas e as que captam a informação, a dado momento a interação não têm sido recíprocas. Quanto sua regionalidade refere-se à particularidade das culturas por regiões, ou seja, grupos específicos com atuações culturais distintas, porém reconhecidas. Quando se refere a cultura enquanto um agente determinante e/ou determinado, está a falar-se que tanto o homem assim como a cultura estes têm uma relação interdependente daí que estas esferas se correlacionam com a universalidade cultural. Pois assume-se que as ações culturais acontecem devido a interferência do homem e o homem existe pelo simples facto do reconhecimento cultural.

Para Siliya (2009), os homens relacionam-se entre si na sociedade no processo de realização de várias atividades de acordo com as necessidades. Neste contexto, para que esse relacionamento seja lógico, formal ou informa, e obedeça a determinados critérios ou normas, por exemplo são concebidos valores de vida e comportamentos que devem ser seguidos por todos. Esse é um tipo de relações sociais como, por exemplo o respeito aos mais velhos, o respeito a determinados locais históricos e de culto, a observância à lei, participar nos ritos e cerimónias, etc. Então é assim que os homens na sociedade têm, sem dúvida, determinados tipos de relações políticas, económica e socioculturais dentro da sua ordem social estabelecida.

3.Cultura e identidade no período colonial

A cultura e identidade no período colonial deve ser analisada no quadro da antropologia como instrumento do projeto colonial. A antropologia do simbólico (símbolo), surge como ciência no Século XIX assim como muitas outras ciências. E dedicava-se ao estudo da religião, onde questiona, se os ditos povos primitivos têm ou não religião? Constituindo-se assim em uma ciência instrumentalista, visto que ela nasce da colonização. Por isso é legitimo chamar de consultores socais. Estão abertos para

qualquer campo social, têm ferramentas capazes de agir, entender e explicar as causas das relações sócias. Mas não implementam nada, apenas colhem colecionam os dados. As pessoas pensam diferente, por isso o bem pode ser mau para outro, Copans (1981).

Para Tylor (1832-1917), a religião teria surgido nos povos ditos primitivos através dos sonhos, onde estes tentavam entender ou interpretar os significados dos sonhos depois de acordar, e sendo assim a religião é entendida como uma construção intelectual e uma produção coletiva, visto que o homem tentava representar os seus sonhos assim que acordasse.

O estudo da cultura despertou interesse vários teóricos, ao longo dos tempos. Heródoto (484-425 a.C.) foi um grego e descrevia povos sobre os quais ele via, sub o ponto de vista ideológico e explica as formas de organização social, o Deus sobre os quais eles acreditam a partir dos seus pressupostos, daí a origem etnocêntrica, afirmando a existência de povos com culturas superiores. Este historiador é tido como o pai da antropologia, pois, em algum momento ele descreveu a diversidade cultural, embora dando ênfase para a diferença social. Século XIX, antropologia se construí como ciência, dedicada aos estudos das sociedades exóticas, selvagens, de pequenas dimensões, sem o uso da moeda nas suas trocas comerciais. O método introduzido é a comparação, conhecido como método comparativo. O tipo de antropologia desenvolvida foi a do gabinete, onde se especula sobre o outro.

Para além de Heródoto (484-425 a.C.), outros teóricos se descartaram, como Frazer (1854-1941), que personaliza o evolucionismo. No período das suas pesquisas, a Europa determinava o poder sobre tudo onde a igreja estive no topo, houve a preocupação em se saber se o exótico teve deuses, a questão da racionalidade, até que ponto as cerimônias que eles fazem tem impacto. Importa ainda destacar Edward Tylor (1832-1917), teórico que desenvolveu as teorias das religiões explicando as religiões dos primitivos, afirmando que a religião surge a partir do momento em que eles sonhavam e a partir deste espanto os primitivos foram inventando argumentos que iam além do físico e que teve um impacto sobre os primitivos, com isso deu início a construção social e mental dos primitivos decisivos dos processos que interferem no cotidiano. Por isso inventou-se os seus rituais, os tótemes, ídolos, entre outros.

A Antropologia dá a conhecer as formas de organização social, analises sociais a partir dos métodos de investigações e ferramentas conceituais – vocabulários, abreviaturas e diagramas – usados para explicar fenómenos culturais e humanos. O antropólogo é um cientista que estuda casos antes do nascimento do indivíduo e os

fenômenos após a sua morte. A socialização inicia com o nascimento e termina a morte, mas o antropólogo vai além dos fenômenos materiais. A cultura na perspectiva antropológica vai além do material, focando aspetos espirituais. Para Freud (1915-1916), citado por De Oliveira (2011) existe uma série de símbolos considerados universais por serem encontrados em quase todas as culturas, tais como: corpo humano como um todo, os pais, os filhos, irmãos e irmãs, nascimento, morte, nudez, entre outro. Por exemplo, o nascimento é quase sempre representado por algo relacionado à água; e morrer tem relação com partir, viajar de comboio.

As duas dimensões do simbólico são diferentes mais não excludentes, por isso são complementares, o homem, sendo um animal simbólico interpreta, representa o mundo que o rodeia, é importante ressaltar que essa complementaridade entre símbolo e simbolismo, ainda que exista uma objecção visto que o simbolismo por causa da forte influência da psicanálise de Freud faz as suas interpretações tendo como ponto de partida os sonhos, enquanto o símbolo parte de uma imagem, e isto deve se ao facto do símbolo apresentar dois lados, o que Cassirer (1971-1985), chamou de *duplo imperialismo*: significado e significante. O homem é um animal simbólico de natureza, pois todas as suas ações resumem se em representações simbólicas, e essas representações são feitas de forma contextuais e que só fazem sentido dentro de um contexto específico.

Para Siliya (1996), quando os portugueses chegaram à atual Ilha de Moçambique em 1498, a sua presença não tinha influenciado na altura os povos Bantus que viviam nesta zona, principalmente as populações que viviam no interior da África Oriental. Com andar do tempo a presença portuguesa começou a ser marcada pela construção de algumas fortalezas ao longo da costa. Ainda a mesma autora, acrescenta que:

> É verdade que a presença portuguesa na altura tinha como objectivo principal estabelecer pontos de referência e de apoio marítimo para garantir os contactos comerciais entre Europa e a Ásia através da África Oriental que também tinha já desenvolvido o comércio de ouro e de marfim. No entanto, a partir do princípio do século XVIII os portugueses concentraram os seus esforços na conquista do centro da bacia do Zambeze, numa tentativa de capturar o fluxo do ouro das então famosas minas do Monomotapa. O comércio de escravos, no Século XVIII, que chegou a tornar-se a actividade dominante nessa altura, teve consequências devastadoras na vida social dos africanos que já estavam numa fase de desenvolvimento (Siliya, 1996:44-45).

O mesmo sublinha que os povos que os portugueses encontraram no território hoje denominado Moçambique, tinham as suas culturas típicas que os diferenciavam dos outros povos do mundo. Eles tinham os seus modos de vida específicos e possuíam uma

forma concreta de visão sobre o mundo, isto é, tinham as suas manifestações religiosas ou crenças. De acordo com João (2000), até à última década do Século XIX, o poderio português no Norte de Moçambique era, fundamentalmente, marítimo, sem meios para ocupar e dominar os territórios do interior. Por isso esteve em espaços restritos, sempre a costa, como ilustra as seis vilas costeiras de Mocimboa, Pangane, Lumbo, Quissanga, Montepuz e Arimba e nas ilhas e ilhéus do Oceano índico, como o Arquipélago das Querimbas. Dois outros exemplos mostram a ausência dos portugueses no interior de Cabo Delegado: a livre circulação dos traficantes de escravos e a passagem não controlada dos britânicos. Um dos aspetos a considerar é pelo fato desta região Chiúre, para além de ser uma zona por onde transitava as caravanas, conseguiu representar um polo de atração para a agricultura e facilitar a segmentação das chefaturas e das linhagens.

No processo de implementação da política administrativa colonial, Portugal não ficou ausente dos seus empreendimentos. Foram criadas novas instituições as regedorias. Uma vez terminado o mandato da companhia de Niassa, Portugal retomou a divisão territorial anterior e tentou adaptá-las a nova realidade. No primeiro momento integrava as estruturas pré-coloniais no sistema administrativo, mas no segundo momento Portugal marginaliza os chefes legítimos, substituídos pelos traidores, cozinheiros, antigos soldados ou “sipaios”. Foram assim criadas novas camadas sociais, as que foram confiadas as tarefas especificas, forçadas pela ocupação moral e matéria.

De acordo com João (2000), o caso do Régulo Abdul Kamal é exemplo da dualidade da política indígena em Cabo Delegado, ele combina simultaneamente os dois tipos de caraterísticas procuradas pelo estado colonial para assegurar o seu domínio. Foi através da sua posição social que este regulo. Ele conseguiu desenvolver os seus negócios. A sua participação na atividade econômica, nomeadamente comercial, criou ódios e invejas por parte dos colonos locais com quem ele cometia com sucessos, o que terá estado na origem de conflitos. Na qual será peso e morto sub pretexto de traição por parte da PIDE, alegando que a proveniência dos seus camiões teria obtido por meio da graça do seu envolvimento com anticolonialista.

4.Cultura e a identidade no contexto pós-colonial

A modernidade como construção de uma mesma realidade, vai além da estratificação, ela é dinâmica e por esta razão todas as sociedades se transformaram para o melhor. A relação tecnológica também foi influenciada pelos padrões culturais. Ex.:

alguns inventos que aconteceram na Europa tiveram origem fora da Europa, o caso do chá na índia e a pólvora na china. Mas todos esses produtos foram indignados, ou seja, apropriação dos valores do outro, negando a existência de várias modernidades ou modernidade especifica. O símbolo sempre fez parte da vida do homem desde os tempos pretéritos, visto que o homem por natureza é um animal simbólico como afirma Cassirer, na medida em que todas suas ações são representadas sob forma de símbolo, e isto aconteceu quando o homem descobriu que não pode mudar a natureza das coisas e aí passa a agir segundo as suas emoções, ilusões e sonhos. E é nessa perspectiva das emoções, ilusões e sonhos que chegamos ao simbolismo, sobretudo o freudiano, visto que para Freud cada símbolo tem significado ou conhecimento para a pessoa que sonha, mas este conhecimento é inconsciente e ao acordar o homem vai tentar interpretar, usando símbolo do seu próprio contexto.

As ideias simbolizadas referem-se aos fenómenos básicos de nossa existência real ou do nosso dia-a-dia, tais como, nossos próprios corpos, a vida, a morte e a procriação. Estes fundamentos, em relação a nós próprios e à família da qual somos membros, mantém para nós, durante toda a vida, sua importância original e a energia flui deles para todas as ideias derivadas. Quando o sonhador utiliza símbolos, a cada sonho haverá símbolos universais ou criará novos símbolos, "sendo inseparáveis de seu ambiente, como por exemplo, navios para marinheiros, o arado para fazendeiros".

Dito isto por outras palavras, o homem só sonha aquilo que existe no seu contexto, por exemplo, um moçambicano não pode sonhar com um urso porque não faz parte do seu meio ambiente. Do mesmo modo, oferece subsidio para entender a relação entre o Estado e a Cultura moçambicana tanto no período colonial e pós-colonial, e elenca-se elementos empíricos que sustentam as nossas percepções sobre a cultura em Moçambique. De modo geral, introduz-se a história de Moçambique e da presença estrangeira para melhor situar ou orientar os leitores sobre a temática em discussão. Assim sendo, para Siliya (1996:41), o atual território que hoje é chamado Moçambique era conhecido nos tempos remotos através das suas atividades de comércio. Foi assim que os portugueses apareceram por esta região a caminho da Índia, à procura do famoso ouro que, na altura, era a base do comércio entre Estados.

Para Sousa (2017)[1], a cultura no período colonial era ditada pelos colonizadores portugueses, pois tudo que os "negros" moçambicanos criavam e recriavam, não era considerado como cultura mesmo os nossos hábitos e costumes. Não eram permitidos

[1] Diário de Entrevista, 21 de Junho de 2017.

expressar seus sentimentos, emoções, manifestações culturais porque estavam subjugados ao jugo colonial. Em Moçambique a cultura como unidade nacional foi concebida como propriamente dita depois da proclamação da independência nacional.

Para Meneses (2014:247), "desde a proclamação da independência em Moçambique a 25 de Junho de 1975, o governo de Moçambique sempre reservou um lugar especial para a cultura, no conjunto das prioridades definidas nos diferentes planos e programas de governação". Ainda segundo o autor, um pouco como consequência da forma como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), considerava a cultura já desde o tempo da luta de libertação nacional, esta mereceu sempre peculiar destaque, destaque esse que se corporiza pela inclusão da cultura na lei mãe, desde a primeira Constituição como abaixo se demonstra.

A Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, no nº 3 do Artigo prevê que "A República Popular de Moçambique tem como objetivos fundamentais [...] a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social". Na Constituição da República de Moçambique de 1990, no seu Artigo 53 estabelece que "O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O Estado Promove a difusão da cultura e desenvolve ações para afazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos".

Finalmente, na constituição da República de Moçambique de 2004, nos Artigos 94 e 115 está prescrito que "Todos os cidadãos têm direito à liberdade de criação científica, técnica, literária e artística. O Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual, incluindo os direitos de autor e promove a prática e difusão das letras e das artes. O Estado promove o desenvolvimento da cultura e personalidade nacionais e garante a livre expressão das tradições e valores da sociedade moçambicana. O estado promove a difusão da cultura moçambicana e desenvolve ações para fazer beneficiar o povo moçambicano das conquistas culturais dos outros povos".

Em primeiro importa referir que o conceito de cultura é inacabado, pois, remete-nos a diferentes concepções a respeito do mesmo. A diversidade cultural, ou seja, a existência de diferentes culturas entre indivíduos é, segundo Linton (1943), algo associado à dinâmica do processo de aceitação da sociedade e está ligada também aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidades e variedade. Frequentemente a diversidade encontra-se na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda na tolerância mútua.

Quanto a universalidade da cultura, assume-se nesta esfera que “nenhum homem é inculto” confirmando desta que o ser humano está inserido numa história, num povo, nas crenças, nas formas de se expressar e comunicar com mundo. Salientar que estes aspectos regem a vida do homem desde o seu surgimento, no seu desenvolvimento até a morte, por exemplo a política do multiculturalismo que preconiza o reconhecimento de uma cultura pela outra.

Para Coelho (1997:103), “a Identidade Cultural é um sistema de representação das relações entre indivíduos e grupos, que envolve a partilha de patrimónios comuns como a língua, a religião, a arte, o trabalho, entre outros. É um processo dinâmico, de construção contínua que se alimenta de várias fontes no tempo e no espaço”. Não podemos abordar a identidade cultural moçambicana sem considerar a ideia de moçambicanidade, que segundo Tivane (2015), é representada por símbolos generalizados a todos os considerados moçambicanos, porém, reconhecemos que as pessoas participam de maneiras diferentes da cultura, por isso, impossível falar em uma identidade homogénea.

Apesar das tentativas de unidade nacional, a diversidade ou pluralidade de culturas em Moçambique não podem ser simplificadas. Tendo em conta o conceito de cultura enunciado por Fabietti (2002, citado por Martins, 2009:43), a cultura é um conceito que está em crise, e deve ser reformulado devido ao próprio processo de globalização em que estamos mergulhados. Para Tshyembe (2014:53-54), a cultura nacional só pode ser fruto da “fusão prolífera” de duas matrizes culturais: a historicidade africana e a historicidade europeia, considerando a impossibilidade de a nova cultura ser total e autenticamente africana.

Por conseguinte, o Estado pós-colonial nem se quer tomou conhecimento do conteúdo da cultura nacional a promover, limitando-se a suscitar nas massas necessidades geradas artificialmente, através da organização da envolvência que atua sobre a percepção, a representação, a simbolização dos objetos, pela promulgação de leis que reprimem determinados atos ou comportamentos para beneficiar uma política pseudo-nacional. A mesma visava “matar a tribo para construir uma nação”, tendo-se observado a repreensão e banimento da produção, criação e manifestação cultural dos vários grupos étnicos que compõem o mosaico cultural nacional. Assim, Vassoa (2010:109), refere que “a cultura nacional sempre esteve desafiada por relações internas e externas de cunho social, económico, político, militar, geopolítico e outros”. Esse desafio interno e externo da cultura nacional pode ser de âmbito local, regional ou internacional,

cujas fronteiras, em alguns casos são cada vez mais difíceis de delimitar precisamente sem se fazer um estudo histórico antropológico.

Considerações Finais

Sendo o conceito de cultura inacabado, o qual nos remete à diferentes concepções, vários autores trazem a definição do conceito de cultura com diferentes abordagens, mas com uma convergência no conteúdo. Neste sentido, estas definições convergem na medida em que mostram-se com características de uma coletividade, dado que o ser humano busca suportes dos modelos culturais a partir do nascimento, infância, adolescência, fase adulta até a sua morte, pois a experiência existencial do ser humano integra a cultura, fornecendo-nos diferentes situações históricos sociais, aplicação e representação de significados determinados que cumprem uma função de redução da complexidade sobre o que seria a cultura na contemporaneidade.

Nota-se que, o símbolo é um fenómeno físico que é atribuído significado por aqueles que o utilizam, mas o seu significado não é atribuído, arbitrariamente, pela fantasia ou imaginação de um indivíduo, pois os símbolos são expressões da vida que si enquadram no comportamento social, pelo que se tornam formas comuns de expressão de ações dos membros da sociedade. Sublinhou-se que, a cultura é social, estável, dinâmica, seletiva, um mecanismo coercivo, universal, determinante e determinada. Porém, a cultura como símbolo, é acompanhada por um aspecto social que vem estabelecer-se através da ação e do significado, pois, desempenha um papel importante na transmissão de saberes e comunicação entre indivíduos em sociedade, visto que existem sinais ou símbolos que orientam a conduta e comportamentos dos indivíduos em diferentes comunidades.

Referências

CASSIRER, E. (1971-1985). **Filosofia das formas simbólicas I. A Linguagem**. Fondo de Cultura Econômica: México.

COELHO, T. (2011). **Etnicidade Como Auto-Consciência da Especificidade Cultural e Social de um Grupo Particular,** Editora Campinas, São Paulo.

COMISSÁRIO-GERAL DE MOÇAMBIQUE (1992). **Guia Para a Exposição Universal de Sevilha**. Museu Nacional de Arte de Moçambique, Maputo.

Copans, J. (1981). **Críticas e políticas da Antropologia**. Perspectivas do Homem.

COSTA, A. (2005). **Arte e Museus em Moçambique "Entre a Construção da Nação e o Mundo Sem Fronteiras".** Editorial Verbo. Maputo: Moçambique.

CRESPI, F. (1997). **Manual de Sociologia da Cultura.** Editorial Estampa, Lisboa.

DE OLIVEIRA, I. R. (2011). **O Simbolismo nos Sonhos**. Jornada do Círculo Psicanalítico, Porto Alegre.

DURAND, G. (1995). **A Imaginação Simbólica**. Edições 70, Lisboa.

INALDA, J. F. (2011). O Simbolismo Inconsciente. **Revita Kínesis,** Vol. 3, n° 5, p. 356-365.

JOÃO, B. (2000). **Abdul Kamal e A História de Chiúre nos Séculos XIX e XX: um estudo sobre as chefaturas tradicionais as redes islâmicas e a colonização portuguesa**. Arquivo Histórico de Moçambique – AHM, Maputo.

LINTON, R. (1943). **O Homem, uma introdução à Antropologia.** Ed.Papirus, São Paulo.

MARTINS, F. L. (2009): **Antropologia Cultural:** Guia Para o Estudo. Editora Paulinas, Maputo.

MENESES, I. (2014). **Globalização, urbanismos e culturas locais.** ISArC, Matola**.**

MOURA, M. R. (2000). **O Simbolismo em Cassirer**. Ideação, Feira de Santana, nº 5, p. 75-85.

SILIYA**,** J. C. (1996)**. Ensaio sobre cultura em Moçambique.** (S. Ed.). Maputo.

TIVANE, FernaF.ndo F. (2015). **BCI é daqui ou está aqui?** UFRS, Porto Alegre.

TSHIYEMBE, M. (2014). **Estado pós-colonial: factor de insegurança em África**. Edições Pedago, Luanda.

VASSOA, A. V. (2010). **Comunicação social e relações interculturais: desafios e oportunidades da África Contemporânea,** Maputo.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): CAPAINA, Tubias Benedito Borge. Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.334-351, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Capaina, Tubias Benedito Borge (out. 2024). Cultura e identidade no período colonial e pós-colonial em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 334-351.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.352-364 | 2024.

Os direitos humanos na actualidade: reflexão atuação da Polícia da República de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública

Graciano Pedro Pessuro *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-9461-342X
Armando Manuel Luciano **
ORCID iD https://orcid.org/0009-0006-8077-6109

RESUMO
Esse estudo buscou verificar a interconexão e as práticas da violação dos Direitos Humanos em Moçambique, além de adentrar a história da Constituição moçambicana desde o tempo de Colónia até sua independência como reflexo nos dias de hoje. Avança-se a hipótese de que a PRM pode servir como garantidora da segurança pública, respeitando, ao mesmo tempo, a protecção dos DH em Moçambique. A metodologia adotada e o referencial teórico procuram proporcionar uma ampliação sobre os conceitos e tipificar os modelos jurídicos quanto à colocação e atuação da Polícia da República de Moçambique na reposição da ordem pública. Para isso seguiu-se o caminho indutivo de cunho qualitativo, com enfoque descritivo para perceber e tipificar a actuação da polícia da república de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública na esteira de Direitos humanos a partir de pesquisa bibliográfica. Os resultados não esquinaram da realidade pois, apontam que, Moçambique é um país onde houve pouca paz e tranquilidade desde a sua fundação, portanto, percebe-se que sabem muito pouco sobre as normas que regem o comportamento da polícia durante as manifestações. Além disso, com essas fragilidades, acabaram criando um vácuo e tornando o desempenho da polícia falho, porque a necessidade de que as autoridades locais aprovem as manifestações acabou se tornando uma espécie de negação final destes. No entanto, deve-se ressaltar que a polícia não é uma entidade autorizadora de actuações violentas, mas apenas um órgão consultivo.

PALAVRAS-CHAVE
Direitos humanos, PRM, Actuação, Violações

Human rights in the current time: reflection action of the police of the republic of Mozambique in the maintenance and restoration of public order

ABSTRACT
This study sought to verify the interconnection and practices of the violation of Human Rights in Mozambique, in addition to delving into the history of the Mozambican Constitution from the time of Colony until its independence as a reflection today. The hypothesis is advanced that the PRM can serve as a guarantor of public safety, respecting, at the same time, the protection of human rights in Mozambique. The methodology adopted and the theoretical framework seek to provide an expansion on the concepts and typify the legal models regarding the placement and performance of the Police of the Republic of Mozambique in the restoration of public order. For this, the qualitative inductive path was followed, with descriptive information to understand and typify the action of the police of the Republic of Mozambique in the maintenance and restoration of public order in the wake of human rights based on bibliographical research. The results do not deviate from reality, as they point out that Mozambique is a country where there has been little peace and

* Doutorado em Humanidades, na especialidade de Bioética pela PUCPR-Brasil e UCM, Especialista da Educação e Mestre em Gestão e Administração Educacional, Pós-graduado em Gestão e Auditoria Ambiental e Licenciado em ensino de Física. Membro do comité institucional de Bioética em Saúde (CIBS) e Comité Institucional de Ética(CIE). Delegado do Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres Cuamba-Niassa. E-mail: gracianopessuro@gmail.com
** Doutorado em Humanidades, na especialidade de Bioética Pela (PUCPR-Brasil e UCM), Mestre em Gestão e Administração Educacional. Licenciado em Administração Pública. E-mail: armandoluciano77@gmail.com

tranquility since its foundation, therefore, it is clear that they know very little about the rules that govern the behavior of the police during demonstrations. In addition, with these weaknesses, they ended up creating a vacuum and making the police's performance flawed, because the need for local authorities to approve the demonstrations ended up becoming a kind of final denial of these. However, it should be noted that the police is not an entity that authorizes violent acts, but only an advisory body.

KEYWORDS
Human rights, PRM, Action, Violations

Introdução

"A humanidade tem de acabar com a guerra
antes que a guerra acabe com a humanidade"
(KENNEDY, 2007).

Na atualidade, a salvaguarda do direito à liberdade de expressão e as conquistas da democracia estão se tornando cada vez mais comuns no Estado de Direito. Portanto, democracia é vista como sinônimo de reuniões ou manifestações pacíficas ou violentas, acidentais ou previamente notificadas. Face aos novos riscos e ameaças à ordem e tranquilidade públicas, a gestão destes incidentes requer muito empenho por parte das autoridades policiais e do pessoal da segurança pública moçambicano. Neste artigo, discute-se o ramo da PRM que mantém e restaura a ordem pública.

No caso de desordem pública, há evidências do nível de comando e controle, e do nível de actualização das tropas. A pesquisa ajudará a entender a organização e o modelo de desempenho da PRM, sobre tudo na actuação da polícia da república de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública.

1.A história da atuação da polícia da república de moçambique

Antes da Independência, Moçambique foi Colônia Portuguesa desde o século XVI, tendo-se transformado numa ocupação militar depois da Conferência de Berlim, realizada em 1884, que deu início a partilha da África pelas potências europeias. O país viria a ficar independente depois de uma luta de libertação nacional que durou cerca de 10 anos, dirigida por um movimento armado que se chamou Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Em representação do povo negociou com a contraparte portuguesa e a sete de setembro de 1974, assinaram-se os acordos de Lusaka que dariam lugar a formação de um governo de transição.

Foi com base nesses acordos que a 17 de maio de 1975, cria-se o Corpo de Polícia de Moçambique, cuja missão era garantir a transferência dos poderes do então governo colonial português para a FRELIMO. Este corpo de polícia era constituído por

efectivos da PSP e efetivos destacados das Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado da FRELIMO. Esta coligação funcionou até dezembro de 1975, tendo a PSP deixado nas mãos da população de Moçambique o destino do Corpo de Polícia de Moçambique.

Em 1979, por força da Lei no 5/79, de 26 de Maio, e como consequência imediata da revisão da Constituição da República Popular de Moçambique, operada pela Lei no 11/78, de 15 de Agosto, foi criada a Polícia Popular de Moçambique. Tratava-se de uma corporação que resultou do desígnio de aglutinação das várias forças policiais entretanto existentes, designadamente o Corpo de Polícia de Moçambique, a Polícia de Investigação Criminal, a de Trânsito e a de Transportes e Comunicações.

Esta polícia, dado o tipo de regime político introduzido após independência de partido único, servia os interesses da FRELIMO que se tornou partido em 1978. Fora isso, a PPM atuava em estreita ligação com a população. Competia a PPM apoiar as Forças Populares de Libertação de Moçambique na defesa da soberania nacional e integridade territorial, prevenir e combater as ações contra-revolucionárias, apoiar a reeducação e recuperação dos criminosos, colaborar estritamente com as estruturas populares e organizações de massas. Qualquer resistência a atuação dos membros da PPM no exercício das suas funções ou em caso de perturbação da ordem pública implicava o uso da força muitas vezes desproporcional. Nessa época os membros da PPM só podiam ser detidos pelas estruturas das Forças de Defesa e Segurança.

Com a Constituição de 1990, introduz-se o multipartidarismo em Moçambique, criando bases legais para a formação de um Estado de Direito e Democrático. Tal feito impôs que todas as instituições do Estado, na sua atuação, devem conformar-se ao princípio da legalidade, ou seja, devem respeitar os DH, garantir o respeito pelos direitos individuais e coletivos, sociais e políticos.

A necessidade de assegurar o exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais dos(as) cidadãos(ãs) dentro dos limites legalmente consagrados na nova Constituição, tornou-se imperativo a criação de uma nova Polícia. Foi então que à luz da Lei n. 19/92, extinguiu-se a PPM e criou-se a Polícia da República de Moçambique (PRM) como um organismo público e força paramilitar integrado no Ministério do Interior, que veio a ser reformada com a Lei n. 16/2013, que determina que a PRM organiza-se em Ramos e Unidades de Operações Especiais e de Reserva. A saber: ramo da Polícia de Ordem e Segurança Pública, ramo da Polícia de Investigação Criminal, da Polícia de Fronteiras e da Polícia Costeira, Lacustre e Fluvial e como UIR, Unidade de Proteção de

Altas Individualidades, Unidade de Operações de Combate ao Terrorismo e Resgate de Reféns, Unidade Canina, Unidade de Cavalaria e Unidade de Desativação de Engenhos Explosivos.

Desde a Independência do país em 25 de Junho de 1975, houve vários momentos na história da PRM, e finalmente foi aprovada a criação da primeira polícia denominada Polícia Nacional (TEMBÉ, 2015). Treze anos depois, em 1992, a atual PRM foi criada (MOÇAMBIQUE, 1992). Desde a Independência, a polícia faz parte do Ministério do Interior sob a liderança do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique.

Cada evolução da polícia visa garantir a segurança e a tranquilidade públicas e responder aos desafios do crescimento populacional e do aumento da criminalidade urbana devido à elevada taxa de desemprego causada pela guerra civil e a migração maciça das áreas rurais para as cidades. Os 16 anos em que o país passou entre as Forças Armadas de Moçambique e o RENAMO terminaram em 1992 com a assinatura de um acordo de paz em Roma. Após o fim da guerra civil, o país estabeleceu parcerias internacionais no domínio da formação técnica da polícia, com destaque para Portugal, Rússia, China, Estados Unidos, etc.

Na época, não havia instituição de ensino superior para policiais no país. Os policiais são promovidos por carreira, embora exista ainda um sistema misto, nomeadamente promoção da antiguidade e formação académica. Em 1999, foi criada a Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), instituição de ensino superior para oficiais militares, que oferece bacharelado e mestrado não integrado em Ciências Policiais (MOÇAMBIQUE, 1999). Como parte do treinamento policial, a PRM tem dois centros, a Escola de Prática Policial de Matalane e a Escola Sargento Michafutene. Matalane é adequada para novos ingressos de nível de entrada; após a formação, os graduados são nomeados como guardas. Na Escola de Sargento, que forma policial com experiência de trabalho, são ministrados cursos de Ensino Médio. Após terminar, ostentam com sucesso o posto de chefia. Esta é uma pirâmide de treinamento altamente estratificada em resposta ao comando e à cadeia de comando do PRM.

No entanto, Nuwenga e colaboradores (2016, p.10) revisando a formação profissional dos membros da PRM, ressaltam que durante a atual formação básica de segurança em Maputo, no período de nove meses letivos, há disciplinas relacionadas aos DH (30h), autodefesa (126h), comando conjunto (200h) e Forças de Segurança Tática (60h). Pode-se considerar esta formação muito orientada para o aspecto militar, pois 386

das 416 horas são dedicadas à formação técnica policial. O mesmo ocorre com a ACIPOL.

Portanto, parece que para formar indivíduos mais cientes dos DH e que serão policiais é preciso repensar as escolas de polícia. Cabe pontuar, segundo Carapeto e Fonseca: “para que uma organização tenha sucesso, deve saber gerir e melhorar o seu processo de formação para apoiar e atualizar a sua estratégia e planeamento, gerando valor acrescentado e atendendo às necessidades dos cidadãos e clientes” (2006, p.15).

2.A organização da polícia da República de Moçambique nos assuntos de ordem pública

De acordo com o Decreto n. 85/2014, e a Lei n. 16/2013, a PRM inclui os seguintes componentes orgânicos:

a) Ao “nível central, provincial, distrital, ou de esquadras, e postos administrativo”, a PRM é representada ao nível Central, pelo Comando geral da PRM; a nível provincial, Pelo Comando Provincial da PRM; Distrital, Pelos Comandos Distritais e de esquadras da PRM; ao nível administrativo, pelos Postos Policiais da PRM;
b) No que concerne a estrutura de organização e funcionamento, a PRM ostenta Unidades, designadamente, O Comando Geral, Os Comandos Provinciais, as Forças especiais e de reserva, e os estabelecimentos de ensinos, subunidades, designadamente os Comandos distritais, as Esquadras, os Postos Policiais, e os destacamentos das forças especiais e de reserva. Esta estrutura de organização é apresentada em consonância as disposições do Art. 1 do Decreto n. 27/99.
c) A Direção de Ordem e Segurança Pública, de acordo com o Art. 13 do Decreto n. 27/99, é responsável pela prevenção e combate ao crime, pelo funcionamento normal das instituições e circulação de pessoas e bens, pela patrulha, pela recepção de queixas e denúncias, entre outras acções. Na prossecução destes objectivos, a DOSP, coordena as actividades de diversos departamentos, incluindo o de trânsito que zela pela segurança rodoviária.

2.1.Estrutura operacional da Polícia da República de Moçambique

A estrutura orgânica do PRM é muito extensa. Nesse sentido, para este estudo, optou-se por focar no trabalho do Departamento de Polícia de Ordem e Segurança Pública, em especial o Departamento de Operações (DOP), Departamento de Polícia de Proteção (DPP), Operações Especiais e Reservas.

Para dar continuidade às suas atividades, o DOP ao nível central é chefiado por um comandante e seus deputados, com as patentes de primeiro comissário adjunto e comissário adjunto, enquanto nas províncias é chefiado por um superintendente-chefe. Ambos são nomeados pelo Ministro do Interior (MOÇAMBIQUE, 2014, Arts. 9,10).

O Comando Distrital e a Esquadra são chefiados por um comandante com a categoria mais baixa de Inspetor-Chefe (MOÇAMBIQUE, 2014, Arts. 2, 45, 46). São inspetores do deputado e do responsável pelas operações (MOÇAMBIQUE, 2014, Arts. 3, 45), os quais são responsáveis pelo planeamento e execução das operações policiais no âmbito da ordem pública.

Finalmente, estamos nos referindo ao posto policial e ao departamento policial. A esquadra é chefiada pelo Chefe da Polícia, com o posto de Inspector Adjunto da Polícia (MOÇAMBIQUE, 2014, Arts. 3, 47). Ressalte-se que a lei não lhe outorga assistentes jurídicos, cabendo-lhe delegar essas competências em função da antiguidade do pessoal da delegacia. Os comandantes distritais, esquadras de polícia, chefes de polícia e chefes de polícia são nomeados pelo comandante-chefe sob o comando provincial.

2.2.O papel da Polícia da República de Moçambique na manutenção e substituição da ordem pública

De acordo com o n. 1 do Art. 254 da CRM, parte final da mesma e do art. 3 da Lei n. 16/2013, define como uma das funções atribuídas à PRM a de “garantir a lei e ordem, a salvaguarda das pessoas e bens, a tranquilidade pública, o respeito pelo Estado de Direito Democrático e a liberdade fundamental dos cidadãos” (MOÇAMBIQUE, 2013).

A PRM, segundo o Art. 254 da CRM, é apartidária, e tem a função de garantir: a lei e a ordem; a salvaguarda da segurança de pessoas e bens; a tranquilidade pública; o respeito pelo Estado Democrático de Direito e a observância estrita dos direitos; e as liberdades fundamentais de cidadãos e cidadãs colaborando com as demais instituições. Neste sentido, sua atuação subordina-se a Constituição e outras legislações e prossegue a política de defesa e segurança, aprovada pela Assembleia da República no dia 31 de julho de 1997 e promulgada no dia 1 de outubro do mesmo ano.

Como assinalou Sousa, “a principal função da polícia é prevenir riscos gerais ou específicos para a ordem pública e a segurança. [...] A prevenção inclui crimes preventivos e preparação para perigos futuros” (2004, p. 61-62). No entanto, Clemente acredita que “a função policial tem sido claramente social desde sua origem” (2000, p.

11). Segundo Clemente (2000) as características da polícia atual são socialmente compatíveis com a prevenção do crime, como é o caso da polícia local.

Na realização de atividades de manutenção e restauração da ordem pública em assembleias e manifestações, a Administração de Assuntos Públicos tem as seguintes funções: "assegurar o cumprimento e cumprimento das leis e regulamentos relativos à realização de assembleias, manifestações e espetáculos públicos" (MOÇAMBIQUE, 2013, Art. 14). Para o cumprimento das tarefas operacionais que a lei lhe confere, o Conselho Operacional, “órgão de controlo das atividades operacionais, adota a forma de recolher, tratar, analisar, distribuir, arquivar informação e criar métodos de trabalho” (MOÇAMBIQUE, 2013, Art. 14).

3.Atuação da Polícia da República de Moçambique antes das manifestações ou ocorrências

A manutenção da ordem pública é uma atividade essencial que visa à manutenção ou o estabelecimento de condições inalteráveis de segurança e ordem pública, e a garantia de que as atividades das Forças de Segurança sejam amparadas pela Constituição e demais leis (OLIVEIRA, 2015). Com a identidade do poder de prevenção ao crime conferido por lei, a PRM tem um DPP para proteger a identidade do policial antes de distúrbios públicos, ou seja, na fase de manutenção ou diária, e realizar operações simples como funções de patrulha ou serviços.

Como uma agência que coleta e processa informações para apoiar as operações policiais, o Departamento de Informação Interna (DII) desempenha um papel vital na determinação do grau de escalada da força na PRM após avaliar o grau de insegurança no local do fato. A PRM pode aumentar a proteção policial.

O número ou mesmo a ativação de tropas dedicadas à manutenção ou restauração da ordem pública (UIR) são fortalecidas com o mesmo nível de força. Por se tratar do início de um incidente policial onde a violência pode aumentar, os policiais DII atuam como OPC. Normalmente atuam sem características, atuando como agente disfarçado ou agente disfarçado, com o objetivo de coletar possíveis mensagens futuras que fazem a polícia agir e prevenir perigos nunca pode agir como provocador. Segundo Oberschall citado por Felgueiras (2016) explica-se a possibilidade do início do agravamento do transtorno, e apontaram que:

> os participantes do transtorno são principalmente da organização. Os indivíduos que atuam no meio do mundo são recrutados e relativamente

> integrados ao coletivo, enquanto os indivíduos socialmente isolados e longe de suas casas serão subestimados até que o movimento se expanda (2016, p. 130).

É nesta fase que o papel dos agentes secretos e agentes secretos no âmbito das reuniões e manifestações é importante para a recolha de informações que irão ajudar na tomada de decisões operacionais antes que ocorram danos. Portanto, segundo Fernanades, para "a segurança interna, especialmente nas organizações policiais modernas, a informação é um ativo importante para o cumprimento das tarefas policiais. Geralmente, todas as atividades policiais geram dados e informações" (2014, p. 79-80). No caso, de quando a polícia chegar ao comício ou manifestação,

> primeiro, sua intervenção policial deve ser acionada com poucas informações disponíveis. A polícia deve estar curiosa e questionadora, ou seja, tentando entender: o que há de errado? Onde acontece? Quando? Quem participa? Quais grupos? Qual é a sua identidade social? Como a situação evolui? Por que você? (VALENTE, 2009, p. 155).

Sem conhecer o iniciador do motim, a polícia se limita a aprofundar os serviços de informação e as negociações para tentar determinar o organizador. No caso de reuniões ou manifestações repentinas, procura prevenir e alertar os intervenientes sobre os perigos e possíveis consequências, e comunicar com as autoridades competentes para a tomada de medidas preventivas para evitar a escalada do caos e a criação de perigos graves (SOUSA, 2004).

3.1.Atuação da Polícia da República de Moçambique durante as manifestações ou ocorrências

Ao enfrentar um estágio crítico em uma reunião ou demonstração, se a auxílio de outras forças combinadas não for eficaz na mediação de obstáculos, é acionada a UIR. A polícia poderá tomar as medidas adequadas imediatamente para evitar o perigo para as pessoas. No caso de ser determinado o organizador de uma reunião ou manifestação, podem ser tomadas medidas policiais em relação ao responsável pela organização (SOUSA, 2004).

De acordo com a lei, nas operações de multidão devem ser utilizadas forças conjuntas, forças conjuntas ou coordenadas, a saber: DPP, UIR, unidade canina, DII, autorizadas pelo governo provincial (MOÇAMBIQUE, 2014). O comandante (nível tático) pode fornecer orientação tática no âmbito de sua autoridade.

Embora a lei atribua ao PRM autoridade funcional para manter a ordem e segurança públicas no âmbito das assembleias e manifestações, a aplicabilidade dos meios de persuasão deve obedecer às medidas policiais, ou seja, às medidas previstas na lei, desde que essas medidas se mostrem facilitadoras a manutenção da ordem e segurança públicas (MOÇAMBIQUE, 2013, Art. 7, n. 2, g). Entre os poderes gerais da polícia, a PRM (e a PSP) gozam de autonomia tática porque a polícia pode e deve tomar as medidas necessárias para prevenir perigos específicos para a ordem e segurança públicas, desde que não violem (SOUSA, 2004).

O Art. 7 da Lei n. 7/2001 também estipula que quando as manifestações públicas ou públicas se desviem do seu propósito e objetivo de manutenção da ordem e tranquilidade públicas, as autoridades policiais podem intervir e persuadir pelos meios legais previstos na lei. Obviamente, a polícia tem o poder de usar métodos coercitivos, mas nunca deve violar a lei. A Constituição de Moçambique e a PRM recomendam que a força policial seja legalmente utilizada das seguintes formas:

> [...] repelir agressão ilegal enquanto perturba a ordem pública e a tranquilidade Defesa de si ou de terceiros por interesses naturais ou importantes protegidos por lei; após expedir a intimação formal de obediência e esgotar os demais meios para conseguir, vencer as resistências encontradas no exercício do serviço; prisões de acordo com o direito penal, o princípio da necessidade e da proporcionalidade [...].

Quanto ao uso de armas, quer membros do PRM desempenhem ou não as suas funções, existe uma Norma Estratégica de Proteção (NEP) específica que pode prever o seu uso e restrições. Todas as tarefas operacionais em operações policiais dependem do comportamento dos manifestantes, a força policial deve compreender a situação de violência por meio da compreensão da dinâmica da multidão, sabendo que a violência é uma função de avaliar a legitimidade dos interesses do grupo.

Quanto à ordem de evacuação de porto seguro, a polícia detém o poder, mas deve exercê-lo com antecedência para fazer as pessoas saírem do local, ou proibir a entrada de manifestações (desfiles ou desfiles) no local, após esgotar todos os meios de negociação, e nas vidas ou vidas dos cidadãos, quando a segurança pessoal é ameaçada. Como Valente reiterou, para cumprir com sucesso essas tarefas nas democracias, a formação é essencial: “o importante é dar formação profissional aos policiais” (2009, p. 158).

A tarefa da PRM é aplicar de fato as medidas a serem tomadas, entendendo a identidade social, a formação e a interação com outros grupos. Por outro lado, Miranda e Lima (2008) acreditam que não basta usar o conhecimento para combater o crime antes que os crimes existam. Para evitar sua multiplicação, é necessário recorrer a inovações tecnológicas integradas à sociedade moderna, ou seja, o conhecimento profissional é importante, e também os meios técnicos, a polícia deve acompanhar o desenvolvimento da tecnologia, porque o modus operandi dos criminosos se desenvolve com novos produtos no mundo digital.

3.2.Atuação da Polícia da República de Moçambique depois das manifestações ou ocorrências

Com a aprovação da Lei n. 2/2017, que estabelece o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), a PRM passa a exercer todas as funções no âmbito da Investigação Criminal (IC) de acordo com a Lei n. 16/2013.

Infelizmente a PRM não tem recursos de IC porque tem ajudado a Assistência Judiciária na orientação processual desde o estabelecimento da primeira polícia em 1975. O princípio é diferente de Portugal, porque mesmo existindo a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana e a PSP também têm o atributo IC, sendo o poder de investigação instituído na Lei n. 49/2008, e a Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC).

No entanto, deve-se ressaltar que o IC é importante nos casos em que há indivíduos suspeitos/réus participando de manifestações ou reuniões no âmbito do procedimento, neste caso, a atuação conjunta com o SERNIC para a coleta de provas é relevante.

Oliveira (2015) considera que, com o auxílio da Assistência Judiciária deve-se, dar garantias de trabalho aos servidores da justiça. Portanto, “as forças modernas devem respeitar a dignidade humana e seus direitos, aliados ao culto da liberdade e da legitimidade” (SILVA, 2001, p. 111).

Considerações finais

"A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos"
(ARENDT, 2015, p. 39).

Moçambique é um país democrático governado pela Constituição e que respeita as pessoas. Portanto, como prestador de serviços de segurança e tranquilidades públicas, o

Estado deve criar condições e mecanismos de acordo com os seguintes princípios: manter e controlar a ordem pública, garantir a segurança da vida privada das pessoas e estar aberto ao público.

A hipótese é de que a PRM pode servir como garantidora da segurança pública, respeitando, ao mesmo tempo, a proteção dos DH em Moçambique. Se por um lado, o código de conduta da PRM está vinculado às leis e regulamentos nacionais e aos instrumentos internacionais de proteção dos DH, por outro lado, é urgente revisar a doutrina de comando e controle na PRM para a adoção dos níveis estratégico, operacional e tático, pois o nível estratégico costuma tomar decisões à distância sobre questões táticas, o que tem consequências muito desfavoráveis.

Como sugere Oliveira “prevenir é melhor que reação, negociar é melhor que suprimir. Quando é necessário usar a força para saber aplicar meios coercitivos, as pessoas e seus bens devem ser respeitados - o princípio de intervenção mínima” (2015, p. 41). Assim, nos termos do Art. 254, n. 1, da última parte da Constituição da República de Moçambique (CRM) e do Art. 3 da Lei n.16/2013, uma das funções atribuídas à Polícia da República de Moçambique (PRM) é a de ser uma “lei de garantia”. Espera-se que cuide de garantir “paz e ordem, proteção das pessoas e dos bens, tranquilidade pública, respeito pela democracia e pelo Estado de direito [...] e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos” (MOÇAMBIQUE, 2013, Art. 3). Já o Art. 51 da CRM “confere a todos os cidadãos moçambicanos o direito de se reunir e manifestar, desde que respeite a lei” (MOÇAMBIQUE, 2004).

Quando o uso legal da força e armas de fogo é inevitável, os encarregados da aplicação da lei devem restringir o uso de tais recursos e tomar medidas com base na gravidade do crime e nas metas legais a serem alcançadas para minimizar danos e lesões, respeitar e proteger a vida humana, e garantir que qualquer lesão ou indivíduos afectados recebam assistência e cuidados médicos o mais rápido possível.

É necessário mudar a forma como a PRM trabalha e como a sociedade pensa a respeito. A PRM enfrenta uma grave erosão da sua imagem, porque muitas vezes está associada a graves violações dos DH. Como pode ser confirmado, vários relatórios internacionais da Amnistia Internacional e do governo dos EUA listaram a PRM como uma das maiores violadoras dos DH.

Referência

ARENDT, H. **Crises da república**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CLEMENTE, P. J. **Polícia em Portugal**: da dimensão política contemporânea da segurança pública. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e Especialidade de Ciências Políticas. Lisboa: UTL-ISCPSI, 2000.

CUMBE, Â. N. F. **O património geológico de Moçambique**: proposta de metodologia de inventariação, caracterização e avaliação. Dissertação de Mestrado em Património Geológico e Geoconservação 2007.

FERNANDES. A. M. **Análise da produção de madeira para o fornecimento sustentável de energia doméstica aos centros urbanos de Moçambique.** Tese de doutoramento. Universidade Federal do Paraná. Brasil. Curitiba, 2014.

MIRANDA, A. P.; LIMA, L. L. **Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal.** Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

KENNEDY, J. F.15 de julho de 1960. Address of Senator John F. Kennedy Accepting the Democratic Party Nomination for the Presidency of the United States. John F. Kennedy Library. Consultado em 29 de maio de 2012.

MIRANDA, A. P.; LIMA, L. L. **Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal.** Rio de Janeiro: EdUFF, 2008.

MOÇAMBIQUE. Decreto n. 85 de31 de dezembro de 2014. Estatuto Orgânico da PRM. Moçambique: Publicado no **Boletim da República**; I-SÉRIE n. 105.

MOÇAMBIQUE. **Decreto n. 93/2014**, de 31 de Dezembro cria Estatuto do Polícia.

MOÇAMBIQUE. **Lei n. 7/2013** , de 2013-01-22 / Assembleia da República

MOÇAMBIQUE. Lei n. 16/2013, de 12 de Agosto, **Lei da PRM** que revoga a Lei n. 5/88, de 27 de Agosto e 19/92, de 31 de Dezembro. application/pdf PRM Nova Lei.pdf — 2071 KB.

MOÇAMBIQUE. Lei n. 6/2013 conforme alterada e republicada ao abrigo da **Lei n. 9/2014**, sobre as funções, composição e funcionamento da Comissão Nacional de Eleições. Maputo, 2014.

NGUNGA, A.; BAVO, N. N. **Práticas linguísticas em Moçambique**: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos. Maputo, CEA/UEM, 2011. 73 p.

NUVUNGA, A. *et al.* Em Matalane e na ACIPOL a Formação paramilitar é preocupante. **Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)**, n. 10, p. 10, mai, 2016.

OLIVEIRA, J. F. **A Manutenção da Ordem Pública em Democracia**. Lisboa: ISCPSI-ICPOL, 2015.

OLIVEIRA, J. F. **A manutenção de ordem pública em Portugal**. Lisboa: ISCPSI, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU; **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 13 dez. 2016.

SILVA, G. M. **Ética policial e sociedade democrática**. Lisboa: ISCPSI, 2001. 143p.

SOUSA, A. F. Para uma lei de atuação policial em Portugal. *In:* VALENTE, M. M. **Estudos de homenagem ao professor doutor Germano Marques da Silva.** Coimbra: Almedina, 2004. p.67- 68.

TEMBE, D. J. A Construção das ciências policiais na ACIPOL e a sua importância para uma polícia democrática em Moçambique. *In:* VALENTE, M. M. **Ciências policiais e política criminal justiça e segurança**: um discurso de liberdade democrática. Lisboa: ISCPSI- ICPOL, 2015. p. 182-186.

UN-OHRLLS. Escritório do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento **Factsheet for Least-developed Countries**, 2016. http://unohrlls.org/custom-content/uploads/2016/08/Least-Developed-Countries-factsheet-2016_ENGLISH_FINAL_UPDATED-1.pdf

VALENTE, M. M. **Reuniões e manifestações actuação policial.** Coimbra: Almedina, 2009.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 13/08/2024

Para citar este texto (ABNT): PESSURO, Graciano Pedro; LUCIANO, Armando Manuel. Os direitos humanos na actualidade: reflexão atuação da Polícia da República de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.352-364, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Pessuro, Graciano Pedro. Luciano, Armando Manuel. (out. 2024). Os direitos humanos na actualidade: reflexão atuação da Polícia da República de Moçambique na manutenção e reposição da ordem pública. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 352-364.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.365-380 |. 2024.

A problemática da violência doméstica

João Sanveca Cangolongondo *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0001-2109-593X

RESUMO
O presente trabalho de pesquisa intitulado, Crime de Violência Doméstica em Moçambique. Caso da cidade de Xai-Xai (2020-2022), pois, a pesquisa tem haver em buscar as causas e consequências de modo a obter ou aferir o grau da violência e compreender quais medidas que podem ser desenvolvidas para mitigar ou combater o problema da violência doméstica, a luz da lei n° 29/2009, de 29 de setembro. Muito embora, a presente lacuna do artigo n 5 da mesma Lei abordando apenas a violência contra mulher. Também a pesquisa visa identificar os procedimentos legais e aplicáveis na tramitação e procedimento de processo da violência. No tocante a metodologia, o pesquisador privilegiou um estudo qualitativo e discretivo baseando-se na consulta bibliográfica, através de entrevista. Em relação aos resultados ficou claro que é um problema conhecido pelas instituições de administração da justiça, que tem vindo a trabalhar de modo a combater este fenómeno que incomoda quase toda a sociedade moçambicana, devido as diversidades culturais de reconhecer no outro como se fosse a si mesmo. Uma combinação de universal e de particularismo.

PALAVRAS-CHAVE
Ciúmes, Violência doméstica, Lei, Cultura, Crime.

The problem of domestic violence

ABSTRACT
The present research work entitled, Crime of Domestic Violence in Mozambique. Case of the city of Xai-Xai (2020-2022), therefore, the research has to do with seeking the causes and consequences in order to obtain or assess the degree of violence and understand what measures can be developed to mitigate or combat the problem of domestic violence, in the light of law No. 29/2009, of September 29. Although, the present gap in Article No. 5 of the same Law only addresses violence against women. The research also aims to identify the legal and applicable procedures in the processing and procedure of the violence process. With regard to methodology, the researcher favored a qualitative and discreet study based on bibliographic consultation, through interviews. Regarding the results, it was clear that it is a problem known by the institutions of administration of justice, which have been working in order to combat this phenomenon that bothers almost all of Mozambican society, due to the cultural diversities of recognizing in the other as if it were oneself. same. A combination of universal and particularism.

KEYWORDS
Jealousy, Domestic violence, Law, Culture, Crime.

NKATSAKANYU
Antirhu lowu wa ku xiya – xiya utxiwaka “auxambadji bya tihonya aminjangwini“ a tikweni lka mocambique ka xai – xai (2020 – 2022), hikuza antirhu lowu ulava swivangelo niswilandzelo kokota ku pima kutika ka tihonya endleleni yaku tsumbula swaku hiswihi swinga yendliwaku ku nyimissa vuhonya lebyi bya mindjangwini hikolaho ka nawu wa 29/2009, wa 29 ka setembro hambi leswo nawu lowu ukombissa swiziva ka artigo 5 hikolaho kaku vulavula hivuhonya eka wansati ntsena. antirhu lowu uyengeta ku tsumbula tindlela ni le swifaneleke ku landzelela anfambu watihonya. eka mafambissela yantirhu lowu, a muxopaxopi, a rhanzile a ku tirhissa ku djondza, kuvulavulissa mabuku leswi tiyisiweke hi swivutissu eka vanhu. antsovelo wantirhu lowu

* Mestrando do Programa em Direitos Humanos Justiça e Paz, na Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Xai-Xai; Administrador da Universidade Católica de Moçambique, Extensão Xai-Xai; Licenciado em Direito Jurídico, Económico e Empresarial. E-mail: joaosanveca17@gmail.com

ukombissa leswaku mhaka leyi yativiwa eswikanekissueni swamilawu yamfumu leswi lwaku kunyimissa axi vungwavungwani lexa tihonya lexi nyimissaka ngati yahinkwavu vahanyi va mocambique hikuva kuni ku hambana hambana há vumunhu nimahanyela xikanwe niku tiva munwani swanga hiwena.

MARITO YANLHOKO
Ukwele, Tihonya, Makaia, Swiheno, Xihoxo

1. Introdução

A violência está presenta cada vez mais na vida da sociedade, dentre elas a mais preocupante é a violência doméstica contra a mulher. Este tipo de violência ocorre no âmbito familiar, principalmente, dentro daas suas próprias residências, pois é quando o agressor possui uma relação de efectividade com a vítima ou vitimizada e é um acto inaceitável perante nossa sociedade, porém, a mesma ainda cultiva certos valores ao qual incentiva este tipo de delito. A cultura da violência doméstica, decorre nas das desigualdades no exercício dom poder levando assim uma relação de dominante e dominado, que apesar de se obter avanços na equiparação entre homens e mulheres, a ideologia patriarcal, ainda vigora, e a desigualdade sociocultural é uma dassa principais razões da descriminação feminina (Dias, 2007, p, 15-16).

A mulher era subjugada através dos padrões patriarcais, sendo seu comportamento moldado rigidamente, todavia, fora daas amarras ceveiras dos chefes de família, vê-se que a mulher não conseguiu libertar-se dos padrões que lhes foram impostos (Farias, 2001, p, 207).

Dentro desde contexto histórico, a mulher sempre foi submissa ao homem, nas antigas sociedades ela servia ao homem ao qual tinha a obrigação de servir a ele, como cozinhando, cuidando da casa e filhos, sem ter participação alguma em assuntos que naquela época somente os homem tinham o poder de decidir ou ate ,mesmo na própria sociedade que á tratava como um ser inferior ao homem, pois, somente os homens tinham o poder de decidir o que era bom ou mau para a sociedade, e em algumas vezes ate mesmo abusar da violência para punir suas esposas de forma que os mesmos quisessem e achavam correcto.

Mas como todos sabemos, a historia evoluiu e deu um grande salto em relação aos direitos das mulheres, e com forme o tempo surgiram Leis para proteger as mulheres e crianças contra práticas abusivas em relação a violência e tornando-as crime. Exemplo, a Lei n° 29/2009, de 29 de setembro. O presente trabalho tem como estrutura, a introdução, desenvolvimento e conclusão. E tem como objectivo compreender os Princípios da

Guerra clássica e as formas da realização na actualidade onde participam actores não estatais que intervêm nas Nações Internacionais.

2.Métodos de Pesquisa

Quanto a forma de abordagem do problema a pesquisa pode ser:Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números, opiniões e informações para classifica-los e analisá-los. Assim sendo, a pesquisa quantitativa é focada na mensuração de fenómenos, envolvendo a colecta e análise de dados numéricos e aplicação de testes estatísticos. (Collis; Hussey, 2005).

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo Objectivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Ambas foram aplicadas, sob uma perspetiva de que há muita informação que precise de ser comprovada através de estatísticas. De acordo com os procedimentos técnicos a pesquisa baseou-se somente na Pesquisa Bibliográfica: utilizou material já públicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e actualmente com as informações disponibilizadas na internet. Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico e algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas. Pois trata-se de caso de violência doméstica contra a mulher.

3. Revisão bibliográfica

3.1.Contextualização

O acto de Violência Doméstica, configura uma conduta que maioritariamente não é aceite na sociedade moçambicana, apesar de algumas mulheres, ainda hoje, acharem ser normal, principalmente nas zonas rurais, a Lei Moçambicana sobre a violência doméstica praticada contra a mulher, define a violência doméstica contra ela como sendo todos os actos perpetrados contra a mulher, ou que seja capaz de causar danos físico, sexuais, psicológicos, ou económicos e incluindo á ameaça de tais actos, ou imposição de restrições ou aprovação arbitraria de direitos, das liberdades fundamentais na vida privada ou Pública.

A questão da violência doméstica, não contempla somente aquilo que outrora era exercido de homem para mulher, mais hoje em dia passa por vários crismas. Perante este fenómeno de violência, que tanto preocupa a sociedade em geral e em particular, a

mulher moçambicana no sentido de abranger no todo sem qualquer forma de distinção, sendo assim foi criada a Lei que protege o Direito da criança, Lei nº 7/2007, de 9 de julho, cujo artigo nº 1 esclarece ter como objectivo a promoção de direito da criança e visa reforçar os seus direitos da mesma, estender, promover e proteger.

Segundo a Carta africana sobre os direitos e bem estar da criança e de mais legislações de protecção da mulher e da criança, são inegáveis as circunstancias adversas a que se tem sujeitado muitas crianças e mulheres vítimas de violência e maus tratos pela família ou perante a sociedade onde se inserem para fazer face ao panorama de violência, o acesso ao direito e a justiça constituem um direito humano consagrado em vários instrumentos jurídicos internacionais, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1949 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Carta Africana dos direitos Humanos e dos Povos adotada em 1981.

Delimitar é indicar a abrangência do estudo ou da pesquisa, estabelecendo os limites de tempo e espaço, bem como os conceituais do Tema (Gil, 2004). Quanto a Delimitação espacial é uma pesquisa Sociojurídica é preciso delimitar onde o estudo vai correr, porque o parâmetro espacial escolhido implicará no resultado dos dados obtidos e nas conclusões do mesmo. A presente pesquisa será realizada na província de Gaza, Cidade de Xai-Xai. A escolha do lugar pelo pesquisador deve-se pela sua localização geográfica e pelo elevado numero de casos de violência com uma maioria de população do sexo feminino, devido a maioria dos homens tem prestado trabalho migratório nas minas da Africa do Sul.

Quanto à delimitação temporal a pesquisa é o período em que o fenómeno estudado foi circunscrito, podendo definir a realização da pesquisa situando o objectivo no tempo presente ou recuar no tempo, procurando evidenciar e a série Histórica de um determinado facto. A delimitação comporta-se, para alem do local e as circunstâncias, a população a ser estudada. A pesquisa cinge-se num horizonte temporal de 3 anos compreendendo os do período de 2020-2023, segundo o pesquisador no período em estudo na qualidade de residente vivência a problemática de crimes de violência doméstica contra as mulheres e as crianças.

Quanto a delimitação legal, o pesquisador recorre a Lei n° 29/2009 de 20 de setembro que aprova a Lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher, a Lei n° 16/2013, de 12 de Agosto (Lei da Polícia da República de Moçambique), a Lei n°35/2014, de 31 de Dezembro e a Constituição da República de Moçambique de 2018.

3.2.Formulação do Problema

A violência contra mulheres e crianças é um problema mundial e constitui uma das principais barreiras contra a humanidade e contra o seu empenho de construção de um Mundo de harmonia, amor, de fraternidade e respeito pela igualdade de direitos entre homens, mulheres e crianças. Em Moçambique o fenómeno de violência contra a mulher e crianças está a atingir proporções alarmantes, chegando muitas vezes a limitar a participação activa das mulheres na produção, educação, na preservação da própria identidade e da coesão familiar, sendo a família o pilar maias importante que assegura a existência, manutenção e desenvolvimento do país.

Ora, na Cidade de Xai-Xai, tem se assistido a pratica de actos que consubstanciam a violência doméstica tais como é o caso de violência física, simples a graves dentre as várias formas de violência sofrida pelas mulheres, crianças, perpetrado pelos seus companheiros ou parentes, por vezes a violência motivada por crenças, ciúmes, consumo de bebidas alcoólicas e drogas, gerando enumeras consequências principalmente na saúde física que deixam-nas cicatrizes ou marcas no corpo, deformando e invalidez parcial ou total para o exercício de certas actividades básicas para o seu autossustento bem como dos seus dependentes, incluindo a violência psicológica que gera o abandono da escola dos filhos e das crianças do trabalho e ao cometimento de suicídios por desespero até mesmo perturbações mentais que culminam em nalgumas vezes com o abandono do convívio familiar.

Desta feita propicia os elevados índices de crianças órfãs e analfabetismo, obrigando a intervenção familiar e do Estado para o provimento de recursos escassos de modo a garantir a sobrevivência das mesmas. A violência doméstica contra a mulher e criança, mesmo tratando de fenómeno criminoso que perdura há já muitos anos, apenas recentemente conheceu tipificação especial na legislação moçambicana. Percebe-se a existência de maiores esforços no tratamento das situações inerentes, como é o caso da criação de gabinetes, a promoção e o apoio a Instituições que trabalham em coordenação com os serviços específicos de atendimento á família, assim como o surgimento de legislação sobre a matéria sobre a violência doméstica. Por ser assim no presente trabalho o problema de pesquisa é o seguinte: “Que medidas podem ser desenvolvidas pelas autoridades e as comunidades na prevenção e combate ao crime de violência doméstica na Cidade de Xai-Xai?”

A violência engloba qualquer acto já cometido bem como ameaças que causam inibição, coação, e acima de tudo agressão á integridade física e moral de qualquer ser

humano, sendo assim prejudicado. O estudo acerca deste tema partiu através das dúvidas surgidas com relação ao alto índice de violência contra a mulher que vem surgindo a cada dia e de grande relevância no cenário actual, já que é notório o crescente aumento desde fenómeno na população moçambicana, evidenciando-se um problema social e de saúde pública, que afecta a integridade física e psíquica da mulher e sociais, não de destina a um determinado factor como cor, raça etnia ou classe social além de constituir uma flagrante violência aos direitos humanos.

A violência dos direitos da mulher é um acto vivenciado em todas sociedade desde na antiguidade até aos dias de hoje, causada pela desigualdade de género e acompanhado de impacto geralmente negativo por isso a convicção de que esta pesquisa pode ser uma contribuição para conscientização da sociedade a ter um olhar mais cuidadoso sobretudo nos direitos da mulher e opara que as autoridades governamentais criem a melhorem as politicas públicas, visando prevenir e combater este fenómeno de modo a reduzir o seu impacto e proporcionar uma assistência mais adequada as vítimas, encorajou o pesquisador a fazer parte dos investigadores destra causa. Esta é uma questão delicada um problema social muito serio que viola os direitos humanos, engloba vários factores fiscos, de todos esses factores existem outros.

3.3.Âmbito Pessoal/Profissional

Considerando a importância relevância social deste Tema, acredita-se que seja necessário um olhar mais cuidadoso e atento das autoridades Governamentais, através da criação e desenvolvimento de politicas públicas visando combater este fenómeno, assim como proporcionar uma assistência mais adequada as vítimas desta violência, além de uma maior implicação dos pesquisadores no que tange ao estudo e discussão em torno desta problemática, almejando identificar o que ocorre com as mulheres vítimas de tal violência a conviver e proteger o agressor.

Numa outra vertente, é a de contribuir com a pesquisa sobre a violência doméstica e das implicações desta para o mundo jurídico, mediante a análise de aspectos referentes á actuação dos órgãos da administração da justiça no processamento das denuncias até a decisão final.

3.4.Âmbito Académico

A pesquisa é motivada por um interesse académico, de modo que, seja um estimulante para estudantes no desenvolvimento de novas pesquisas que venham a

contribuir nas discussões de Temas desta área de conhecimento, pois o Tema é de grande relevância no cenário actual, visto que os casos de violência contra as mulheres e crianças tendem a crescer e a possibilidade da presente pesquisa sirva de base para futuros estudos com a mesma problemática.

Alem disto, visa aprofundar os conhecimentos do proponente no ramo de direito penas e processual penal, pretendendo-se que a realização da pesquisa resulte no desenvolvimento profissional do autor, em quando operador do direito.

4.Conceptualização ou Revisão da Literatura

Delmanto (2007) define **crime** como toda acção ou omissão humana que lesa ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados. Esse critério leva em consideração a relevância do mal produzido. Assim, somente se legitima o crime quando a conduta proibida apresentar uma relevância jurídica-penas mediante a provocação de dano ou ameaça de dano. Para Cléber (2009), considera-se **crime** a infracção penal que a Lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, ou cumulativamente com a pena de multa; - A infracção penal a que a Lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Crime é uma infracção de maior potencial ofensivo, ou seja, é toda conduta que gera lesão penalmente relevante a um bem jurídico tutelado pelo Estado, que está previamente tipificado como ilícita e que determine expressamente, o conceito primário e secundário do tipo penal.

Muito se discute sobre qual pode ser o conceito ideal de crime. Diversos doutrinadores apresentam sua tese de modo a colaborar com o conhecimento e o crescimento do direito Penal. Importantes doutrinas trazem a luz os conceitos formais-material e uma espécie mista. Sendo a base ou objecto de qualquer estudo de direito penal, é preciso que se tenha claramente compreendida as doutrinas que se apresentam de modo que se possa transitar de forma adequada. Para o Código Penal (CP, aprovado pela Lei n° 24/2019, de 24 de dezembro), crime ou delito é facto declarado e punível pela Lei penal (artigo 1 do CP).

No final das contas, existem vários conceitos, como os que o pesquisador trouxe acima. Ora, percebe-se que apesar de varias divergências, os doutrinadores são unanimes em determinar a essência do crime: infracção de um dispositivo legal. O que se pode entender é que cada autor tem sempre um parecer que acresce algo aos demais conceitos, mais o fundo é o mesmo.

Desta feita, pode-se definir o crime como o facto que contraria o que está estipulad7o na Lei. Quanto visto e analisado o conceito da Lei, principalmente, percebe-se que invoca a tipicidade, significando isto que só é crime aquilo que está previsto como crime na Lei. Em outras palavras, nunca haverá crime sem a devida previsão legal. Importa salientar que os sociólogos têm um parecer meio diferente sobre o crime, não no conceito em si, mas na concepção do mesmo. São todos unanimes em defender que o crime constitui uma contradição a ordem social. No entanto, Émile Durkheim, por exemplo, assevera que o crime cumpre uma função na estrutura social, uma vez que provoca e estimula a reação social, estabiliza e mantem vivo o sentimento colectivo que sustenta a conformidade as normas. O delito pode ter um papel directo no desenvolvimento moral de uma sociedade.

4.1.Violência

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2002), a violência é tida no geral como o uso intencional da forca física ou do poder real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade que resulte numa lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou então que de a possibilidade para que isso aconteça. Tal acção constitui um problema individual, mas social e tem implicações directa na saúde, tais como, traumas físicos, distúrbios mentais, emocionais, espirituais e diminuição da qualidade de vida das pessoas.

Machado e Gonçalves (2003) clarificam que o termo deriva do latim violentia, ou seja, força ou vigor contra qualquer coisa ou ente. Dessa forma, violência é o uso da forca que resulta ferimentos, tortura ou morte, ou o uso de uso de palavras ou acções que machucam as pessoas ou ainda, abuso de poder. A violência é característica do animal humano, faz parte dele, porem do instinto. Porém, apos o longo processo de civilização do ser humano, consegue-se atenuar o nível de violência do homem, classificando-o como civilizado. A Comunidade Internacional de Direitos Humanos (CIDH 2010, citado por Machado e Goncalves, 2013), a violência é um comportamento que causa danos a outra pessoa, ser vivo ou objecto. Invade a autonomia, integridade física ou psicológica e mesmo a vida de outro.

A violência se manifesta de diversas maneiras, em guerras, torturas, conflitos étnicos, religiosos, preconceitos, assassinato, fome, etc. pode ser identificada como violência contra a mulher, criança e o idoso, violência sexual, violência urbana, etc. existe também a violência verbal que causa danos morais, que muitas das vezes são mais

difíceis de esquecer do que os danos físicos. Da Adeodato (2006, p.2), a violência se constitui ‘’todo e qualquer acto embaçado numa situação de género, na vida pública ou privada tenha um dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitraria da liberdade’’.

De todos os conceitos acima trazidos, o pesquisador identifica-se mais com a abordagem feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) por se mostrar mais ampla e completa. Importa notar que é um conceito que traz os dois principais elementos para se considerar uma violência; A força e o dano. Pela essência (conforme se denota do conceito extraído) o primeiro elemento a decretar uma violência é o uso excessivo da força, sendo por isso que se segue o dano. Isto é, a composição da violência compreende uma situação e um resultado sendo que sem isso não há espaço para se invocar uma violência.

4.2. Violência Doméstica

Na perspectiva de Machado e Goncalves (2003) considera-se violência doméstica qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infringir reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos de modo directo ou indirecto (ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado domestico privado (crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos), ou que, não abitando no mesmo agrado domestico privado que o agente da violência seja cônjuges ou companheiro marital ou ex-cônjuges ou ex-companheiro marital.

A violência doméstica é o tipo de violência que ocorre em um contexto família, ou seja, entre parentes. Poderá ser entre o Pai e Mãe, entre os pais e os filhos, etc. abusos sexuais a crianças e a maus tratos a idosos também constituem violência doméstica. Existem cinco tipos de violência doméstica: a física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Alves (2005, p.2) citando Machado e Goncalves (2003), refere

> Violência doméstica como ‘’qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos física, sexuais , mentais ou económicas de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado domestico privado (pessoas—crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos- a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado domestico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital.

Considera ainda, factores que contribuem para a violência, ‘’o isolamento (geográfico, físico, afectivo e social), a fragmentação (comunal que consiste em considerar apenas uma parte menor do problema e que tem haver com o rotulo que se confere a pessoa em concreto), o poder e o domínio ou a influencia moral’’ (Alves, 2005, p.3). A violência doméstica pode causar uma serie de problemas de saúde crónicos, tais como dor crónica, impotência sexual, depressão, ansiedade, desordem alimentares e problemas de sono.

A identificação precoce e a intervenção são importantes, contudo, esta pode ser difícil por razoes diversas. A vítima pode negar a agressão e inventar desculpas para explicar as lesões, podendo sentir-se culpada. É importante a colocação de questões que diagnostiquem o abuso sem a presença do agressor, que por vezes acompanha a vítima ao locar de cuidadas tentando intimida-la.

Para Quaresma (2014, p.34) a violência doméstica ‘’é efectivamente um fenómeno muito diferente das restantes formas de violência (...), pois envolve repetidos episódios de violência e constitui o crime cujo a probabilidade da revítimação é das mais elevadas (...)’’, reforça a sua posição, em qual o pesquisador concorda que a ‘’violência doméstica pode reflectit também situações de violência nomeadamente contra ascendentes, descendentes ou colacterais, que coabitem com o/a agressor/a e que apresentem factores de especial vulnerabilidade. As tipologias de violência podem ser diversas, nomeadamente física, psicológica, emocional e sexual’’.

Dos conceitos trazidos o pesquisara conclui em primeiro, que a violência é considerada doméstica quando é efectuada e concretizada em ambiente familiar, sendo que o contrario já não seria doméstica. Os demais elementos são os descritos na violência (computo geral), sendo que a doméstica é uma especificidade. Assim, o conceito não foge muito dos demais. É violência doméstica o uso excessivo da força contra a mulher, filhos ou outros parentes que causem danos morais, fisionómico sexual ou outros.

4.3. Violência contra a mulher

Segundo a Declaração das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher (1949), aprovada pela Conferencia de Viena (1993), a violência se constitui ‘’todo e qualquer acto embaraçado numa situação de género, na vida pública ou privada, tenha um dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitraria da liberdade’’ (Adeodato, 2006, p.2).

Na perspectiva de Fórum Mulher (2007), violência contra mulher é todo acto perpectrado contra a mulher que causa, ou que seja capaz de causar danos físicos, sexuais, psicológicos e outros, incluindo á ameaça de tais actos a imposição de restrições ou a privação arbitraria das liberdades fundamentais na vida privada e pública.

A violência doméstica contra a mulher recebe essa denominação por ocorrer dentro do lar e o agressor ser geralmente, alguém que já manteve ou que ainda mantém uma relação íntima com a vítima. Esta pode ser caracterizada de diversos modos, desde as marcas visíveis no corpo, ate as formas mais subtis, tais como, a violência psicológica, que traz danos significativos a estrutura emocional da mulher (Fórum Mulher, 2007). O pesquisador identifica-se com essa visão conceptual, mais lamenta o facto de os autores considerarem danos da violência doméstica e violência contra a mulher, apenas aqueles que afectam a esfera afectiva e a esfera física, ignorando a componente cognitiva.

5.Tipos de violência doméstica praticada contra a Mulher em Moçambique

Violência Conjugal

A violência conjugal e uma das formas de violência doméstica, segundo Peixote (2003, p.54): ‘‘a violência que ocorre no seio da família e habitualmente baseada na identificação feita pelos indivíduos sobre o seu estado perante o casamento naquele momento, ou pela relação entre membros de um grupo domestico’’. Segundo o autor supracitado, o conceito de violência conjugal diz respeito a violência que tem lugar em contexto de relacionamento conjugal entre dois parceiros, que coabitam, casados ou não.

Neste tipo de relacionamento verifica-se muitas vezes que a violência incide muito para as mulheres como vítimas, porém, em alguns casos menos reportados, são homens que se encontram na posição de vítimas deste tipo de tracto. Normalmente este tipo de violência baseia-se nas agressões físicas a mulher, e não só como também no caso de injurias que posteriormente consubstanciam num acto criminal enquadrado ou não, na legislação de violência doméstica contra a mulher.

No ensinamento de Costa (2005, p.25), destaca que ‘’existem varias definições de mulher agredida, desde que sofra repetidos e severos ataques físicos por parte daquele com quem vive, ate á que é alvo, deliberadamente, de severas e repetidas injurias por parte do companheiro’’.

Dos ensinamentos ou conceitos encima vertidos, é pacato afirmar que a violência conjugal é um padrão de comportamento que ocorre sobre a forma física, emocional, psicológica, sexual e económica e que é desenvolvida com vista a perpectuar a

intimidação, o poder e o controle do agressor sobre o cônjuge maltratado. Este tipo de violência ocorre quando um marido, companheiro de facto ou coabitante inflige deliberadamente, qualquer dano físico e /ou emocional sobre a sua esposa ou companheira.

No centro desta violência as vítimas sentem-se desprotegidas pelo seu parceiro devido o sentimento de culpabilidade e de encobrimento do agressor, não é fácil dar ajuda as vítimas, pois, tao pouco dão a conhecer o facto, mas ‘’as mulheres que procuram ajuda tendem a faze-lo (...) por tentativas e de modo ambivalente’’ (Dália, 2005, p.332). segundo Dália, essas mulheres ficam ate certo ponto com vergonha, culpabilização, sentimento, medo associado a ameaças e represálias relactivas ao contacto com agentes externos e mesmo preocupações relactivamente á natureza das respostas que podem vir a obter dos agentes aos quais se dirigem para solicitar ajuda.

5.1.Maus tratos físicos

Os procedimentos que determinam o envolvimento e a participação de pessoas e instituições alheias a famílias na tarefa de protecção a criança são complexos os maus tratos constituem um problema que requer uma abordagem multidisciplinar e em rede pois pode ter implicação legais, educativas, sociais e de saúde, entre outras. Todas as acuações dirigidas ás, crianças, mulheres, jovens e velhos, devem estar integradas num plano de actuação mais amplo e articulado que inclua profissionais tais como: a policia, assistentes sociais, psicólogos, profissionais de saúde e de educação, magistrados judiciais e do ministério Pulido.

A Lei n° 29/2009, de 29 de setembro prevê a tipo de crime de violência doméstica, físico existente (artigo 13° e artigo 14°), assim como também pode-se encontrar a tipificação do mesmo tipo de crime no Código Penas moçambicano, onde o legislador definiu o crime der violência e aplicação das penas.

A violência física contra a mulher inclui qualquer acto, omisso ou comportamentos ilegais que conduzem a morte ou a pratica directa de danos fiscos, sexuais ou mentais na vítima pelo agressor. Neste caso os maus tratos físicos consistem em qualquer acção não acidental por parte da pessoa com responsabilidade, poder ou confiança, que provoque ou possa provocar danos físicos na vítima.

As acções podem traduzir-se em ‘’agressão física, castigos corporais, sensíveis, queimaduras, envenenamentos, asfixia, afogamento, golpes efectuados com objectos, pontapés, empurrar, atirar aobjectos, esbofetear, morder, (...). a gravidade das lesões

pode variar de pessoa para pessoa, cada caso dever ser tratado em função das suas características, que ate podem levar a morte das vítimas''.

A lei moçambicana sobre violência doméstica define a violência física como qualquer conduta que ofende a integridade ou saúde corporal, nomeadamente, bofetadas, puxar, empurrar, esmurrar, beliscar, morder, arranhar, socos, pontapés, agredir com armas oi objectos (confira glossário da Lei n 29/2009, de 29 de setembro). O crime de violência física simples traduz-se na situação em que a mulher ou homem que atenta contra a integridade física de outrem usando instrumento ou qualquer outro objecto causando-se danos físicos, ou seja, aquele que voluntariamente atentar contra a integridade física da mulher utilizando ou não algum instrumento e que cause qualquer dano físico e punido com pena de prisão de um à seis meses e multa correspondente.

O Código Penas de moçambique dá-nos o panorama de violência física simples, embora seja um pouco semelhante à da Lei nº 29, mas o legislador faz o enquadramento e sua pena preceituando que aquele que voluntariamente causar qualquer dano físico ao cônjuge, ex cônjuge, pessoa com que vive como tal, parceiros ou ex parceiros, namorados ou ex namoradas e familiares é [unido com pena de prisão de 1 a 6 meses e multa correspondente.

5.2.Maus tratos psicológicos, emocionais e verbais

Para Macaringue (2013, p.56), violência Psicológica ''é toda acção ou omissão cujo propósito seja degradar ou controlar as acções, comportamentos, crenças, direitos ou decisões das mulheres, através de intimidação, manipulação, ameaça directa ou indirecta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta ou omissão que implique um dano a saúde psicológica, ao desenvolvimento integral ou a sua determinação''.

O Código Penal prevê o crime de violência psicológica onde estipula que ''aquele que ofender voluntariamente e psiquicamente, por meio de ameaças, palavras, injúrias, difamação ou de calunia, a pessoa com quem tem ou teve uma relação duradoura, laços de parentesco ou de consanguinidade, ou com que vive no mesmo tecto é condenado na pena de 6 meses á 1 ano de prisão e multa correspondente'' (Vide o artigo 234 do CP. Conjugado com o artigo 15 da Lei n 29/2009, de 29 de setembro).

Trata-se de uma incriminação que pretende proteger, não a integridade física da vítima, mais sim a sua integridade psíquica e mental. O abuso psicológico pode incluir o assedio no local do trabalho, chamadas telefónicas ou visitas, destruição de bens

valiosos, recusa de sexo ou de afecto, e ameaças de suicídio por parte do abusador e ameaças de retiradas dos filhos na mãe.

Conclusão

A violência doméstica contra as mulheres é um fenómeno que preocupa a sociedade em geral, em particular a camada mais desfavorecida, em termos económicos e de baixo nível de escolaridade e da informação sobre a matéria a população faz com que o fenómeno evolua de forma bombástica. Em termos jurídicos, vê-se um avanço nesta matéria em moçambique, viárias legislações que tem vindo a ser aprovadas e as medidas severas aplicadas pelos tribunais para o efeito, embora algumas dessas medidas não sejam suficientes e eficazes para os que fazem da violência uma actividade do cotidiano.

A análise dos mecanismos e iniciativas criadas como resposta a violência na base do género em moçambique, sugere um certo avanço, contudo, os problemas persistem sobre tudo no campo na implementação dos diversos planos e propostas de acção, em relação aos mecanismos de coordenação dos diferentes actores envolvidos, no tratamento dos diversos tipos de violência e em termos de assistência as vítimas, assim como no trabalho com o agressor. No entanto, em contrapartida, a estatística tem em defender que ainda estamos diante de um grande problema, que não afecta apenas a vítima, mas sim a sociedade em geral

Da pesquisa realizada, foi fácil aferir que a instituição tem feitos esforços para lutar contra estas práticas lesivas a sociedade, levando acabo vários programas e projecto que procurem imponderar a mulher vítima de violência. Ora, em relação ao que pode ser feito para combater este facto. Portanto o proponente e da opinião que a Lei n 29/2009, de 29 de setembro seja passada em revista, porque, apresenta lacunas. Assim dito desta forma as autoridades devem promover palestras relacionadas a estes factos.

A formação e as capacitações nesta matéria nesta matéria dos agentes da PRM que actuam em primeiro lugar, bem como os que trabalham nos gabinetes especializados de atendimento a vítimas de violência doméstica de modo a realizarem as suas actividades de forma eficaz e eficiente. O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), como órgãos vocacionado na investigação e diante deste mal que apoquentam a sociedade moçambicana em coordenação com PRM e em especial ao Gabinete de atendimento a Família e vítimas de Violência Doméstica no esclarecimento deste crime. O Ministério Público (M/P) como fiscalizador da Lei e em colaboração com o gabinete de

Promotor da Justiça tem uma missão importante em denunciar certos casos que substanciam crimes e fazer seguir os procedimentos aos trâmites legais.

Referências

Adeodato, V. G. (2006). *Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.* Revista de Saúde Pública.

Costa, M. (2005). *Violência Família,* Ambar, Porto.

Elias, Q. (2009). *A importância de ter uma lei que combate a violência doméstica,* 1ª Ed. Lisboa.

Fórum Mulher (2007). *A Violência doméstica é uma violação dos direitos humanos das mulheres.* Anteprojecto de Lei contra a violência doméstica. Maputo.

Gil. A. C (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

Macaringue, S. (2013). *Procedimentos e atendimento as vítimas de violência doméstica,* Editora WLSA Moçambique.

Machado, C, M., & Goncalves, A. I. (2002). Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitários. Psychologica. 33, p.69-83;

Moçambique. Assembleia da República (2009). *Lei N° 29/2009.* Aprova a Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a mulher, Maputo.

Moçambique. *Código de Processo Penal e Legislação Complementar de Moçambique*. Maputo: Assembleia da República, 2014.

Moçambique. *Código Penal de Moçambique*- Aprovado pela Lei n°.35/2014 de 31 de Dezembro.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique.* Maputo: Assembleia da República, 2004.

Moçambique. *Lei n°. 29/2009, de 29 de Setembro* que aprova a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra Mulher;

Moçambique. *Lei n°. 8/2008, de 15 de julho* que aprova a Lei da Organização Jurisdicional.

Moçambique. *Lei n°. 8/2008, de 15 de julho* que aprova a Lei sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher;

Quaresma, T. P. (2014). *Parecer crítico sobre a violência praticada contra mulher.* 3.ed. (In Eduardo Maia, 2002). São Paulo Editora.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 25/09/2024

Para citar este texto (ABNT): CANGOLONGONDO, João Sanveca. A problemática da violência doméstica**.** *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.365-380, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Cangolongondo, João Sanveca. (out. 2024). A problemática da violência doméstica. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (nº Especial II): 365-380.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.381-400 | 2024.

Factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022

Jorge Samuel Nhangave *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0007-4509-1603

RESUMO
A violência contra a mulher é uma preocupação mundial e constitui uma das principais barreiras ao esforço da humanidade para sua eliminação, é nesta perspectiva que a presente pesquisa intitulada os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, pretende compreender os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, tendo como objetivos específicos descobrir as causas de violência doméstica em Moçambique, caracterizar a violência doméstica e identificar os fatores determinantes para o concorrência de violência doméstica, através de método qualitativo, bibliográfico e documental com recurso a uma entrevista semiestruturada para a recolha de dados tendo em conta que vários estudos revelam que os casos da violência doméstica estão cada vez mais crescentes em Moçambique. A preferência pelo tema prende-se motivações de ordem académica e social, a partir dos debates havidos durante as aulas na cadeira de violência doméstica e acesso a justiça que despertam a curiosidade em aprofundar mais sobre os fatores que determinam a prática de violência doméstica na cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022, por ter sido marcado pelo confinamento social devido a covid-19. Na ordem sócio-científica, o tema é de extrema relevância no cenário atual moçambicano e não só, para o mundo em geral tendo em conta que a violência doméstica causa instabilidade social nas famílias, hoje em dia, os homens também sofrem a violência doméstica por parte das suas parecerias e a presente pesquisa, visa suscitar uma reflexão sobre a necessidade de atualização da lei 29/2009 de 29 de Setembro, para ser consentânea com a situação vigente, durante a pesquisa conclui-se que os fatores penais, emocionais, culturais e económicos, estão na ordem da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, e os entrevistados foram unânime em clamar pela revisão pontual da lei de modo a acompanhar ao contexto atual.

PALAVRAS-CHAVES
Violência, Factores, Doméstica

INKOMISO (hi xitsonga)
Madzolonga eka vavasati i mhaka leyi karhataka emisaveni hinkwayo naswona ya vumba xin'wana xa swihinga leswikulu eka matshalatshala ya vumunhu yo ma herisa, hi le ka langutelo leri ndzavisiso wa sweswi lowu nga na nhlokomhaka leyi nge swivangelo swa madzolonga ya le mindyangwini edorobeni ra Xai-Xai, wu kunguhataka ku ku twisisa swivangelo swa madzolonga ya le mindyangwini edorobeni ra Xai-Xai, hi swikongomelo swo karhi swo kuma swivangelo swa madzolonga ya le mindyangwini eMozambique, ku hlawula madzolonga ya le mindyangwini na ku kuma swivangelo leswi bohaka ku humelela ka madzolonga ya le mindyangwini, hi ku tirhisa qualitative, bibliographical na documental ndlela leyi nga na xitirhisiwa eka mbhurisano lowu nga hlelekangiki ngopfu wa nhlengeleto wa datha, hi ku tekela enhlokweni leswaku tidyondzo to hlaya ti paluxa leswaku timhangu ta madzolonga ya le mindyangwini ti andza eMozambhiki. Ku tsakeriwa ka nhlokomhaka ku fambelanisiwa na minsusumeto ya swa tidyondzo na ya ntshamiseko, leswi simekiweke eka minjhekanjhekisano leyi nga humelela hi nkarhi wa titlilasi eka mhaka ya madzolonga ya le mindyangwini na ku fikelela vululami leswi pfuxaka ku navela ku tiva ku nghena swinene eka swilo leswi lawulaka mukhuva wa madzolonga ya le mindyangwini eka doroba ra Xai-Xai, eka nkarhi wa 2020-2022, tani hi leswi a ri funghiwe hi ku pfaleriwa eka vaaki hikwalaho ka covid-19. Eka maendlelo ya ntshamisano na sayense, nhlokomhaka leyi yi na nkoka swinene eka

* Mestrando em DHJP, na Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Xai-Xai, Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique, Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Investigador Independente. E-mail: jorgenhangave2@gmail.com

xiyimo xa sweswi xa Mozambique na le handle, eka misava hi ku angarhela, hi ku tekela enhlokweni leswaku madzolonga ya le mindyangwini ya vanga ku nga tshamiseki ka ntshamiseko emindyangwini, masiku lawa, vavanuna na vona va xaniseka hi madzolonga ya le mindyangwini eka xiphemu xa vona vutirhisani na ndzavisiso wa sweswi, wu kongomisa ku hlohlotela ku anakanyisisa hi xilaveko xo pfuxeta nawu wa 29/2009 wa September 29, ku fambisana na xiyimo xa sweswi, hi nkarhi wa ndzavisiso ku gimetiwa leswaku swilo swa xigwevo, swa mintlhaveko, swa ndhavuko na ikhonomi, . ti le ka xiyimo xa madzolonga ya le mindyangwini edorobeni ra Xai-Xai, naswona lava vulavurisaneke na vona va pfumelelanile hi ku kombela leswaku nawu wu pfuxetiwa hi nkarhi leswaku va ta fambisana ni xiyimo xa sweswi.

MARITO YA NKOKA
Madzolonga, Swivangelo, Swa le kaya

Factors of domestic violence in the city of Xai-Xai, in the period 2020-2022

ABSTRACT
Violence against women is a global concern and constitutes one of the main barriers to humanity's efforts to eliminate it. It is from this perspective that this research, entitled "Factors of domestic violence in the city of Xai-Xai", aims to understand the factors of domestic violence in the city of Xai-Xai, with the specific objectives of discovering the causes of domestic violence in Mozambique, characterizing domestic violence and identifying the determining factors for the occurrence of domestic violence, through a qualitative, bibliographic and documentary method using a semi-structured interview for data collection, taking into account that several studies reveal that cases of domestic violence are increasingly increasing in Mozambique. The preference for the topic is linked to academic and social motivations, based on the debates held during classes in the subject of domestic violence and access to justice, which aroused curiosity in delving deeper into the factors that determine the practice of domestic violence in the city of Xai-Xai, in the period 2020-2022, as it was marked by social confinement due to covid-19. In the socio-scientific order, the topic is of extreme relevance in the current Mozambican scenario and not only for the world in general, considering that domestic violence causes social instability in families, nowadays, men also suffer domestic violence from their partners and the present research aims to encourage a reflection on the need to update law 29/2009 of September 29, to be consistent with the current situation, during the research it was concluded that the penal, emotional, cultural and economic factors are in the order of domestic violence in the city of Xai-Xai, and the interviewees were unanimous in calling for a timely review of the law in order to keep up with the current context.

KEYWORDS
Violence, Factors, Domestic

Introdução

A violência contra mulher é um problema mundial e constitui uma das principais barreiras ao esforço da humanidade, na construção de um mundo de harmonia, amor, fraternidade e respeito pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, num contexto de famílias estáveis, que sejam de facto, bases sólidas que promovam e sustentam o desenvolvimento dos países. Como resultado de uma consciencialização crescente sobre a gravidade do fenómeno da violência contra a mulher, registam-se já a nível universal, um amplo movimento e diversas medidas e ações com vista a prevenir e combater este fenómeno, levando as sociedades para uma convivência de paz, progresso e justiça social.

Tal como acontece na maioria dos países, em Moçambique, o fenómeno de violência contra a mulher atingiu proporções significativas, limitando de forma drástica as suas enormes potencialidades, na produção, na educação e preservação da identidade e coesão da família, como o mais importante pilar que assegura a existência humana, manutenção e desenvolvimento do país. Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos até ao presente momento no País, na prevenção e combate do fenómeno, anualmente milhares de mulheres tem sido vítima das diversas formas de violência, sobretudo aquela que é perpetrada pelos homens.

É assim que apresente pesquisa objetiva, compreender os fatores da violência doméstica na cidade Xai-Xai, tendo como objetivos específicos descobrir as causas de violência doméstica em Moçambique, caracterizar a violência doméstica e identificar os fatores determinantes para o concorrência de violência doméstica na cidade de Xai-Xai, num contexto em que desde 2009,o pais possui uma Lei 29/2009 de Setembro, que pune crimes de violência praticada contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e que não resulte a sua morte, com objetivo de prevenir, sancionar os infratores e prestar as mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção, garantia e introduzir medidas que forneçam aos órgãos de justiça os instrumentos necessários a eliminação da violência, contudo, os casos de violência doméstica se mostram cada vez mais crescente conforme RFI (2019) apud Etelvina Meque, mostrando que, em 2018 Moçambique aumentou em 71% os casos de violência doméstica e durante esse período cerca de 33 mil vítimas foram registadas.

A presente pesquisa, baseou-se em duas motivações, de ordem académica e social, a partir dos debates havidos durante as aulas na cadeira de violência doméstica e acesso à justiça que despertam a curiosidade de aprofundar mais sobre os fatores que determinam a pratica de violência doméstica na cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022, por ter sido marcado pelo confinamento social devido a covid-19. Na ordem científica, o tema é de extrema relevância no cenário atual moçambicano e não só, para o mundo em geral tendo em conta que a violência doméstica causa instabilidade social nas famílias, hoje em dia, os homens também sofrem a violência doméstica por parte das suas parecerias e a presente pesquisa, visa suscitar uma reflexão sobre a necessidade de atualização da lei 29/2009 de 29 de Setembro, para ser consentânea com a situação vigente, da violência doméstica na sociedade, conforme sustenta Etelvina no seu artigo publicado na Revista Njinga & Sepé em 2021, sobre a lei contra a violência doméstica em Moçambique: seu alcance, limitação e desafios, Teresa Justino Cumbane Come (2019),

Nara Marques (2018), que serviram de base para e sustentar a presente pesquisa, na perspectiva de aprofundar outras dimensões desta mesma realidade da violência doméstica na cidade de Xai-Xai.

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa tendo implicado uma série de leituras sobre o assunto pesquisado de natureza descritiva, com recurso a técnica bibliográfica e documental, sustentada por uma entrevista de entidades estatais que lidam com a matéria de violência doméstica, para a análise dos resultados da pesquisa, aplicou-se análise de conteúdo apoiada com a teoria feminista que responde ao problema apresentado sob ponto de vista conclusivo do autor. A presente pesquisa apresenta a seguinte estrutura: o primeiro capítulo é constituído por revisão de literatura que abarca a teoria de base que orienta a pesquisa e alguns conceitos elucidativos sobre o tema, o segundo capítulo ocupa-se pela cauterização da violência doméstica, os tipos de violência doméstica, as causas e as consequências de violência doméstica e o último capítulo, reserva-se apresentação dos resultados sobre os fatores determinantes à violência doméstica na cidade Xai-Xai.

Em Moçambique, os casos de violência doméstica se mostram cada vez mais crescente conforme RFI (2019) apud Etelvina Meque, mostrando que, em 2018 Moçambique aumentou em 71% os casos de violência doméstica e durante esse período, cerca de 33 mil vítimas foram registadas. Com efeito, apesar dos esforços desenvolvidos até ao presente momento no País, na prevenção e combate do fenómeno, anualmente milhares de mulheres tem sido vítima das diversas formas de violência, Segundo MISAU, (2017), os crimes de violência física mais frequentes neste país são as agressões corporais voluntárias, tais como, esbofetear, dar pontapés, morder ou esmurrar, assim como agressões qualificadas, a exemplo de espancamentos com sangramento e ameaças à integridade física.

Estado moçambicano, através da Assembleia da República, aprovou a Lei 29/2009 de Setembro, tendo como objetivo eliminar a violências doméstica praticada contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e que não resulte a sua morte, com objetivo de prevenir, sancionar os infratores e prestar as mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção, garantia e introduzir medidas que forneçam aos órgãos de Estado os instrumentos necessários a eliminação da violência, contudo, os casos de violência doméstica estão cada vez mais crescente a cada dia conforme os estudos anteriormente referenciados, diante deste cenário, surge a seguinte questão de partida, que fatores determinantes da violência doméstica na Cidade Xai-Xai?

A pesquisa apresente as seguintes hipóteses: (a) O desajustamento da lei 29/2009 de 29 de setembro, cria descriminação aos homens, num contexto em que estes, são violentados pelas suas parceiras na cidade de Xai-Xai e a lei se limita apenas fazendo uma ressalva para os homes; (b) Os aspectos culturais não constituem fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, pois que, geralmente nas cidades as pessoas estão melhor informadas.

2 Metodologia

O presente capítulo de metodologia tem por objeto o estudo dos métodos que foram adoptados na presente pesquisa. Com efeito, o método é o caminho e os passos que se pretende atingir um determinado objetivo, enquanto a técnica é a parte material (os instrumentos) que fornecem operacionalidade ao método, Tartuce (2006). Os métodos adoptados no presente estudo, refletem uma forma de pensar que tem como objetivo compreender os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022.

2.1 Caracterização do tipo de pesquisa.

Quanto a abordagem do problema, a presente pesquisa é qualitativa. Tendo implicado uma série de leituras sobre o assunto pesquisado, Richardson (1999). Ou seja, foi preciso descrever ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto, conforme explica o teorizador que, o método qualitativo aprofunda a compreensão das relações humanas nas frequências e condições de determinadas situações sociais.

Para se ter maior clareza quanto ao fenómeno estudado, optou-se como método de pesquisa, o estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p.54) ``o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. O estudo de caso permite explorar situações da vida real cujo limite não está claramente definido, permite também observar o carácter unitário do objeto estudado e descrever situações do contexto em que está sendo feita determinada investigação ou pesquisa, formular hipóteses ou desenvolver teorias''. Com efeito, apresente pesquisa, foca-se a Cidade de Xai-Xai, visando objetivamente compreender os fatores que marcadamente influenciam ao recurso da violência doméstica neste meio urbano.

2.2.Quanto aos procedimentos técnicos de Pesquisa

A elaboração deste trabalho contou também com a pesquisa bibliográfica, conforme mostra Marconi e Lakatos (2002, p.71).

> A pesquisa bibliográfica, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Esta fase foi crucial pois, sua finalidade foi de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre a violência doméstica, inclusive conferências seguidas de debates que ocorreram durante as aulas na cadeira de Violência Doméstica e Acesso à Justiça, vídeos gravadas no YouTube, internet; teses, dissertações, relatórios, sem descurar a consulta de fontes primárias como projeto de leis de violência doméstica, tratados internacional, políticas e, outros documentos.

2.1.2 Recolha de dados

É preponderante notar, conforme aborda Richardson, (1999), que não é o tamanho de amostra que garante bons resultados, mas sim, sua qualidade (capacidade de representar a população). Concordando com a posição do teorizador acima citado, para a presente pesquisa contou-se com um total de quatro (04) grupos de informantes, selecionados intencionalmente, para participar da pesquisa com os seus depoimentos numa entrevista semiestruturada.

Tabela 1: Entrevistados

Nr: de Entrevistados	Grupos de Respondentes	Descrição	Proveniência
01	Órgãos de Justiça	Juíza do tribunal judicial Cidade de Xai-Xai	Concurso Público
01	Órgãos do Ministério Público	Escrivão de Direito da Procuradoria Provincial de Gaza	Concurso Público
01	Direcção Provincial da Mulher, Criança e Acção social de Gaza	Chefe do Departamento do Género na Direcção provincial da Género, Mulher, Criança e Acção Social de Gaza	Concurso Público
01	Departamento de Atendimento da Família e Criança vítimas da Violência Doméstica da Cidade de Xai-Xai	Chefe do Departamento	Concurso Público

Fonte: Elaboração própria

3.Revisão da Literatura

O presente capítulo reserva-se a revisão de literatura que sustenta a presente pesquisa, por isso, torna-se pertinente clarificar, em primeiro lugar alguns conceitos associados ao tema em estudo, tais como: violência doméstica, género, violência baseada no género, para uma percepção profunda do problema, assim como a identificação de um quadro referencial teórico.

3.1 Conceitos Básicos

Segundo OMS (2002, p.5), “a violência é tida no geral como o uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação’’. “Violência doméstica é praticada dentro de casa, usualmente entre parentes. Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, maus-tratos contra idosos, e a violência sexual contra o parceiro.”

Neste trabalho define-se violência doméstica contra a mulher como qualquer incidente de ameaça, violência ou abuso (psicológico, físico, sexual, financeiro ou emocional) perpetrada pelo parceiro ou ex-parceiro e demais familiares contra a mulher, no espaço doméstico. Esta violência é também definida como violência de género, pois entende-se que o género (e não necessariamente o sexo) do agressor e o da vítima estão intimamente ligados a explicação do ato violento. A violência de género é mais geral e engloba as demais formas de violência contra a mulher, onde cada uma apresenta uma nuance específica.

3.2.Cultura

Diz respeito a uma estrutura suprabiológica que faz com que o ser humano medie sua relação com o mundo físico, social e simbólico. Na antropologia, o conceito de cultura se refere ao conjunto de crenças, valores, práticas, conhecimentos e outros elementos simbólicos e materiais produzidos, transmitidos e transformados pelos seres humanos em suas sociedades. Isso inclui as instituições sociais, a arte, a literatura, a religião, o idioma, os costumes e a tecnologia. A cultura é o que distingue uma sociedade de outra e é o

resultado da interação dos indivíduos com o meio ambiente e com os outros membros da sociedade.

Violência baseada no Género

São dois conceitos que estão no âmago do nosso trabalho: o de violência doméstica e o de género. O conceito de género fundamenta-se essencialmente nos papéis atribuídos socialmente, valores, normas e modelos atribuídos socialmente ao longo do tempo, que demarcam as ações tidas como corretas quer pelos homens, como pelas mulheres numa dada sociedade, distinguindo-se na diferença entre sexos que simplesmente se baseiam nas características biológicas, isto é, "diferentemente do sexo, o género consiste na dimensão social da personalidade a relevância do conceito prende-se assim, originalmente, com a remissão deste quadro de violência praticada no âmbito de uma estrutura patriarcal, sendo que de outra forma não eram reconduzíveis. A masculinidade nesta sequência associa-se a certas características como a agressividade, a competição, a racionalidade, o domínio e força, por seu turno, a feminilidade é associada à gentileza, tolerância passividade e emoção, (SOUSA, 2016, p. 265.)

3.2 Teoria Sociocultural

Olhando para o problema, os objetivos a alcançar e as perguntas de pesquisa a responder, o pesquisador achou oportuno um quadro teórico integrado com três perspectivas teóricas: **Sociocultural, Feminista e Psicodinâmica.** Ao analisar-se a violência doméstica, deve-se debruçar sobre a dimensão: Sociocultural, Relativamente a Teoria Sociocultural enfatiza o papel da interação social no desenvolvimento do homem. Esta teoria concentra-se na relação causal entre a interação social do indivíduo e o seu desenvolvimento cognitivo.

O conhecimento é construído nas interações dos sujeitos com o meio e com outros indivíduos, e são estas interações as principais promotoras da aprendizagem. De acordo Vygotsky (1978) o ser humano é um ser social, que constrói sua individualidade a partir das interações que estabelece com outros indivíduos, mediadas pelos padrões da cultura vigente. Tal como a Teoria Feminista defende que a violência contra as mulheres apoia-se essencialmente nas diferenças biológicas, associando traços como a emotividade, a intuição e a submissão ao género feminino, e a racionalidade lógica e dominação ao género masculino, Marque, (2018 apud Albuquerque, 2008). Para esta teoria, a violência reside na família sustentando o conceito do "Patriarcado".

É importante notar que a teoria sociocultural e Feminista, convergem nos aspectos sócias culturais sendo fatores determinantes do comportamento do indivíduo para ser ou não violento, assevera que o ser humano é um ser social, que constrói sua individualidade a partir das interações que estabelece com outros indivíduos, mediadas pelos padrões da cultura vigente, na mesma diapasão, a teoria feminista defende que, a violência contra as mulheres apoia-se essencialmente nas diferenças biológicas, associando traços como a emotividade, a intuição e a submissão ao género feminino, e a racionalidade lógica de dominação ao género masculino.

A família era considerada uma sociedade patriarcal, na qual a lei concedia ao homem, o direito de propriedade privada, sendo a mulher e os filhos considerados como uma extensão desse direito. Ao passo que a teoria psicodinâmica, diverge-se das teorias sociocultural e feminista ao afirmar que, os aspectos intra-individuais como responsáveis do comportamento dos indivíduos agressivos (ALBUQUERQUE, (2008).

Nesta linha de raciocínio das três teorias, e concordando com a teoria Sociocultural e feminista, que as relações sociais são caracterizadas pela posição subordinada das mulheres, estas práticas continuam a persistir estereótipos, comportamentos e atitudes que revelam as relações assimétricas entre género feminino e masculino desde a divisão de tarefas por sexo em caso de incumprimento de uma das partes, resulta, em casos extremos no uso da força física e nas mais variadas formas de violência que as vezes obriga as mulheres abandonar o lar, a viver traumatizadas, inseguras e vulneráveis, a cuidar dos filhos sozinhas, também não é menos verdade que nesta senda de subordinação, os homens também em obediência a cultura, por exemplo no Norte e no Centro de Moçambique, que predominam sistemas de descendência matrilinear, os bens normalmente passam de geração para geração, através dos familiares da mãe, permanecendo assim na linha sanguínea desta.

De facto, o poder de decisão está investido no irmão da mãe (tio materno) que tem o direito de distribuir os bens e recursos dentro do sistema familiar. Esta visão cultural reflete-se ainda hoje em muitas famílias onde se nota que as posições relativas aos homens e as mulheres são muito influenciadas pelos mecanismos culturais que definem a distribuição dos bens económicos e recursos produtivos, o papel do homem e da mulher na sociedade.

4.Causas da Violência Doméstica

Não existe uma explicação acabada sobre as causas da violência, no entanto, o ciúme e a suspeita de infidelidade conjugal, em parte, constituem grandes fatores de risco para a ocorrência de comportamento de violência física contra a mulher nos diferentes meios de convivência. Segundo Nações Unidas, (2003, p.17), as origens da violência situam-se na estrutura social e no complexo conjunto de valores, tradições, costumes hábitos e crenças que estão intimamente ligados à desigualdade sexual, onde a vítima da violência é quase sempre a mulher e o agressor, quase sempre o homem, servindo-se das estruturas da sociedade de confirmação desta desigualdade.

Acredita-se que a violência contra a mulher seja resultado da crença historicamente fomentada em muitas culturas, de que o homem é superior e deve ser detentor de mais direitos que a mulher, nos diferentes meios de convivência social. Por outro lado, é censo comum que a violência contra a mulher resulta de um desequilíbrio de poder entre mulheres e homens, com base nas relações sociais desiguais, sustentadas por um sistema hierárquico a que se pode chamar de patriarcado. Portanto, ainda não existe uma explicação única para as causas da violência contra a mulher.

Contudo, algumas das causas que têm sido frequentemente apontadas na cidade de Xai-Xai, justificando a ocorrência de vários tipos de violência contra a mulher são: Aspectos culturais hábitos e crenças intimamente ligado a desigualdade sexual, crenças de que a mulher é inferior ao homem, obscurantismo e maneiras de vestir “indecentes”), Ciúmes como causa da violência contra a mulher, manifesta-se através do comportamento controlador do parceiro íntimo, suspeitas de infidelidade e tendências obsessiva de controlar a mulher pelo parceiro íntimo.

Antecedente de violência na família manifesta-se quando os perpetradores cresceram em ambientes familiares em que a violência era praticada; dependência económica da mulher vista na perspectiva de falta de recursos para a satisfação das necessidades básicas que degenera em conflitos, Seropositividade: quando um dos cônjuges toma conhecimento da infecção do seu parceiro ou obrigar a parceira a manter relações sexuais sem o uso do preservativo. Desigualdades nas relações de poder entre mulheres e homens, sendo estes últimos detentores de um maior poder, através de estruturas e sistemas sociais, culturais, económicas e políticas que historicamente lhes têm favorecido. (PNAPCV, 2012).

4.1.Tipos de violência doméstica

A violência doméstica pode assumir diversas formas: Violência física, uso da força que provoca danos físicos ou atente contra a sua integridade física, tais como: empurrões e bofetadas, violência verbal, (palavras ofensivas), recriminação e críticas com o objetivo de destruir a autoestima, violência psicológica, omissões ou exposição a situações que alterem ou possam alterar o estado afetivo necessário para o desenvolvimento psicológico normal, tais como: insultos, ameaças, humilhações e isolamento.

a)Violência sexual, toda a atividade dirigida a realização de atos sexuais contra a vontade da mulher, esta vai desde qualquer tipo de contato sexual não desejado até a intenção de violar ou a própria violação.

b)Violência económica, controlo e limitação de recursos económicos e ações que impedem o acesso aos bens e serviços, violência social atos e comportamentos que limitam as relações sociais e familiares, que isolam a mulher e não lhe permitem a utilização das redes de apoio. As diversas formas de violência não ocorrem isoladamente; o exercício da violência pode combinar duas ou mais formas de violência por exemplo, a violência sexual comporta agressão física e a humilhação, por outro lado qualquer que seja a forma que a violência assuma envolve sempre um grau de violência psicológica ou emocional.

4.1.2 **O ciclo da violência doméstica**

Os atos violentos são desencadeados por uma atitude, um comportamento ou palavra que o agressor interpreta como uma ameaça a sua autoridade, ferindo a sua autoestima. A agressão é por um lado uma autoafirmação da identidade e por outro lado, um instrumento de manutenção do poder do homem e de reprodução da submissão da mulher. O ciclo da violência doméstica contra a mulher é caracterizado por três fases (TAELA et al., 2006).

A Primeira Fase (acumulação da tensão) – As agressões apresentam-se na forma de incidentes menores de maus tratos e pouco frequentes. A vítima é complacente e tenta encontrar desculpas para a agressividade do seu parceiro pois é tomada de surpresa e não espera que tal volte a suceder, o homem entende esta atitude como uma aceitação ou reconhecimento da sua autoridade e sente-se encorajado.

A Segunda Fase explosão de violência as agressões e as lesões tornam-se mais graves, o agressor deixa-se dominar pela raiva e os incidentes começam a ser cada vez mais frequentes. A mulher perde o controlo sobre a situação, é totalmente controlada pelo

agressor e já não consegue explicar os atos violentos do seu agressor; esta fase pode durar três dias (Ibdem, p.13).

Terceira Fase (arrependimento), a violência e a tensão desaparecem temporariamente; o agressor mostra-se amável e simpático podendo chegar a pedir perdão pela sua agressividade e chegando a prometer não repetí-lo. A vítima aliviada e satisfeita crê no parceiro e sente que é sua responsabilidade manter a paz no relacionamento assim como a continuidade da relação familiar; geralmente esta não abandona o agressor. (Osório et al., 2001).

Identificam como principais componentes do ciclo de violência os seguintes: o começo; o abuso; o medo das consequências; a racionalização; o contínuo abuso emocional e o contínuo abuso físico. Uma das principais características da violência doméstica é a sua rotinização; com o tempo os atos violentos tornam-se repetitivos e a sua gravidade aumenta podendo ser estender-se a outros membros da família e ser transmitidos de geração em geração.

A medida que o tempo vai passando o abuso contra a mulher passa a incorporar todos os tipos de violência. O ciclo repete-se constantemente e a fase de arrependimento dura pouco; a violência transforma-se num ciclo vicioso. Segundo Favieres, durante a fase de arrependimento o homem cede poder a mulher, mas apenas momentaneamente pois cada vez que esta tenta exercer esse poder recém-adquirido as tensões voltam a acumular-se e ocorre uma nova explosão de violência.

4.3 Consequências da Violência Contra a Mulher

A violência contra a mulher tem resultados muito negativos em todos os níveis e domínios da vida do País. Directa ou indiretamente o impacto da violência contra a mulher tem também implicações económicas no seio da família e na economia nacional. Para efeitos deste Plano enumeram-se a seguir algumas das consequências da violência contra a mulher: danos físicos, psicológicos PNAPCV (2012);

Contaminação por doenças de transmissão sexual (alta incidência de ITS's e infecção de HIV/SIDA nas comunidades), Influência negativa no rendimento na escola ou no local de trabalho e no desenvolvimento da criança, Redução de auto estima, estigmatização, conflitos e desintegração familiar; uso abusivo de álcool e droga; Desordem social como a marginalidade, criminalidade e crianças da rua; constante estado de *stress* e medo agressão ou assassínio dos intervenientes (familiares, crianças,

vizinhos), e distúrbios comportamentais nas crianças, como consequência de violência dos pais.

5 Resultados da Pesquisa: Descrição de área de estudo

A cidade de Xai-Xai é a capital da província de Gaza em Moçambique. A povoação foi fundada em 1897 com o nome de Chai-Chai, sendo elevada a vila em 1911. Em 1922 passou a designar-se como Vila Nova de Gaza para logo em 1928 mudar o nome para Vila de João Belo, em homenagem a um antigo administrador. A vila foi elevada a cidade em 1961, para depois da independência nacional voltar ao nome original, desta vez com a grafia Xai-Xai. De acordo com o censo da população de 2017, tem uma população de 141 963.

De acordo com o Departamento de Atendimento a Família e Menores Vitimas de Violência da cidade Xai-Xai, a Província de Gaza registou de 2020-2022 3007 sendo1093 casos de violência doméstica param cidade de Xai-Xai, tendo superado por dois casos comparativamente ao ano anterior.

5.1 Análise e discussão de Dados:

O processo de análise obedeceu a duas etapas, buscando identificar os factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, tomando em conta ao crescimento preocupante da violência doméstica no país.

A primeira etapa centrou-se na análise da bibliografia e documentos relacionados com o tema ora em análise. Na segunda etapa, foram consideradas as entrevistas realizadas, cujos respondentes encontram-se referidas na tabela 1, tendo sido reduzidas em papel, através da transcrição das gravações feitas e seguidas de análise. Os resultados alcançados nesta pesquisa foram organizados a partir das seguintes categorias de análise: I) análise sobre fatores de aplicação da lei 29/2009 aos agressores; II) fatores culturais na prática da violência doméstica e fatores económicos.

5.1.2 Fatores da violência doméstica que resultam da lei 29/2009 de 29 de Setembro

A lei 29/2009, tem como objeto a violência praticada contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e que não resulte a sua morte e tem como objetivo prevenir, sancionar os infratores e prestar às mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção. Da entrevista realizada durante a pesquisa, os E1 e E2, referiram-se nos seguintes termos, sobre os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai

resultantes da Lei 29/2009, tem a ver com a dificuldade de aplicar as penas aos agressores, sabido que as vítimas a maior parte são mulheres que sem emprego formal, e dependentes do agressor para a sua sobrevivência, bem assim, casos há em que a vítima deseja de se afastar do agressor e sucede que o Estado não possui condições de acolhimento a vítima, ficando exposta a violência doméstica. E1 vincou o seguinte:

> A própria lei já se mostra desajustada a realidade actual porque não vai no mesmo sentido com a evolução do crime, precisa-se de adequa-la a situação actual tendo em conta que o tribunal da cidade de Xai-Xai, também recebe queixas de homens que são violentados com as suas parceiras, portanto, a lei continuas a focalizar na mulher embora com uma ressalva para os homens mas já esta na hora de actualizar e globalizar para que a lei atenda e proteja tanto mulheres como homens.

Não obstante, as ideologias feministas terem estudado a violência doméstica baseado num quadro patriarcal em que à dominação social dos homens corresponde uma subordinação e controlo das mulheres, ou seja, que a violência nas relações da intimidade é assimétrica e permanece um fenómeno de género, pelo contrário, a perspectiva defendida pelos sociólogos da família quebra essa opinião e afirma que a violência pode ser praticada tanto por homens como por mulheres, (CASIMIRO,2008,P581), isto é, que a violência entre parceiros íntimos não é um problema que afeta exclusivamente o sexo feminino, defendendo uma teoria de simetria de género.

A violência, seja de que tipo for, seja cometida por homens ou por mulheres, é claramente inaceitável. Atualmente inúmeros estudos realizados têm estado a dar conta de que os homens e as mulheres são igualmente violentos e sofrem as mesmas consequências nas suas relações e faz-se necessário a atualização da lei.

E3 e E4, questionados sobre os fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai: respondeu que : a lei da violência doméstica aponta em sua grande para a proteção da mulher num contexto em que ambos sofrem a violência, seria salutar que a bem do principio da universalidade e da igualdade de género, objeto da lei fosse revisto na medida em que, a violência doméstica é um fenómeno social praticada por homens e mulheres e nesta raciocínio, não faz sentido que a lei venha rotular que os homens sejam os únicos seres violentos na sociedade, pois, esta forma de tratamento, coloca o homem na posição de descriminação.

A lei 29/2009, cria uma situação de tratamento desigual entre homens e mulheres, ferindo assim os princípios de universalidade e igualdade plasmados no artigo 35 da CRM, 2004, segundo os quais:

> Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, e artigo 36 que versa sobre o princípio de igualdade de género afirmando que o homem e mulher são iguais perante a lei em todos domínios da vida política, económica, social e cultural. Igualdade de género**,** refere-se à ausência de discriminação com base no sexo. Homens e mulheres são tratados de forma igual, gozam dos mesmos direitos e oportunidades. (CRM, 2004).

E4, um dos fatores da violência doméstica, tem a ver com a falta de um sistema institucional de assistência às vítimas de violências doméstica, grosso modo de vítimas são mulher que não possuem emprego formal e durante o julgamento acabam por optar pela anulação da queixa alegando que o agressor é o provedor de sustento e em situação de condenação estariam sem quem lhes garante o sustento. “A outra situação está relacionada com as vítimas que por questões de sua segurança, são encaminhadas a ação social para sua proteção, contudo, por falta de condições, o tempo de permanência é de curta duração, o que coloca a vítima na situação de vulnerabilidade da vítima”.

Como se pode depreender, volvidos catorze anos após a provação da lei, pela Assembleia da República, evidenciam-se inúmeros fatores na sua aplicação pelos tribunais, suscitando reflexões sobre a necessidade de atualização da mesma e criar capacidade das instituições de administração de justiça para melhor responderem aos desafios que se impõe para combater a violência doméstica.

Tomas (2016) revela que a prática de ações violentas contra a mulher tem as suas repercussões e tais práticas são extensivas até as famílias dos seus filhos. Que as instituições vocacionadas em proporcionar o apoio necessário às vítimas de violência, mostram alguma fragilidade no controle desta problemática e sublinha a importância do papel das instituições e dos seus funcionários das mesmas que lidam com os serviços psicossociais.

5.2 Fatores Culturais

E1, E2, E3, E4, questionados sobre fatores da violência doméstica na cidade de Xai-Xai, referiram-se nos seguintes termos: apesar das mulheres serem mais frequentemente agredidas, existem homens que também o são e que, devido a tal facto, estas vítimas masculinas sentem um peso em denunciar, o que permite chegar-se à conclusão de que as crenças e percepções culturais da sociedade relativamente às diferenças de género influenciam os comportamentos de procura de ajuda por parte do sexo masculino.

5.2.1Factores Económicos

Os E1 e E2, também na mesma sequência responderam que as relações desiguais do poder entre homens e mulheres constitui um fator de vulnerabilidade da mulher e do homem a violência doméstica, na medida em que quanto maior for a desigualdade de poder económicos, a possibilidade da violência doméstica é maior, homem submete a mulher na situação de violência, vice-versa, colocando situação de violência doméstica aquém carece de recursos económicos e financeiros. Outrossim, E3, debruçou-se nos seguintes termos: “A falta de diálogo na família, que cria condições para acumulação de problemas não resolvidos, resvalando assim para ocorrência da violência doméstica, tendo ainda referido que o consumo excessivo de álcool, também é tido como factor de violência doméstica’’.

Neste diapasão dos entrevistados, é importante reparar que quando os membros da família não se abrem ao diálogo para a solução dos seus problemas, considerando que os problemas fazem parte do dia-a-dia das pessoas que resultam de muitas aflições que a própria vida impõe aos homens e mulheres até Estados, contudo sempre tudo deve-se resolver com o diálogo conforme sustenta a teoria psicodinâmica:

Segundo OSÓRIO et al. (2001) pode-se concluir que a violência doméstica é o resultado da incitação do modelo social patriarcal sobre o qual a sociedade se organiza, orienta, as suas conceptualizações sobre o fenómeno da violência mais numa perspectiva da vitimização feminina, associando a masculinidade à violência pois, refere-se que esta se expressa através dos padrões tradicionais, do poder, da agressividade, sexualidade incontrolada, para a construção e reprodução das suas identidades.

Nwety, adverte que as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, promovem a vulnerabilidade da mulher a violência doméstica, quanto maior for a divisão de tarefas, responsabilidades e recursos económicos, maior será o poder que os homens exercem sobre as mulheres, assim com o risco destas sofrer a violência. Nesta mesma perspectiva, BORIN, (2007) apud COME, (2019), realça a necessidade de mudança de comportamento tanto da parte do homem assim como da parte da mulher para haver uma coexistência pacífica.

Os fatores socioculturais as explicações referidas anteriormente analisam fatores históricos, sociais, culturais que contribuem para a violência contra as mulheres. Nas abordagens socioculturais, a violência contra as mulheres é entendida como resultado do seu tratamento histórico e da atual sociedade patriarcal. Na conjuntura patriarcal, a violência é justificada pela premissa de que os homens reconhecem o seu poder e

autoridade sobre as mulheres e o uso da força é uma forma através da qual esse domínio se mantém. (BOCK, 1988).

Considerações Finais

A pesquisa iniciou sobre uma dificuldade de um número de casos de violência doméstica cada vez mais crescente em Moçambique, aliado a problemática da COVID-19, que forçou a sociedade a observar o confinamento social, no período de 2020 a 2022, onde várias pesquisas apontam o maior número de casos no período em análise, a pesquisa, objetivou de forma geral compreender os fatores que determinaram casos de violência doméstica na cidade de Xai-Xai.

Objetivo foi alcançado, visto que, foi possível compreender que, os fatores de ordem legal, cultural, emocional e económicos concorrem na ocorrência de violência doméstica nesta urbe. A pesquisa propôs-se a descobrir as causas da violência doméstica em Moçambique, e constatado que, Não existe uma explicação acabada sobre as causas da violência, no entanto, o ciúme e a suspeita de infidelidade conjugal, em parte, constituem grandes fatores de risco para a ocorrência de comportamento de violência física contra a mulher nos diferentes meios de convivência social.

Por um lado, a pesquisa focou-se na caracterização da violência doméstica, tendo concluído que, a violência doméstica pode assumir diversas formas: Violência física, uso da força que provoca danos físicos ou atente contra a sua integridade física, tais como: empurrões e bofetadas, violência verbal, (palavras ofensivas), recriminação e críticas com o objetivo de destruir a autoestima, violência psicológica, omissões ou exposição a situações que alterem ou possam alterar o estado afetivo necessário para o desenvolvimento psicológico normal, tais como: insultos, ameaças, humilhações e isolamento. Violência sexual, toda a atividade dirigida a realização de atos sexuais contra a vontade da mulher, esta vai desde qualquer tipo de contato sexual não desejado até a intenção de violar ou a própria violação.

Finalmente, a pesquisa focou-se também em identificar os fatores de violência doméstica na cidade de Xai-Xai, tendo concluído que, para concorrência de violência doméstica na cidade de Xai-Xai, a lei 29/2009 não observa o princípio de igualdade de género plasmado na Constituição da República, colocando os homens numa situação de descriminação, não podendo recorrer ao sistema de justiça em caso de vítima, tendo em conta que a lei foca-se objetivamente a mulher, embora com uma ressalva para os

homens, da qual resulta a necessidade da sua revisão pontual para atualizar conforme o contexto atual.

Constatou-se ainda que as relações desigual do poder económico, político etc., entre homens e mulheres constitui um fator de vulnerabilidade da mulher e do homem a violência doméstica, na medida em que quanto maior for a desigualdade de poder económicos por exemplo, a possibilidade da violência doméstica é maior, homem submete a mulher na situação de dependência, vice- versa, colocando situação de violência doméstica aquém carece de recursos económicos e financeiros e ou de qualquer outro tipo de pode.

Apesar das mulheres serem mais frequentemente agredidas, existem homens que também o são e que, devido a tal facto, estas vítimas masculinas sentem um peso em denunciar, o que permite chegar-se à conclusão de que as crenças e percepções culturais da sociedade relativamente às diferenças de género influenciam os comportamentos de procura de ajuda por parte do sexo masculino e por outro lado, a cultura do patriarcado, que se caracteriza por um sistema de organização social e da família, em que as tarefas, as funções e a noção de identidade de cada um dos sexos estão definidas de forma distinta e oposta, sendo estabelecido que as noções de poder, privilégio e autoridade pertencem aos elementos masculinos, quer ao nível familiar, quer ao nível político, económico e social, sempre atribuiu às mulheres a aceitação da sua submissão ao domínio masculino durante séculos até ao momento, onde a as campanhas de sensibilização são prementes para a mudança de mentalidade.

Para materialização da pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, suportada pela entrevista sem-estruturada, feita às quatro entidades do sistema de justiça que ajudaram na percepção destes sobre os fatores da violência doméstica. Outrossim, várias obras, artigos cientifico, relatórios etc., ajudaram na compreensão sobre o estágio atual de casos de violência doméstica em Moçambique, mostrando que os casos estão cada vez mais crescentes.

Durante a pesquisa provou-se o pressuposto segundo a qual o desajustamento da lei é o fator da violência doméstica na cidade de Xai-Xai e reprova a segunda hipótese segundo a qual, os fatores culturais não constituem a causa da violência doméstica na cidade de Xai-Xai. Diante da metodologia usada, poderia ter realizado uma ampla entrevista incluindo homens e mulheres vítima de violência doméstica, contudo devido a complexidade de encontrar as vítimas não foi possível, recorreu-se apenas a uma pequena amostra representativa, pelo que, recomenda-se ainda uma profunda pesquisa

sobre a mesma temática.

Referências

ALBUQUERQUE, P. P. de. "**Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem",** Universidade Católica Editora, 2.ed., 2008.

ALEXANDER, F. **Medicina psicossomática:** princípios e aplicações. Porto Alegre, 1992.

BOCK, A.; GONÇALVES, M. & FURTADO, O. **Psicologia Sócio Histórica.** São Paulo: Cortez. 1988.

BORIN, T. **Violência doméstica contra a mulher: percepções sobre violência em mulheres agredidas.** Dissertação de Mestrado em Psicologia – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUEA, N. **Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Direito e Prática Jurídica, na especialidade em Direito Penal**, 2018**.**

MEQUE, E.A.C..MALOA, J.M. A lei contra a violência Doméstica em Moçambique: Seu Alcance, Limitação e Desafios. **Njinga & Sepé:** Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº 2, p.103-119, jul./dez. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MISAU), INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) e ICF INTERNATIONAL (ICFI). **Moçambique Inquérito demográfico e de saúde.** Maryland: MISAU, 2017.

MOÇAMBIQUE, **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Assembleia da República, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde Prevenção**, Genebra, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde Prevenção.** Genebra, 2003.

OSÓRIO, P. et al. **Poder e Violência: Homicídio e Femicídio em Moçambique**", Maputo: WLSA-Moçambique, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999

SOUSA, R.M. **O conceito de violência de género na Convenção de Istambul", Combate à Violência de Género**: Da convenção de Istambul à nova legislação penal, Coord. Maria da Conceição Ferreira Cunha, Universidade Católica do Porto Editora, Porto Ed. Fevereiro de 2016.

TAELA, K. **Revisão de Literatura sobre Violência contra Mulher,** s.l.2006.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, Apostila. 2006.

TOMÁS, A. **A violência contra a mulher** - Um estudo de caso nas cidades de Maxixe e de Nampula, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento. Porto, 2016.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): NHANGAVE, Jorge Samuel. Factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p. 381-400, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Nhangave, Jorge Samuel (out. 2024). Factores da violência doméstica na Cidade de Xai-Xai, no período de 2020-2022*Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 381-400.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.401-418 | 2024.

Os sistemas de administração da justiça em Moçambique: suas características e âmbito de atuação

Nílvia Carina Manuel Mavie*
ORCID iD https://orcid.org/0009-0004-4399-0101
Itélio Joana Muchisse**
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-2356-7267

RESUMO
Tendo em conta as mudanças que vem sendo operacionalizadas pelo mundo, em particular em Moçambique, em específico no sector da administração da justiça, faz-se necessário tomar certas reflexões que propiciem um olhar objectivo sobre certos temas, pelo que este artigo analisa as características e o âmbito de actuação dos sistemas de administração da justiça em Moçambique. A metodologia utilizada para a materialização do presente estudo foi a revisão bibliográfica, com o auxílio das técnicas de análise em ciências sociais como a heurística. A prior, o país enfrenta desafios significativos na garantia do acesso à justiça e na efectividade das decisões judiciais, em ambos os sistemas oficial e não oficial de administração da justiça. A análise crítica operacionalizada a partir da revisão da literatura propõe soluções para aprimorar a capacidade dos tribunais, investir em meios alternativos de resolução de conflitos e promover a consciencialização sobre os direitos legais entre a população. É importante se abordar os desafios enfrentados pelos sistemas, nomeadamente, oficial e não oficial e apresentar soluções baseadas em evidências para garantir uma justiça mais efectiva e acessível para a população.

PALAVRAS-CHAVE
Moçambique; Sistemas de Administração da Justiça; Características; Actuação

Justice administration systems in Mozambique: their characteristics and scope of action

ABSTRACT
Considering the ongoing changes globally, particularly in Mozambique, specifically in the justice administration sector, it is necessary to reflect on certain topics to provide an objective perspective. This article, therefore, analyzes the characteristics and scope of action of the justice administration systems in Mozambique. The methodology employed in this study was a bibliographic review, supported by social sciences analysis techniques, such as heuristics. Initially, the country faces significant challenges in ensuring access to justice and the effectiveness of judicial decisions in both the official and unofficial justice administration systems. The critical analysis, based on the literature review, proposes solutions to enhance the capacity of courts, invest in alternative dispute resolution methods, and promote awareness of legal rights among the population. It is crucial to address the challenges faced by both the official and unofficial systems and present evidence-based solutions to ensure more effective and accessible justice for the population.

KEYWORDS
Mozambique; Justice Administration Systems; Characteristics; Scope of Action.

* Mestranda em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique na Extensão de Xai-Xai; Licenciada em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais em Maputo; Membro do Quadro Público no Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), E-mail: nilviacarina20@gmail.com
** Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique em Xai-Xai; Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Filosofia pela Universidade Save em Maxixe, E-mail: iteliobango@gmail.com

Ku fambisa ka wululeki a Mosambique: matxamelo ni txipimo

KATSAKANHU
Mayelanu ni ku txitxa ka mitxumo lêh kufambisseni ka wululeki, kulaveka ku pimissa mahungo ya tsalangana, kota ku vanu va pepa, kari konga va vekeliwa hi kululama, na kunga rivakeliwi a ku tsamiseca a Mosambique. Kani lezwo, ku tava ku mahekile a vululiwa ka mabuku ni mapapilo yo tlalangana, lawa manga kumiwa ka tindau to hambana-hambana. Kari ka yona mitsalwa lei, ku kumeka a mi pimisu ya vatsali. A tikwene kuni zwi fungo zwo tlalangana kota ku vikela a wu luleki ka wotle mafambela ya nawu ni wumunu. Ku laveka ku hundzulusiwa ku fambisa luleku, kani hu engetela matsamela ya vafambise ndzene ka tiyindlo ta wona tiro wa kululekisa, kota ku engetela wululeki, ni kugondzissa zwifundza matikweni. Kani lezwo, a mipimisso yo tlalangana yi kombimssa lisima niko tekiwa ka zwifungo zwa mipimiso ya ku tiviseka hi lisini, a kuva ku kumela txitsungu.

MAGEZU YA KU VULULA
Mosambique; Ku fambisa ka wululeki; Matsamelo; Xipimo

Introdução

Moçambique é um país de expressão portuguesa, localizado no hemisfério Sul, na extremidade Sul e Oriental do Continente Africano. Ao Norte faz limite com a República Unida da Tanzânia; a Oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e Suazilândia e ao Sul faz fronteira com a República da África do Sul. O país alcançou a sua independência em 1975, tendo, consequentemente, em 1977 adoptado a Constituição Socialista de Orientação Marxista-leninista, isto é, logo após a independência foi adoptado partindo único, uma posição política que foi abandonada em 1990 quando da adopção de uma constituição democrática e multipartidária, que vigora até a atualidade. Não obstante, a adopção de uma constituição multipartidária, insere-se no fim das hostilidades, ou seja, uma guerra fratricida. De modo geral, a adopção desta constituição permitiu que em 1994 fossem realizadas as Primeiras Eleições Gerais, que se repetiram em 1999, 2004, 2009, 2014 e 2019, onde a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) saiu vitoriosa, sendo o partido que se mantém no poder desde a independência.

Depois da independência, o país teria passado por uma evolução no que diz respeito à ao dossier penal tendo, sucessivamente, adoptado diferentes códigos, nomeadamente, o código penal aprovado pelo Decreto de 16 de setembro de 1886, revogado por aquele aprovado pela Lei nº 35/2014 de 31 de dezembro, também revogado pela Lei nº 26/2019 de 27 de dezembro.

Neste texto discute-se a justiça oficial e não oficial de modo específico. Mas partindo do mais abstracto, diz-se que a justiça Moçambicana encontra a sua instituição mais alta no Tribunal Supremo, que tem representações ao nível das províncias, pelos

tribunais provinciais e ao nível dos distritos pelos tribunais distritais. A sua administração está a cargo de dois sistemas, o sistema oficial, baseado em tribunais judiciais, e o sistema não oficial, que inclui práticas de resolução de conflitos tradicionais ou não judiciais. Ambos os sistemas têm suas próprias características e âmbito de actuação, e são influenciados por fatores históricos, políticos, culturais e económicos nacionais e regionais. Para nós, a compreensão desses sistemas torna-se crucial para empreender a comparação inicial da operacionalização da justiça em Moçambique, com base nos dois sistemas acima referidos, bem como iluminar-se aos deferentes desafios enfrentados por âmbos.

Ora, intenta-se, por meio desta investigação, apresentar as características dos sistemas de administração da justiça em Moçambique, o oficial e o não oficial, bem como o seu âmbito de actuação. Assim, o sistema oficial tem um lugar privilegiado pelo espírito do legislador, tendo sido estabelecido o Tribunal Supremo com representações nas províncias e nos distritos, enquanto, o sistema não oficial foi apenas estatuído em termos legislativos, faltando-lhe o regulamento, sendo que, desse modo, este último tem funcionado, simultaneamente, no âmbito legal e segundo regras consuetudinárias, que divergem para cada comunidade, assumindo a diversidade cultural que característica de Moçambique.

Este apresenta as características e explica a dimensão e âmbito de actuação dos referidos sistemas, com destaque para os principais desafios enfrentados e as reflexões sobre a realidade social e cultural em função da flexibilidade normativa e do pluralismo jurídico. Assim, os objectivos específicos constituem-se em definir Sistemas de Administração da Justiça, explicar o funcionamento da Administração da Justiça em Moçambique e, explicar o espaço de actuação dos Sistemas Moçambicanos de Administração da Justiça.

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma revisão da literatura. A análise das fontes selecionadas foi realizada de forma crítica, identificando as principais características e desafios dos sistemas de administração da justiça em Moçambique e as possíveis soluções propostas pela literatura especializada. A pesquisa também envolveu a coleta de dados secundários, como estatísticas e relatórios sobre a actuação dos sistemas de justiça. Com este trabalho, intenta-se uma discussão que vai ao encontro de um espírito inquisitivo sobre a abrangência dos sistemas moçambicanos de administração da justiça, importante para compreender a história do pensamento jurídico em Moçambique.

1.Sistemas de Administração da Justiça

Um sistema de administração da Justiça, ou simplesmente um sistema jurídico é constituído de modo a proceder a hermenêutica de valores que condizem com a realidade de uma determinada sociedade, isto é, regras de conduta da sociedade, com o objectivo proteger os bons valores de modo a que não se corrompam, ademais promovam o bem-estar coletivo (COSTA, 2002). Estes sistemas podem ser verificados em diversos Estados no mundo, onde, Moçambique não é a excepção. Os diferentes Estados podem ter sistemas fechados ou abertos, monistas ou pluralistas em termos jurídico, cultural e políticos.

Os sistemas jurídicos podem ser nonistas ou plurais. O pluralismo moçambicano pode ser claramente vislumbrado o seu trajeto histórico na Lei nº24/2007, de 20 de agosto que, de forma explicativa discute e clarifica a organização do Sistema Judiciário de Moçambique e, é onde os tribunais comunitários, embora não regulamentados, são definidos como instituições não oficiais de resolução de problemas (ALFAZEMA, 2015).

O pluralismo é o resultado de uma crítica institucional ao Monismo, como doutrina jurídica desde o séc. XVII e, sobretudo o séc. XVIII. Esta doutrina define o Estado como o único e universal criador da norma jurídica. Nesta ordem doutrinária, não há admissão de outras ordens jurídicas, colocando o Estado como um representante monopolista por exclusividade na produção de normas jurídicas e, por conseguinte, toda e qualquer ordem jurídica que seja alheia ao Estado é considerada como sendo ilegal (JUNIOR, 2012).

Num sentido amplo, o conceito de pluralismo jurídico expressa a coexistência de vários sistemas jurídicos num mesmo espaço sociopolítico, é o direito de ordem estatal ou positivado em outros direitos de caris sociológico ou cultural, socialmente válidos às populações locais. O surgimento da teoria pluralista na administração da justiça é atinente à crítica que se levanta sobre a teoria monista de administração da justiça que considera a existência de apenas uma ordem de administração da justiça, que em muitos casos coincide com o direito estatal como indivisível, hierarquizado e centralizado na figura do Estado, tal como foi acima explicado (GARZON LOPES, 2014).

Num Estado como o moçambicano em que se encontram historicamente construídas relações étnicas que legitimam a prevalência do direito consuetudinário sobre o direito positivo, o pluralismo jurídico representa a inclusão das várias instâncias de resolução de conflitos que são reconhecidas ao nível das comunidades. Autores como

NGOENHA (2004), BUCHILI (2006), BASÍLIO (2015), LITSURE (2021), LAVIEQUE (2021), assim como MUCHISSE (2023a), apontam claramente para o percurso histórico do pluralismo moçambicano desde a independência. Os autores apontam para a diversidade dos costumes nas tradições culturais que propiciam a existência de várias manifestações do fenómeno jurídico, mediante os códigos do moral ou imoral, ainda assim, num pluralismo de valores humanos.

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo emérito da Universidade de Coimbra, nos ensina que, devido a essa pluralidade de valores que se manifestam como verdadeiramente plurais, tal como as demais sociedades africanas, mesmo depois da colonização, vive-se um Palimpsesto político e Jurídico em Moçambique. Houve a tentativa de, no tempo colonial, transportar um sistema jurídico ocidental de modo a substituir o sistema jurídico consuetudinário africano, assim mesmo, influenciado pela delimitação de fronteiras e implantação da máquina de administração colonial. Este, para a consciência histórica e jurídica, foi apenas uma tentativa violenta, o que teria se demonstrado como a tentativa de escrever sobre um papel, sob o qual teria havido escritos, mas, sem apagar a versão anterior (JÚNIOR, 2012, p. 448).

De tal maneira, sobreviveram os líderes africanos, alguns transformados em régulos no caso moçambicano, por exemplo. Portanto, muitos Estados que passaram por um processo de colonização, por exemplo: Moçambique, Brasil, Angola, Namíbia, Nigéria; possuem Sistemas de Administração da Justiça Pluralistas, uma vez que há necessidade de validar as diferentes instâncias de administração de conflitos que melhor representam as relações culturais construídas de forma secular nas diferentes comunidades. No caso de Moçambique, é visível este aspecto, sobretudo, pela diversidade linguística, que demanda a possibilidade de diversas nações e modelos de justiça (Cf. ANDERSON, 2008). Por exemplo, Lavieque (2021: 2) analisa dados do censo populacional de 2017 e refere que as línguas mais difundidas, em ordem alfabética, são: “Bitonga, Cichopi, Cimanika, Cindau, Ciniyungwe, Cisena, Ciwutewe, Echuwabo, Ekoti, Elomwe, Emakhuwa, Lolo, Shimakonde, Shona, Xichangana, Xironga, Xitshwa”.

Por outro lado, é preciso também considerar que o pluralismo jurídico não se circunscreve a uma ordem interna de aceitação e inclusão dos diferentes sistemas de administração da Justiça, pois num mundo cada vez mais afectado pelos fenómenos da Globalização, a justiça não fica para trás, onde, pode-se incluir o pluralismo supranacional (LAVIEQUE, 2021), que se refere a consideração de outras ordens jurídicas, que não sejam nacionais, isto é, a consideração de normas internacionalmente aprovadas no

âmbito dos tratados e acordos, que perfazem o direito internacional público, pelo que a Constituição da República de Moçambique no seu Art. 18.º prevê a ratificação de leis provenientes do direito internacional (MOÇAMBIQUE, 2018).

Apesar de mostrar-se uma fragilidade a rigidez do sistema Romano-Germânico, Moçambique encontra-se em fluxo cultural, ademais, cercado de países que implementam um sistema mais flexível de articulação, tanto vertical, quanto horizontal das políticas culturais. Apesar de Moçambique ser um país plural, Lavieque (2021) aponta a não existência de uma regulamentação para os tribunais comunitários, como instâncias plurais para a resolução de conflitos. Esta situação, claramente fere na manifestação dos direitos humanos, especificamente, civis e políticos, referidos por Muchisse (2023a), quando discute o uso da língua comum no espaço público, numa análise comparativa entre a primeira e segunda república moçambicana.

Corroborando com a ideia de Palimpsesto, Pedro João Lavieque (2021) considera que, no contexto do pluralismo jurídico podem ser encontrados três momentos distintos, com ordens que se abatem sobre o mesmo território, designadamente, o período colonial que tendo tentado se impor sobre as culturas moçambicanas teria criado uma espécie de paralelismo, seguida pelo período da implementação do socialismo que tentava quebrar as fissuras do colonialismo em termos de exclusão jurídica (monismo)[1], que também foi suplantado pelo Estado de Direito Democrático que coincide com o pluralismo a nível interno e externo.

2.Administração da Justiça em Moçambique

A actualidade a administração da justiça em Moçambique está entre dois sistemas, um de ordem estatal e UM extra-estatal. Não obstante, a crescente valorização da "reflexão sobre a etnicidade no mundo contemporâneo entrou em voga e ganhou a centralidade nos estudos sócio-antropológicos", onde, "o direito como uma realidade social e humana é chamado para este debate", pois, nota-se a existência de diferentes agrupamentos culturais que "são atravessados por uma rede de relações humanas, sociais e jurídicas complexas e difusas", o que denota "um pluralismo étnico cultural que apela ao pluralismo de ordens normativas ou jurídicas" (HENRIQUES, 2015, p. 22).

[1] É necessário fazer referência ao período socialista da história do pluralismo jurídico em Moçambique, pois ao se considerar como sendo monista quer-se fazer referência ao centralismo assumido pelo partido único, um Estado era vertical, que tentava suplantar-se sobre os poderes dos líderes locais pelos Grupos Dinamizadores, considerando-os impróprios ao projecto de unidade nacional por terem, de alguma forma colaborado com o sistema colonial. Os grupos dinamizadores estabelecidos na ordem dos Tribunais Populares desempenhavam o papel de integrar a justiça positiva à sociedade, de modo a construir o socialismo científico.

É a revisão do contexto em que a administração da justiça se opera. É o palimpsesto moçambicano acima referenciado, onde, a diversidade étnica e cultural é visível, um pluralismo de ordens e regulação das vivências humanas em cultura e sociedade, em diferentes locais em que se verificam manifestações humanas.

A Constituição da República de Moçambique destaca no seu artigo 4.º que "o Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana, na medida em que não contrariem os valores e os princípios fundamentais da Constituição" (MOÇAMBIQUE, 2018). Dessa forma, não só se reconhece a pluralidade normativa, assim como a diversidade de instâncias de resolução de conflitos, pelo que, ademais foram adoptados instrumentos legais para a resolução de conflitos que enquadram a ordem costumeira e tradicional, bem como judicial (MOÇAMBIQUE, 2000a; MOÇAMBIQUE, 2000b; MOÇAMBIQUE, 1992).

Ora, o Grande desafio nos é apontado por Lavieque (2021), sobre a lentidão ou falta de vontade política na regulamentação das instâncias plurais de regularização da condição em sociedade, doravante, incorporadas no conceito de tribunais comunitários, ou seja, é preciso superar a rigidez do sistema Romano-Germânico. Essa fragilidade impossibilita a manifestação da autoridade das instituições locais na administração da justiça, o que não tem contribuído para a efectivação do pluralismo jurídico e valorização do direito consuetudinário, o que poderia se revelar numa maior acessibilidade às instituições de justiça por parte da população. Além disso, seria esta uma tentativa de:

> a) harmonizar as relações jurídicas dentro do território de Moçambique, estreitando a conexão entre justiça formal com a justiça informal, para além de criar equilíbrio das relações jurídicas nas diversas regiões transfronteiriças, actualmente com uma dualidade de procedimentos; b) uniformizar técnicas e procedimentos jurídicos com os Estados vizinhos da África Austral, no contexto da SADC, e consolidação da integração de Moçambique nos países da Commonwealth, cuja adesão ocorreu em 1995 (p. 14).

A existência de múltiplos agrupamentos étnicos, estruturas milenares que, mesmo diante do colonialismo de aculturação e da atuação do poder executivo em função da manifestação dos direitos culturais, substiram até ao presente é um facto. Apesar do pluralismo (art. 4º, MOÇAMBIQUE, 2018), a vontade política é posta em questão na articulação desses mesmos direitos. Desta forma ilustra-se o contexto do 35º ano da Lei dos Tribunais Comunitários em Moçambique (MOÇAMBIQUE, 1992).

3.Sistema Oficial de Administração da Justiça

O Sistema Oficial de Administração da Justiça em Moçambique é uma estrutura que visa garantir a igualdade no acesso à justiça para todos os cidadãos do país. Esse sistema é composto por diferentes instituições, que incluem, principalmente os tribunais judiciais ou oficiais, assim como pelo Ministério Público. A implantação do Sistema de justiça em Moçambique teve o seu marco com a aprovação da Lei nº 12/78, de 2 de dezembro, quando o sistema era, essencialmente unitário e, diante do modelo político em vigor, foi à luz desta lei que instituições tradicionais de administração de justiça, as quais teriam resistido à ação colonial e, de alguma forma a ele conotadas, foram vedadas o espaço de actuação na hasta pública (BUCHILI, 2006, p. 50).

É neste contexto de regressão ou do afastamento de certas minorias no acesso aos seus direitos civis e políticos (JEFFRAY, 1992), que se vão criando instituições oficiais, como é o caso do Tribunal Supremo de Recurso, pela Lei nº 11/79, de 12 de dezembro, assim como o avanço que tinha sido dado no ano anterior, com o estabelecimento do Tribunal Popular Supremo pela emenda constitucional de 15 de agosto de 1978, especificamente, no Art. 69º. Segundo a Lei 24/2007, no seu artigo 29.º a organização judiciária é composta por quatro escadas ou degraus, sendo eles, de baixo para cima, os Tribunais Judiciais no distrito, Tribunais Judiciais da Província, Tribunais Superiores de Recurso e o Tribunal Supremo.

> Os Tribunais Superiores de Recurso, os quais têm competência para a resolução de conflitos não resolvidos na 1ª instância, subdividem-se em 1ª e 2ª instância. Já os Tribunais Judiciais de Província subdividem-se em 1.ª e 2.ª instância. Por sua vez, os Tribunais Judiciais de Distritais subdividem-se em 1.ª e 2.ª instância, sendo que cada uma destas instâncias se divide em 1.ª e 2.ª classe.
> Nos quadros de todos os Tribunais supracitados existem juízes profissionais e juízes eleitos. Os juízes eleitos do Tribunal Superior e dos Tribunais Superiores de Recurso são designados pela Assembleia da República; para os Tribunais Judiciais de Província e Distritais são designados pelos órgãos representativos do poder local. Estes juízes são seleccionados entre os cidadãos de reconhecida idoneidade propostos por associações cívicas, organizações sociais, culturais ou profissionais. O controlo da eleição dos juízes eleitos é feito por uma comissão pela Assembleia da República ou pela Assembleia de Província, conforme art.º 90 da LOJ. Para melhor apreender a estrutura orgânica e funcional dos Tribunais moçambicanos analisamos, em separado, cada um deles (GABRIEL, 2014, p. 7-8).

Ora, os tribunais em Moçambique são fundamentais para a administração da justiça no país. Esses tribunais são regidos pelo Código de Processo Civil[2] e Penal, que estabelece as normas para a condução de processos judiciais em Moçambique (MJACR, 2021). O Ministério Público, por sua vez, é uma instituição autónoma que tem como objectivo promover a observância da lei e dos direitos humanos em Moçambique. Essa instituição é responsável por representar o interesse da sociedade em casos criminais, bem como por defender os direitos das vítimas e testemunhas de crimes. O mesmo apresenta um desenvolvimento institucional fraco, desde a independência, seja pelo sistema vestibular, quer pela inflexibilidade (JOSÉ & PEDROSO, 2008).

Embora o Sistema Oficial de Administração da Justiça em Moçambique tenha progredido significativamente nos últimos anos, ainda enfrenta desafios significativos. Um dos principais desafios é a falta de recursos, que muitas vezes limita a capacidade das instituições de administrar a justiça de maneira eficaz, olhando casos como a morosidade processual, a falta de independência face ao poder político, assim como financeira, bem como a rigidez do sistema em uso. Outro desafio é a corrupção, que pode comprometer a integridade do sistema de justiça e minar a confiança dos cidadãos nas instituições que deveriam proteger seus direitos (UCAMA, 2022; LAVIEQUE, 2021; MUCHISSE, 2023b).

O sistema judicial em Moçambique obedece a uma estrutura hierárquica encabeçada pelo Tribunal Supremo que fica localizado na capital do País, Maputo. Este tribunal tem representações ao nível das províncias pelos tribunais judiciais da província, sendo que estes têm representação ao nível dos distritos através dos tribunais judiciais distritais. Ora, essa estrutura, ensaiada no período socialista, transitou para o período liberal, ou seja, para a Segunda República, já no âmbito da mudança constitucional de 1990.

Embora, diante de dificuldades apontadas que evidenciam uma falta de independência do poder judicial face aos outros poderes, principalmente o político, referido por UCAMA (2022), a mudança constitucional de 1990, revista em 2004 e 2018 (2023[3]), teve, portanto, um impacto na enformação do Estado de Direito, ou seja, há um

[2] O Código Civil Moçambicano editado pela Longman (2016) apresenta passagens que suscitam a actualização dos referenciais legislativo e cível de Moçambique, isto é, enraizar as leis aos contextos de pluralismo evidente. Do micro-pluralismo do sistema colonial português, algumas leis moçambicanas podem ser auscultadas em função da flexibilidade característica dos países da região, bem como em função do "Pluralismo" – Larga Extensão do Conceito.

[3] Na versão de Agosto de 2023, a Constituição acautela a realização das eleições distritais para os próximos pleitos, quando forem criadas as condições. As eleições distritais tinham sido previstas para 2024, conforme a Lei nº 1/2018, de 12 de Junho. Caso fosse, a 9 de outubro de 2024 ter-se-ia votado para tal eleição.

crescente movimento institucional em busca da independência deste poder, isto é, a efectivação do princípio de separação de poderes (Montesquieu). Essa independência implica condições materiais, técnicas e institucionais com vista a autonomia, independência dos juízes, imparcialidade das decisões, irresponsabilidade dos juízes face às suas decisões, inamoviblidade dos juízes, prevalência dos juízes, bem como a prevalência da decisão dos tribunais face aos demais poderes ou a independência financeira. Aliás, é nesse espírito em que gravitam as movimentações para a greve dos juízes que vem ganhando destaque no debate público, especialmente em 2024.

Percebe-se que o sistema oficial de administração da justiça funciona em articulação entre as diferentes instâncias jurídicas que o compõem, de modo a garantir que o acesso à justiça seja devidamente efectivado. Deste modo, o Sistema Oficial de Administração da Justiça em Moçambique é uma estrutura que, mesmo complexa desempenha um papel fundamental na garantia da igualdade no acesso à "justiça para todos". Embora o sistema ainda enfrente desafios significativos, o governo moçambicano tem trabalhado para fortalecer o sistema e garantir que ele possa cumprir sua missão de forma eficaz. No entanto, esse desiderato é confrontado pela fraca capacidade estatal, isto é, a ineficácia de políticas públicas eficientes, bem como a fraca alocação de meios materiais, técnicos e humanos, necessários para o curso normal de vários sectores em Moçambique, onde, o sector da justiça merece especial destaque, pelo menos nesta pesquisa.

4.Sistema Não Oficial de Administração da Justiça

O pluralismo positivado na Constituição de 2004 é um marco muito indispensável para a discussão transdisciplinar sobre a diversidade cultural no tecido social moçambicano. Para Henriques, "tornou-se irracional a tentativa de ofuscar o pluralismo étnico cultural" (HENRIQUES, 2015, p. 24), ora, há uma abertura para o reconhecimento da existência de instâncias plurais na esfera jurídica que, mesmo sendo locais elas estão em meio ao sistema global de administração, ou pelo menos ao direito internacional. As normas consuetudinárias, foram ensinadas ao longo das gerações por meio de mitos, canções, histórias, mas sobretudo, de forma oral, prática e visual, isto é, socialmente construídos e reconhecidos juridicamente como "património".

É assim que continuamos com LAVIEQUE (2021) que refere a necessidade de um incentivo para a plena realização da justiça costumeira, uma vez que as suas instâncias ainda funcionam de maneira não oficial. Este é o caso moçambicano, onde as instâncias

não oficiais de resolução de conflitos destacam-se em número e em tipos. Seriam estas instituições indispensáveis, no âmbito da garantida da progressão dos direitos humanos inter-conexos, da primeira e segunda geração nos tribunais comunitários, as experiências culturais para a preservação da liberdade civil e do bem-estar social. Os tribunais comunitários funcionam em estreita ligação com as autoridades locais não são regulamentadas, embora positivadas. Mesmo assim, o avanço legislativo, embora seja decorrente no âmbito jurídico, para esta questão ainda tem sido muito opaca.

Os desafios apresentados pela UNDP, UNICEF & UN WOMEN (s/d), na definição do sistema informal de justiça apontam que Moçambique está em processo de incorporação de vários aspectos democráticos no “espírito das leis” locais. Esta crítica é também apontada por LAVIEQUE (2021) no contexto da inflexibilidade nacional vs. flexibilidade regional. No seu todo, a maioria dos representantes dos diversos poderes nas instâncias provenientes da pluralidade cultural não são democraticamente eleitos.

Os MRCs são formados por líderes comunitários, anciãos e outras figuras locais, que são legitimados ou outorgados poderes para a administrar assuntos de justiça. Essas figuras desempenham um papel fundamental na administração da justiça em Moçambique. Primeiro, por serem mais acessíveis pela proximidade quotidiana entre os membros, segundo pela cadeia de operação burocrática do sistema oficial complexa e morosa, assim mesmo porque a maioria da população é pobre, não obstante as custas judiciais em discussão, para além dos demais benefícios que lhes confere a plena democratização (MACHADO, 2017).

Embora os MRCs tenham um papel importante na resolução de conflitos em Moçambique, eles também enfrentam desafios significativos. Um dos principais desafios é a falta de capacitação dos líderes comunitários envolvidos nos MRCs. Ora, mecanismos de transferência de competências técnicas poderiam ser fundamentais num momento em que o país atravessa por uma boa fase académica, pelo menos em termos do número de formados e com diferentes níveis do ensino superior nas instituições oficiais. A falta de competências técnicas alinhadas ao espírito internacional, bem como regional dos tempos recentes pode levar a decisões injustas, parciais ou sem articulação com os princípios de justiça e dos direitos humanos, e até mesmo a impunidade (UNDP, UNICEF & UN WOMEN, s/d; CAMBRÃO, MUCHISSE & ZANDAMELA, 2023).

Os MRCs enfrentam desafios em relação aos direitos humanos e à igualdade de género. Em muitos casos, as decisões tomadas pelos MRCs podem perpetuar a discriminação contra as mulheres e outros grupos vulneráveis, como pessoas com

deficiência ou membros da comunidade LGBTQ+. Isso ocorre porque os líderes comunitários, inclusos na amostra por serem sujeitos numa sociedade que adopta certo tipo de práticas e crenças, podem adoptar práticas e crenças tradicionais que são prejudiciais para esses grupos (MACHADO, 2017). Ora, esta é a dimensão negativa da auto-regulação deste sistema, a vitimização dos direitos humanos perante um pluralismo mais inclusivo.

Portanto, o Sistema Não Oficial de Administração da Justiça em Moçambique é composto por mecanismos locais distintos, os MRCs, que desempenham um papel importante na resolução de disputas e conflitos em nível comunitário, geralmente, em conflitos de baixa intensidade. Embora esses mecanismos tenham muitos benefícios, eles enfrentam desafios relevantes, a mote vincados nesta abordagem. É importante que haja esforços e acções práticas ou afirmativas para fortalecer tanto o sistema oficial quanto o não oficial de administração da justiça, a fim de garantir que sejam articulados por regulamentos claros e que respeitem a diversidade étnica e cultural de Moçambique (LAVIEQUE, 2020).

5. Desafios

No Palimpsesto moçambicano, encontram dispostos dois códigos de gestão judicial, o consuetudinário e o positivo, respectivamente, o sistema não oficial e o oficial. O sistema não oficial de administração da justiça é composto por mecanismos de resolução de conflitos locais, os MRCs. O sistema oficial de administração da justiça é composto por tribunais judiciais e outras instituições jurídicas que são estabelecidas e geridas pelo Estado (ARAÚJO, 2008).

Uma das principais características do sistema oficial de administração da justiça em Moçambique é sua estrutura hierárquica. Os tribunais são organizados em um sistema de três níveis administrativos, o tribunal judicial do distrito, da província e o tribunal supremo com jurisdição nacional. O Supremo Tribunal é o tribunal superior, enquanto os tribunais de primeira instância são responsáveis por lidar com a maioria dos casos (IDEM).

Outra característica do sistema oficial de administração da justiça em Moçambique é sua independência. De acordo com a Constituição moçambicana, os tribunais devem ser independentes do executivo e do legislativo, a fim de garantir a imparcialidade na administração da justiça (MACHADO, 2017). A referida independência é afrontada pelo processo nomeação dos magistrados, um problema que para UCAMA (2022: 273) leva o

surgimento de “razões para desconfiar, investigar e até mesmo atribuir alguma responsabilidade sobre a tendencial falta de independência do poder judicial ao processo de nomeação”.

O sistema não oficial de administração da justiça em Moçambique é caracterizado pela sua natureza comunitária e informal. Os mecanismos de resolução de conflitos locais são frequentemente liderados por líderes comunitários e anciãos que são reconhecidos por suas comunidades como autoridades em assuntos relacionados à justiça. Esses mecanismos são frequentemente usados para resolver disputas em áreas como herança, casamento, propriedade e questões de terra (MACHADO, 2017). De forma sublinhada, a nova onda dos direitos humanos mostra-se não apenas como oportunidade para a flexibilização das leis atinentes ao pluralismo jurídico, também suscita desafios quanto ao nível de abstracção dos instrumentos legislativos.

Em geral, os sistemas moçambicanos de administração da justiça são caracterizados por uma combinação de estruturas oficiais e informais, com desafios e oportunidades específicos em cada um desses sistemas, onde, o sistema oficial carece de políticas para a efectividade dos quadros e bom desempenho e articulação, vertical e horizontal, bem como a eficiência técnica e dos serviços públicos nessas instituições.

De acordo com dados do relatório Doing Business 2020 do Banco Mundial, Moçambique ocupa a posição 184 entre 190 países em relação à facilidade de fazer negócios, o que indica a existência de dificuldades no que se refere ao cumprimento de contratos e à resolução de disputas comerciais, por exemplo (BANCO MUNDIAL, 2020). Este cenário se prolonga pelo vazio legislativo, bem como técnico local, que evidencia desafios no combate aos crimes cibernéticos, bem como outro tipo de crimes que vem se prolongando desde alguns tempos com o advento do uso da tecnologia, bem como do crescimento dos índices de crime e de venda de armas a nível global.

Além disso, o acesso à justiça é uma questão crítica em Moçambique, especialmente para os mais pobres e marginalizados. Segundo dados do World Justice Project, apenas cerca de 40% da população moçambicana acredita que pode obter assistência jurídica quando necessário. Isso pode ser atribuído a uma série de factores, incluindo falta de recursos e capacidade limitada dos tribunais, além de barreiras geográficas, culturais, fisiológicas, financeiras, literárias, etc. (World Justice Project, 2023).

Em relação ao sistema (não) oficial de administração da justiça em Moçambique, um desafio significativo é a falta de transparência e prestação de contas (cf. UCAMA,

2022). Ora, no contexto não oficial, com base em costumes e tradições locais, muitas vezes não se faz nenhum registo formal de decisões ou processos, o que dificulta a supervisão e a monitoria externa. Desta forma, a oralidade exerce um papel fundamental na cultura organizacional, pois propicia maior capacidade de interacção, no entanto, desempenha um papel menos importante na documentação e institucionalização das referidas instâncias (MACHADO, 2017).

Ora, os sistemas moçambicanos de administração da justiça são caracterizados por uma combinação de estruturas oficiais e informais, cada uma com suas próprias vantagens e desafios. Para melhorar a efectividade e a eficiência do sistema oficial de administração da justiça, são necessárias medidas como o fortalecimento da capacidade dos tribunais e o investimento em tecnologia e infra-estrutura. Já para o sistema não oficial de administração da justiça, é importante promover a transparência e a prestação de contas (também necessária no sistema oficial), além de garantir que todos os membros da comunidade sejam tratados com igualdade e justiça (cf. UCAMA, 2022).

Conclusão

No fim, fica claro que o país adoptou um sistema plural, em processo de institucionalização e de modernização, embora apresente desafios significativos na garantia do acesso à justiça e na efectividade das decisões judiciais. Os sistemas oficial e não oficial de administração da justiça têm suas próprias limitações, e é preciso considerar a complementaridade entre eles para garantir uma justiça mais acessível e efectiva para todos.

O sistema oficial é influenciado pelo sistema jurídico português, que foi implementado durante o período colonial, devoto ao sistema Romano-Germânico, isto é inflexível ou rígido. Existe ainda a falta de recursos financeiros e humanos, a corrupção e a lentidão dos processos judiciais. Por outro lado, o sistema não oficial é baseado em práticas tradicionais, amplamente utilizado em áreas rurais do país, e é visto como uma alternativa acessível e rápida ao sistema oficial de justiça. Também enfrenta desafios, como a transparência ou o respeito aos direitos humanos, além de não estar regulamentado ainda. Em comparação ao período socialista dos grupos dinamizadores, que eram regulamentados por serem instâncias político-partidárias, houve um recesso na positivação dos direitos, tendo em conta que os tribunais comunitários (instituição análoga aos grupos dinamizadores) carecem de regulamentação.

De forma positiva, é necessário aprimorar a capacidade dos tribunais, através do investimento em meios alternativos de resolução de conflitos, face aos desafios do sistema oficial, assim como promover a consciencialização sobre os direitos fundamentais entre a população. É ainda fundamental combater a corrupção de modo a melhorar a efectividade do sistema de justiça em geral e atender as demandas da população de forma justa e equitativa.

Tendo em conta o objectivo de analisar as características e o âmbito de actuação dos sistemas de administração da justiça em Moçambique, conclui-se que entre os dois sistemas, o sistema oficial é regulamentado e o não formal é legalmente garantido legal, mas ainda carece de regulamentação. O Sistema oficial tem uma natureza e actuação administrativa e o não oficial está enraizado nas práticas socialmente aceites e culturalmente morais. Ambos, tem uma função social de prevenir ou corrigir anomalias que prejudiquem a convivência pacífica, sobretudo as atividades ilícitas, portanto criminais ou que vitimizam o ser humano. Em ambos os casos, é preciso incrementar a formação técnica.

Enfim, para garantir uma administração da justiça mais efectiva e acessível em Moçambique, é necessário abordar os desafios enfrentados pelos dois sistemas e implementar soluções que fortaleçam ambos, de modo a alocar mais serviços de justiça qualificados à maioria da população.

Referências

ALFAZEMA, António. Os Desafios dos Tribunais Comunitários na Administração de Justiça em Moçambique. **Artigo livre**. [S. l], [S.e], 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/10809756/Os_Desafios_dos_Tribunais_Comunit%C3%A1rios_na_Administra%C3%A7%C3%A3o_de_Justi%C3%A7a_em_Mo%C3%A7ambique

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: **reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Sara. Pluralismo jurídico em Moçambique. Uma realidade em movimento. **Revista Sociologia Jurídica**, s/l, nº 6, 2008, pp.106-126.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2020, 2019**.

BUCHILI, Beatriz da Consolação Mateus. **O pluralismo jurídico e a realidade sociocultural de Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006.

CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse; MUCHISSE, Itélio Joana & ZANDAMELA, Estrela Rosa Langa. Justiça social e o kukhendla na tradição africana: reflexões à luz dos princípios de Rawls. "**África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África"**, Universidade do Estado da Bahia. Bahia, vol. 10, nº 19, 2023, pp. 53-62.

COSTA, Eder Dion de Paula, "Considerações Sobre o Sistema Jurídico". **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, vol. 37, n. 0, 2002, pp. 79-93, disponível em https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/1772/1469

GABRIEL, D. P. A. Direitos Africanos - Constituição e Organização Judiciária de Moçambique. "**Revista de Arte, Ciência e Comunicação"**, [*S. l.*], n. 17, 2014. DOI: 10.25770/artc.11639. Disponível em: https://artciencia.com/article/view/11639. Acesso em: 4 de setembro de 2024.

GARZÓN LÓPES, Pedro. Pluralismo jurídico. "**Eunomia**" Revista en Cultura da Legalidade, [Recurso da Internet]. Universidade Carlos III de Madrid, nº 5, 19 de setembro de 2014, pp. 186-193. [citado 23 de fevereiro de 2023]. Disponível em: https://e-revistas.uc3m.es/index.php/EUNOM/article/view/2178

GEFFRAY, Christian. **A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

HENRIQUES, Henriques José. **O Direito Internacional e a Constituição De Moçambique: Encontros e Desencontros à Luz Do Pluralismo Jurídico Global** (Tese de Doutorado) Faculdade de Direito. Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2015.

JOSÉ, André Cristiano & PEDROSO, João. O Ministério Público em Moçambique. DIAS, João Paulo & AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (coord). **O papel do Ministério Público: estudo comparado dos países latino-americanos**. Coimbra: Almedina, 2008. pp. 212-232

JÚNIOR, Custódio Vique Jossia. Pluralismo Jurídico: O Palimpsesto Político e Jurídico em Moçambique e Direito de Pasárgada no Brasil. In "**Cadernos de Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**" V. III, nº 2, 2012, pp. 447-493.

LAVIEQUE, Pedro João. Discriminação étnica em Moçambique: elo-base que exige eliminação para paz efectiva. "**REVES**-**Revista Relações Sociais"**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, vol. 3, nº 3, 2020, pp. 0224-0250.

LAVIEQUE, Pedro João. Pluralismo Jurídico: dilemas do Sistema Romano- Germânico em vigor em Moçambique, em dupla oposição – ao Direito Costumeiro e ao Sistema Anglo-saxônico – nas dinâmicas jurídicas da África Austral. **REVES - Revista Relações Sociais**.Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, vol. 4, Nº 4, 2021, pp. 1-16.

MACHADO, I. The role of informal justice systems in Mozambique. **The Broker**, 2017. Recuperado em 16 de março de 2023, de https://www.thebrokeronline.eu/the-role-of-informal-justice- systems-in-Moçambique/.

MJACR, Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, **O Sistema de Administração da Justiça em Moçambique.** Maputo: s/e, 2021. Recuperado em 16 de Março de 2023, de http://www.mj.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=130, acesso em 4 de setembro de 2024.

MOÇAMBIQUE, República de Constituição da República, (2018) in **Boletim da República** I Série nº 115 de 12 de junho.

MOÇAMBIQUE, República de. Formas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias. in **Boletim da República** I Série nº 24 de 20 de junho de 2000b).

MOÇAMBIQUE, República de. Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais. in **Boletim da República** I Série 6 de Maio de 1992.

MOÇAMBIQUE. Regulamento das Formas de Articulação dos Órgãos Locais do Estado com as Autoridades Comunitárias. in **Boletim da República** I Série nº 34 de 25 de agosto, 2000a.

MUCHISSE, Itélio Joana. Diversidade étnica em Moçambique: discurso das identidades. "**Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas"**, Universidade Federal Rural de Pernambuco: Recife, vol. 10, nº 1, 2023a, pp. 50-65.

MUCHISSE, Itélio Joana. Fortificando a Independência do Poder Judicial em MOÇAMBIQUE. Resenha crítica do livro Ucama, A. D. C. (2022). A Independência do poder Judicial: bases, pressupostos e desafios para Moçambique. Maputo: Alcance Editores. "**Revista Científica da UDM"**. 5ª Edição. Universidade Técnica de Moçambique: Maputo, 2023b, pp. 1-10.

UCAMA, António C. David. (2022). **A Independência do poder Judicial**: bases, pressupostos e desafios para Moçambique. Maputo: Alcance Editores, 2022.

UNDP, UNICEF & UN WOMEN, **Informal justice Systems:** Charting a course for human rights-based engagement. A Summury. [S. l.], [S. d], Disponível em:

https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Informal-Justice-Systems-Summary.pdf, Acesso em: 4 set. 2024.

WORLD JUSTICE PROJECT. **WJP Rule of Law Index 2021, 2021**. Recuperado em 16 de Março de 2023, de https://worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/country-profiles/mozambique/

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MAVIE, Nílvia Carina Manuel; MUCHISSE, Itélio Joana. Os sistemas de administração da justiça em Moçambique: suas características e âmbito de atuação. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.401-418, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Mavie, Nílvia Carina Manuel; Muchisse, Itélio Joana (out. 2024). Os sistemas de administração da justiça em Moçambique: suas características e âmbito de atuação. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 401-418.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.419-444 | 2024.

Modernidade e gestão de informações: o alcance do neoliberalismo e da justiça social na participação de políticas de proteção social em Moçambique

Tubias Benedito Borge Capaina *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0000-0000-0000

RESUMO
O artigo aborda a gestão de informações sob o prisma do neoliberalismo e da justiça social na modernidade. Algumas perguntas conduziram à discussão do texto: Como o neoliberalismo difere do liberalismo clássico em relação aos direitos e às prioridades sociais? De que forma a teoria da justiça de Aristóteles pode ser aplicada para analisar as políticas econômicas modernas? Quais são os potenciais impactos ambientais e logísticos da implementação de novos sistemas? Qual é o papel da gestão da informação no ciclo de vida da informação política e como pode contribuir para reduzir diferenças entre as organizações políticas? Como a ética na construção da imagem pública dos candidatos pode influenciar a aceitação pública em uma sociedade diversificada? O neoliberalismo é analisado como uma resposta às crises econômicas das nações industrializadas, caracterizando-se por um foco no comércio e na tecnologia, e diferindo do liberalismo clássico, que priorizava direitos humanos e cidadania. Em contraste, o neoliberalismo coloca ênfase nos direitos do consumidor, alterando a percepção dos indivíduos de cidadãos com direitos universais para consumidores com poder de compra. O texto também discute a relevância das teorias de justiça, fazendo referência a Aristóteles e John Rawls. Aristóteles oferece uma visão sistemática da justiça, que considera o contexto econômico e regional nas mudanças sociais, enquanto Rawls destaca a equidade como base para a justiça, enfatizando a importância da justiça distributiva e corretiva na sociedade contemporânea. Apresentando, os desafios ecológicos e logísticos que surgem com a implementação de novos sistemas, conforme mencionado por Capaina (2022), que alerta para os potenciais agravamentos nas questões ecológicas e logísticas. Essa preocupação sociológica aponta para a necessidade de abordagens integradas ao introduzir novas políticas e tecnologias. Além disso, enfatiza a importância da participação política na formação de políticas justas, sustentando que uma sociedade deve garantir voz e acesso a todos os cidadãos nas decisões políticas, promovendo uma democracia participativa. Este artigo sugere futuras pesquisas que analisem critérios para definir prioridades legislativas frente a problemas emergentes, como mudanças climáticas. A análise proposta oferece subsídios para refletir sobre a complexa interação entre economia, justiça, ecologia e participação política, destacando a necessidade de uma abordagem sociológica abrangente na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE
Gestão de Informação, Neoliberalismo e Justiça Social.

"Ser homem é isso, cair e levantar. Não chore esperando que alguém o levante."
– Sónia Capaina

Modernity and information management: The reach of neoliberalism and social justice in the participation of social protection policies in Mozambique

The article looks at information management from the perspective of neoliberalism and social justice in modern times. Some questions led to the discussion of the text: How does neoliberalism differ from classical liberalism in relation to social rights and priorities? How can Aristotle's theory of justice be applied to analyze modern economic policies? What are the potential environmental and logistical impacts of implementing new systems? What is the role of information management in the life cycle of political information and how can it contribute to reducing differences between

*Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.Investigador Independente. E-mail: capainatubias@gmail.com

political organizations? How can ethics in the construction of candidates' public image influence public acceptance in a diverse society? Neoliberalism is analyzed as a response to the economic crises of industrialized nations, characterized by a focus on trade and technology, and differing from classical liberalism, which prioritized human rights and citizenship. In contrast, neoliberalism emphasizes consumer rights, changing the perception of individuals from citizens with universal rights to consumers with purchasing power. The text also discusses the relevance of theories of justice, with reference to Aristotle and John Rawls. Aristotle offers a systematic view of justice, which considers the economic and regional context in social change, while Rawls highlights equity as the basis for justice, emphasizing the importance of distributive and corrective justice in contemporary society. Introducing the ecological and logistical challenges that arise with the implementation of new systems, as mentioned by Capaina (2022), who warns of the potential worsening of ecological and logistical issues. This sociological concern points to the need for integrated approaches when introducing new policies and technologies. Furthermore, it emphasizes the importance of political participation in the formation of fair policies, maintaining that a society must guarantee a voice and access to all citizens in political decisions, promoting a participatory democracy. This article suggests future research that analyzes criteria for defining legislative priorities in the face of emerging problems such as climate change. The proposed analysis offers food for thought on the complex interaction between economics, justice, ecology and political participation, highlighting the need for a comprehensive sociological approach in contemporary times.

KEYWORDS
Information Management, Neoliberalism and Social Justice

Ubulungiswa beMisebenzi Nemibono Yezimboni: Umthelela weNeoliberalism neMibono Yokulingana emisebenzini yokuvikela abantu eMozambique

Makala hii inachambua usimamizi wa habari kutoka mtazamo wa neoliberalism na haki za kijamii katika nyakati za kisasa. Neoliberalism inatathminiwa kama jibu kwa mizozo ya kiuchumi ya mataifa yaliyoendelea, ikijikita katika biashara na teknolojia, tofauti na liberalism ya kiasili ambayo ilizingatia haki za binadamu na uraia. Izinkinga ezithile zakhokhela engxoxweni yombhalo: Uhluke kanjani umnotho we-neoliberalism kumnotho wesimanje mayelana nezimfanelo zomphakathi nezinto ezibalulekile? Ungayisebenzisa kanjani i-Aristotle's theory of justice ukuhlaziya izinqubomgomo zezimali zanamuhla? Yiziphi izinzuzo ezingenzeka zezokuphathelene nemvelo nezokuhamba uma kuqaliswa ohlelweni olusha? Iyini indima yokuphathwa kolwazi empilweni yezenkolo yolwazi lwezepolitiki futhi ingasiza kanjani ekwehliseni umehluko phakathi kwezinhlelo zezepolitiki? Ungayithinta kanjani imithetho yokwakhiwa komfanekiso ophakeme wababekhankanywayo ekwamukelweni emphakathini ohlukahlukene? Neoliberalism inasisitiza haki za walaji, ikibadilisha mtazamo wa watu kutoka raia wenye haki za ulimwengu kuwa walaji wenye uwezo wa kununua.Makala pia inajadili umuhimu wa nadharia za haki, ikirejelea Aristotle na John Rawls. Aristotle anatoa mtazamo wa kina wa haki, ukizingatia muktadha wa kiuchumi na wa kikanda katika mabadiliko ya kijamii, wakati Rawls anasisitiza usawa kama msingi wa haki, akilenga umuhimu wa haki za usambazaji na kurekebisha katika jamii ya kisasa. Changamoto za kiikolojia na kifafa zinazojitokeza wakati wa utekelezaji wa mifumo mipya zinaelezwa, zikionyesha uwezekano wa kuharibika zaidi kwa matatizo haya. Vilevile, inasisitiza umuhimu wa ushiriki wa kisiasa katika kuunda sera za haki, ikihimiza kuwa jamii inapaswa kutoa sauti na upatikanaji kwa raia wote katika maamuzi ya kisiasa, ikichochea demokrasia ya ushirikishwaji. Makala hii inapendekeza utafiti wa baadaye unaochambua vigezo vya kufafanua vipaumbele vya kisheria mbele ya matatizo yanayojitokeza kama mabadiliko ya tabianchi, ikionyesha haja ya mbinu kamili ya kisosholojia katika nyakati za kisasa.

AMAKHULUMO-A-NEK
Uphathwa Kwemininingwane, Neoliberalism, Nobulungiswa Bezenhlalakahle.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o recente debate das ciências sociais sobre o neoliberalismo. Este texto abre espaço para repensar a nossa atualidade e está dividido em quatro sessões, nomeadamente: Modernidade e Gestão de Informação, nesta sessão se aborda como a gestão da informação é relevante no contexto da modernidade, discutindo avanços tecnológicos e métodos contemporâneos de manipulação e uso da informação. Alcance do Neoliberalismo, neste capitulo, o artigo analisa como a ideologia neoliberal impacta a sociedade, especialmente em termos de economia, políticas e práticas sociais.

Justiça Social na Participação Política, esta parte discute a relação entre justiça social e participação política, analisando como diferentes sistemas políticos podem promover ou dificultar a justiça social e, Forma de Proteção Social em Moçambique, nesta sessão se especifica o contexto geográfico e sociopolítico do estudo, analisando como a participação política e a gestão da informação podem ajudar formação de políticas de proteção social em Moçambique. Portanto, o texto levanta questões sobre a intersecção entre ideologias políticas (neoliberalismo), mecanismos de justiça social e a participação política em um contexto específico (Moçambique), e como tudo isso se relaciona com a gestão moderna da informação.

A compreensão do conceito, o seu enquadramento teórico e mudanças estruturais que levaram à configuração de um novo modelo económico, sobretudo no que se refere a justiça social como o reflexo da modernidade. Portanto, os ajustes realizados, a partir de 1999, nas políticas económicas, em grande parte a instabilidade macroeconómica, como consequências surgi o neoliberalismo.

Proteção social neste artigo é abordado como uma esfera especifica, mas não autônoma do comportamento humano, compreende atos, comunicações e a partir desta relação podemos compreender os significados socialmente reconhecidos pela comunidade local. Por isso se tem dito que os não desenvolvidos conferem os países desenvolvidos e nunca o inverso sub o risco de reproduzir modelos descontextualizados sobre a segurança e o desenvolvimento como resposta a proteção social nas comunidades locais. As pessoas não se separação por meio de espécie, mas pela organização das suas experiências, por suas histórias e pelo modo como classificam as suas necessidades internas e externas (Capaina, 2022c).

A história nos permite entender os eventos culturais ligados a tradição, uma vez em que os hábitos tradicionais estão ligados ao passado, e os padrões de relações sociais

devem ser sustentados por práticas do cotidiano, ele se preocupa em entender as formas de abordagens destes para conectar as lógicas de relações sociais no tempo e no espaço.

Para evitar cair na limitação analítica, como alguns historiadores liberais fazem ao ignorar o papel deste tipo de abordagens como historicamente sem importância, sobretudo quando começam a colocar em evidência o papel das classes e da luta de classes. Dividindo os espaços púbicos e privados, sem usar atributos físicos para classificar ou desqualificar, visto que, os problemas não mandam avisos é necessário verificar e certificar quais são e como as categorias socialmente relevantes estão sendo qualificadas pelas pessoas, antes de deduzir modelos expressivos (Capaina, 2022d).

No entanto, esse processo agudizou-se de forma mais dramática nos países sul-americanos: intensificou-se violentamente a exploração da força de trabalho através de transformações nas legislações trabalhistas. Ocorreram aumentos da dívida externa e interna em meio a altas taxas de juros, verificou-se o desmantelamento de políticas protecionistas e privatizações que resultam no acirramento dos conflitos sociais e aumentos expressivos nos índices relacionados à pobreza.

1.Sobre neoliberalismo

Para Nunes (2011), o liberalismo é a doutrina que pretende colocar a liberdade em seu centro. Sua premissa básica é a dignidade fundamental de cada pessoa, que não pode ser violada em nome de nenhuma necessidade coletiva. Sustenta que a dignidade reside no direito ao exercício soberano da liberdade, baseado em um marco coerente de direitos estabelecidos. Portanto, uma sociedade justa é uma sociedade livre. Sendo a liberdade um direito fundamental, não há espaço para ingerências do Estado no funcionamento do mercado. Pois, o mercado é uma interação de transações voluntárias de indivíduos livres.

O importante é definir um sistema coerente de direitos de propriedade. Mesmo aquele que aparenta ser o mais simples dos objetos sociais, pode revelar-se a sua própria maneira, complexo e tão grandioso como fogueiro especial, ou como ponta suspensa, Capaina (2022a). Por outra, Marques (2016) diz que, a circulação de mercadorias foi o ponto de partida do capital. O comércio foi o pressuposto histórico a partir do qual o capitalismo emerge. Ainda afirma que, o capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho, ou seja, o dinheiro tornar-se-ia a primeira

forma de manifestação do capital, deste modo, as formas de manifestação do capital, se adaptaria conforme a complexificação da relação capital-trabalho. Para o autor, a transformação do capitalismo, teve como consequência:

> A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e sua imprensa utilizam enganam os operários e os camponeses, pertencem a um passado distante. O capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados”. A partilha desse espólio efectua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (Estados Unidos, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu espólio (LÊNIN, 2012, p. 27).

E evidente que ao longo da história da humanidade, o desenvolvimento do capitalismo foi crucial o fator capital. Esse fator foi importante para o seu florescimento. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento histórico-social, o capitalismo passou por uma evolução histórica, criando novas experiências entre os homens.

> A expressão capital-imperialismo permite capturar o movimento peculiar ocorrido após a Segunda Guerra Mundial que aprofundou e alterou os traços fundamentais do imperialismo. Novas características resultariam exactamente de sua dilatação em nova escala. A perpetuação da violência de classes se duplica pela disseminação de envolventes malhas tecidas por entidades cosmopolitas voltadas para o convencimento, tentando dissuadir a classe trabalhadora pela repetição *ad nauseam* de que este é o único modo de existência possível. Violência e convencimento seguem conjugados, na disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento *think tanks* (FONTE, 2010, p. 28).

A partir deste pensamento *think tanks*, Marque (2016) afirma que surgia o neoliberalismo, como ideologia económica-política, que traria a complexificação das lutas de classes, a explosão de crises políticas, económicas e sociais. Isto é, o neoliberalismo possui uma relação intrínseca com o capitalismo atual, principalmente, a partir da década de 70. Conforme Gramsci (2022), o neoliberalismo significa dominação “consentida”, a hegemonia neoliberal, dissemina, a dominação de uma classe social sobre a outra, de uma nação sobre a outra. Sendo assim, dentro do sistema capitalista as relações sociais são definidas pela troca de mercadorias, a detenção dos modos de produções e as relações de forças produtivas, entre capital-trabalho. O grupo dirigente detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia, quanto mais difundida a ideologia,

tanto menos utilizada a violência explicita. Com isso, a hegemonia neoliberal significou uma conquista processual dentro dos espaços, no seio e por meio da sociedade civil, visando à conquista de posições. Entende-se que, neste caso, impõe-se à luta de classes uma estratégia de ataque frontal e complexificação das lutas sociais.

Enquanto o liberalismo clássico, da época da burguesia nascente, propôs os direitos do homem e do cidadão, entre os quais, o direito à educação, o neoliberalismo enfatiza mais os direitos do consumidor do que as liberdades públicas e democráticas e contesta a participação do estado no amparo aos direitos sociais. Representa uma regressão do campo social e político e corresponde a um mundo em que o senso social e a solidariedade atravessam uma grande crise. O futuro guarda muitas promessas passadas, muitos arrependimentos, mas se dividirmos as bagagens, talvez a carga seja menos pesada. Cada escolha traz consigo bênção e também dificuldades. Não podemos fugir dos nossos demónios do passado. Mas, podemos controla-los por meio da moralidade seletiva (Capaina, 2022c).

1.1. Neoliberalismo e educação

Para Silva (1994) a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação e determina-lhe basicamente três objetivos: (a)Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa académica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa; (b) Assegurar que mundo empresarial tenha interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional/(b)Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários; (c)Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática.

Enquanto o liberalismo político clássico colocou a educação entre os direitos do homem e do cidadão, o neoliberalismo, segundo Tomás Tadeu da Silva, promove uma regressão da esfera pública, na medida em que aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor.

> O discurso neoliberal insiste no papel estratégico da educação para a preparação da mão-de-obra para o mercado. Mas não se pode esquecer que o neoliberalismo torna-se hegemónico num momento em que a revolução tecnológica impõe o desemprego estrutural. Adeus ao trabalho, este título sugestivo do livro de Ricardo Antunes nos faz pensar que actualmente o mundo do trabalho é mais excludente que o sistema escolar. Em que pese o facto de a escola ser cada vez mais necessária para preparar profissionais para o mercado de trabalho, é preciso

> perguntar: e quanto aos excluídos do mundo do trabalho, que papel caberá à escola senão o de tornar-se uma espécie de babá de futuros desempregados? (SILVA, 1994, p. 42).

O neoliberalismo aqui mostra-se como um feramente ou mesmo uma ideologia menos favorável a vida das pessoas, visto que ela empurra-os para o desemprego. Portanto, o processo de globalização, de internacionalização da economia, sua confiança na mão cega do mercado e nos novos conceitos de gerenciamento empresarial; nos quais os problemas sociais e políticos ficam reduzidos a uma questão técnica de gestão, Reação aos direitos sociais, à participação do Estado em políticas sociais, o que implica regressão da esfera pública numa época de aumento das desigualdades existentes sociais. Por essa razão, Gamarnikow (2013), defende que a educação não é a solução. A educação não “gera” ofertas de emprego sob o capitalismo. Ao contrário, as ofertas de emprego são resultado de investimentos capitalistas e decisões sobre quais tipos de emprego serão criados e quais tipos de trabalhadores serão empregados.

A educação entra nesse cenário do trabalho como um mecanismo de seleção e filtro, não como garantia de emprego. E quanto mais educação todo mundo tem, menor valor ela tem no mercado. Os salários pagos pela educação decaem à medida que a oferta de trabalhadores educados [“Valor do diploma universitário cai quando o número de graduados sobe”]. A relação educação - emprego na era da educação em massa é uma hierarquia em crescimento entre instituições educacionais e a crescente importância das redes e conexões do capital social, isto é: corrupção e nepotismo. Infelizmente, a educação mantém sua importância para aqueles que não a têm, e que são excluídos por conta disso.

> A conexão entre educação e mobilidade social é também muito mais complexa e problemática. A mobilidade social não é causada pela educação, mas pelo crescimento e mudança económica, como está acontecendo no Brasil agora mesmo, e como aconteceu no Reino Unido e nos Estados Unidos nos anos de 1950 e 1960. É isso que nós, sociólogos, chamamos de “mobilidade social estrutural”. Para que uma mobilidade social disseminada aconteça, é necessário um aumento relativo das ocupações de remuneração mais alta e, concomitantemente, uma diminuição das ocupações de baixa remuneração e baixo status (GAMARNIKOW, 2013, p. 193).

O importante de se notar aqui é que a mobilidade social se baseia nas desigualdades da estrutura ocupacional, assim como é uma expressão delas. Para que se possa subir numa hierarquia, é preciso que haja uma hierarquia. Assim, para a autora

uma sociedade na qual se considera a mobilidade social importante é, fundamentalmente, uma sociedade desigual.

Da teoria da dependência ao projeto neoliberal no mundo

Para Glória (2010), o modelo neoliberal se consolidou claramente a partir dos anos oitenta e coincidiu com o processo de globalização da economia capitalista sob a égide das multinacionais. No caso do Chile, suas formas específicas de consolidação têm suas raízes nos eventos após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, embora sua fase expansiva tenha começado claramente a partir de 1983. A década entre 1973 e 1983 foi marcada por duas profundas recessões (1974-1976 e 1981-1983). Entretanto, durante essa década ocorreram transformações profundas que obviamente alteraram as formas de poder existentes, além de significar mudanças muito importantes na estrutura social, isto é, na composição e nos modos de relacionamento entre diferentes classes e grupos sociais. O que importa aqui é que, a partir de 1983, alguns fundamentos do modelo neoliberal, especialmente os econômicos, começaram a parecer inquestionáveis: em todos os lugares se afirmava e ainda se afirma em certa medida o sucesso do "modelo econômico chileno".

É importante destacar que os novos grupos dominantes, para viabilizar a atual relação de dependência, tiveram que realizar uma profunda transformação nas relações sociais existentes, alterando o tipo de articulações entre eles mesmos e com os outros grupos que compõem a sociedade chilena. Além desses fatos, é importante considerar as mudanças nas orientações de comportamento e atitudes dos diversos grupos sociais considerados. Os eventos aos quais nos referimos não são o único fator explicativo do que ocorreu no Chile, mas ilustram a forma interna que a nova dependência adquiriu.

O período entre 1974 e 1983 foi caracterizado por uma franca desindustrialização. Nesse intervalo, o valor da produção do setor industrial chileno sofreu uma queda próxima de 25%, com o fechamento de mais de 5.000 estabelecimentos e a perda de quase 150.000 empregos. A mudança na estrutura econômica e sua dinâmica de evolução, assim como a mudança na estrutura social e nas relações que ocorreram na sociedade chilena, encontram uma explicação importante na transformação do setor industrial e de seus empresários, e no tipo de relações que estes estabeleceram com outros setores econômicos e grupos sociais (GLÓRIA, 2010, p.16).

A maior parte do investimento realizado no setor industrial foi direcionada para segmentos exportadores, como alimentos, madeira e celulose, que se tornaram um

núcleo de crescimento industrial exportador. Contudo, esses processos consistiam principalmente em transformações intermediárias de matérias-primas, como farinha de peixe, que geralmente servem de insumo para posteriores processamentos industriais realizados no exterior. A vantagem comparativa desses segmentos industriais exportadores residia principalmente na utilização de mão de obra barata.

Modernidade: definição

Para da Cruz (2011), é difícil definir a modernidade, pois se trata de um período histórico que é ao mesmo tempo passado e presente. No geral, ela é um processo de transformações do pensamento ocidental iniciado no século XVI onde há uma ruptura com a tradição medieval. Para o autor, o tempo moderno é "tudo isso, a filosofia como problematização de uma atualidade e como interrogação. Caracteriza a filosofia como discurso da modernidade e sobre a modernidade." Para o autor, duas noções são importantes para entender o moderno:

> A ideia de progresso, que faz com que o novo seja considerado melhor ou mais avançado do que o antigo; e a valorização do indivíduo, ou da subjectividade como lugar da certeza e da verdade, e origem dos valores, em oposição à tradição isto é, ao saber adquirido, às instituições, à autoridade externa. (MARCONDES, 2004, p. 140).

O moderno fez o homem ser o centro das atenções. Diferentemente do pensamento medieval, nessa fase prevalece o domínio da razão. Rompendo assim uma doutrina arrebatadora, o homem se torna o centro, a medida do conhecimento em que tudo está estritamente ligada à razão. Daí a importância da compreensão da modernidade para, então, se compreender como foi descoberta a ideia de sujeito, de agente dominador. As grandes navegações dão uma nova visão de mundo no contacto de novas culturas, o Renascimento e a Reforma Protestante trazem mudanças cruciais principalmente no âmbito religioso e político.

> A modernidade é a época em que a alma se retira do mundo das coisas e recolhe-se no mundo dos homens, bem como a época em que os homens se acreditam suficientemente fortes e poderosos, qual um novo, qual um novo Prometeu, se não para elevarem-se contra a divindade e se imporem aos deuses, menos para prescindirem de sua proteção e dispensarem seus serviços. (DOMINGUES, 1991, p.32)

Para Domingues (1991), com todas essas novidades, o mundo parecia está desordenado, fragmentado e sem referência ou centro, era preciso achar alguma

orientação ou método para centralizar o mundo. É aqui que a razão entra como aquela que vai restituir a unidade perdida, pois ela está para além das culturas e é universal.

> A razão é de facto, o elemento comum a todos os seres humanos e, por isso, assume a condição de fundamento a partir do qual o mundo deve ser organizado. É ela quem deve, a partir de agora, dar unidade e sentido a todas as esferas que compõem a existência humana. Tudo quanto pretenda ter legitimidade para existir necessita, pois, de submeter-se ao crivo da Razão. (HANSEN, 1999, p. 37).

Com o iluminismo no seu auge defendendo o uso da razão como uma ferramenta para o progresso da humanidade, deparou-se em contrapartida com mau uso dela. Mostrava-se não ser capaz de guiar o homem rumo ao progresso almejado, pois, assiste-se um verdadeiro caos implantado na arena social. A história mostrou principalmente no século XX, que o homem não pode confiar na razão, porque é a mesma razão que o leva para o abismo.

Habermas em o discurso filosófico sobre a modernidade, faz uma reflexão de uma razão que não busque conhecimento somente da relação sujeito objeto ou que ela não seja fechada em si mesma. Ele busca uma filosofia que seja pautada na comunicabilidade dos sujeitos frente aos novos paradigmas da modernidade. Essa razão moderna está centrada na sua autoafirmação e na autoafirmação da subjetividade é ai que Habermas alerta sobre o perigo do purismo da razão:

> Só a razão reduzida à capacidade subjectiva de entendimento e de actividade teleológica corresponde à imagem de uma razão exclusiva que, quanto mais aspira triunfalmente às alturas se desenraíza até finalmente cair, vítima da força da sua oculta origem heterogénea. (Domingues (1991).

Domingues apud (Nietzsche 2002), já fazia a crítica à modernidade, o pensamento tradicional desde Aristóteles era totalizante e coerente com a realidade, a verdade era procurada em um sistema lógico e formal. Com Nietzsche há uma desconstrução do modo de pensar tradicional. Desfazendo a ideia de um pensamento sistemático, ele fundamenta sua linguagem filosófica na vontade de poder e a própria verdade é colocada em questão. Agora a verdade não está mais pautada na razão, (que se engana) mas na vontade.

Pós-Modernidade e sujeito

Para da Cruz (2011), o termo "pós-modernismo" teve sua origem na Espanha na década de 1930. Perry Anderson em "As Origens da Pós-Modernidade" (1999), aponta ter

sido, Frederico de Onís, o primeiro a usar o termo pela primeira vez. Mas foi o filósofo francês Jean-François Lyotard, com a publicação "A Condição Pós-Moderna" (1979), que expandiu o uso do conceito. Logo no início do primeiro capítulo dessa obra Lyotard usa o termo idade pós-moderna se referindo ao objeto de estudo em questão.

Em Lipovetsky o conceito é encarado como continuação do processo moderno e elevação exagerada de seus ideais, daí ele preferir usar o termo hipermodernidade para se referir a esse processo. O termo “hiper” faz menção a uma exacerbação dos valores da modernidade, é a cultura do excesso determinada e marcada pelo efémero em que o sujeito em ritmo acelerado busca a satisfação dos seus desejos. A sociedade contemporânea é a mais alta fase da modernidade. É uma sociedade do excesso e do vazio que dão autonomia e produz novas formas de liberdade causando “novos problemas, novas angústias e novas expectativas.

Para da Cruz (2011), “A Era do Vazio” o filósofo chama a atenção para a fragmentação da sociedade e seus costumes, o consumo, o hedonismo, o individualismo e a urgência de um novo paradigma social. Com o enfraquecimento de todos os sectores da sociedade e, principalmente, do indivíduo contemporâneo emerge um modo “inédito” de vivência, “numa ruptura com o que foi instituído a partir dos séculos XVII e XVIII”.

Bauman (2001), outro filósofo contemporâneo, não utiliza o termo pós-modernidade, mas “Modernidade Líquida”. Em que os preceitos duros, sólidos e sedimentados da modernidade derreteram-se ele também concorda com Lipovetsky quando afirma que “a sociedade de consumo não é nada além de uma sociedade do excesso e da fartura”. Para Lyon (1998), a pós - modernidade existe como uma ideia ou forma de crítica na mente dos intelectuais e nos meios de comunicação. Embora muitos autores usem variados conceitos para discorrer sobre o fenómeno, um fio une todos eles, a mudança: “o conceito de pós-modernidade faz parte do pensamento social porque nos alerta para algumas mudanças sociais e culturais importantes que estão acontecendo neste final de século XX.

> [...] o desenraizamento sistemático das populações rurais, depois urbanas, langores românticos, o spleen dandy, Oradour, os genocídios e etnocídios, Hiroshima devastada em dez quilómetros quadrados, com 75 mil mortos e 62 mil construções destruídas, os milhões de toneladas de bombas jogadas sobre o Vietname e a guerra ecológica com produtos herbicidas, a escalada do estoque mundial de armas nucleares, Phnom Penh espoliada pelos Khmers vermelhos, as figuras do niilismo europeu, os personagens mortos vivos de Beckett, a angústia e a desolação interior Antonioni, Messidor de A. Tanner, o acidente de Harrisburg...com certeza a lista se

> alongaria desmesuradamente se quiséssemos inventar todos os nomes do deserto. (LIPOVETSKY, 2005 p. 17).

Todas as instituições, organizações e todos os valores estão sendo esvaziados de sua substância. O saber, o poder, o trabalho, o exército, a família, a Igreja, já não estão em funcionamento como princípios absolutos e intangíveis. Há uma descrença geral em todos eles. Entretanto, o sistema funciona e as instituições se desenvolvem multiplicando-se assustadoramente, a diferença é que agora num ritmo livre e leve, no vazio e sem sentido. É preciso saber viver ou sobreviver nos “espaços desactivados”. Uma onda de apatia invadiu a sociedade que acompanhou a morte das ideologias e “a morte de Deus” prevista por Nietzsche.

> Deus está morto. Nós o matamos. Deus permanece morto. E fomos nós que o matamos. Como nos consolar, nós, os assassinos dos assassinos? Aquilo que o mundo possuía até agora de mais sagrado e de mais poderoso perdeu seu sangue sob nossos punhais. Quem limpará esse sangue de nossas mãos? Que água instral poderá jamais nos purificar? (NIETZSCHE, 2002)

Para da Cruz (2011), Nietzsche nos carrega de culpa diante da depreciação mórbida dos valores e anuncia o niilismo europeu. Porém, Lipovetsky vê um deserto pós-moderno todo feito de indiferença e em que cada vez mais se afasta do niilismo. “Deus morreu, as grandes aspirações se extinguiram, mas ninguém está dando a mínima importância para isso”. Essa é a boa notícia, eis o limite do diagnóstico de Nietzsche em relação à tristeza europeia.

Não estando sob pressão, livre das correntes tradicionais e guiado pela lógica hedonista, a pós-modernidade forjou um indivíduo “narcisista” voltado para si mesmo em busca de satisfação e realização pessoal. Na verdade, o que caracteriza uma sociedade narcisista é a vivência do presente e não mais atrelada ao passado e ao futuro. O sentido histórico já não faz mais sentido, as pessoas não se prendem mais às instituições e desacreditam em seus valores. É instaurado por assim dizer um narcisismo coletivo. “A cultura narcisista é a celebração da aparência física, o triunfo do espelho e o culto da própria imagem” (PEREIRA 2006, p.3). Narciso segue um caminho incerto, mas consegue caminhar, atravessando sozinho o deserto, levando a si mesmo sem qualquer apoio transcendental, o homem de hoje é definido pela vulnerabilidade.

Justiça social

Para Mascaro (2022), Aristóteles representa o apogeu do pensamento filosófico grego, e o mesmo se pode dizer para a filosofia do direito. Após sua morte, durante toda a Antiguidade e a Idade Média, suas reflexões filosóficas foram tidas como o mais alto patamar de ideias sobre o direito e o justo já construídas**.**

A grande excepcionalidade da filosofia do direito de Aristóteles se revela pela sua sistematização filosófica da justiça. As partes iniciais do Livro V da Ética a Nicômaco estão voltadas a essa questão. Logo de início, Aristóteles separa dois grandes campos de compreensão sobre a justiça. Ela pode ser tomada no sentido universal e no sentido particular. Todo o indivíduo diante do princípio original, escolhe igual liberdade para todos, buscando garantir que as instituições que governariam estivessem em um sistema de liberdade.

Além disso, buscar-se-ia maiores benefícios aos menos favorecidos, bem como as posições sociais que sejam acessíveis a todos, em condições de oportunidade para todos, a estrutura básica é o objeto primário da justiça porque seus efeitos são profundos e estão presentes desde o começo, assim, os cidadãos são iguais no sentido em que se considera que todos têm num grau mínimo essencial, as faculdades morais necessárias para envolver-se na cooperação social a vida toda, participando em sociedade como cidadão igual (Capaina, 2022c).

1.2. **Justiça universal e particular**

Na sua perspectiva universal, a justiça é tomada num sentido lato. Ela tanto é uma manifestação geral da virtude quanto uma apropriação do justo à lei que, no geral, é tida por justa. O respeito à lei é a característica desse justo que é tomado no sentido lato. Para Aristóteles, diferentemente dos modernos, a lei, produzida na pólis a partir de um princípio ético, é diretamente relacionada ao justo, mas não por conta de sua forma (ou seja, não é justa somente porque é formalmente válida), e sim em razão de seu conteúdo. Para Aristóteles, uma má lei não é lei. Sendo a lei somente a lei justa, a justiça tomada no seu sentido universal não deixa de ser, também, o cumprimento da lei.

> A caridade ou a paciência, por exemplo, e todas as virtudes demandam um conteúdo específico que as tipifica. Diz-se que a caridade se tipifica num ato de dar. Mas aquele que dá ao poderoso, por medo de ser violentado, e não dá ao necessitado, por lhe ser superior em poder, não é caridoso, porque ao mero ato de dar deve se acrescer a justiça do ato. A caridade não é uma virtude em si própria sem que se lhe acresça a virtude da justiça. O mesmo com a paciência. Mas alguém pode ser justamente caridoso e impaciente. A caridade presume justiça, a paciência presume

> justiça, mas a caridade não presume paciência. A justiça está em todas as demais virtudes, e por isso é a única virtude universal. Mas, ao mesmo tempo em que é virtude universal, configurando todas as demais, ela é também uma virtude em si mesma. (MASCARO, 2022, p.113),

Ao abordar a justiça aqui nota-se ligeira maturada que caracteriza pensamento de Aristóteles. Nesse trecho deixa claro que a caridade que é um ato de dar só considera-se justiça se for feita sem medo. E que a justiça é uma virtude universal. O colonialismo como sistema impõe um conjunto de imagens sobre a inferioridade de uns para com os outros. Depois trouxeram a ciência para mostrar ou exemplificar a posição e as suas construções psicológicas sobre a dominação do outro. Por exemplos no período da apartheid as cadeias foram construídas para destruir as identidades psicológicas nas pessoas. Sob materialismo dialético, Marx diz que a sociedade dentro de si mesma existem gêneses da sua própria destruição. Haverá um dia em que os dominados iram lutar contra os dominantes. Por isso, enquanto Valdez aborda sobre as redes de solidariedade, Mamona aborda sobre as nacionalidades africanas (Capaina, 2022a).

1.3. **Justiça distributiva**

Para Aristóteles, apud Mascaro (2022), a justiça distributiva trata da distribuição de riquezas, benefícios e honrarias. Apresenta-se como a mais alta ocupação da justiça, e também a mais sensível. A distribuição compreende sempre dois sujeitos em relação aos quais se avalia a justa distribuição dos bens, e dois bens, que serão divididos entre tais pessoas.

Assim sendo, a distribuição compreende uma espécie de função matemática tal qual uma regra de três, uma proporção geométrica. A justa distribuição, para Aristóteles, é um justo meio-termo entre duas pessoas e duas coisas. O critério fundamental para tal distribuição justa é o mérito. A justiça distributiva utiliza como parâmetro o dar a cada um de acordo com seu mérito, ainda que Aristóteles reconheça que o critério do mérito possa ser variável. Para o democrata, dirá, o mérito presume a condição livre; para o oligarca, o critério do mérito é a nobreza de nascimento.

1.4. **Justiça corretiva**

A justiça corretiva também chamada de diortótica, por sua vez, é bem menos complexa que a distributiva. Trata-se de uma proporção aritmética, no dizer de Aristóteles. Ao contrário da distribuição das honrarias, bens e cargos de acordo com o mérito, nessa vertente a justiça é tratada como uma reparação do quinhão que foi, voluntária ou

involuntariamente, subtraído de alguém por outrem. Por isso as questões de ordem penal são tratadas como justiça corretiva, na medida daquilo que representou a perda e o ganho. No caso penal, mais do que a pena, a justiça corretiva trata da reparação civil dos danos causados pelo crime. Também no caso das transações entre sujeitos privados a justiça corretiva se apresenta

> O justo, para Aristóteles, não é uma medida fixa, do tipo x de água para cada ser humano, em qualquer lugar, a qualquer tempo. É uma medida económica, histórica, social e política. Quando descobrirem meios hábeis de canalizar e distribuir a água do Amazonas para o deserto, então a alto desperdício de água na beira desse rio será injusta. Para Aristóteles, a justiça é uma manifestação da economia (MASCARO, 2022, p. 115).

Aristóteles fala da justiça olhado para questões económicas, pese embora o seu contexto histórico, deixou ficar algumas ideias sobre o assunto. Na verdade, tendo mesmo atingido uma reflexão sobre o dinheiro enquanto referencial universal da produção, Aristóteles estava limitado, na sua visão económica, às próprias circunstâncias do modo de produção escravista, na medida em que, diferentemente do capitalismo, o escravismo não universalizara o trabalho assalariado e o capital e, portanto, não tinha meios de fazer uma crítica profunda de todas as relações sociais subjacentes.

1.5. **A justiça em Agostinho**

Para Mascaro (2022), A justiça, para Santo Agostinho, não se vê no costume, isto é, nas ações do homem na Terra. Vê-se na lei de Deus. E, assim sendo, não é mensurável pelos atos, mas apenas pela boca de Deus. É somente assim que se sabe que Abraão e Davi foram justos. Para Agostinho, ao contrário da tradição jurídica clássica, não é possível mensurar os atos justos. Chega-se mesmo a considerar uma presunção a busca do justo pelas próprias atitudes do homem. O justo é uma graça divina.

> Sendo a justiça uma expressão divina e os homens pecadores, as acções do homem, na Terra, são injustas. O mesmo se pode então pensar sobre as leis humanas. Por extensão, os poderes humanos são defeituosos. Isso levaria a uma insubordinação à ordem terrena, mas será justamente o contrário que proporá Agostinho. É verdade que se deva reconhecer a injustiça e a provisoriedade do mando terreno. A autoridade é injusta, porque é falível. No entanto, Agostinho, muito próximo do pensamento de Paulo de Tarso, reconhece que a autoridade assim o é por conta dos desígnios de Deus, restando então ao homem, temente a Deus, submissão aos poderes terreno (MASCARO, 2022, p.169).

Para Santo Agostinho, ainda que compreendendo que as leis humanas, por sua falibilidade, são injustas, devem a elas se submeter. As instituições são injustas, mas o seu poder, ainda assim, deve ser respeitado. Tratando dos juízes, que, humanamente, podem errar, porque a plena justiça nos julgamentos seria só divina, mesmo de tal modo Agostinho manda que julguem, para manter a ordem, pois a sociedade não pode prescindir de tal autoridade. Ainda que injustamente o tribunal se valha da tortura para arrancar a verdade do réu, a tortura é uma miséria e uma barbaridade, mas o julgamento é necessário para a manutenção da ordem social.

1.6. **Justiça como equida de em John Rawls**

Para Da Silva (1998), A justiça não detém um conceito metafísico ou ontológico, mas sim político, resultante de acordo político das diferenças sociais, culturais, religiosas e económicas, comumente existentes numa sociedade de estrutura democrática. A concepção particular de justiça é submissa aos anseios de justiça da sociedade em geral, que vem a ser exteriorizada por meio de órgãos legitimados para tanto pela constituição do Estado.

Nesse contexto, a norma injusta deve ser cumprida, muito embora esteja sujeita a todos os métodos de hermenêutica jurídica, inclusive à luz da Constituição vigente, que é presumivelmente justa. A justiça como equidade é pensada para aplicação ao que se chama de estrutura básica de uma democracia constitucional moderna. A estrutura básica designa as principais instituições políticas, sociais e económicas dessa sociedade, e o modo pelo qual elas se combinam num sistema de cooperação social. A justiça como equidade tem como fundamento básico, primeiramente, a observância de dois princípios, o da liberdade e o da igualdade. No segundo plano, que tais princípios são superiores a todos os demais aplicáveis aos cidadãos, enquanto pessoas livres e iguais.

A filosofia, a moral ou a religião não têm como estabelecer as formas institucionais mais apropriadas à liberdade e à igualdade. Apenas uma base pública de acordo político o seria capaz, dadas as diferenças e fortes convicções setoriais. O acordo político, do qual resulta a concepção de justiça, nem sempre é livre de coercibilidade, embora compatível à concepção de que pessoas são livres e iguais.

A concepção política de justiça é apresentada não como uma concepção da justiça verdadeira, mas como uma concepção que pode servir de base a um acordo político informado e voluntário entre cidadãos, vistos como pessoas livres e iguais. Assim: a). O primeiro princípio é que “cada pessoa tem de ter um igual direito ao mais extensivo

sistema total de básicas liberdades iguais, compatíveis com um similar sistema de liberdade para todos". b). O segundo princípio dispõe que "as desigualdades sociais e económicas têm de ser ajustadas de maneira que sejam tanto: para o maior benefício dos menos privilegiados. c). Ligadas a cargos e posições abertos a todos, sob condições de equitativa igualdade de oportunidade".

Percebe-se aqui, que a maior preocupação de John Rawls para com a classe menos favorecida. Num mundo capitalista onde a liberdade económica torna-se cada vez mais evidente. Entendemos que esses dois princípios consistem em que todos os bens primários sociais devem ser distribuídos igualmente exceto se uma distribuição desigual seja em benefício dos mais desfavorecidos.

2. A Gestão de Informação (GI)

O gerenciamento da informação, segundo Davenport (1997), é um conjunto estruturado de atividades que espelha a forma pela qual uma organização captura, distribui, e usa informação e conhecimento. Definir a GI como um processo enfatiza medição e busca de melhorias. Porém, este Processo pode ser qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma uma entrada, adiciona valor e fornece um resultado a um cliente específico.

Pode ser definido, também, como um conjunto de operações que transforma recursos em produtos (entradas em saídas), e possui mecanismos de controlo e verificação de qualidade. Ou ainda, uma sequência de atividades que transforma insumos em produtos, agregando valor envolvendo um conjunto que pode envolver pessoas, empresa, produtos, serviços, clientes, (Gonçalves, 2000; Villela, 2000). Esta teoria me permite entender que gerir é o mecanismo de controlar com eficiência as nossas ações dentro e fora do grupo social.

2.1. Formas de Gestão de Informação nas Organizações Públicas.

Na sociedade da informação, a produtividade está baseada na geração de conhecimentos, processamento de informações, e na comunicação em rede. A informação expressa interações entre pessoas e/ou grupos num contexto histórico. Suas condições de produção, intermediação, e uso não são iguais e essa desigualdade se reproduz em termos de oportunidades (Castells, 1999; Lima, 2005).

Existem assimetrias no acesso e uso da informação porque nem todos os agentes socioeconómicos têm o mesmo acesso à informação e/ou podem transformar a

informação em conhecimento com a mesma eficiência. Os gestores da área governamental adoptam diferentes definições para gestão da Informação. Exemplo para os gestores do Secrétariat du Conseil du Trésor du Canada, do governo do Canadá, gestão da informação significa a gestão coordenada dos recursos de uma organização fundamentada sobre a Informação (McDonald e Ardern, 2001). Dessa forma, a gestão da informação numa organização pública deve ter como guias: a visão de futuro; a missão; e os objetivos institucionais; expressos por leis e regulamentos aos quais a instituição deve obedecer.

Prover informação de qualidade deve resultar em serviços que: atendam às necessidades dos cidadãos; conquistem a confiança pública e a credibilidade; aumentem a produtividade e reduzam os custos da administração pública, (Canada, 2004). Uma política de gestão de informações leva em conta a complexidade do ambiente, oferece uma orientação sobre a maneira pela qual a informação deve ser criada, utilizada e conservada. Esta teoria me permite entender que o Estado, por intermédio de seus agentes, cumpre um papel com relação à assimetria informacional, ele concorre para “equalizar” as condições de acesso e uso da informação. E isso pode ser usado como uma forma de coagir o eleitorado a fazer parte de um grupo de forma simples e pacifica evitando assim aquilo que chamamos de abstenção eleitoral ou seja, a não participação no ato de votar" (BOBBIO, p.7).

3. **Os Níveis De Participação Política Local**

Para Bobbio (1998, p.888):

> Na terminologia corrente da ciência política, a expressão Participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.

Ainda em Bobbio (1998, p.888):

> O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Esta contribuição, ao menos no que respeita à maior pane dos cidadãos, só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade.

Assim, para Almond e Verba (1989: p.2) a Cultura política deve ser vista como "conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política", para estes, o indivíduo pode assumir certas tendências comportamentais, dentro das quais eles distinguem três. A primeira é a tendência *cognitiva que* se revela no conjunto dos conhecimentos e crenças relativos ao sistema político, aos papéis que o compõem e aos seus titulares; por outro lado temos a tendência afetiva *que* se revela nos sentimentos nutridos em relação ao sistema, às suas estruturas; e terceira tendência tem a ver com aquilo que eles consideram como sendo a tendência *valorativa que* compreende juízos e opiniões sobre fenômenos políticos e exige a combinação de informações, sentimentos e critérios de avaliação.

Para Almond e Verba (1989) as tendências distinguem-se depois segundo seu objeto: o sistema político em sua globalidade, ou as estruturas de imissão, no sistema político, de instâncias e demandas presentes na sociedade, ou ainda as estruturas de tipo executivo e administrativo mediante as quais se executam as decisões, e, enfim, a relação existente entre indivíduo e sistema.

O primeiro tipo de Cultura política também designado por *parochial political culture* ocorre principalmente em sociedades simples e não discriminadas, onde os papéis e as instituições de cunho especificamente político não existem ou coincidem com os papéis e estruturas de caráter econômico e religioso (BOBBIO, 1998). O segundo tipo, chamado de Cultura política de "sujeição", existe quando os conhecimentos, os sentimentos e avaliações dos membros da sociedade estão voltados essencialmente para o sistema político em seu conjunto, mas atentos principalmente aos aspectos de *output,* ou de saída, do sistema, isto é, na prática, ao aparelho administrativo incumbido da execução das decisões.

Aqui as tendências são de tipo acentuadamente passivo e esta cultura corresponderia principalmente aos regimes políticos autoritários e por fim o terceiro tipo de Cultura política designada “de participação” existe tendências específicas que não visam apenas ambos os aspectos do sistema, mas supõem também a posição ativa de cada um. Dentro desta mesma colocação, são depois usados os conceitos de adesão (*allegiance*), apatia e alienação para caracterizar a relação de congruência ou incongruência entre cultura e estrutura políticas (BOBBIO, 1998).

Deste modo, nas sociedades em que existem faixas bastante amplas de sujeitos "participantes", se acham também segmentos bem claros de "súditos" e de *parochials.*

Embora não isento de dificuldades a nível conceituai, este esquema interpretativo possui uma certa utilidade, porque permite pôr em evidência ou ver à nova luz certos problemas que são de grande interesse para o estudioso dos fenômenos políticos (BOBBIO, 1998). Podemos pensar que a Cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de *subculturas,* isto é, por um conjunto de atitudes, normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si.

Em sociedades complexas, articuladas em estruturas bastante diferenciadas e resultantes da agregação de comunidades com história e tradições diversas, a presença destas conformações chamadas subculturas não causa admiração; a sobrevivência de divisões étnicas e de diferenças linguísticas constitui sua prova exterior mais evidente. Do ponto de vista político, as diferenciações mais óbvias da Cultura política são as dependentes da existência de correntes de pensamento, símbolos e mecanismos de organização que desembocam nas forças políticas (BOBBIO, 1998). De acordo com Aron (2002), a ciência das relações internacionais não pode ignorar os vínculos entre o que ocorre no cenário diplomático e os acontecimentos de cada país. Não pode separar rigorosamente as relações interestatais das relações interindividuais que interessam a mais de uma unidade política.

Porém, tradicionalmente, as relações entre os Estados – as relações propriamente interestatais – foram o que constituíram, por excelência, a especificidade do campo das Relações Internacionais. Os pilares que sustentam a disciplina acadêmica de Relações Internacionais têm suas bases fixas no realismo político. O núcleo básico do realismo se pauta no Estado como único ator relevante para as relações internacionais, sendo este detentor de poder soberano caracterizado pela sua racionalidade, incorporando no centro das análises da política internacional o tradicional conceito de **raison d'etat**. Como afirma Waltz (1979), os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais, mas as estruturas da política internacional são definidas não por todos os atores que florescem dentro delas, mas pelos mais importantes.

Por exemplo: se esta concepção estadocêntrica funcionou como premissa metodológica para a produção das primeiras teorias de Relações Internacionais. Mais do que meros instrumentos para reconhecer e desvendar os fenômenos internacionais, estas teorias se transformaram rapidamente em verdadeiros guias para a ação política, fundamentando estratégias políticas e dirigindo práticas diplomáticas das principais nações do sistema. Podemos usá-la como estímulo unificador para tendências interpessoais durante o processo eleitoral. Diga-se em primeiro lugar, que a teoria não é

uma abstração. Mesmo nos casos de maior abstração, a teoria não existe como fim em si mesmo. A teoria tem sentido como arcabouço explicativo de realidades ou de projetos. Se não tem esta capacidade, entra rapidamente em estado de caducidade (VIGEVANI, 1995, p. 23).

Estas teorias permitem entender que, por exemplo, o surgir de novas unidades políticas resultantes do agrupamento de comunidades antes separadas pode ser considerado como um caso de transição que exigiria a passagem duma Cultura política de tipo *parochial* a uma Cultura política "de sujeição"; analogamente, os problemas da transição de um regime autoritário para um regime democrático podem ser vistos como problemas relativos à reação, transformação e difusão de uma Cultura política de tipo "participante". Para Morgenthau (2003, p. 4-23), a teoria realista da política internacional deveria se guiar a partir de seis princípios básicos, aqui resumidos:

A política é governada por leis objetivas que tem origem na natureza humana. Deste modo, para que a sociedade melhore, é necessário o conhecimento prévio destas leis. O interesse dos Estados no sistema internacional é sempre definido em termos de poder. Este conceito nos ajuda a compreender a política como esfera autônoma de conhecimento. Ele determina ainda as prioridades e o comportamento do Estado, que busca atingir seus objetivos.

A noção de interesse é constante ao longo da história, porém o tipo de interesse que determina a forma e a ação política de um Estado varia de acordo com os contextos político e cultural do local onde são formulados. Os princípios morais universais não devem ser aplicados às ações dos Estados devendo ser julgados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar. A política internacional possui suas próprias leis morais. As aspirações de uma Nação não devem ser revestidas nem identificadas com os preceitos morais universais. Deve haver racionalidade e objetividade sempre. A esfera política é autônoma e independente das demais que compõem a sociedade (economia, ética, direito, religião...).

Ela possui uma especificidade que não permite sua subordinação a nenhuma outra. Seriam estes os fundamentos da política de poder, ou seja, a forma pela qual um Estado deveria conduzir a sua política externa, visando à manutenção, a ampliação ou mesmo a demonstração deste poder. Devido à inexistência de um poder central, característica que torna o sistema um ambiente vigente sob o imperativo da anarquia, a ordem no sistema internacional se estabeleceria através de uma balança ou equilíbrio de poder entre as Nações. É este contexto que gera uma dinâmica de competição constante

entre os atores sistêmicos –os estados – e faz com que estes busquem a manutenção de sua soberania e segurança através de suas próprias capacidades, articuladas em forma de conflito ou cooperação (KEOHANE, 1984).

Estas teorias são aqui apresentadas porque no meu entender permitem explicar que a estrutura social e política é a componente alargada do sistema que torna possível pensar o sistema como um todo. Portanto, as questões estruturais são questões sobre a organização das partes de um sistema. A estrutura é fundamentalmente distinta das ações e das interações dos Estados, que devem ser abstraídas das análises na política participativa.

4. Instituições politicas

O termo instituições define-se como sendo “um conjunto de regras permanentes e conectadas, (formal ou informal) que definem os papéis comportamentais, limitam a ação e compartilham expectativas (KEOHANE, 1989). Até aqui apreendemos que para análise do decurso histórico que nos leva a formação da União Europeia, como um bloco de integração até aqui as teorias que evidenciamos coaduna-se com o facto união europeia, doravante a descrição que traremos fardemo-la com um acompanhamento teórico.

Assim, o neoliberalismo caracteriza-se pelas inúmeras reformas que marcaram as décadas de 80 e 90 em muitos países e que com enfoque na América-latina, onde os países passaram por processos cerrados e arrasando a sua economia. Esse evento, que decorreu em Washington, denominado, consenso de Washington nasceu os seguintes itens: disciplina fiscal para eliminação do *deficit* público; mudança das prioridades em relação às despesas públicas, com a superação de subsídios; reforma tributária, mediante a universalização dos contribuintes e o aumento dos impostos; essas mudanças contribuíram significativamente para aquilo que nós chamamos de justiça social.

A perspectiva institucionalista aborda os impactos provocados pelas instituições externas sobre a ação estatal e as causas das possíveis mudanças nas primeiras. A presença de instituições internacionais no sistema político mundial influencia o comportamento dos governos e é central para analisar a cooperação entre Estados, ao supor que os arranjos institucionais afetam, e às vezes condicionam. (MARIANO & MARIANO, 2002) cit. Por essa razão, percebemos hoje que a Justiça Social, para sua materialização precisamos reconhecer como pertencente a um coletivo e que estamos ligados por um laço de solidariedade.

Nesse sentido, para que um sujeito atinja realmente um estado pleno em sua vida, os sujeitos que o cercam precisam, necessariamente, conquistar igualmente uma vida plena. E as três abordagens: Redistribuição, Reconhecimento e Representação cujo John Rawls invoca não são contraditórias, mas se complementam e muitas vezes, andam de mãos dadas, já que, ocasionalmente, os sujeitos que reivindicam a justiça como Redistribuição são os mesmos que demandam a justiça como Reconhecimento e Representação, e vice-versa. Pois, ele, olha para a classe desfavorecida como público-alvo que mais carece de uma justiça. Observamos que a Justiça Social está para além da igualdade de oportunidades tão almejada e defendida por muitos. Mais do que a igualdade de oportunidades, necessitamos uma igualdade de posições, em que se valorizem as posições em que os sujeitos estão na sociedade.

A posição da mulher no mercado de trabalho é um bom exemplo de luta por igualdade de posições. Enfim, compreendemos a Justiça Social como um conceito dinâmico e em constante mudança, já que ele evolui conforme a demanda dos sujeitos de uma sociedade. Esta teoria me permite entender e refletir sobre os papeis das instituições internacionais ao nível nos processos eleitoral, por exemplo os papeis da comunidade internacional na análise e contagem dos boletins de voto.

Conclusão

Este artigo analisa a diferença entre o neoliberalismo e o liberalismo clássico, destacando que o primeiro prioriza os direitos do consumidor e as novas tecnologias, enquanto o segundo enfatiza os direitos do homem e do cidadão, especialmente no que se refere à educação. A teoria da justiça de Aristóteles, que classifica a justiça em geral, distributiva e corretiva, é mencionada para evidenciar a importância do contexto econômico nas mudanças sociais, evitando problemas ecológicos e logísticos. Como observado por Capaina (2022), a implementação de novos sistemas pode intensificar essas questões se não forem viáveis. O estudo sugere novas linhas de pesquisa sobre critérios para definir prioridades legislativas em resposta a desafios emergentes, como mudanças climáticas e casamentos prematuros em Moçambique. Perspectivas sociológicas são essenciais para compreender esses desafios modernos.

O artigo também discute a gestão informativa ao longo do ciclo de vida da informação política, que pode reduzir diferenças entre organizações políticas se focar em projetos de sociabilidade política, o papel do *spin doctor*, conforme *Lilleker* (apud Carvalho, 2010), é influenciar a opinião pública de maneira favorável, muitas vezes

através da mídia. Melhorias e uma cultura participativa no processo eleitoral são fundamentais para a aceitação pública dos candidatos. A construção de uma imagem pública favorável é importante no cenário político, mas deve ser feita com critérios éticos, evitando violência moral e verbal.

Segundo Serrano (2010, p. 92), o *spin doctoring* é um fenômeno das campanhas eleitorais modernas que visa garantir uma cobertura jornalística favorável. Este texto ajusta as análises teóricas e práticas sobre neoliberalismo, justiça social e gestão informativa, destacando a importância de abordagens éticas e participativas na política contemporânea.

Referências

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

ALMOND, Garbiel. *The intelectual history of the civic culture.* In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) The civic culture revisited. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 1-37.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Culture et politique*. Paris: Economica, 1993.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: *Opinião Pública*, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23698.pdf acessado em 16/04/2015.

CAILLÉ, Alain. *Anthropologie du don*. Le tiers paradigme. Paris: Desclée de Brouwer, 2001. 277p.

CANADA. *Information management resource centre. overview of the information management capacity check.* 2003.

CAPAINA, Tubias. (2022a). *A História do pensamento africano, algumas notas na emergência do pensar Moçambique como unidade nacional*. Academia, 580 Califórnia St., Suite 400, San Francisco, CA, 94104.

CAPAINA, Tubias. (2022b). *A reintegração social dos prisioneiros como resposta a justiça social em Moçambique: notas de uma antropologia da justiça*. Academia, 580 Califórnia St., Suite 400, San Francisco, CA, 94104.

CAPAINA, Tubias. (2022c). *Alternância política e incerteza eleitoral na era cibernética: a nova conjuntura no pensar político rumo aos desafios emergentes em Moçambique*. Academia, 580 Califórnia St., Suite 400, San Francisco, CA, 94104.

CAPAINA, Tubias. (2022d). *Autarquias municipais como formas do poder descentralizado, lições de uma etnografia processual*. Academia, 580 Califórnia St., Suite 400, San Francisco, CA, 94104.

CAPAINA, Tubias. (2022e). *A pobreza rural na dimensão social: possíveis caminhos para repensar Moçambique nos dias de hoje*. Academia, 580 Califórnia St., Suite 400, San Francisco, CA, 94104.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

DA CRUZ Daniel Nery. *A discussão filosófica da modernidade e dos pós– modernidade*, São João 2010.

DA SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes. *Teoria da Justiça de John Rawls*, Brasília, 1998.

GRAMSCI, António. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.

DAVENPORT, H. Thomas. *Information Ecology*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Dicionário de política *I* Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et all..(coord.) Trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento. o problema da fundamentação das ciências humanas.* São Paulo: Edições Loyola, 1991.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo.* 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GAMARNIKOW Eva. Educação, (in) justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbo capitalista. *Revista Brasileira de Educação*, 2013.

GLÓRIA de la Fuente. Continuidades y cambios de la matriz sociopolítica en Chile desde la reinauguración democrática. *Revista Sociológica,* 2010.

GONÇALVES, J. E. L. *As empresas são grandes colecções de processos*. Revista de Administração de Empresas, 2000.

K.; ARENSBERG, C. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*. Paris: Larousse, 1975. p. 239-260.

LÊNIN, Vladimir Ilicht. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Editora Expressão Popular, 2012.

LYON, David. *Pós Modernidade*. São Paulo: Paulus, 1998.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos* a *Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MARQUES Sabrina Rodrigues. *Neoliberalismo: uma fase actual do capitalismo*, 2016.

MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito* 9. ed. SP. Atlas, 2022.

NIEZTSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NUNES André. *Planeamento e políticas públicas*. 2011

SERRANO, E. (2010). Spin doctoring e profissionalização da comunicação política. In Correia, J. C., Ferreira, G. B.; Espírito Santo, P. (Org.). *Conceitos fundamentais de comunicação politica* (pp. 91- 98). Covilhã: Livros Labcom (no prelo).

SERRANO, E. *Jornalismo político em Portugal: a* cobertura *de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa, 2006.

SILVA, Tomás Tadeu; APPLE, M.; ENGUITA, M. et al. *Neoliberalismo, qualidade e educação.* Petrópolis, Vozes, 1994.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): CAPAINA, Tubias Benedito Borge. Modernidade e gestão de informações: O alcance do neoliberalismo e da justiça social na participação de políticas de proteção social em Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.419-444, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Capaina, Tubias Benedito Borge (out. 2024). Modernidade e gestão de informações: O alcance do neoliberalismo e da justiça social na participação de políticas de proteção social em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 419-444.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.445-457 | 2024.

As ações de branding nas pequenas médias empresas em Moçambique

Sónia Deolinda Banguira Posse*
ORCID iD https://orcid.org/0009-0006-4894-1047

RESUMO
As Pequenas Médias Empresas (PMEs) são amplamente reconhecidas como impulsionadoras da economia global, contribuindo para a geração de empregos, arrecadação de impostos e fornecimento de produtos e serviços à sociedade. Em Moçambique, essas empresas não fogem à regra, contudo, enfrentam diversos desafios que impedem a realização plena de seu potencial, tais como dificuldades no acesso ao crédito, infraestrutura inadequada e deficiências na competência de gestão. Este estudo concentra-se na gestão de marketing, especificamente no branding, com o propósito de contribuir para a compreensão das práticas adotadas pelas PMEs moçambicanas e avaliar a percepção da relevância dessas práticas para o sucesso empresarial. O problema identificado reside nas restrições financeiras, humanas e temporais enfrentadas pelas PMEs moçambicanas, impactando a efetiva implementação de estratégias de branding e resultando na não priorização desta como ferramenta estratégica de gestão. As hipóteses delineadas sugerem que tais restrições contribuem para a subutilização do potencial do branding nas PMEs. A metodologia adotada baseou-se em uma revisão literária abrangente, analisando artigos sobre branding em grandes empresas e PMEs, com foco nos desafios enfrentados pelas PMEs na gestão de marca e na prevalência dessas práticas em Moçambique. As principais conclusões do estudo revelam que o branding está mais desenvolvido no contexto de grandes empresas, havendo escassez de estudos específicos sobre as PMEs moçambicanas. Adicionalmente, destaca-se que as PMEs não consideram o branding uma prioridade devido à escassez de recursos financeiros, humanos e temporais, o que possivelmente limita seu potencial de sucesso empresarial.

PALAVRAS CHAVES
Branding; Pmes, Marc; Ações; Moçambique; Recursos

Branding actions in small and medium enterprises in mozambique

ABSTRACT
Small and Medium-sized Enterprises (SMEs) are widely recognized as drivers of the global economy, contributing to job creation, tax collection and the supply of products and services to society. In Mozambique, these companies are no exception, but they face a number of challenges that prevent them from realizing their full potential, such as difficulties in accessing credit, inadequate infrastructure and deficiencies in management skills. This study focuses on marketing management, specifically branding, with the aim of contributing to an understanding of the practices adopted by Mozambican SMEs and assessing the perceived relevance of these practices to business success. The problem identified lies in the financial, human and time constraints faced by Mozambican SMEs, which impact on the effective implementation of branding strategies and result in branding not being prioritized as a strategic management tool. The hypotheses outlined suggest that these restrictions contribute to the underutilization of the potential of branding in SMEs. The methodology adopted was based on a comprehensive literature review, analyzing articles on branding in large companies and SMEs, focusing on the challenges faced by SMEs in brand management and the prevalence of these practices in Mozambique. The main conclusions of the study reveal that branding is more developed in the context of large companies, with a scarcity of specific studies on Mozambican SMEs. In addition, it is noteworthy that SMEs do not

* Doutoranda em Ciências de Comunicação pela Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique, Mestre em Gestão de Negócios pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica de Moçambique e Licenciada em Psicologia Escolar pela Universidade Pedagógica de Moçambique. E-mail: chiandabavo@gmail.com

consider branding a priority due to a lack of financial, human and time resources, which possibly limits their potential for business success.

KEYWORDS
Branding, Smes; Brand; Actions; Mozambique; Resources

Zvinhu zvakaitika mumabutiro matiki nepakati mumozambique

PFUPISO (SHONA)
Mabhizinesi madiki uye epakati nepakati (SMEs) anozivikanwa zvakanyanya sevatyairi vehupfumi hwepasirese, vachibatsira mukusikwa kwemabasa, kuunganidza mutero uye kupa zvigadzirwa nemasevhisi kunharaunda. MuMozambique, makambani aya haana mutsauko, zvisinei, anotarisana nematambudziko akati wandei anovatadzisa kunyatsozadzisa kugona kwavo, sekuomerwa kwekuwana chikwereti, kusakwana kwezvivakwa uye kushomeka kwehunyanzvi hwekutungamira. Chidzidzo ichi chakanangana nekutungamira kwekushambadzira, kunyanya kushambadza, nechinangwa chekubatsira mukunzwisisa maitiro akatorwa neMozambican SMEs uye kuongorora maonero ekukoshera kwemaitiro aya ekubudirira kwebhizinesi. Dambudziko rakaonekwa riri muzvirambidzo zvezvemari, zvevanhu uye zvenguva pfupi zvakatarisana nemaSME eMozambique, zvichikanganisa kuitwa kwemaitiro ekumaka uye zvichikonzera kusaisa pamberi pechiratidzo sechishandiso chekutonga. Mafungiro akataurwa anoratidza kuti zvirambidzo zvakadaro zvinobatsira mukusanyanya kushandiswa kwechiratidzo mumaSME. Nzira yakagamuchirwa yaive yakavakirwa paongororo yakazara yemabhuku, kuongorora zvinyorwa zvekushambadzira mumakambani makuru nemaSME, zvichitarisa matambudziko akatarisana nemaSME mukutonga brand uye kuwanda kwemaitiro aya muMozambique. Mhedziso huru dzechidzidzo ichi dzinoratidza kuti branding yakagadziridzwa zvakanyanya mumamiriro emakambani makuru, nekushaikwa kwezvidzidzo chaizvo zveMozambican SMEs. Pamusoro pezvo, zvinojekeswa kuti maSME haaone kuisa chiratidzo sechinhu chakakosha nekuda kwekushomeka kwemari, vanhu uye zviwanikwa zvenguva pfupi, izvo zvinogona kudzikisira kugona kwavo kubudirira kwebhizinesi.

KEYWORDS
Branding; Smes; Mhando; Zviito; Mozambique; Zviwanikwa

Introdução

Em Moçambique, as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) desempenham um papel fundamental no cenário empresarial, representando 97.1% do total de empresas registradas (Kaufmann, 2020). Apesar de sua elevada representatividade, a contribuição dessas empresas para o Produto Interno Bruto e a empregabilidade ainda não atingem os níveis desejados. Um dos principais obstáculos ao sucesso das (PMEs) moçambicanas é a deficiente competência de gestão, em particular na área de gestão de marketing, com um foco especial na gestão de marca. Anarnkaporn (2007) defende que um dos principais desafios das PMEs é focarem-se quase que exclusivamente no produto e no preço, negligenciando o papel da gestão da marca para o seu sucesso.

O presente estudo tem como objetivo analisar as ações de branding nas pequenas e médias empresas em Moçambique, buscando descrever essas práticas e avaliar sua eficácia. Espera-se que esta pesquisa possa oferecer mais ferramentas e diretrizes para as PMEs melhorarem a gestão de marca e tornarem-se mais competitivas. De acordo

com Anarnkaporn (2007) do vasto arsenal de ferramentas de gestão, a gestão de marca ocupa os lugares de topo, assevera ainda que as PMEs com uma estratégia de gestão de marca bem definida têm a possibilidade de conquistar uma maior partilha de mercado. Para realizar essa análise, recorreu-se a uma revisão literária abrangente sobre as práticas de branding, tanto em grandes empresas quanto em (PMEs), em contextos africanos e específicos de Moçambique. A metodologia usada para levar a cabo esta pesquisa foi a qualitativa descritiva, cujo objectivo é aprofundar o entendimento do tema. É importante ressaltar que esta pesquisa enfrentou limitações, principalmente devido à escassez de literatura sobre branding em (PMEs) africanas e à quase inexistência dessa literatura em relação às (PMEs) moçambicanas.

Ao avaliar as práticas de branding em PMEs) moçambicanas, especial atenção foi dada para compreender o nível de entendimento do conceito de branding pelos gestores dessas empresas e a correlação percebida entre essas práticas e o sucesso ou fracasso das (PMEs). Visava-se também perceber a perceção de valor da gestão de marca pelos gestores de PMEs; como também perceber como as PMEs podem implementar estratégias de gestão de marca com constrangimentos orçamentais.

Este artigo está disposto da seguinte forma: definição do conceito de branding; relevância do branding tanto em grandes empresas como em (PMEs); análise das práticas de branding em Pequenas e Média Empresas; o branding em Pequenas e Média Empresas em Moçambique; considerações finais e as referências bibliográficas.

1.Conceito Branding

De acordo com Kotler e Keller (2012, p. 241) "uma Marca pode ser definida como um nome, termo, sinal, símbolo ou desenho, ou a combinação destes todos elementos, com a intenção de identificar bens ou serviços de um ou de um grupo de vendedores, por forma a diferenciar estes dos seus concorrentes". Uma marca é, portanto, um produto ou serviço cujas dimensões são diferentes em alguma medida de outros produtos ou serviços concebidos para satisfazer as mesmas necessidades. Estas diferenças podem ser funcionais, racionais ou tangíveis, condicionadas ao funcionamento do produto ou serviço e consequentemente da marca. Estas diferenças também podem ser simbólicas, emocionais ou intangíveis, relacionadas ao que a marca representa ou significa no sentido mais abstrato. (Kotler, Keller, 2012).

As marcas são diferentes de produtos, pois um produto é algo produzido numa fábrica, enquanto uma marca é algo comprado por um cliente. Um concorrente pode

imitar um produto, mas não uma marca, uma marca é única. (Capon, Capon &Hulbert 2009). Sammut-Bonnici (2017) acrescenta que a marca é um conjunto de fatores tangíveis e intangíveis, concebidos para gerar conhecimento e identidade, como também para criar a reputação de um produto, serviço, pessoa, lugar ou organização.

Martins (2006) afirma que o Branding é a combinação de ações relacionadas a gestão da marca. São práticas que quando aplicadas com conhecimento e proficiência, conduzem as marcas a um estágio superior à sua natureza económica, passando a integrar a cultura, e a influenciar a vida das pessoas.

2.A importância e papel das ações de branding

As marcas são excelentes mecanismos para as empresas comunicarem valor aos seus clientes e assegurar valor para os acionistas. É através das marcas que as empresas prometem de forma implícita ou explicita o que o cliente deve esperar delas e desta forma servem para construir uma relação com estes. (Capon, Capon & HuLbert (2009) afirmam que as marcas desempenham um papel fundamental para o posicionamento da proposta de valor da empresa no mercado, é com base nela que a empresa se diferencia dos seus concorrentes e comunica as vantagens dos seus produtos e serviços.

Ao posicionar a marca de forma estratégica na mente do cliente, a empresa consegue desenvolver uma identidade distinta e forte, podendo assim gerar associações positivas a marca e assegurar melhores resultados, ou seja, mais vendas, mais lealdade do cliente e lucros. (Ghodeswar 2008). Aaker (1998) fundamenta a importância do branding em cinco panoramas, dentre eles:

- Uma marca incrementa as possibilidades de aceitação de um novo produto ou serviço;
- Os elementos da marca, o nome, o símbolo, e as associações oferecem incentivos para que a compra ocorra, como também contribui para o sentido de satisfação dos clientes;
- Uma marca forte está em melhor posição de assegurar maiores volumes de venda e praticar margens de lucro mais altas;
- Uma marca forte tem mais oportunidades de se desenvolver e criar mais extensões da marca, consolidando e aumentando as receitas;
- Uma marca forte goza de preferência na cadeia de distribuição, visto que os seus produtos têm melhor rotação.

Kotler e Keller (2012) na mesma senda que Aaker (1998) defendem a importância da marca de forma sucinta na tabela abaixo.

Tabela 1: Vantagens de uma marca forte

Goza de uma perceção favorável do desempenho do seu produto
É menos vulnerável as ações de marketing da concorrência
É menos vulnerável as crises de marketing
Beneficia-se de margens maiores
O consumidor é mais tolerante ao aumento de preços
O consumidor reage de forma mais elástica a reeducação de preços
desfruta de melhores parcerias comerciais
Consegue ser mais eficaz nas suas comunicações de marketing
Acrescidas oportunidades da extensão da marca
Tem acesso a potenciais oportunidades de licenciamento
Melhores oportunidades de recrutamento e retenção de funcionários
Maior retorno dos mercados financeiros

Fonte: Kotler e Keller (2012)

Kohli e Thakor (1997) defendem que as marcas se tornaram nos ativos mais valiosos para muitas empresas, argumentam que este valor acrescido se deve as vantagens resultantes de uma marca forte. Avançam como principais razões para que muitas empresas se foquem no desenvolvimento, consolidação e proteção da marca, o alto custo de lançamento de novos produtos ou serviços e as elevadas taxas de fracasso de tais campanhas de lançamentos; por exemplo, a reconhecida marca Moçambicana de agua mineral " Vumba " lançou um novo produto para concorrer com produtos mais baratos num segmento de mercado com menor poder de compra sem despender muitos recursos na promoção e distribuição, pois alicerçou-se na marca forte já existente que é a “Vumba”. Salientar que este novo produto denominado "Pura" conheceu uma forte aceitação e penetração no mercado.

Kohli e Thakor (1997) afirmam ainda que o mercado hoje é caracterizado por um aglomerado crescente de marcas e que os clientes tendem a demostrar uma relutância em experimentar novos produtos. Por mais este motivo, as marcas têm se tornado cada vez mais valiosas e indispensáveis, visto serem o mecanismo mais eficaz para se destacarem deste crescente aglomerado. Serve de exemplo o mercado de águas minerais e purificadas em Moçambique; existem hoje mais de dezesseis marcas,

enquanto a uma década atras existiam menos que cinco marcas, com destaque para as marcas “Vumba e Namaacha”.

Kohli e Thakor (1997) terminam reafirmando que a longo prazo o investimento em marcas fortes é umas melhores decisões que qualquer empresa pode tomar. Apontam para a longevidade e maior retorno sobre o investimento de marcas fortes, citam como exemplos, o caso da Coca-Cola que até hoje continua relevante apesar de ter sido fundada em 1925, outro exemplo no caso de Moçambique, sem precisarmos de irmos mais além, é o caso da marca de água mineral “Vumba”, fundada em 1960 e que continua líder de preferência no mercado Moçambicano após 62 anos, tendo acompanhado o país nas suas várias transformações socioeconómicas.

3.Branding em pequenas e media empresas

A importância social e económica de pequenas e medias empresas (PMEs) é universalmente reconhecida, tanto em países desenvolvidos como em os em via de desenvolvimento. Mamman, Kanu, Alharbi e Baydoun (2015) alegam que as (PMEs) são mais difíceis de definir que de descrever, e que não existe unanimidade na definição do que constitui uma PME. Braun, K. e Kaufmann, F. (2016) defendem que é internacionalmente aceite definir uma PME com base no número de funcionários, na receita, no capital investido ou na partilha de mercado.

Odoom, Narteh e Boateng (2016) avançam que existem poucos estudos sobre branding em PMEs, salientam que os estudos existentes se focaram predominantemente em grandes organizações, com especial destaque para as marcas multinacionais. Tendo em conta as diferenças entre PMEs e grandes organizações, a aplicabilidade dos conceitos e planos de ação de branding desenvolvidos para grandes empresas encontram uma aplicação problemática e inconclusiva em PMEs. Rokhim, Mayasari e Wulandari (2021) argumentam que as PMEs se consideram incapazes de investir em atividades de marketing e branding por falta de tempo e recursos. As PMEs acreditam que branding é reservado as grandes empresas, visto estas disporem de recursos.

Vidic e Vadnjal (2013) afirmam que as PMEs por conta de escassos recursos financeiros e humanos, por regra não possuem um processo estruturado para lidar com branding. As PMEs lidam com branding de forma idiossincrática, na mesma ordem que lidam com outras funções do negócio, isto é, de forma espontânea em função do que tal função representa para a empresa em termos de ganhos imediatos e como também o branding se encaixa na cultura organizacional existente. As PMEs com uma marca forte,

ou seja, que tem a noção de criação, desenvolvimento e gestão de uma marca como um fator de sucesso empresarial são uma raridade. Vidic e Vadnjal (2013) acrescentam que independentemente de o branding ter sido desenvolvido com as grandes organizações em mente, as PMEs podem também beneficiar. No caso das PMEs, Vidic e Vadnjal (2013) reiteram que branding pode ser feito com poucos recursos, de forma inovadora, usando meios de comunicação acessíveis e focando os esforços de branding nos seguimentos de mercados corretos.

Ojasalo, Na¨tti e Olkkonen (2008) alegam que as PMEs tem um entendimento limitado do conceito de branding. As PMEs entendem o branding apenas como publicidade e definição de um nome ou logo da empresa ou produto. Ojasalo et al. (2008) ressaltam que vendas cara a cara e a comunicação pessoal é uma parte crucial da comunicação de marketing das PMEs. Ojasalo et al. (2008) também mencionam que as PMEs são caracterizadas por falta de recursos promocionais e que por esta razão são forcadas a interagir diretamente com os seus clientes para dar a conhecer os seus produtos ou serviços. Por conta desta falta de recursos as PMEs ocupam-se mais com atividades rotineiras e menos com atividades de branding.

Ojasalo et al. (2008) afirmam ainda que as PMEs podem criar marcas fortes através de determinadas iniciativas que não requerem avultados investimentos. Adiantam que uma destas iniciativas é a criação de valores positivos da marca e que o primeiro passo neste sentido é a identificação dos valores que podem impactar positivamente na personalidade da marca. Nesta senda, sublinham que as associações de marca são mais eficazes num nível subconsciente que num nível consciente, sugerindo que a construção da marca para as PMEs tem maiores probabilidades de sucesso quando a criação das associações é baseada mais na identificação pessoal do que em conceitos abstratos. Ojasalo et al. (2008) avançam que as PMEs no seu esforço de construir marcas fortes devem se focar na construção de uma ou duas marcas através do desenvolvimento de um programa criativo de marketing focado em uma ou duas associações importantes de marca, para que sirvam de fonte de valor de marca. Acrescentam ainda que as PMEs deveriam usar uma mistura bem integrada de elementos de marca para apoiar tanto o conhecimento e a imagem da marca, como também deveriam criar uma campanha "push" com o objetivo de construir a marca e uma campanha "pull" para atrair atenção e ao mesmo tempo devem criar o máximo de associações secundarias possíveis.

4.Branding em pequenas e media empresas em Moçambique

A marca é o ativo mais valioso de qualquer empresa, visto ser através dela que a empresa faz a sua promessa de valor ao mercado e que caso esta promessa seja cumprida de forma consistente, resulta na satisfação do cliente e num posicionamento favorável da empresa no mercado. Portanto, a ambição de desenvolver uma marca forte não é exclusiva a grandes empresas, mas extensiva também as PMEs. (Ogunsanya, A. 2021). Cant, M., Wiid, J. and Hung, Y. (2013) alegam que devido a avanços tecnológicos, as PMEs hoje concorrem com grandes organizações num ambiente global e rico em informação e baseado em conhecimentos. Adiantam ainda que este cenário apresenta oportunidades e ameaças para as PMEs, e que branding se torna num aspecto fundamental independentemente do tamanho da empresa.

Huang, H. e Lai, Y. (2011) argumentam que, pese embora o branding também seja relevante para as PMEs, poucos estudos foram feitos sobre o branding em PMEs e poucas publicações publicadas a respeito. Ahonen, M. (2008) afirma que o conceito de branding é por vezes radicalmente novo para as PMEs, e que branding é considerado uma prática de grandes empresas, visto que na maior parte da literatura sobre o branding quase todos os estudos focam em branding em grandes empresas multinacionais. Ahonen, M. (2008) reitera a importância do branding em PMEs e chega mesmo a recomendar, apesar de estudos existentes sobre branding apresentarem uma perspectiva virada a grandes empresas.

Sawaya e Bhero (2017) salientam que apesar da representatividade das PMEs na economia Moçambicana, isto é, constituindo aproximadamente 96% das empresas no ativo, praticamente que não existem estudos sobre estas PMEs na generalidade, e muito menos sobre branding.

Ufot, Reuben e Michael (2014) defendem que a definição de uma PME varia de um país para o outro, dependendo do papel que a PME desempenha na economia, nas políticas e programas concebidos por agencias ou instituições estabelecidas para desenvolver PMEs. Tendo em conta que o presente estudo está focado em PMEs Moçambicanas, a definição aplicável é conforme aprovado pelo estatuto geral das PMEs Moçambicanas de 2011, conforme descrito a seguir por Braun e Kaufmann (2016):

- Uma microempresa tem entre 1 a 4 funcionário e uma receita não superior a 1.200.000,00Mt;
- Uma pequena empresa tem entre 5 a 49 funcionários e uma recita maior que 1.200.000,00 e não superior a 14.700.000,00Mt;

- Uma media empresa tem entre 50 a 100 funcionários e uma recita maior que 14.700.000,00Mt e não superior 29.970.000,00Mt.

Kaufmann (2020) salienta a importância que as PMEs desempenham na economia Moçambicana, refere que as PMEs representam aproximadamente 98% de todas as empresas no ativo em Moçambique, assegurando o grosso dos postos de empregos e disponibilidade de produtos e prestação de serviços no país. António, Navaia e Ribau (2022) argumentam que apesar da representatividade das PMEs na economia Moçambicana, estas ainda contribuem muito pouco para o produto interno bruto e oferecem comparativamente com as grandes empresas poucos empregos. António at all (2022) acrescenta que PMEs precisam aumentar a competitividade de forma a contribuírem mais significativamente para as economias de países emergentes. Nesta ordem, acrescentam que as PMEs precisam adotar práticas inovadoras relacionadas a produtos e processos, no caso concreto deste estudo, adotar práticas de branding.

Baker Tilly Moçambique (2014) afirma que na generalidade as PMEs Moçambicanas desenvolvem determinadas iniciativas de marketing, no entanto estas iniciativas tendem a ser pouco sistematizadas e em função das necessidades mais prementes. De acordo com Baker Tilly Moçambique (pg.36 2014) 27% "PMEs Moçambicanas desenvolvem atividades de gestão da marca através de participação em eventos, concursos, feiras ou pela realização de iniciativas sociais ". Acrescentam ainda que o canal promocional mais usado pelas PMEs são as rádios locais, visto considerarem ser este um meio de grande abrangência e a preços acessíveis.

Osakwe, Ciunova-Shuleska, Ajayi e Chovancová (2015) reiteram a posição de Ojasalo et al. (2008) de que as PMEs têm um desempenho de marca fraco devido a constrangimentos financeiros e impedimentos institucionais. Mencionam ainda que outro fator limitante para as PMEs em África prende-se com a incapacidade da maioria dos executivos em aproveitar práticas de marketing relevantes, que quando usadas de forma eficaz conduzem a empresa a maior lucratividade e sucesso, como é caso das práticas de branding.

Nas mesmas sendas de Baker Tilly Moçambique (2014), Osakwe at al. (2015) afirmam que as PMEs em África, como é o caso de Moçambique, recorrem a gestão próxima e directa dos seus clientes, como a principal prática de gestão da marca ou branding devido à escassez de recursos.

Ahonen, M. (2008) refere a necessidade de as PMEs adotarem uma postura não convencional de branding por forma a poder construir marcas fortes, independentemente dos constrangimentos de recursos. O mesmo ator afiança que PMEs precisam emprestar práticas de branding com eficácia comprovada em grandes empresas, como são os casos de boletim de marca, dimensões de personalidade de marca e valores funcionais e simbólicos da marca.

Huang e Lai (2011) mencionam seis aspetos chaves de branding em PMEs:

1. Branding não é uma prioridade para as PMEs. É uma pratica reduzida ao conceito de logo, produto ou serviço e tecnologia que estas empresas oferecem.
2. Na maioria das PMEs o diretor ou dono é a pessoa que decide a politica de marca, determinando quando o nome da marca ou logo mudam. São raros os casos em que uma PME delega ou constitui um departamento independente a responsabilidade de gestão da marca.
3. Nas PMEs a identidade da marca é que determina as decisões de marca, esta identidade esta normalmente ligada ao caracter do empreendedor, visto ser este a personificação da marca.
4. Muitas PMEs vendem uma marca diferente da marca da empresa, situação esta que pode gerar confusão no consumidor e resultar na perda de oportunidades de venda.
5. Muitas PMEs mostram-se relutantes em associar as respetivas marcas a marcas mais estabelecidas, perdendo assim a oportunidade de emprestar alguma credibilidade.
6. Nota-se varias vezes uma discrepância de valores entre a marca da empresa e as marcas dos produtos que estas comercializam.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa destacaram claramente que o branding é um ativo de suma importância para qualquer empresa, independentemente do seu tamanho. É crucial enfatizar que a origem do branding está nas grandes empresas, e somente nas últimas duas décadas houve um renovado interesse no papel do branding nas PMEs, devido à crescente importância dessas empresas no cenário econômico global.

A análise revelou que, de maneira geral, as PMEs, não apenas em África, mas também em Moçambique, não consideram o branding como uma prioridade. As restrições significativas, como limitações de recursos financeiros, competência técnica e paciência,

devido ao tempo necessário para o desenvolvimento de uma marca, dificultam a incorporação do branding nas estratégias dessas empresas.

Especificamente em Moçambique, as PMEs têm como principal objetivo a sobrevivência imediata, buscando gerar receitas para enfrentar necessidades urgentes. Nesse contexto, investimentos de longo prazo, como a construção de uma marca forte, muitas vezes não recebem a devida atenção. Diante dessas constatações, é evidente que há uma lacuna significativa no reconhecimento da importância do branding pelas PMEs, o que pode limitar seu potencial de sucesso a longo prazo. O desafio reside na necessidade de superar as restrições existentes, sensibilizando as PMEs sobre a relevância estratégica do branding e desenvolvendo abordagens mais acessíveis e adaptadas à realidade dessas empresas.

Assim, conclui-se que o branding, embora subvalorizado pelas PMEs, representa um elemento essencial para fortalecer a presença no mercado e alcançar o sucesso empresarial sustentável. Este estudo ressalta a importância de promover uma mudança de mentalidade entre as PMEs, incentivando a integração efetiva do branding em suas estratégias para impulsionar o crescimento e a competitividade em um ambiente de negócios em constante evolução.

Referências

Anarnkaporn, A. (2007). **Braning as a competitive advantage for SMEs**, RU. Int. J. vol.1(1),

Ahonen, M. (2008). **Branding** - does it even exist among SMEs? Proceedings of the 16th Nordic Conference on Small Business Research. (pp. 2-3). Tallinn, Estonia.

António, M. Navaia, E. Ribau, C. (2022). **Moderation effects of government institutional support, active and reactive internationalization behavior on innovation capability and export performance.** (pp. 1-4). Aveiro, Portugal.

Baker Tilly Mozambique. (2014). **PME em Moçambique: oportunidades e desafios** (pp. 3-7). Maputo. Available at: https://silo.tips/queue/pme-em-moambique-oportunidades-e-desafios?&queue_id=1&v=1664311493&u=NDEuMjIxLjY5LjEw (accessed 27/09/2022)

Bhimrao, M., & Ghodeswar, (2008). **Building brand identity in competitive markets:** A conceptual model. Journal of Product, Thailand, (pp. 3-8)

Cant, M., Wiid, J., & Hung, Y. (2013). The importance of branding for South African SMEs: An exploratory study. **Corporate Ownership & Control,** 11, 737-741.

Capon, N.; Capon, R. (2009). **Managing Marketing in the 21st Century:** European Edition/ with James Mac Hulbert.

Huang, H., & Lai, Y.-C. (2011**). Brand management problems in SMEs**: Case study on Gävle Vandrarhem AB and Chailease International Finance Corporation - Shenzhen branch. In Proceedings of the Conference (pp. 7-20).

Kaufmann, F. (2020). **situações e desafios. Pequenas e médias empresas em Moçambique:** situações e desafios (pp. 37-52). Maputo: Dr. Friedrich Kaufmann, AHK/ExperTS GIZ. Available at: https://www.giz.de/en/downloads/giz2016-pt-PME-in-mocambique-situacao-e-desafios.pdf (accessed 10/09/2022).

Kohli, C., & Thakor, M. (1997). Branding consumer goods**:** Insights from theory and practice. **Journal of Consumer Marketing**, 14(3), 206–219.

Kotler, P., & Keller, K. L. (2012**). Marketing management** (14th ed.). Prentice Hall.

Mamman, A., Kanu, A., Alharbi, A., & Baydoun, N. (2015**). Small and Medium Sized Enterprises (SMEs) and Poverty Reduction in Africa**: Strategic Management Perspective. Cambridge Scholars Publishing, Newcastle upon Tyne, UK.

Martins, J. R. **Branding:** um manual pra você criar, gerenciar e avaliar marcas. Ed. Global Brands. 3ª edição, 2006.

Odoom, R., Narteh, B., & Boateng, R. (2016). **Branding in small- and medium-sized enterprises (SMEs)**: Current issues and research avenues. Qualitative Market Research: An International Journal, 20(1), 69–93.

Ogunsanya, A. (2021). **Squaring small and medium businesses and branding post COVID-19 in Nigeria:** Tripartite imperatives for performance. Journal of Public Affairs. First published: December 9, 2020.

Ojasalo, J., Näti, S., & Olkkonen, R. (2008). Brand building in software SMEs: An empirical study. **Journal of Product & Brand Management**, 17(2), 92–103.

Osakwe, C., Ciunova-Shuleska, A., Ajayi, J., & Chovancová, M. (2015). **Modelling the brand performance of SMEs in a fast-growing African economy**: The complementary role of brand orientation and customer retention orientation. Economic Computation and Economic Cybernetics Studies and Research, 49(3), 254–255.

Rokhim, R., Mayasari, L. I., & Wulandari, P. (2021). **Is brand management critical to SMEs' product sustainability**? Qualitative analysis in the context of Indonesia's small enterprise environment. IOP Conference Series: Earth and Environmental Science, 1084, 1–6.

Sammut-Bonnici, T. (2017). **Brand and branding**. In Wiley Encyclopedia of Management (pp. 2–4). John Wiley & Sons, Ltd. https://doi.org/10.1002/9781118785317.weom120161

Sawaya, A., & Bhero, S. (2017). **Weakness of manufacturing SMEs in employment creation for the youth in Mozambique**. International Journal of Development and Sustainability, 6(7), 467–478.

Ufot, E., Reuben, E., & Michael, B. (2014). **Small and medium scale enterprises (SMEs) and Nigeria's economic development.** Mediterranean Journal of Social Sciences, 5(10), 656–662.

Vidic, F., & Vadnjal, J. (2013). **The role of branding in SMEs:** Different perspectives on the market, China-USA. China-USA Business Review, 12(1), 79–86.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): POSSE, Sónia Deolinda Banguira. As ações de branding nas pequenas médias empresas em Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.445-457, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Posse, Sónia Deolinda Banguira. (out. 2024). As ações de branding nas pequenas médias empresas em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 445-457.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.458-475 | 2024.

As Contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais

Ayawovi Djidjogbe Fanho *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-7766-7933
Omar Ouro-Salim **
ORCID iD https://orcid.org/0000-0003-1792-4886

RESUMO
As cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das áreas rurais, fornecendo serviços financeiros, como empréstimos e contas correntes, a agricultores e membros de comunidades rurais que não têm acesso aos serviços bancários tradicionais. Elas representam um modelo de financiamento que oferece valores e benefícios específicos para a população rural. O objetivo deste artigo é demonstrar a importância das cooperativas de crédito no financiamento de projetos rurais e justificar os valores e as características que tornam as cooperativas de crédito indispensáveis para promover o crescimento da população rural. A metodologia adotada baseia-se em uma análise bibliográfica, consultando fontes de bancos de dados como Google Scholar, Elsevier, Scielo e a base de dados da Capes. Os critérios utilizados para a seleção dos textos privilegiaram, em primeiro lugar, aqueles que analisam o conceito de cooperativas de crédito e seu impacto no desenvolvimento rural, seguidos daqueles que contextualizam o surgimento do cooperativismo em nível mundial e no Brasil a partir de uma perspectiva histórica. Essa abordagem garante que as fontes utilizadas sejam confiáveis e reconhecidas por sua qualidade acadêmica, aumentando assim a validade e a confiabilidade deste estudo. Os resultados mostram que as cooperativas de crédito são essenciais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico não apenas nas áreas rurais, mas também na economia nacional como um todo.

PALAVRAS-CHAVE
Cooperativas De Crédito; Desenvolvimento Rural; Áreas Rurais

The Contributions of Credit Cooperatives in the Development of Rural Areas

ABSTRACT
Credit unions play a crucial role in the development of rural areas, providing financial services such as loans and current accounts to farmers and members of rural communities who have no access to traditional banking services. They represent a financing model that offers specific values and benefits for the rural population. The aim of this article is to demonstrate the importance of credit cooperatives in financing rural projects, and to justify the values and characteristics that make credit cooperativism indispensable for fostering the growth of the rural population. The methodology adopted is based on a bibliographical analysis, consulting sources from databases such as Google Scholar, Elsevier, Scielo and the Capes database. Criteria for text selection favored first those analyzing the concept of credit unions and their impact on rural development, followed by those contextualizing the emergence of cooperativism globally and in Brazil from a

* Licenciado em Contabilidade, Controle e Auditoria pela Faculdade de Economia e Administração (FASEG) da Universidade de Lomé (UL), mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. E-mail: fanhoparfait@gmail.com
** Marketing, Cooperatives, Sustainable Development, Circular Economy, Waste management, Food Supply Chain, SCM. Marketing, Cooperatives, Sustainable Development, Circular Economy, Waste management, Food Supply Chain, SCM. Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) no Brasil, E-mail: ouromar@yahoo.fr

historical perspective. This approach ensures that the sources used are reliable and recognized for their academic quality, thus increasing the validity and reliability of this study. The results obtained show that credit cooperatives are essential for promoting socio-economic development, not only in rural areas but also in the national economy as a whole.

KEYWORDS
Credit Cooperatives; Rural Development; Rural Areas

A Nudzɔdzɔ siwo gadodo ƒe habɔbɔwo wɔna le kɔƒenutowo ƒe ŋgɔyiyi me

TOTOĐEME
Gaxɔdɔwɔƒewo le vevie na kɔƒenutowo ƒe ŋgɔyiyi to ganyawo ŋuti dɔwɔnawo abe gadodo kple gaxɔgbalẽviwo nana agbledelawo kple kɔƒenutome nutoa me tɔ siwo si gadzraɖoƒe ƒe dɔwɔna xoxowo mele o me. Wobua wo be wonye gadodo ƒe mɔɖeɖe ƒe kpɔɖeŋu si hea asixɔxɔ kple nɔnɔme siwo ɖea vi vɛ na kɔƒenutometɔwo. Taɖodzinu si le nyati sia ŋue nye be wòaɖe gadodo ƒe habɔbɔwo ƒe vevienyenye afia le gadodo na dɔwo me le kɔƒenutowo me eye wòaɖo kpe dzidzenu kple nɔnɔme siawo dzi, be woatsɔ ana gaxɔdɔwɔƒewo nanye nu vevi aɖe si dina be yeado kɔƒenutowo me tɔwo ƒe dzidziɖedzi ɖe ŋgɔ. Mɔnu si wozã la nɔ te ɖe agbalẽwo ƒe xexlẽdzesiwo me dzodzro dzi, eye wobia gbe tso teƒewo abe nusiwo tso Google Scholar, Elsevier, Scielo kple Capes ƒe nyatakakadzraɖoƒewo ene. Dzesi siwo wozã tsɔ tia nuŋlɔɖiwoe nye be woatsɔ esiwo tsɔ numekuku le gaxɔdɔwɔƒewo ƒe nukpɔsusu kple ŋusẽ si wokpɔna ɖe kɔƒenutowo me ŋgɔyiyi dzi le gɔmedzedzea me la aɖo nɔƒe gbãtɔ, eye woatsɔ nuŋlɔɖi siwo tsɔ habɔbɔwo ƒe dodo le xexeame kple le Brazil le ŋutinya me la aɖo nɔƒe gbãtɔ ɖoɖowo. To mɔnu sia zazã me la, woate ŋu akpɔ egbɔ be kakaɖedzi le dzɔtsoƒe siwo wozã ŋu eye wokpɔe dze sii le woƒe sukudede ƒe nyonyome ta, si na numekuku sia ƒe nyateƒenyenye kple kakaɖedzi dzina ɖe edzi. Woate ŋu anɔ te ɖe nusiwo wokpɔ tso eme dzi akpɔe be gaxɔdɔwɔƒewo wɔa akpa vevi aɖe le hadome kple ganyawo ƒe ŋgɔyiyi dodo ɖe ŋgɔ me, menye le kɔƒenutowo me ɖeɖeko o, ke le dukɔa ƒe ganyawo katã me.

NYA VEVIWO
Gaxɔdɔwɔƒewo, Kɔƒenutowo me ŋgɔyiyi, kɔƒenutowo

Introdução

O cooperativismo de crédito é capaz de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais de forma significativa. Segundo Barros e Araújo (1991), as cooperativas de crédito são uma fonte importante de financiamento para complementar os recursos próprios dos agricultores. Diferentemente dos bancos comerciais, as cooperativas de crédito são gerenciadas pelos próprios membros, o que proporciona maior controle sobre os serviços oferecidos. Além disso, essas instituições geralmente oferecem taxas de juros e serviços mais acessíveis em comparação aos bancos tradicionais (MICCO, PANIZZA, 2005). Por serem organizações sem fins lucrativos, as cooperativas de crédito podem se concentrar no bem-estar de seus membros e da comunidade em geral, reinvestindo os lucros em projetos locais e iniciativas de desenvolvimento sustentável. Com sua estrutura democrática, as cooperativas de crédito incentivam a participação ativa dos membros, fomentando a educação financeira e a

tomada de decisões coletivas. Em resumo, o cooperativismo de crédito é uma alternativa viável e benéfica para aqueles que buscam serviços financeiros justos e acessíveis.

Diversos autores realizaram estudos sobre as cooperativas de crédito, abrangendo diferentes temas. Por exemplo, Abramovay (2004) discutiu a legislação relacionada a esse tipo de instituição, Silva Filho (2002) avaliou o desempenho das cooperativas utilizando o Modelo de Gestão Econômica (GECON), Sales (2008) abordou a questão da taxa de juros, Geriz (2004) examinou as cooperativas como uma forma de promover o crescimento econômico e Fully-Bressan, Braga (2006) desenvolveram o perfil das cooperativas de crédito.

De acordo com Cruzio (2005), as cooperativas de crédito são associações voluntárias de trabalhadores ou profissionais de diferentes áreas, que se unem de forma livre e espontânea, desde que seus interesses individuais estejam alinhados com os objetivos gerais da cooperativa. Elas se destacam de outras organizações por possuírem características próprias, como adesão voluntária, capital social variável, um voto por membro, dependência de um número mínimo de pessoas para existir e a distribuição das sobras e perdas de forma proporcional à produção de cada cooperado (INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE, 2022). Essas características concedem às cooperativas um valor especial, pois valorizam o ser humano e não apenas o capital.

Seguindo a definição proposta por Pinheiro (2007), as cooperativas de crédito são organizações financeiras que operam como cooperativas, com o propósito principal de disponibilizar serviços financeiros aos seus membros. Esses serviços incluem a oferta de empréstimos, a captação de depósitos à vista e a prazo, a emissão de cheques, além de serviços de cobrança, entre outros (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros semelhantes aos bancos tradicionais, tais como cartões de crédito, contas correntes, fundos de investimento e seguros, além de diversos tipos de empréstimos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021). Segundo Vilela, Nagano e Merlo (2008), a eficiência das cooperativas de crédito pode ser medida pelo valor agregado aos cooperados, ou seja, pela maximização de resultados e benefícios líquidos. A eficiência na utilização dos recursos, por sua vez, refere-se à capacidade dos agentes ou mecanismos de alcançar seus objetivos e produzir os efeitos esperados, considerando os recursos disponíveis (FERREIRA; GONÇALVES; BRAGA, 2007).

Este trabalho tem como propósito destacar a importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento rural, utilizando uma metodologia que se baseia na

análise de fontes bibliográficas, tais como materiais provenientes das bases de dados do Google Scholar, Elsevier, Scielo e da Base de dados da Capes. Os critérios de seleção dos textos foram os seguintes: a) textos que apresentam uma análise crítica do conceito de cooperativas de crédito e seu impacto no desenvolvimento rural; b) textos que contextualizam a emergência do cooperativismo no mundo e no Brasil em termos históricos. Essa metodologia garante que as fontes utilizadas sejam de fontes confiáveis e reconhecidas por sua qualidade acadêmica, o que aumenta a confiabilidade e validade deste estudo. Ao usar esses critérios de seleção, esta pesquisa tem como objetivo oferecer uma análise crítica e abrangente dos problemas ambientais associados às cooperativas de crédito e situar seu desenvolvimento em um contexto histórico mais amplo. A partir dos resultados obtidos, é possível observar que as cooperativas de crédito desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico, não somente em regiões rurais, mas também em toda a economia do país.

1.Referencial teórico: Cooperativismo de crédito

A iniciativa socioeconômica do sistema cooperativista tem o potencial de combater a exclusão social e oferecer uma solução para o desemprego em várias áreas, desde agricultores rurais até artesãos e outros trabalhadores que se unem para obter benefícios econômicos. É possível observar a atuação do sistema cooperativista em vários setores da economia atualmente, destacando-se como uma alternativa eficaz para a promoção do desenvolvimento local e regional.

O reforço e o crescimento do sistema cooperativista são considerados dinâmicas positivas, pois essas organizações contribuem para a geração de novos empregos, aumento da renda, mobilidade social, bem como aprimoramento da competitividade e eficiência econômica (OLIVEIRA et al., 2018). Elas são reconhecidas como agentes de mudança, desempenhando um papel crucial na inovação tecnológica e desenvolvimento socioeconômico. Ademais, as cooperativas fornecem oportunidades de emprego para milhões de pessoas em todo o mundo, como observado por diversos autores (FARIA et al., 2016; FONTES; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

As cooperativas são organizações que atuam em diversos setores, como agricultura, pecuária, indústria, comércio e crédito, entre outros (FORNECK; LUBENOW, 2017). Sua função é servir como intermediárias entre o mercado e seus associados (MACHADO, 2011), garantindo uma distribuição eficiente e justa dos produtos e serviços oferecidos. No caso das cooperativas de crédito, elas agem como intermediárias entre os

mercados financeiros e seus associados, que são proprietários e usuários simultaneamente. Os cooperados têm participação na gestão da cooperativa e acesso aos serviços e produtos oferecidos (FERGUSON; MCKILLOP, 2000), incluindo empréstimos e investimentos (WHEELOCK; WILSON, 2013). O papel dessas organizações é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, garantindo a inclusão financeira e a promoção da participação dos associados na gestão e tomada de decisão. As cooperativas podem, assim, contribuir para o fortalecimento das economias locais, além de atuarem como agentes de mudança, desempenhando um papel crucial na inovação tecnológica e na geração de empregos (PINHO; PALHARES, 2004; BUBANS et al., 2003).

As cooperativas de crédito são organizações financeiras que, diferentemente dos bancos, são geridas de forma democrática por seus membros, que são proprietários e usuários simultaneamente (FREITAS et al., 2008). As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros, incluindo empréstimos, a seus associados, sendo que a diversidade de serviços disponíveis pode variar de acordo com o tamanho da cooperativa (MALIKOV et al. 2017). Além disso, as cooperativas de crédito buscam promover o desenvolvimento econômico local e oferecer taxas de juros mais acessíveis do que as praticadas pelos bancos tradicionais (SILVA, 2011). Essas características fazem das cooperativas de crédito uma alternativa importante aos bancos e contribuem para fomentar a economia local.

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN), as cooperativas de crédito são uma área do cooperativismo que apresenta grande dinamismo. Elas funcionam como instituições financeiras cooperativas, que têm como objetivo principal fornecer serviços financeiros aos seus membros. Ao contrário dos bancos tradicionais, as cooperativas de crédito não visam o lucro e buscam oferecer crédito e outros serviços financeiros aos seus cooperados, sob a supervisão e regulação do BACEN (MELONI, 2005; GERIZ, 2004). As cooperativas de crédito oferecem serviços financeiros similares aos bancos, mas possuem diferenças significativas em relação a essas instituições financeiras.

Quadro 1: Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

COOPERATIVAS	BANCOS
Associações sem fins lucrativos compostas por pessoas simples	Uma empresa com fins lucrativos que tem como prioridade maximizar os lucros para os seus acionistas
Não há limite de associados	Há limite de ações.
Cada associado (pessoa) tem um voto.	Voto proporcional às ações ordinárias.

As cotas são inacessíveis a estranhos à cooperativa, ainda que por herança.	As ações são livremente negociadas e/ou transferidas.
Os resultados financeiros oriundo de atos cooperativos são isentos de tributos.	Os resultados positivos são altamente tributados.
As sobras (resultado positivo entre os ingressos e dispêndios) são devolvidas aos associados, proporcionalmente às suas operações com a cooperativa no exercício.	O lucro fica à disposição dos acionistas, proporcionalmente ao número de ações ou participação no capital do banco.
São reguladas pela Lei Cooperativa e por legislação própria.	No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas.
Estão comprometidas com a comunidade e o usuário.	Não têm vínculo com a comunidade e o público-alvo.
Devolve-se pela colaboração.	Avança pela competição.

Fonte: Elaboração própria com base de Meine; Domingues; Domingues (2002).

A quadro apresentado acima destaca algumas das principais diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos. Embora cooperativas de crédito e bancos ofereçam serviços financeiros semelhantes, existem diferenças importantes entre essas instituições, como demonstrado no quadro acima. As cooperativas de crédito são organizações financeiras sem fins lucrativos que são controladas pelos membros, enquanto os bancos são empresas com fins lucrativos que são controladas por acionistas. Além disso, as cooperativas de crédito buscam promover o desenvolvimento econômico local e oferecer taxas de juros mais competitivas e acessíveis do que os bancos tradicionais.

O Decreto nº22.239/32, criado por Getúlio Vargas em 1932, foi o primeiro a estabelecer regras específicas para as sociedades cooperativas, especialmente as cooperativas de crédito. O artigo 30 do decreto define as cooperativas de crédito como organizações cujo objetivo principal é fornecer crédito e moeda a seus associados por meio da mutualidade e da economia, com uma taxa módica de juros. Essas cooperativas ajudam particularmente pequenos trabalhadores em qualquer área de atividade, como agricultura, indústria, comércio ou profissão, e também podem realizar operações de crédito passivo e outros serviços relacionados ao crédito com pessoas externas à sociedade.

As cooperativas de crédito são organizações formadas por pessoas com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos e imunes à falência, que buscam fornecer crédito e serviços financeiros aos seus associados. No Brasil, elas são reguladas por leis específicas, como a Lei nº 4.595 de 1964 e a Lei nº 5.764 de 1971, além de atos normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Monetário Nacional. Além disso, as cooperativas de crédito são regidas por seus próprios estatutos sociais, que definem suas atividades e normas internas.

De acordo com IFIBE (2012), as cooperativas de crédito têm se mostrado como importantes ferramentas para a efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e à inclusão social. Através da redução das taxas de juros, do aumento da renda e da criação de linhas de crédito específicas para diferentes atividades e segmentos, as cooperativas de crédito têm beneficiado um número crescente de agricultores, integrando-os aos programas de apoio e contribuindo para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais. Desse modo, fica evidente a importância fundamental das cooperativas de crédito na promoção da inclusão financeira e no fortalecimento da agricultura familiar, impulsionando a economia local de maneira sustentável.

2.Desenvolvimento rural

O Desenvolvimento Rural (DR) é um tema complexo e amplamente discutido nos últimos 30 anos, envolvendo a economia agropecuária, agroindústrias e seus mercados. Devido à sua relevância, o DR é frequentemente abordado em debates acadêmicos e governamentais, sendo fundamental para a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades rurais e para o desenvolvimento sustentável das regiões agrícolas e, de acordo com a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS) em 2013, o conceito de DR não está limitado à modernização agrícola, industrialização ou urbanização do campo. Em vez disso, para Kühn (2015), o desenvolvimento rural é considerado um mecanismo que busca melhorar ou normalizar a qualidade de vida dos indivíduos que vivem em sociedade. No entanto, Navarro (2001) argumenta que definir o conceito de desenvolvimento rural é bastante desafiador, uma vez que ele agrega vários outros conceitos e é considerado central para a análise de outras ideias relacionadas à DR.

O desenvolvimento rural é um tema que exige atenção especial, devido à sua ligação com diversas áreas (social, cultural, política e econômica) e à necessidade de uma visão de futuro a longo prazo (PLOEG et al. 2000). Para uma compreensão completa desse conceito, é fundamental entender a importância de cada um dos seus componentes (desenvolvimento e rural) dentro do seu contexto original.

2.1.Desenvolvimento

Até o século passado, o conceito de desenvolvimento era entendido como evolução e progresso, caracterizado pela ideia de crescimento econômico. Esse conceito

foi substituído pela ideia de que o dinamismo econômico poderia melhorar os indicadores sociais e ser visto como desenvolvimento econômico. No entanto, nos últimos anos, essa definição tem sido questionada e o conceito de desenvolvimento passou a incorporar indicadores de bem-estar, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a consideração da sustentabilidade ambiental no conceito de desenvolvimento sustentável.

Devido aos seus valores únicos, objetivos sociais e política de engajamento em conceitos importantes (social, cultural, político e econômico), o conceito de desenvolvimento tem recebido grande atenção e se tornou um dos temas mais discutidos em diversas conferências e o mais estudado nos meios acadêmicos recentemente. Segundo Almeida (1995, p. 4), "A noção de desenvolvimento, por outro lado, tem como objetivo evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade", enquanto Ribeiro (1991, p. 2) acrescenta que "Desenvolvimento é uma das noções mais inclusivas existentes no senso comum e na literatura especializada". Portanto, o conceito de desenvolvimento é abrangente e engloba diversas dimensões, sendo essencial compreender todas elas para uma visão completa.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento tem sido ligado principalmente ao crescimento econômico (FONTES, 2010). O termo desenvolvimento tem sido usado como sinônimo de crescimento em economias avançadas, uma vez que a produção e venda de bens e serviços estão fortemente relacionadas ao desenvolvimento, conforme Kühn (2015, p. 4). Sachs (2009) afirma que inicialmente o crescimento econômico foi considerado uma alternativa para o desenvolvimento. No entanto, com o tempo, outras dimensões foram adicionadas, resultando em uma série de adjetivos. Atualmente, o conceito de desenvolvimento é definido como socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e economicamente viável (Sachs, 2009, p. 8).

De acordo com os estudos de Pinho (2011), o desenvolvimento é um conceito que pode ser qualificado, enquanto o crescimento econômico pode ser quantificado. Enquanto o PIB per capita é um indicador comum do crescimento econômico, Fontes (2012) argumenta que o desenvolvimento é um processo mais amplo que inclui o crescimento econômico, juntamente com outras dimensões, como a melhoria das condições de vida da população. Isso significa que o desenvolvimento não deve ser medido apenas em termos econômicos, mas também em termos sociais e culturais (FONTES, 2012).

Segundo Janela (2013, p.26), o conceito de desenvolvimento se refere a um processo de progresso e aprimoramento que promove mudanças e inovações na economia. Esse processo vai além do crescimento econômico e inclui a proteção

ambiental, a redução das desigualdades e a satisfação das necessidades prioritárias da população. Para atingir o desenvolvimento, é necessário estimular a capacidade criativa humana, política, cultural e tecnológica, permitindo que as comunidades rurais melhorem suas condições de vida e modifiquem suas relações com o Estado, o mercado e a sociedade civil, conforme destacado na 2ª CNDRSS (2013). O desenvolvimento, portanto, é um elemento determinante para o renascimento da sociedade, ao aumentar a compreensão sobre o mundo e a confiança nas capacidades da humanidade.

A ideia de crescimento impulsionou a busca pelo desenvolvimento, começando com a identificação das habilidades dos agricultores e a definição de normas técnicas para sua implementação. As entidades governamentais de promoção de tecnologia têm o papel de persuadir os agricultores a adotar novas tecnologias em seus sistemas de produção (ALMEIDA, 1995). Contudo, é importante ampliar o alcance do desenvolvimento e contribuir com tecnologias modernas em regiões remotas que ainda não têm acesso a essa inovação. É importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento é global e não se limita a uma única parte do mundo, englobando todo o planeta. Apesar de ser mais comum em países desenvolvidos, pode ser aplicado de maneira uniforme e adaptável a circunstâncias e locais diversos, incluindo países em desenvolvimento.

2.2.Rural

A definição do conceito de "rural" é frequentemente utilizada para descrever as áreas e comunidades localizadas fora das regiões urbanas, que se caracterizam por serem dependentes da agricultura, pecuária e outras atividades relacionadas ao uso da terra. Contudo, essa definição pode variar significativamente de país para país, e mesmo dentro de um mesmo país, em função das particularidades culturais, socioeconômicas e políticas da região em questão. Além disso, o termo "rural" é frequentemente associado a ideias de simplicidade, autossuficiência e conexão com a natureza, o que reforça a importância dessas áreas na manutenção de um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a preservação do meio ambiente. Por isso, é essencial reconhecer a diversidade de contextos em que o termo é aplicado e buscar entender as particularidades de cada região, para que possamos promover um desenvolvimento sustentável e equilibrado em todas as áreas, urbanas e rurais.

De acordo com Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século 20, estabelecia uma clara distinção entre as áreas rurais e urbanas, baseada principalmente nas diferenças demográficas, econômicas e culturais existentes entre essas regiões.

Dessa forma, o objetivo da Sociologia Rural era compreender as particularidades e desafios enfrentados pelas comunidades rurais. É importante destacar que, para essa disciplina, o "rural" se diferenciava claramente do "urbano", considerando aspectos como a forma de vida, as relações sociais e econômicas, e a organização do espaço. Para essa disciplina o rural se distingue de urbano

> Estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos. (BAPTISTA, 2001, p. 55).

De acordo com o argumento de Abramovay (2000), que defende que a ruralidade é um conceito territorial e não setorial, pode-se afirmar que existem três aspectos fundamentais que caracterizam as regiões rurais: a conexão com a natureza, a relevância das áreas pouco povoadas e a dependência em relação aos centros urbanos. Nesse sentido, é importante ressaltar que o desenvolvimento econômico das áreas rurais menos densamente habitadas está diretamente ligado à atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais distantes.

Mas segundo IBGE (2002), área Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados. (IBGE, 2002, p. 66). De acordo com Wanderley (2000), há duas características essenciais que distinguem o espaço rural do urbano: 1) a forte presença da agricultura, especialmente a agricultura familiar; 2) a falta de acesso a serviços e bens de consumo coletivo. A autora aponta que essa falta de recursos, que é característica do ambiente rural, também é observada nas pequenas cidades que fazem parte desse contexto.

Autores como Carneiro (1999) e Abramovay (2004) possuem em comum a preocupação em compreender a natureza do rural brasileiro. Segundo Carneiro, é importante considerar o rural como um espaço multifuncional e pluriativo, indo além da distinção entre áreas rurais e urbanas. Já para Abramovay, o rural deve ser visto como um território e não como uma etapa a ser superada, uma vez que o seu desenvolvimento depende do capital social dos moradores e da implementação de políticas públicas eficazes, apesar dos indicadores de desenvolvimento geralmente mais baixos. Dessa

forma, ambos os autores destacam a importância de compreender a complexidade e diversidade das regiões rurais, bem como de se promover políticas públicas que levem em consideração as particularidades desses territórios e contribuam para o seu desenvolvimento sustentável.

Segundo Kageyama (2004), o desenvolvimento rural é influenciado tanto por fatores internos quanto externos à região, que englobam uma ampla gama de atores locais e externos, variando de acordo com as características de cada região. Apesar de haver diferentes definições para o termo, é possível notar a presença de aspectos econômicos, sociais e de diversificação das atividades em todas elas. De acordo com Ploeg et al. (2000), o desenvolvimento rural é um processo que ocorre em diversos níveis, envolvendo a participação de múltiplos atores e abarcando múltiplas facetas.

Seguindo o pensamento de Kageyama (2004), o desenvolvimento rural envolve a busca por inovação e a adoção de tecnologias emergentes para reduzir custos de produção, bem como o desenvolvimento de novas estratégias para criar produtos e serviços que atendam a novos mercados. É comum que seja relacionado a uma base territorial, local ou regional, o que o torna multissetorial, segundo Ploeg et al. (2000). As políticas governamentais frequentemente visam promover o desenvolvimento rural e possibilitar que áreas remotas também tenham acesso a inovações tecnológicas, favorecendo a modernização dessas regiões (NAVARO, 2001).

3.Metodologia

No estudo, foi adotada uma abordagem baseada em análise bibliográfica, que envolve a utilização de várias fontes bibliográficas, como jornais, livros e revistas amplamente disponíveis. Segundo Vergara (2000), esse método é adequado para pesquisas teóricas e exploratórias, permitindo uma avaliação crítica de diferentes perspectivas sobre o assunto em questão. Os dados utilizados no estudo foram obtidos de várias fontes, incluindo materiais provenientes das bases de dados do Google Acadêmico, Elsevier, Scielo e da Base de Dados da Capes. Os critérios de seleção dos materiais consistiram em selecionar documentos que apresentam uma análise crítica sobre o conceito de cooperativas de crédito e sua relação com o meio ambiente, bem como textos que situam o surgimento do cooperativismo tanto em escala global quanto no Brasil em um contexto histórico.

Essa abordagem assegura que as fontes utilizadas sejam confiáveis e reconhecidas pela sua qualidade acadêmica, o que aumenta a confiabilidade e validade

desta pesquisa. Ao adotar esses critérios de seleção, nosso objetivo é fornecer uma análise abrangente e crítica dos desafios ambientais associados às cooperativas de crédito e situar o seu desenvolvimento em um contexto histórico mais amplo. A integração dessas fontes possibilitou uma visão ampla e completa sobre o tópico em questão, permitindo assim a construção de um conhecimento sólido e fundamentado. De acordo com Gil (2009), a pesquisa bibliográfica é conduzida por meio do uso de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, os quais são utilizados para formar a base teórica do estudo em questão.

3.1.Resultado

As cooperativas de crédito desempenham um papel essencial em muitos países, proporcionando uma fonte significativa de crédito para pequenas e médias empresas, bem como para indivíduos (MCKILLOP et al., 2020). Em um contexto em que o capitalismo é a principal forma de organização econômica, o cooperativismo pode oferecer uma alternativa justa e viável para promover a inclusão e a distribuição equitativa de renda entre as pessoas e organizações (NOVKOVIC, 2008). Além disso, as cooperativas de crédito podem trazer benefícios significativos, tanto diretos quanto indiretos, para as comunidades em que atuam, ajudando a combater e reduzir a pobreza (FULLER, 1998).

De acordo com Assunção et al. (2020), as cooperativas de crédito são fundamentais para a distribuição de crédito rural e têm sido reconhecidas como um importante instrumento de política agrícola. Além disso, essas organizações fornecem benefícios regulatórios e têm se mostrado eficazes na promoção da inclusão financeira, oferecendo crédito agrícola para pequenos produtores rurais.

As cooperativas, incluindo as cooperativas de crédito, valorizam a cooperação, a ajuda mútua e a integração para resolver problemas coletivos, conforme destacado por Fanho e Ouro-Salim (2022). Essa abordagem pode ser vantajosa para o desenvolvimento de comunidades rurais. Ademais, a correção de desigualdades e injustiças sociais é um dos princípios cooperativos, garantindo uma distribuição justa e equitativa dos bens e valores que compõem o patrimônio da cooperativa, como observado pela OCB (2003).

Westley e Shaffer (1999) apontam que as cooperativas de crédito são uma importante fonte de financiamento para micro e pequenas empresas, famílias de baixa renda e trabalhadores em muitos países latino-americanos. De acordo com Bauer, Miles e Nishikawa (2009), dados do Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (WOCCU)

mostram que cerca de 18,5% da população mundial em idade ativa é composta por membros de cooperativas de crédito.

Segundo Taylor (1979), as cooperativas de crédito não buscam metas independentes, mas sim trabalham para promover os interesses de seus membros. Além disso, essas organizações se diferenciam das instituições financeiras ao buscar oferecer as melhores taxas de remuneração sobre as economias e as menores taxas de juros sobre os empréstimos (TAYLOR, 1979). No entanto, essa diferenciação pode gerar conflitos entre os membros, especialmente entre tomadores de empréstimos que buscam taxas de juros mais baixas e poupadores que buscam taxas de remuneração satisfatórias (SPENCER, 1996).

As cooperativas de crédito são reconhecidas por sua eficiência operacional e social, funcionando como uma extensão das economias de seus membros e oferecendo serviços financeiros, conforme descrito por Barroso, Bialoskorski Neto (2010). Os membros da cooperativa estabelecem as taxas e compartilham os retornos gerados entre si como parte do excedente. Como os membros suportam o custo imediato, as taxas podem ser mais baixas. No final do período, uma porcentagem da sobra é distribuída, e a assembleia geral da cooperativa é responsável por decidir a porcentagem das sobras retidas e distribuídas. Essa característica é fundamental para o desempenho financeiro e social das cooperativas e para sua continuidade.

Conforme apontado por Buendia Martinez e Pires (2002), as cooperativas de crédito têm desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento rural e no fortalecimento das comunidades. De acordo com Diniz e Gonzalez (2015), as cooperativas de crédito têm experimentado um crescimento expressivo como uma opção para inclusão financeira e desenvolvimento local. Essas organizações são estruturadas para oferecer crédito localmente, estimular o comércio e os serviços na região, e Bülow e Machado (2020) acrescentam que a ampla presença do sistema cooperativo de crédito tem impactado positivamente o desenvolvimento local e regional, democratizando o acesso ao crédito e aos serviços financeiros para diversas pessoas.

Considerações finais

O objetivo deste artigo é demonstrar e fundamentar os valores e características que tornam o cooperativismo de crédito um elemento crucial para impulsionar o progresso da população rural. Para alcançar esse objetivo, foi utilizada uma metodologia baseada na análise bibliográfica, consultando várias fontes, como jornais, livros e revistas de ampla

circulação. Os resultados indicam que o cooperativismo de crédito é um instrumento importante para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais.

As cooperativas de crédito vêm se apresentando como uma opção viável para o desenvolvimento rural, graças à sua capacidade de promover a cooperação entre os membros e gerar benefícios mútuos. A literatura especializada tem destacado a importância das cooperativas de crédito como estratégia para o fortalecimento das comunidades locais. Além disso, essas organizações mantêm uma forte relação com a comunidade, promovendo a cooperação entre os membros e oferecendo serviços financeiros de qualidade a preços acessíveis. Como resultado, as cooperativas de crédito contribuem para a geração de empregos, o estímulo ao empreendedorismo e o fortalecimento da economia local.

A gestão democrática das cooperativas de crédito é fundamental para garantir a participação ativa dos membros nas decisões que afetam a cooperativa, resultando em maior transparência e envolvimento no processo de desenvolvimento. Além disso, as cooperativas desempenham um papel significativo no desenvolvimento rural, fornecendo aos pequenos produtores uma alternativa para acessar mercados mais amplos e oferecendo serviços de apoio à produção. Isso gera benefícios não apenas para os membros da cooperativa, mas também para a comunidade em geral. A importância das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais é reconhecida pela literatura especializada.

Referências

ABRAMOVAY, R. Cooperativismo de crédito: efeitos contraditórios de uma legislação restritiva. In: SANTOS, C. A. (org.). **Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. Brasília: Sebrae, p. 151-157, 2004.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio do Janeiro: IPEA, 2000.

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

ASSUNÇÃO, J., COSTA, D. R. DE M., SOUZA, P. The role of cooperatives in rural credit: cooperative credit grows during the economic crisis and supports the inclusion of small-scale producers. **Policy Brief**. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, 2020.

BACEN - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **IV Seminário Banco Central sobre Microfinanças**. Disponível em: < http://

https://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro5/Seminario.asp?frame=1>. Acesso em: 03 Marco 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cooperativa de crédito**? Banco Central Do Brasil, 2021. https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cooperativacredito.

BAPTISTA, F. O. Agriculturas e territórios. **Oeiras, Portugal**: Celta, 2001.

BARROS, G., ARAÚJO, P. F. C., BISERRA. J. e MESQUITA, T. **Estimativa de custos de transação no crédito rural**: estudo de uma amostra de bancos oficiais no nordeste brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1990.

BARROSO, M. F. G. BIALOSKORSKI NETO, S. Surplus distribution in San Paulo rural credit cooperatives. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, vol. 12, n. 2, 2010.

BAUER, K. J. MILES, L. L. NISHIKAWA, T. The effect of mergers on credit union performance. **Journal of Banking and Finance**, Amsterdam, vol. 33, n. 12, p. 2267-2274, 2009.

BUBANS, C., MANTEI, I., BAVARESCO, L., STEFAN, T., ROSSA, C. G. A importância docooperativismo para o desenvolvimento regional. **Revista Eletrônica De Iniciação Científica Dos Cursos e Administração e De Ciências Contábeis**, Santa Rosa, Nº 3. jan./jun. 2013.

BUENDIA MARTINEZ, I., PIRES, M. L. L. S. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasilia. vol. 19, n. 1, p. 99-118, 2002.

CARNEIRO, M. J. “Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa”. In: MOREIRA, J.M.; COSTA, L.F.C. (eds**.). Mundo Rural e Cultura**, Rio de Janeiro, Mauad, 2002, p. 223-240.

CRÚZIO, H. de O. **Como organizar e administrar uma cooperativa:** uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DINIZ, E., GONZALEZ, L. **What can explain the recent adoption of correspondent bankingby credit unions in Brazil?** 2015.

FANHO, A. D., OURO-SALIM, O. O cooperativismo e a sociedade. In: **Anais da Mostra Observa Campos: “Meu Corpo é Terra-Território**!”. Anais...São Francisco de Paula (RS) Uergs Unidade Hortênsias, 2022. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/4mostraobservacampos2022/542699-O-COOPERATIVISMO-E-A-SOCIEDADE>. Acesso em: 27/02/2023.

FERGUSON, C., MCKILLOP, D. G. Classifying credit union development in terms of mature, transition and nascent industry types. **The Service Industries Journal**, Londres, vol. 20, n. 4, p. 103-120, 2000.

FERREIRA, M. A. M., GONÇALVES, R. M. L., BRAGA, M. J. Investigação do desempenho das cooperativas de crédito de Minas Gerais por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). **Econ. Aplic**, Ribeirão Preto – SP, vol. 11, p. 425-445, 2007.

FONTES, R. et al. **Economia: Um enfoque básico e simplificado**. São Paulo: Atlas, 2010.

FORNECK, E., LUBENOW, A. M. Cooperativismo, modernização agrícola e desenvolvimento econômico no oestecatarinense. In: CARBONERA, Mirian, et al (Org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó, SC: Argos, 2017., vol. 100, p. 315-356.

FREITAS, A. F., AMARAL, I. D. C., BRAGA, M. J. A influência dos riscos de liquidez e de créditono processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito delivre admissão: um estudo de caso. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 126-147, 2008.

FULLER, D. Credit union development: financial inclusion and exclusion. **Geoforum**, vol. 29, n. 2, p. 145-157, 1998.

FULLY-BRESSAN, V. G., BRAGA, M. J. Perfil das cooperativas de crédito mútuo do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa vol. 4, n. 4, p. 511-531, 2006.

GERIZ, S. D. As cooperativas de crédito no arcabouço institucional do sistema financeiro nacional. **Revista Prima Facie**, Paraiba, vol. 3, n. 4, p. 82-110 jan./jun. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, IBGE2002.

ICA - International Co-Operative Alliance. **Cooperative identity, values & principles. International** Co-Operative Alliance. https://www.ica.coop/en/cooperatives/cooperative-identity, 2022.

IFIBE - Instituto Superior De Filosofia Berthier. **O cooperativismo de crédito familiar e solidaria: instrumento de desenvolvimento e erradicacao da pobreza**. Passo Fundo: IFIBE, p. 13, 2012.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

KÜHN, D. D. Desenvolvimento rural: afinal, sobre o que estamos falando? **Redes**, Santa Cruz do Sul, vol. 20, n. 2, p. 11-30, 2015.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança**: O debate e as implicações São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MALIKOV, E., ZHAO, S., KUMBHAKAR, S. C. Economies of diversification in the US credit unionsector. **Journal of Applied Econometrics**, New Jersey, vol. 32, n. 7, p. 1329-1347, 2017.

MCKILLOP, D. et al. Cooperative financial institutions: a review of the literature. **Working Paper in Responsible Banking & Finance**, University of St Andrews – School of Management, 2020.

MELONI, M. **Impulso ao microcrédito**. Disponível em: <http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao/artigos/artigo.asp?IdArtigo=101>. Acesso em: 23/01/2023.

MEINEN, Ê; DOMINGUES, J. N; DOMINGUES, J. A. S. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002a.

MICCO, A. e PANIZZA, U. **¿ Debe el gobierno participar en la actividad bancária? El papel de la banca propiedad del Estado y de la banca de fomento**. Inter-American Development Bank, Research Department, 2005.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo SP, vol. 15, p. 83-100, 2001.

NOVKOVIC, S. Defining the co-operatives difference. **The Journal of Socio-Economics**, Amsterdam, vol. 37, n. 6, p. 2168-2177, 2008.

OCB - Organização Das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Orientação para a Constituição e Registro de Cooperativas**. 8.ed. Brasília: Sescoop, 2003

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito**: História da Evolução Normativa no Brasil. (6. Ed.). Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

PINHO, B. D., VASCONCELLOS, M. A. S. JUNIOR, R. T. **Manual de Economia – Equipe de professores da USP**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PINHO, D. B. PALHARES, V. M. A. **O Cooperativismo de Crédito no Brasil**: do século XX ao século XXI. Edição Comemorativa. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2004.

PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Sociologia Ruralis, Routledge, 2000, Vol. 40, N. 4, 391-408.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento**. Revista de Antropologia**. São Paulo, vol. 34, n.34, USP, p. 59-101, 1991.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2004.

SACHS, I. Revisiting development in the twenty-first century. **International Journal of political economy**, New York, vol. 38, n. 3, p. 5-21, 2009.

SALES, J. E. **Cooperativismo de crédito**: influência das taxas de juros no atual contexto. 45 p. Monografia (MBA), Faculdades Pedro Leopoldo, 2008.

SILVA FILHO, G. T**. Avaliação de desempenho em cooperativas de crédito**: uma aplicação do modelo de gestão econômica – GECON. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais,** Lavrs, vol.4, n. 1. 2002.

SPENCER, J. E. An extension to Talor's model of credit union. **Review of Social Economy**, Londres, v. 54, n. 1, p. 89-98, 1966.

TAYLOR, R. A. (1979). Demand for labour by credit unions. **Applied Economics**, vol. 11, n. 3, p. 333-340, 1979.

VILELA, D. L., NAGANO, M. S., MERLO, E. M. Aplicação da análise envoltória de dados em cooperativas de crédito rural. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá/PR, vol. 11, p. 99-120, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. "A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo". **Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 8, n. 2,p.87 e p. 145, outubro 2000.

WESTLEY, G. D. SHAFFER, S. Credit union policies and performance in Latin America. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, vol. 23, n. 9, p. 1303-1329, 1999.

WHEELOCK, D. C., WILSON, P. W. The evolution of cost-productivity and efficiency among US credit unions. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, vol. 37, n. 1, p. 75-88, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 23/08/2024

Para citar este texto (ABNT): FANHO, Ayawovi Djidjogbe; OURO-SALIM, Omar. As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais, *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.458-475, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Fanho, Ayawovi Djidjogbe; Ouro-Salim, Omar. (out.2024). As contribuições das cooperativas de crédito no desenvolvimento das áreas rurais. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 458-475.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.476-488 | 2024.

Análise do desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da Escola Privada "Bons Sonhos" da Cidade da Beira-Moçambique

Héldia Artur Maúre *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0001-6014-3706

RESUMO
O estudo teve como objectivo Analisar o desenvolvimento das funções motoras em Crianças dos 7 aos 10 anos da Escola Privada Bons Sonhos da Cidade da Beira. A amostra foi composta por 183 escolares, dos quais 94 do sexo feminino e 89 do sexo masculino com idade compreendida entre 7 a 10 anos. O instrumento utilizado foi à bateria de teste e medidas PROESP-BR (2016) contendo 8 itens: Flexibilidade, Resistência muscular localizada, Estatura (cm), Peso (kg), IMC, Perímetro da cintura, Estimativa de excesso de gordura visceral resistência cardiorrespiratória (corrida de 6 minutos). Para análise de dados Foi utilizada o programa estatístico SPSS 23 e o teste correlacional de Pearson ($p<0,05$). Os resultados indicam que a maioria apresenta um desenvolvimento positivo nos testes de Flexibilidade, Resistência muscular localizada, Peso (kg), IMC, com isso os alunos apresentam valores situados na ZONA SAUDÁVEL e para Estimativa de excesso de gordura visceral e resistência cardiorrespiratória (corrida de 6 minutos) a maioria apresentam a falta de desenvolvimento motor, com isso os valores estão situados na ZONA DE RISCO. O estudo sugere maior atenção às variáveis de aptidão cardiorrespiratória e resistência muscular localizada, pois serem indicadores importantes do estado de saúde e bem-estar dos alunos.
PALAVRAS-CHAVE
Desenvolvimento Motor; Crianças; funções motoras.

Analysis of the development of motor functions in children aged 7 to 10 years old at the private school "Bons sonhos" in the city of Beira-Mozambique

ABSTRACT
The study aimed to Analyze the development of motor functions in children aged 7 to 10 years old from Bons Sonhos Private School in Beira City. The sample was composed of 183 students, 94 females and 89 males with ages ranging from 7 to 10 years old. The instrument used was the PROESP-BR (2016) test and measurement battery containing 8 items: Flexibility, Localized muscle endurance, Height (cm), Weight (kg), BMI, Waist circumference, Estimation of excess visceral fat cardiorespiratory endurance (6-minute run). For data analysis SPSS 23 statistical program and Pearson's correlational test was used ($p<0.05$). The results indicate that the majority presents a positive development in the tests of Flexibility, Localized muscular resistance, Weight (kg), BMI, with this the students present values situated in the HEALTHY ZONE and for Estimate of excess of visceral fat and cardiorespiratory resistance (6 minutes run) the majority presents the lack of motor development, with this the values are situated in the RISK ZONE. The study suggests more attention to the variables of cardiorespiratory fitness and localized muscular endurance, since they are important indicators of the students' health status and well-being.
KEYWORDS
Motor Development; Children; Motor Functions.

Introdução

O desenvolvimento motor é a alteração do comportamento motor humano durante a vida, olhando sua individualidade e as tarefas impostas pelo meio em que se está, também é o processo de crescimento do sistema motor ao longo do tempo, envolvendo mudanças

* Graduado em Ensino de Educação Física e Desporto com Habilitações em Ensino em Actividade Física para Saúde pela Universidade Licungo – Moçambique; Docente de Educação Física e Desporto na Universidade Púnguè – Moçambique. E-mail: heldiaarturmaure@gmail.com

contínuas do comportamento motor, integrado com a biologia do indivíduo e interacção com o meio ambiente, desta forma faz referência ao movimento e controle das partes do corpo, uma vez que no decorrer do crescimento e do desenvolvimento, a habilidade em usar os segmentos corporais aumenta em força, velocidade e coordenação (GUEDES, 2011; GALLAHUE, 2013).

A infância caracteriza-se pela aquisição de extensas habilidades motoras, que possibilita a criança, um amplo domínio do seu corpo em diferentes posturas (estáticas e dinâmicas), locomoverem-se pelo meio ambiente de variadas formas (andar, correr, saltar, etc.) e manipular objectos e instrumentos diversos (receber uma bola, arremessar uma pedra, chutar, escrever). A infância e a adolescência são períodos críticos, porém extremamente importantes, estando associados a aspectos de conduta e solicitação motora, já que nesta fase do desenvolvimento humano, além das implicações fisiológicas relacionadas à maturação biológica, o organismo é sensível à influência de factores ambientais e comportamentais, tanto de natureza positiva como negativa (GUEDES & GUEDES, 2006). Assim, o acompanhamento dos índices de desempenho motor de crianças e adolescentes pode contribuir de forma decisiva na tentativa de promover a prática de Actividade física no presente e para toda a vida.

Essas habilidades básicas são exigidas para a condução de hábitos em casa e na escola, com isso para entender e explicar essas alterações, estudos têm sido realizados em muitas áreas do comportamento motor acontece especificamente na área do desenvolvimento motor, torna-se importante conhecer e identificar as características de desenvolvimento motor das crianças para que as intervenções eventuais ocorram de forma segura e objectiva, com vistas ao desenvolvimento motor de forma integral das crianças. Os benefícios que a prática da Actividade física regular promovem uma melhoria da qualidade de vida, despertando ainda a atenção no que concerne à relação entre a prática de actividades físicas e os índices de aptidão física para o estado de saúde global das pessoas, principalmente na infância e na adolescência (MARCHESONI et al., 2011). É objectivo deste trabalho analisar o nível de desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira. Qual é o nível de desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da Escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira?

O presente estudo surge pelo interesse em desenvolvimento das funções motoras em crianças, por elas praticarem cada vez menos actividade física e, consequentemente verifica – se cada vez mais, baixos níveis de desempenho motor. Pois estas serão as mais afectadas com as novas tecnologias, passando cada vez mais o seu tempo a jogar jogos de computador, a ver televisão e a navegar na internet, o aumento do sedentarismo, com os maus hábitos alimentares são os responsáveis por doenças, isto que as influencias dos factores: indivíduo, ambiente e a tarefa, podem ser potenciais limitadores de um desenvolvimento de novas

aprendizagens, visto que é nesses períodos sensíveis que há um grande desenvolvimento humano, a nível físico, afectivo e social. Então para que isto aconteça tem que existir exercícios físicos, jogos, movimentos, entre outros. Analisar, Identificar, Descrever e Comparar o nível de desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira.

1.Desenvolvimento motor

Desenvolvimento motor é interpretado como o processo de mudanças que ocorrem no comportamento motor ao longo do ciclo de vida e relacionando se com a idade, postura e movimento da criança e é caracterizado por mudanças qualitativas, envolvendo as necessidades biológicas, que influenciam o desempenho motor e as habilidades motoras dos indivíduos e é caracterizado por alterações físicas e mentais que acontecem desde o nascimento até o final da vida (GALLAHUE & OZMUN, 2005).

O desenvolvimento motor é um processo que segue uma sequência, contínua e relacionado à idade cronológica, com isso o ser humano adquire uma enorme quantidade de habilidades motoras, as quais desenvolvem de movimentos simples e desorganizados para a execução de habilidades motoras muito organizadas e complexas (HAYWOOD e GETCHELL, 2004). O Desenvolvimento Motor é um componente do desenvolvimento do ser humano no seu todo, também através do ciclo da vida desenvolve alterações no comportamento motor e alterações no movimento humano como resultado da interacção entre componentes genéticos e culturais (GABBARD, 1993).

2.1.As fases do desenvolvimento motor infantil

O modelo de desenvolvimento motor infantil mais utilizado é proposto por Gallahue E Ozmun (2005) que engloba diferentes habilidades fundamentais (também conhecidas por habilidades básicas). Ele divide e caracteriza cada uma das fases desse processo. (1)Fase motora reflexiva — 0 a 1 ano (o estágio de codificação e decodificação de informações); (2)Fase motora rudimentar — 1 a 2 anos (estágio de inibição dos reflexos); (3) Fase motora fundamental — 2 a 7 anos (3 etapas Estágio inicial — 2 a 3 anos, Estágio elementar — 4 a 5 anos e Estágio maduro— 6 a 7 anos); (4) Fase motora especializada — 7 a 14 anos ou mais (etapas Estágio de transição — 7 a 10 anos, Estágio de aplicação — 11 a 13 anos e Estágio de utilização ao longo da vida — 14 anos ou mais).

O desenvolvimento motor segundo vários acontecimentos no indivíduo é um processo de transformações ao longo da vida na capacidade de funções. À medida que o indivíduo vai atingindo o seu grau de maturação também o desenvolvimento prossegue, ou seja existe uma

relação entre o desenvolvimento e a idade. O seu crescimento dependerá de pessoa para pessoa, pois cada um terá o seu próprio ritmo. As transformações são graduais, uma leva à outra de forma ordenada. Estas transformações acontecem dentro do indivíduo e as relações do indivíduo e o ambiente (HAYWOOD & GETCHELL, 2004).

Segundo Zaichkowkys (1980), diz que as capacidades motoras são adquiridas dependendo do nível de maturação da criança neste caso o desenvolvimento motor tem como bases a concessão e a percepção, no caso de existir algum erro no desenvolvimento motor vai interferir em todas as aprendizagens. Os comportamentos desenvolvem-se através das actividades motoras menos elaboradas e as actividades mais complexas tornam-se dependentes das menos complexas. Gallahuen & Ozmun (2003) a classificação de idade do desenvolvimento do indivíduo é importante perceber através da idade, período se encontra, o mesmo está relacionado com a idade, mas não depende dela. Através da idade poderemos ter uma aproximação do nível de desenvolvimento do indivíduo.

Segundo Gallahue e Ozmun (2013), o desenvolvimento motor é um sistema de transformações no comportamento do indivíduo durante toda a vida, adapta-se muito bem as suas mudanças, estando entre os processos mais plásticos que podem ser observados na Natureza. Com efeito, as crianças terão todas as capacidades para desenvolver as suas habilidades motoras, nos períodos entre os 3 e 9/10 anos, pois a partir daqui todas as aprendizagens já não são novidades para elas. O desenvolvimento motor é um processo sequencial, relacionado à idade cronológica, trazido pela interacção entre os requisitos das tarefas, a biologia do indivíduo e as condições ambientais, sendo inerente às mudanças sociais, intelectuais e emocionais. É na infância, particularmente, no início do processo de escolarização, que ocorre um amplo incremento das habilidades motoras, que possibilita à criança um amplo domínio do seu corpo em diferentes actividades, como: saltar, correr, rastejar, chutar uma bola, arremessar um arco, equilibrar-se num pé só, escrever, entre outras.

2.2.Aptidão Física

A aptidão física é constituída por uma série de atributos que são adquiridos em função da prática regular da actividade física (PITANGA, 2001). Ela é geralmente definida como sendo a capacidade que cada indivíduo tem para realizar actividades físicas, podendo estar relacionada com os factores genéticos, o estado de saúde, os níveis de nutrição e, principalmente com a prática regular de actividades físicas (BERGMANN et al., 2005). MC. Ardle et al. (1998), a define tratando-a como uma actividade que proporciona força, resistência, razoável flexibilidade articular, uma boa capacidade aeróbia do sistema cardiorrespiratório e ademais uma composição corporal um peso sob controlo.

Segundo Malina (2002), a aptidão física adquirida na infância e adolescência tende a perdurar até a fase adulta, residindo a importância da prática de actividades físicas desde a infância. Segundo Generosi et al (2008), destaca que a aptidão física é por tradição classificada de duas formas: (a) A Aptidão Física relacionada à saúde (ApFRS), em que ser apto nesta pressupõe-se um menor risco de desenvolvimento de doenças crónico-degenerativas; e (b) A Aptidão Física relacionada ao desempenho motor (ApFDM), a qual centra-se mais ao desenvolvimento de capacidades inerentes aos desportos. Segundo Guedes (2007), a Aptidão Física relacionada a saúde envolve basicamente as capacidades físicas, Resistência cardiorrespiratória, Força/Resistência muscular, e Flexibilidade.

Generosi et al. (2008), evidenciam os seguintes componentes que constituem a ApFRS: o índice de flexibilidade, a força/resistência muscular abdominal localizada, a composição corporal (componente morfológico expresso pelo IMC e/ou gordura corporal, e outros componentes morfológicos como massa magra, massa óssea e residual e resistência cardiorrespiratória). A flexibilidade é um dos componentes mais importantes, sobretudo em crianças, pois, baixa flexibilidade associa-se com baixa resistência abdominal, o que pode gerar desvios posturais e lombalgias (GAYA & SILVA, 2007). Um outro componente importante da aptidão física é a capacidade cardiorrespiratória que se associa à diminuição do risco de obesidade e de se adquirir doenças metabólicas, muito frequentes na população, como diabetes e hipertensão arterial (SCHUTTE, 2016).

3.Materiais e Métodos : Tipo de estudo

Trata – se de um estudo descritivo-correlacional e transversal com uma abordagem quantitativa. Amostra do presente estudo foi intencionada, composta por 183 alunos da 2ª à 5ª Classes com as idades compreendidas entre 07 a 10 anos de ambos sexos matriculados na escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira nos quais participaram 89 do sexo masculino e 94 do sexo feminino. A escolha dessas idades é por ser idade que esta na fase de desenvolvimento.

Tabela 1: Dados gerais da amostra do estudo

	Sexo		
Idade	**Masculino**	**Feminino**	**Total**
7	25	44	69
8	22	20	42
9	20	20	40
10	22	10	32
Total	89	94	183

Fonte: Dados da pesquisa

A recolha dos dados dos alunos da escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira foi feita com recurso às normas preconizadas no Manual de Testes e Avaliação do Proesp-Br

(GAYA e GAYA, 2016). A avaliação do desenvolvimento das funções motoras foi feita de acordo com os pontos de coorte do referido Manual. Para teste de flexibilidade usou se a fita métrica e fita adesiva. Onde estendeu se uma fita métrica no solo e uma marca de 38cm da fita e colocou se um pedaço de fita adesiva de 30cm em perpendicular. A fita adesiva deve fixar a fita métrica no solo, o sujeito avaliado esteve descalço, os calcanhares tocaram a fita adesiva na marca dos 38 cm separados 30cm, com os joelhos estendidos e as mãos sobrepostas, o avaliado inclinou se lentamente e estendeu as mãos para frente o mais distante possível. O avaliado permaneceu nesta posição o tempo necessário para a distância ser anotado.

Para o teste de resistência abdominal (sit up) utilizamos colchonetes e cronometro, o sujeito avaliado se posicionou em decúbito dorsal com os joelhos flexionados a 45 graus e com os braços cruzados sobre o tórax. O avaliador com as mãos, segura os tornozelos do estudante fixando os ao solo. Ao sinal o aluno iniciou os movimentos de flexão do tronco ate tocar com os cotovelos nas coxas, retomando a posição inicial (não foi necessário tocar com a cabeça no colchonete a cada execução). O aluno realizou o maior número de repetições completas em 1 minuto. O resultado será expresso pelo número de movimentos completos realizados em 1 minuto.

Aptidão cardiorrespiratória: Para o teste de corrida/ caminhada (6 minutos) foi num local plano com marcação do perímetro da pista. Usou se a trena métrica, cronómetro e ficha de registro. Dividiu se os alunos em grupos adequados as dimensões da pista. Informou se aos alunos sobre a execução de testes dondo enfase ao facto de que devem correr o maior tempo possível, evitando piques de velocidade intercalados por longas caminhadas. Durante o teste informou se ao aluno a passagem de tempo 2,4,e 5 (atenção falta 1 minuto). Ao final do teste soamos um sinal (apito) sendo que os alunos deverão interromper a corrida, permanecendo no lugar onde estavam (no momento do apito) ate ser anotada ou sinalizada a distancia percorrida. Os resultados foram anotados em metros com uma casa apos a vírgula.

Perímetro da cintura: Para a medida do perímetro da cintura (cc) foi aferido por meio de uma fita métrica flexível com resolução de 1mm. A medida foi realizada no ponto médio entre a borda inferior da última costela e a crista ilíaca. A medida registrada em cm com uma casa apos a vírgula. **IMC:** Para a medida do índice de massa corporal (IMC) foi determinado através do cálculo da razão (divisão) entre a medida de massa corporal total em quilogramas (peso) pela estatura (altura) em metros elevada ao quadrado. A medida foi registrada com uma casa apos a vírgula. **IMC = Peso/Estatura². Razão cintura estatura (RCE):** Para a medida da razão cintura estatura (RCE) foi determinado através do cálculo da razão (divisão) entre a medida do perímetro da cintura em centímetro e a estatura (altura) em cm. A medida foi registrada com uma casa após a vírgula. **RCE = Perímetro da Cintura (cm)/estatura (cm)**

A análise estatística dos dados foi efectuada no programa estatístico SPSS 23, de acordo com a seguinte ordem: (i)Aplicação de teste One Wey Anova para apresentar os dados das crianças em função do sexo e idade; (ii) Aplicação do teste de medidas independentes para a comparação entre os sexos;(iii) Execução da Correlação de Pearson para verificar a relação entre o IMC e as variáveis. Todo procedimento foi feito com a autorização prévia dos órgãos de direcção da Escola e após o preenchimento e assinatura do termo de participação e consentimento pelos encarregados de educação de cada aluno. Foram somente usados para a pesquisa os dados dos alunos que participaram em todos os testes do protocolo.

3.1.Apresentação e Discussão dos Resultados

Participaram do estudo 183 alunos, sendo 94 do sexo feminino e 89 do sexo masculino com idade de sete a dez anos (tabela 1). De acordo com as normas do Proesp-Br (2016) a avaliação do desenvolvimento das funções motoras está associada à prevenção e a redução dos riscos de doenças e a disposições para as actividades do dia-a-dia. O presente capitulo dedicar-se-á a apresentação e discussão dos resultados do presente estudo. Primeiramente serão apresentados os resultados do IMC e EEGV, seguindo-se os resultados descritivos das funções motoras dos alunos. Passo seguinte, são apresentados os resultados da comparação das dimensões corporais e das variáveis motoras, e posteriormente a relação entra o IMC, a EEGV e as variáveis motoras.

Tabela 2: Valores descritivos do IMC e EEGV (medidas de dimensão corporal) dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos

	IMC		EEGV	
Idade	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**	**Feminino**
7	16,86 ±2,76	16,96±3, 11	,45±,0 7	,45±,07
8	15,31 ±2,81	16,46±2, 67	,44±,0 7	,46±,04
9	16,19 ±3,19	15,57±2, 06	,45±,0 4	,43±,04
10	18,33 ±4,96	17,56±3, 60	,47±,0 7	,45±,04
Total	16,69 ±3,64	16,62±2, 91	,45±,0 7	,45±,06

IMC – Índice de massa corporal/ EEGV – Estimativa de excesso de gordura visceral

A tabela 2 mostra os valores descritivos do IMC e EEGV dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos. Observam-se que os alunos apresentam valores situados na ZONA SAUDÁVEL tanto para o IMC assim como para a EEGV.

Tabela 3: Valores percentuais do IMC

	Masculino		Feminino		Total
		%	N	%	%
ZONA SAUDÁVEL		4	9	49,18	93,4

	1	4,26	0		71	4
ZONA DE RISCO		4,37	4	2,19	2	6.56
Total	9	48,63	9 4	51,37	83	100

A tabela 3 mostra os valores percentuais do IMC dos alunos. Observa-se que a maior parte destes apresenta valores situados na ZONA SAUDÁVEL (93,44%), sendo a percentagem sido maior no sexo feminino (49,18%) em comparação ao masculino (44,26%).

Tabela 4: Valores percentuais do EEGV

	Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	N	%
ZONA SAUDÁVEL	78	42,62	84	49,90	162	88,52
ZONA DE RISCO	11	6,01	10	5,46	21	11,47
Total	89	48,63	94	51,37	183	100

EEGV – Estimativa de excesso de gordura visceral

A tabela 4 apresenta valores percentuais da EEGV dos alunos. Observa-se que a maior parte destes apresenta valores situados no ZONA SAUDÁVEL (88,52%), maior no sexo feminino (49,90%).

Tabela 5: Valores descritivos das funções motoras dos alunos em função da idade e sexo

	FLEX		RML		ApC	
Idade	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
7	27,50±2,54	29,85±4,39	26,68±5,74	23,46±5,99	440,84±66,97	431,07±77,94
8	28,63±2,76	31,25±3,88	29,18±8,19	25,50±9,67	427,95±61,49	412,10±75,70
9	31,59±3,80	31,93±4,67	29,40±10,11	24,35±5,76	376,30±92,47	381,30±78,37
10	31,28±4,85	32,79±5,08	29,68±8,16	19,10±5,80	418,27±87,50	446,70±68,74
Total	29,63±3,92	30,90±4,48	28,65±8,03	23,62±6,99	417,57±79,79	418,11±78,47

FLEX – Flexibilidade/ RML – Resistência Muscular Localizada /ApC – Aptidão Cardiorrespiratório

A Tabela 5 mostra os valores descritivos do desenvolvimento das funções motoras dos alunos em função da idade e sexo. Pode-se verificar em geral valores na ZONA SAUDÁVEL tanto na Flexibilidade assim como na Resistência Muscular Localizada embora verifiquem-se baixos desempenhos nas idades 7 e 8 anos no sexo masculino (Flexibilidade) e 10 anos no sexo feminino (Resistência Muscular Localizada). Na variável Aptidão Cardiorrespiratória foram evidenciados em geral resultados na ZONA DE RISCO À SAÚDE.

Tabela 6: Valores percentuais da Flexibilidade

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
ZONA SAUDÁVEL	47	25,68	91	49,73	138	75,41
ZONA DE RISCO	42	22,95	3	1,64	45	24,59
Total	89	48,63	94	51,37	183	100

A tabela 6 apresenta valores percentuais da Flexibilidade dos alunos. Observa-se que a maior parte destes apresentam valores situados na Zona Saudável (75,41 %), maior no sexo feminino (49,73%).

Tabela 7: Valores percentuais da RML

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
ZONA SAUDÁVEL	79	43,17	66	36,06	145	79,23
ZONA DE RISCO	10	5,46	28	15,30	38	20,76
Total	89	48,63	94	51,37	183	100

RML – Resistência Muscular Localizada

A tabela 7 apresenta valores percentuais da RML dos alunos. Observa-se que a maior parte destes apresentam valores situados na Zona Saudável (79,23%), maior no sexo masculino (43,17%).

Tabela 8: Valores percentuais da ApC

	Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%
ZONA SAUDÁVEL	0	0	0	0	0	0
ZONA DE RISCO	89	48,63	94	51,37	183	100
Total	89	48,63	94	51,37	183	100

ApC – Aptidão Cardiorrespiratório

A tabela 8 apresenta valores percentuais da Ap.C dos alunos. Observa-se que todos apresentam todos valores situados na Zona de Risco (100%).

Tabela 9: Comparação dos valores das dimensões corporais e variáveis motoras dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos

Variáveis	Masculino	Feminino	T	Sig. (2-tailed)
IMC	16,69±3,64	16,62±2,91	,146	,884
Flex	29,63±3,92	30,90±4,48	-2,034	,043
RML	28,65±8,03	23,62±6,99	4,530	,000
Ap.C	417,57±79,79	418,11±78,47	-,046	,964
Altura	130,90±8,90	128,81±8,04	,888	,097
Peso	28,61±7,36	27,75±6,46	,458	,404
PC	59,02±9,70	57,62±7,82	1,082	,281
EEGV	,45±,07	,45±,06	,336	,737

Da Tabela 4 (Comparação dos valores das dimensões corporal e variáveis motoras dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos), pode-se constatar diferenças estatisticamente significativas somente nas variáveis Flexibilidade (Sig.<0.05) e Resistência Muscular Localizada (Sig.<0.05).

Tabela 10: Relação entre IMC e as variáveis motoras

		Ap.C	Flex	RML
IMC	Correlação de Pearson	,088	,252**	-,004
	Sig. (bilateral)	,236	,001	,956
	N	183	183	183

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

A Tabela 5 mostra a relação entre IMC e as variáveis motoras. Percebe-se uma associação significativa e positiva entre o IMC e a Flexibilidade (r=,252; Sig.= 0,01).

Tabela 11: Relação entre o EEGV e as variáveis motoras

		Ap.C	Flex	RML
EEGV	Correlação de Pearson	.011	.277**	.050
	Sig. (bilateral)	.879	.000	.503
	N	183	183	183
**. A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).				

A tabela 6 mostra a relação entre o EEGV e as variáveis motoras. Observa-se uma associação significativa e positiva entre a EEGV e a Flexibilidade (r =.277; Sig.= 0,01).

3.2.Discussão dos resultados

O objectivo do presente estudo foi de analisar o nível de desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da escola privada Bons Sonhos da Cidade da Beira. Dos resultados alcançados foi notório que os alunos apresentam valores situados na ZONA SAUDÁVEL tanto para o IMC assim como para a EEGV. Quanto as variáveis motor, foram evidenciados em geral valores na ZONA SAUDÁVEL tanto na Flexibilidade assim como na Resistência Muscular Localizada. Contudo na variável Aptidão Cardiorrespiratória foram evidenciados em geral resultados que colocam as crianças na ZONA DE RISCO À SAÚDE.

Quanto à flexibilidade, das 94 escolares do sexo feminino avaliadas, 49,73% foram classificadas como estando na “zona saudável “ e 1,64% estão na zona de risco à saúde. Já, no sexo masculino dos 89 escolares, somente 25,68% foram classificados como estando na “zona saudável “e 22,95 estão na zona de risco à saúde. Observando-se os resultados relacionados ao IMC, percebemos que dos 89 escolares 44,26% do sexo masculino encontram-se na zona considerada saudável, e 4,37% estão na zona de risco para esta variável, bem como dos 94 escolares 49,18% do sexo feminino ocupam a zona saudável e 2,19% delas estão na zona de risco, apresentando uma prevalência de um maior percentual de indivíduos na zona saudável. Segundo Haywood (2010), uma composição corporal composta por maior IMC magra em relação à um baixo nível de adiposidade, leva a um aumento na resistência cardiorrespiratória, apresentando maior força possibilitando um bom estado de flexibilidade. Em à RML, dos 94 escolares do sexo feminino avaliadas, 36,06% foram classificadas como estando na “zona saudável” e 15,30% na “zona de risco”. Já, no sexo masculino dos 89 escolares, somente 43,17% foram classificados como estando na “zona saudável” e 5,46 na “zona de risco”.

Goulding et al. (2002), diz que manter níveis adequados de resistência abdominal dos indivíduos é de importância relevante, afirmando a falta de força aliada ao excesso de gordura corporal em crianças auxilia na sobrecarga da coluna vertebral causando dores e problemas posturais. Quanto a ApC foram encontrados níveis inadequados à saúde (ZONA DE RISCO) em ambos os sexos (sexo feminino 51,37 % e sexo masculino 48,63 %). FRAGA (2016) demonstrou em seus resultados que os estudantes apresentavam um perfil preocupante em relação à aptidão física relacionada à saúde, com percentuais localizados na zona de risco à saúde: IMC, 31.3% do sexo mascuinos e 27,8% do sexo feminino; flexibilidade, 31,7% do sexo mascuinos e 61,1 % do sexo feminino; força/resistência abdominal, 100% do sexo masculino e 94,4% do sexo feminino; e resistência cardiorrespiratória, 68,7% do sexo masculino e 66,7% do sexo feminino.

Para a EEGV percebemos que 42,62% dos meninos encontram-se na zona considerada saudável, e 6,01% estão na zona de risco para esta variável, bem como dos 94 escolares 49,90% das meninas ocupam a zona saudável e 5,46% delas estão na zona de risco, apresentando uma prevalência de um maior percentual de indivíduos na zona saudável. No caso do Peso, Altura, EEGV, IMC, PC essas variáveis apresentam valores na ZONA SAUDÁVEL em todas as idades e ambos sexos segundo o protocolo que foi usado no estudo. Estudos evidenciaram uma aptidão física considerada insatisfatória, já que a Resistência cardiorrespiratória teve padrão muito fraco, a circunferência abdominal apresentou-se fora do valor de normalidade para parte da amostra do sexo masculino, a Flexibilidade de membros inferiores e coluna para ambos os sexos e força de membros inferiores e superiores no sexo masculino demonstraram valores classificados como razoável (ARAUJO et al., 2018).

Entre valores das dimensões corporal e variáveis motoras dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos, em ambos constatou se diferenças estatisticamente significativas somente nas variáveis Flexibilidade (Sig.<0.05) e Resistência Muscular Localizada (Sig.<0.05) situados na média nessa amostra de escolares. Em relação entre IMC e as variáveis motoras, percebe-se uma associação altamente significativa e positiva entre o IMC e a Flexibilidade (r=,252; Sig.= 0,01) isso que é importante para essa camada em via de desenvolvimento. Correlacionando o EEGV e as variáveis motoras observa-se uma associação altamente significativa e positiva entre a EEGV e a Flexibilidade (Correlação de Pearson =.277; Sig.= 0,01). CUNHA FARIAS (2016) evidenciou uma correlação entre o IMC e o resultado final da frequência cardíaca, onde alunos com IMC fora dos padrões saudáveis tiveram menor condição cardiorrespiratória. Na mesma tendência, MAZIERO et al. (2015) demonstraram nos seus resultados uma correlação significativa inversa do IMC com a resistência abdominal (r = -0,242; p= 0,0001).

Conclusões

Os resultados da análise de dados do presente estudo permitem chegar as seguintes conclusões: A maioria das variáveis analisadas apresentou valores na ZONA SAUDÁVEL (IMC: 93,44%; EEGV: 88,52%; Flexibilidade: 75,41 %; RML: 79,23). O sexo feminino apresentou resultados superiores nas variáveis IMC (49,18%), EEGV (49,90%) e Flexibilidade (49,73%). O sexo masculino apresentou resultados superiores na variável RML (43,17%). A comparação dos valores das dimensões corporal e variáveis motoras dos alunos da Escola Privada Bons Sonhos mostrou diferenças estatisticamente significativas somente nas variáveis Flexibilidade (Sig.<0.05) e Resistência Muscular Localizada (Sig.<0.05). Foram observadas correlações significativas e positivas entre a IMC e a Flexibilidade (r=,252) e entre a EEGV e a Flexibilidade (r=.277).

De um modo geral pode-se verificar que o nível das funções motoras dos estudantes que participaram desse estudo é preocupante em algumas variáveis. Os resultados do presente estudo podem ser explicados por um lado pelas condições das infra-estruturas da Escola Privada Bons Sonhos e por outro lado pelo défice nível de actividade física das crianças devido a falta de espaços desportivos na Cidade da Beira.

Referências

ARAUJO, Andresa, et al. **Aptidão física de crianças e adolescentes praticantes de esportes: um estudo transversal.** Revista de Educação Física/Journal of Physical Education, 87.2. 2018.

BERGMANN, Gabriel Gustavo et al. **Alteração anual no crescimento e na aptidão física relacionada à saúde de escolares.** Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho. Hum. 2005.

BOELHOUWER, C.; BORGES, G. A. **Aptidão física relacionada a saúde de escolares de 11 a 14 anos de Marechal Cândido Rondon – PR**. Caderno de Educação Física: estudos e reflexões. Marechal Cândido Rondon, v. 4, n. 7, p. 19-30, 2002.

CUNHA FARIAS, **Talisson Bezerra Da. Correlação do índice de massa corporal e a frequência cardíaca final, no teste de 9 minutos do Proesp, com crianças natalense do Ensino Fundamental I. Trabalho de conclusão de curso**. Universidade do Rio Grande do Norte, Brasil, 2016.

FRAGA, **Samuel Silveira de. Perfil da aptidão física relacionada à saúde em escolares participantes do programa mais educação. Monografia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2016.

GABARD, C. **Lifelong motor development. Dubuque**: Wm. C. Brown, 1993

GALLAHUE, D. & OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor: Bebês, crianças, adolescentes e adultos (2a ed. Brasileira).** São Paulo: Phorte 2003.

GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor. Bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte , 1 ed., 2001.

GALLAHUE, D.; OZMUM, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor. São Paulo, Phorte, 2005.**

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor bebês, crianças, adolescentes e adultos.** 7. ed. São Paulo: Phorte editora, 2013

GAYA, Adroaldo. **Alteração anual no crescimento e na aptidão física relacionada à saúde em escolares**. Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano. v. 7, n. 2, p. 55-61, 2005.

GAYA, Adroaldo; SILVA, G. **Projecto Esporte Brasil. Manual de aplicação de medidas e testes, normas e critérios de avaliação.** Porto Alegre: PROESP-BR, 2007.

GAYA, A.; SILVA, G. **Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR): observatório permanente dos indicadores de saúde e fatores de prestação esportiva em crianças e jovens. Manual de**

aplicação de medidas e testes, normas e critérios de avaliação. Porto Alegre: Centro de Excelência Esportiva, Escola de Educação Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
GAYA, Adroaldo; SILVA, Gustavo. **Projeto Esporte Brasil. Manual de aplicações de medidas e teste, normas e critérios de avaliação**. Porto Alegre, 2007.
GENEROSI, R. A., et al. **Aptidão física e saúde de adolescentes escolares de ambos os sexos com idades entre 14 e 16 anos**. Rev Bras Educ Física, Esporte, Lazer e Dança, 2008.
GOULDING, E. et al. Spinal overlood: **A concern for obese children adolescent. Osteoporosis International**, v. 13, n. 10, p.835-40, 2002.
GUEDES, D. **Crescimento e desenvolvimento aplicado à Educação Física e ao Esporte. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, p.127-140, 2011.
GUEDES, D. P. **Educação Física Escolar com Ênfase à Educação para a Saúde**. I Congresso Nacional de Epistemologia da Educação Física. São Paulo, 2006.
GUEDES, D. P; GUEDES, J. E. R. P.; BARBOSA, D. C.; OLIVEIRA, J. A.; STANGANELLI, L. C. R. **Factores de Risco Cardiovasculares em Adolescentes: Indicadores Biológicos e Comportamentais.** Arquivos Brasileiros de Cardiologia - Volume 86, Nº 6, Junho 2006.
GUEDES, Dartagnan Pinto. **Implicações associadas ao acompanhamento do desempenho motor de crianças e adolescentes**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, 2007.
HAYWOOD KM, GETCHELL N. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 344p, 2004
HAYWOOD, Kathleen M.. **Desenvolvimento motor ao longo da vida.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 407 p. 2010.
MALINA, Robert. BOUCHARD, Claude. **Actividade Física do Atleta Jovem: do Crescimento à Maturação.** 1 ed. São Paulo: Roca: 2002.
MARCHESONI, C. C.; SALES, R.; NEGRÃO, L. **A importância da Aptidão física associada à saúde na escola**. http://www.efdeportes.com, EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 153, Febrero de 2011.
MAZIERO, Renato Silva Barbosa, et al. **Correlação do índice de massa corporal com as demais variáveis da aptidão física relacionada à saúde em escolares do sexo masculino de Curitiba-PR**, Brasil. Journal of Health Sciences, 17.1: 9-12. 2015.
McARDLE, W., Katch, Frank., Katch, Victor. **Fisiologia do Exercício: energia, nutrição e desempenho humano**. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
PERES, C., SERRANO, J. & CUNHA, **Desenvolvimento Infantil e Habilidades Motoras**. Viseu, Vislis Editores. 2009.
PITANGA, Francisco José Gondim. **Testes, medidas e avaliação em educação física e desportos**. 2.ed., 2001.
SCHUTTE, Nienke M., et al. **Differences in adolescent physical fitness: a multivariate approach and meta-analysis.** Behavior genetics, 46.2: 217-227. 2016.
SILVA, B. C. R. MALINA, R. M. **Nível de actividade física em adolescentes do município de Niterói**, Rio de Janeiro, Brasil. v. 16, n. 4, p. 1091-1097, out-dez, 2000.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MAÚRE, Héldia Artur. Análise do desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da Escola Privada “Bons sonhos” da cidade da Beira-Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.476-488, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Maúre, Héldia Artur. (out.2024). Análise do desenvolvimento das funções motoras em crianças dos 7 aos 10 anos da Escola Privada “Bons sonhos” da cidade da Beira-Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 476-488.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.489-503 | 2024.

Globalização e desenvolvimento sustentável do docente

Palvina Manuel Nhambi *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0002-5490-0007

RESUMO
A globalização é vista como motor que proporciona o desenvolvimento económico, graças a interação entre várias Nações a fim de reduzir as desigualdades internacionais (Stiglitz, 2002). Na lógica desta afirmação, se questiona, como é que a globalização contribui no desenvolvimento sustentável do docente? No passado recente bastava ao docente ter conhecimento, dominar as metodologias e técnicas de ensino, saber transmitir os conteúdos, mas hoje em dia quem não se lança ao mundo das tecnologias digitais, frutos da globalização, periga a sua docência. É neste contexto que este artigo é intitulado: globalização e desenvolvimento sustentável do docente, com a única finalidade de compreender como é que a globalização contribui para o desenvolvimento sustentável do docente. Especificamente procura explicar o termo globalização e sua relação com desenvolvimento sustentável; descrever os impactos da globalização na profissão docente e por fim apresentar os prós e contra da globalização no desenvolvimento sustentável do docente. Esta pesquisa quanto abordagem é qualitativa, quanto aos objetivos é descritiva. Quanto a natureza é básica e quanto aos procedimentos técnicos é bibliográfico e documental. As possíveis conclusões mostram que o desenvolvimento sustentável do docente acontece não simplesmente pelas exigências globais, mas sim pelo esforço individual empreendido na autoformarão e reflexão crítica do ser docente que permite responder quotidianamente aos apelos atuais da sua profissão.

PALAVRAS-CHAVE
Globalização, Desenvolvimento Sustentável E Docente

Globalization and sustainable development of teachers

ABSTRACT
Globalization is seen as an engine that provides economic development, thanks to the interaction between several Nations in order to reduce international inequalities. (Stiglitz, 2002). In the logic of this statement, it is questioned how globalization contributes to the sustainable development of teachers. In the recent past, it was enough for the teacher to have knowledge, to master the methodologies and teaching techniques, to know how to transmit the contents, but nowadays those who do not enter the world of digital technologies, fruits of globalization, are in danger of their teaching. It is in this context that this article is entitled: globalization and professional development of teachers, with the sole purpose of understanding how globalization contributes to the sustainable development of teachers. Specifically, it seeks to explain the term globalization and its relationship with sustainable development; describe the impacts of globalization on the teaching profession and finally present the pros and cons of globalization in the sustainable development of teachers. This research is qualitative in approach, descriptive in terms of objectives and bibliographic and documental in terms of technical procedures. The possible conclusions show that the sustainable development of the teacher does not happen simply because of global demands, but because of the individual effort made in de self-training and critical reflection of the teacher; which makes it possible to respond on a daily basis to the current calls of their profession.

KEYWORDS
Globalization, Sustainable Development And Teacher

* Fazenda Da Esperança, Instituto De Educação À Distância-IED, Igreja Católica-Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica-Diocese de Tete, Universidade Católica de Moçambique, Universidade Católica de Moçambique-UCM. E-mail: pnhambi@ucm.ac.mz

1.Introdução

A temática desta pesquisa, associa os termos globalização e desenvolvimento sustentável do docente. Ao fazer uma análise parcial pode não se encontrar a razão que nos leva a tratar simultaneamente os dois focos, por serem distintos. Mas o docente não tem como levar a sua missão de ensinar fechado entre as quatro paredes da sala, sem precisar de buscar sustento dos seus ensinamentos em outras fontes localmente, assim como no além fronteira, por essa razão a principal indagação procura compreender como é que a globalização contribui no desenvolvimento sustentável do docente? A globalização na educação em Moçambique atingiu passos galopantes, visto que apesar da situação económica que não é favorável quase todos docentes com a pandemia do COVID 19, se sentiram obrigados a largar o método tradicional de dar aulas de maneira presencial e abraçar o modelo hibrido (aulas presenciais e online), como meio para continuar a se firmar na profissão garantindo assim o desenvolvimento sustentável.

O contexto hibrido das aulas em Moçambique permitiu uma abertura para aprender a usar as tecnologias e através delas ter facilidade de ser confiado pelas Instituições de ensino. A confiança que um docente ganhava nas Instituições, implicava o aumento de turmas a seu favor e como resultado as remunerações eram elevadas e automaticamente o desenvolvimento sustentável garantido. Mas para além da sustentabilidade econômica que este fenómeno trouxe, também foi possível um desenvolvimento profissional por parte dos docentes que através das tecnologias visualizaram o mundo e pelo contributo das diversas culturas agregaram valores e experiências, razão pela qual “o homem enquanto tal só existe por aquilo que aprende, e é na cultura da humanidade que ele encontra os recursos que estrutura, e que modifica a sua inteligência para construir a sua própria personalidade e reconstruir a do grupo”(D´hainaut, 1980, p.15).

Com esta temática a pesquisa deixa claro que no âmbito da educação, do profissionalismo, sobretudo no da condução de um grupo na busca da nova visão e de conhecimentos, não deve haver espaço para tribalismo, uma vez que o conhecimento é considerado como tal independentemente de quem o transmite. Mas também nessa busca incessante de conhecimento que o ser humano tem, devem ser criadas as condições para que o global não anule o local, visto que cada um tem suas origens que precisam ser valorizadas e enriquecidas.

Durante a pandemia em Moçambique foram notáveis alguns procedimentos típicos de exclusão da camada desfavorecida, uma vez que todos docentes e estudantes deviam possuir pelo menos um instrumento facilitador para aulas online para poder continuar no processo de ensino e aprendizagem. Neste processo, os que tinham condições saíram a ganhar e a outra parte prejudicada, até mesmo colocada de fora. A globalização para

trazer um desenvolvimento sustentável do docente e dos que dele depende, é preciso que não isole a essência dos conteúdos locais, mas abrir espaço para uma reconciliação dos mesmos pelo profissional. (Demo, 2009). O artigo tem como objetivo geral, compreender como é que a globalização contribui para o desenvolvimento sustentável do docente. Os objetivos específicos se ocupam em explicar o termo globalização e sua relação com o desenvolvimento sustentável; descrever os impactos da globalização na profissão docente e por último apresentar os prós e contra da globalização no desenvolvimento sustentável do docente.

2.Metodologia

É uma pesquisa com cunho qualitativo, este tipo de pesquisa busca compreender o porque das coisas, fazendo perceber o que é necessário para dar resposta ao problema de estudo. Esta abordagem permitiu compreender o contributo da globalização no desenvolvimento sustentável do docente. A pesquisa qualitativa se ocupa com os pontos da realidade que não podem ser quantificados (Gerhardt & Silveira, 2009). Quanto à natureza, seguiu-se a pesquisa básica que quebra limites para que novos conhecimentos sejam gerados a favor do progresso científico (Calvet, 2006). Quanto aos procedimentos técnicos a presente pesquisa é bibliográfica e documental, visto que não se fez nenhuma recolha de dados no campo mas simplesmente fez-se a consulta de obras, artigos e informações disponíveis na internet (Silva, 2011). Quanto aos objectivos a pesquisa é descritiva e procurou descrever a contribuição da globalização no desenvolvimento sustentável do docente (Sampieri, Collado & Lucio, 2006).

A presente pesquisa é de extrema relevância, uma vez que demonstra a pertinência de uma abertura ao mundo para quem ensina e para quem aprende. É lógica esta posição, pois não existe ciência repartida ou condicionada, mas sim a ciência é universal, acessível a todos para agregar valor, sobretudo o do crescimento profissional. A globalização na lógica de territorização, os espaços pertencem a todos e não há como colocar limites na profissão docente, mas sim importa saber preservar a identidade que determina a causa que leva o ser humano a continuar a ser independentemente da influência externa. Estruturalmente, o presente artigo contém o resumo; a introdução; o conceito da globalização; os impactos da globalização na profissão do docente; a globalização e o desenvolvimento sustentável do docente; os desafios da globalização; considerações finais e referências bibliográficas.

3.Globalização

A globalização é uma forma de quebrar fronteiras a fim de fazer com que haja aproximação entre as pessoas que vivem em espaços geográficos diferentes. Esta aproximação pode ser concretizada por meio da escrita, da troca de mercadorias e informações. Os aspectos característicos da globalização, não pertencem apenas a um determinado grupo exclusivo, mas sim a todos, pois cada nação tem algo diferente e que ajuda aos outros a terem uma nova visão. Atualmente a globalização é entendida de diferentes maneiras, graças a evolução do termo.

A globalização quando é assumida como internacionalização, nela se confirma a interdependência e o valor das trocas comerciais resultantes das relações existentes entre as partes. Globalização no sentido de liberalização é sinal de que há liberdade para travessia fronteiriça de diversos recursos, porque as barreiras reguladoras são quebradas. Também pode se entender a globalização como sinónimo de universalização, quando no quotidiano se verifica movimentos que fazem com que haja uma síntese à escala global, feita através das diferentes culturas. Mas também pode se usar o processo de ocidentalização e modernização para poder explicar a globalização. O ocidental, o moderno e o norte-americano ocupam o lugar de relevo e fazem surgir homogenização. Esta forma pode ser entendida como um sair de si para voltar a entrar mas com identidade alheia assumida para poder ser aceite. E por fim, temos a globalização no sentido de territorização, no qual se defende a questão da existência de um e único espaço social partilhado por todos. (Ramos, 2005)

A globalização surge para facilitar a solidariedade e jamais para permitir ou agravar subordinações. Quando se pauta pela subordinação, é sinal de que há divergências de poderes e até de visões e os desfavorecidos não têm como avançar sem que se apoiem a quem é capaz de dar sentido a sua existência. É pertinente relembrar que o principal foco da globalização é quebrar fronteiras e permitir com que a partilha de visões e exemplos concretos da implementação das teorias, ajude a todos a caminhar em direção ao desenvolvimento. No nosso quotidiano, para além das subordinações, também são visíveis factos demonstrativos de dependência, em que as nações economicamente bem posicionadas, impõem às nações em via de desenvolvimento condições que para além de ajudar no desenvolvimento os empobrece cada vez mais, por essa razão, “a globalização, que pode ser força propulsora de desenvolvimento e da redução das desigualdade internacional, está sendo corrompida por comportamento hipócrita que não

contribui para a construção de uma ordem económica mais justa nem para um mundo com menos conflitos"(Stiglitz, 2002, p.1).

A globalização é um fenômeno inevitável, porque por meio dela se alarga as oportunidades das atividades sociais, políticas e económicas, quebrando barreiras pré estabelecidas nas fronteiras, para possibilitar que as decisões, as atividades e os acontecimentos de uma determinada região possam ser apreciados, valorizados e aplicados em diferentes regiões do além fronteira. Como se pode notar, a globalização tem por essência a partilha de valores e isso faz com que haja interdependência entre as tribos, culturas, nações e mais e quem se abre aos efeitos da globalização, recebe, partilha e acima de tudo aprende (Campos & Canavezes, 2007).

4.Impacto da globalização na profissão do docente

A globalização sem dúvida, tem impacto em todas profissões, mas nós pretendemos aprofundar os impactos na profissão do docente/professor. Pela sua natureza, o professor é convidado a ir mais além daquilo que adquiriu ao longo da formação, de forma autônoma ou por intervenção dos gestores escolares, a fim de melhorar a prestação de serviços. O professor deve ser capaz de se ajustar na base de padrões globalmente definidos e que muitas das vezes estão mais preocupados com a eficácia, eficiência, produtividade, competitividade, qualidade a serem garantidos pelo professor na escola, as vezes em condições precárias e com falta de recursos capazes de responder aos avanços tecnológico atuais (Freire, 2014).

Torna-se um imperativo que o professor seja flexível e capaz de se adaptar nas circunstâncias mutáveis e a abandonar os métodos tradicionais do ensino para se alinhar às exigências atuais. Cientes de que a globalização, abriu portas para os avanços tecnológicos que contribuem para o desenvolvimento do comércio internacional e para a movimentação de investimentos e de capitais entre nações, por isso, se pode afirmar que há garantia de uma prosperidade económica. Mas será que isso acontece na prática para todas nações e profissões? Este é um questionamento de reflexão, visto que:

> Alguns autores têm sublinhado que os maiores progressos em termos de desenvolvimento humano, incluindo a redução da pobreza, se têm verificado nos países em que Estado tem um papel dominante na regulação socioeconómica (designadamente a Índia e a China) e não naqueles em que as políticas neoliberais têm vingado (Campos & Canavezes, 2007, p.81).

As desigualdades entre países ricos e pobres se perpetuam e isso, é resultado das desigualdades entre profissionais dos países ricos com dos países pobres, e o professor,

sendo também um profissional é afetado. Ora vejamos, Moçambique, não figura na lista dos países ricos, logo, de maneira particular, maior parte de professores moçambicanos, vivem na pobreza, apesar de estarem enquadrados numa profissão, porque dificilmente um país pobre pode remunerar seus profissionais de acordo com exemplos globais, sobretudo de países ricos.

As desigualdades socioeconómicas, são elas que criam condicionalismo na trajetória e perspectiva na vida profissional. Neste aspecto não existe uniformidade, apesar de existir direitos para todos, mas é notório abnegação dos mesmo para uns, assim como o gozo pleno dos mesmos direitos por alguns. A globalização existe, mas cada um vive de acordo com as condições do local onde se encontra, por ser este que dita de certa forma as oportunidades a serem aproveitadas. A profissão de professor, para alguns países é nobre e com uma remuneração que garante uma vida estável, sem que o professor se preocupe em procurar mais fontes de sustento.

Esta não é a realidade dos professores moçambicanos, por isso, são várias as vezes que organizam manifestações e greves pedindo aumento salarial. E ainda para agravar a situação, existem os que permanecem na profissão mas sempre atentos a novas oportunidades de emprego que possam oferecer melhor remuneração e isso irá prevalecer quando os países em via de desenvolvimento continuarem a viver a globalização que gera efeitos negativos no crescimento económico, assim como na igualdade, beneficiando a uns em detrimento da maioria (Rodrik, 2001).

Perante a desvalorização da profissão do professor, se vive vários cenários nas escolas moçambicanas, sobretudo nas escolas públicas em que maior número dos que frequentam é dos filhos de famílias desfavorecidas, pois os de famílias economicamente posicionadas estudam nas escolas privadas e ainda por cima, os filhos dos dirigentes estudam fora do país. Estas divergências de opções, estão relacionadas com a qualidade de ensino. Ao invés de importar exemplos que qualificam o nosso ensino, se abre espaço aos que podem a fim de irem se formar fora do país em locais em que se alega haver qualidade do ensino, perpetuando assim as desigualdade, mesmo cientes de que o direito a uma educação de qualidade é para todos, uma vez que “[...] formação do cidadão que associe a competência científica-técnica à competência política; em consequência, seja capaz de compreender os processos produtivos a ponto de capacitar-se para dirigi-los e não apenas para executá-los” (Gonçalves & Pimenta, 1992, p.89).

A globalização também tem impacto direito na profissão do professor em casos em que coloca o currículo na utilidade económica, constituindo, assim currículos uniformes e

homogêneos, ao que tange as aprendizagens, e ciclos de organização curricular e com conteúdos virados para a qualificação que seja flexível às contingências de ordem mundial (Pacheco, 2009). Isso irá impedir a existência de professores autónomos, que desenvolvem suas atividades reguladas pelos objetivos e metas curriculares da escola, com espaço para flexibilizar o currículo, uma vez que o professor tem poder de gestão quanto ao currículo e isso lhe permite ser criativo e fazer valer suas iniciativas e decisões no seu plano ou no plano coletivo, o que permite a implementação das práticas colaborativas entre pares (Roldão & Almeida, 2018).

5.Globalização e desenvolvimento sustentável do docente

A globalização tem contribuído cada dia que passa na mudança do percurso do docente, uma vez que as políticas e as práticas educacionais, estão constantemente a serem reestruturados. O docente conhecendo a matriz orientadora da sua profissão, assumida aquando da sua contratação, hoje em dia, é pressionado a ir mais além e em certos casos a contar para o efeito com recursos próprios, é este facto de maior tensão na vida deste profissional (Nóvoa, 2013).

Nesta linha de ideias, a globalização é pertinente para que o desenvolvimento sustentável na profissão do docente aconteça, uma vez que permite com que se conheça o que é feito fora do ambiente em que o mesmo se encontra e busque melhoria contínua dos serviços prestados e concorrendo desta feita para a excelência. Apesar das exigências estarem além do que o docente recebeu durante a sua formação, é preciso assumir as mudanças provocadas pela globalização, como um meio restaurador das dinâmicas do docente, fazendo com que ele cresça na forma de agir, tenha reflexões críticas, enriquecidas e que qualificam a sua profissão, pois só assim se notará o desenvolvimento sustentável como consequência do seu saber fazer, por isso Sapato (2017) afirma que:

> Professor é, portanto, alguém que declarou que pretende dedicar a sua vida à função de ensinar, educar. Compromete-se a ensinar os que dele se aproximam ou a ele são confiados à busca do saber, para a assunção de valores procurados ou defendidos por uma determinada sociedade. É uma grande responsabilidade e compromisso para com a sociedade da parte de quem se declara pronto para esta tarefa (p.58).

Na ideia de Sapato (2017), quem é professor por vocação, se empenha para não decepcionar aos seus alunos de modo particular e à sociedade no geral. Quando se assume a profissão de ensinar com este pensamento, é justo que o profissional, criará ambientes para auto aprendizado na base do que a sociedade atual apresenta e deseja

para que os alunos aprendam. Como se pode notar, é este o motivo que exige um olhar para mais além (global) sem desprezar o que é local, pois ambas partes se complementam.

De acordo com os autores acima citados, é possível reafirmar a importância da globalização no desenvolvimento sustentável na profissional do docente, pois, a partilha de diferentes visões, enriquece a teoria e prática. Hoje em dia, graças as influências da globalização, certas habilidades são desenvolvidas sem que os envolvidos se desloquem, usando desta feita as ferramentas digitais que a tecnologia oferece. Não se deve olhar a globalização apenas na vertente negativa, (fomentadora de pobreza), mas também na esfera positiva em que oferece várias oportunidades para que se conheça o que acontece pelo mundo fora, afim de melhorar práticas locais.

Mas isso, não deve deslocar o docente ao ponto de importar o que não é adequado à realidade do local em que se encontra inserido. Queremos com isso, realçar que os aspectos globais precisam ser bem analisados para não prejudicar o próprio docente como professional e nem aos seus alunos, a quem seus serviços se destinam. Na mesma linha sobre os aspectos positivos da globalização, temos as aulas à distância, assim como online, que são uma grande oportunidade para oferecer educação aos que pelo regime do seu trabalho não conseguem participar das aulas presenciais.

No âmbito do desenvolvimento sustentável do docente, essa modalidade ajuda muito, porque é possível um docente dar aulas em diferentes Instituições sem precisar de se desligar ou se deslocar da Instituição em que se encontra ligado por um vínculo contratual, e isso sem dúvida, acrescenta suas economias contribuindo para o seu desenvolvimento, embora cientes de que, “uma pessoa pode ser classificada pobre, ganhando pouco num país de alta renda, mas possuir muitas redes significativas no país de baixa renda em que nasceu, assim como por causa dos fundos que envia, possuir um estatuto considerável na sua comunidade” (Poças & Santos, 2020, p.65).

É preciso avaliar o desenvolvimento profissional do docente não apenas em uma única vertente, porque o prestígio, a formação e o rendimento vindos da sua profissão, contribuem para o desenvolvimento sustentável do mesmo, assim como na qualificação da sua profissão. Quando a profissão de um indivíduo é aceite na sociedade, favorece o clima para abertura de mais oportunidades de prestação de serviços que quando feitos com qualidade agregam valores para o autor das mesmas, assim como para os seus beneficiários e em ambas partes o desenvolvimento sustentável é notável. O docente é convidado a exercer suas atividades ciente de que os alunos devem sair a ganhar com as

suas práticas, pois é isso que garante a sustentabilidade, quando se evita prejudicar as futuras gerações.

6.Desafios da globalização

Os desafios da globalização estão centrados em três aspectos, que consistem em garantir uma oferta satisfatória de bens públicos globais; construir um sistema mundial baseado nos direitos humanos (cidadania global) e por fim superar gradualmente as assimetrias que caracterizam o sistema económico mundial. Para o primeiro aspecto, garantir uma oferta satisfatória de bens públicos globais, entendemos que deve existir um bem-estar, bens e serviços, assim como bens globais. Dentre estes bens que o ser humano tem direito de gozar, é importante que ao nível global goze a paz, justiça, conhecimento de si mesmo e das diferentes culturas, a autodefesa contra pandemias mundiais, tenha um acesso a uma economia estável. São considerados como desafios, porque até então a sua implementação não é plena, sobretudo nos países em desenvolvimento. Enquanto não se dar o valor ou sentido da interdependência entre nações, este desafio tenderá a se perpetuar, pois onde uma nação se considera autossuficiente, há possibilidade de criar condições para espezinhar as outras usando poder económico ou outros meios para tornar as outras nações cada vez mais pobres.

De acordo com a realidade moçambicana, é possível firmar que as diretrizes para que cada indivíduo se beneficie dos bens, existem, porém, a sua gerência deixa a desejar. De maneira geral, o mundo possui bens comuns, assim como Moçambique em particular, mas existe uma minoria que se beneficia, excluindo os outros, apenas pela posição que ocupam ou mesmo pelo poder econômico. Nesta perspectiva, compreendemos que é possível uma vivência justa e tranquila, quando houver pessoas com sentimentos humanos que favorecem com que o outro alcance o bem.

Neste sentido, a vida, a paz, a justiça, educação e mais, deviam ser exclusivamente respeitados e nenhum poder global devia passar por cima destes direitos, pois cada indivíduo os almeja. Uma renovação é rápida quando há envolvimento das demais pessoas, aproximação e promoção de encontros para partilhas. Como forma de ultrapassar esta problemática global, que consiste em se considerar autossuficiente, é preciso colocar a mão na consciência para poder criar espaços de tratar cada caso de maneira isolada, embora tendo os modelos globais para servirem de inspiração, pois, “as tentativas de aplicar medidas idênticas a situações diversas só podem servir para acentuar as desigualdades já existentes” (Ocampo, 2002, p.18).

Quanto ao segundo aspecto sobre a cidadania global, importa referir que o universo sendo composto pela diversidade e heterogeneidade, é crucial que haja respeito entre as culturas e direitos básicos ou fundamentais do Homem, pois está previsto o direito de ser diferente, que deve ser reconhecido, respeitado e implementado na prática para uma vivência transparente dos direitos econômicos e sociais, mas para tal, é preciso uma reeducação das mentes para fazer entender que nenhum direito está acima do direito à vida, porque os restantes direitos existem para fazer com que a vida subsista.

De acordo com UNESCO (2015), "a educação para a cidadania global é um tipo de educação que visa empoderar alunos para que eles se engajem e assumam papéis ativos, tanto local quanto globalmente, para enfrentar e resolver desafios globais e, por fim, contribuir de forma proativa para um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável" (p.15). As declarações da UNESCO, evidenciam cada vez mais a realidade de que a cidadania global, é algo por ser concretizado. No nosso entender, não há como viver a cidadania ao nível global sem antes demonstrar sinais ao nível regional, inter-regional, isso quer dizer que tudo depende da base, logo é pertinente a criação de bases sólidas na educação moçambicana para que os graduados possam ser capazes de responder os problemas a partir do local onde se encontram até ao nível mais alto, que é o global.

Por fim a globalização é desafiada a superar gradualmente as assimetrias que caracterizam o sistema económico mundial. As tais assimetrias estão relacionadas ao poder económico, porque os países economicamente posicionados, têm oportunidade de se auto firmar perante uma situação de variação financeira e isso não acontece nos países em desenvolvimento. Também existe assimetrias relacionadas a concentração dos avanços tecnológicos, poder este que não é notável nos países em desenvolvimento. Não se pretende com isso negar que existe uma disseminação do poder técnico partindo dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento, pois isso acontece, mas de maneira muito incipiente.

Este fenómeno, constitui um impedimento para a evolução de alguns países. A causa principal para que isso aconteça, é a falta de tecnologias de grande porte a serem usadas ao nível local, isto é, nos países em desenvolvimento e isso cria espaço de subordinação ou dependência dos que estão em via de desenvolvimento perante aos países desenvolvidos. Este é um exemplo claro de Moçambique, porque sendo um país rico em recursos naturais, depende de empresas multinacionais para sua exploração. Neste caso, mesmo na tomada de decisão, o seu poder é ínfimo, porque se recusa a ideia

das empresas capazes de fazer a exploração, não tem meio termo de o fazer de forma particularizada.

> O alto grau da mobilidade do capital e a mobilidade internacional limitada da mão-de-obra, especialmente entre os trabalhadores pouco qualificados. Essa assimetria é um aspecto característico do estágio atual da globalização, visto que assimetria na mobilidade dos fatores de produção tem um impacto regressivo, pois funciona beneficiando os fatores de produção com maior mobilidade _o capital e a mão-de-obra especializada, em detrimento de outros menos móveis, como o trabalho não qualificado, Rodrik, (1997, citado por Ocampo, s.a, p.18).

Aqui está claro que quem tem maior poder, se encontra na posição de decidir sobre o que deve ser feito com os recursos e mais investimentos, porque as outras nações ao invés de ocupar a posição de parceiros para uma convivência independente, são subordinados e dependentes diante dos países economicamente posicionados e perante os quais perdem até o poder de decisão.

Considerações finais

Ao aprofundar sobre o termo globalização, foi possível entender a diversidade de designações que o mesmo termo assume, mas todas elas concorrem para o mesmo foco, “abrir-se para dar e receber” e é nesta perspectiva que se clarifica a realidade de que toda e qualquer nação tem algo a partilhar, assim como a receber das outras nações. A globalização, deve ser entendida como um meio pelo qual as nações exercem o sentido de complementariedade, porque só assim, que as nações possam viver um ambiente de interdependência e jamais de subordinação e nem se quer de dependência.

Fazendo uma análise daquilo que afirmamos no parágrafo anterior, encontramos um desfasamento entre a teória e a prática, uma vez que os efeitos globais tendem a prejudicar às nações mais pobres ao invés de ajudá-las. Este fenómeno ocorre devido a ganância de certos dirigentes pertencentes as nações economicamente sucedidas. Se nota uma certa imposição de ideias ou visões e as decisões são tomadas de forma unilateral, buscando benefícios para uma parte, empobrecendo cada vez mais a outra parte. Há necessidade de se repensar e recuperar o real sentido de globalização em várias vertentes e para o efeito, é pertinente que se resista a fim de desenvolver uma globalização que respeite a dignidade humana e que oferece políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades, sobretudo as que se verificam no acto de distribuição de renda.

A globalização tendo espaço de interferir nas políticas educativas, cria um impacto na profissão do docente, por ser o sujeito que tem a tarefa de orientar a busca do conhecimento, pelo seu nobre papel de orientador do processo. Neste sentido não há como existir um impacto da globalização na educação sem afetar a profissão do docente ou vice versa, uma vez que a educação e o docente são indissociáveis. O docente deve abraçar a formação contínua de maneira dinâmica para poder se ajustar nas exigências atuais do ensino.

Percebemos que a globalização, embora benéfica, tem retirado tempo ao docente, uma vez que o mesmo está constantemente preocupado em dar respostas aos desafios que lhe são impostas diariamente. De acordo com a visão de Pacheco (2009), há necessidade de se analisar o papel da globalização na educação, sobretudo no que tem a ver com os currículos que são desenhados sem ter em conta a diversidade de realidades regionais ou das zonas recônditas e que na maioria das vezes são assim implementados sem antes passarem por uma adequação ao nível escolar ou ao nível da sala de aulas.

Da mesma forma que cada aluno é diferente do outro, é preciso evitar tirar autonomia da escola e do professor em relação ao que será transmitido aos alunos e o como transmitir. Se o global servir para anular o local, se vai perpetuando as desigualdades e o empobrecimento das nações menos favorecidas e isso faz com que alguns valorizem a educação oferecida fora de Moçambique, alegando a qualidade de ensino, porque na verdade há melhores condições em países em que as políticas educativas são desenhadas, do que em aqueles em que essas políticas apenas servem para serem implementadas como imposição.

Ao que tange a globalização e o desenvolvimento sustentável do docente, referir que o desenvolvimento acontece no momento em que o docente se sente pressionado a aprender mais para de imediato aplicar os conhecimentos apreendidos na prática. Podemos procurar perceber onde é que o docente busca forças para fazer parte de formações contínuas e ao mesmo tempo a desempenhar a tarefa desafiadora e mutável, que é a de ensinar. A nossa resposta se alinha à visão de Sapato (2017), pois a força motriz do professor para poder se manter, está na paixão pelo o que faz, sinal de que não está na profissão como imposição ou refúgio por falta de outras oportunidades de emprego.

As formações, sejam elas promovidas pelas instituições de ensino ou de forma autónoma, dão reflexo no desenvolvimento profissional do docente, uma vez que passa a exercer eficazmente suas tarefas numa visão mais abrangente, fazendo com que os

outros intervenientes no processo de ensino e aprendizagem notem o seu desempenho e lhe confiem mais, o que consequentemente muda o historial profissional, económico e até no âmbito de prestígio do docente, permitindo com que o desenvolvimento aconteça.

Na atualidade a globalização é desafiada a colocar em primeiro lugar a dignidade humana, que passa pelo respeito aos seus direitos que não devem ser vistos como pertencentes a minoria. É importante fazer com que todas nações e seus habitantes tenham acesso e gozo dos bens coletivos. E ainda, a globalização é desafiada a quebrar pensamentos de autossuficiência para que o avanço tecnológico se torne prática também nas nações em desenvolvimento e evitar o desenvolvimento desequilibrado em nações considerados dependentes.

De acordo com a essência da globalização, consideramos que possibilita de certo modo o desenvolvimento profissional do professor, visto que, apesar dos desafios que enfrenta ao longo da sua profissão, são criadas condições para ter acesso o que acontece fora do seu local de trabalho e isso tem contribuído na melhoria do seu agir, na maneira de analisar os factos e na sua prática diária como docente. O uso das ferramentas digitais é um dos factos proporcionados pela globalização e que auxiliam positivamente a tarefa do docente e seu campo de atuação.

Referências

Calvert, J. (2006). What's special about basic research? **Journal Science, Technology & Human Values,** p.199-220.

Campos, L & Canavezes, S. (2007). **Introdução à Globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN.

D´hainaut, L. (1080). **Educação dos fins aos objetivos**. Coimbra: Livraria Almedina.

Demo, P. (2009). **Educação Hoje:** novas tecnologias, pressões e oportunidades. São Paulo: Editoras Atlas S. A .

Gerhardt, T. E. & Silveira, D. (2009). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS Editora.

Gonçalves, C.L & Pimenta, S. G. (1992). **Definindo a escola pública que queremos. Revista do ensino de 2º grau:** propondo a formação de professores.

Nóvoa, A. (2013). Formação de Professores e Profissão Docente. Em A. Nóvoa. (Coord.) **Os professores e a sua formação**, Lisboa: Publicações D. Quixote

Ocampo, J. A. (2002). Globalização e desenvolvimento. In: Castro, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, v.1, p.299-331

Pacheco, J. A. (2009). A resignação do currículo em contexto de globalização. In: Ana Sofia António, Elsa Estrela, Carla Galega & António Teodoro (Org.). **Educando o cidadão global: Globalização, educação e novas formas de governação**. Lisboa: s.d.

Pimenta, S. G.; Gonçalves, C. L. (1992). **Revendo o ensino de 2º grau:** propondo a formação de professores. Coleção Magistério – 2º Grau. 2ª Ed. São Paulo –SP: Editora Cortez.

Ramos, L. C.S. (2005). **A sociedade civil em tempos de globalização**. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais-PUC-Rio.

Rodrik, D (2001). **The global governance of trade as if development really mattered**, "informe preparado para o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Sapato, R. (2017). A figura do professor na actualidade em Moçambique e a educação. In: A. G. Barbosa. M. N. Ibraimo. M. dos S. V. Laita & I. Mussagy (Coords.). **Desafios da Educação**: Leituras Actuais, Nampula, 2.ed. pp. 57-71

Sapato, R. (2017). A figura do professor na actualidade em Moçambique e a educação. In: A. G. Barbosa. M. N. Ibraimo. M. dos S. V. Laita & I. Mussagy (Coords.). **Desafios da Educação**: Leituras Actuais, pp. 57-71

Stiglitz. J. (2002). **A globalização e seus malefícios**: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura

UNESCO. (2015). **Educação para a cidadania global:** preparando alunos para os desafios do século XXI. Paris: UNESCO.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): NHAMBI, Palvina Manuel. Globalização e desenvolvimento sustentável do docente. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.489-503, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Nhambi, Palvina Manuel. (out.2024). Globalização e desenvolvimento sustentável do docente. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 489-503.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.504-517 | 2024.

A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola

Felizmino Paulo Chicovela *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0004-5691-5864

RESUMO
Moçambique enfrenta grandes desafios na transformação do sector agrário devido abaixa produtividades,necessidade da modernização da produção, mercados agrícolas e, assim como a desigualdade de género. O objectivo deste artigo é analisar o processo de transformação agrícola acelerada em Moçambique e suas implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola. Em termos metodológicos optou-se por uma pesquisa Bibliográfica e documental. Um dos maiores desafios é perceber o papel das mulheres na produção de alimentos e na garantia da segurança alimentar das famílias e na comunidade. É extremamente importante reconhecer as mulheres neste processo, partindo do pressuposto de que, elas são responsáveis na produção agrícola, levando as práticas agrícola mais sustentáveis. Apesar de prevalecerem ainda desafios que a mulher enfrenta no acesso a terra, ínsumos, crédito financeiro, falta a educação, capacitações. Essas e outras limitações afectam directamentena capacidade da mulher adoptar de tecnologias. Mas também há um reconhecimento no seio da sociedade moçambicana sobre as limitações deoportunidades de as mulheres acederem à liderança e tomada de decisões. Todavia, é necessário estabelecer políticas públicasespecíficas, para facilitar a adopção de práticas modernas por pequenos agricultores e programas de capacitação. Este aspectos e outros, contribuiriam na promoção de igualdade de género em todos níveis da sociedade. Daí que se pode concluir que asustentabilidade da mulher no sector agrícola não só melhora a vida dos agricultores, mas também para o desenvolvimento sustentável dassociedades.

PALAVRAS-CHAVE
Sector Agrário, Mulher e Sociedade

Accelerated agricultural transformation in mozambique: implications for sustainable development in women's participation in the agricultural sector

ABSTRACT
Mozambique faces major challenges in transforming the agricultural sector due to low productivity, the need to modernize production, agricultural markets and, as well as gender inequality. The objective of this article is to analyze the process of accelerated agricultural transformation in Mozambique and its implications for sustainable development in the participation of women in the agricultural sector. In methodological terms, we opted for bibliographic and documentary research. One of the biggest challenges is understanding the role of women in food production and ensuring food security for families and the community. It is extremely important to consider women in this process, assuming that they are responsible for agricultural production, leading to more sustainable agricultural practices. Although challenges that a woman faces in access to land, indices, financial

* Funcionário do Serviço Provincial de Actividades Económicas, Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique em Nampula. E-mail: chicovelap@gmail.com

credit, lack of education and training still prevail. These and other limitations directly affect women's ability to adopt technologies. But there is also recognition within Mozambican society about the limitations of women's opportunities to access leadership and decision-making. However, it is necessary to establish specific public policies to facilitate the adoption of modern practices by small farmers and training programs. These aspects and others would contribute to promoting gender equality at all levels of society. Hence we can conclude that the sustainability of women in the agricultural sector not only improves the lives of farmers, but also for the sustainable development of societies.

KEYWORDS
Agrarian Sector, Women and Society

Orukunuxa vowakuva mukhalelo amiteko solima mulaponi mwahu
Wira nraleke nahelakha muhina athiana va mithekho solima

WOSOMA YANKHANI
Elapowo Mocambique yokhalana mikatha ya miha sulupale oriyari ya wolima niwovaha wowira oruwerya wokhuruwa vanjene, vanirerela orumelaka mithinto mikina sotepa oruweriha, antumihiwa mirerelo sammatha, ohiyathovo ,alophana ni athiyana akhalano ihaki solikana. Ni yolepaela, enwehewe há mithinto xene wohunuwiha orola eriyari wolimani wahela mpuwa ya athiyana wira nawo araleke aruweryaka. Epapelo ela enroya okhaliherya no ilivoro kanosani ithikithi sovirikana sinlavula mwaha solima.Vanrerela wira exene wira athiana eruweryeke vanjane wira okhathi wothene ekhalaneke eholya. Vannirelela omuxikha muthiayana onvaha epharaka ya musuruku wira alimiheke imatta sawe sulupalexa. Ekekai wira athiana anthene kasomme, siso enroka oxicola yasomeke esuweleke mithinto solima. Vanirerela oxilethaikethelosaninanos oruwerya. Vinryaha siso, athiyana anokhalana ehaki vamosa nalophana, ni elapo wothene enokala wuruweryani elapo ya wopuha.

MASU OKHIYA
Vamutheko wolima, amaye yathu

Introdução

A transformação agrícola acelerada em Moçambique, com foco na sustentabilidade e inclusão das mulheres, pode gerar benefícios significativos para o desenvolvimento económico e social do país. De acordo com uma pesquisa feita em Moçambique pelo MADER (2023), reconhece o papel das mulheres no setor agrícola e entende que é essencial para promover a igualdade de género e garantir a sustentabilidade económica e ambiental das comunidades rurais. O objetivo é analisar este processo e suas implicações no desenvolvimento sustentável e na participação feminina na agricultura, destacando iniciativas políticas e programas governamentais para melhorar o acesso das mulheres a recursos e oportunidades.

Promover pesquisas sobre a transformação agrícola acelerada em Moçambique é relevante para entender suas implicações no desenvolvimento sustentável e na participação das mulheres no setor agrícola. É fundamental para promover uma estratégia

genuína de combate à pobreza, através de projetos de geração de emprego rural, contribuindo para a segurança alimentar e redução da pobreza. As mulheres no sector agrícola enfrentam desafios importantes e é essencial promover seus direitos fundamentais, como o acesso à terra e controle de recursos. A discriminação prejudica a participação ativa das mulheres no sector e limita sua capacidade de tomar decisões. A precariedade em que muitas se encontram expõe a riscos de saúde e vulnerabilidades que precisam ser questionadas e abordadas.

O artigo resulta de uma revisão de literatura e documentação que investiga a rápida transformação agrícola em Moçambique e suas consequências para o desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere à inclusão das mulheres no setor. A pesquisa abrangeu documentos nacionais e bases eletrônicas, além de revistas especializadas, sem restrições de idioma ou período para maximizar a abrangência dos dados, enfocando tanto estudos empíricos quanto teóricos sobre a transformação agrícola no país. Em termos estruturais o artigo aborda sobre a transformação agrícola em Moçambique e o papel da mulher nesse setor. Apresenta uma fundamentação teórica e procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Discute a agricultura familiar, suas transformações e impactos para o desenvolvimento sustentável, com destaque para a participação das mulheres e a igualdade de gênero. Finaliza com uma conclusão.

O artigo utiliza uma pesquisa bibliográfica e documental para analisar a transformação agrícola acelerada em Moçambique e suas implicações para o desenvolvimento sustentável, com foco na participação das mulheres no setor agrícola. A pesquisa bibliográfica se baseia em literatura já publicada, como livros, revistas, artigos científicos e teses, para embasar a discussão teórica. Já a pesquisa documental utiliza materiais como jornais, normas e relatórios institucionais, que ainda não foram analisados de forma aprofundada. No estudo, foram analisados relatórios do PNUD e do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, buscando informações relevantes para a pesquisa.

A base teórica deste artigo é o ecofeminismo, que emergiu de lutas ecológicas e feministas partilhadas contra o militarismo da Guerra Fria, os resíduos tóxicos da indústria, o uso de pesticidas na agricultura, o esgotamento de recursos e a violência social e económica contra as mulheres (Merchant, 1999). Uma das premissas centrais é que a dominação capitalista patriarcal e a opressão/exploração das mulheres e da natureza estão interligadas através de hierarquias de poder (Warren & Cheney, 1991; FRC, 2016).

No entanto, o ecofeminismo consiste numa variedade de posições/escolas de pensamento que também mudaram ao longo do tempo, e neste trabalho focamo-nos numa abordagem ecofeminista crítica que integra problemas (e soluções) sociais e ambientais que são analisados como inseparáveis uns dos outros (Warren, 2000).Nesta abordagem, não prevalecem noções essencialistas de uma ligação necessária entre as mulheres e a natureza, mas sim que os efeitos negativos da má gestão agrícola tendem a afectar os mais vulneráveis mais cedo e mais directamente, mas também de maneiras diferentes. (Estevez-Saa e Lorenzo-Modia, 2018). Isto inclui as pessoas mais pobres, mulheres e crianças.

Neste trabalho, o ecofeminismo levanta primeiro as reivindicações dos movimentos sociais de base baseados em tradições feministas e ambientalistas que lutam pela soberania alimentar, sistemas alimentares sustentáveis e justiça climática, e contra o agronegócio. Porque cultivar, processar e preparar alimentos são actividades que reúnem questões de género, e de natureza do capitalismo neoliberal (FRC, 2016).

O ecofeminismo no contexto africano é um conceito mais amplamente utilizado e defendido em países de língua inglesa como o Quénia, Uganda, África do Sul, Nigéria e Zimbabué. Contudo, existe uma visão de uma ecologia política feminista em Moçambique, na forma de resistência ao sector agrícola e de defesa de práticas como a agroecologia através dos movimentos sociais (FOMMUR, 2019).Dessa forma, é essencial reconhecer que as questões de gênero se entrelaçam com as questões ambientais, a gestão de recursos e a segurança alimentar. Por isso, este trabalho busca investigar o ecofeminismo como uma perspectiva de análise para entender a agricultura em Moçambique.

1.Aspectos conceituais e de discussões teóricas

Neste parte do artigo pretende-se apresentar os conceitos de Agricultura familiar e da questão de igualdade de genero. Explorarmos a literatura sobre as diferenças conceptuais da agricultura familiar, deparamo-nos com várias correntes, sendo duas especialmente notáveis: uma que entende a agricultura familiar moderna como uma nova categoria surgida a partir das mudanças nas sociedades capitalistas desenvolvidas, e outra que entende a agricultura familiar em Moçambique como um conceito em contínua evolução, com profundas raízes históricas (MADER, 2020).

Focando no contexto europeu, a primeira das correntes mencionadas argumenta que não faz sentido buscar as origens históricas do conceito, como por exemplo, ao tentar estabelecer uma conexão com a agricultura camponesa (Guanziroli & Cardim, 2000).

Nesse sentido, a agricultura familiar, que está altamente inserida no mercado e que consegue adoptar os principais avanços técnicos, além de responder às políticas do governo, não pode ser considerada de forma alguma como camponesa (Abramovay, 1992).Embora o aspecto familiar seja um ponto importante, os autores apontam a existência de uma distinção conceitual que teria suas raízes nos variados contextos sociais, econômicos e culturais que definem cada caso.

A igualdade de gênero é um direito fundamental de todos. As mulheres merecem viver com dignidade, livres das limitações e do medo. Além disso, a igualdade de gênero é essencial para impulsionar o desenvolvimento e combater a pobreza: mulheres empoderadas têm um papel crucial na saúde e na produtividade de suas famílias e comunidades, além de aprimorar as oportunidades para a próxima geração (PNUD 2024). No entanto, apesar das evidências robustas que comprovam que o empoderamento feminino é chave para a redução da pobreza, promoção do desenvolvimento e enfrentamento dos mais prementes desafios globais, a igualdade de gênero ainda permanece uma promessa não realizada.

1.1.Agricultura Familiar

Hodiernamente, falar da Agricultura Familiar é o mesmo que dizer agricultura virada a subsistência baseada em sistemas de produção em que a gestão e a operação das actividades são realizadas por uma família utilizando a mão-de-obra familiar. Isto pode incluir pequenas e medias propriedades onde os membros da família trabalham directamente na produção agrícola, com características de policultura. É nesta senda que Guanziroli& Cardim (2000) destacam que a agricultura familiar é aquela praticada essencialmente por membros da família, ou seja, a mão-de-obra familiar é superior ado trabalho contratado, geralmente praticada em uma determinada área, pequena, cujo limite difere de região para região do país para país.

Na divisão do trabalho no contexto da agricultura familiar que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de máquina agrícola mais sofisticado, tal como o tractor (Agy, 2019). À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as actividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de carácter mais leva também chamadas por actividadesdomésticas. (Brumer&Freire, 2004).Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as

actividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores galinhas, porcos e animais domésticos, a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (Guanziroli & Cardim, 2000).

A agricultura em Moçambique desempenha um papel importante no âmbito do combate à pobreza, na geração de emprego rural e contribui para a segurança alimentar familiar e nacional, além de contribuir na redução da pobreza essencialmente rural, representa em termos económicos, 20%, do PIB e 80% das exportações. Além disso, a nível do país cerca de dois terços da força de trabalho encontram-se neste sector, ocupando cerca de 90% das mulheres activase 70% dos homens activos. Isto significa que 80% da população activa do país, esta empregue no sector agrário (Mader, 2007).

No sector da agricultura, pela sua natureza, envolve cerca de 80% da população Moçambicana. Deste grupo 2/3 encontra-se em situação de pobreza absoluta e a mulher e criança constituem a maioria. Apesar de a mulher camponesa desempenhar um papel chave na agricultura familiar, o seu papel é relegado para segundo plano devido às relações de género existentes nas comunidades rurais. A mulher camponesa é discriminada em termos de reconhecimento dos seus direitos fundamentais, no acesso e controlo dos recursos produtivos, tecnológicos e naturais e ainda no acesso aos rendimentos do seu próprio trabalho (Tia, 2003).

2.A transformação agrícola em moçambique

Neste caso a transformação em Moçambique esta sendo acelerada através de uma série de iniciativas de planos estratégicos focados na modernização e aumento da produtividade do sector agrário. Entre os principais esforços esta o plano estratégico de desenvolvimento dosector agrário que visa a modernização da produção e mercados agrícolas bem como o acréscimo de valor ao longo das cadeias produtivas (Asdi, 2006).

A estratégia inclui o aumento do uso de semente certificada, a mecanização e ampliação do sistema de irrigação, além disso há um foco significativo na integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas e na criação de políticas que incentivam no envolvimento do sector privado noagronegócio, e outro componente essencial é a transferência de tecnologias e inovações com iniciativas especifica para facilitar a adopção de práticas modernas por pequenos agricultores.

2.1.Implicações para o Desenvolvimento Sustentável

Aumento da produtividade, Modernização agrícola na introdução de técnicas agrícolas modernas, uso de insumos de alta qualidade, semente melhorada, fertilizantes e mecanização pode aumentar significativamente a produtividade das culturas. Infra-estruturas investimentos em infra-estruturas rurais como estradas, sistemas de irrigação e armazenamento podem reduzir a perda de pós-colheitas e melhorar o acesso ao mercado, Sustentabilidade ambiental: a prática agro-ecológica promover a prática de agricultura sustentável como agro-ecologia rotação de cultura e uso de adubos orgânico pode ajudar a preservar a fertilidade do solo e a biodiversidade (Dzucule, 2021). Gestão de recursos naturais incentivar a gestão sustentável dos recursos naturais como água e florestas é crucial para garantir a resiliência agrícola a longo prazo.

Cultura de alto valor incentivar a produção de culturas de alto valor como fruteiras, vegetais e produtos de hortícolas pode aumentar a renda dos agricultores e reduz a dependência de monocultura, agro-indústria desenvolver agro-industriais locais para agregar valor aos produtores agrícolas criando empregos e estimulando o desenvolvimento económico (Lovatto, 2010).

2.2.Participação das Mulheres no Sector Agrícola

Acesso a terra garantir que as mulheres tenham acesso equitativo a terra e direitos de propriedade permitindo investir e melhorar a sua prática agrícola. Crédito e financiamento facilitar o acesso das mulheres crédito e financiamento agrícola para compra de ínsumos, Educação e capacitação, oferecer programas de capacitações técnicas e extensão agrícolas direccionadas as mulheres focando em técnicas agrícolas sustentável e gestão de pequenas propriedades (Lopes & Zarzar, 2008). Alfabetização e educação melhorar o acesso das mulheres a educação formal e informal incluindo alfabetização e habilidade empresárias.

Empoderamento e liderança,incentivar as mulheres a participar nas cooperativas e associações agrícolas aumentando seu poder de negociação e acesso ao mercado. Participações em decisões para garantir que as mulheres tenham uma voz activa nas decisões comunitárias e politicas relacionadas ao sector agrícola.

Acesso a tecnologia, facilitar o acesso das mulheres a tecnologias agrícolas incluindo plataformas digitais que possam fornecer informações sobre práticas agrícolas e condições de mercado. Inovação social promover iniciativas de inovação social que envolvam as mulheres na criação de soluções adaptadas as suas necessidades especificas.Saúde e bem-estar serviço de apoio melhorar acesso das mulheres a serviços

de saúde, saneamento e apoio social permitindo equilibrar responsabilidade agrícola e familiares.

Nutrição e segurança alimentar promover programas que melhorem a segurança alimentar e nutricional das mulheres e as suas famílias. As mulheres desempenhar um papel proeminente nas actividades de produção, colheita e pós colheita, as mulheres moçambicanas são amplamente excluídas do processo de tomada de decisão sobre esta produção (MADER, 2020). As mulheres rurais têm enormes desafios para ter acesso a recursos produtivos e serviços, tecnologia, informação de mercado e financiamento

2.3.Papel da Mulher no Sector Agrário

É fundamental e multifacetado especialmente nas regiões onde agricultura é fonte de subsistência, as mulheres são responsáveis por uma parte significativa da produção de alimento, elas trabalham como agricultura, pecuarista, e horticultora, contribuindo directamente para a segurança alimentar das comunidades. As mulheres realizam tarefas essências como colecta de água e lenha, cuidado com alimentação e saúde da família e manutenção do lar, muitas das vezes sem remuneração ou reconhecimento formal. Muitas das mulheres se envolvem em actividadesagrárias diversificada como produção de artesanato, processamento de alimento e criação de pequenos animais contribuindo para a diversificação da economia rural e a geração de renda complementar.

Conservação e sustentabilidade, as mulheres desempenham um papel crucial na conservação dos recursos naturais e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, elas são frequentemente responsáveis pela gestão de semente, conservação do solo e práticas agro-ecológicas que promovem a sustentabilidade ambiental. No sector agrário as mulheres enfrentam um desafio no acesso a recursos a terra, crédito, tecnologias e serviços de extensão. A falta de acesso a esses recursos limita a capacidade das mulheres de aumentar a sua produtividade e melhorar seus meios de subsistência.

2.4.Impactos Positivos da Mulher no Sector Agrícola

Quando as mulheres têm acesso a recursos agrícola e formação a produtividade pode aumentar significativamente resultando em maiores rendimentos e melhor segurança alimentar, investir na mulher pode reduzir a pobreza, portanto elas tendem a reinvestir seus ganhos em suas famílias e melhorando as condições a vida na comunidade, elas estimulam o desenvolvimento local (Narciso & Henriques, 2008).

Empoderamento e igualdade de género, as mulheres promovem a igualdade de género dando lhes mais controle sobre recursos de decisões económicas o que pode levar a maior autonomia e participação na vida comunitária. As mulheres são responsáveis pela gestão dos recursos naturais e podem promover a prática agrícola sustentáveis contribuindo para a conservação ambiental e adaptação as mudanças climáticas, as mulheres que têm rendimentos mais elevados tendem a investir na saúde e educação dos seus filhos promovendo o desenvolvimento humano e quebrando o ciclo da pobreza.

2.5.Impactos Negativos da Mulher no Sector Agrícola

Sobre carga de trabalho as mulheres enfrentam uma dupla carga de trabalho equilibrando responsabilidades agrícolas com tarefa domestica e cuidados familiares o que pode levar ao esgotamento físico e mental. No sector agrícola as mulheres sofrem discriminação e desigualdade em termos de acesso a recursos terra, crédito financeiro, treinamento, limitando a sua capacidade de maximizar sua produtividade e renda.

As mulheres têm menos segurança de posse de terra e acesso limitada a rede de protecção social tornando as mais vulneráveis a choques económicos e ambiental, a falta de acesso a tecnologia e inovações agrícolas modernas e conhecimento técnicos podem impedir que as mulheres atinjam seu pleno potencial produtivo limitado os benefícios económicos e ambientais que poderiam proporcionar (MADER, 2022).

Barreiras culturais e sociais podem restringir a participação plena das mulheres na agricultura impedindo de assumir posições de liderança e influenciar politicas e práticas agrícolas (Lopes &Zarzar, 2008). Muitas das vezes as mulheres agrícolas trabalham em condições precárias e estão mais expostas a riscos de saúde e segurança como exposição a pesticidas, ma condições sanitárias e falta de acesso e cuidados medico.

3.Igualdade de Género no Sector Agrícola

No sector agrícola a igualdade de género é primordial para alcance de desenvolvimento rural sustentável, é fundamental promover políticas que garantem as mulheres direitos iguais de posse de terra, facilitar acesso ao crédito financiamento e seguro agrícola, acesso a tecnologias agrícolas modernas, formações e serviço de extensão agrária. Proporcionar programas de treinamento específicos para as mulheres em técnicas agrícolas, gestão financeira e liderança. Oferecer educação e formação contínua para melhorar as habilidades e conhecimentos (Asdi, 2006). Apoiar as mulheres

no fortalecimento de cooperativas e associações para facilitar o acesso a recursos, mercado e incentivar a participação em sindicados e outras organizações.

Proporcionar campanhas de sensibilização para desafiar normas, facilitar o acesso na informação do mercado, apoiar iniciativas que agreguem valor aos produtos produzidos por mulheres como certificado de comércio justo e produção orgânica e garantir condições de trabalho seguras e saudáveis para as mulheres no sector agrícola. De acordo como a FAO (2011), a igualdade de género requer condições de igualdade entre homens e mulheres no processo de tomada de decisões; na capacidade de exercer direitos humanos; no acesso a recursos e benefícios de desenvolvimento, bem como a administração e oportunidades no local de trabalho e em todos os outros aspectos relacionados aos meios de subsistência.

3.1.Vantagens Igualdade de Género no Sector Agrícola

A igualdade de género é uma estratégia eficaz para impulsionar o desenvolvimento rural, melhora a segurança alimentar e promovem um crescimento económico sustentável, aumento da produtividade, redução da pobreza, desenvolvimento sustentável, a igualdade de género pode levar um crescimento económico mais inclusivo.

3.2.Desigualdade de Género

Refere se as disparidades e diferenças de tratamento ou oportunidades entre homem e mulher devido o seu género. Essas manifestações podem se manifestar em diversas áreas como no trabalho.

A desigualdade de género vem sendo reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. Constata-se que as mulheres se encontram cada vez mais, e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Por outro lado, reconhece-se que a igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento (UNFPA & UNIFEM, 2006).

3.3.Estratégias de Implementação

Politicas publicas desenvolver e implementar politicas publicas que promovem a igualdade de género no sector agrícola e incentivem práticas agrícolas sustentável, criar programas específicos para apoiar as mulheres agricultora, incluindo subsídios, treinamentos e assistências técnicas.

Parcerias e colaborações, estabelecer parcerias entre governo, sector privado, ONG, e comunidade locais para implementar programas de desenvolvimento agrícola, incentivar a participação de organizações internacionais e agências de desenvolvimento na promoção de práticas sustentáveis e na capacitação das mulheres (Dzucule, 2021).Monitoria e avaliação implementar sistema de monitoria e avaliação para medir o impacto das políticas e programas agrícolas sobre o desenvolvimento sustentável e a participação das mulheres, utilizar dados colectados para ajustar e melhorar as estratégias de intervenção.

A Estratégia do Género do Sector Agrário constitui uma forma de garantir que os planos e programas sub-sectorias integrem as especificidades da mulher com maior enfoque para a mulher camponesa contribuindo para a elevação do seu estatuto e valorização na sociedade (MINAG, 2005). Esta Estratégia não pretende de forma alguma fazer discriminação ao homem. Pretende sim envolve-lo nesta luta que por razões histórico-culturais relegaram a mulher a posição desigual e inferior (Lovatto, et all, 2010).

Portanto, a participação activa de mulheres e homens no desenvolvimento das suas famílias, comunidades e sociedades é a chave para um desenvolvimento agrário sustentável, efectivo e baseado na igualdade, assim como um direito humano fundamental, pois a Estratégia do Género do Sector agráriogarante o acesso e controle dos recursos, benefícios, direitos e oportunidades iguais, entre mulheres e homens de modo a assegurar que os produtores agrários mais vulneráveis tenham condições para o aumento da segurança alimentar e do rendimento familiar como forma de contribuir para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável do país através de uma abordagem de género

Conclusão

Agricultura familiar é essencial para um desenvolvimento rural sustentável e inclusiva, fortalece através das políticas públicas adequada capacitação técnicas acesso ao mercado e recursos é vital para garantir a segurança alimentar a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades.

Importa referir que no sector agrícola as mulheres desempenham um papel importante contribuindo directamente para a segurança alimentar das comunidades e na conservação dos recursos naturais e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, elas são frequentemente responsáveis pela gestão de semente, conservação do solo e praticas agro-ecológicas que promovem a sustentabilidade ambiental.

Mais é ainda importante reconhecer que as mulheres moçambicanas enfrentam desafios no sector agrário. Para o caso de acesso a recursos a terra, crédito, tecnologias e serviços de extensão. Portanto é importante implementarpolíticaspúblicas que promovem o acesso a terra, crédito, assistências técnicas e ínsumos agrícola utilizando programa de apoiode través a infra-estruturas e ao desenvolvimento de mercados locais. Assim pode se investir na mulher no sector agrícola, posto que, para além de ser directamente benéfico as mulheres têmtambém tem um impacto positivo e estável nas famílias, na comunidade.

Referências

Agy, A. R (2019). *Mulheres e desenvolvimento no meio rural em Moçambique*: O caso de Monapo, província de Nampula, Dissertação para obtenção de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. s.l.

Asdi, (2006). *Para a Igualdade de Género em Moçambique*, Maputo, Moçambique.

Dzucule, P. D. (2021). *Desafios de Transição de Agricultura de Subsistência para uma Agricultura Sustentável no Corredor de Nacala, Moçambique, 2005-2020,* EDER, (2007). *Estratégia de Desenvolvimento Rural* -República de Moçambique, Conselho de Ministros. acessado em: 8 jul. 2024.

FAO (2011).*Mulheres e Participação Popular eng. s.d.*

Lopes, A. L.; Zarzar, A.B. (2008), *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil,– apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural sustentáve*l. MDA/IICA,Brasília.

Lovatto, P. et al. (2010). *Género, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica*. Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil.

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Moçambique (2023).

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Moçambique (2022). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2030,*Maputo, Moçambique.

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Moçambique (2005). *Estratégia de Género do Sector Agrário*, Maputo, Moçambique.

MADER- Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (2020). *Estratégia do Género e Plano de Acção do Sector Agrário,* Maputo, Moçambique.

Narciso, V. & Henriques, P.D. S. (2008). *O papel das mulheres no desenvolvimento rural: uma leitura para Timor-Leste*, Universidade de Évora.

PNUD (2024). *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2023-2024.* Disponível em: https://www.undp.org/ptpublication/relatorio-do-desenvolviment0-humano-rdha-2023-2024 recuperado em: 13 Jul. 2024**.**

Prodanov, CC & Freitas EC (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2.ed. São Paulo: Pioneira.

UNFPA.& UNIFEM. (2006). *Igualdade de género e empoderamento da mulher e Moçambiqu**e***, Maputo. Disponível em: https://mozambique.unfpa.org/pt/publications/igualdade-de-g%C3%A9nero-e-empoderamento-da-mulher-em-mo%C3%A7ambique?publications=756&page=12 Acesso em: 13 jul. 2024

FOMMUR (2019).*Conferência Nacional da Mulher Rural "Ampliando Vozes, fortalecendo oMovimento das Mulheres Rurais para Defesa da Terra, Recursos Naturais e Sementes"*. Boletim Especial da Conferência Nacional das Mulheres Rurais. Fórum Moçambicano dasMulheres Rurais (FOMMUR). Disponível em: «http://forumulher.org.mz/wpcontent/uploads/2020/01/Boletim-Informativo-Especial-das-Mulheres-Rurais.pdf» Acessado: 10 out. 2024.

FRC (2016). *Ecofeminism, Food & Social Justice Seminars.The Food Research Collaboration.*Centrefor Food Policy.University of London. Disponível em «https://foodresearch.org.uk/foodpolicy-briefings/» Acessado a 05 out. 2024.

Estévez-Saá, M. & Lorenzo-Modia, M. J. (2018) The Ethics and Aesthetics of Eco-caring: Contemporary Debates on Ecofeminism(s), *Women's Studies,* 47:2, 123-146.

Merchant, C. (1999). *Introduction, in ecology*: key concepts. In Critical Theory, 1 (Carolyn Merchant Ed.

Warren, K. & Cheney, J. (2008).Ecological Feminism and Ecosystem Ecology. Hypatia. 6. 179 - 197. Warren, K. (2000) Ecofeminist Philosophy: A W.

Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC.

Wanderley, M, de N, B. (1999). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. 2.ed. Passo Fundo: EDIUPF, p. 21-55.

Carvalho, A. Vide; Nascimento, L. P. do (1997). *Administração de Recursos Humanos*. São Paulo: Pioneira.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): CHICOVELA, Felizmino Paulo. A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.504-517, out. 2024.

Para citar este texto (APA): CHICOVELA, Felizmino Paulo (out. 2024). A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector agrícola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 504-517.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.518-529 | 2024.

Discalculia: abordagem psicolinguística, consequência em educação Matemática

João Muteteca Nauege *

ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-0009-5420

RESUMO

O artigo aborda a discalculia na vertente psicolinguística, interface Linguística-Matemática, e consequência em educação Matemática, procura, entre outros aspectos, trazer a lume a relação entre a Linguística, por via da sua face psicolinguística, e a Matemática para a compreensão do fenómeno da discalculia. Começando por uma breve incursão sobre o fenómeno, com intuito de compreender as reais causas da discalculia, aos sinais, às causas e até às propostas que são elencadas por diversos especialistas ou autores como as que se configuram como possíveis soluções quando se está em face da discalculia. Dado que as habilidades de contar e calcular, a par das habilidades de leitura e escrita, são básicas, e, através das quais se medem sempre os indicadores e os objetivos de ensino Primário (ensino fundamental), pois sem a sua aquisição pressupõe-se que os objetivos do ensino obrigatório não foram atingidos. Destarte, refletir sobre a discalculia, analisando fatores Psicolinguístico e Matemático, bem como as consequências que dele resultam, embora seja de pouco domínio de professores de Matemática, é desafiante e pertinente, à medida que se conheçam as suas causas, estar-se-á em condições de se propor soluções exequíveis e sustentadas. Quanto à metodologia, optámos por uma descrição qualitativa (Sousa e Baptista, 2011), tendo passado em revista a análise documental consentânea para a reflexão sobre a discalculia na vertente psicolinguística cujas consequências são visíveis em educação matemática.

PALAVRAS-CHAVE

Discalculia; Psicolinguística, Educação Matemática

Ikwiko ha kwalula: Kucipathulo ca malaka nyi ha kufumba mu cikota ca kwalula

SONEKO IKEHE

Mukanda uno unasolola inyingi anatambika ngo ikwiko ha kwalula, hanji, mba thuna isolola mucipathulo ca malaka nyi ca cikota ca kwalula, nyi nawa ca kunyonga ikwiko mu kulongesa ca kwalula, mu cipathulo ca Kwalula nyi Malaka, isoneko ino inafupa kulumbununa kanawa hanji ngo nyi kulumbununa iphekeso ya kusoloka hakufumba alongi eza kexikuhasa kwalula nyi kutanga kanawa mu iphathulo ya maxikola. Soneko ay inaputhuka nyi kusolola ngo kuci iphekesa nyi ikwiko ya kusoloka mu maxikola mba hanga alongi mapwa nyi ikatachi hakunyingika kusoneka, Kwalula nyi kulifumba mana ako nawa. Mu isoneko ino twafupa akwa mana anji nyi anji hanga athutoweze ikha ya koka ye iphekeso yaco ay kuli alongi cipicipi thwanuke ngo nawa ikha inatela kulinga hanga thumanune ikwiko yaco. Kutanga nyi kusoneka nyi kwalula ya thwama malinjekela aze atangu alongi manyingika, mba hanga alongeshi nyi akwa mana ako ambe ngo cocene, athu nyi hanji ngo alongi khumana kapwa kufumba lume kanawa, nyi iningi ino yapwile kufumba cize cinatela, khumana phundu, mana atangu mumaxikola mucifuci kapwa kuhasa. Phundu lume, nyi mana akwalula kanawa, aku tanga kanawa, aku soneka kapwile nyi kukojola, (Sousa e Baptista, 2011), alongesa cipathulo ca cikota ca kwalula amwe makanyingika ngo amwe alongi anji kexikuhasa mukonda wa iphekeso wa malaka nyi wa Kwalula.

* Doutor em Linguística, Professor Auxiliar na Universidade Lueji A´nkonde. Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Évora, Portugal. Na Escola Pedagógica da Lunda Norte lecciona Fonética e Fonologia, Introdução aos Estudos linguísticos, História da Língua Portuguesa, Sociolinguística. Na Faculdade de Direito lecciona Língua Portuguesa e Trabalho de Fim de curso, autor de vários artigos científicos, recentemente publicou a sua segunda obra: O conjuntivo no Português de Angola: Da Norma à Variação. E-mail: nauegejoaonauege@yahoo.com.br

MALIJI-ALEMU
Ikwiko ha kwalula; Malaka; Kufumba mu cikota ca kwalula

Dyscalculia Phsycolinguistics approaches, Consequences in Mathematics Education

ABSTRACT
This article approaches dyscalculia interfacing mathematics and linguistic hillside, looking to discuss relationship between mathematics and linguistics for understanding of dyscalculia phenomenon. Starting for brief incursion about dyscalculia, to aims to undestand the real causes of phenomenon, from signs to proposals that different specialists or authors say as the possible solutions, when we are facing dyscalculia. The skills to count, calculate, besides reading and writing are elementaries, they allow to measure the indicators and objectives of primary education,also called fundamental education, without its acquistion mean that the objectives of obligatory education failed. Perhaps, reflecting the dyscalculia, analyzing psycholinguistics factors and mathematics just as its consequences, although many mathematics teachers don´t know, it is very defiant and relevant as they get to know its real causes allowing the specialists to offer feasible and sustainble solutions. Our approaches had qualitative slipway Sousa e Baptista, 2011), whose objective was to understand dyscalculia basing on interface linguistics and mathematics.

KEYWORDS
Dyscalculia; Psycholinguistics; Mathematics Education

1. Breve incursão sobre a discalculia

Fazendo recurso à etimologia, damos conta de que a palavra discalculia provém do Grego (dis) *desvio ou mal* e Latim (calculare), *calcular ou contar*. Este desvio ou mal em calcular ou contar está associado a prejuízos em termos de competências Matemáticas de modo muito marcado. Para Coelho (2013), estes desvios em calcular ou contar referem-se, também, à falta de compreensão numérica, na manipulação de números, vendo-se comprometido o aluno, em termos de habilidades e competências matemáticas.

Romagnoli (2008) associa discalulia a uma desordem neurológica de transtorno de maturação das habilidades Matemáticas. Aduz, ainda, que a discalculia é a falta de compreensão de números e de muitos erros associados aos números, quer nas habilidades de contagem, quer nas habilidades computacionais e resolução de problemas, sendo um transtorno frequente, mas de pouco domínio, que afeta o desenvolvimento cognitivo nas Matemáticas e outras habilidades funcionais. Segundo Pinheiro e Vitalle (2012), a discalculia é:

> um problema neurológico situado na região do cérebro especificamente na região do córtex, que atinge as habilidades com números, que afecta o desenvolvimento das habilidades numéricas. Sua origem pode ser associada às desordens genéticas ou congênitas especificamente nas partes do cérebro. A discalculia prejudica o raciocínio ao ponto de interferir no nível de escolarização, fazendo com que a criança se apresente abaixo da média esperada para a realização de cálculos onde há um

> comprometimento no entendimento das operações numéricas, com números, fórmulas, e tudo que envolva a lógica Matemática.

É ponto assente nas diversas abordagens da discalculia que os especialistas em Matemática, psicolinguística e neurologia nos trazem, que a discalculia é um transtorno neurológico, pois as células neuronais encontram-se afetadas para a sua funcionabilidade normal, que se prende com a transmissão de sinais, havendo troca de informações normais que mantêm funcional o córtex cerebral a estímulos de desenvolvimento cognitivo e à aprendizagem. Ao longo da nossa abordagem, privilegiamos a descrição qualitativa (Sousa e Baptista, 2011:79), tendo elegido, no quadro das técnicas operacionais para a recolha de dados nos estudos qualitativos, a análise documental.

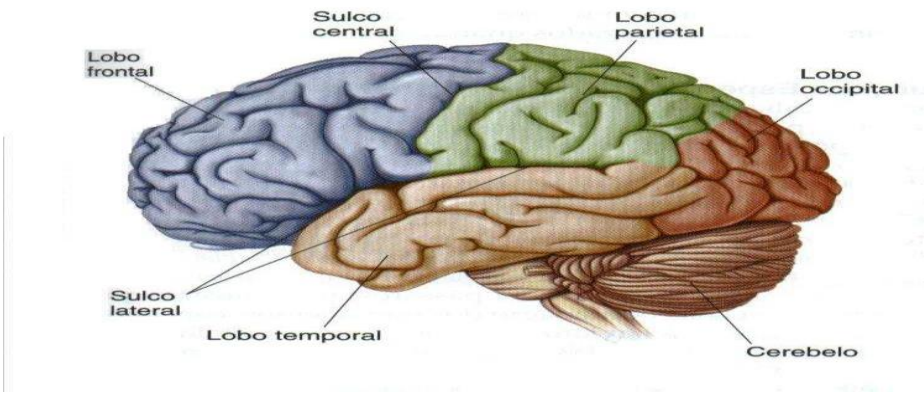
2. Interface linguístico-Matemática na abordagem da discalculia

Os números estão presentes em todos os nossos afazeres do dia a dia, desempenham um importante papel em todas as sociedades e civilizações, não há cultura que não faça o uso de números para as suas tarefas habituais, por mais pequenas que sejam. Esse facto configura os números como uma das mais importantes invenções que a humanidade registara.

Para Bastos (2006), o sistema cerebral ligado à ativação das habilidades para/e de números é comparável às áreas específicas, como as que ajudam a conhecer as cores, responsáveis pela audição, visão e outras. Depreende-se dos diversos estudos feitos a respeito da discalculia (cf. Garcia, 1998; Bastos, 2006; Rotta, 2006; Silva, 2008; Cecato, 2009), que os números representam uma linguagem simbólica, não se dissociam da língua como faculdade humana e inata, que distingue os seres humanos de outros seres vivos. Daí a interface entre a Linguística e a Matemática ser importante na abordagem e consequente compreensão da discalculia.

A complexidade estrutural e funcional do cérebro humano, permite compará-lo à máquina perfeita, cuja articulação entre as diversas partes que o constituem possibilita a realização de cada uma das funções, tais como memorização, percepção, pensamento, linguagem e certas habilidades motrizes, com base nos neurotransmissores, substâncias próprias do cérebro que constituem uma rede para a transmissão das informações.

Fig.1: Representação do cérebro.



Fonte: http://www.psiquiatriageral.com.br

- O lobo frontal é a área responsável à concentração, ao planeamento, à iniciativa, aos cálculos mentais rápidos, a habilidades de solução de problemas, à conceptualização abstracta e à execução oral e escrita.
- O lobo parietal esquerdo está ligado à habilidade de sequencialização, serve para processar as informações ligadas à noção de espaço e de volume.
- O lobo occipital é o núcleo da visão, permite a discriminação visual de símbolos matemáticos escritos. Uma das funções é diferenciar objetos de cores e texturas semelhantes.
- O lobo temporal responsabiliza-se pela percepção auditiva, pela memória verbal a longo prazo, memória de série, realizações Matemáticas básicas, subvocalização, durante a solução de problemas.

Como se depreende, os diferentes lobos que constituem o cérebro estão associados a funções específicas, cuja atuação acontece em teia com base nos neurotransmissores, articulando as funções em cadeia que cada lobo exerce em todo o sistema nervoso central. Para Perreti (2009:18),

> as dificuldades com números em geral ocorrem junto com as dificuldades de leitura ou escrita, mas também podem ser encontradas separadamente. Quando crianças não possuem conhecimento linguístico e de conceitos necessários para entender o enunciado do problema significa que pode haver habilidades de linguagem comprometidas que prejudiquem o entendimento, o planeamento e também a execução de procedimentos para a resolução do problema. Sendo assim, a dificuldade da criança não se encontra nas habilidades básicas de contagem, mas sim na compreensão da leitura (…)

A aprendizagem das habilidades Matemáticas desde sempre foi considerada difícil e complexa, por envolver uma série de linguagem simbólica e abstracta, este facto,

muitas vezes, faz passar em branco os transtornos associados à não assimilação das habilidades Matemáticas (discalculia), chegando ao ponto de se considerar normal a dificuldade que o aluno possa apresentar, ao longo da sua formação inicial, a discalculia por envolver diversas áreas para o seu diagnóstico, pode ser difícil a sua detecção, cabendo aos professores serem os primeiros a conhecer os seus sinais.

Apesar de ser uma tarefa difícil, a urgência para o diagnóstico da discalculia é importante, permitindo facilitar a intervenção médica. Na óptica de Vorcaro (2007), um diagnóstico completo não pode ser feito antes dos 10-12 anos de idade, mas por causa disso não devemos deixar de tentar descobrir as formas particulares de dificuldades Matemáticas que a criança apresenta.

Mas nem todos os professores das áreas que estão ligadas ao seu diagnóstico e estudo têm o domínio deste transtorno de aprendizagem, se for do domínio do professor, a observação das dificuldades pode ajudar a sua catalogação por momentâneas ou prolongadas, possibilitando a intervenção dos diferentes especialistas.

3. Tipologia de discalculia

Valladão (2006) ao debruçar-se sobre as dificuldades na aprendizagem Matemática, classifica os seguintes tipos de discalculia:

1- Discalculia verbal: dificuldade para dar nome às quantidades Matemáticas, os termos, os números, as relações e os símbolos;
2- Discalculia léxica: dificuldade para ler os símbolos matemáticos;
3- Discalculia practognóstica: dificuldade para comparar, enumerar; e manipular os objetos reais ou em imagens matematicamente;
4- Discalculia gráfica: dificuldades em escrever os símbolos matemáticos;
5- Discalculia ideognóstica: dificuldade para fazer as operações mentais e compreender os conceitos matemáticos;
6- Discalculia operacional: dificuldades para executas as operações e cálculos numéricos.

4. Causas da discalculia

Vários fatores podem estar associados à discalculia, para a determinação de algumas causas ligadas à discalculia, são chamados à colação diferentes áreas do saber, desde a Neurologia, a Linguística, a Pedagogia, a Psicologia, Genética e a Matemática.

Silva (2008:19) ao dissecar cada uma das áreas que pode estudar a discalculia, acentua algumas que vamos retomar na nossa reflexão:

(i) **Neurológica** à qual associa à imaturação, acredita que o desenvolvimento neurológico potencia a maturação de modo progessivo, permitindo alterações do istema nervoso, possibilitando, então, a formação ordenada, progressiva e cronológica das diferentes funções que correspondem a percepção, espaço temporal, lateralidade e ritmo. Assinala, assim, aquilo que considera os graus de imaturidade: a) Leve- em que a criança que tem discalculia reage convenientemente à intervenção terapêutica; b) Médio- é a (maioria) que apresenta dificuldades específicas em Matemática; c) Limite- quando há uma lesão neurólogica, gerada por diversos traumatismos, provocando um déficit intelectual.

(ii) **Linguística** em que a compreensão da Matemática só é possível com a integração da linguagem, geralmente, a criança com discalculia tem deficiência em elaborar o pensamento devido à dificuldade na interiorização da linguagem, pois, a linguagem é fundamental no desenvolvimento intelectual, habilita o raciocínio quer no plano da percepção, quer no plano mais abstracto.

Por outras palavras, tem de haver desenvolvimento linguístico para facilitar o domínio da Matemática, ajudando a compreensão de relações simbólicas e numéricas, afere-se, ainda, que alunos com deficit em Matemática não correspondem positivamente a símbolos orais e a sua representação gráfica (Silva, 2008).

(iii) **Psicológica**, associa-se a apresentação de alterações psiquícas à propensão de transtornos de aprendizagem, quer dizer que alterações emocionais podem afectar funções de percepção, memória e atenção (Silva, 2008).

(iv) **Genética**, ainda não se comprovou desde o ponto de vista genético a transmissão (herança) dos transtornos ligados aos cáculos; uma vez que causas específicas da discalculia não estão bem determinadas, embora haja, nalguns casos, relatos de pessoas com discalculia com antecedentes familiares, mas não são casos generalizados.

(v) **Pedagógica**, em sede do processo de ensino-aprendizagem, a área pedagógica joga um papel fundamental na abordagem e diagnose da discalculia, é aconselhável um diagnóstico detalhado por se tratar de um problema complexo e envolver múltiplas disciplinas.

Vários autores chamam atenção para a necessidade de um diagnóstico profundo, pois o diagnóstico detalhado ajuda a perceber se o indivíduo apresenta ou não aquilo a que Egido (2015) chama de “Erros aceitáveis na Matemática”, acautelando mudanças de metodologia e outras fobias. Melo (2010) adverte que, às vezes, o problema não reside no aluno, mas sim, na forma como o professor estrutura e apresenta os exercícios nas suas aulas.

5. Proposta de soluções

Tratando-se de um problema complexo, as soluções passam também por desenhar atividades que se coadunem com as intervenções que se pretende fazer. Tendo como base abordagens anteriores feitas a respeito da discalculia e perspectivas de intervenção para a solução desse transtorno, selecionamos algumas atividades já difundidas, como propostas que podem ser adaptadas a diversos contextos em que se justifique a sua aplicação.

Método Kiel

Com origem na Alemã, Christel Rosenkranz, (datas de edição e reedição, 1992-1997), consiste em centrar as operações visuais, foi concebido a partir da premissa de que as crianças com dificuldades de cálculo não conseguem transformar o material concreto em abstrato /imagens mentais, globalmente, exercita-se a memória e a imaginação. Este método dá prioridade ao contato com os olhos (Egido, 2012).

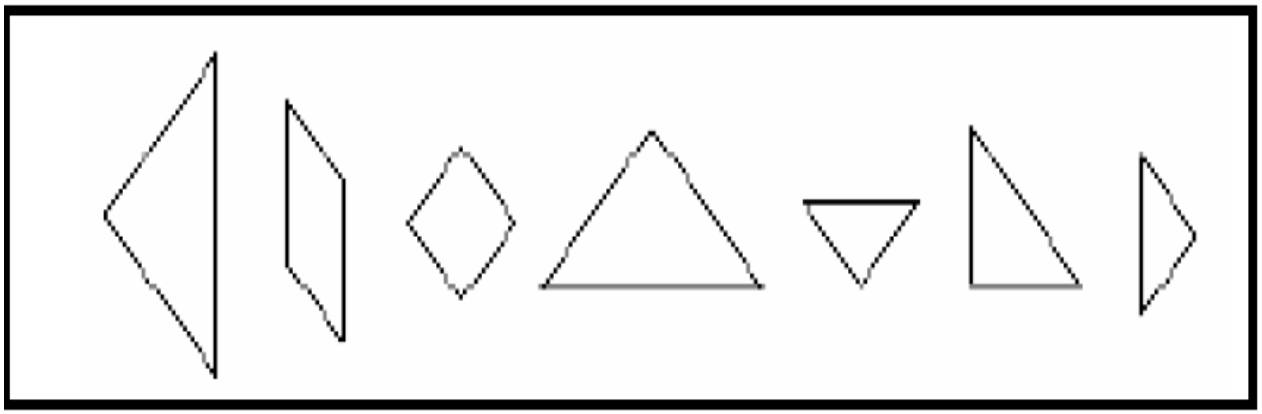
Jogos

Silva (2008) propõem alguns jogos, com os quais procura desenvolver o raciocínio lógico e propiciar o contato entre os alunos com discalculia e os não discalcúlicos, com vista a garantir uma maior integração na sala de aula.

Tangram

O Jogo é composto de sete peças (cinco triângulos, um quadrado, e um paralelogramo), é desenvolvido por um participante, com objetivo de formar um quadrado com todas as peças disponíveis. O Tangram possibilita diversas combinações, exercitando, assim, a memória e a inteligência.

Fig. 2. Tangram



Fonte: Silva, 2008:34

Dominó

No dominó, a criança recebe um certo número de peças, como vemos na figura, e orientada a organizar por ordem, de acordo com o número de bolinhas que estão nas extremidades, com a aplicação das regras de dominó. Este jogo ajuda a criança a reconhecer números, contar, e ter a noção de sequências Matemáticas Barreto (2012).

Fig.3. Dominó

Fonte: Orobó news- disponível em: http://www.orobonews.com.br

Botões matemáticos

O professor diz aos alunos quantos botões e de que cor eles podem encontrar, por exemplo, 10 botões azuis, em dependência da faixa etária, os alunos podem ser orientados a buscar por dezenas e dúzias. De acordo com Barreto (2012:47), este jogo

desenvolve a habilidade de compreensão de sistema de numeração, a coordenação motora e a orientação espacial.

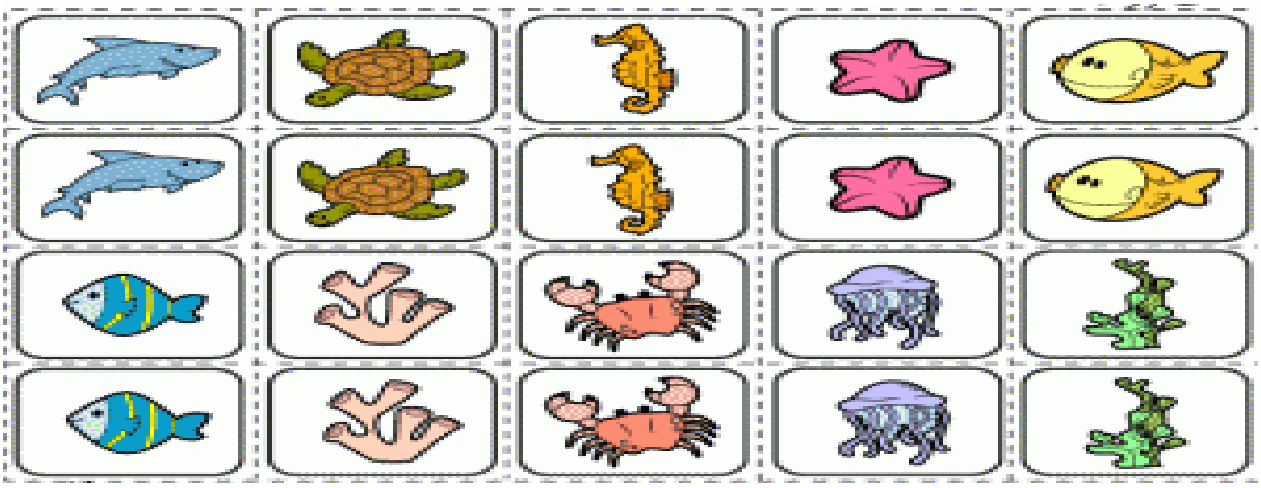
Fig. 4: Botões.

Fonte: R7. Botões ecológicos e um pouco da história dos botões. Disponível em: <http://www.fashionbubbles.com/historia-da-moda/botoes-ecologicos.

Jogo da memória

Todas as cartas são viradas para baixo e misturadas. Orienta-se o aluno, um de cada vez tem o direito de virar duas cartas, se forem idênticas, o jogador fica com elas, e marca um ponto. Mas se forem diferentes, ele volta a virá-las para baixo de novo e outro jogador faz a sua vez, o jogo termina quando todas as cartas forem tomadas, será vencedor o que possuir maior número de pares. Ressalte-se que esse tipo de jogo não se limita a discalcúlicos, ajuda a desenvolver a percepção, a memória, a concentração e o raciocínio lógico.

Fig.5: Blog do projeto Decolar Helipark.



Fonte: http://www.projetodecolar.com.br/?p=663

6. Considerações finais

À guisa de notas finais na abordagem que não se esgota, como é óbvio, nesta reflexão sobre a discalculia como transtorno que tem que ver com a educação Matemática, notamos que todos os autores falam da necessidade de o fenómeno de discalculia ser estudado e dominado pelos professores de Matemática.

Todas as abordagens da discalculia apontam a complexidade do diagnóstico, visto que uma diagnose relativamente completa só é possível aos 10-12 anos de idade, isto depois de todo o acompanhamento ser feito pelos especialistas das diversas áreas (Psicolinguística, Psicologia, Matemática, Neurologia, Linguística, entre outros), daí a importância de os sinais da discalculia serem do domínio de quem lida frequentemente com alunos para facilitar um acompanhamento e diagnose tempestivos.

O domínio dos possíveis sinais da discalculia ajuda a não confundir as chamadas falhas, ditas normais ou “erros aceitáveis” no ensino-aprendizagem da Matemática, prevenindo falhas nas metodologias adoptadas para o ensino da Matemática.

O diagnóstico oportuno e a tipificação ajudam uma intervenção médica com vista à solução dos problemas apresentados, dependendo do estágio da discalculia que pode ser leve, médio ou limite.

As propostas de atividades que apresentamos, no nosso artigo, são as mais difundidas, que podem ser adoptadas em função, sobretudo, do estágio que o transtorno atingira e, também, da diagnose feita por uma equipa multidisciplinar que estuda o discalcúlico.

Tratando-se de um transtorno, cujo diagnóstico e tratamento requerem uma intervenção multidisciplinar, em face de ser de pouco domínio na realidade de Angola, urge a necessidade de as escolas serem dotadas de pessoal capacitado, referimo-nos aos terapeutas da fala, defectologista, professores de ensino primário com conhecimentos básicos, para permitir um diagnóstico precoce.

Referências

Barreto, A.B (2012). *Trabalhando a discalculia através de jogos matemáticos.* 85f. Trabalho de Conclusão de curso (graduação em Matemática), Centro Universitário La Salle, Canoas.

Bastos, J. A. (2006). Discalculia: transtorno específico de habilidade em Matemática. In: Rotta, Newra Tellechea. (Org.). *Transtornos de Aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed. p.23-36.

Sousa, M.J.; Baptista, Cr. S. (2011). *Como fazer investigação*, Dissertações, Teses e Relatórios. Lisboa, editora Lidel.

Cecato, A. M. T. (2009). *Discalculia: transtorno específico em Matemática*. Porto Alegre Artmed.

Egido, S. V. (2012). *Discalculia: Fundamentos teóricos e atividades de intervenção em sala de aulas.* Monografia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná, editora Medianeira.

Egido, S. V. (2015). *Propostas de actividades para alunos discalcúlicos*. Educere:XII Congresso nacional de educação. PUCPR 26 a 29/10/2015. Paraná. Brasil.

Garciá, J. N. (1998). *Manual de dificuldades de Aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e Matemática.* Porto Alegre. Artes médicas.

Kranz, C. R.; Healy. L (2011). *Pesquisas sobre discalculia no Brasil: Uma reflexão reflexão a partir da perspectiva histórico-cultural.* Disponível em: http://www.matematicainclusiva.net.br./pdf/pesquisas%20sobre%20discalculia%20ano%20Brasil.pdf. Acesso em: 18 mai. 2019.

Melo, F. O. S. (2010). *A construção do conhecimento lógico-matemático: a discalculia no contexto de aprendizagem.* Faculdades integradas de pato. Juazeiro do Norte. Ceará.

Pinheiro, N. V.L.; Vitalle, M. S. S (2012). *Quando o Ensino da Matemática se torna um desafio.* Adolescência e Saúde. Rio de Janeiro, 9 (3): 65-71.

Romagnoli, G. C. (2008). *Discalculia. Um desafio na Matemática.* Trabalho de conclusão do curso. São Paulo. nº 49f.

Rotta, N.T. (2006). *Transtornos de Aprendizagem.* Porto Alegre: Artmed.

Silva, W.C (2008). *Discalculia: uma abordagem à luz da educação Matemática.* Relatório Final.45f. Projecto de iniciação científica- Universidade de Guarulhos. São Paulo.

Valladão, L. C. G. (2006). *Dificuldades na aprendizagem da Matemática.* A Didáctica e a Discalculia. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes.

Vorcaro, N. (2007). Fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizagem da Matemática. Rio grande do Sul. Disponível em: http://discalculicosblogspot.com/2007/10/fatores-que- contribuem-para-as.html. Acesso em: 20 jun.2019.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): NAUEGE, João Muteteca. Discalculia: abordagem psicolinguística, consequência em educação Matemática. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.518-529, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Nauege, João Muteteca (out. 2024). Discalculia: abordagem psicolinguística, consequência em educação Matemática. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 518-529.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.530-545 | 2024.

Estudo de estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos (festinha feliz)

Marchal Manufredo Chilimile *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-4272-1071

RESUMO
O presente estudo tem como tema Estudo de Estratégias de Atração e Retenção de Clientes em Empresa de Decoração de Eventos, tem objetivo geral de analisar as estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos Festinha Feliz, levantou se a questão como é que a empresa de decoração Eventos atrai e retêm os seus clientes? Para responder a questão. Houve necessidade de identificar às estratégias de atração e retenção, analisar o que os clientes procuram quando contratam serviço e por último conhecer a percepção dos clientes em relação as estratégias de atração e retenção aplicada pela empresa. Para atrair e reter um cliente, a empresa deve sempre inovar, propondo ideias com qualidade. A abordagem teórica foi focada na base de Estratégias de Marketing, Relacionamento com o cliente e Empreendedorismo. A metodologia usada foi método qualitativo com abordagem de análise de conteúdo, usou se a entrevista semiestruturada, os pontos fortes pela escolha dos serviços da empresa de decoração, são pela beleza do trabalho, sugestão de um familiar e preço acessível. Os serviços são divulgados pelas redes sociais e na publicidade "boca a boca". Contudo é necessário melhorar as estratégias de retenção a atração de clientes, para o crescimento da empresa.

PALAVRA CHAVES
Marketing, Relacionamento-Cliente, Atração do Cliente.

Study of customer attraction and retention strategies in the event decoration company (happy party)

ABSTRACT
The present study has as its theme Study of Strategies for Attracting and Retaining Customers in an Event Decoration Company, it has the general objective of analyzing the strategies for attracting and retaining customers in the event decoration company Festinha Feliz. that the decoration company Eventos attracts and retains its customers? To answer the question. There was a need to identify attraction and retention strategies, analyze what customers are looking for when they hire a service and finally know the perception of customers in relation to the attraction and retention strategies applied by the company. To attract and retain a customer, the company must always innovate, proposing quality ideas. The theoretical approach was focused on the basis of Marketing Strategies, Customer Relationship and Entrepreneurship. The methodology used was a qualitative method with a content analysis approach, a semi-structured interview was used. The services are advertised through social networks and word of mouth advertising. However, it is necessary to improve retention strategies to attract customers, for the company's growth.

KEYWORDS
Marketing; Customer –Relationship And Customer Attraction

YOSOMA YOMALA
Ossoma n'no wokhalana ntoko moniherya wossoma mithenkeso sowaphanya ni bwaala wa anamatuma ya empresa wa yorathela niira, ni wokhalana moniheryo aya womalela ori owehaweha wa mithemeso so wapanya ni owaala anathuma a empresa yorathela nirra nohakhalela, woovenxa

* Graduando em Ensino de filosofia na Universidade Rovuma, investigador Assistente em estudos sobre Educação na Associação de estudantes inovadores e pesquisadores de Moçambique, coordenador de estudos para Planificação de Ações das cartas com ciência em Moçambique para a promoção do ensino Superior em alunos desfavorecidos em países de língua portuguesa. E-mail: marchalchilimile@gmail.com

sokhoha ntoko vanweranya sai empresa yorathela niira waphaniya ni owaala anathuna'ya? Wira nakhule yokooha ela. E wahikala wothuneya owehaweha wa mitkenso sowapaniya ni owala, owehaweha wi tixene namathuma amphavelaya yaphavelaka wilepiha wa mutekoni ni vokiserya aya osuwela ni otokiya wanamathuma awo votharelana vamitkeenkeso sowapanya ni owala evarelinwe ni emperesa. Para ophanya ni owaala namathum mmosa empresa ehana kwekwe woniheya mutheko muusa, ikhumeheryaka miruko sorerela. Wa mwirelo wosoma owikharuma sa mutheko wiriwe wotharihela wa mithekeso hanakosso, so luluwana ni namathuma ni mapakelo anakoso. Wa mwetthelo opwanihiwe ni wothokiheya, worerelavo ni ophakeliwa'ka owehaweha we sosowa, onphakiwa okowa vakhani wolikhanyihiko sa nanikuku sa nakoso so phaneliwa va sorera wa mutheko, eyonelo ya omussi omosa ni esisapo yavakani. Wa mitheko sinvuwihiwa ni makuru osuweliha mithaka ni maleleyo awaano awaano. Nivothene ti wopwanela wunuwiha wa mithenkeso sowapanya ni owaala wa anathuma, wo wowunuwiha nikuku na nakhoso.

EPALAVRA YOHULA
Mitheko Sanokhoso Sotharelene Namathuma, Womuwala Namathuma.

Introdução

A competitividade do mercado e acessibilidade de informação tem provocado mudanças de comportamento dos consumidores que se tornam cada vez mais exigentes e menos fiéis às empresas. E algumas empresas bem-sucedidas estão-se voltando para o mercado adaptando os seus serviços/produtos às estratégias dos clientes com intuito de assegurar a fidelidade do cliente e o lucro.

Um dos segmentos de eventos promissor é o de festas infantis, por demandar grande esforço. Os pais preferem pagar por espaços, decoração, alimentação e entretenimento das crianças. E todas as empresas do ramo têm diversas oportunidades para alcançar o sucesso, mas isso não é fácil, justamente por causa da grande concorrência, que cria a necessidade de diferenciação para conseguir destaque na mente do consumido.

As empresas de decoração de eventos estão centradas nos consumidores/clientes, e a satisfação destes tanto como uma meta. E a fidelização dos clientes tem sido uma preocupação das empresas de decoração devido a forte concorrência que existe no mercado. Uma forma de aumentar a fidelidade dos clientes é concentrando-se em oferecer excelentes serviços e atender as suas necessidades. Para além disso as empresas precisam de compreender que é necessário tratar cada cliente como se fosse o único, o que pode ser obtido por meio de estratégias de atração, retenção de consumidores e marketing de relacionamento. Com vista a compreender este mercado, coloca se a seguinte questão de pesquisa: *Como é que a empresa de decoração, "Festinha Feliz" atrai e retêm os seus clientes?*

Constitui objetivo geral, analisar as estratégias de atração e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos, operacionalizado nos seguintes específicos: (i)

Identificar as estratégias de atração e retenção de clientes aplicadas pela empresa; (ii) Analisar o que os clientes procuram quando contratam esses serviços; (iii) Comparar as estratégias de atração e retenção de clientes aplicadas pelas empresas com os atributos percebidos pelos clientes.

1.Conceitos de Marketing

Em termos gerais o Marketing está relacionado com as pessoas, empresas e regiões, a sua função não é apenas lucrativa, pois pode ser desenvolvida por entidades não lucrativas como igrejas ou organizações de carácter científico ou cultural. Segundo Kotler (1998) Marketing é um processo social e gerencial pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam através de criação, oferta e troca de produtos de valor com outros.

O marketing é algo que pode ampliar o modo de ver as coisas, analisando o desejo do cliente sendo este físico ou jurídico, atender as suas expectativas junto ao produto ou serviço. É necessário perceber o consumidor, ara que este adquira os produtos ofertado.

1.1.Estratégia de Marketing focada no cliente

Na definição de uma estratégia de marketing surgem muitas dúvidas sobre quais as estratégias de marketing são mais eficientes ou quais são as mais indicadas para cada tipo de negócio. Essa é a força que move os marketistas e, o mais importante, que os mantém à frente dos seus concorrentes. Por isso, entender os tipos de marketing e como se deve construir uma boa estratégia de marketing eficiente é vital para uma empresa se manter no mercado **vendendo mais, de forma sustentável e crescente.** Uma boa estratégia de marketing exige atualização constante e a busca pelas melhores práticas.

Para Itami (1987, citado em Carvalho & Filipe, 2014), estratégia é o que determina o quadro de referência para as atividades de negócio e fornece linhas de orientação para coordenar atividades de modo a que a empresa possa lidar com o ambiente sempre em mudança e influenciá-lo. A estratégia articula o ambiente da preferência da empresa e o tipo de organização que quer vir a ser.

No entanto, Freire (1997, citado em Santos, 2008) define estratégia por analogia com a ciência militar, como disposição das tropas com vista alcançar a vitória sobre o inimigo, disposição essa que traduz na formulação de um plano que reúne, de forma integrada, os objetivos, políticas e ações da organização, tendentes a criação de uma vantagem competitiva sustentada.

É nesta perspectiva que a estratégia coloca-se a partir do momento que uma determinada empresa pretende atingir determinados objetivos em contexto competitivo.

Tal como defende Chiavenato e Sapiro (2016) é preciso transformar estratégia em conceitos simples para que todos possam entender com facilidade. Toda a declaração de estratégia deve começar com uma definição de objetivo ou dos resultados que a estratégia se propõe alcançar.

Portanto, estratégia é um ponto de partida para uma empresa se focar em mudança, inovação, sustentabilidade e fazer sempre o melhor. Mas também é preciso que seja convertida em estratégia de marketing.

As empresas devem estar voltadas para o cliente, conquistando-o, valorizando-o e, principalmente, trazer à ele a satisfação de atendimento. Mas para que uma empresa atinja esse patamar, é necessário que ela analise os vários tipos de clientes que a empresa possui, escolhendo o melhor seguimento e desenvolvendo uma estratégia eficiente para se sobressair de seus concorrentes. E, para ajudar as empresas nesse processo. Segundo Yanaze (2007), as partes fundamentais da essência da estratégia de marketing são: segmentação de mercado, identificação do público-alvo e posicionamento de mercado.

1.2.A Satisfação, atracção, retenção e a construção de fidelidade do cliente

As empresas percebem que para que os seus serviços ou produtos permaneçam no mercado, é necessário compreender os seus clientes, para que seja fácil atrair, satisfazer, reter e torna-los fiéis. Segundo Casas (2008), fidelidade significa que os clientes continuam a comprar de uma empresa porque acreditam que ela tenha bons serviços ou produtos. Não a abandonam e, muito pelo contrário, estão geralmente dispostos a cooperar. Portanto fidelizar é tornar o seu serviço, produto e atendimento tão especial que quando um cliente ou consumidor precisar de você novamente, ele não pensará duas vezes e comprará de você outra vez.

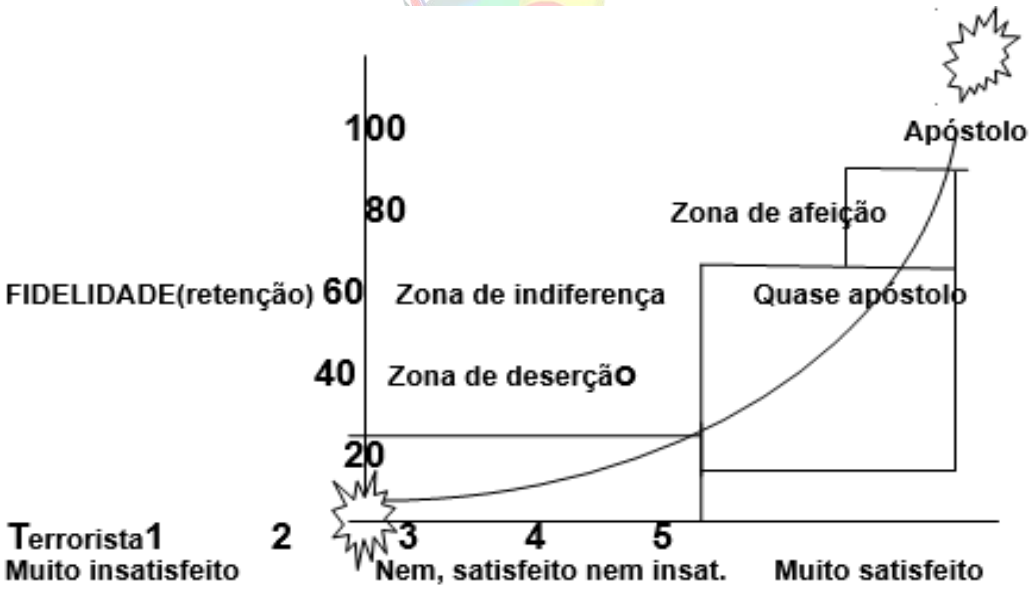
A construção da fidelização dos clientes pode representar para uma empresa uma fonte constante de renda durante muitos anos, porém, essa vantagem não pode ser tomada como certa, pois a fidelidade dos clientes só continuará enquanto o mesmo achar que suas expectativas estão sendo amplamente atendidas. Segundo Negretto (2007), a fidelidade e o resultado da atenção dada àquilo que é necessário, para manter um cliente, seguida pela execução constante desse requisito. Assim o aumento da fidelidade dos

clientes leva ao maior lucro, maior manutenção dos clientes e uma base financeira mais estável.

Para Lovelock e Wirtz (2006), o fundamento da verdadeira fidelidade está na satisfação do cliente. Clientes muito satisfeitos ou até mesmo encantados têm mais probabilidade de se tornarem defensores leais de uma empresa, consolidar suas compras com um só fornecedor e fazer boca-a-boca positivo. Ao contrário, a insatisfação afasta clientes e é um factor fundamental de mudança de comportamento. Conforme Magalhães (2006), a satisfação consiste na aderência do desempenho dos atributos relevantes, percebidos pelo consumidor em relação à sua própria expectativa e na compensação adequada das frustrações ocorridas no processo de compra/consumo.

Para Kotler e Keller (2013), satisfação é a sensação de prazer ou desapontamento de uma pessoa que resulta da comparação entre o desempenho percebido do produto e as suas expectativas. É importante avaliar o nível de satisfação do cliente, pois permite comparar intenções com realizações, como forma de aprendizagem para empresa e cliente.

Figura 1. A relação satisfação /fidelidade do cliente



Fonte: Adaptado por Thomas O. Jones e W.EarlSasser 1995, citado por Lovelock e Wirtz 2006, p.308

Conforme Lovelock e Wirtz (2006), a zona de deserção encontra-se nos níveis baixos de satisfação, os clientes trocarão de fornecedor sem pensar duas vezes. Clientes extremamente insatisfeitos podem se transformar em verdadeiros "terroristas" e fazerem publicidade boca-a-boca negativa para o provedor dos serviços. A zona de indiferença

está nos níveis intermediários de satisfação. Nesse ponto, os clientes estão dispostos a trocar de fornecedor se encontrarem uma alternativa melhor. A zona de afeição, os níveis de satisfação são muito altos, a fidelidade de atitudes pode ser tão grande que eles não procurarão serviços alternativos. Clientes que elogiam a empresa em público e a indicam a outros são descritos como "apóstolos".

Uma empresa não se pode ver apenas como vendedoras dos seus produtos ou serviços, assim, como entidade capaz de atrair clientes lucrativos e mantém-lhos para toda vida. Segundo Kotler (2008), fazer de um novo cliente a um cliente mais forte e mais fiel envolve fazer passar esses clientes por diversos patamares. E aqui iremos citar só dois que são:

Cliente novo – este, antes de fazer a sua compra, tem uma expectativa baseada na opinião de outras pessoas, naquilo que o vendedor prometeu e na experiência com a compra de artigos semelhantes. A probabilidade de o novo cliente voltar está fortemente dependente do nível de satisfação com a primeira compra. Será um cliente perdido se ficar muito insatisfeito ou indiferente e se voltar a comprar é porque ficou satisfeito ou muito satisfeito. Mas atenção um cliente satisfeito muda facilmente logo que outro fornecedor lhe ofereça iguais ou superior de satisfação e cliente muito satisfeito esta menos inclinado a escolher outro fornecedor, mesmo um capaz de lhe proporcionar o mesmo nível elevado de satisfação

Cliente que repete – as empresas já descobriram que quanto mais durável for a relação com o cliente mais lucrativo este e se torna os clientes que se mantêm fieis a uma empresa durante muito tempo porque estão profundamente satisfeito, estabelece uma boa relação com o vendedor. O custo de servir um cliente fiel decresce com o tempo, pois as transações se tornam rotineiras e existe confiança mútua. É normal que estes clientes tenham o direito a tratamento especial, podendo enviar-lhes pequenas prendas, convites para eventos especiais etc.

Um cliente satisfeito além de ser fiel, contribui para a campanha de divulgação da empresa, a campanha “boca-a-boca”, onde ele indicaria o fornecedor a outros clientes devido à sua satisfação pela aquisição do produto ou serviço. Pôr os interesses dos clientes à frente dos interesses pessoais, as coisas geralmente funcionarão bem para empresa. A retenção de clientes é muito importante para o resultado da empresa, pois de nada adiantaria a captação de clientes sem a retenção deles. Isso significaria apenas um giro de clientes em relação a sua quantidade.

2.Relacionamento com o Cliente

As empresas devem realizar ações com o objetivo de manter o cliente próximo. E diante da concorrência, que oferece os mesmos produtos a preços equivalentes, é necessário se destacar na memória das pessoas. Além disso, um cliente fiel também realiza o famoso “boca-a-boca”, criando uma boa reputação da sua empresa e alavancando seu negócio.

Segundo Kotler e Keller (2013), o Marketing de relacionamento tem como objetivo construir relacionamentos de longo prazo mutuamente satisfatórios com seus componentes-chave, a fim de conquistar ou manter negócios com eles. Uns dos componentes-chave no marketing de relacionamento são os clientes.

Os clientes precisam de um atendimento e acompanhamento mais personalizado e próximo, para que essa relação seja douradora e sempre vantajosa. O marketing de relacionamento pode ajudar o negócio a ter uma base de clientes satisfeitos e, consequentemente, atrair novas vendas. Os consumidores atuais possuem ferramentas para buscar e comparar melhores alternativas.

Conforme Kotler e Keller (2013), gestão de relacionamento com cliente, trata do gerenciamento cuidadoso de informações detalhadas sobre cada cliente e de todos os pontos de contato com ele, a fim de maximizar sua fidelidade. A gestão de relacionamento é importante porque um dos grandes impulsionadores da operatividade de uma empresa é o valor agregado de sua base de clientes.

Perante a evidência de que a atração constante de novos clientes em mercados competitivos e saturados era uma perspectiva limitada, o desenvolvimento de relações, apesar da sua difícil implementação, passa a ser atrativo para as organizações e considerada uma fonte de vantagem competitiva. A gestão das relações passou a ser vista como uma forma de aumentar a eficácia e a eficiência, reduzindo custos promocionais, facilitando a identificação dos clientes com maior valor para a empresa, estimulando a lealdade, reduzindo a sensibilidade ao fator preço, criando a oportunidade para a venda cruzada e enriquecendo com a recolha de dados.

Segundo Andrés, Caetano e Rasquilha (2005), quando o foco se faz no cliente, cada cliente é único. Desta forma toda comunicação é individual e bidireccional. Aprende se com cada cliente, através da informação que este nos dá no diálogo. Na realidade, o diálogo é incentivado, para que a empresa possa conhecer as necessidades particulares de cada um dos seus clientes, com objetivo de desenvolver serviços e produtos personalizados. A empresa que adopta esta estratégia, o sucesso é medida não

simplesmente pela venda dos produtos ou serviços, mas sim pela retenção e pelo desenvolvimento dos melhores clientes.

Assim, não é porque uma empresa se declara ter estabelecido um relacionamento com um cliente está a praticar o marketing de relacionamento e acreditam que seus esforços estão orientados para o mesmo, mas não asseguram que os clientes veem as coisas do mesmo modo.

Segundo Grönroos (2007,) um modo de definir quando se desenvolveu um relacionamento é aferir quantas vezes determinadas clientes fez compras na mesma empresa. Caso tenham ocorrido várias compras contínuas ou exista um contrato em vigência por determinado período de tempo, pode se dizer que foi desenvolvido um relacionamento com este cliente.

2.Metodologia

O paradigma optado para esta pesquisa é o paradigma qualitativo/interpretativo e olhando na perspectiva da pesquisa, trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, pelo facto de se pretender explorar o comportamento, a perspectiva e a experiência da população em estudo. Portanto, este estudo não pretende “medir” a realidade estudada, mas “compreender”, a partir dos atores em contexto, os significados produzidos em torno da atividade desenvolvida por estes.

O instrumento de investigação utilizado foi a entrevista semiestruturada, caracterizada, segundo Flick (2005), por incorporação de perguntas mais ou menos abertas, no guião. Foram entrevistados 7 participantes, que incluí a proprietária da empresa de decoração de eventos, 3 clientes que pela primeira vez aderem aos serviços da empresa e 3 clientes que já aderiram os serviços. Esta diferenciação de cliente permite perceber como é que tiveram conhecimento e porque escolheram os serviços da empresa, e os clientes que já aderiram os porquês da permanecia ou repetição dos serviços da empresa. Estes participantes foram importantes para a recolha dos dados e o alcance dos objetivos da pesquisa.

Os participantes foram contatados previamente, para combinar a data, a hora e o local da entrevista, e explicados os motivos e os objetivos da entrevista mostrando a importância da sua participação nas respostas. As entrevistas foram individuais, gravada, a entrevistadora apresentou se devidamente e logo no primeiro contato deixou bem claro que a entrevista terá um carácter confidencial e as informações prestadas permanecerão no anonimato.

Uma vez recolhidas as entrevistas, estas foram transcritas para sua posterior análise e interpretação dos dados. Os dados foram agrupados por categorias, que segundo Strauss e Corbin (2008), são conceitos, derivados dos dados, que representam os fenómenos. Para Bardin (1997), as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, esse agrupamento foi efetuado em razão das características comuns destes elementos.

A sua análise foi possível a partir da técnica de análise de conteúdo que segundo a percepção de Bardin (1997) que é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (p. 44).

2.1.Resultados e discussão

A partir do conteúdo das entrevistas, isto é, das respostas dos clientes procurou-se cruzar com as informações fornecidas pela proprietária da empresa. No quadro 1, apresentamos o resumo dos objetivos e as categorias.

Quadro 1: Resumo de categorias e subcategorias temáticas

OBJECTIVOS	CATEGORIA	SUBCATEGORIA
1.Identificaras estratégias de atracção e retenção aplicadas pela empresa.	1.1.Estratégia de atracção e retenção da empresa.	1.1.1 Ferramentas para retenção de clientes. 1.1.2 Prospecção de novos clientes.
2.Analisar o que os clientes procuramcontratam esses serviços.	2.1.Interesse na contratação dos serviços da empresa.	2.1.1 Conhecimento dos serviços prestados. 2.1.2 Tipos de serviços solicitados. 2.1.3 Critérios escolhidos param selecção dos serviços.
3. Comparar as estratégias de atracção e retenção aplicada pela empresa com os atributos percebidos pelos clientes.	3.1.Percepção dos clientes.	3.1.1 Atendimento ao cliente. 3.1.2 Preocupação com os Interesses do cliente. 3.1.3 Voto de Confiança

2.2.Estratégia de atração e retenção de clientes

Esta categoria, possui duas subcategorias: as ferramentas para retenção e a prospecção de novos clientes. Em relação às ferramentas usadas para a retenção dos clientes a empresa procura inovar nos seus serviços comprando materiais modernos de decoração. Dão uma abertura para os clientes colocarem as suas ideias para melhor satisfazê-los:

> A empresa como forma de retenção dos clientes procura satisfazê-los cada vez mais, superando as expectativas destes, no processo de negociação procuramos ter uma boa relação, criamos espaço para que este contribua nas ideias para criar a festa. Procuramos manter uma relação de confiança contínua, em que o cliente se sinta prestigiado e valorizado (GX).
> Para além de ter bons preços, é uma empresa organizada, se tu pedes uma coisa ela faz, é atenciosa, simplicidade, humildade dela e do marido (CXA1).
> Se continuar assim com esses preços, vai ganhar muitos clientes, penso que já tem muitos clientes (CXA2).
> Eu acho muito bom e bonito, a primeira coisa que fez com que seja a opção, é que eles honram com os compromissos, quer para hora x, umas horas antes o trabalho já este lá feito (CXN5).
> Os serviços oferecidos foram péssimos, muita falta de credibilidade, seriedade por parte da própria dona. O que eles prometem nunca cumprem. A empresa de forma geral, ainda não esta preparada para oferecer os tais serviços que eles argumentam dizer que sabem fazer (CXN3).

Pode se perceber que os clientes antigos e novos têm uma boa impressão, para além dos serviços que dizem terem gostado, para eles a empresa possui bons preços. Porém tem uma cliente nova que não gostou da prestação dos serviços da empresa.

Em relação à Prospecção de novos clientes, durante a entrevista foi possível, percebe que a empresa X procura investir mais na retenção dos clientes, através das redes sociais.

> Em princípio procuramos reter os nossos clientes, porque através destes conseguimos adquirir mais clientes. Para prospectar novos clientes é através como facebook, instagram postando fotos dos seus serviços de decoração (GX).
> Tive conhecimento através de alguns *posts* no facebook, com algumas pessoas, muitas fotos no instagram das decorações que ela faz (CXN5).

2.3.Interesse na contratação dos serviços da empresa

Esta categoria tem três subcategorias: conhecimento dos serviços prestado; o tipo de serviço solicitado e critérios escolhidos para seleção do serviço.

Em relação ao conhecimento dos serviços prestados, a maioria dos clientes antigos e novos afirmaram que tiveram conhecimento dos serviços prestados através de um familiar, um amigo, colega. Poucos entrevistados afirmaram que tiveram conhecimento através das redes sociais.

> Alguém me passou o contacto dela, porque na altura, tinham-me dito que ela tinha melhores preços.(CXA1).
> Eu já ouvia que ela decorava, comecei a ver as fotos, porque ela postava no *facebook*, quando eu usava muito o *facebook*, comecei a ver as decorações dela e achei bonito, e a minha tia também ouviu falar dela e me perguntou se ela fazia realmente (CXA2).
> Eu tive conhecimento, porque que ela fez a decoração da festa minha colega, eu estava la e aprecie os serviços dela minha colega falou me dos serviços (CXN4).

Apesar de a empresa utilizar as redes sociais para adquirir novos clientes, vê-se que as maiorias dos seus clientes não solicitaram os seus serviços ao acaso, tiveram sugestão de um amigo ou familiares que sugeriram o trabalho/serviços de decoração de festa a empresa Festinha Feliz. Em relação ao tipo de serviços solicitados, quando se procurou saber o tipo de serviço solicitado foi possível notar variedades de opções nos entrevistados.

> O primeiro evento que solicitei, era chamado, Noite das Divas, no dia das mulheres moçambicanas, era uma gala. E depois foi a decoração da festa do meu marido, fez muitas vezes as decorações. decoração de chá de bebé do meu filho (CXA1).
> Festa de aniversário do meu marido, do meu sobrinho e decorou minha loja (CXA2).
> Cerimónia do meu noivado (CXN3).

Relativamente aos critérios escolhidos para selecção dos serviços, nas entrevistas colhidas nota-se que as clientes alegam várias razões para escolha dos serviços da empresa Festinha Feliz, como a beleza dos trabalhos, sugestão de um familiar, oferecimento completo dos serviços decoração e *catering*, mas algumas referenciavam os preços que são acessíveis comparando com as outras empresas.

> Eu como cliente, sabendo que existe outras e várias empresas de decoração, primeiro eu opto pelo trabalho que sai bonito e perfeito, pelo preço que em relação as outras consegue ser um pouco mais acessível e pelo atendimento dela. Então eu como cliente sempre procuro essas três coisas: atendimento, preço e ·trabalho (CXA2).

> Na verdade, só aceitei que a decoração fosse feita pela Festinha Feliz, porque minha irmã foi quem me sugeriu, e eu tenho muito apresso ela minha irmã, caso contrário não solicitaria os serviços, porque nunca tinha ouvido falar antes dessa empresa Festinha Feliz (CXN3).
> Na verdade eu estava a usar a referência de outras pessoas. Na verdade, eu conheço muitas, e eu tenho uma amiga que faz *catering*, mas eu optei a Márcia porque me oferece muitos serviços, ela me oferecia, por exemplo eu quando liguei para a minha amiga ela disse que só faz decoração, os restos dos serviços deveriam contratar outras pessoas, seriam muitas pessoas envolvidas. Então a Marcia, me oferecia o catering, decoração, pula pula, máquina de pipoca, tipo a Márcia me relaxava (CXN4).
>
> Eu fiz muitas pesquisas com pessoas, porque na verdade na internet esta tudo muito bonito e na verdade não é nada daquilo que esperamos. Então foi perguntando algumas pessoas que já haviam feito trabalhos com ela. Até que encontrei alguém que já tinha feito trabalho com ela e falou me dos preços que não achei muito caro (CXN5).

2.4.Percepção dos clientes

A terceira categoria, possui três subcategorias: atendimento aos clientes; preocupação dos interesses dos clientes; voto de confiança. Em relação ao atendimento aos clientes, a maioria dos clientes tanto antigos como novos, responderam que a empresa tinha um bom atendimento, porém também reclamaram em relação de não cumprimento de horário, isto é a empresa não aparece nos horários combinados com os clientes para prestar os serviços contratados, e uma cliente nova diz que não tem bom atendimento.

> Eles estão muitos bem organizados e muito bem orientados. Única coisa que tenho a reclamar é que ela atrasa se, talvez deve ser por viver longe, não sei, mas os dois eventos que eu organizei, ela atrasou-se, mas depois correu bem. E também indiquei para um aniversário de uma amiga, e ela não esteve 100% e as coisas não ficaram bem organizadas, ela deixou ficar os funcionários, havia alguns panos sujos, as mesas estavam sujas, não teve a mão dela. Ela só chegou, deixou os materiais, não satisfez muito e a senhora também não ficou muito feliz, tanto que não quer voltar a trabalhar com ela (CXA1).
>
> É simpática, como já havia dito, eu conheço ela, não tenho razões de queixa, é eficiente sempre com um sorriso (CXA2).
> Péssimo atendimento a dona da empresa com um ar bastante arrogante, que na hora de fazer o trabalho após ter sido pago o valor total, ela simplesmente não se fez presente ao local, não atendeu as chamadas enviando os trabalhadores que nem sequer fazem parte da empresa, apenas ela os leva por *part time*, e do próprio trabalho nada entendem (CXN3).
>
> Num resumo os serviços são bom, só no momento depende, o que estava para falhar foi a hora que eu havia marcado para o início da festa, foi o único constrangimento que eu tive, porque eu estava a ficar um pouco

> aborrecida em relação a demora, porque exemplo imagina, eu pedi para as 11horas, e teve um pequeno constrangimento, mas acho que acontece. Mas do resto estava tudo muito bom, eu estava um pouco melhor daquilo que era minha expectativa (CXN4).

Pode-se notar que a empresa se preocupa em atender bem os seus clientes, alguns autores falam da importância do bom atendimento para a fidelização dos mesmo, segundo Negretto (2007), vários são os autores que têm enriquecido com contribuições para o conceito de marketing de relacionamento, porem todos os conceitos convergem para o atendimento cada vez melhor das necessidades dos clientes, buscando assim um relacionamento duradouro de longo prazo que conduza a fidelização e ao aumento da lucratividade.

No que diz respeito à preocupação com os interesses dos clientes, a maioria dos entrevistados respondeu que a empresa se preocupa com os interesses dos clientes no processo do trabalho e dão uma atenção especial. Poucos responderam que a empresa não se preocupa com os interesses dos clientes.

> Sim, procuramos ter uma relação aberta com os nossos clientes, aceitando sugestões e ideias quando estamos no processo do trabalho, criticas após a realização do trabalho (GX).
>
> Eu acredito que a empresa Festinha Feliz se preocupa com os clientes, porque eu percebi que a tendência é de inovar procurar novos desafios, novos temas. Porque eu vi quando ela decorou esse tema do meu marido, eu não tinha em mente, então ela disse que vou fazer uma coisa bonita, mandou imprimir papeis, fez e implementou (CXA2).
>
> Infelizmente não senti nenhuma preocupação por parte da empresa. O que empresa mais se preocupou em fazer, foi de não fazer nada (CXN3).
>
> Epah, ao meu ver, sim, para começar e um casal dinâmico, trabalhador, então os eventos que ela fez para mim, ela esteve sempre preocupada, deu um pouquinho mais "tchan" , deu sempre especial atenção, já tive alguns descontos como e obvio. Eu recomendaria sempre o trabalho dela (CXA1).

Relativamente ao voto de confiança a empresa Festinha Feliz, a maioria dos entrevistados respondeu que a empresa é de confiança, apesar de terem alguns constrangimentos. Os entrevistados até recomendariam as outras pessoas os serviços da empresa. E uma entrevistada não confia na empresa Festinha Feliz.

> Ela é de confiança. Eu tinha falado com ela, sobre a festa do meu filho que vai fazer um ano agora, …..mas referi optar por uma outra pessoa. Prontos

> e único evento que não fui comela ate ao fim, fomos falando assim por alto (CXA1).
> Merece sim, apesar de ter o constrangimento e mesmo naquela altura eu notei que eles foram pacientes, porque em algum momento me excede, e todos estavam la para me tranquilizar (CXN4).
>
> É de confiança, não tem razões de queixa tanto que quero-lhe contratar para a decoração do meu casamento (CXN5).
>
> Merece a minha confiança, porque gosto dela, tirando a Márcia, gosto dos trabalhos dela e sempre sai muito bonito e das outras festas que eu vi, o trabalho estava bonito bem feito (CXA2).
>
> Não merece a minha confiança e muito menos que eu referencie ela a alguém. Por razões óbvias, se comigo a experiência foi péssima, não gostaria que ninguém mais passasse por isso (CXN3).

Conclusões e sugestões

Da pesquisa feita, conclui-se que a estratégias de atração e retenção dos clientes é importante para manter e obtenção de novos clientes, uma vez que:

As estratégias de atração e retenção de clientes aplicadas pela empresa consistem no cuidado em atender com simpatia os seus clientes, superando as expectativas. E os trabalhos realizados são divulgados nas redes sociais, como *facebook* e *Instagram*, e acreditam mais na publicidade "boca-a-boca" para arrecadar novos clientes.

As razões da escolha dos serviços de decoração da empresa Festinha Feliz são basicamente por apresentar trabalho ou serviços bonitos e com os preços acessíveis para as festas de aniversários em geral e cerimónia de noivado.

Os entrevistados percebem que a empresa se preocupa em atender bem os seus clientes, em que antes de realizar os serviços há um certo contato entre a empresa e os clientes, para se perceber de facto como é que os clientes idealizam, desejam ou imaginam.

Constatou-se que de um modo geral, os clientes da empresa Festinha Feliz consideram a empresa de confiança, pois gostam da prestação dos serviços que é bem feito. Mas alegaram que a empresa tem certos problemas em relação o cumprimento dos horários, isto e há sempre um atraso na entrega dos serviços.

Pode se entender assim, que a empresa Festinha Feliz não tem muita preocupação em atrair novos clientes, para além de postar fotos nas redes sócias, confia na publicidade "boca a boca" dos clientes para prospectar os novos clientes. Diante destas conclusões, sugere-se que:

É preciso melhorar as estratégias de retenção e atração de clientes, pois constatou se que a empresa, limita se apenas em colocar as fotos nas redes sociais e espera que os seus clientes falem para os outros. O que de mesmo modo falam de aspectos positivos, também podem falar negativamente da empresa e perder se algum controle.

Deve ter consistência em relação a prestação de serviço, isto é, todos os clientes devem ser tratados de igual modo, para que não haja os menos ou mais satisfeitos. A empresa deve se em preocupar ou dar atenção no comprimento dos horários, pois não fica bem a festa ou o programa iniciar enquanto estão a decorar os espaços, isto é, a trabalharem, evitando assim o aborrecimento dos clientes.

Referências

Andrés, A.; Caetano, J. & Rasquilha, L. (2005). *Gestão de experience marketing*. Lisboa: Quimera.

Bardinl, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Brachado, A.O., Caetano, J., Cobra, J., Fonseca, J.M., Portugal, M.N., Varela, Miguel. Miranda, S. (2013). *Marketing e comunicação, desafios da globalização.* Lisboa: Escolar Editora.

Canastra, F.; Haanstra, F. & Vilanculos, M. (2015). *Manual de investigação científica da Universidade Católica de Moçambique* 2.ed. Beira: Instituto Integrado de Apoio a Investigação Cientifica.

Carvalho, J. C. & Filipe, J. C. (2014). *Manual de estratégia, conceitos, práticas e roteiro*.

Casas, A. L. (2008). *Administração de marketing, conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira.* São Paulo: Atlas.

Chiavenato, I. & Sapiro, A. (2016). *Planeamento estratégico, fundamentos e aplicações, da intenção aos resultados.* 3.ed. Rio de Janeiro: Campus. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Ferrell, O. C., Hartline, M. D., Júnior, G. H .L. & Luck, D. (2000). *Estratégia de marketing*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.* Porto Alegre: Penso.

Grönroos, C. (2007). *Marketing gerenciamento e serviços.* 3.ed. Rio de Janeiro: Campus.

Kotler, P. & Armstrong, G. (2007). *Princípios de Marketing*. 12.ed. São Paulo: Pearson.

Kotler, P. & Keller, K. L. (2013). *Marketing essencial, conceitos, estratégias e casos.* 5ª.ed. São Paulo: Pearson.

Kotler, P. (1998). *Administração de marketing, análise, planejamento e controle.* 5.ed. São Paulo: Editora Atlas.

Lovelock, C. & Wirtz, J. (2006). *Marketing de serviços, pessoas, tecnologia e resultados.* 5.ed. São Paulo: Pearson.

Magalhães, M. F. (2006). *Explicando marketing simplesmente.* Rio de Janeiro: Qualitymark.

Negretto, R. J. (2007). *Fidelização de clientes bancários:* marketing de relacionamento com base na estratégia de lealdade.

Santos, A. J. R. (2008). *Gestão estratégica, conceitos, modelos e instrumentos.* Lisboa: Escolar Editora.

Strauss, A. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa, técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2.ed. São Paulo: Artmed Editora S.A.

Vilelas, J. (2009). *Investigação, o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Sílabo.

Yanaze, M. H. (2007). *Gestão de marketing e comunicação, avanços e aplicações*. São Paulo: Editora Saraiva.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): CHILIMILE, Marchal Manufredo. Estudo de estratégias de atracção e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos (festinha feliz) *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p. 530-545, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Chilimile, Marchal Manufredo (out. 2024). Estudo de estratégias de atracção e retenção de clientes na empresa de decoração de eventos (festinha feliz). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 530-545.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.546-559 | 2024.

Igualdade, justiça e gestão sustentável dos recursos naturais no Estado de Direito Democrático

Jacques Kabeya Kazadi *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0008-4176-4169

RESUMO
A igualdade e a gestão sustentável de recursos naturais no contexto do estado democrático de direito constituem temas relevantes na era atual e obriga que haja sempre uma estreita interligação entre as duas expressões. Porém, a efetividade da abordagem de sustentabilidade põe em causa o Estado Democrático de direito tendo em visto os problemas que enfrenta para materialização de um Estado de justiça social e do ambiente ecologicamente equilibrado das coletividades em que Estado exerce as suas competências. Este cenário surge das transformações política, económica, social e cultural trazida pelo fenómeno da globalização e colocando em risco a soberania dos Estados africanos bem como o conceito de "desenvolvimento sustentável". Daí a questão: de que forma a igualdade e a justiça podem garantir a gestão sustentável de recursos naturais no Estado democrático de direito? Este estudo visa analisar a igualdade e gestão sustentável dos recursos naturais no estado democrático de direito. Para materializar este estudo, optou se pela abordagem qualitativa, e quanto aos procedimentos técnicos, o estudo é de caracter documental e bibliográfico. Conclui-se que a racionalização e a eficácia na implementação dos princípios democráticos constituem barreiras para o alcance da gestão sustentável dos recursos naturais; porém, a vontade soberana do povo através do reforço dos instrumentos jurídicos capazes de garantir uma justiça equipável e distributiva pela criação de novas instituições transparentes garante da proteção da pessoa humana e do ambiente ecologicamente equilibrado pode ser adaptada como mecanismo de desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE
Igualdade, Sustentabilidade, Recursos naturais, Estado de Direito

Equality, justice and sustainable management of natural resources in the democratic rule of law

ABSTRACT
Equality and sustainable management of natural ressources in the contexte of the democratic rule of law are relevant issues in the current era and require that there is Always a close interconnection between the two expressions. However, the effectiveness of the sustainability approach calls into question the democratic rule of law, given the problems it faces to materialize a state of social justice, well being and the ecologically balanced environment of collectivities in which the state exercises its power. This scenario arises from the political, economic, social and cultural transformations brought about by the phenomenon of globalization and putting at risk the sovereignty of African States as well as the concept of "sustainable development". Hence the question: how can equality and justice guarantee the sustainable management of natural resources in the democratic rule of law? This study aims to analyze the equality and sustainable management of natural resources in the democratic state of law. To materialize this study, a qualitative approach was chosen, and as for the technical procedures, the study is of a documentar and bibliographic nature. It is concluded that rationalizatio and efficiency in the implementation of democratic principles constitute barriers to achieving sustainable management of natural

* Licenciado em Direito, especialidade em Direito Público, pela Faculdade de Direito na Universidade de Lubumbashi; Mestre em Gestão do Desenvolvimento pela Faculdade de Gestão de Recursos Naturais da Universidade Católica de Moçambique-Tete, Doutorado em Direito pela Universidade Católica de Moçambique-Nampula, Coordenador do Departamento de Direito da Faculdade de Gestão de Recursos Naturais e Minerologia da Universidade Católica de Moçambique -Tete. E-mail: jkazadi@ucm.ac.mz

resources; however, the sovereign will of the people through the strengthening of legal instruments capable of guaranteeing equitable and distributive justice through the creation of new transparente institutions that guarantee the protection of the human person and the ecologically balanced environment can be adapted as a mechanism for sustainable development.

KEYWORDS
Equality, Sustainability, Natural Resources, and Rule of law

Usawa, haki na Usimamizi endelevu wa maliasili katika utawala wa sharia wa kidemokrasia

MUKHTASARI
Usawa na usimamizi endelevu wa maliasili katika muktadha wa utawala wa sharia wa kidemokrasia hujumuisha mada zinazofaa katika enzi ya sasa na zinahitaji kwamba kila mara kuwe na muunganisho wa karibu kati ya maneno haja mawili. Hata hivyo, ufanisi wa mbinu endelevu unatilia shaka utawata wa kidemokrasia wa Sheria kutokana na matatizo yanayoikabili katika kuleta hali ya haki ya kijamii, ustawi na mazingira yenye usawaziko wa ikolojia ya jumuiya ambamo Serikali inatumia mamlaka yake. Hali hii inatokana na mabadiliko ya kisiasa, kiuchumi, kijamii na kiutamaduni yanayoletwa na hali ya utandawazi na kuweka hatarini uhuru wa Mataifa ya Africa pamoja na dhana ya maendeleo endelevu".Hivyo basi swali: ni jinsi gani usawa na haki vinaweza kudhamini usimamizi endelevu wa maliasili katika utawala wa sharia wa kidemokrasia? Utafiti huu unalenga kuchanganua usawa na usimamizi endelevu wa maliasili katika utawala wa sharia wa kidemokrasia. Ili kufanikisha utafiti huu. Mbinu ya ubora ilichaguliwa, na kuhusu taratibu kiufundi, utafiti ni wa hali halisi na wa bíblia. Inahitimishwa kuwa urazini na ufanisi katika utelezaii wa kanuni za kidemokrasia ni vikwazo vya kufikia usimamizi endelevu wa maliasili: hata hivya utashi wa uhuru wa watu kupitia uimarishwaji wa vyombo vya kisheria vyenye uwezo wa kudhamini haki iliyo sawa na mgawanyiko kwa kuundwa kwa taasisi mpya za uwazi zinazohakikisha ulinzi wa binadamu na mazingira yenye uwiano wa ikolojia inaweza kubadilishwa kuwa utaratibu wa maendeleo endelevu.

MANENO MUHIMU
Usawa, Uendelevu, Maliasili, na Utawala wa Sheria.

Introdução

A valorização do ser humano individualmente como tal assenta no pensamento de Cristo quando afirma que: "dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Esta reflexão confirma a noção de justiça ou igualdade e dos limites das relações entre o Estado e Igreja e logo manifesta o princípio de separação dos poderes num Estado democrático. A natureza transformou se como a fundamental de exploração dos recursos naturais para satisfazer as necessidades dos homens orientadas pelo capitalismo causando danos e destruições do planeta (Berwanger, 2015).

A democracia requer o princípio da liberdade e o da igualdade que são comprometidos pelo processo da globalização obrigando os Estados a abrir as suas fronteiras para melhorar cada vez mais a qualidade de vida da população. Neste processo, a implementação do princípio da igualdade e a justiça enfrenta problemas resultante do mundo capitalista onde a exploração do homem pelo homem é uma

realidade colocando em causa os valores morais, sociais e éticos incluído as gerações futuras.

Rawls procura a correção das imperfeições sociais no seio do capitalismo, antes através de concepção moral e após por meio de uma ideia política de justiça capaz de especificar os conceitos equitativos de cooperação social, entre cidadãos livres e iguais e membros plenamente colaborativos de uma comunidade democrática bem-sucedida.

Apesar da colaboração dos membros e os cidadãos livres e iguais, verifica se que os Estados democráticos estão longe de alcançar a justiça de modo a garantir a gestão sustentável dos seus recursos naturais no mundo cada vez capitalista e globalizado. Face as ideias acima mencionadas, surge a seguinte questão: de que forma a igualdade e a justiça podem garantir a gestão sustentável de recursos naturais no Estado democrático de direito? Para dar resposta a esta questão, o estudo tem por objetivo geral: analisar a igualdade, justiça e gestão sustentável de recursos naturais no Estado Democrático de Direito. E como objetivos específicos: (i) descrever a igualdade como um princípio fundamental constitucionalmente consagrado no estado de direito; (ii) aferir a sustentabilidade de recursos naturais no Estado democrático de direito; (iii) compreender a relação entre o princípio de igualdade, justiça e a gestão sustentável de recursos naturais no estado democrático de direito.

O tema escolhido é relevante, pois pretende examinar os pressupostos e aspectos valorativos do homem, face as desigualdades sociais existentes na distribuição dos recursos naturais que o Estado dispõe. No âmbito acadêmico, a pesquisa pretende aperfeiçoar o princípio de igualdade como um aspecto relevante na gestão sustentável de recursos naturais. a limitação na elaboração deste estudo está relacionada com falta de doutrina e sobretudo da jurisprudência sobre a matéria em análise. O presente artigo está organizado em cinco secções: para além da introdução, a segunda secção destina se a fundamentação teórica; a terceira secção descreve os aspectos metodológicos; a quarta apresenta os resultados e a sua discussão e por fim são apresentadas as conclusões.

1. Fundamentação Teórica

1.1. Igualdade

Falar da igualdade nos leva a refletir sobre o pensamento de alguns autores de antiguidade clássica, nomeadamente Platão que, na sua abordagem acerca da igualdade do homem na sociedade, alega que naturalmente há uns que mandam e outros obedecem a uma ordem dada; trata se de uma relação que nasce entre o governante e os

governados. Esta ideia reforça a noção de desigualdade natural existe entre os seres humanos nas suas relações quotidianas.

No pensamento cristão, a igualdade parte da criação do homem quando as escrituras bíblicas determinam que: “o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus”, isso explica para os cristãos que todas as pessoas são iguais na sua origem. Para, Bittar (2010), essa igualdade não foi concebida na prática, pois o cristianismo admitiu durante séculos a escravidão, a desigualdade entre os povos e entre os próprios homens e mulheres em quanto género.

Para Rousseau (2009), ao contrário de destruir a igualdade natural, o pacto fundamental substitui, por uma igualdade moral e legitima o que a natureza pode ter criado de desigualdade física; podendo ser desiguais em forca ou em género, eles se tornam todos iguais por convenção e por direito.

O mesmo autor salienta que a ideia da igualdade está intimamente ligada a liberdade do homem através de uma sociedade sem escravidão. Os homens livres, portanto, teriam entre eles os mesmos interesses, eliminando assim, a desigualdade de facto. Com a revolução industrial surge uma nova concepção da igualdade face a desigualdade material, económica e social entre os homens na sociedade. Assim sendo, Karl Marx para enfrentar esses problemas sociais, defendeu a sua teoria sobre a efetivação da igualdade através da erradicação da desigualdade.

1.2. Justiça

A justiça nega que a perda da liberdade de alguém se justifique por um bem maior partilhado por outros. Não permite que os sacrifícios impostos a uns poucos tenham menos valor que o total maior das vantagens desfrutadas por muitos. Para Rawls (2000) uma sociedade justa é aquela onde as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis, os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos a negociação ou ao cálculo de interesses sociais.

Uma sociedade é bem ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando e também efetivamente regulada por uma concepção pública de justiça. Isto quer dizer que uma sociedade em que: (i) todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, (ii) as instituições sociais básicas geralmente satisfazem e geralmente se sabe que satisfazem esses princípios.

Neste contexto, membros da sociedade, apesar de reclamações excessivas conjuntas, admitem uma ideia comum através da qual suas reclamações podem ser julgadas. A democracia é um regime político em que o poder emana do povo e é exercido em seu nome, ou o poder do povo pelo o povo. Deste modo, a democracia assente sobre os princípios da liberdade e da igualdade.

Galvão e Sousa (2000) consideram a democracia como "o regime político que coloca o poder político do Estado ao serviço dos cidadãos, em homenagem a primazia da essência e da dignidade da pessoa humana" (p.38). Por sua vez, Miranda (2007) sustenta que é "a forma de governo em que o poder é atribuído ao povo, à totalidade dos cidadãos e em que é exercido de harmonia com a vontade expressa pelo povo, nos termos constitucionalmente prescritos" (p. 59).

Considera-se democracia a "forma de governo em que os governados são considerados titulares do poder político e o exercem diretamente ou mediante representantes temporários periodicamente eleitos" (Caetano, 2009, p. 87). A democracia é o substrato que permite o exercício da liberdade religiosa e também dos demais direitos fundamentais da pessoa humana (Soriano, 2009). Sousa (1983), por sua vez, admite que a democracia e a forma política em que o poder é atribuído ao povo e é exercido pelo povo em harmonia com a vontade expressa pelo conjunto de cidadãos titulares de direitos políticos.

Assim, a democracia é uma forma de governação em que o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo). Em Moçambique a constituição prevê claramente este preceito quando estabelece que: "a soberania reside no povo"[1]. Nesta ordem de ideia, no regime democrático, o povo tem a liberdade de escolha dos seus representantes nos termos da lei. O conceito doutrinário de Estado de Direito compreendia a limitação jurídica do poder segundo um conjunto de regras que se impunham externamente ao próprio Estado" (Gouveia Bacelar, 2011, p. 2011). O Estado de Direito, na sua expressão liberal tem como natureza o respeito pelos direitos fundamentais e a divisão de poderes.

Os direitos humanos tem sido considerando como essenciais na manifestação material do princípio do Estado de direito, onde se coloca a pessoa humana como o fim supremo do Estado. Na verdade, os direitos humanos constituem o elemento pelo qual o Estado de direito liberal recupera aquilo que até então pretende ser o fim último da dignidade humana. Novais (1987) sustenta que: "enquanto princípio básico de distribuição

[1] Nº 1 do Artigo 2 da CRM

em que se apoia o Estado de direito Liberal (...) os Direitos fundamentais não devem, em vigor, ser considerados como um entre vários dos seus elementos, mas como o verdadeiro fim da limitação jurídica do Estado".

Esta superioridade dos direitos fundamentais justifica a existência de um Estado de Direito ao garantir o seu fim último. Resulta que a ideia de reconhecimento e de proteção de direitos humanos surge com o primeiro esforço foi da revisão da CRM de 1990. Assim, os seus princípios constitucionais foram reajustados e reforçados com a introdução das alterações aprovadas em 2004, nomeadamente: direito a vida, princípio de igualdade e da universalidade, a liberdade de expressão, a liberdade de consciência, de religião e de culto, etc. Neste contexto, o estado de direito democrático pressupõe um Estado sujeito ao princípio da legalidade e em que o povo exerce o poder pelo facto de ser titular da soberania. Assim sendo, Moçambique é um Estado de direito democrático com todos aspectos citados como prevê os artigos 2 n[2] 1, 2 e 3 e o artigo 3[3] da CRM.

2. Procedimentos Metodológicos

Para a concretização dos objetivos deste estudo, optou por uma abordagem qualitativa, que segundo Vilelas (2009) realiza se a partir do fundamento de que existe um vínculo dinâmico e indissociável entre o mundo objetivo e a subjectividade do sujeito, onde o foco da presente pesquisa visa a descrever de forma mais evidente a questão levantada. Esta abordagem parte da concepção de que há um princípio constitucional referente a igualdade reconhecido a todos cidadãos mas, entretanto, há necessidade de implementar a justiça aquando da gestão sustentável de recursos naturais.

Quanto ao tipo de estudo, a pesquisa destinou se ao método de natureza hermenêutica, pois com as disposições constitucionais foi possível fazer um estudo interpretativo de modo a discutir sobre a gestão sustentável de recursos naturais, igualdade e justiça social e distributiva no Estado democrático de direito. Quanto aos instrumentos ou técnicas de recolha de dados, o estudo recorreu a uma análise documental e bibliográfica, na medida em que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registo disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc (Severino, 2012).

[2] Nos termos do nº 1 do art. 2. a soberania reside no povo; e no seu nº2. O povo moçambicano exerce a soberania segundo as formas fixadas na Constituição; nº3. o Estado subordina se a Constituição e funda se na legalidade.

[3] Artigo 3 dispõe que: "A Republica de Moçambique é um Estado de Direito, baseando no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do Homem".

Neste estudo, a estratégia de apresentação e análise de dados apresentam-se nos aspectos ligados à apresentação de dados através dos instrumentos jurídicos que consistiram na verificação das relações existentes entre o princípio constitucional de modo a aprofundar o conhecimento sobre a gestão sustentável de recursos naturais.

3. Discussão dos Resultados

3.1. Igualdade como princípio constitucional

Os direitos humanos são os direitos do homem que tem por finalidade resguardar a solidariedade, a igualdade, fraternidade, a liberdade, a dignidade da pessoa humana. Esse propósito só é possível quando os indivíduos que compõem a sociedade têm as mesmas oportunidades, direitos e deveres vis a vis dos seus semelhantes. Por isso, a concretização deste ideal obriga que cada Estado consagra na sua Constituição o respeito a dignidade humana e a garantia do desenvolvimento da personalidade humana. Este desenvolvimento deve ser entendido no sentido de melhorar a qualidade de cada um dos membros da comunidade sem prejudicar as gerações futuras; eis a razão da sustentabilidade no âmbito de exploração de recursos naturais.

Assim sendo, a liberdade como a igualdade são consideradas como direito natural e no âmbito dos direitos humanos são classificadas como direitos negativos, ou seja, direitos de primeira geração em que o Estado não pode interferir, nem pode limitar as senão na base da lei. A igualdade surge então como direito individual reconhecido e consagrado pela constituição. Os direitos fundamentais são positivados ordenamento jurídico; em Moçambique, o título III da constituição refere se aos direitos, deveres e liberdades fundamentais. Assim, nos termos do 35[4] da (CRM) dois princípios constitucionais orientadores ou *alma mater*; trata se do princípio da universalidade e o princípio de igualdade.

Assim, Rawls argumenta que há igualdade e liberdade para todos os indivíduos e sob tais condições e possível formalizar um acordo coletivo. Para isso acontecer, os homens devem ignorar o que os demais possuem ou desejam, são iguais entre si e racionais. Resulta então o contrato social em que são elaborados princípios capazes de garantir a vida social dos membros da comunidade, pois são de cumprimento obrigatório. A justiça como equidade funda se nos dois princípios essenciais da justiça, legitimados pela possibilidade de escolha. A imparcialidade desta escolha depende da ignorância

[4] Art. 35 da CRM dispõe que: “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política”.

generalizada, isto é de todos os indivíduos que vivem na comunidade, caracterizada pelo impedimento ou proibição do conhecimento de assuntos particulares sobre os indivíduos (profissão, classe social, situação financeira, etc...) nesta situação, todos seriam considerados iguais e teriam as mesmas possibilidades, direitos e deveres.

3.2. Gestão Sustentável dos recursos naturais

A expressão “sustentabilidade” bem como o desenvolvimento obedeceu e obedece aos momentos de mudanças e adequações tendo em conta a conscientização dinâmica de que era e é necessário o crescimento económico, sem que, com isto, haja sacrifício do meio ambiente e do bem estar das futuras gerações. Há necessidade de mencionar que muitas as vezes, o termo sustentabilidade e utilizada para referir se em torno da sustentabilidade ambiental embora haja mais outras expressões.

O desenvolvimento sustentável contribui para minimizar o esgotamento dos recursos naturais e o direito do ser humano ao meio ecologicamente equilibrado (Turine, 2017). Paris et al. (2018), a preocupação global em relação aos recursos naturais tem aumentado nos dias atuais, permitindo discussões sobre as inovações científicas produzidas pelo homem e suas respetivas ações, para que esses benefícios e avanços possam atuar simultaneamente em favor da própria população e conservação do meio ambiente.

O relatório de Brundtland considera o desenvolvimento sustentável como sendo o imperativo económico convencional, maximização da produção econômica, deve ser restringido em favor dos imperativos sociais e ecológicos. Este desenvolvimento depende então da redução da destruição ecológica, especialmente por meio de diminuição das trocas de energia e matéria prima dentro da economia. Surge então a sustentabilidade como desmaterialização da economia e do aumento da qualidade de vida, principalmente para a maioria mais pobre do mundo. Olhando pela questão de desenvolvimento sustentável, a humanidade tem tendência de procurar o desenvolvimento económico, social e ao mesmo tempo a defesa e a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado (Machado, 2004). Esses aspectos gerais estão relacionados com a dignidade da pessoa humana, a livre iniciativa, o direito de propriedade, o direito ao trabalho, a saúde, a educação e de forma geral aos direitos individuais, sociais e coletivos consagrados na Declaração Universal dos direitos humanos.

3.3. Igualdade, justiça e gestão sustentável de recursos naturais

Olhando pela evolução histórica sobre os problemas dos seres humanos em relação ao meio ambiente, com a ideia de escassez de disponibilidade de recursos naturais capaz de garantir a sobrevivência do homem, constata-se que estão regulados no âmbito nacional e internacional, através de um período de reformas democráticas de revisões constitucionais integrado o meio ambiente no sistema jurídico, estabelecendo o a condição de direito individual e económico dos povos (Antunes, 2002).

No contexto internacional, há necessidade de falar da Declaração de Estocolmo sobre o Meio ambiente de 1972 que proclama a proteção do ambiente como uma questão fundamental afetando o bem-estar de todos os povos e o desenvolvimento económico do mundo em geral, nascendo um desejo urgente dos povos e um dever de todos os Estados e nem podendo mais dissociar a correlação de desenvolvimento económico e direito fundamental a vida de todos os seres humanos em geral.

Ao comparar o direito ao meio ambiente ao direito a liberdade e a igualdade, elevou se aquele a um direito fundamental. Neste sentido Benjamin citado por Canotilho e Leite (2007) argumentam que formalmente, direitos fundamentais são aqueles que, reconhecidos na Constituição ou em tratados internacionais, atribuem ao indivíduo ou a grupo de indivíduos uma garantia subjetiva ou pessoal. Assim sendo, esta declaração norteada pela a proteção do ambiente visava chamar atenção a humanidade sobre o desenvolvimento econômico na esfera universal estabelecendo o direito fundamental da vida do homem. Com o Relatório de Bruntland em 1987, foi reconhecido o direito do ambiente como direito fundamental olhando pela escassez dos recursos naturais e todas as consequências que a sua exploração ira causar sobre a vida das futuras e presentes gerações.

Ainda é relevante destacar a Declaração de Rio 92, ao colocar os seres humanos no centro das preocupações, determina que: “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento, tem direito a uma vida saudável produtiva, em harmonia com a natureza”. A nível nacional, a Constituição da Republica de Moçambique reconhece, embora não conceituado, o direito ao ambiente e passou a ser tratado expressamente como um direito fundamental mais especificamente no artigo 90[5] e obriga todo o cidadão a defender.

[5] Nos termos do nº 1 do artigo 90:” todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de o defender.
2. O Estado e as autarquias locais, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, adoptam políticas de defesa do ambiente e velam pela utilização racional de todos os recursos nacionais.

Antunes (2002) alega que o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado refere se a um direito individual pertencente a cada um dos indivíduos que vivem na sociedade e que tem o pré-requisito de ser fundamental para desfrute da sadia qualidade de vida. Foi elaborada a regra fundamental, a existência de um dever jurídico de defender e de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Ainda precisa de notar que a expressão todos tem a ver com uma categoria mais ampla e menos solitária do que apenas os próprios seres humanos, baseando na ideia da dignidade e da universalidade. Sendo um direito individualmente considerado, o direito ao ambiente deve se realizar por via de uma colaboração entre o cidadão e os membros da comunidade, ou seja, através a cooperação social entre os membros da coletividade.

Neste sentido Rawls (2002) acredita, entendida a cooperação social como um contrato social, no estabelecimento das atendidas as premissas racionais, consensuais e morais, parâmetros adequados para os dois princípios de justiça. O contrato transmite a ideia de que os princípios da justiça podem ser conhecidos por pessoas que atendem a um senso de racionalidade. Assim, é importante que haja acordo as reivindicações conflitantes dos benefícios resultantes dos recursos naturais através do acordo social, bem como a condição de que a divisão apropriada benefícios aconteça em conformidade com os princípios admitidos pelo Estado, cidadãos e a sociedade em geral como partes envolvidas no processo da gestão sustentável dos recursos naturais,

Apesar de Rawls encontrar o poderoso argumento no contrato para alcançar a justiça, Dworkin (2002) tem uma outra visão, pois para ele, o contrato não pode ser considerado premissa fundamental, mas como ponto intermediário de um argumento mais amplo, como se ele próprio fosse o produto de uma teoria política que defende os dois princípios através, e não a partir do contrato. A justiça como equidade não é uma teoria complemente contratualista, mas que pode ser estendida a escolha de um sistema ético mais ou menos completo que inclui princípios para todas as virtudes e não apenas para a justiça (Rawls, 2003).

Rawls (2003) a escolha racional entre os dois princípios e apenas um artificio de representação análogo a um experimento mental, no sentido de as partes se encontrarem situadas simetricamente, em condições equitativas e dispostas a representarem os interesses fundamentais dos cidadãos livres e iguais em todos aspectos relevantes. A mentalidade dominante após a revolução industrial conduziu a arrogância humana a limites extremos, a riqueza material tornou se um fim em si mesmo, a sede do lucro foi enfatizada a limites nunca antes vistos, caso da conquista do continente para aceder aos

recursos naturais a todo custo de forma a alimentar o crescimento econômico. Assim a riqueza de um grupo foi adquirida à custa de sangue, sofrimento e empobrecimento dos demais (Carlos).

A justiça ambiental surge como um conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas suporte uma parte desproporcional dos efeitos ambientais negativos. Para Acselrad (2009) admite que a justiça ambiental é uma condição de existência social configurada por meio do tratamento justo e do desenvolvimento significativo de todas as pessoas sem distinção de raça, cor ou renda relativamente a elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais.

Sendo assim, os grupos étnicos, raciais ou classe social deve suportar uma parte desproporcional da operação de empreendimentos industriais, comerciais da execução de políticas e programas estaduais bem como as consequências que podem resultar. A justiça ambiental e a repartição igualitária dos riscos ambientais para que as populações, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda não suportem os danos ambientais mais do que outras. Surge então que a igualdade, equidade, respeito a dignidade humana são alcançados através de uma situação mais justa. Daí, há necessidade de associar a justiça ambiental com a justiça social.

Por sua vez Lima (2000) argumenta que o surgimento dos problemas organizatórios da área económica, política, e humana põem em causa não somente as soluções legais, mas a própria estrutura da sociedade, ou aspectos dessa estrutura. Neste contexto a justiça não se limite a dar soluções aos conflitos de comportamento ou de interesses no âmbito da lei positiva, ai a justiça e instrumento de transformação e de mudança. Ali, a justiça desempenha o papel de captar os anseios e reclamações; a justiça pensa no interesse humanitário e não no assunto particular.

De tudo que precede, além da questão ligada a escassez de recursos naturais, a justiça ambiental herdeu uma nova abordagem de distribuição e de igualdade. Esta abordagem foi defendida por Cenci e Kassmayer (2009) quando associa esta questão ao tornar a uma expressão de natureza moral baseada nos princípios da justiça, da equidade e igualdade entre cidadãos, interligando o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a questão social, procurando implementar a cidadania, a democracia e a justiça social.

A justiça ambiental nos ajuda para entender a expressão da injustiça ambiental pelo facto que existe uma distribuição desigual do acesso aos recursos naturais bem

como a imposição desigual dos impactos ambientais negativos do desenvolvimento sustentável a uma parte da população mais vulnerável. Filippin (2007) considera que nas ciências sociais existe um discernimento bastante claro de que existe um processo de expropriação das minorias política étnicas, que lhes recusa o acesso aos recursos naturais, ao mesmo tempo que se lhes impõe a prova do desenvolvimento econômico das etnias dominantes.

Há necessidade de salientar que a desigualdade resulta de um sistema de desenvolvimento que se torna cada vez excludente quando privilegia somente o crescimento económico, que fazem aumentar a desigualdade de parte da população já excluída de grandes projetos de desenvolvimento. Neste contexto, admitimos que os Estados são extremamente injustos olhando pela distribuição de renda e acesso aos recursos naturais. Os governantes tornam se cada vez mais egoísta e insensível, e passam o tempo a defender os seus interesses e lucros imediatos.

Bittar (2009) admite que o direito não é nem para realização da justiça, nem a emancipação da vontade do povo, nem a mera vontade do legislador, mas uma superestrutura ideologia ao serviço das classes dominantes. A ordem instaurada pela regra jurídica é causa de manutenção das distorções político-econômicas, que estão na base das desigualdades sociais e da exploração do proletariado. Ainda, há Estado e ainda há direito enquanto uma classe mantiver no poder abolida a divisão de classes sociais, o Estado desaparece, porque é mera expressão da dominação de uma classe sobre a outra. Sendo assim, podemos realçar que o sentido de cidadania e o sentido de direitos ainda continua a ser tratado como questão relativamente reduzida nas sociedades democráticas, apesar das tantas reivindicações de pessoas, e isso se reflete no âmbito da sustentabilidade.

Conclusão

A sustentabilidade de recursos naturais não pode se limitar somente a conservação do planeta, mais portanto a melhoria da qualidade da vida de geração futura baseando no humanismo, solidariedade, o respeito, a paz e justiça como equidade no lugar da desigualdade e da exploração como preconiza os países do Norte. Surge a necessidade de mais do que nunca lutar para a configuração de uma nova ordem dominada pela paz, a harmonia, a tolerância, a justiça, a igualdade, a solidariedade, o respeito, o equilíbrio e a sustentabilidade constituem finalmente realidade para todas as regiões, Estados, povos e cidadãos do mundo (Serra, p. 28).

O surgimento de conflitos emergentes entre pobres e ricos, ou seja, de conflitos de interesse individuais na sociedade democrática, porém, impede a manutenção da paz social, e neste contexto, a mediação surge como mecanismo célere, democrático e satisfatório na resolução desses litígios. Entretanto, é relevante a existência das políticas públicas solidificadoras da teoria da justiça primando pela igualdade e buscando a redução da desigualdade social oriundo da litigiosidade.

Este estudo visa analisar a igualdade e gestão sustentável dos recursos naturais no estado democrático de direito. A materialização este estudo foi possível na base de método de tipo qualitativo de caracter documental e bibliográfico. Assim sendo, a racionalização e a eficácia na implementação dos princípios democráticos constituem barreiras para o alcance da gestão sustentável dos recursos naturais; porém, a vontade soberana do povo através do reforço dos instrumentos jurídicos capazes de garantir uma justiça equitável e distributiva pela criação de novas instituições transparentes garante da proteção da pessoa humana e do ambiente ecologicamente equilibrado pode ser adaptada como mecanismo de desenvolvimento sustentável.

Referências

Acselrad, H. (2009) *O que é justiça ambiental*? Rio de Janeiro: Garamond.

Benjamin, H. (2007) *Manual de direito do consumidor brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Berwanger, A. (2015). *Sociedades sustentáveis e as organizações.* Educação Ambiental em Acção. Vol 2.

Bittar, B. (2010), *Curso de Filosofia do Direito*. 4.ed. São Paulo: Altas

Caetano, M. (2009), *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo I, 6.ed. Coimbra: Almedina.

Capella, J. R. (1993) L*os ciudadanos siervos.* Trotta, Madrid

Caride, J. A. e Meira, P. A. (2001). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*, Instituto Piaget. Lisboa

Filipin, F.; Filippin, C. (2007). Racismo ambiental e explosividade social na Bacia Hidrográfica de Tibagi: o Descaso com a participação da sociedade na instalação das usinas hidrelétricas. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 2, Florianopolis.

Gouveia, J. B. (2011), *Manual de Direito Constitucional*, 4.ed., Coimbra:Almedina Editora.

Lima, H. (2000). *Introdução a Ciência do Direito*. 30.ed. São Paulo: F. Bastos

Machado, L (2008). *Direito Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

Miranda, J. (2007). *Manual de Direito Constitucional – Estrutura Constitucional da Democracia*, Tomo VII, Coimbra Editora, Coimbra: Almedina.

Novais, J. R. (1987). *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*: do Estado de Direito Liberal ao Estado Social e Democrático de Direito. Coimbra: Almedina.

Paris, M. S., Sicheski, S. Steffen, E. V., Fernandes, S. B. V., Kelm, M. L. (2018). Os *descaminhos da sustentabilidade atravancado o desenvolvimento sustentável*. Educação Ambiental em Acção.

Rawls J. (2000). U*ma teoria de justiça*, São Paulo: Martins Fontes,.

Serra, C. (2012). *Problemática ambiental a mudança*-rumo a um mundo melhor, Maputo: Ecolar Editora.

Severino, J. (2012). *Metodologia do trabalho cientifico*. 29.ed. São Paulo: Cortez

Soriano, A. G. (2009). "Direito a liberdade religiosa sob a perspectiva da democracia liberal" In: Soriano, A., Mazzuoli, V (Org.) *Direito a liberdade religiosa*: desafios e perspectivas para o século XXI. Belo Horizonte: Editora Fórum.

Sousa, M. R. (1983). *Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria da Cruz.

Sousa, M. C.; Galvão, S. (2000). *Introdução ao Estudo do Direito*, 5ª Edição, Lisboa: Lex Editora.

Turine, J. A. V., Mecedo, M. L. R. Direitos humanos, comunidades tradicionais e biodiversidade: desafios para o desenvolvimento sustentável. *Revista de Direito UFMS*. V. 3, n 2.

Recebido em: 22/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): KAZADI, Jacques Kabeya. Igualdade, justiça e gestão sustentável dos recursos naturais no estado de direito democrático. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.546-559, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Kazadi, Jacques Kabeya (out. 2024). Igualdade, justiça e gestão sustentável dos recursos naturais no estado de direito democrático**.** *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 546-559.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.560-573 | 2024.

Qualidade de ensino e construção de conhecimento no Ensino Superior no Laboratório de Química da Universidade Púnguè: Estudo de caso

Felix Francisco Murandira *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0009-0556-1337

RESUMO
Nas aulas de química as atividades práticas são de extrema importância para aprendizagem na universidade, dos conteúdos tratados teoricamente necessitam de uma concretização pela prática, o presente artigo teve como objetivo diagnosticar os estudantes e docentes de química da unipúnguè em relação as práticas vivenciadas no laboratório. Os pensamentos trazidos ditam uma experiência educativa significativa, neste cruzamento entende – se no laboratório é o espaço propício as aprendizagens. Salienta se ainda o laboratório não tem o espaço suficiente que atende à demanda da instituição, as condições dos equipamentos ainda faltam por adequar as experiências para a realização de pesquisa, concretizou se por método quantitativo e qualitativo e foi aplicado o questionário, usou se ainda a revisão bibliográfica composta por livros e dissertações. Os resultados demostram sinais positivos no uso de laboratório os estudantes têm participado. Os docentes garantem em aperfeiçoar cada vez mais no processo juntar aulas teóricas e práticas para garantir a experiência no processo de ensino e aprendizagem.

PALVRAS- CHAVE
Qualidade, Ensino Superior, Laboratório, Química, Universidade Púnguè

Quality of teaching and construction of knowledge in Higher Education at the Chemistry Laboratory of the Púnguè University: Case study

ABSTRACT
In chemistry classes, practical activities are extremely important for learning at university. The theoretical content needs to be put into practice. This article aimed to diagnose the practices experienced in the laboratory by students and teachers of chemistry at Unipúnguè. The thoughts presented dictate a significant educational experience. In this context, it is understood that the laboratory is the ideal space for learning. It is important to note that the laboratory does not have enough space to meet the institution's demands. The equipment conditions still need to be adapted to the experiments for conducting research. This was done using quantitative and qualitative methods, and a questionnaire was applied. A bibliographic review of books and dissertations was also used. The results show positive signs in the use of the laboratory, and the students have participated. The teachers guarantee that they will increasingly improve the process by combining theoretical and practical classes to ensure experience in the teaching and learning process.

KEYWORDS
Quality, Higher Education, Laboratory, Chemistry, Punguè University

Introdução

Com a globalização verifica se momentos constantes de mudanças que necessitam de várias transformações avançadas e inovações. Vai precisar de muitas habilidades para atender a demanda da era denominada. As experiências laboratoriais

* Licenciado em Química com habilitações em Biologia e Gestão de Laboratório e Mestre em Gestão de Educação. É Investigador Cientifico e docente da Universidade Púnguè-Moçambique. E-mail: felixmurandira@gmail.com

são importantes para que o estudante tenha um aprendizado nas áreas de Química. Para tal fica como evidencia o uso constante de laboratório de toda teoria estudada na ciência de química. De acordo com Galiazzi et al. (2001) traz a reflexão que as experiências tem como objetivo de aperfeiçoar a aprendizagem de conteúdos científicos, pois os alunos aprendam na teorias e não conseguem aplicar pela prática. O referido autor traz um pensamento que a prática laboratorial traz uma aprendizagem para vida e o mesmo conhecimento será usado lanterna para o desenvolvimento sócio económico.

Um dos grandes desafios do curso de licenciatura em ensino de química é construção de conhecimento respeitados todas dimensões sejam cognitivas e psicomotor, na vida cotidiana. Grande parte dos formandos tem dificuldades em concretizarem do que ensinam na sala de aula para aplicar na prática a todo conhecimento químico.

De acordo com Galliazzi et al. (2001) traz reflexão que as experiências têm como objetivo de aperfeiçoar a aprendizagem de conteúdos científicos, pois os alunos que aprendem na teoria não conseguem aplicar pela pratica. O referido autor traz um pensamento que a pratica laboratorial traz uma aprendizagem para vida.

2.Fundamentação teórica

Através de uma química aplicável, traz um desperto científico para um conhecimento para um conhecimento palpável e visualizada, neste campo de conhecimento palpável e visualizada, neste campo de conhecimento o professor de química encontra se no laboratório através de experiências laboratoriais faz parte de construção de conhecimento no processo de ensino e aprendizagem. A realização de experiências químicas é relevante pois se considera as suas funções didáticas.

De acordo com Buzato (2001) diz que o processo de ensino e aprendizagem dos alunos em Química por meio experimental ocorre melhor além do seu envolvimento das atividades práticas. A autoria ainda diz que a aula prática trazer respostas de todas as perguntas de aula teórica de química. O ambiente laboral e significativo o que dita a qualidade do estudante que pode fazer um cruzamento do conhecimento da experiência. Na universidade possui uma biblioteca com livros suficientes para pesquisa mais ainda verifica se a fraca orientação dos docentes aos estudantes em, procurarem experiências laboratoriais.

Nas aulas práticas os docentes têm ocupado uma carga horária um pouco carregado, isto pode atender e enfrentar as dificuldades que a educação apresenta para atender as expectativas a partir do idealizado e o realizado. De acordo com Freire (1997)

diz que nenhum pensamento sobre o fazer pedagógico diário, a educação não cumpre um dos seus mais importante papeis que e estar comprometida com mudanças e transformações sociais. A lei de Diretrizes e bases da educação propõe uma prática educativa a realidade do mundo, ao mercado de trabalho a informação e o conhecimento.

Com o conhecimento Frison (2002) traz uma reflexão que o ensino de Química, deve ser considerada pelos professores como uma disciplina formadora de futuros cientistas e para ser concretizado e o mesmo faz necessária a utilização de laboratório.

2.1 Aula de química, experiência, investigação

Muitos professores ficam apegados nos livros didáticos e outras atividades a serem desenvolvidos na sala de aula. De acordo Guimarães (2009), através de experimentos em aulas os estudantes podem trazer produtividade, e ultrapassar das dificuldades enfrentadas na sua vida quotidiana.

Nesta senda o objetivo deste artigo é de avaliar o nível de construção de conhecimento dos estudantes nas práticas laboratoriais, relacionados com as infraestruturas, materiais, reagentes e equipamentos. E esta pesquisa contribui implementação das políticas universitárias no uso regrado e construção de críticos e leais que podem trazer diferença na sociedade.

Remete se ainda aumentar a visibilidade do campo educacional e garantindo a interpretação dos fenómenos atendendo a dinâmica do século. E também identificar as dificuldades dos docentes e estudantes de química em ensinar a ciência na universidade com relação a teoria e prática em trazer estratégias a custos mais simples e não tamanhos em Laboratórios de referência.

2.2 Aula de química, experiência e investigação

O nível de construção de conhecimento dos estudantes nas aulas prática laboratoriais, relacionado a infraestrutura, materiais, reagentes e equipamentos, reagente. e esta pesquisa contribui para melhor implementação das políticas universitárias no uso regrado e construção de quadros críticos que podem trazer diferença na sociedade , Destacar a aplicabilidade do uso de laboratório de química como a peça chave para o ensino de química relacionando com os conteúdos práticos e teóricos e selecionar as dificuldades as dificuldades enfrentadas pelos professores de química em ensinar esta ciência na universidade e Destacar a importância da prática experimental no processo de ensino e aprendizagem.

2.3 A atividades experimentais

Várias atividades pedagógicas têm recebidos críticas De acordo com Barberá e Valdés **(**1996), em 1892 já havia críticas à experimentação se referindo à falta de fundamentação teórica. O investigador científico traz algumas propostas básicas para ultrapassar muitas dificuldades que os estudantes, tanto como docentes poderiam ter no âmbito da pesquisa sendo no cruzamento de conteúdo ou seja na explicação dos conteúdos teóricos pela pratica.

Comparado com o conhecimento antepassado verifica se um grande decréscimo, pois estamos num mundo de muita tecnologia, já bastante tempo os professores levavam o ensino com assunto muito sério e colocando que os quadros a serem formados farão diferença na sociedade. Também podes se criar o esforço de treinamento de docentes internacionalmente em aspectos práticos.

Na contribuição de Hodson (1994) que dão sinal para diversas críticas em formas experimentais vem sendo tratado a anos atrás. Os mesmos autores ditam o conjunto de várias categorias que sintetizam os objetivos de atividade pratica de acordo com docentes de ciências.

2.4 Durantes as aulas é necessário que haja motivação.

1-Ensinar técnicas de laboratório.

2- Criar esforço na aprendizagem dosa conhecimento cientifico no laboratório.

3- Trazer um cruzamento de ideias nos métodos científicos e desenvolver um bom conhecimento nas suas práticas.

No âmbito das atividades práticas os estudantes em caso de não perceberem dos conteúdos a ser tratado será necessário, incluir outros aspectos que contem no currículo como sistema de reforçar o aprendizado. Na de formação de estudantes nas práticas laboratoriais e formar jovens cientistas que contribuem para o desenvolvimento do muito e fazer diferença na comunidade.

O ambiente científico durante as atividades experimentais. Millar (1998) salienta que a função dos experimentos não é construir conhecimento novo, mas favorecer aos alunos a percepção de mundo, de certa maneira, bem conhecida pelo professor e demais representantes de uma comunidade científica. Se os experimentos realizados pelos alunos precisam ser diferentes dos experimentos científicos, parece evidente que os conteúdos também precisam ser diferentes. Por exemplo, os conteúdos procedimentais

ensinados na escola não podem ser os mesmos procedimentos da Ciência; bem como os conteúdos conceituais não podem ser iguais aos da Ciência (INSAUSTI; MERINO, 2000).

Outra crítica se refere à utilização do método científico, mas, a compreensão deste, de acordo com as discussões da epistemologia contemporânea, não dá conta de explicar a complexidade da produção científica. A construção do conhecimento científico, como resultado da execução de um conjunto de etapas consecutivas e lineares, é insustentável para a Ciência e a educação científica.

Não podemos admitir ainda, por exemplo, a ideia de observação independente da teoria, como defendiam os indutivistas do método científico. A apropriação desse discurso contribui pouco para se aprender sobre a natureza e os “métodos” da Ciência. Mas, são justamente essas teses empirista-indutivistas que normalmente têm prevalecido no discurso dos professores, valorizando a verificação da teoria como modo de mostrar a verdade absoluta. Assim, a experimentação em sala de aula recapitula e comprova o conhecimento teórico (BARBERÁ; VALDÉS, 1996; GALIAZZI, 2000).

Quando um professor tem como objetivo comprovar um conhecimento, ele assume uma visão dogmática de Ciência e, consequentemente, fomenta a apropriação desse entendimento pelos alunos (SILVA; ZANON, 2000). Pinho Alves (2000a) destaca que o “método experimental” utilizado na produção científica se transformou em conteúdo de ensino sem função específica no processo de ensino e aprendizagem. A autoria traz uma reflexão que no âmbito das atividades experimentais e trazer uma comprovação de um conhecimento teórico.

No âmbito de COVID-19 houve uma grande redução de concretização de conhecimento teórico pela prática pois não havia o laboratório virtual para fazer as diversas simulações e formar aula prática. Houveram várias capacitações por parte do Ministério De Saúde para sua precaução. Mas tentou se implantar na medição de temperatura mas não foi muito avante pois sub encarregava as despesas nas receitas próprias para suportar os que estavam a desenhar as atividades. Nesta senda o processo não avançou por falta de verba para suportar a requisição de funcionários a tempo parcial, para tal influenciou novas oscilações de propagação e influenciou o não uso de laboratório, e contribuiu bastante a não uso de laboratório.

Nesta instituição foi remetido guiãos de questionários e entrevista para avaliar o nível de construção na prática laboratorial, as quantidades de materiais e equipamentos de infraestruturas e sua localização, e também compreender como que são desenvolvidas através de alguns caminhos sendo abordagem qualitativa e quantitativa. E contou com

execução de questionário e entrevista com algumas perguntas de escolha múltipla e de discussão de acordo com Barbosa (1999).

2.5 Ambiente do trabalho

Em nosso ambiente de trabalho precisamos encontrar condições capazes de proporcionar o máximo de proteção e ao mesmo tempo, satisfação no trabalho. Esta combinação resulta em aumento da produtividade e qualidade dos serviços, redução do absenteísmo, redução das doenças e acidente do trabalho.

Segundo Neira (2010) diz que um ambiente de trabalho saudável é aquele em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho tendo em conta as seguintes considerações estabelecidas sobre as bases das necessidades previamente determinadas:

Questões de segurança e saúde no ambiente físico de trabalho, Questões de segurança, saúde e bem-estar no ambiente psicossocial de trabalho, incluindo a organização do trabalho e cultura da organização; Recursos para a saúde pessoal no ambiente de trabalho; e Envolvimento da empresa na comunidade para melhorar a saúde dos trabalhadores, de suas famílias e outros membros da comunidade.

2.6 Agentes de riscos existentes no ambiente laboratorial

Os riscos estão presentes nos locais de trabalho e em todas as demais atividades de Química, comprometendo a segurança e a saúde das pessoas e a produtividade da saúde universitário. Esses riscos podem afetar o trabalhador a curto, médio e longos prazos, provocando acidentes com lesões imediatas ou doenças chamadas crónicas, que se equiparam a acidentes do trabalho.

De acordo com Santos (2013) divide os riscos tradicionalmente em cinco classes, caracterizados pelos respectivos agentes de riscos, assim agrupados e identificados em representado por cores:

a) Agentes Químicos / Vermelho / Grupo I;

b) Agentes Físicos / Verde / Grupo II;

c) Agentes Biológicos / Marrom / Grupo III;

d) Agentes Ergonômicos / Amarelo / Grupo IV;

e) Agentes Acidentes (Mecânico) / Azul / Grupo V.

Cada um desses tipos de agentes é responsável por diferentes riscos ambientais que podem ocasionar danos à saúde do trabalhador nos ambientes de trabalho, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição ao agente.

2.7 Riscos Físicos

A Vibração: Produzida por máquinas e equipamentos específicos, com o passar do tempo e sem a devida proteção, o trabalhador poderá sofrer danos nas articulações, dores na coluna, disfunção renal e circulatória.

O Radiação: A ultravioleta, provocada por soldas elétricas, por exemplo, pode ocasionar lesões oculares e queimaduras.

As ionizantes**,** advindas de materiais radioativos, podem provocar anemias, leucemia e até outros tipos de câncer.

O Ruído**:** Em níveis excessivos, os ruídos advindos no local de trabalho, ao longo do tempo podem provocar alterações auditivas, que vão desde a perda parcial até a surdez total.

O Calor: Os trabalhadores expostos a atividades de fundição, siderurgia, indústrias de vidro a céu aberto e outras, são os mais propensos a problemas como insolação, internação, câimbras e, em alguns casos, problemas com o cristalino do globo ocular, mais conhecidos como catarata.

O Frio: Os casos mais comuns de doenças que se destacam pela ação do frio são as queimaduras pelo frio, gripes, inflamações das amígdalas e da laringe, resfriados, algumas alergias, congelamento nos pés e mãos e problemas circulatórios.

O Umidade: As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, poderão ser capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, como frieiras e micoses, dentre outras.

Riscos Químicos**:** Os agentes químicos que podem causar doenças profissionais são encontrados nas formas gasosa, líquida e sólida e, quando absorvidos pelo nosso organismo, produzem, na grande maioria dos casos, reações chamadas de venenosas ou tóxicas. Há três vias básicas de penetração dos tóxicos no corpo humano:

- Respiratória;
- Cutânea;
- Digestiva.

Um agente químico ao ser absorvido, tanto pelas vias respiratórias, cutâneas ou digestivas, pode depositar-se em qualquer órgão do corpo humano. Alguns metais como o

cobre e o mercúrio, podem fixar-se nos rins, criando uma insuficiência renal. Outro caso é o monóxido de carbono, que afeta as células do coração. Nas intoxicações por chumbo, monóxido de carbono, arsênico e tálio, ocorrem problemas neurológicos.

Riscos Biológicos**:** São micro-organismos – fungos, vírus, bactérias, parasitas, bacilos, protozoários. Esses agentes biológicos são visíveis apenas ao microscópio, sendo capazes de produzir doenças, deteriorações de alimentos e mau cheiro. Apresentam muita facilidade de reprodução, além de contarem com diversos processos de transmissão. Os casos mais comuns de manifestação são:

- Nos ferimentos e machucaduras podem provocar infecção por tétano;

- Hepatite, tuberculose, micoses da pele, entre outras, que pode ser levados por funcionários contaminados para o ambiente de trabalho;

- Diarreias causadas pela falta de asseio e higiene em ambiente de alimentação.

Riscos Ergonômicos: Estão ligados à execução de tarefas, à organização e às relações de trabalho, ao esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, mobiliário inadequado, posturas incorretas, controle rígido de tempo para produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalho em turno e noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia, repetitividade e situações causadoras de estresse;

Riscos de Acidentes: São muito diversificados e estão presentes no arranjo físico inadequado, pisos pouco resistentes ou irregulares, material ou matéria-prima fora de especificação, máquina e equipamentos sem proteção, ferramentas impróprias ou defeituosas, iluminação excessiva ou insuficiente, instalações elétricas defeituosas, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos e outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

2.8 Processos e fatores de influência para um ambiente de trabalho saudável

Segundo Neira (2010), diz que para criar um ambiente de trabalho saudável, uma empresa precisa considerar as vias ou as áreas de influência onde as ações possam melhor ocorrer, bem como os processos mais eficazes pelos quais os empregadores e os trabalhadores possam empreender ações. De acordo com o modelo descrito neste documento, desenvolvido por meio de sistemática análise da literatura e revisão de especialistas, quatro áreas-chave podem ser mobilizadas ou influenciadas por meio das iniciativas voltadas a ambientes de trabalho saudáveis: Ambiente físico de trabalho;

ambiente psicossocial de trabalho; recursos para a saúde pessoal; envolvimento da empresa na comunidade.

2.9 A acreditação de um laboratório de química

Assim como outros tipos de laboratórios, exige a apresentação de diversos documentos que comprovem a conformidade com normas e padrões estabelecidos, como a ISO/IEC 17025. Abaixo está uma lista dos principais documentos que podem ser necessários para a acreditação:

Manuais de Qualidade:

Manual da Qualidade do laboratório. Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para todos os processos.

Documentação Técnica: Métodos de ensaio validados e/ou procedimentos analíticos.

Protocolos de calibração e manutenção de equipamentos.

Registros de Treinamento: Evidências de treinamento e capacitação dos colaboradores.

Currículos e qualificações da equipe técnica.

Planejamento da Qualidade:

Planos de controle de qualidade e de verificação de medições.

Registros de ações corretivas e preventivas.

Documentação de Equipamentos: Lista de equipamentos e instrumentos utilizados.

Registros de calibração e manutenção.

Gestão de Amostras: Procedimentos para recebimento, manuseio e descarte de amostras.

Registros de Resultados: Registros de análises e resultados obtidos.

Relatórios de ensaios e laudos técnicos.

Segurança e Saúde Ocupacional: Documentação relacionada à segurança no laboratório, incluindo treinamentos e procedimentos de emergência.

Acordos de Confidencialidade: Acordos de confidencialidade com clientes e parceiros, se aplicável.

Políticas de Melhoria Contínua: Registros de auditorias internas e revisões de gestão.

Estrutura Organizacional: Organograma do laboratório e descrição de funções.

Esses documentos devem estar devidamente organizados e disponíveis para análise durante o processo de acreditação. É importante verificar os requisitos específicos da entidade responsável pela acreditação em sua região, pois podem haver variações nas exigências. Além disso, manter uma boa documentação é essencial para garantir a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados pelo laboratório

3.Metodologias Resultados e discussão

Nesta pesquisa foi usada revisão bibliográfica para análise de resultados , com a práticas de outros investigadores , ou seja para sustentar a pesquisa com base científica analisou se artigos científicos, livros, dissertações, nas bases de dados google acadêmico (carvalho, 2021).

Nesta instituição foi remetido guiãos de questionários e entrevista para avaliar o nível de construção na prática laboratorial, as quantidades de materiais e equipamentos de infraestruturas e sua localização, e também compreender como que são desenvolvidas através de alguns caminhos sendo abordagem qualitativa e quantitativa. E contou com execução de questionário e entrevista com algumas perguntas de escolha múltipla e de discussão de acordo com Barbosa 1999.

Através dos dados colhidos do questionário nos docentes e estudantes da Unipúnguè, constatou se que o laboratório tem se usado com frequência de vários docentes e estudantes de culminaões do curso não só também outros do ISPM para fins de trabalho de pesquisa de acordo com memorando de entendimento institucional. Tempo de exercício como professor na universidade em licenciatura em Química na universidade.

Em resposta do questionário ficou claro grande parte dos docentes, tem o seu tempo de serviço de 1 a 5 anos e de 6 a 10 anos, 11 a15 são poucos neste intervalo. Em contrapartida em relação ao tempo de serviço pode se anotar que muito tempo o laboratório usa se ao longo da semana as cadeiras programadas dentro da semana. Com esta observação e claro que não há um programa de gestão de recursos humanos ou plano de curso para sua ocupação no final de semana olhando que há estudantes funcionários de ED que podem fazer as suas pesquisas no final de semana sendo sábado e domingo.

As condições do laboratório que a universidade possui para sua melhoria das suas aulas. Com as constatações feitas no âmbito de pesquisa traz clareza que deve se criar

esforço para atender a demanda da universidade ou seja formação de quadros competentes com o conhecimento construído.

Anota se ainda insuficiência de investimento nesta instituição apesar de vários planos desenhados positivos para a sua estabilidade. Em relação as aulas são desenvolvidas na sala de aulas tanto no laboratório, mas constata se quer ainda que falta de infraestrutura laboratoriais.

A autoria contribui para estabilidade de laboratório será necessário reformar uma sala a ser usado como laboratório e usando mesas não fixas para facilitar a interdisciplinaridade. De acordo com Gioppo (1998) ele diz que algumas experiências podem ser desenvolvidas com material de fácil acesso e de estabilidade primário. Dizer que a infraestrutura é um dos pilares que complementa na qualidade de uma instituição para tal anotou se que o laboratório está juntado com o bloco de sala de aula por questões de risco deve ser isolado.

Durante a pesquisa anotou se um passo bem avançado de laboratório com condições adequadas para atender as necessidades profissionais. Os docentes reclamam de condições laboratoriais para completarem as suas aulas e também pela posição de infraestrutura laboratorial aconselham sejam estaladas distantes de bloco de sala de aulas.

Os estudantes podem ser incumbidos de qualquer pesquisa relacionado a Química, mais por falta de equipamentos ou mais materiais pode ser impossível. A autoria soluciona que pode se procurar de fácil acesso para concretizar a sua o seu estudo. Praia et al (2002) ele diz que a as aulas experimentais, o uso de investigação transforma os alunos em sujeito mais participantes na construção do seu conhecimento e traz uma exigência intelectual por parte deles.

Autoria remete que no âmbito das aulas laboratoriais é necessário que se guie com o manual de procedimento para garantir a exatidão do padrão recomendado tendo encontra que que laboratório tem muitos riscos necessita de muito cuidado. As condições do laboratório têm condições mínimas de segurança seja extintor, sistema temporizado chuveiro para questões pontuais de acidentes.

Conclui se que o laboratório possui equipamentos como mufla, espetrofotometro, estufa, balança e materiais de vidrarias, destilador de agua, e não possui capela exaustiva para expulsar gases. Constatou se que nunca se fez processo de manutenção de equipamentos, isto pode se anotar que e falta de conhecimentos dos profissionais. Portanto o professor deve olhar o laboratório como lanterna do sucesso do seu estudante,

para tal necessita de revisão de literatura tornar cuidados que os materiais não se tornem somente aulas teóricas.

Em reflexão do Paulo e Borges (2007) há necessidade de repensarmos de modo que os experimentos não podem ser usados como receita de bolo, será necessário o cruzamento de leis, teoria conceitos, materiais e teoria, conceito, materiais e teoria o conhecimento seja qualificado. Vale dizer que a instituição deve desenvolver plano de troca de experiência em países vizinho ou dentro do pais para garantir qualidade das aulas práticas.

De acordo com Vigosty que o ser humano aprende cruzando ideias em relação ao uso de equipamentos da universidade condições tem condições para seus alunos também docentes, sendo luvas, batas, botas e ainda constata se falta de lentes para proteção de vista em acidentes pontuais. Pode se anotar que na criação de condições laboratoriais os estudantes poderão sair satisfeitos com o conhecimento construtivos e poderão tirar o medo no manuseio de equipamentos e poderá trazer desenvolvimento, oportunidades de descoberta para o sucesso da universidade e o sucesso do mundo em geral.

Considerações finais

As análises e discussões finais feitas neste artigo conclui se que as condições de utilização de laboratório está relacionada a implantação do laboratório para o aprendizado do aluno no processo de ensino e aprendizagem, e também constatou se insuficiência de infraestruturas laboratoriais, falta de desenvolvimento de competência de docentes nas aulas práticas. Os estudantes ressenta se ressenta se da fraca aprendizagem por falta de equipamentos adequados. E em relação das conclusões alcançadas tempo em consideração que a universidade tem poucos anos de sua existência, olhando que o seu comprometimento nos seus pilares de ensino, pesquisa, inovação e excelência precisa de um compromisso, por excelência de cada campo magnético, na gestão de qualquer envolvido, que se espelhe como uma sinta embutida que garante o conhecimento que uma produtividade rentável é reconhecida.

E importante que no processo de ensino e aprendizagem o professor seja capaz de relacionar o conhecimento teórico com a prática através das experiências.

E importante destacar que e preciso a universidade garante a implementação das políticas pedagógicas que se espelham como normas de segurança em ambiente laboratoriais. Na mesma senda o investigador apresenta as seguintes sugestões. Dar

prioridade aspectos técnicos dentro de uma instituição que faz gerar um produto num cruzamento teórico e prático, e necessário que a UNIPUNGUE investe na estrutura de um laboratório, desenvolver competências do pessoal do docente em aspectos técnicos e conheçam condições de segurança, investir a sofisticação do espaço, construir laboratório independente para garantir segurança e evitar riscos na própria universidade, o professor pode melhorar pesquisas demais experiências relacionadas a aulas.

Vale apenas dizer que o trabalho não se preocupa com falhas nem dificuldades, mas sim que e ser professor, quais os procedimentos que garante qualidade dentro duma instituição, ademais organizações sua aula materiais e equipamentos. Em todas formas em 2022 as aulas práticas de Química decorreram numa sala destinada mas no âmbito de grandeza institucional consideramos provisório segundo palavras da professora entrevistada, foram realizadas algumas experiências Químicas. Este sentido a história de ciências naturais poderá muito bem servir de base em todas técnicas, tendo o foco descrição exata de cada um dos produtos da natureza, e recolher substâncias de todas as observações que se sobre ele se tem feito (livro iii, pp. 239-40).

Em que nas suas experiências poderiam atingir as leis gerais que seguem a sequência das operações. Além de se realizar experiências relacionadas com o curso, também que se faça experiências relacionadas em descobertas gerais. O laboratório tem que funcionar como espaço de ensino de nova ciência respeitado o estatuto, respeitadas as críticas, a forma como se realizava ensino na era colonial, olhar o ensino como lugar de produção de reagentes para indústrias e produção de unguentas o que espera se de assistência de especialista.

Referências

GALLIZZI, M. C; ROCHA, J. M. B; SCHIMTZ L. C; SOUSA, M.; GIESTA, S.; GONCALVES, F. P. Objetivos das atividades experimentais no ensino médio, a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências. Ciências Educação, Vol.7, n.2, 2001.

GIOPPO, C, SCHEFER, E, W, O; NEVES M. C. D, o ensino experimental na escola fundamental uma reflexão de caso para. Revista Educar, nº14, p 39-37, 1998.

POMBEIRO, A. J. L.O. Técnicas e operações unitárias em Química laboratorial, 4.ed, Lisboa Fundação Caloust Gulhemkian, 2003.

KRASILCHIK, M. Prática de ensino de Biologia, 4.ed. São Paulo. Ed. USP, 2004.

GIORDAN, M. O papel da experimentação no ensino de Ciências. Química Nova da

Escola, n.10, 1999. p.43-49.

GONÇALVES, F. P.; GALIAZZI, M. C. A natureza das atividades experimentais no ensino de Ciências: um programa de pesquisa educativa nos cursos de Licenciatura. In: MORAES, R.; MANCUSO, R. Educação em Ciências: produção de currículo e formação de professores. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. p.237-252.

GOUGH, N. 'If this were played upon a stage...': school laboratory work as a theatre of representation. In: WELLINGTON**,** J. (Eds.). Piratical Work in school science: which way now? London: Routledge, 1998. p.69-89.

HANSON, N. R. Observação e interpretação. In: MORGENBESSER, S. (Org.). Filosofia da Ciência. São Paulo: Cultrix, 1975. p.127-138.

HODSON, D. Hacia un enfoque más crítico del trabajo de laboratorio. Enseñanza de las Ciencias, v.12, n.3, 1994. p.299-313.

Is this really what scientists do? Seeking a more authentic science in and beyond the school laboratory. In: WELLINGTON, J. Pratical Work in school science: which way now? London: Routledge, 1998. p.93-108.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MURANDIRA, Felix Francisco. Qualidade de ensino e construção de conhecimento no Ensino Superior no Laboratório de Química da Universidade Púngue: Estudo de caso. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.560-573, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Murandira, Felix Francisco. (out. 2024). Título do artigo. Qualidade de ensino e construção de conhecimento no Ensino Superior no Laboratório de Química da Universidade Púngue: Estudo de caso. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 560-573.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.574-588 | 2024.

A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano: análise do alcance jurídico da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro

Luísa Natéssia Marufo *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0003-1330-4161

RESUMO
O presente artigo visa refletir sobre a efetividade da aplicação da Lei nº 29/2009 de 29 de Setembro, adiante designada "Lei sobre violência doméstica praticada contra a mulher", e seus efeitos para a ampliação do acesso à justiça no ordenamento jurídico moçambicano, em situação de violência doméstica. Cabe, neste artigo, averiguar o grau de materialização dos princípios constitucional da universalidade e igualdade; o da igualdade do género e o direito à vida, artigos 35, 36 e 40 da Constituição da República de Moçambique de 2004; princípios que se encontram vertidos na Constituição bem como nas leis ordinárias. Para a operacionalização deste trabalho recorreu-se ao método hermenêutico e de revisão literária através do procedimento bibliográfico. A violência doméstica, constitui um problema social de cariz global, e a Lei 29/2009 vem estatuir medidas de prevenção de violência em Moçambique. Todavia, cumpre salientar como resultados da pesquisa que há diferenças especificas no que tange aos atos considerados como violência doméstica, decorrentes de realidades sociais e culturais específicas, sobretudo no que toca ao acesso à justiça como um direito que visa garantir a dignidade da pessoa humana, conforme veremos. Conclui-se no limiar entre o formal e a prática, que para a resolução dos conflitos sobre violência doméstica, também se reproduzem discriminações que limitam os indivíduos seus direitos de acesso à justiça.

PALAVRAS-CHAVE
Violência doméstica; Lei da violência doméstica contra a mulher; Medidas de proteção e sancionatórias.

Domestic violence Against Women according to the Mozambican Law: an Analyses of the Mozambican legal reach out of law Nr. 29/2009 of 29th September

ABSTRACT
The current article is aimed at reflecting on the effectiveness of the application of law Nr. 29/2009, 29th September, hereinafter referred to as "Domestic Violence Law practiced Against Women" and its effects in the justice access extension in the Mozambican law. This article intends to find out the degree of materialization of the constitutional principles of universality and equality, the gender equity and the right for life, article 35, 36 and 40, of the Constitution of the Republic of Mozambique, 2004; principles that are enshrined in the constitution and in the ordinary laws. For the aim of making this work operational, we used a hermeneutic method and a literature review through bibliographic review. Domestic violence constitutes a social problem of global nature and, the law 29/2009 was enacted to set violence prevention measures in Mozambique. Therefore, it is worth mentioning, as a result of the research that, there is specific differences pertaining to acts regarded as domestic violence resulting from specific cultural and social realities, mostly aspects related to access to justice as a right aiming at guaranteeing a human being dignity, as we will see. In the limit between the formal and the practice on the ground a conclusion for the resolution of

* Doutoranda em Inovação Educativa, na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula; Directora Adjunta Pedagógica da Extensão de Xai-Xai da Universidade Católica de Moçambique; Membro da Comissão da Qualidade da Universidade Católica de Moçambique; Mestre em Ciências da Educação, especialidade em Formação de Adultos, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Licenciada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. E-mail: lmarufo@ucm.ac.mz

domestic violence conflicts was reached out and that is that discriminations are also reproduced which limits people of their rights to access to justice.

KEYWORDS
Domestic Violence; Domestic Violence Law Against Women; Protection and sanctioning measures.

Hi ukhinhavezi leli li mahekaku ka wansati hi tifanelo ta Moçambique: hi khutaza aka nawu wa makume mambiri na ntlhanu ni mune (29) ka lembe maghidy mbiry ni ntlhanu na mune ya makume mbiri já zivamissoko (Setembro)

NKATSAKANHO
A kulhaya lexi, xi hi khutaza aku hi elheketa hita mintsengo yama mahelo kumbe matirhisselo ya nawu wa makume mambiri na ntlhanu ni mune (29) ka lembe maghidy mbiry ni ntlhanu na mune ya makume mbiri já zivamissoko (Setembro), xyihaxaminau lexi xivulavulaka hi ukhinhavezi leli li mahekaku ka wansati ni swi mphintlo kuve swi fikissiwa ka huvu ya wu txamuli hi xi yimu xa uthethisse xa tiko la vana swi pshaliwalomu. Hi kola ka ukhinhavezi. Swi hella ka xilhaya lexi akuve xi xiya hiwu nhaminhami aku landza hi laha swi lavekaka hakona ka ku landza ta wu wunwe niku fana. Hikufana loku ka lhongue ni ku kuveni fanelo yaku hanha, ti lhayo makume narhu ni ntlanu (35), ni lhayo makume narhu ni ntlanu na linwe (36), ni lhayo mune wama kume (40) ya ta swiboho swaminawu ya tiko la hina la Moçambique la lembe la maguide mbire ni mune (2004). Massangulo lawa mangahakumeka ka wuboho la minawu swinwe niukatsakanho lá matirhela laha kunga lheliwa hi ntirissanu ni tibuko tinhingyi tama hungu lawa. A wukhinhavezi i mhaka leykulu ka unhingy lá vhanu na kona a xilhaya lexi xitela kuta pfuxeta swi khatisso leswi swi ngata vikela a ukhinhavezi lomu ka tiko la hina la Moçambique. Na swily xileswo hinga vula aku aty lhamulo kumbe mihandzu ykombissa ku hambana hi ka leswi swi humelelaku ka ukhinhavezi mindjanguini ka xinhanwaka hi ka swi hena hambi kamintoloveto ynwany ni ynwany mayelano niku landza ta utshamulelo la ti mhaka lety swanga fanelo ya munwany ni munwany kuve a hanha xi mhunu tany hi leswi. Hiku hetelela, hikuma leswaku a minawo ni swihena, kuve ku thethiwa mazolonga ya ukhinhavezi swi guala livengo niku hambana ka va kutala se swimaha ku vanhingy va tsika fanelo ya vona yaku vaya lweliwa hi nawu wa pfumu.

NTSIMANTSIMA
Ukhinhavezi; xiboho xa minawo ya wukhinhavezi ka wa saty; Minawo ya uvikey ny swi khatisso.

1. Contextualização

A violência doméstica contra a mulher integra hoje o núcleo duro dos grandes temas de debate, quer nas academias bem como na opinião pública. A história demonstra que as tradições culturais influenciam o *mudus vivendi* da sociedade política contemporânea. A evolução da família patriarcal às novas formas de constituição de família ancoradas no princípio da igualdade do género tem sido marcada entre avanços e recuos. No contexto moçambicano, vários são os casos de violência domésticas contra a mulher reportados por distintos estudos académicos, o que revela em última análise a predominação de hábitos e costumes discriminatórios contra a mulher. É neste sentido, que o legislador moçambicano respondendo as exigências do Estado de direito aprovada a Lei sobre a violência doméstica perpetrada contra a mulher. Com a aprovação da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro, sobre a violência doméstica praticada contra a mulher,

colocou-se em relevo os direitos humanos no ordenamento jurídico moçambicano, criou-se garantias formais de reconhecimento da violência doméstica como um acto hediondo, bem como criou-se estratégias de promoção do direito de acesso à justiça em situação de violência.

A Lei da violência contra as mulheres moçambicana, confronta, uma vez mais, com a questão das fontes do direito. É disso exemplo, os conflitos que se põem entre o princípio da legalidade e princípio costumeiro face ao princípio do pluralismo jurídico o qual determina que o Estado de Direito democrático e de justiça social deve permitir a coexistência normativa entre as várias fontes de direito, para a resolução de um conflito.

O presente estudo apresenta como problema o seguinte: em que medida as normas vertidas na Lei 29/2009 de 29 de Setembro garantem o direito de acesso à justiça em Moçambique. A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar o alcance da Lei 29/2009 de 29 de Setembro em matéria de violência doméstica contra a mulher no ordenamento jurídico moçambicano. Especificamente, a pesquisa visa (i) Avaliar o grau de eficácia jurídica e implementação da Lei 29/2009, de 29 de Setembro;(ii) Demonstrar quais são as principais fraquezas e quais são os caminhos penais definidos pelo legislador penal que melhor podem ultrapassar o problema da violência doméstica de acordo com o direito comparado;(iii) Identificar os principais desafios do acesso à justiça nos casos dos crimes de violência doméstica.

2. Metodologia

Ricardo Miranda (s/d) ao citar Santos (1999, 2002) refere que “investigar é compreender os comportamentos humanos, os significados e intenções dos sujeitos que intervêm no cenário educativo, sendo a interpretação não mais que a compreensão dos fenómenos educativos” (p. 35). Para o presente estudo, a reflexão foi baseada na pesquisa bibliográfica e documental. Para Maria da Piedade Alves (2012):

> a pesquisa bibliográfica ocorre quando um investigador desenvolve a sua investigação a partir de estudos já efectuados por outros investigadores. O investigador deve procurar conhecer a bibliografia publicada dentro da área de pesquisa. Depois deve cingir-se a obras especializadas no tema concreto. Pois, perante o mar imenso de informação com que nos deparamos, é necessário saber “filtrar” a informação pesquisada e, depois, saber organizá-la (p. 42).

Marina Marconi e Eva Lakatos (2015) corroboram com Alves (2012) quando afirmam que “a pesquisa bibliográfica trata-se de levantamento de toda a bibliografia já

publicada, em formas de livros, revistas, publicações alusivas a imprensa escrita e esta "também pode ser designada por pesquisa de fonte secundária" (pp. 43-44). Todavia, Ana Barañano (2008) refere que a investigação bibliográfica "está fortemente determinada pelos conhecimentos prévios que se tenham sobre a problemática em análise, bem como pela exatidão na definição desta" (p. 55). Normalmente, as pesquisas bibliográficas seguem estas etapas: "Escolha do tema; Levantamento bibliográfico preliminar; Formulação do problema; Elaboração do plano provisório de assunto; Busca das fontes; Leitura do material; Confecção de fichas; Organização lógica do assunto e Redação do texto" (Gil, 2016, p. 47).

Esta pesquisa é de carácter descritivo. Assim, na perspectiva de Franz Victor Rudio (2015), "a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenómenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los; deseja conhecer a natureza dos fenómenos, bem como a sua composição" (p. 71). A pesquisa descritiva pode aparecer sob diversas formas: "pesquisa de opinião ou pesquisa de atitude, pesquisa de motivação, estudo de caso, pesquisa para análise de trabalho, pesquisa documental e pesquisa histórica" (Rudio, 2015, pp. 71-72). Portanto, sendo um estudo de carácter reflexivo e de forma a colher toda a informação necessária para o aprofundamento da temática, recorreu-se a diversas fontes de informação. Nomeadamente, manuais e artigos científicos. Pois, este foi um dos meios adoptados para triangular a informação.

3. Conceituação

3.1. Violência doméstica – enquadramento doutrinário

I. Cumpre em primeiro lugar conceituar o termo violência para sermos precisos no que pesquisamos e defendemos. A violência é, na perspectiva de Fernanda A. dos S. L. Cezerilo e José Joaquim Franze (2020),

> um termo que deriva do Latim "*violentia*", que significa "*veemência*, impetuosidade". Trata-se de um fenómeno histórico e patente desde o surgimento da humanidade e que vem se manifestando de formas diferenciadas em cada período histórico, podendo mudar de tonalidade. Ela é do domínio mundial, por se encontrar em todos os cantos do planeta, influenciada, sobretudo, por aspectos culturais, étnicos e políticos (p. 2).

Todos os dias, nos mais variados locais do mundo, mulheres e meninas são física e psicologicamente maltratadas na "segurança" das suas próprias casas ou fora destas, assassinadas, violadas, perseguidas, assediadas, mutiladas, forçadas pela família a casar ou esterilizadas contra a sua vontade. A violência contra as mulheres e/ou a violência

doméstica assumem-se como um fenómeno estrutural e global que não conhece limites económicos, sociais, culturais, ou fronteiras de espécie alguma.

II. Dentro do seu *conceito* doutrinário, a violência doméstica, considerada um tipo de violência contra a mulher, é definida por Júlia Bitello Lobo Barbosa (2021) como:

> um comportamento violento, que pode ou não ser continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica à vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente p. 7).

III. Segundo o Centro de Estudos Judiciários-CIG (2020) citando Guerra e Gago (2020, p.30), a violência contra a mulher inclui: violência física, sexual e psicológica, quer a que tenha ocorrido na esfera privada – dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal em que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a mulher vitimizada, estando ligados por laços de consanguinidade ou de convivência –, quer a que tenha ocorrido na esfera pública, compreendendo, entre outros, os maus tratos, a violação, o abuso sexual, a tortura; o tráfico de mulheres, a prostituição forçada; o sequestro e o assédio sexual no lugar de trabalho; o uso de linguagem sexista nos meios de comunicação social ou a difusão de imagens estereotipadas sobre os papéis sexuais na publicidade, e até mesmo a que pode ocorrer nos espaços institucionais (serviços de saúde, polícias, escolas, …) através de maus tratos diretos infligidos às mulheres ou da discriminação no acesso aos serviços. Sendo assim, a definição de violência contra a mulher está relacionada com as diversas formas de violência seja essa física, emocional e/ou psicológica, contra mulheres e meninas, dentro da esfera privada – família ou espaço doméstico e dentro da esfera pública. Muitas vezes a violência contra as mulheres pode ser chamada de violência de género devido a ser entendida como uma questão de género, ou seja, estar estruturada numa sociedade patriarcal onde perpetuam-se desigualdades entre homens e mulheres, e tais desigualdades – que muitas vezes se originam numa construção social - são utilizadas como explicações à forma de violência contra mulheres e meninas (Barbosa, 2021).

IV. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) “a violência doméstica é considerada uma “grave violação dos direitos humanos, em particular das mulheres” (tal como foi definida na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da Organização das

Nações Unidas, em 1995) e um "grave problema de saúde pública" (CIG, 2020, p. 21). Ao nível do Direito Internacional, ao longo das últimas décadas, têm-se feito progressos significativos em matéria de tratados e convenções, com o objetivo de combater a violência do género e erradicar os preconceitos vigentes contra as mulheres, raparigas e crianças do sexo feminino, desde sempre consideradas, na expressão de Simone de Beauvoir, "o segundo sexo" (CIG, 2020, p. 21).

3.2. Causas da violência doméstica

É difícil identificar as causas da violência doméstica no geral e da violência doméstica praticada contra a mulher em particular. Mesmo se se trata de um problema social ou cultural. Interessante, pois, os posicionamentos de vários autores sobre as causas da violência doméstica. Por exemplo, Alexandre Etelvina Caetano Meque, citando ABRAHAMS *et al* (2014) diz que, estes:

> discutem que a violência contra as mulheres não está confinada a uma cultura, a uma região ou a um país específico, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. Segundo o mesmo autor (2014, p. 1648) as raízes da violência contra as mulheres decorrem da discriminação persistente contra as mulheres e ganha expressão global (p. 15).

Ora, parece-nos que a principal causa da violência doméstica praticada contra a mulher tem mais uma explicação de cariz sociológica e histórica do que propriamente jurídica apesar de os níveis de proteção legislativa (o que varia de ordenamento jurídico para ordenamento jurídico) corroborar para que haja um problema no campo do acesso à justiça por vezes por ineficácia das leis de proteção.

No computo geral, as principais causas da violência doméstica apontam para factores históricos, isto é, na supremacia do poder patriarcal exercido pelo homem ao longo de muitos séculos tal como consideramos na nossa contextualização. Por exemplo: na Europa, a crença na "superioridade da cultura europeia" e no respeito pelos direitos das mulheres tem sido posta sistematicamente em crise pelas notícias frequentes das discriminações e violências sofridas pelas mulheres no seu dia-a-dia, que tanto podem consistir no assédio sexual nas ruas e/ou no trabalho, como numa violação "não violenta", num assassinato "por ciúmes" ou em violência doméstica.

4. Enquadramento legal

4.1. A violência doméstica contra a mulher ao abrigo do direito internacional, da Constituição da República, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro e do Código Penal

I. Feita a descodificação doutrinária sobre o conceito de 'violência doméstica', cumpre agora fazer o seu enquadramento jurídico. Uma primeira ressalva terá que ver com o posicionamento do legislador internacional e constitucional. Quando ao legislador internacional, trazemos o exemplo da Convenção de Istambul (2011) a qual define violência contra as mulheres como:

> uma violação dos direitos humanos e é uma forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os actos de violência de género que resultem, ou possam resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais actos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada (Artigo 3, da Convenção de Istambul, 2011).

Contudo, existem vários outros instrumentos de direito internacional de grande recurso legal e aderência dos Estados, designadamente: (i) a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a CEDAW; (ii) a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres; (iii) a Convenção de Belém do Pará (1994) e; (iv) o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, o Protocolo de Maputo (2003).

Adentrando na Constituição de Moçambique, constata-se que qualquer tipo de violência tem, ainda que de forma menos expressa, o seu respetivo tratamento. Por exemplo, na Constituição de 1975, em matéria de igualdade de género, artigo 29; na Constituição de 1990, artigo 67 e artigo70; na Constituição de 2004, artigo 35, artigo 36, artigo 40, e o n.3 do artigo 67, nomeadamente, quando o legislador afirma que: a vida humana é inviolável, a integridade moral e física das pessoas é inviolável e ninguém pode ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos.

II. De acordo com o legislador ordinário, em resposta ao legislador constitucional, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 183, da Constituição da República de Moçambique, a violência em si, compreende: "*qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial dos objectos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos económicos incluindo os destinados a satisfazer as suas necessidades*" (Vide, Anexo da Lei contra a violência doméstica, Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro). Já no que toca a 'violência contra a mulher', diz respeito "*a todos os actos perpetrados contra a mulher e que cause, ou que seja capaz de causar danos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, incluindo a ameaça de tais actos, ou imposição de restrições ou a privação arbitrária das liberdades fundamentais na vida*

privada ou pública" (Vide, Anexo da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro). Aqui, há que distinguir ainda entre *(i) violência física, (ii) moral, (iii) psicológica e; (iv) sexual:*

> *(i)* Quanto a primeira, compreende "qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal, nomeadamente, bofetadas, puxar, empurrar, esmurrar, beliscar, morder, arranhar, socos, pontapés, agredir com armas ou objectos."
> *(ii)* Quanto a segunda, compreende "qualquer conduta que configure calunia, difamação ou injúria."
> *(iii)* Por seu turno, a *violência psicológica* diz respeito "a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento coercivo, vigilância constante, perseguição, contumaz, insulto, chantagem, ridicularização e exploração, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação."
> *(iv)* Por último, mais não menos importante temos a *violência sexual*. Quanto a esta, compreende "qualquer conduta que constrange a praticar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimónio, à gravidez, ao aborto ao à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos seus direitos sexuais reprodutivos (Vide, Anexo da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

Ora, depreende-se do disposto nos n.ºs 1 e 2, do artigo 1 conjugado com o artigo 7, que existem grandes proximidades no tocante a limitação do âmbito da violência doméstica. Dentro das disposições gerais, o legislador ordinário remete para o legislador penal, quando de tais actos resultem em morte. Neste sentido, a lei da violência doméstica praticada contra a mulher só se aplica nos casos em que anteriormente nos referimos, isto é, "(…) no âmbito das relações domésticas e familiares e de que não resulte a sua morte" (n.º 1, do artigo 1, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro). Ora, "nos casos em que dos actos da violência resulte a morte, são aplicadas as disposições do Código Penal" (n.º 2, do artigo 1, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro) o qual se aplica supletivamente (vide, artigo 7, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

IV. De acordo com o Código penal, tratando-se de um crime contra a vida, a princípio, tanto pode integrar como um homicídio voluntário simples tanto como um homicídio agravado e/ou privilegiado de acordo com a gravidade global das circunstâncias em si. No caso de homicídio voluntário simples, "quem voluntariamente matar outra pessoa, é punido com a pena de 16 a 20 anos" (Artigo 159, da Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro, Lei de Revisão do Código Penal); (ii) no caso do homicídio agravado a pena

pode ir até aos 24 anos nos seguintes casos: “a pena de prisão de 20 a 24 é aplicada a quem causar a morte de outrem em circunstâncias que revelem especial censura ou perversidade (…)” (Artigo 160, da Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro, Lei de Revisão do Código Penal) as quais concorram com as circunstâncias previstas nas alíneas a) à j) do artigo acima citado; (iii) no caso de ter sido praticado homicídio privilegiado dispõe o legislador penal que “quem matar outra pessoa dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminua sensivelmente a sua culpa, é punido com pena de prisão até 2 anos e multa”(Artigo 161, da Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro, Lei de Revisão do Código Penal).

4.2. As medidas penais de acordo com a Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro

4.2.1. A natureza criminal

A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano afigura-se no tipo legal de crime de grande impacto público. Não é de negar, basta observar o informe anual do Procurador-Geral da República (PGR), no qual está patente:

> nos últimos anos tem-se notado um crescente reconhecimento público de que a violência doméstica constitui um problema grave para sociedade, e a sua prevenção e combate representam um desafio para todos. Reconhecendo os resultados alcançados, com as alterações legislativas, discussões e debates, envolvendo a sociedade civil e diversas entidades governamentais e não-governamentais, a violência doméstica ainda perdura, afectando mulheres, homens, crianças e idosos, o que suscita a necessidade de uma reflexão sobre as melhores formas de lidar com este tipo de criminalidade. Este fenómeno apresenta-se sob diferentes formas, quais sejam, a violência física, psicológica, moral, social e patrimonial. No período em análise, foram registados 7.591 processos 52, contra 7.680, de igual período anterior, o que representa uma redução de 89 processos, correspondente a 1,2% (vide, Informação Anual da PGR à Assembleia da República, 2021, p. 87).

Como diz a gíria latina: *Verba docente, exempla trahunt*… ou seja, “as palavras ensinam, os exemplos arrastam.” Interessa-nos, pois, fazer aqui um levantamento legislativo sobre as espécies de violência a que o legislador ordinário definiu pela sua grande importância e impacto socio-jurídico prático:

I. **Violência física simples** – a medida punitiva para crimes de violência física simples segundo o legislador é feita do seguinte modo: (i) “aquele que voluntariamente atentar contra a integridade física, utilizando ou não algum instrumento e que cause qualquer dano físico é punido com pena de prisão de um a seis meses e multa correspondente” (n.º 1, do artigo 13, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro); (ii) “avaliadas as circunstâncias de cometimento do crime e a situação familiar do condenado,

o tribunal pode substituir a pena de prisão referida no número anterior pela pena de trabalho a favor da comunidade" (n.º 2, do artigo 13, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

II. **Violência física grave** – aquele que violentar fisicamente a mulher, de modo a:

> (i) afectar-lhe gravemente a possibilidade de usar o corpo, os sentidos, a fala e as suas capacidades de procriação, de trabalho manual ou intelectual, é punido na pena prevista no artigo 360 do Código Penal, sendo a pena mínima elevada a um terço e multa nunca inferior a um ano (alínea a, do artigo 14, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro);
> (ii) causar-lhe dano grave e irreparável a algum órgão ou membro do corpo, é punido nas penas previstas no artigo 360 do Código Penal sendo a pena mínima elevada a um terço (alínea b, do artigo 14, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro);
> (iii) causar-lhe doença ou lesão que ponha em risco a vida é punido na pena de dois ou oito de prisão maior (alínea c, do artigo 14, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

III. **Violência Psicológica** – quanto a violência psicológica, o legislador considera que:

> (i) aquele que ofender voluntária e psiquicamente, por meio de ameaças, violência verbal, injúria, difamação ou calúnia, a mulher com quem tem ou teve relação amorosa duradoura, laços de parentesco ou consanguinidade ou mulher com que habite no mesmo tecto, é condenado na pena de seis meses a um ano de prisão e multa correspondente (n.º 1, do artigo 15, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).
> (ii) se a ameaça tiver sido feita com uso de instrumentos perigosos, a pena é de um a dois anos de prisão e multa correspondente (n.º 2, do artigo 15, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

IV. **Violência moral** – no que toca a violência moral o legislador diz que "aquele que por escrito, desenho publicado ou qualquer publicação, imputar um facto ofensivo à honra e carácter da mulher, é punido nos termos do artigo 7 da presente Lei" (Artigo 16, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

V. **Violência patrimonial** – são punidos os crimes de violência patrimonial da seguinte forma:

> (i) É punido com a pena de trabalho a favor da comunidade entre cinquenta a cem horas, aquele que cause deterioração ou perda de objectos, animais ou bens da mulher ou do seu núcleo familiar (n.º 1, do artigo 19, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).
> (ii) É punido com pena de prisão até seis meses aquele que deixar de prestar alimentos a que está obrigado, por um período superior a sessenta dias privando, deste modo, os beneficiários de sustento e pondo em risco a sua saúde, educação e habitação (n.º 2, do artigo 19, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

> (iii) Aquele que se apoderar dos bens do núcleo familiar da mulher após a morte do conjugue ou do homem com que vivia em união de facto ou em situação equiparada, é punido com pena de prisão até seis meses e multa correspondente (n.º 3, do artigo 19, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

VI. **Violência Social** – a medida penal se aplica no seguinte caso: "aquele que impedir a mulher com quem tem relações familiares ou amorosas de se movimentar ou de contactar outras pessoas, retendo-a no espaço doméstico ou outro, é punido com pena de prisão até um ano ou multa correspondente" (Artigo 20, da Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro).

5. Leitura crítica a Lei de Proteção da Mulher contra a Violência Doméstica
5.1. Desafios de implementação da Lei – aspectos centrais

De acordo com vários estudos científicos, há vários aspectos a considerar com relação a Lei contra a violência doméstica. Os estudos apontam para questões culturais como um dos grandes calcanhares de Aquiles para a materialização concreta da Lei de proteção. Neste sentido, Etelvina Meque (2016) citando o estudo de Graça Júlio (2013) diz que:

> (i) *Em matéria da inoperacionalidade da lei face as tradições* – de facto "em relação ao tradicionalismo cultural de Moçambique, funcionando como obstáculo para a implementação da lei (…)" (p. 131).
> (ii) *Dos pronunciamentos da Procuradoria de Dondo (PD) e do Gabinete de Atendimento de Dondo (GAD)* – do lado da PD ouve-se dizer que "[A Lei] está a contribuir para a promiscuidade, desobediência, falta de respeito por parte das mulheres e destruição de muitos lares." Do lado do GAD "outro entrevistado apontou que as comunidades recorrem à lei até para resolver aquilo que eles entendem como sendo "pequenos problemas conjugais" (pp. 132-133).
> (iii) *Dos intervenientes do IPAJ (Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica) ao nível da Província de Sofala* – estes "destacaram que esta Lei cria uma série de problemas sociais às famílias pois (i) fomenta mais divórcios porque a mulher agora "queixa-se" por tudo e por nada, (ii) aumenta os desentendimentos entre os cônjuges, (iii) amplia os desentendimentos com a família do cônjuge condenado e sentenciado, (iv) deixa as crianças desamparadas em função dos divórcios que ocorrem como consequência da implementação da Lei" (p.27).

Ora, para além das desvantagens apontadas o estudo conclui que são significativas as vantagens da Lei em vigor apesar de a Lei Brasileira Maria da Penha Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 apresentar muito mais vantagens de cariz processual ou procedimental. Por exemplo, em matéria de amplitude da lei e da penalização da

própria lei conforme se lê no seu preâmbulo: “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do ponto 8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.

Sob o ponto de vista procedimental parece-nos que a Lei Maria da Penha diz mais, o legislador brasileiro estabelece um capítulo bastante extenso em torno dessa matéria (Capitulo III), que hora pelo atendimento dado pela autoridade policial, e dos procedimentos propriamente ditos, Capítulos I a IV. O título IV, composto por quatro capítulos. Dentro das vantagens da Lei moçambicana:

> (i) a lei trouxe inovação, sobretudo em relação a uma melhor tipificação dos crimes de violência doméstica, a participação mais ativa do Ministério Público e dos Gabinetes ou Delegacias de Atendimento da Polícia, conduta mais humana e responsáveis dos homens, assim como as próprias remissões das penas (Meque, 2016, citando Júlio, 2013, p. 133).
> (ii) Acessibilidade do texto da Lei ao cidadão comum: Por ser uma lei que não tem uma linguagem eminentemente jurídica, é [inteligível] para qualquer cidadão. ë uma lei com uma simples leitura, as pessoas conseguem aferir qual a atitude a tomar perante determinada situação (Meque, 2016, citando Júlio, 2013, p. 27).

Apesar das desvantagens apresentadas pelos vários sectores que integram os pilares do Estado de direito moçambicano, nomeadamente: Profissionais do sistema judiciário, desde procuradores, juízes, agentes policiais e trabalhadores de ONG’s, é inegável que a Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro introduz-se no sistema de justiça nacional como *condition sine qua non* para a proteção dos direitos da mulher contra a violência doméstica resultante também do crime de discriminação. Importante, na nossa nota final, salientar que o crime de discriminação contra a mulher encontra amparo jurídico no direito internacional.

A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e o respectivo Protocolo opcional à respectiva Convenção, são os instrumentos legais de grande impacto no âmbito do direito internacional. De acordo com a Convenção:

> (…) a expressão «discriminação contra as mulheres» significa qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha como efeito ou como objectivo comprometer ou destruir o reconhecimento, o gozo ou o exercício pelas mulheres, seja qual for o seu estado civil, com base na igualdade dos homens e das mulheres, dos direitos do homem e das

> liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro domínio (Artigo 1, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres).

Nos trabalhos científicos de Graça Júlio (2013), respondendo ao nosso ponto 4.2 e 4.2.1., sobre os principais tipos de violência empregados no contexto moçambicano, verifica-se: "(…) como mais frequentes, além da violência física simples, a violência física grave, ao lado da psicológica e patrimonial" (Meque, 2016, citando Júlio, 2013, p. 146). Por último, julgamos pertinente olhar para a Lei moçambicana do ponto de vista das suas medidas penais. Neste sentido, como refere a nossa correspondente científica, Etelvina Meque (2016):

> vale considerar que autoras moçambicanas, como Conceição Osório, Ximena Andrade e Eulália Otemba (Osório el al, 2000) defendem, (…), a não remissão das penas, por considerá-las como limites para o alcance da própria Lei, em termos de punição dos homens agressores. Isto considerado que penas alternativas previstas na Lei, como prestação de serviços comunitários, multas e pagamento de cesta-básica não defendem, de facto, os direitos das mulheres, uma vez que não garantem a segurança das mesmas, assim como não impedem a reincidência do crime da violência doméstica, por não contar com estratégias que visem promover a transformação na dinâmica das relações sociais familiares e de género (p. 151).

Cientes disso e diferente do que se pensa, aceitando "certos" posicionamentos e refutando outros, preferimos acreditar na evolução do "tradicionalismo cultural" de acordo com a lei em vigor que defende a mulher da violência doméstica isto a médio e longo prazo, acreditando também que os hábitos e costumes não se extinguem por mero decreto-lei ou coisa assim, demoram o seu tempo.

Conclusão

A violência doméstica representa uma grande inquietação quer para a sociedade moçambicana em particular, quer para o mundo no geral. Há necessidade de se chamar atenção à sociedade civil para uma reflexão mais aprofundada sobre esta problemática, de modo que este problema social que afecta a saúde mental e física dos indivíduos envolvidos, independentemente do nível de escolaridade ou classe social, não se perpetue em grande escala, de geração em geração.

O estudo permitiu-nos analisar a violência doméstica contra a mulher em Moçambique de acordo com a Lei n.º 29/2009, de 29 de Setembro em profundo diálogo científico com outros normativos de direito internacional, *v.g.,* a Convenção de Istambul e

a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Achamos pertinente que o legislador moçambicano, numa eventual revisão à lei sobre a violência doméstica contra a mulher, se aprofunde e se inspire nestes instrumentos internacionais que garantem uma ampla proteção em matéria de igualdade de género respeitando, obviamente, as particularidades típicas de cada uma das realidades dos Estados.

Outrossim, o problema do acesso à justiça nesta matéria revela-se de fraca concretização pelo que demonstramos nos pontos 4 e seguintes do presente estudo. São inúmeros os factores condicionantes, desde natureza jurídica (*v.g.* deficiência de proteção jurídica da vítima e/ou do denunciante) bem como de ordem económica (*v.g.* a miséria/pobreza extrema) e sociocultural (*v.g.,* reprovação cultural). Acreditamos que o Estado de direito e os órgãos de justiça constitucional, designadamente: os Tribunais – último recurso do cidadão espoliado possa ser capaz de introduzir a médio e longo prazo uma cultura de legalidade que ande de mãos dadas com os bons hábitos e costumes que por vezes representam a identidade de um Povo ou uma Nação.

Referências

Alves, M. (2012). *Metodologia Científica*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.

Barañano, A. (2008). *Métodos e técnicas de investigação em gestão*. Lisboa, Portugal: Edições Silabo, Lda.

Barbosa, J. (2021). *Violência doméstica em tempos de COVID-19: contributo para a análise de políticas públicas em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal. Recuperado em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24983/1/master_julia_lobo_barbosa.pdf.

Centro de Estudos Judiciários-CIG. (2020). *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno – Manual pluridisciplinar* (2ª. Ed.). Recuperado em https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=jQXSesE72kk%3D&portalid=30.

Cezerilo, F. & Franze, J. (2020). A problemática da violência conjugal em Moçambique. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*. *7(1)*, 33-51. Recuperado em https://www.researchgate.net/publication/341102638_A_problematica_da_violencia_Conjugal_em_Mocambique.

Moçambique. Constituição da República de Moçambique de 2004, revista em 2018.

Moçambique. Constituição da República de Moçambique de 1990.

Moçambique. Constituição da República Popular de Moçambique de 1975.

Convenção de Belém do Pará (1994).

Convenção de Istambul - Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (2011).

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres.
Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a CEDAW.
Gil, A. (2016). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
Informação Anual de 2021, do Procurador-Geral da República à Assembleia da República. Procuradoria-Geral da República. República de Moçambique. Maputo, Moçambique.
Moçambique. Lei n. o 29/2009, de 29 de Setembro, sobre a violência doméstica praticada contra a mulher.
Moçambique. Lei nº 24/2019, de 24 de Dezembro, sobre a Revisão do Código Penal.
Brasil. Lei Brasileira Maria da Penha - Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
Marconi, M. & Lakatos, E. (2015). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo, Editora Atlas S.A.
Meque, E. (2016). *A Violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo-Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, Brasil. Recuperado em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-02062016-143140/publico/EtelvinaAlexandreCaetanoMeque.pdf.
Miranda, R. (s/d). *Metodologia*. Capítulo 3. Recuperado em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5489/9/ulfc096328_3_metodologia.pdf
Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África, o Protocolo de Maputo (2003).
Rudio, F. (2015). *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. 43ª. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes.

Recebido em: 12/05/2024
Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MARUFO, Luísa Natéssia. A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano: análise do alcance jurídico da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.574-588, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Marufo, Luísa Natéssia (out. 2024). A violência doméstica contra a mulher no direito moçambicano: análise do alcance jurídico da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 574-588.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.589-604 | 2024.

Interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique

Boanerge Furtado Miguel Zaza *
ORCID iD https://orcid.org/0009-0004-7894-181X

RESUMO
O tema deste artigo é interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique. Este tema surge na perspectiva de resposta ao trabalho final, atribuído no módulo de violência doméstica e acesso a justiça. Tem como objetivo principal analisar a Lei da violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique. Será realizada uma interpretação crítica da Lei nº 29/2009 de 29 de Dezembro, que trata do assunto, com foco na eficácia da legislação para os usuários e aplicadores da mesma. Serão abordadas questões como prevenção, punição dos infratores e proteção das vítimas, a fim de avaliar a adequação da Lei para atender as necessidades da população moçambicana. Para isso, serão utilizadas teorias que abordam a violência doméstica praticada contra mulheres no âmbito familiar, como a teoria feminista, a teoria da aprendizagem social. Além disso, serão comparadas outras bibliografias e realizada uma análise crítica para contribuir com a melhoria da Lei e, consequentemente, com a prevenção e combate à violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique. Para realização desta investigação, apoiou-se numa pesquisa Teórica, usando abordagem Qualitativa, embaçado no tipo de Pesquisa Descritiva, tendo como procedimento de recolha de dados o levantamento Bibliográfico e Documental.

PALAVRAS-CHAVE
Violência Doméstica, Punição, Vítima.

Interpretation of the law on domestic violence against women in Mozambique

ABSTRACT
The theme of this article is the interpretation of the law on domestic violence practiced against women in Mozambique. This theme arises from the perspective of responding to the final work, assigned in the module on domestic violence and access to justice. Its main objective is to analyze the law of domestic violence practiced against women in Mozambique. A critical interpretation of Law 29/2009 of December 29, which deals with the subject, will be carried out, focusing on the effectiveness of the legislation for its users and enforcers. Issues such as prevention, punishment of offenders and protection of victims will be addressed, in order to assess the suitability of the law to meet the needs of the Mozambican population. For this, theories that address domestic violence against women in the family environment will be used, such as feminist theory, social learning theory. In addition, other bibliographies will be compared and a critical analysis will be carried out to contribute to the improvement of the law and, consequently, to the prevention and combat of domestic violence against women in Mozambique. To carry out this investigation, a theoretical research was supported, using a Qualitative approach, blurred in the type of Descriptive Research, having as data collection procedure the Bibliographic and Documental survey.

* Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique, Oficial de Justiça e Escrivão de Direito, no Tribunal Aduaneiro Região Sul, E-mail: boanerge.furtado@gmail.com

KEYWORDS:
Domestic Violence, Punishment And Victim: Domestic Violence, Punishment And Victim.

Nkomiso
Nhlokomhaka ya xitsalwana lexi i nhlamuselo ya nawu wa madzolonga ya le mindyangwini lama endliwaka eka vavasati eMozambique. Nhlokomhaka leyi yi huma eka langutelo ro hlamula eka ntirho wo hetelela, lowu averiweke eka modyuli ya madzolonga ya le mindyangwini na ku fikelela vululami. Xikongomelonkulu xa yona i ku xopaxopa nawu wa madzolonga ya le mindyangwini lama endliwaka eka vavasati eMozambique. Nhlamuselo ya nkoka ya Nawu wa 29/2009 wa ti 29 ta Dzivamisoko, lowu tirhanaka na mhaka leyi, yi ta endliwa, ku kongomisa eka ku tirha kahle ka nawu eka vatirhisi na vaendli va wona. Timhaka to fana na ku sivela, ku xupuriwa ka vadyohi na nsirhelelo wa vahlaseriwa ti ta langutisiwa, leswaku ku ta kamberiwa ku faneleka ka nawu ku fikelela swilaveko swa vaaki va le Mozambique. Eka leswi, ku ta tirhisiwa tithiyori leti langutanaka na madzolonga ya le mindyangwini eka vavasati eka ndhawu ya ndyangu, ku fana na thiyori ya feminist, thiyori ya dyondzo ya ntshamisano. Ku engetela kwalaho, tibibliyografi tin'wana ti ta pimanisiwa naswona nxopaxopo wa nkoka wu ta endliwa ku hoxa xandla eka ku antswisiwa ka nawu naswona, hi ku landzelelana, eka ku sivela na ku lwisana na madzolonga ya le mindyangwini eka vavasati eMozambhiki. Ku endla ndzavisiso lowu, ku seketeriwile ndzavisiso wa thiyori, hi ku tirhisa endlelo ra Khwalithi, leri nga vonakiki kahle eka muxaka wa Ndzavisiso wo Hlamusela, ku ri na tanihi endlelo ro hlengeleta datha ndzavisiso wa Bibliyographic.

MARITO YA NKOKA
Madzolonga ya le mindyangwini, ku xupuriwa na muhlaseriwa.

Introdução

O artigo analisa a interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique, tema inspirado da participação do quinto módulo intitulado "Violência Doméstica e Acesso à Justiça", ministrado pela Universidade Católica de Moçambique, Extensão de Xai-Xai. Partindo do pressuposto de que A violência doméstica é um problema que ocorre em todo o mundo e Moçambique não é uma exceção. É um fenómeno que afeta principalmente as mulheres, mas também pode afetar crianças e homens. A violência doméstica pode incluir abuso físico, psicológico, sexual, económico e patrimonial.

O objetivo desta investigação foi de fazer uma interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique, discutindo de modo explícito e implícito sobre como é que o legislador trata das questões como prevenção, sancionamento dos infratores e proteção às vítimas. Assim como compreender os constrangimentos decorrentes da aplicação desta Lei. A justificativa para estudar a violência doméstica contra mulheres em Moçambique é que esse fenómeno não é exclusivo do país, mas sim um problema que ocorre em todo o mundo. Portanto, entender

como a Lei aborda essa questão em Moçambique pode fornecer conhecimentos valiosos para lidar com esse problema em outras partes do mundo.

A pesquisa sobre a interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique é justificada pela necessidade de entender e aprimorar a aplicação da Lei para proteger melhor as vítimas e combater a violência doméstica no país. Além disso, ela tem relevância académica, visto ser uma área importante de estudo no campo do direito e dos direitos humanos, contribuindo para o conhecimento académico sobre a interpretação e aplicação das Leis de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Para realização desta investigação, apoiou-se numa pesquisa Teórica, usando uma abordagem Qualitativa, embaçado na pesquisa Descritiva, tendo como procedimento de recolha de dados o levantamento Bibliográfico e Documental

Tomando em consideração que a Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra mulher, não é uma Lei nova, já passam cerca de treze anos após a sua aprovação, no entanto evidenciam-se inúmeros constrangimentos na sua aplicação, suscitando reflexões sobre a necessidade do seu melhoramento e adequação às condições do país, e a necessidade de capacitar e desenvolver as instituições de administração da justiça para melhor responderem aos desafios que a sua aplicação tem colocado.

Desta forma, levou a considerar uma pergunta de partida, que indo ao encontro dos objetivos traçados, ajudará a compreender melhor este problema. Até que ponto, a aplicação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique pode ser eficaz. O Trabalho está organizado em três Secções, sendo que no primeiro aborda do Conceito Doutrinário e teorias acerca da Violência Doméstica Contra Mulher Conforme Doutrinas e a segunda trata de parte faz se uma análise crítica da aplicação da Lei Sobre a violência doméstica praticada contra a Mulher em Moçambique. Ademais, o trabalho tem introdução, conclusão e referências bibliográficas.

1.Conceito de Violência Doméstica Contra Mulher Conforme Doutrinas

Conforme Santos (2005), violência contra mulher “como uma ideologia masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres”. o autor define a violência como uma ação que transforma diferenças em desigualdade hierárquicas com fim de dominar ou oprimir· Conforme Chilundo (2014), argumenta que a violência doméstica em Moçambique é influenciada por fatores culturais e económicos, incluindo a perpetuação de normas sociais patriarcais e a pobreza. Ele destaca a importância de

levar em consideração o contexto sociocultural em que ocorre a violência doméstica. Isso é importante porque reconhece que a violência doméstica não ocorre isoladamente, mas é influenciada por fatores externos e estruturais.

1.1.Teorias Sobre Violência Domestica Contra A Mulher

1.1.1 Teoria da Aprendizagem Social

Proposta por Bandura (1961), um psicólogo canadense conhecido por suas contribuições para a teoria da aprendizagem social e sua pesquisa sobre o comportamento humano, especialmente no que diz respeito à agressão e violência. Em sua teoria da aprendizagem social, o autor argumenta que os comportamentos, incluindo a violência doméstica contra a mulher, são aprendidos por meio da observação e imitação de modelos. Ele desenvolveu o conceito de "aprendizagem por observação", também conhecido como aprendizagem vicariante ou aprendizagem por modelagem. Segundo essa teoria, as pessoas podem aprender novos comportamentos apenas observando os outros e as consequências de suas ações, sem precisar experimentar diretamente essas consequências. Bandura enfatiza a importância dos fatores sociais e culturais na aprendizagem e reprodução de comportamentos. Isso significa que as normas sociais e os valores culturais de uma determinada sociedade podem influenciar a propensão de alguém para a violência doméstica.

1.1.2 Teoria Feminista ou Teoria de Género

Foram precursores dessa teoria: Beauvoir (1949), e Friedan (1963), esta teoria vem numa perspectiva crítica que surge no contexto do movimento feminista e busca compreender as desigualdades de género e as formas de opressão contra as mulheres. Simone de Beauvoir, uma filósofa e escritora francesa, é conhecida por seu livro influente "O Segundo Sexo" (1949). Nessa obra, ela analisa a posição das mulheres na sociedade e argumenta que as mulheres não são inerentemente inferiores aos homens, mas são socialmente construídas como "o outro", subordinadas em relação aos homens. Ela critica a ideia de que as mulheres são definidas em relação aos homens e defende a importância da liberdade e independência feminina. Betty Friedan, uma ativista feminista e escritora americana, é autora do livro "A Mística Feminina" (1963), um trabalho influente no movimento feminista dos anos 1960. Nessa obra, Friedan critica a cultura patriarcal que aprisiona as mulheres em papéis tradicionais de dona de casa e mãe, restringindo suas

aspirações e potencialidades. Ela enfatiza a importância das mulheres encontrarem identidade e realização pessoal além dos papéis estereotipados impostos pela sociedade.

A Teoria Feminista destaca que a violência doméstica contra a mulher é resultado de um sistema patriarcal que estabelece relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Nesse contexto, a mulher é vista como propriedade do homem e submetida a uma posição de subordinação. A violência doméstica é considerada uma forma extrema de exercício desse poder, onde a agressão é usada como uma maneira de controlar e dominar a mulher.

2.Antecedentes para o surgimento da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher

De acordo com o Preambulo do anteprojeto da Lei sobre violência doméstica Praticada Contra a Mulher, Maputo, 2006, a Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro, surge na senda do compromisso assumido pelo Estado moçambicano no concerto das nações, ao ratificar, dentre vários instrumentos internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, através da Resolução nº 4/93, de 2 de Junho; o Protocolo Opcional à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, pela Resolução nº 3/2008, de 30 de Maio, bem assim como o Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África, através da Resolução nº 28/2005, de 30 de Maio.

Na Constituição da República de Moçambique, 2018, em particular o nº1 do artigo 40, reza que “todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos”; conjugando com o disposto no artigo 35º da mesma Lei, reza que “ todos os cidadãos são iguais perante a Lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres… ”, ou seja, que todos os cidadãos têm direito à igualdade, à liberdade e à segurança. Partindo do pressuposto que a violência doméstica contra as mulheres está vinculada à desigualdade de poder entre mulheres e homens no âmbito das relações familiares, nas várias dimensões e que por sua vês constitui um atentado contra o direito à vida, à dignidade, e à sua integridade física e psíquica, traduzindo-se num obstáculo para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e solidária;

Tendo em conta que o Estado Moçambicano faz parte da Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher CEDAW, (1979),

ratificada pelo Moçambique através da resolução de 1998; da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, ratificada através da resolução 9/88 de 25 de Julho; da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança ratificada através da Resolução 19/90 de 23 de Outubro; Do protocolo da carta africana dos direitos humanos e dos povos aos direitos da mulher em África ratificada em 2005 da Convenção contra a Tortura e outros maus-tratos ou penas cruéis, desumanos e degradantes, e portanto neste sentido, o Estado está obrigado a adoptar medidas concretas para a eliminação da violência contra as mulheres.

Tendo em conta que em Moçambique não existia Lei que penalize como crime tipificado a violência doméstica e que o problema se apresentava cada vez, forma crescente, foi daí que houve necessidade de se criar a tal Lei com objetivo, prevenir, sancionar os infratores e prestar às vítimas de violência doméstica a necessária proteção, e garantir e introduzir medidas que forneçam aos órgãos do Estado os instrumentos necessários para a eliminação da violência doméstica. e de prestar a proteção das vítimas contra o abuso de poder no relacionamento entre pessoas no âmbito doméstico e introduzir medidas que garantam que os órgãos competentes do Estado assegurem apoio total e efetivo às previsões e assegurar que o Estado se comprometa com a eliminação da violência doméstica.

3. Análise Crítica da Aplicação da Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher em Moçambique (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro)

3.1 Quanto ao Objetivo da Lei

De acordo com o art.2 da Lei 29/2009 de 29 de setembro, é o objetivo desta Lei, prevenir, sancionar, os infratores e prestar as mulheres vítimas de violência doméstica a necessária proteção, garantir e produzir medidas que forneçam aos órgãos do estado os instrumentos necessários para eliminação da violência doméstica. Daí que se pode afirmar que o legislador consagrou dois objetivos, a destacar: Prevenir a violência e sancionar os infratores; Proteger a mulher vítima de violência doméstica.

A prevenção como um dos objetivos desta Lei, alcança-se, não só com medidas jurídico-legais, como também com medidas educativas, que devem interferir desde cedo nos processos de socialização do indivíduo, quer do homem, quer da mulher, nos seus papéis sociais, visto que a violência doméstica, na grande maioria exercida pelo homem contra a mulher, encerra uma dimensão cultural com influência muito forte nos princípios

e valores de vida transmitidos ao novo ser, que ainda prevalecem na sociedade moçambicana.

3.2 No que concerne à vítima

No que concerne à vítima, a Lei nº 29/2009, de 29 de setembro, faz mera enunciação desse desiderato da criminalização, pecando na previsão e adopção de ações concretas que obriguem o infrator e até o Estado, a assegurar uma efetiva proteção à vítima, para evitar a dupla vitimização desta, que não só sofre a violência do infrator, como sofre a violência do sistema penal, que vê na mesma um instrumento de obtenção de prova contra o infrator, este o centro de todas as atenções.

É em face deste sistema penal pouco atento às expectativas da vítima, que o Estado e a comunidade ficam a dever proteção à mesma. O que a vítima dos crimes de violência doméstica espera obter do sistema penal não é apenas a reação deste ao comportamento do infrator, mas também a paz, a proteção efetiva, a justiça, que muitas vezes tarda e falha. Atualmente, a vítima ocupa, no sistema penal, uma posição secundária, ficando em desvantagem relativamente ao infrator, que vê mobilizado todo o sistema penal na procura de soluções para a sua ressocialização.

3.3 Medidas Cautelares

De acordo com o art.6 da Lei de violência doméstica, Esta disposição levanta a questão de saber em que fase do processo pode o juiz, a requerimento do Ministério Público ou da vítima, aplicar as diferentes medidas cautelares ali previstas e qual deve ser a duração daquelas medidas, em face do princípio da presunção de inocência e dos limites das penas e das medidas de segurança, plasmados nos artigos 59º, nº 2 e 61, nº 1 da Constituição da República.

Ora, a Lei nº 29/2009 prevê a aplicação daquelas medidas cautelares – que têm o carácter de medidas de segurança -, sem indicar o tempo de duração; sem determinar se será na sentença condenatória ou no decurso da instrução preparatória, ou antes do julgamento com decisão judicial definitiva. Sem apontar se todas elas são passíveis de determinação no âmbito da ação penal, diferentemente do regime estabelecido sobre as medidas de segurança na Lei 24/2019 de 24 de dezembro, Lei de revisão do código Penal aprovado pela Lei 35/2014 de31 de dezembro nos artigos 70º e 71º, que é claro sobre as condições de aplicação previstas.

3.4 Pena de Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade

Conforme artigo oitavo, da Lei da violência doméstica, na pena de prestação de trabalho a favor da comunidade, o legislador não só não especificou que tipo de trabalhos deve o condenado prestar, deixando a definição dos serviços a prestar ao livre arbítrio do tribunal, como não cuidou de definir a quem cabe a responsabilidade de executar a mesma pena, já que não existem tribunais de execução de penas, o que desencoraja a sua aplicação pelos tribunais, que, grosso modo, para assegurar o efetivo cumprimento das suas decisões condenatórias por esta infracção, optam por substituir a pena de prisão por multa, aplicando assim o regime penal geral do artigo 86 do Código Penal, ao abrigo do que estatui o artigo 7 da Lei nº 29/2009, já que a possibilidade prevista no nº 2 do citado artigo 13 não obsta a esta solução legal.

3.5 Analise dos Tipos de Crimes de Violência Doméstica Previstas na Lei 29/2009, de 29 de dezembro em Moçambique

3.5.1 Violência Física Simples

A Lei nº29/2009 de 29 de dezembro prevê uma pena de um a seis meses de prisão para agressores de violência física simples. Em relação à punição para a violência física simples, a Lei nº 29/2009 de 29 de dezembro prevê uma pena que varia de um a seis meses de prisão. No entanto, a aplicação da Lei nem sempre é efetiva, e muitas vezes a pena é reduzida ou o agressor é liberado sob fiança, o que pode aumentar o risco de reincidência. De acordo com a Lei nº 29/2009 de 29 de dezembro em Moçambique, nos casos de crimes de violência física simples, o tribunal pode substituir a pena de prisão pela pena de trabalho a favor da comunidade. Esta medida tem como objetivo promover a ressocialização do condenado, dando-lhe a oportunidade de contribuir para a comunidade de uma forma positiva.

Conforme Makwakwa e Ndabawa (2017), a pena de trabalho a favor da comunidade é uma forma eficaz de punir e reeducar infratores de delitos menores, uma vez que além de contribuir para a comunidade, possibilita que o infrator cumpra sua pena sem precisar ser isolado da sociedade, como ocorre com a prisão. Além disso, a pena de trabalho a favor da comunidade é uma forma de evitar a superlotação carcerária e reduzir os custos do sistema de justiça criminal. Em alguns casos, pode ser necessário aplicar medidas mais severas para punir adequadamente o agressor e proteger a vítima.

3.5.2 Violência física Grave

A Lei nº29/2009 de 29 de dezembro em Moçambique prevê que a violência física grave é um crime punível com pena de prisão de 3 a 12 anos. Essa Lei define violência física grave como qualquer conduta que cause lesões graves ao corpo ou à saúde da vítima, colocando em risco a sua vida. De acordo com um estudo realizado por Machado et al. (2018), a violência física grave é uma das formas mais comuns de violência doméstica em Moçambique. Esse tipo de violência geralmente ocorre de forma repetida, com o agressor exercendo controlo e poder sobre a vítima. É importante destacar que a violência física grave pode ter efeitos a longo prazo na saúde física e mental das vítimas, além de prejudicar o desenvolvimento infantil e afetar o bem-estar da família como um todo. Portanto, a punição adequada dos agressores é fundamental para a proteção das vítimas e para a prevenção da violência doméstica. A Lei nº29/2009 de 29 de dezembro, nas alíneas a) e b), do art.14, que remete para a penalização para o Art.360º, do Código Penal estabelece a pena de 8 a 12 anos de prisão para quem comete violência física grave em Moçambique. Essa Lei busca proteger as vítimas de violência e punir os agressores, de forma a coibir esse tipo de comportamento criminoso.

3.5.3 Violência psicológica

Na Lei 29/2009 de 29 de dezembro, em Moçambique, a violência psicológica é definida nos números 1 e 2 do Artigo 15º, como qualquer comportamento que cause dano emocional, diminuição da autoestima, perturbação da tranquilidade ou que prejudique o desenvolvimento pessoal da vítima. Segundo Ribeiro (2020), a violência psicológica pode ser descrita como a utilização de palavras, gestos e ações que causam medo, intimidação, humilhação, isolamento, chantagem emocional, entre outras formas de abuso que afetam a saúde mental e emocional da vítima. Segundo os autores, a violência psicológica pode ser tão ou mais prejudicial que a violência física, deixando marcas psicológicas duradouras.

O violador da violência psicológica, por meio de ameaças, tem uma pena de seis meses, conforme previsto nos números 1 e conforme o nº2 do Artigo 15º da Lei nº 29/2009 de 29 de dezembro. Se a ameaça for feita com o uso de instrumentos perigosos, a pena pode ser ainda mais grave, sendo estabelecida uma pena de dois anos e multa. Segundo Matos (2017), a ameaça é uma forma de violência psicológica que pode causar danos significativos na saúde mental e emocional da vítima.

3.5.4 A violência Moral

A violência moral é uma forma de violência doméstica que é reconhecida e punida pela Lei 29/2009 de 29 de dezembro em Moçambique. Essa forma de violência é definida como sendo aquele que por escrito desenho publicado imputar um facto ofensivo a honra e carácter da mulher. De acordo com a Lei, o agressor que cometer violência moral contra a vítima pode ser punido com uma pena de prisão que varia de seis meses a um ano, e se as ameaças forem feitas com o uso de instrumentos perigosos, a pena pode ser aumentada para dois anos, além de uma multa.

Segundo Tavares (2019), A violência moral pode ser uma forma de abuso que é ainda mais prejudicial do que a violência física, pois deixa cicatrizes psicológicas profundas e duradouras na vítima. Os autores destacam que a violência moral é frequentemente usada como uma forma de controlo e poder sobre a vítima, e pode levar a um estado de medo constante e ansiedade. é uma forma de violência que pode ser difícil de provar,.

3.5.5 Cópula não consentida

A cópula não consentida é considerada uma forma de violência sexual e é punida pela Lei nº 29/2009 de 29 de dezembro em Moçambique, no Artigo 17º. Essa forma de violência ocorre quando há uma relação sexual forçada sem o consentimento da vítima, ou quando a vítima não tem capacidade de dar o consentimento, como no caso de menores de idade ou pessoas com deficiência mental. De acordo com a Lei, o agressor que cometer a cópula não consentida pode ser punido com uma pena de prisão que varia de seis meses a dois anos, além de uma multa correspondente. Segundo Costa at al. (2019), A cópula não consentida é uma forma de violência sexual que afeta principalmente as mulheres, e muitas vezes é perpetrada por pessoas conhecidas da vítima, como cônjuges ou familiares. Os autores destacam a importância de promover políticas públicas e programas de prevenção e combate à violência sexual, além de capacitar profissionais de saúde e assistência social para lidar com os casos de abuso.

3.5.6 Cópula com Transmissão de Doenças

A cópula com transmissão de doenças é uma forma grave de violência doméstica, que pode ter consequências físicas e emocionais severas para a vítima. É uma prática que consiste em ter relações sexuais com uma pessoa, sem informar previamente sobre a existência de uma doença sexualmente transmissível ou sem usar medidas preventivas

para evitar a transmissão da doença. A Lei 29/2009 de 29 de dezembro em Moçambique, no Artigo 18, prevê a cópula com transmissão de doenças como um crime de violência doméstica. Segundo o texto legal, o agressor que cometer esse tipo de crime pode ser punido com uma pena de prisão que varia de oito a doze anos. É importante destacar que essa prática é considerada uma violação dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. A vítima pode contrair doenças sexualmente transmissíveis, como o HIV, além de sofrer com danos emocionais, como o medo, a ansiedade, a depressão e o isolamento social.

Por outro lado, é preciso lembrar que a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis também é uma responsabilidade individual de cada pessoa. É importante que todos os envolvidos em uma relação sexual informem previamente sobre sua condição de saúde e tomem as medidas preventivas necessárias para evitar a transmissão de doenças. Portanto, a pena prevista pela Lei nº 29/2009 é uma medida importante para coibir esse tipo de violência e proteger as vítimas. Para Silva e Cruz (2021), destacam a importância da educação e da consciencialização sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, além da necessidade de promover o diálogo entre parceiros sexuais para evitar a transmissão de doenças e prevenir a violência doméstica.

3.5.7 Violência patrimonial

De acordo com o artigo, 19 da Lei nº 29/2009 de 29 de Setembro, que aprova Lei sobre a violência Domestica praticada contra mulher A violência patrimonial consiste em qualquer conduta que configure retenção, subtracção, destruição parcial ou total de objectos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos patrimoniais. Isso inclui, por exemplo, impedir que a vítima tenha acesso a recursos financeiros, controlar os seus bens e direitos patrimoniais, forçá-la a realizar actividades contra a sua vontade, como a venda de bens, ou até mesmo causar danos materiais propositadamente. A inclusão da violência patrimonial como uma forma de violência doméstica é importante, pois reconhece que a violência não se limita apenas à esfera física, mas também inclui aspectos psicológicos e patrimoniais. Além disso, permite que as vítimas possam denunciar e buscar proteção legal em relação à violência patrimonial, assim Como para outros tipos de violência doméstica.

3.6 Violência domestica um Crime Público

Na Lei nº 29/2009, o legislador cuidou de consagrar expressamente que o crime de violência doméstica é público. Foi prudente o legislador na sua previsão, pois, inúmeros são os casos de processos sumários nos tribunais, em que as vítimas, que denunciaram o facto no Gabinete de Atendimento à Mulher e Criança, posteriormente, no tribunal, requerem a extinção do procedimento criminal, invocando perdão ou solução do problema ao nível familiar. O maior constrangimento que os tribunais enfrentam nestes casos, prende-se com a produção de prova dos factos contidos na denúncia, uma vez que, indeferido o pedido, nalguns casos a vítima não comparece ao julgamento e, com a sua conivência, o réu subtrai-se às notificações, já que, por força do disposto no artigo 27, o réu deve ser notificado pessoalmente. Quando não haja testemunhas ou outros elementos de prova, ou quando o crime não tenha sido denunciado pelas entidades indicadas no artigo 23, inevitável se torna a absolvição do infrator por falta de prova, o que pode estimulá-lo a praticar novos delitos da mesma natureza.

5.7 Atendimento as vítimas de violência domesticam

Previsto no art. 22 da Lei29/2009 de 29 de setembro, sendo que na parte introdutória desta reflexão refere à preocupação do legislador em centrar toda a ordenação da Lei no agente infrator. Com preocupação pela vítima, é o tratamento disfarçado dado a esta no artigo com o título “Atendimento”, de tal sorte que o legislador não teve coragem de acrescentar a palavra “à Vítima” a seguir ao termo “Atendimento”, de modo que ficasse claro que se trata de atendimento à vítima, o que se explica pela falta de preocupação com a reparação dos prejuízos por estes sofridos.

Mas é de a falta de preocupação pela pessoa da vítima, manifestada pelo legislador, que se limitou a autorizar a participação da vítima no processo apenas como mero instrumento de obtenção de prova, chegando mesmo a condicionar a participação da mesma no julgamento à sua constituição em assistente nos termos gerais. Normalmente nos crimes de violência doméstica é o lar, o mesmo lugar de residência da vítima e do infrator, o mesmo espaço onde confluem relações de afetividade e de dependência económica e social, grosso modo, da vítima e do infrator.

Estas premissas podem explicar o facto de a maior parte das vítimas dos crimes de violência doméstica, quando denunciam os factos junto às autoridades, estarem sempre mais preocupadas com a possibilidade de se verem ressarcidas, ajudadas ou protegidas e com a punição do infrator. Impõe-se que o Estado preveja e estabeleça mecanismos legais que situem a vítima no centro das preocupações com a incriminação das práticas

que a atingem, consagrando políticas de proteção, apoio, acolhimento e compensação mais profícuas.

3.8 Falta de Comparência do agressor e da vítima na Audiência em julgamento

O artigo 28 da Lei nº 29/2009 de 29 de setembro, que regula a prevenção e combate à violência doméstica em Moçambique, estabelece que, no caso de ausência do agressor na audiência, o julgamento pode ser realizado à revelia. Isso significa que o processo judicial pode seguir adiante mesmo sem a presença do agressor, desde que ele tenha sido notificado da data e hora da audiência. É importante ressaltar que a ausência do agressor não impede a condenação, caso as provas apresentadas sejam suficientes para comprovar a sua responsabilidade pelo crime. É importante destacar que a ausência da vítima pode prejudicar o andamento do processo, principalmente se ela não for localizada para comparecer em audiência. Por isso, é fundamental que as autoridades responsáveis pela investigação e pelo processo judicial busquem garantir a segurança da vítima e trabalhem em conjunto para assegurar que ela possa participar do processo, caso decida fazê-lo. Em suma, a ausência do agressor na audiência não impede o julgamento, podendo o mesmo ser realizado à revelia

3.9 Igualdade de género nos Crimes de violência doméstica

É reconhecido a igualdade de género na no parágrafo único do art.36 da Lei 29/2009 de 29 de dezembro, ao se referir que: com as necessárias adaptações as disposições da presente Lei aplicam se ao homem em igualdade de circunstancias. Dai que se torna importante reconhecer que a violência doméstica pode ser praticada por qualquer pessoa, independentemente do género. Embora a maioria dos casos relatados envolva homens agredindo mulheres, também existem casos em que as mulheres são agressoras e os homens são vítimas. No entanto, é importante ter em mente que a maioria dos casos de violência doméstica contra mulheres é perpetrada por homens e que as mulheres ainda são mais vulneráveis a sofrer violência física e sexual em relação aos homens.

A igualdade de género não significa que ambos sejam iguais em todos os aspectos, mas sim que todos devem ter os mesmos direitos, oportunidades e tratamento justo perante a Lei, independentemente do género. Isso também inclui o reconhecimento de que tanto homens quanto mulheres podem ser vítimas ou perpetradores de violência

doméstica e que ambas as situações devem ser tratadas com seriedade e rigor, seguindo as Leis e políticas de combate à violência doméstica. Portanto, é importante que os serviços de apoio à violência doméstica estejam preparados para lidar com vítimas e perpetradores de ambos os sexos, com empatia e sem preconceitos de género, garantindo o acesso a serviços de saúde e psicossociais adequados, além de apoio jurídico e medidas projetivas. O foco deve ser em combater a violência doméstica em todas as suas formas e em todas as pessoas envolvidas, independentemente do género.

Conclusão

A interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra a mulher em Moçambique revela a existência de inúmeros desafios na sua aplicação, desde a prevenção até à proteção das vítimas e sancionamento dos infratores. É fundamental que haja um esforço contínuo por parte das instituições governamentais, sociedade civil e comunidade em geral para garantir que a Lei seja aplicada de forma eficaz e justa, a fim de eliminar a violência doméstica contra as mulheres em Moçambique. Além disso, é crucial capacitar e desenvolver as instituições de administração da justiça para melhor responderem aos desafios que a aplicação da Lei tem colocado, garantindo que as vítimas sejam protegidas e que os infratores sejam punidos.

Com base na pesquisa realizada sobre a aplicação da Lei da violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique, podemos concluir que a eficácia dessa Lei enfrenta desafios significativos. Embora a legislação tenha sido aprovada há cerca de treze anos, ainda existem inúmeros constrangimentos na sua aplicação. Os resultados revelam que a violência doméstica continua a ser um problema persistente no país, afetando negativamente a vida de muitas mulheres. As análises críticas da aplicação da Lei destacam a necessidade de melhorar a prevenção da violência, o sancionamento dos infratores e a proteção das vítimas. Os constrangimentos decorrentes da aplicação da Lei são multifacetados e podem ser atribuídos a fatores como a falta de recursos adequados, a falta de capacitação de profissionais da justiça, a falta de consciencialização pública e a persistência de normas sociais que perpetuam a violência de género.

Embora a Lei tenha sido um passo importante na proteção dos direitos das mulheres em Moçambique, a sua eficácia depende de uma abordagem abrangente que envolva ações coordenadas de diversos sectores da sociedade. Isso inclui medidas educacionais para aumentar a consciencialização sobre a violência doméstica, a capacitação das instituições de administração da justiça para lidar adequadamente com

esses casos e o fortalecimento das redes de apoio para as vítimas. Em suma, a pesquisa demonstra que a aplicação da Lei da violência doméstica praticada contra mulheres em Moçambique enfrenta desafios e a sua eficácia ainda não foi totalmente alcançada. No entanto, a análise crítica dos constrangimentos pode ajudar a identificar áreas que precisam ser aprimoradas e direcionar esforços para tornar a Lei mais efetiva na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica. É crucial um esforço contínuo para superar esses desafios e garantir que as mulheres sejam protegidas e tenham acesso à justiça em situações de violência doméstica

Referências

Bandura, A. (1961). *Teoria da aprendizagem social*. General Learning Corporation.

Betty Friedan. (1963). *A Mística Feminina.* Editora Universo dos Livros.

Chilundo, A. G. (2014). *Domestic violence in Mozambique*: Manifestation, causes, and challenges. Journal of Social Sciences.

Costa, C., Dias, R., Lima, V., & Viegas, C. (2019). Cópula não consentida: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.*

Liebow, E. (1967). *Tally's Corner:* Um estudo sobre homens negros nas esquinas das ruas.

Machado, V. P., Santos, M. A., & Ferreira, R. J. (2018). *Domestic violence against women in Mozambique:* Prevalence and factors associated with physical violence. International Journal of African Nursing Sciences.

Makwakwa, A., & Ndabawa, R. A. (2017). *Assessment of community service as an alternative sentencing option in Zimbabwe:* A case study of the Harare Magistrates' Court. African Journal of Criminology and Justice Studies.

Matos, M., Dias, C., & Santos, C. (2017). A ameaçam na violência doméstica. *Revista Ibero americana de Psicologia.*

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Constituição da República de Moçambique, publicados no Boletim da República, 1ª Série – nº 115, de 12 de Junho de 2018.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei 24/2019 de 24 de Dezembro, Lei de revisão do código Penal aprovado pela Lei 35/2014 de31 de Dezembro.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Lei nº 29/2009 de 29 de Setembro, que aprova Lei sobre a violência Domestica praticada contra mulher.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE: Preambulo do anteprojecto da Lei sobre violência doméstica Praticada Contra a Mulher, Maputo, 2006.O que fez nascer a Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro.

Ribeiro, J., Neves, I., Oliveira, S., & Silva, J. (2020*). Violência psicológica*: O efeito na saúde mental das vítimas. Revista de Enfermagem Referência.

Santos, C. Macdowel e Izumino, W. Pasinato. (2005). "Violência Contra as Mulheres e Violência do Género". Notas Sobre Estudos Feministas no Brasil. São Paulo.

Silva, J. P., & Cruz, A. (2021). *Cópula com transmissão de doenças:* uma análise crítica da Lei 29/2009 em Moçambique. Revista de Direito e Saúde.

Simone de Beauvoir. (1949). *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Tavares, C., Silva, J., Oliveira, S., & Ribeiro, J. (2019). Violência moral na violência doméstica: um estudo sobre o impacto na saúde mental das vítimas. Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): ZAZA, Boanerge Furtado Miguel. Interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique. *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.589-604, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Zaza, Boanerge Furtado Miguel (out. 2024). Interpretação da Lei da violência doméstica praticada contra mulher em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 589-604.

Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras
São Francisco do Conde (BA) | Vol.4, nº Especial II | p.605-624 | 2024.

Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade de Maputo (2012 - 2020)

Inácio Ernesto Minzo *
ORCID iD https://orcid.org/0000-0002-1833-7846

RESUMO
O presente estudo foi elaborado com base na abordagem qualitativa e descritiva quanto aos objetivos. O trabalho foi orientado por dois objetivos específicos que consistiam em identificar o que permitiu a institucionalização do orçamento participativo em Moçambique - Maputo e avaliar o impacto que este teve sobre os cidadãos. Os dados foram coletados através das entrevistas semiestruturadas, revisão de literatura e consulta de documentos escritos, tais como relatórios e outros e, finalmente, para a análise dos dados, foi escolhida a análise de conteúdo, uma vez que é mais adequada para a pesquisa qualitativa. O estudo concluiu que a institucionalização do orçamento participativo foi possível com a criação de bases para uma governança local democrática. Quanto ao impacto, concluiu-se que este ainda não é muito visível nas populações, devido à baixa participação da população nos debates sobre os projetos, o que contribui para a eleição de projetos que não satisfazem os desejos da população.

PALAVRAS-CHAVE
Impacto, Orçamento, Gestão Financeira, Municípios

Vuyelo bya mpimanyeto wa ku nghenelela tanihi xivumbeko xa vufambisi bya timalieka Timasipala ta Doroba ra Maputo (2012 - 2020)

XITLHOKOVETSELO
Dyondzo ya sweswi yi andlariwile hi ku ya hi maendlelo ya xiyimo na nhlamuselo mayelana na swikongomelo. Ntirho wu kongomisiwile hi swikongomelo swimbirhi swo karhi leswi a swi katsa ku kuma leswi pfumeleleke ku vekiwa ka nhlangano wa mpimanyeto wo nghenelela eMozambique - Maputo na ku kambela nkucetelo lowu leswi swi nga na wona eka vaaki. Data yi hlengeletiwile hi ku tirhisa mimbulavurisano leyi nga hlelekangiki ngopfu, ku kambisisa matsalwa na ku burisana hi matsalwa lama tsariweke, ku fana na swiviko na man'wana, naswona eku heteleleni, eka nxopaxopo wa datha, nxopaxopo wa nhundzu wu hlawuriwile, tanihileswi wu faneleke ngopfu eka ndzavisiso wa xiyimo. Dyondzo yi gimete hi leswaku ku vekiwa ka nhlangano wa mpimanyeto wa ku nghenelela swi kotekile hi ku tumbuluxiwa ka masungulo ya vulawuri bya miganga bya xidemokirasi. Loko ku ri nkucetelo, ku gimetiwile leswaku leswi swa ha ri leswi nga vonakiki ngopfu eka vaaki, hikwalaho ka ku nghenelela ka le hansi ka vaaki eka minjhekanjhekisano mayelana na tiphurojeke, leswi hoxaka xandla eka ku hlawuriwa ka tiphurojeke leti nga enerisiki ku navela ka vaaki.

MARITO YA NKOKA
Vuyelo, Mpimanyeto, Vufambisi bya Timali, Timasipala

* Licenciado em Comércio, Mestre em Finanças Empresariais e Doutorando em Comunicação e Marketing, possuo formações em metodologia de ensino de Matemática, Psicopedagogia para o ensino superior, formando em inovação educacional. Desde 2018, trabalho como docente no ensino superior nas disciplinas de Empreendedorismo, Matemática Financeira, Marketing, Análise e Gestão de Projectos de Investimentos, Mercados e Instrumentos Financeiros e trabalho como técnico de avaliação e controlo de qualidade no Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo. E-mail: inaciominzo@gmail.com

1. Introdução

O debate para esta pesquisa, está em torno do Orçamento Participativo, como uma das várias modalidades de elaboração de orçamento existentes. Deve-se lembrar que hoje, e com a constante mudança dos mercados, complexidade dos negócios e globalização dos mercados, gerentes e empresas têm procurado mudar seus métodos administrativos, aperfeiçoando técnicas e atualizando programas de apoio orçamentário para melhor otimizar seus recursos.

Estes novos paradigmas restabeleceram diferentes necessidades e métodos para a elaboração de orçamentos e, consequentemente, novos tipos de orçamentos. Assim a pesquisa, com o tema: Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade De Maputo (2012 - 2020), remete-nos a uma situação que parte de uma observação empírica em que, uma grande parte da população moçambicana é incorporada apenas como sujeito do processo político, basicamente em dias de eleições, e inquestionavelmente, o exercício da cidadania é restrito ao ato de votar e ser votado.

Quando se trata de questões financeiras, o problema é ainda maior, agravado pela inacessibilidade a que o público está sujeito, em relação às finanças públicas do Município ao qual pertence, sendo reduzido a um mero espectador, consequentemente incapaz de exercer seu direito cívico. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o impacto dos projetos de Orçamento Participativo no desenvolvimento dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo (2012-2020). Para tal, especificamente, se predispõe explicar o processo de institucionalização do Orçamento Participativo em Moçambique e especialmente na cidade de Maputo; identificar os projetos financiados pelo OP na cidade de Maputo e procurou medir o grau de satisfação da população sobre os projetos aprovados e financiados.

2. Revisão da Literatura

Existem vários autores que abordaram a temática do orçamento participativo em Moçambique, tais é o caso de estudos de Nylen (2014). Este abordou o orçamento participativo no regime autoritário e competitivo em Moçambique, onde de entre tantas vertentes procurou mostrar que o Orçamento Participativo é executado em contextos onde não se espera ver a autoridades públicas a apregoar os benefícios da participação e

emponderamento dos cidadãos e da transparência do processo de elaboração do orçamento.

Luchmann (2014) abordou o orçamento participativo como uma das mais inovadoras experiências democráticas capazes de viabilizar os pressupostos mais centrais da perspectiva democrática. Por sua vez, Macamo, (2017), abordou o assunto na perspectiva de Participação Comunitária Na Governação Municipal Em Moçambique. Como pode ser visto, dos autores consultados, nenhum aborda a temática com muita profundidade, na perspectiva como será abordado nesta pesquisa, daí a pertinência do tópico.

A literatura consultada aponta que o orçamento participativo foi implementado em 1989 no Brasil e a primeira experiência foi em Porto Alegre. Num país caracterizado por um dos mais profundos desequilíbrios de rendimento do mundo, a década de 1980 foi um período em que a transição da ditadura para a democracia teve um efeito decisivo Dialogo Global (2012), através da adopção de uma constituição de 1988 aberta à participação dos cidadãos.

Após algumas experiências preliminares em pequenas localidades, o orçamento participativo foi consolidado em Porto Alegre devido a uma "janela de oportunidade" que se abriu como consequência da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores em 1988 (Abers, 2000), no entanto, não era apenas o novo governo local de esquerda que estava a liderar o processo participativo.

2.1 Orçamento

Quanto ao conceito de orçamento, refira-se que existem vários conceitos que podem ser encontrados nas várias literaturas sobre o que é orçamento e, em particular, o orçamento público. Teixeira (2014) afirma que o orçamento público é o instrumento de gestão, este pode ser considerado o mais antigo da administração pública. Sua utilização visa essencialmente a organizar seus recursos financeiros. No entanto, inicialmente, ele visava organizar os recursos financeiros, mas com a evolução, ele veio incorporando novos usos.

Segundo Caiado (2009), de acordo com este autor, orçamentos são entendidos como "um relatório dos resultados esperados expressos de forma quantificada". É a tradução em números de todos os outros tipos de planos, aparece no planejamento a curto prazo. Segundo López (2008), o orçamento pode ser entendido como um plano operacional que incorpora políticas, além de objetivos e ações. Jordan et al. (2003)

também apresentam o orçamento como um instrumento de descentralização, como um instrumento de planejamento, de motivação, de coordenação, e como um instrumento de avaliação.

Dos autores mencionados nos parágrafos anteriores, um ponto de interseção que ocorre em dois deles, é quando dizem que o orçamento permite alcançar recursos. Mas para uma maior operacionalização da questão, a pesquisa incorporara outro elemento que é considerar o orçamento não apenas como um instrumento que permite atingir o objetivo, mas como um plano operacional que incorpora políticas, além de objetivo e ações.

2.2 Tipos de orçamento

Atualmente, e com a constante mudança dos mercados, complexidade empresarial e globalização dos mercados, gerentes e empresas têm procurado mudar seus métodos administrativos, aperfeiçoar técnicas e atualizar programas de apoio orçamentário para melhor otimizar seus recursos. Estes novos paradigmas restabeleceram diferentes necessidades e métodos de elaboração de orçamentos e, consequentemente, novos tipos de orçamentos.

Os autores como Caiado (2009); Ferreira et al (2014); Edwards et al (1993) apud Teixeira (2011); Drury (2004); Horngren et al (1996); Dia (2008); Nguenha (2012); Dias (2015); Pires (2011); Gonçalves (2009); Wampler (2007); Barros (2004); Barros (2004); Nguenha (2012); Dias (2015); Jordan et al (2003); Vedor e Cardoso (2019); entre outros, abordam sobre tipos de orçamento e suas peculiaridades, nomeadamente:

- O orçamento de base zero
- Orçamentos incrementais
- Orçamento Contínuo
- Orçamento com base em atividades (Activity Based Budgeting)
- Orçamento participativo

3. Metodologia

Tendo em conta o objetivo da pesquisa a abordagem é qualitativa, uma vez que não utilizou técnicas estatísticas para o tratamento dos dados. Quanto aos procedimentos técnicos é um estudo de caso único. Para tal foram entrevistados 13 cidadãos entre população, gestores do OP e Vereadores distritais tendo sido codificados em E1, E2, E3.

O procedimento de codificação, análise e interpretação dos dados foi processado através de três passos interdependentes, em que o cumprimento de um não implica necessariamente um impedimento para regressar ao primeiro, uma vez que o movimento é circular. Estas três etapas são assim designadas: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva (Santos e Nóbrega, 2002).

A técnica fundamental para esta investigação foi a entrevista, a entrevista; segundo Lüdke e André (2013), "permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam altamente eficaz na obtenção da informação desejada". Neste sentido, assume-se, como Mondada (1997) argumenta, que a entrevista deve ser entendida como "um meio de comunicação evento em que os interlocutores, incluindo o investigador, constroem coletivamente uma versão do mundo" (Mondada, 1997, p. 59).

O estudo foi orientado pela investigação aplicada (Silva, 2004 P.14) e o paradigma descritivo (Triviños, 1987). O segundo procedimento foi o estudo de caso. Este consistiu num estudo profundo e exaustivo do objeto de estudo constituído pelo Município da Cidade de Maputo, mais especificamente os 07 Distritos Municipais, (Fonseca, 2002) e (Chalmers e Fiker, 1993). A interpretação e análise baseou-se pela técnica de análise de conteúdo (Triviños, 1987, p. 160).

4. Apresentação e discussão dos resultados

Para a prossecução dos objetivos, foram entrevistados 63 respondentes selecionados de entre Vereadores distritais, técnicos da comissão de avaliação de projetos e população em geral; especificamente aqueles que se beneficiaram de projetos financiados por estes fundos e ou que têm algum conhecimento do assunto. Os inquiridos foram colocados de forma agrupada e anónima, apenas identificados por: E1 - Corresponde aos vereadores distritais, E2 - membros da comissão de avaliação do projeto e E3 - população em geral. Desta feita passa-se a indicar algumas respostas e contrapô-las com a literatura observada.

A pesquisa procurou compreender, em primeira mão, o processo de institucionalização do OP na cidade de Maputo. Assim, ao verificar as respostas dadas, no resumo E1, indica o ano 2008, E2 na governação do Presidente Simango e E3 não teve resposta para esta pergunta. A resposta de E1, de acordo com a literatura consultada, é a mais favorável, no que diz respeito institucionalizado do OP, pois de acordo com CM, (2013) o OP na cidade de Maputo teve início em 2008, com a concepção da primeira metodologia do OP e respectivos projetos.

De acordo com CM (2013), esta iniciativa resultou em 14 projetos no valor de 43 milhões de Meticais, que estavam localizados nos 7 distritos municipais e incluíam as seguintes áreas: Estradas - reabilitação da Rua Dr. Lancerda de Almeida (agora Avenida Marcelino dos Santos, manutenção das estradas KaTembe; Saneamento - construção de redes públicas de esgotos; Água - construção de fontes e abertura de furos de água; Mercados - construção de um centro de apoio a mulheres e crianças. Logo após a sua implementação, houve algumas fraquezas relacionadas com o acompanhamento e supervisão dos projectos de OP, porque o papel dos cidadãos terminou na identificação das necessidades e não se estendeu ao longo de todo o ciclo.

Devido a este facto, foi necessário, em 2009, fazer algumas correções aos modelos anteriormente disponíveis, que consistiam em rever a metodologia do OP e a sua implementação. Assim, em 2011, com a análise do Programa do OP (2008-2011), notou-se que as edições anteriores do OP revelaram: Inconsistência metodológica ao nível da concepção do processo: a incapacidade de determinar um orçamento específico para o OP; a não definição de tipologias de projetos financiáveis no processo; Inconsistências na análise técnica dos projectos, com a consequente necessidade de recursos adicionais para além dos previstos e atrasos na execução dos investimentos definidos; Mal-entendidos dos cidadãos sobre os atrasos na execução dos projetos, tendo como consequência direta a sua frustração sobre o processo.

Para ultrapassar as dificuldades anteriores, de não determinar um orçamento específico para o OP, houve a necessidade de introduzir melhorias significativas na metodologia. Das várias modificações efetuadas, a pesquisa considera pertinente destacar e trazer à baila o seguinte: Atribuição anual de 25, 000,000.00MT (vinte e cinco milhões de Meticais) ao OP para o financiamento de pequenos projetos que são viáveis, fáceis de controlar e têm impacto social. Para garantir este montante máximo por bairro, o OP começou a funcionar de forma faseada, cobrindo diferentes grupos de bairros de ano para ano. Entre os anos 2012-2014, o processo cobriu exclusivamente os Distritos Municipais de Nlhamankulu, KaMaxakeni, KaMavota e KaMubukwana.

Para além destas medidas, foi elaborado um guião com uma série de critérios e possíveis tipologias de projetos, (CM, 2012): Foi observado que o OP em Maputo é abrangido por uma legislação orientadora. O funcionamento do OP foi favorecido pela revisão constitucional de 1990, que quebra os antigos mecanismos da constituição de 1975. Nesta última constituição todas as decisões foram centralizadas, principalmente

porque o país foi guiado pelas decisões de apenas um partido. Assim, a revisão desta constituição criou espaço para a participação dos cidadãos no processo de governação.

É com a constituição de 1990 que se coloca a questão da separação de poderes (legislativo, executivo e judicial), e a atual constituição de 2004 é apenas a continuação institucional da constituição de 1990, como o GDI (2009:6-9) assinala. "As bases da governação local democrática estão em vigor desde a Constituição da República de 2004. Através da descentralização - e desconcentração - o princípio pelo qual a Administração Pública moçambicana está estruturada, os municípios foram criados com o objetivo de "organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas da sua própria comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e consolidação da democracia..." (Nguenha, 2009, p.9)

Por outro lado, também se pode afirmar que a questão da participação da população representa um dos principais objetivos no Estratégia de Gestão de Recursos de Serviços Públicos - EGRSP (2001-2011), e no Estratégia Reforma e Desenvolvimento de Administração Pública - ERDAP (2011-2025) o objetivo estratégico prevê "aproximar a administração pública do cidadão". O mesmo se repete na Agenda 2025 (2003), onde a participação do cidadão é tomada como o primeiro dos três principais elementos no processo de preparação da Agenda 2025.

Relativamente ao Processo de concepção e execução dos projetos. E1 nomeia a responsabilidade da concepção para a Comissão de Avaliação de Projetos. E2 diz que começa com a população, portanto, não coloca esta responsabilidade sobre a população, e E3 delega esta responsabilidade na administração do Distrito Municipal. Importa referir que nenhuma destas respostas estão em conformidade, na totalidade, com a literatura consultada, embora a resposta de E2 esteja mais próxima. De acordo com o manual de procedimentos CMCM (2013), o processo PB segue dois ciclos (1º e 2º), (Dias, 2014), que por sua vez são subdivididos por seis (6) e cinco (5) fases, respectivamente.

Outro elemento, não menos importante, que foi objeto de análise e questionamento dos sujeitos que participaram na investigação foi o de lhes perguntar sobre os proponentes dos projetos financiados e implementados no distrito. Analisando o conteúdo constatou-se uma diversidade de posições. E2 diz que é da responsabilidade das pessoas; no grupo E3 existem várias posições, algumas afirmando que é da responsabilidade das pessoas, embora os projetos indicados não sejam implementados, enquanto outras se limitam a dizer que não sabem como responder à pergunta, ou então não sabem quem são os proponentes dos projetos, referindo-se apenas ao ato de

votação de um projeto iniciado e implementado apenas pelos agentes administrativos das administrações municipais.

Compilada a literatura Nguenha (2012), afirma que o orçamento participativo é um processo democrático em que a comunidade local, embora não necessariamente pré-organizada em associações ou outras formas, juntamente com os gestores públicos locais decidem a forma de atribuição de parte dos recursos públicos.

Pode-se concluir que o processo atual distorce o que foi dito sobre o Orçamento Participativo, uma vez que os cidadãos já não são os proponentes de certos projetos, considerando que não foram consultados a nível das bases, ou porque não dominam o que está a ser discutido, no caso específico da participação das crianças, limitando-se a votar apenas num projeto, até certo ponto imposto, se tivermos em conta que a tipologia dos projetos a financiar já foi definida, pelo que o cidadão não tem base para apoiar a sua escolha.

Como se pode ver, não se podemos afirmar que as pessoas de um determinado distrito tenham sido os proponentes de todos os projetos, embora se saiba que o desejo e o que está expresso nas instruções de planeamento e execução deste orçamento, é que as pessoas proponham e executem este orçamento. Mas por várias razões, uma delas já mencionada neste estudo, a prática não o observou na sua totalidade, embora em geral se possa dizer que os proponentes dos projetos são de facto as populações de um determinado Distrito Municipal.

O orçamento, como instrumento de gestão, permite o reforço das relações interpessoais na empresa através do processo de comunicação, pelo que a matriz de comunicação é crucial, caso contrário os objetivos podem não ser claramente compreendidos e as decisões de gestão correm o risco de falhar (Teixeira, 2014).

A preparação do orçamento deve contar com a participação e contribuições de todos os funcionários afetos a esta área. A intervenção dos funcionários e, especialmente, dos responsáveis pelas áreas da empresa, suscita interesse, portanto, se parte dos intervenientes não tiver conhecimento, dificilmente terá interesse, é isto que as respostas da maioria dos entrevistados nos revelam. Para completar a informação, mais uma vez recorreu-se à documentação existente, para a qual foi encontrado o seguinte.

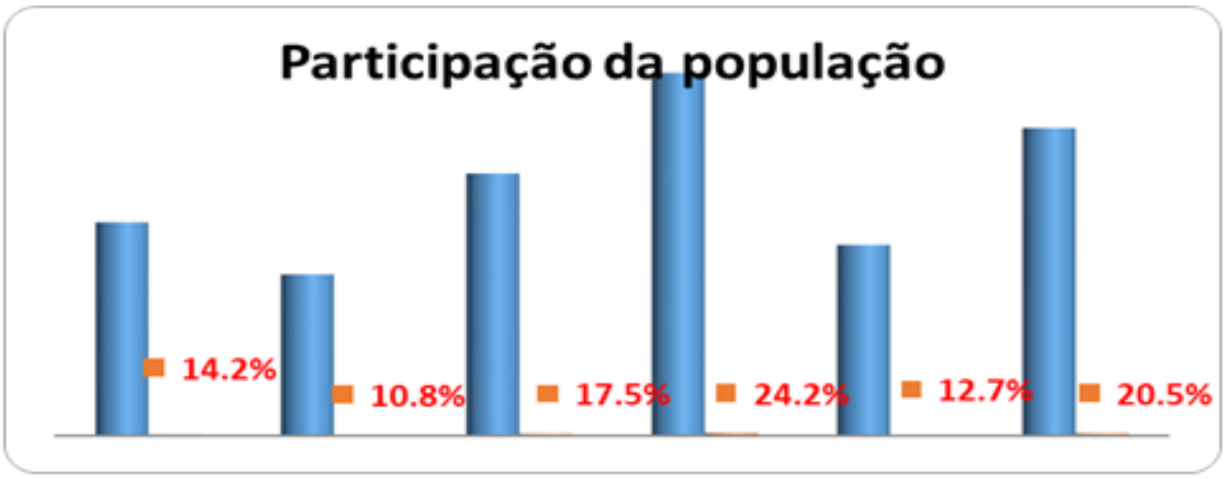
Tabela 1. Orçamentos atribuídos por bairros

Dist. Municipais	Edição 2015		Edição 2017/2017		Valor
	Bairro		Bairro		
	Aeroporto A	Chamancu A	Chamancul A	Minkadjuine	2,500,000.00
	Unidade 7	Chamancu B	Chamanculo B	Malanga	2,500,000.00
Lhamanculo	Xipamanine	Chamancu C	Chamanculo C	Aeroporto B	2,500,000.00
	Munhuana	Chamancu D	Chamancu D	Maxaquene D	2,500,000.00
	Mafalala	P. Caniço A	P. Caniço A	Urbanização	2,500,000.00
	Polan Caniço B	Maxaquen C	Maxaquene C		2.500.000,00
Maxaquene	Maxaquene A	Maxaquen B	Maxaquene B		2.500.000,00
	3 de Fevereiro	Hulene A	Hulene A	Albazine	2,500,000.00
	Mahotas	Hulene B	Hulene B	Costa do Sol	2,500,000.00
	Ferroviário	Mavalane A	Mavalane A	FPLM	2,500,000.00
KaMavota	Laulane	Mavalene B	Mavalene B		2.500.000,00
	Bagamoio	25 de Junh A	25 de Junho A	G. Dimitrov	2,500,000.00
KaMubucuane	Magoanine A	Magoanin C	Magoanine C	Nsalene	2,500,000.00

Fonte: CMCM (2016) Adaptado

Era importante medir o nível de participação das populações na eleição dos projetos e, sobre esta questão, analisando as respostas, encontrámos três posições:
E1 que diz ser satisfatório, E2 que diz ser bom e E3 que simplesmente diz não saber porque não participou após ter participado algumas vezes e não ter ficado satisfeito com o ambiente encontrado. Quando o OP foi divulgado vários meios foram utilizados para divulgar o projeto entre os bairros, mas a participação foi de cerca de 20% das pessoas esperadas, porque não se aperceberam do que ia ser feito nas reuniões convocadas.

Gráfico 1: Participação da população na eleição dos projetos.



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados fornecidos pela CM (2013)

4.1 Dinâmica de participação

A dinâmica da participação foi muito importante para responder ao problema da investigação, porque não importava apenas o nível da sua participação, mas o grau do seu envolvimento em questões relacionadas com o orçamento participativo. Após a recolha das respostas, é claramente demonstrada uma diversidade de respostas:

E1 Diz que é difícil porque as populações enviam menores para a auscultação, E2 assinala que há debates bastante fracos, E3 diz não participar porque nos dias convocados, sábado, não tem programas familiares viáveis, para alguns participam apenas para que não seja mal visto pelas estruturas administrativas.

Outro elemento não menos importante é o dia indicado para esta consulta no plenário dos moradores do bairro, como indicado nas entrevistas feitas e depois de compilados os dados em relatórios escritos, notamos uma participação muito fraca, porque a consulta para a eleição é feita aos sábados, Muitos moradores afirmam não estar disponíveis para este dia, por isso há pouca participação e em alguns casos os que incham os grupos são menores, motivados pelo barulho dos microfones instalados para facilitar a comunicação e ou para assistir a algumas peças culturais exibidas para este fim no local.

A literatura compilada, Cunningham (2009) menciona que os teóricos democráticos participativos defendem a tese de que o governo só é útil para a materialização dos desejos das pessoas. Para eles, a participação não só permite uma maior interação entre governos e governados, como também lhes permite prestar mais atenção às preocupações dos cidadãos e tornar-se mais sensíveis a eles, e cumprir as promessas que fazem principalmente perante o seu eleitorado.

Para Almonde e Verba (1995); Verba e Nie (1972) citados por Cunningham (2009), a relutância do público em se envolver diretamente em atividades locais tem a ver com a ineficácia dos fóruns de participação. As pessoas são apáticas porque são impotentes. Estes autores sustentam que a apatia dos cidadãos pode persistir mesmo com oportunidades de participação efetiva se as decisões forem frustradas ou severamente reprimidas por níveis de administração.

Cameron e Ojha (2007) sustentam que em alguns casos, mesmo que os processos de participação sejam institucionalizados (...), processos decisórios "não genuinamente colegiais" continuam a ocorrer tanto a nível comunitário como nacional, devido a um problema recorrente de controlo das esferas decisórias por pessoas que gozam de

privilégios simbólicos nesse processo decisório. O exercício da participação efetiva requer formação social devido à falta de informação e ao empoderamento popular relativamente aos instrumentos e mecanismos legais existentes. A participação tem uma função educativa, pelo que é importante que os cidadãos sejam formados para exercer uma escolha responsável, especialmente em termos do desenvolvimento de uma consciência crítica das exigências sociais e das decisões políticas. Isto contribuiria para quebrar padrões de subordinação e injustiça social (Pateman, 1992 citado por Neto 2009).

O ambiente acima descrito no contexto da participação dos cidadãos nesta fase colide com pressupostos teóricos democráticos participativos que, de acordo com Cunnigham (2009), declaram que a participação efetiva na governação requer a maximização do envolvimento ativo dos cidadãos. Relativamente aos projetos aprovados e executados nos distritos municipais, as respostas dos inquiridos revelaram que apenas o pessoal administrativo tem pleno domínio do que foi feito em cada fase do OP e as populações responderam à questão de forma evasiva, afirmando mesmo que "há alguns que se veem e afirmam ser do OP".

De facto, o Município de Maputo beneficiou de alguns projectos, tais como: reabilitação de escolas, construção de sanitários públicos; construção de fontes e abertura de furos; reabilitação de mercados, construção de um centro para mulheres e crianças, entre outros (CM, 2012). No quadro abaixo a pesquisa indica em detalhe alguns projetos de Orçamento Participativo para cada Distrito Municipal da Cidade de Maputo.

Tabela 2. Exemplo de projetos financiados: Distrito Municipal de Chamanculo

Tipo de projeto	Estágio em que se encontra
Reabilitação da Escola Primária do Aeroporto B	não concluído **a)**
Construção de Campo Multiusos em Micadjuine	não concluído **a)**
Reabilitação da Unidade de Mercado 7	Completo e não utilizado **b)**

Fonte: Responsável pelo Projeto OP na Administração da Chamanculo

Tabela 4

Examplo de Projectos financiados no Distrito Municipal KaMaxaquene

Tipo de projeto	Estágio em que se encontra
Fornecimento de carteiras na Escola Primária Maxaquene C	não concluído **a)**
Reabilitação de salas de aula na Maxaquene A	não concluído **a)**

Fonte: Responsável pelo Projecto OP na Administração da Maxaquene

Tabela 5

Exemplo de Projetos financiados no Distrito Municipal KaMavota

Tipo de projeto	Estágio em que se encontra
Construção de um parque de automóvel no Bairro 3 de	Completo e não utilizado **b)**

Fevereiro	
Reabilitação da Escola Primária 12 de Outubro	não concluído **a)**
Reabilitação da Escola Primária Mahotas	não concluído **a)**

Fonte: Responsável pelo Projeto OP na Administração da KaMavota

Tabela 6

Exemplo de Projetos financiados no Distrito Municipal KaMubukuane

Tipo de projeto	**Estágio em que se encontra**
Construção do muro da Escola Primária Luís Cabral	não concluído **c)**
Construção de uma sala de reuniões em Magoanine C	não concluído **c)**
Construção de um centro cultural em Magoanine B	não concluído **c)**
Construção de terminal para transporte semi-coletivo em Malhazine	não concluído **c)**

Fonte: Responsável pelo Projeto OP na Administração da KaMubucuane

Nota:
a) Pela retirada do contratante, Sendo o processo em tribunal; b) Os vendedores preferem o mercado informal e não o formal
c) Não concluído porque os valores atribuídos não foram suficientes, e os fundos municipais estão a ser utilizados para a conclusão das obras.

Quanto ao impacto do OP no Município de Maputo, embora existam posições díspares, com E1 a afirmar que ainda é necessário ter o impacto desejado, E2 a dar uma nota positiva, E3 a dizer que está satisfeito, e mais um cidadão queixa-se da necessidade de ser consultado quando um determinado projeto vai ser realizado. Destas posições, é importante salientar que muitos responderam positivamente ao impacto social que o projeto trouxe às populações da cidade de Maputo, apontando a construção de hospitais que trouxeram melhorias na redução da distância de acesso a estes serviços, e o projeto de equipar as escolas com carteiras, como a Escola Primária de Laulane.

Com estas carteiras, muitas crianças que costumavam sentar-se no chão para assistir às aulas têm agora um lugar confortável para se sentarem, melhorando assim o seu desempenho e não só isso, os problemas de saúde que se podem esperar dos alunos sentados no chão são agora evitados.

Este projeto, para equipar as salas de aula e secretárias, com mesas e cadeiras para professores, tinha um orçamento de cerca de 1,173,973.60 Mt, sob a adjudicação da empresa Baharam. O projeto foi concluído e entregue à população local como planeado, e os restantes 8 (oito) projetos estão em curso, e podem ser citados a reabilitação de escolas, a construção de um centro informático no bairro de Mahotas e o alpendre e WC público no bairro de Albasine, de acordo com o relatório de execução do OP em Maputo (2014).

Um dos maiores ganhos observados durante o período em avaliação (1ª a 4ª edições do OP) é a resolução dos problemas dos Municípios, vejamos apenas este exemplo de colocação de balcões. De acordo com o relatório anual da Educação em 2017, cerca de 2000 estudantes que anteriormente se sentavam no chão beneficiam agora de uma bancada para assistir às aulas com dignidade, contribuindo assim para a melhoria do desempenho escolar, que antes era de 63%, passou deste número para 79% em parte devido a este imputo.

Por outro lado, no Distrito Municipal de Lhamanculo, com a reabilitação do mercado da Unidade 7, (embora não concluída), os vendedores de lá têm agora um local decente para vender os seus produtos. A fim de compreender a funcionalidade dos projetos implementados, técnicos de todos os distritos, responsáveis pelos projetos do orçamento participativo, foram questionados e foi recolhida a seguinte informação: nem todos os projetos funcionam, principalmente devido à falta de fundos, e alguns ainda não foram concluídos. E3 diz que há projetos com os quais a população não concordou, por exemplo, a reabilitação de um mercado numa área onde não existe consenso.

A fim de compreender a funcionalidade dos projetos implementados, foram questionados técnicos de todos os distritos responsáveis pelos projetos do OP e, verificou-se a existência de projetos que não estão a funcionar, como atestam as respostas do E2. As razões apresentadas foram problemas financeiros, mas também uma consulta deficiente, como o parque de estacionamento no Bairro 3 de Fevereiro. Estes trabalhos, de acordo com o relatório de execução do PB 2015, consistiram na execução de calçada coberta com pedra sarrisca, vedação com rede de tubarão, construção de uma caixa de sentinela e casa de banho. O valor contratual deste projeto foi de 951,212.99 Mt, tendo sido posteriormente colocada uma proposta de adenda no montante de 498,102.13 MT, totalizando 1,449,315.12 MT. Esta obra foi adjudicada à empresa Canol Construções, Lda.

Embora tenha consumido as quantidades indicadas acima, a obra não está a ser utilizada, como documentado nos documentos acima porque, na área onde foi construída, a maioria dos residentes têm quintais espaçosos e não precisam de ter um parque público para estacionar os seus carros. Este é um exemplo clássico de um projeto a ser adjudicado sem consulta da população. A investigação, observou que alguns projetos que não vieram da base, porque os que vieram da base trouxeram grandes quantidades de dinheiro, não apoiados pelo orçamento disponível, ou porque estavam fora dos projetos

elegíveis, pelo que o Comité de Projetos foi forçado a tomar um na sua posse para ser eleito.

Esta posição contradiz o que a literatura apresenta, Segundo Dias (2015), o Orçamento Participativo difere do Planeamento Participativo na medida em que no OP, mais do que definir objetivos, atividades e metas, os cidadãos participam na decisão sobre o financiamento das atividades definidas. Assim, verifica-se que, na definição destes projetos, a população participa na decisão de que projetos são financiados, razão pela qual a satisfação é baixa. Na mesma linha, Teixeira (2014) afirma que, o orçamento, como instrumento de gestão, permite relações interpessoais mais estreitas na empresa através do processo de comunicação, pelo que a matriz de comunicação é crucial, caso contrário os objetivos podem não ser claramente compreendidos e as decisões de gestão correm o risco de falhar. Nesta perspectiva, existe uma clara falta de comunicação entre os gestores e as pessoas, e como resultado as decisões têm sido atormentadas pelo mal-estar entre as partes.

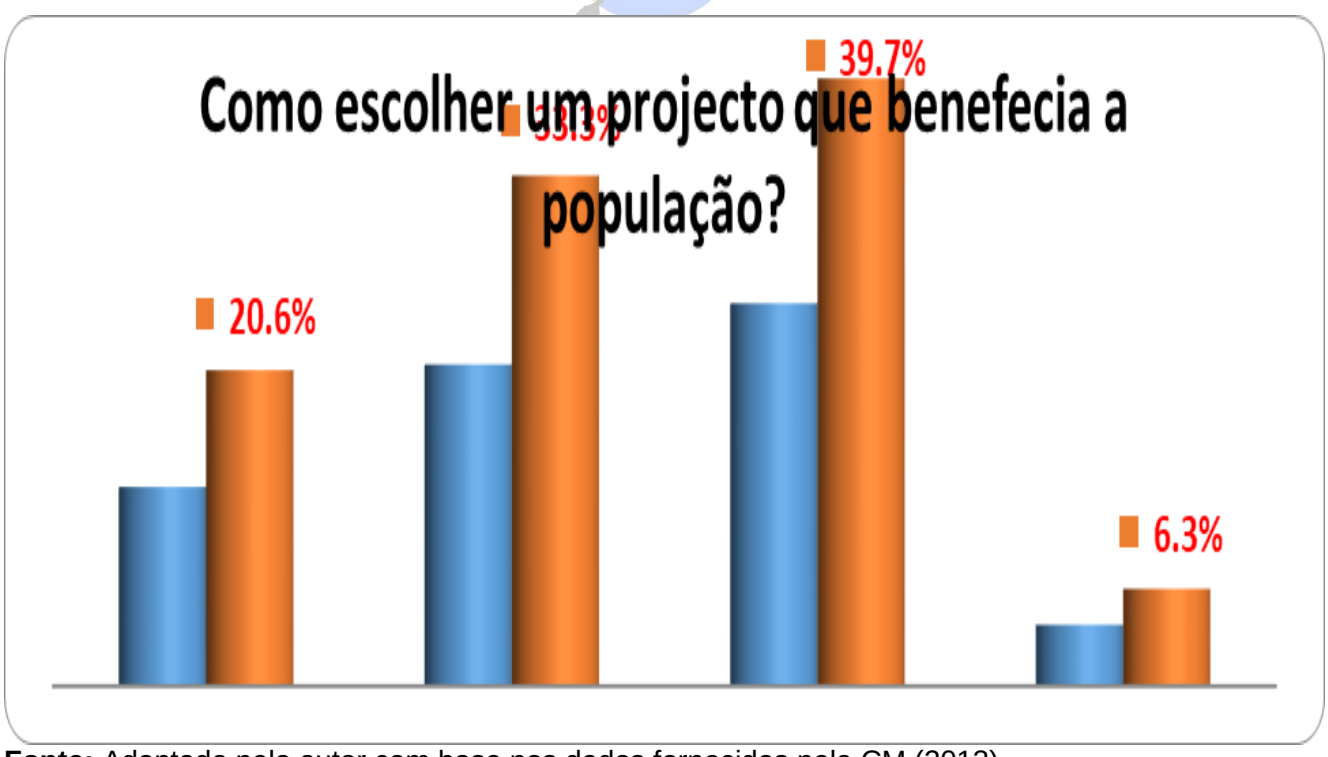
Esta posição resulta em projetos financiados sem impacto positivo na vida das populações, e não apenas isso, resulta em projetos que começam e não têm fim, resultando, portanto, numa despesa sem retorno nos cofres do Estado em geral e do Município em particular. Analisando o grau de satisfação sobre os projetos executados, foram colocadas várias posições sobre o assunto, nomeadamente. E1 diz que não é fácil avaliar, pois ainda há muito a fazer para alcançar a satisfação, E2 este grupo está entre bom e satisfatório, finalmente a maioria de E3 aponta para a falta de divulgação do projeto, pelo que produz uma insatisfação, outros da mesma categorização declaram não estar satisfeitos porque os projetos executados são das estruturas administrativas, delegando para a última fase os projetos das populações. Por um lado, o pessoal técnico aponta para uma satisfação total e razoável, enquanto as populações (E3) continuam a queixar-se, não se identificando com alguns projetos executados nos seus bairros.

De acordo com Nguenha (2012), o Orçamento Participativo pode ser definido como sendo um processo democrático no qual a comunidade local, embora não necessariamente pré-organizado em associações ou outras formas, juntamente com os gestores públicos locais decidem como atribuir parte dos recursos públicos. Assim, torna-se claro que o Orçamento Participativo difere do Planeamento Participativo na medida em que, mais do que definir objetivos, atividades e metas, os cidadãos participam na decisão sobre o financiamento das atividades definidas (Dias, 2015).

Assim, torna-se claro que o nível de satisfação é prejudicado quando o processo não se mostra claramente democrático, por outras palavras, continua com uma determinada área de penumbra, com uma clara necessidade de uma democratização total deste processo e, portanto, aumentar o nível de satisfação. Caiado (2009), afirma que o orçamento permite relações mais estreitas entre as várias áreas, ou seja, promove a equidade através da sua contribuição uniforme, favorecendo também o alinhamento de diferentes objetivos. Com esta colocação é evidente que devido à exclusão de alguns no processo, não se pode observar o que o autor afirma, e por isso há a necessidade de ultrapassar este impasse.

A investigação preocupava-se em como definir um projeto viável para as comunidades. Os dados obtidos dos entrevistados, apontam para 3 posições: E1 afirma a necessidade da participação das populações; E2 a participação de todos; diz que a proposta não deve vir dos governantes e E3 faz uma acusação aos técnicos administrativos, pois estes não têm a vontade de que se tenha um projeto viável limitando-se a responder aos seus desejos. Contudo, em geral, os inquiridos foram unânimes na necessidade de divulgar este processo, quase desconhecido pela minoria, e a participação ativa da população. Compulsada a literatura, foi encontrado o seguinte:

Gráfico 2. Projetos que beneficiam as populações



Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados fornecidos pela CM (2013)

A falta de participação na concepção: eleição, execução e acompanhamento do projeto resulta em projetos que não satisfazem os desejos da população, a julgar pelas respostas de alguns cidadãos. Como se pode ver, o Orçamento Participativo é da competência das administrações municipais e não da população, pelo que a possibilidade de ter um projeto que efetivamente beneficie a população é escassa, embora em alguns projetos possa ser verificada. A eficácia da participação do cidadão no processo de gestão financeira da administração local, neste caso, de propor, eleger e acompanhar um projeto (poder formular propostas, e atuar na gestão da coisa pública) é muito deficiente, o que nos leva a uma nova etapa da vida, em que o cidadão, em vez de ser um ator deste projeto, é relegado para um simples observador. Como observador, não há espaço para definir um projeto que irá de facto beneficiar o cidadão.

É digno de nota que tornar-se um mero observador, ou votar apenas no que a cúpula decidiu votar, resulta em projetos que não são utilizados pelos cidadãos, como se pode ver na figura abaixo. Dias (2008) indica que o Orçamento Participativo pode ser visto como uma estrutura e processo de participação do cidadão na tomada de decisões sobre investimentos públicos municipais.

A investigação afirma que dos textos básicos sobre Economia e Finanças Públicas, o OP é um plano que expressa, de um ponto de vista financeiro, as intenções do Estado de realizar atividades e as fontes de financiamento. Partindo do pressuposto que nos Estados democráticos o poder que os governos possuem é delegado pelo povo, segue-se que os orçamentos públicos devem expressar as necessidades, a vontade e os interesses dos cidadãos, uma razão que justifica a definição segundo a qual o orçamento público é "a expressão financeira da cidadania" (Angélico, 1995). As respostas obtidas nas entrevistas, mostram, em certa medida contrariamente a esta afirmação e, portanto, a definição de um projeto viável.

Conclusão

Com base nos resultados e após a sua discussão, apoiada pela revisão bibliográfica desta investigação, foi possível concluir e recomendar, tal como apresentado abaixo em conclusões e recomendações. O objetivo desta pesquisa foi de avaliar o impacto dos projetos de Orçamento Participativo no desenvolvimento dos Distritos Municipais da Cidade de Maputo.

Em relação ao impacto do orçamento participativo nos Municípios da cidade de Maputo, uma nota comum entre as populações, aponta para uma exclusão da

participação na definição dos projetos financiados no seu bairro, devido a exclusão de alguns populares, se por um lado devido ao local ao dia em que se agendam estes encontros (sábados), data essa que a maioria não está disponível, por outro lado porque algumas populações as suas propostas têm sido constantemente rejeitadas a favor das indicadas pelas autoridades administrativas.

Esta falta de participação, na concepção, eleição, execução e acompanhamento do projeto, resulta em projetos que não satisfazem os desejos da população, a julgar pelas respostas de alguns residentes, que se referiram à pouca publicidade do processo como motivo para não participar. A eficácia da participação dos cidadãos no processo de gestão financeira do governo local, neste caso de propor, eleger e acompanhar um projeto (ser capaz de formular propostas, e atuar na gestão dos assuntos públicos) tem-se revelado muito deficiente, o cidadão continua a ser um simples observador. Esta posição constitui o elemento base para a existência de projetos inacabados, ou não utilizados pela população, resultante da insatisfação gerada sobre um determinado projeto.

Para que o impacto do OP seja positivo, concluiu-se ser necessário adoptar projetos em função das necessidades da população. Por outro lado, a possibilidade de um projeto viável é uma nota comum à necessidade de um maior envolvimento da população, superando os pontos que divergem entre a população e as estruturas administrativas, o que se consubstancia na disponibilidade de cada vez mais informação para que os cidadãos se apropriem deste processo. Além disso, urge necessário tornar o programa OP num elemento cada vez mais acessível a todos, divulgando-o através dos meios possíveis e ao alcance de todos, mas também evitando agendar reuniões de consulta nos dias em que a maioria das pessoas está ocupada.

Foi notória a existência de projetos inacabados, devido a carências orçamentais, projetos que não são do desejo das pessoas, entre outros. No caso de orçamentos que não são suficientes para a conclusão de um projeto específico, é necessário ter um bom planeamento a fim de evitar atribuir dinheiro a projetos que não estão concluídos e que são abandonados pelo empreiteiro ou mesmo pela população porque não estão aptos a ser utilizados.

Referências

ABERS, Rebecca. Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil. *Lynne Rienner Publishers*, 2000.

DE MELO BARROS, Jaqueline. Os desafios da participação popular no orçamento participativo no município de São Gonçalo The challenges of the popular participation in the participatory budgeting in the municipal district of São Gonçalo. *Revista Linhas, v. 5, n. 1*, 2007.

CAIADO, António C. Pires. A Contabilidade Pública em Portugal e as Normas da IFAC. *Revisores & Empresas, v. 24, p. 9-11*, 2004.

CAMERON, John; OJHA, Hemant. A deliberative ethic for development: A Nepalese journey from Bourdieu through Kant to Dewey and Habermas. *International Journal of Social Economics, v. 34, n. 1/2, p. 66-87*, 2007.

CHALMERS, Alan Francis. O que é ciência, afinal? [What is this thing called science?]. Trad. Raul Filker. São Paulo: *Ed. Brasiliense*, 1993.

DE OLIVEIRA, Osmany Porto. Do ponto de virada à difusão massiva: mecanismos da internacionalização do Orçamento Participativo. *In: VII Congreso de CEISAL: Memoria, presente y porvenir*; 2013;

CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia: uma introdução crítica. *Artmed Editora*, 2009.

SINTOMER, Yves et al. Diálogo global: apreendendo com o Sul, orçamento participativo no mundo: um convite à cooperação global. n. 25. Alemanha, Engagement Global, 2012;

DIAS, Nelson. Orçamento Participativo–Animação Cidadã para a Participação Política. Projecto orçamento Participativo Portugal-Mais Participação Melhor Democracia, 2008.

DIAS, Nelson. Panorama Internacional dos Orçamentos Participativos, Seminário: Orçamentos Participativos, *LOCO, Maputo, Moçambique*, 2014.

DIAS, Nelson. Orçamentos Participativos e Planificação Participativa em Moçambique – Proposta de diferenciação e articulação metodológicas. Quarto d'Altino VE: *Associação In Loco*, 2015.

DRURY, Colin. Management and cost accounting 7th edition. *South-Western Centre Learning*, 2008.

DA FONSECA, João José Saraiva. Apostila de metodologia da pesquisa científica, 2002;

GONÇALVES, Alda T. Orçamento Participativo: “Um Contributo para a Construção da Cidadania e da Democracia nos Níveis Locais”. Núcleo De Estudos E Conhecimento, 2009.
JORDAN, Hugues; DAS NEVES, João Carvalho; RODRIGUES, Azevedo. O Controlo de Gestão ao Serviço da Estratégia e dos Gestores, 2011.
LÓPEZ, C. N. Controlo: uma função diretiva. *Vida Económica – Editorial, AS*, 2008;
LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *Em Aberto, v. 5, n. 31*, 1986.
LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. *Política & Sociedade, v. 13, n. 28*, 2014.
MACAMO, Humberto Domingos. Participação comunitária na governação municipal em Moçambique: um olhar sobre o orçamento participativo no município da cidade de Maputo: Tese de Doutorado. Universidade Eduardo Mondlane, 2017.
MONDADA, Lorenza. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem Linguística e conversacional. *Rua, v. 3, n. 1*, 1997.
NARANJO SÁNCHEZ, Hernán Elías; BETANCUR OCAMPO, Lucelly; GALVIS AVILA, Esperanza. Estrategias para la evaluación que propicien aprendizajes significativos de los estudiantes de grado segundo en la asignatura de lenguaje de la Institución Educativa Eugenio Paccelli de la ciudad de Manizales. 2014.
NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
NYLEN, William. O orçamento participativo num regime autoritário competitivo: um estudo de caso (Maputo, Moçambique). *Cadernos IESE,* Maputo, n. 13, 2014;
NGUENHA, Eduardo; RAICH, U.; WEIMER, B. Governação municipal democrática em Moçambique: alguns aspectos importantes para o desenho e implementação de modelos do orçamento participativo. In: II Conferência do IESE sobre dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação em Moçambique. Maputo: *IESE*; 2009.
PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;
PIRES, Valdemir; MARTINS, Larissa De Jesus. Orçamento participativo (OP) após vinte anos de experiências no Brasil: mais qualidade na gestão orçamentária municipal? *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe),* v. 9, n. 2, 2011.
RODRIGUES, José Azevedo; NEVES, João Carvalho; JORDAN, H. *O Controlo de Gestão: Ao serviço da estratégia e dos gestores*. 5.ed. Áreas Editora, 2003.

SABELA, Amândio Ângelo. Avaliação do impacto dos projectos de orçamento participativo no desenvolvimento do Distrito Municipal de KaMavota (2012-2014). 2015.

SILVA, CR de O. *Metodologia e organização do projeto de pesquisa*: guia prático. CEFET, 2004.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; NÓBREGA, Maria Miriam Lima da. A Grounded Theory como alternativa metodológica para pesquisa em enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem,* v. 55, p. 575-579, 2002.

SANTOS, Boaventura de S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado. Brasília: *Mare*, 1998.

SOUZA, Luciana Andressa Martins de. Orçamento Participativo e as novas dinâmicas políticas locais. Lua Nova: *Revista de Cultura e Política,* p. 245-285, 2011.

TEIXEIRA, Sebastião. Planeamento e Processo de Decisão e Controlo. In : ____(Org.). *Gestão das Organizações.* 3.ed. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. *Introdução à pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em: 12/05/2024

Aceito em: 29/08/2024

Para citar este texto (ABNT): MINZO, Inácio Ernesto. Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade de Maputo (2012 - 2020). *Njinga & Sepé:* Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p. 605-624, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Minzo, Inácio Ernesto (out. 2024). Impacto do orçamento participativo como uma forma de gestão financeira no Municípios da Cidade de Maputo (2012 - 2020). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 605-624.